ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 59 Brasília - DF, quinta-feira, 26 de março de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Senado Federal 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Cidadania 12
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 14
Ministério da Defesa 15
Ministério do Desenvolvimento Regional 15
Ministério da Economia 18
Ministério da Educação 81
Ministério da Infraestrutura 84
Ministério da Justiça e Segurança Pública 91
Ministério do Meio Ambiente 98
Ministério de Minas e Energia 99
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 114
Ministério da Saúde 115
Ministério do Turismo 128
Controladoria-Geral da União 128
Ministério Público da União 129
Defensoria Pública da União 129
Poder Judiciário 129
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 130

..... Esta edição completa do DOU é composta de 134 páginas .....

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 1, DE 2020

Autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 136.230.000,00 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Alagoas autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 136.230.000,00 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o "Programa Estrutura Alagoas".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado de Alagoas;

II - credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 136.230.000,00 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V - juros: taxa **Libor** de 6 (seis) meses mais margem fixa a ser definida na data de assinatura do contrato de empréstimo;

VI - juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano) acima dos juros a serem estabelecidos no contrato de empréstimo;

VII - cronograma estimativo de desembolsos: US$ 27.246.000,00 (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US$ 27.246.000,00 (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US$ 27.246.000,00 (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US$ 27.246.000,00 (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023 e US$ 27.246.000,00 (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024;

VIII - comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano), aplicados sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

IX - comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo;

X - gastos de avaliação: US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;

XI - prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta) meses, após carência de 66 (sessenta e seis) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Alagoas na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado de Alagoas celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Estado de Alagoas quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições do primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de março de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

§ 1º .....

.....

X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;

.....

XX - serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;

.....

XXV - produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

.....

XXVII - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;

.....

XXXIII - atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição;

XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;

XXXV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

XXXVI - fiscalização do trabalho;

XXXVII - atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto;

XXXVIII - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos;

XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e

XL - unidades lotéricas.

.....

§ 8º Para fins de restrição do transporte intermunicipal a que se refere o inciso V do **caput**, o órgão de vigilância sanitária ou equivalente nos Estados e no Distrito Federal deverá elaborar a recomendação técnica e fundamentada de que trata o inciso VI do **caput** do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto



DECRETO Nº 10.293, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera o Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 31.
.....

I - planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do programa Calha Norte, incluídos os recursos recebidos por descentralização;

....." (NR)

"Art. 32.
.....
.....

XI - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração orçamentária, financeira e contábil da administração central do Ministério da Defesa, com exceção do Programa Calha Norte e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, incluídos os recursos recebidos por descentralização;

" (NR)

"Art. 35.
.....

I -
.....

a) administração orçamentária, financeira e contábil, sem prejuízo das competências do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças;

.....

III - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, excluídas as atividades específicas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do programa Calha Norte.

....." (NR)

"Art. 48.
.....
.....

XVII - propor projetos com base nas diretrizes da Secretaria-Geral para composição do plano de gestão estratégica da administração central do Ministério da Defesa;

XVIII - coordenar a elaboração do planejamento estratégico institucional do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; e

XIX - realizar o levantamento de dados de monitoramento, para apoiar as ações de governo, nas esferas federal, estadual, municipal e distrital e as operações em defesa da Amazônia Legal, do mar territorial, da Zona Econômica Exclusiva e de outras áreas consideradas de interesse." (NR)

"Art. 49.
.....
.....

III - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, incluídos os recursos recebidos por descentralização;

....." (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 64 do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva
Paulo Guedes

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 25 DE MARÇO DE 2020

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2020, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Aeronáutico, ao grau de Grã-Cruz, os seguintes militares:

Tenente-Brigadeiro do Ar HERALDO LUIZ RODRIGUES; e

Tenente-Brigadeiro do Ar JOÃO TADEU FIORENTINI.

Brasília, 25 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 125, de 25 de março de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 8.580.000,00, para os fins que especifica".

Nº 126, de 25 de março de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R$ 336.700.811,00, para os fins que especifica".

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI de empreendimentos públicos federais do setor portuário.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7º, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego no país e de estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e na melhoria da infraestrutura e dos serviços de logística e transportes;

Considerando a necessidade de expandir a qualidade da infraestrutura pública e de conferir aos projetos de relevo o tratamento prioritário previsto na legislação vigente; e

Considerando a necessidade de garantir a continuidade à participação da iniciativa privada na execução de serviços de manutenção e nos investimentos em infraestrutura, de modo a agregar melhorias ao sistema existente e a preservar o patrimônio público; resolve**:**

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República - PPI, os seguintes empreendimentos:

I - Terminal MAC10, para movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico, localizado no Porto de Maceió, Estado de Alagoas, integrando os empreendimentos públicos federais do Setor Portuário Brasileiro;

II - Terminal MCP02, para movimentação e armazenagem de granéis vegetais sólidos, especialmente farelo de soja, localizado no Porto de Santana, Estado do Amapá, integrando os empreendimentos públicos federais do Setor Portuário Brasileiro;

III - Terminal PAR50, para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, com ênfase em produtos químicos, etanol, óleos vegetais e combustíveis, localizado no Porto de Paranaguá, Estado do Paraná, integrando os empreendimentos públicos federais do Setor Portuário Brasileiro;

IV - Terminal VDC10, para movimentação e armazenagem de granel liquido, alumina e hidrato, localizado no Porto de Vila do Conde, Estado do Pará, integrando os empreendimentos públicos federais do Setor Portuário Brasileiro; e

V - Terminal ATU18, para movimentação e armazenagem de granel vegetal sólido, localizado no Porto de Aratu, Estado da Bahia, integrando os empreendimentos públicos federais do Setor Portuário Brasileiro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Art. 2º O Anexo desta Resolução apresenta o cronograma estimado para a realização das licitações dos empreendimentos tratados no artigo 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias
de Investimentos do Ministério da Economia

ANEXO

CRONOGRAMA DOS PROJETOS

Empreendimento	Estimativa de edital publicado	Estimativa de leilão
Terminal MAC10, localizado no Porto de Maceió	3º trimestre de 2020	4º trimestre de 2020
Terminal MCP02, localizado no Porto de Santana	3º trimestre de 2020	4º trimestre de 2020
Terminal PAR50, localizado no Porto de Paranaguá	4º trimestre de 2020	1º trimestre de 2021
Terminal VDC10, localizado no Porto de Vila do Conde	4º trimestre de 2020	2º trimestre de 2021
Terminal ATU18, localizado no Porto de Aratu	3º trimestre de 2020	4º trimestre de 2020

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Recomenda a qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI de projetos do setor de mineração.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CPPI, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, **caput**, incisos I e IV, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

Considerando a necessidade de resgatar a confiança do setor privado em relação aos projetos do Governo, fortalecer a governança do processo decisório e propor soluções que levem à atração de mais investimentos, empregos e renda;

Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e melhoria da infraestrutura;

Considerando a necessidade de conferir aos projetos de relevo o tratamento prioritário previsto na legislação;

Considerando a importância e urgência em se ofertar à iniciativa privada para investimentos em pesquisa e lavra mineral as dezenas de milhares de áreas que se encontram aguardando declaração em disponibilidade nos termos dos artigos 45 e 46 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, e de acordo com as diretrizes fixadas pela Agência Nacional de Mineração - ANM com fulcro no artigo 2º, inciso VII, da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, dos projetos e empreendimentos vinculados ao processo de disponibilidade de áreas para pesquisa ou lavra de recursos minerais, incluindo as ofertas públicas prévias (arts. 45 e 46 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018), que forem realizados pela Agência Nacional de Mineração - ANM durante o exercício de 2020.

Art. 2º Fica dispensada a observância às recomendações estabelecidas na Resolução nº 01, de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para os projetos de que trata esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias
de Investimentos do Ministério da Economia

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Opina pela qualificação do Terminal Pesqueiro Público de Belém (PA), Cabedelo (PB) e Manaus (AM) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso I e V, alínea "b", da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

Considerando a necessidade de permitir que a administração pública federal concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

Considerando a necessidade de reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

Considerando a necessidade de contribuir para a reestruturação econômica do setor público, a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego no País e de estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e na melhoria dos serviços voltados ao cidadão; resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a qualificação dos seguintes empreendimentos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, para fins de desestatização.

I - Terminal Pesqueiro Público de Belém, localizado no estado do Pará;

II - Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo, localizado no estado da Paraíba; e

III - Terminal Pesqueiro de Manaus, localizado no estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias
de Investimentos do Ministério da Economia

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Aprova a Resolução CPPI nº 105, de 10 de janeiro de 2020.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS - CPPI, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016,

Considerando que a Lei nº 13.334/2016, nos termos do disposto no artigo 7º-A, delegou ao Presidente do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, em conjunto com o Ministro titular da pasta setorial correspondente, a prerrogativa de deliberar, nos casos de urgência e relevante interesse, **ad referendum** do Conselho;

Considerando que a Resolução do CPPI nº 105, de 10 de janeiro de 2020, que opinou favoravelmente pela qualificação de empreendimento público federal BR-040/DF/GO/MG, no trecho do Km 0 do Distrito Federal, em Brasília, até o Km 776/MG, no município de Juiz de Fora/MG, para fins de relicitação, foi aprovada pelo Presidente do CPPI e pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, **ad referendum** do Conselho; e

Considerando a necessidade de que as deliberações **ad referendum** sejam submetidas ao CPPI na primeira reunião ordinária subsequente; resolve:

Art. 1º Aprovar a Resolução nº 105, de 10 de janeiro de 2020, nos termos em que foi aprovada pelo Presidente do CPPI e pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, **ad referendum** do Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias
de Investimentos do Ministério da Economia

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR EMBRATEC CERTIFICADOS DIGITAIS. Processo nº 00100.000234/2020-81.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTICARD CERTIFICADORA DIGITAL LTDA. Processo nº 00100.000346/2020-31.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto Legislativo nº 188, de 15 de novembro de 1995, no Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, na Resolução CAMEX nº 29, de 24 de março de 2016, e o que consta do Processo 21000.092397/2019-46, resolve:

Art. 1º Fica incorporado ao ordenamento jurídico nacional o "Regulamento Técnico do MERCOSUL sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para os Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico", aprovado pela Resolução MERCOSUL/GMC nº 80/96, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Restringe-se o alcance desta Instrução Normativa para o estabelecimento que elabore, beneficie, processe, industrialize, fracione, armazene e transporte de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para o consumo humano.

Art. 3º As ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na importação e exportação dos produtos de origem vegetal, bem como na fiscalização de pessoa física ou jurídica com registro no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGC/MAPA, ficarão condicionadas ao cumprimento das condições higiênico-sanitárias estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 4 de maio de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

AVISO

Foram publicadas em 25/3/2020 as edições extras nºs 58-A e 58-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

ANEXO

MERCOSUL/GMC/RES. N° 80/96

REGULAMENTO TÉCNICO DO MERCOSUL SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS ELABORADORES/INDUSTRIALIZADORES DE PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO

TENDO EM VISTA: o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, a Decisão nº 4/91 do Conselho do Mercado Comum e a Recomendação nº 32/96.

CONSIDERANDO:

Que é necessário definir um marco normativo sobre Princípios Gerais de Higiene dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

Que para tanto o SGT-3 tomou como referência o documento do CODEX ALIMENTARIUS - Código Internacional Recomendado de Práticas: Princípios Gerais de Higiene dos Produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, CAC/VOL. A, Ed. 2 (1985), assim como outros documentos posteriores do Comitê de Higiene dos Produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos do CODEX ALIMENTARIUS sobre este Tema;

Que é necessário, primeiramente, estabelecer as condições gerais essenciais nos aspectos higiênico-sanitários e de boas práticas de elaboração/industrialização de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos;

Que é imprescindível a formulação de procedimentos harmonizados de inspeção e controle para fins de complementar a presente resolução para a aplicação dos sistemas de habilitação de estabelecimentos elaboradores/industrializadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

O GRUPO MERCADO COMUM resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico do Mercosul sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, que forma do Anexo I e forma parte da presente Resolução.

Art. 2º Incorporar o item 3 - Princípios Gerais Higiênico-Sanitários das Matérias-Primas para Produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos elaborados/industrializados.

Art. 3º Estabelecer que estes requisitos gerais não excetuam o cumprimento de outros regulamentos específicos que deverão ser harmonizados para aquelas atividades que se determinem, segundo os critérios que acordarem os Estados Partes.

Art. 4º Instruir ao SGT nº 3 - Regulamentos Técnicos - que mantenha atualizado o presente Regulamento, em função das normas tecnológicas e dos novos critérios internacionais na matéria.

Art. 5º Os organismos competentes dos Estados Partes adotarão medidas pertinentes com vistas a dar cumprimento ao disposto anteriormente.

Art. 6º Em função do estabelecido na Resolução 91/93 do GMC, as autoridades competentes dos Estados Partes encarregadas da implementação da presente Resolução serão:

Argentina:
Ministerio de Salud y Acción
Ministerio de Economía y Obras y Servícios Públicos
Secretaría de Agricultura, Pesca y Alimentación
Instituto Argentino de Sanidad y Calidad Vegetal
Servicio Nacional de Sanidad Animal
Secretaría de Industria Instituto Nacional de Vitivinicultura
Brasil:
Ministério da Saúde
Ministério da Agricultura e Abastecimento
Paraguai:
Ministerio de la Salud Pública y Bienestar Social
Ministerio de Ganadería y Agricultura
Ministerio de Industria y Comercio
Ins tuto Nacional de Tecnología y Normalización
Uruguai:
Ministerio de Salud Pública
Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca
Ministerio de Industria, Energía y Minería
Laboratorio Tecnológico del Uruguay

Art. 7º A presente Resolução entrará em vigência até 1/01/97.

XXIII GMC, Brasília 11/10/96

REGULAMENTO TÉCNICO DO MERCOSUL SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS ELABORADORES/INDUSTRIALIZADORES DE PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO

1. OBJETIVO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1.1. OBJETIVO

O presente Regulamento estabelece os requisitos gerais de higiene e de boas práticas de fabricação para produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

1.2 ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente Regulamento se aplica, nos pontos cabíveis, a toda pessoa física ou jurídica que possua pelo menos um estabelecimento no qual se realize algumas das seguintes atividades: beneficiamento, processamento, fracionamento, armazenamento e transporte de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico nos Estados Partes do MERCOSUL.

O fato de cumprir estes requisitos gerais não o isenta do cumprimento de outros regulamentos específicos que deverão ser harmonizados para aquelas atividades que forem determinadas segundo os critérios acordados pelos Estados Partes.

2. DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste regulamento define-se:

2.1. Estabelecimento industrializador: É o âmbito que compreende o local e a área até o cerco perimetral que o rodeia, no qual é realizado um conjunto de operações e processos com a finalidade de obter produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, assim como o armazenamento e transporte de produto ou de matéria-prima.

2.2. Manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico: São as operações que se efetuam sobre a matéria-prima até a obtenção de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico acabado, em qualquer etapa de seu processamento, armazenamento e transporte.

2.3. Elaboração de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico: É o conjunto de todas as operações e processos praticados para a obtenção de um produto vegetal, subproduto e resíduo de valor econômico.

2.4. Fracionamento de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico: São as operações através das quais divide-se um produto sem modificar sua composição original.

2.5. Armazenamento: É o conjunto de requisitos e tarefas efetuadas para a correta conservação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

2.6. Boas práticas de fabricação: São os procedimentos necessários para obter produtos seguros.

2.7. Organismo competente: É o organismo oficial ou oficialmente reconhecido e legalmente facultado pelo Estado Parte para exercer suas funções.

2.8. Adequado: Entende-se como suficiente para atingir o objetivo desejado.

2.9. Limpeza: É a eliminação de terra, restos de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, pó ou outras matérias indesejáveis.

2.10. Contaminação: Entende-se como a presença de substâncias ou agentes estranhos de origem biológica, química ou física, considerada nociva ou não para a saúde humana.

2.11. Desinfecção: É a redução, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microrganismos no edifício, nas instalações, equipamentos e utensílios, até um nível que não permita a contaminação do produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

3. DOS PRINCÍPIOS GERAIS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS PARA PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO

Objetivo: Estabelecer os princípios gerais para a recepção de matérias-primas para a produção de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos elaborados/industrializados que garantam a necessária qualidade para não oferecer riscos à saúde humana.

3.1. Áreas de procedência das matérias-primas

3.1.1. Áreas inadequadas de produção, criação, extração, cultivo ou colheita

Não devem ser produzidos, cultivados, colhidos ou extraídos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos ou crias de animais destinados à alimentação humana em áreas onde a presença de substâncias potencialmente nocivas possa provocar a contaminação desses produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos ou de seus derivados, em níveis que possam constituir um risco para a saúde.

3.1.2. Proteção contra a contaminação com detritos/lixo

As matérias-primas alimentícias devem ser protegidas contra a contaminação por lixo ou detritos de origem animal, doméstica, industrial e agrícola, cuja presença possa alcançar níveis suscetíveis de constituir um risco para a saúde.

3.1.3. Proteção contra a contaminação pela água

Não devem ser cultivados, produzidos ou extraídos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos ou crias de animais destinados à alimentação humana nas áreas onde a água utilizada nos diversos processos produtivos possa constituir, através dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, um risco para a saúde do consumidor

3.1.4. Controle de pragas e doenças

As medidas de controle que incluem o tratamento com agentes químicos, biológicos ou físicos devem ser aplicadas somente sob a supervisão direta de pessoas que conheçam os perigos potenciais que tais agentes representam para a saúde.

Tais medidas somente devem ser aplicadas em conformidade com as recomendações do organismo oficial competente.

3.2. Colheita, produção, extração e abate

3.2.1. Os métodos e procedimentos para a colheita, produção, extração e abate devem ser higiênicos, sem constituir um perigo potencial para a saúde nem provocar a contaminação dos produtos.

3.2.2. Equipamentos e recipientes

Os equipamentos e recipientes que se utilizam nos diversos processos produtivos não deverão constituir um risco para a saúde.

Os recipientes que são reutilizados devem ser feitos de um material que permita sua completa limpeza e desinfecção. Aqueles que foram usados com matérias tóxicas não devem ser utilizados posteriormente para produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos ou ingredientes alimentares.

3.2.3. Remoção de matérias-primas inadequadas

As matérias-primas que são inadequadas para o consumo humano devem ser separadas durante os processos produtivos, de maneira a evitar a contaminação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos.

Deverão ser eliminadas de modo a não contaminar os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, as matérias-primas, a água e o meio-ambiente.

3.2.4. Proteção contra a contaminação das matérias-primas e danos à saúde pública

Deve-se tomar as precauções adequadas para evitar a contaminação química, física ou microbiológica, ou por outras substâncias indesejáveis. Ademais, devem ser tomadas medidas com relação à prevenção de possíveis danos.

3.3. Armazenamento no local de produção

As matérias-primas devem ser armazenadas em condições que garantam a proteção contra a contaminação e reduzam ao mínimo os danos e a deterioração.

3.4. Transporte

3.4.1. Meios de transporte

Os meios para transportar produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos colhidos, transformados ou semiprocessados dos locais de produção ou armazenamento devem ser adequados à finalidade para a qual se destinam e devem estar construídos com materiais que permitam a fácil e completa realização de sua limpeza, desinfecção e desinfestação.

3.4.2. Procedimentos de manipulação

Os procedimentos de manipulação devem ser tais que impeçam a contaminação dos materiais.

4. DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DOS ESTABELECIMENTOS ELABORADORES/INDUSTRIALIZADORES DE PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICOS

Objetivo: Estabelecer os requisitos gerais (essenciais) e de boas práticas de fabricação aos quais deverá ajustar-se todo estabelecimento elaborador ou industrializador de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos aptos para consumo humano.

Sobre os requisitos gerais de estabelecimentos elaboradores/industrializadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos

4.1. DAS INSTALAÇÕES

4.1.1. LOCALIZAÇÃO

Os estabelecimentos deverão estar situados preferivelmente em zonas livres de odores indesejáveis, fumaça, poeira e outros agentes contaminadores e não expostas à inundações.

4.1.2. VIAS DE TRÂNSITO INTERNO

As vias e zonas utilizadas pelo estabelecimento que estejam dentro de seu cerco perimetral, deverão ter uma superfície dura e/ou pavimentada, apta para o trânsito rodado. Deve contar com um sistema adequado de escoamento, assim como de meios de limpeza.

4.1.3. APROVAÇÃO DE PLANTAS DE EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES

4.1.3.1. Os edifícios deverão ser de construção sólida e possuir instalações sanitárias adequadas. A qualidade de todos os materiais usados na construção e na manutenção do estabelecimento deverá ser aquela que não permita a transmissão de nenhuma substância não desejada ao produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

4.1.3.2. Para a aprovação dos planos deverá ser considerada a existência de espaços suficientes que permitam a execução de todas as operações de maneira satisfatória.

4.1.3.3. O desenho das instalações deverá permitir uma limpeza fácil e adequada do local e facilitar a devida inspeção da higiene do produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

4.1.3.4. Os edifícios e instalações deverão ser construídos de forma a impedir a entrada ou permanência de insetos, roedores e/ou de pragas, assim como de agentes contaminadores do meio, tais como fumaça, poeira, vapor ou outros.

4.1.3.5. Os edifícios e instalações deverão ser construídos de forma a permitir a separação por divisão, localização e outros meios eficazes, das operações que possam causar contaminação cruzada.

4.1.3.6. Os edifícios e instalações deverão ser construídos de tal forma que as operações possam ser realizadas nas devidas condições higiênicas, desde a chegada da matéria-prima até a obtenção do produto final, garantindo também as condições apropriadas para o processo de fabricação.

4.1.3.7. NAS ZONAS DE MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICOS

Os pisos deverão ser de materiais resistentes ao trânsito, impermeáveis, não absorventes, laváveis e antiderrapantes; não deverão apresentar gretas, sendo fáceis de limpar e desinfetar. Os líquidos deverão escorrer em direção aos escoadouros (sifonados ou similares), evitando sua acumulação nos pisos.

As paredes serão construídas ou revestidas com materiais não absorventes e laváveis e deverão estar pintadas de cores claras. Deverão ser lisas, sem gretas e com superfícies de fácil limpeza e desinfecção pelo menos até a altura adequada para a realização das operações. Os ângulos entre as paredes, entre paredes e pisos, e entre paredes e tetos deverão ser de fácil limpeza. Deve estar indicado nas plantas a altura do friso que será impermeável.

Os tetos deverão estar construídos e/ou terminados de forma a impedir o acúmulo de sujeira e a reduzir ao mínimo a condensação e a formação de mofo; deverão também ser de fácil limpeza.

As janelas e outras aberturas deverão ser construídas de forma a evitar o acúmulo de sujeira; aquelas que tenham comunicação direta com o exterior do edifício deverão estar providas de proteção contra pragas. Os revestimentos de proteção deverão ser de fácil limpeza e conservação.

As portas deverão ser de material não absorvente e de fácil limpeza.

As escadas, monta-cargas e estruturas auxiliares, como plataformas, escadas e rampas, deverão estar situadas e construídas de forma a não provocar a contaminação.

4.1.3.8. Nas zonas de manipulação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, todas as estruturas e acessórios elevados deverão ser instalados de forma a evitar a contaminação direta ou indireta dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, da matéria-prima e do material de embalagem, através de condensação ou de goteiras e de maneira a não obstruir as operações de limpeza.

4.1.3.9. Os alojamentos, lavabos, vestiários e quartos de higiene do pessoal auxiliar do estabelecimento deverão estar completamente separados das zonas de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, sem acesso direto a elas nem comunicação com as mesmas.

4.1.3.10. Os insumos, matérias-primas e produtos acabados deverão ser colocados sobre estrados ou separados das paredes para permitir a correta higienização da zona.

4.1.3.11. Deve-se evitar o uso de materiais que não possam ser limpos ou desinfetados adequadamente, como por exemplo, madeira, a menos que a tecnologia utilizada torne imprescindível seu emprego e desde que tal material não seja uma fonte de contaminação.

4.1.3.12. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.1.3.12.1. O abastecimento de água deve ser abundante, com a pressão adequada e temperatura conveniente; um bom sistema de distribuição e a devida proteção contra a contaminação são igualmente necessários. Se houver necessidade de armazenar água, devem existir instalações apropriadas nas condições indicadas anteriormente. Neste caso, é imprescindível um controle frequente da potabilidade da água.

4.1.3.12.2. O organismo competente poderá admitir variações das especificações químicas e físico-químicas com relação às condições estabelecidas e aceitas devido à composição da água da zona em questão, sempre que não for comprometida a inocuidade do produto, nem a saúde pública.

4.1.3.12.3. O vapor e o gelo utilizados em contato direto com produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos ou superfícies que entrem em contato com os mesmos não deverão conter nenhuma substância que possa ser perigosa para a saúde ou contaminar o produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

4.1.3.12.4. A água impotável utilizada na produção de vapor, refrigeração, combate a incêndios e outros propósitos similares não relacionados com os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, deverá ser transportada por encanamentos completamente separados, de preferência identificados por cores, sem nenhuma conexão transversal ou sifonada de retrocesso com os encanamentos que conduzem água potável.

4.1.3.13. EVACUAÇÃO DE EFLUENTES E ÁGUAS RESIDUAIS

Os estabelecimentos deverão contar com um sistema eficaz de evacuação de efluentes e águas residuais, o qual deverá ser mantido sempre em perfeito estado de funcionamento. Todos os condutos de evacuação (incluindo os sistemas de esgoto) deverão ser suficientemente grandes para suportar cargas máximas, devendo também ser construídos de forma a evitar a contaminação do abastecimento de água potável.

4.1.3.14. VESTIÁRIOS E QUARTOS DE ASSEIO

Todos os estabelecimentos deverão dispor de vestiários, sanitários e quartos de asseio adequados, convenientemente situados, garantindo-se a eliminação higiênica das águas residuais. Estes locais deverão estar bem iluminados e ventilados e não devem estar diretamente comunicados com a zona onde os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos são manipulados. Junto aos vasos sanitários devem haver lavabos com água fria ou fria e quente, equipados com todos os elementos adequados para a completa higienização das mãos, não estando permitido o uso de toalhas de tecido; no caso de toalhas de papel, deve haver um número suficiente de dispositivos de distribuição e receptáculos para tais toalhas; os lavatórios deverão estar situados entre os sanitários e a área de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, de forma a que os funcionários obrigatoriamente passem em frente aos mesmos e possam utilizá-los antes de retornar ao trabalho. Devem ser colocados cartazes indicando ao pessoal a necessidade de lavar as mãos sempre após a utilização dos serviços sanitários.

4.1.3.15. INSTALAÇÕES PARA LAVAR AS MÃOS NAS ZONAS DE FABRICAÇÃO

Os estabelecimentos devem possuir instalações adequadas e convenientemente localizadas para que seus funcionários possam lavar e secar as mãos sempre que tal medida for exigida pela natureza das operações. Em caso de haver manipulação de substâncias contaminadoras, ou quando a índole das tarefas exigir uma desinfecção adicional à lavagem, devem também existir instalações apropriadas para a desinfecção das mãos. Deve-se dispor de água fria ou fria e quente e de elementos adequados para a limpeza das mãos. Deverá haver um meio higiênico adequado para a secagem das mãos. Não será permitido o uso de toalhas de tecido. Se forem usadas toalhas de papel, deverá haver um número suficiente de dispositivos de distribuição e receptáculos para este tipo de toalha. As instalações deverão estar providas de encanamentos devidamente sifonados que levem as águas residuais aos canais de escoamento.

4.1.3.16. INSTALAÇÕES DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO

Quando couber, deverão haver instalações adequadas para a limpeza e desinfecção dos materiais e equipamentos de trabalho. Essas instalações serão construídas com materiais resistentes à corrosão e de fácil limpeza; deverão estar equipadas com os meios convenientes para o fornecimento de água fria ou fria e quente em quantidades suficientes.

4.1.3.17. ILUMINÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Os locais dos estabelecimentos deverão ter iluminação natural e/ou artificial que possibilite a realização das tarefas e não comprometa a higiene dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos. As fontes de luz artificial suspensas ou aplicadas que estejam localizadas sobre a zona de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, em qualquer das fases de produção, devem ser do tipo inócuo e estar protegidas contra rupturas. A iluminação não deverá provocar qualquer alteração às cores.

As instalações elétricas deverão ser embutidas; no caso de instalações elétricas exteriores, estas deverão estar perfeitamente cobertas por canos isolantes e presas a paredes ou tetos, não sendo permitida a existência de fios pendurados sobre as áreas de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos. O Organismo Competente poderá autorizar outra forma de instalação ou a modificação das instalações aqui descritas quando o considerar conveniente.

4.1.3.18. VENTILAÇÃO

A ventilação do local deve ser adequada para evitar o excesso de calor, a condensação de vapor ou a acumulação de poeira, assim como para eliminar o ar contaminado. A corrente de ar nunca deverá estar dirigida de uma zona suja a uma zona limpa. Devem existir aberturas de ventilação equipadas com as proteções e sistemas correspondentes para evitar a entrada de agentes contaminadores.

4.1.3.19. ARMAZENAMENTO DE DETRITOS E MATÉRIAS NÃO COMESTÍVEIS

Devem existir meios para o armazenamento dos detritos e matérias não comestíveis antes de sua eliminação ou retirada do estabelecimento, de modo a impedir o ataque de pragas aos detritos de matérias não comestíveis e evitar, assim, a contaminação das matérias-primas, do produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, da água potável, dos equipamentos e dos edifícios ou vias de acesso nos locais.

4.1.3.20. DEVOLUÇÃO DE PRODUTOS

Em caso de devolução de produtos, os mesmos poderão ser guardados em setores separados e destinados especificamente a esse fim, durante o período necessário para determinar seu destino final.

4.1.4. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

4.1.4.1. MATERIAIS

Todo o equipamento e os utensílios empregados nas zonas de manipulação, e que possam entrar em contato com os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, devem ser feitos de um material que não transmita substâncias tóxicas, odores nem sabores, não podendo ser absorvente; tal material deverá ser resistente à corrosão e capaz de resistir a repetidas operações de limpeza e desinfecção. As superfícies deverão ser lisas e livres de orifícios, rachaduras e outras imperfeições que possam comprometer a higiene dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos ou constituir fontes de contaminação. Deverá ser evitado o uso de madeira e outros materiais que não possam ser limpos e desinfetados adequadamente, a menos que exista a certeza de que tais materiais não sejam uma fonte de contaminação. Deve-se evitar também o uso de outros materiais que possam produzir corrosão por contato.

4.1.4.2. DESENHO E CONSTRUÇÃO

4.1.4.2.1. Todos os equipamentos e utensílios deverão estar desenhados e construídos de modo a garantir a higiene e permitir uma fácil e completa limpeza e desinfecção e, quando factível, deverão ser visíveis para facilitar a inspeção. Os equipamentos fixos deverão ser instalados de forma a permitir o fácil acesso aos mesmos e uma limpeza profunda, além disso, deverão ser usados exclusivamente para os fins aos quais foram destinados.

4.1.4.2.2. Os recipientes para matérias não comestíveis e detritos deverão ser feitos de metal ou de qualquer outro material não absorvente e inatacável, que facilite a limpeza e eliminação de seu conteúdo; suas estruturas e tampas devem ser à prova de vazamentos ou exalação.

Os equipamentos e utensílios empregados para matérias não comestíveis ou detritos deverão estar marcados com a indicação específica de seu uso e não deverão ser utilizados para produtos comestíveis.

4.1.4.2.3. Todos os locais refrigerados deverão estar equipados com um termômetro que indique as temperaturas máxima e mínima, ou com outros dispositivos de registro da temperatura ambiente para assegurar a uniformidade da temperatura e a consequente conservação das matérias-primas, produtos e processos.

Sobre as boas práticas de fabricação em estabelecimentos elaboradores/industrializadores.

5. ESTABELECIMENTO: REQUISITOS DE HIGIENE (SANEAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS)

5.1. CONSERVAÇÃO

Os edifícios, equipamentos, utensílios e todas as demais instalações do estabelecimento, incluindo os escoadouros, deverão ser mantidos em bom estado de conservação e funcionamento. Na medida do possível, as salas deverão estar livres de vapor, poeira, fumaça e águas residuais.

5.2. LIMPEZA E DESINFECÇÃO

5.2.1. Todos os produtos de limpeza e desinfecção devem ser aprovados antes de seu uso pelo controle da empresa, sendo identificados e guardados em local adequado, fora das áreas de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos. Além disso, deverão estar autorizados pelos organismos competentes.

5.2.2. Para impedir a contaminação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, deve-se proceder à limpeza de toda a área de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, equipamentos e utensílios com a frequência necessária, assim como à sua desinfecção quando as circunstâncias o exijam.

É necessário dispor de recipientes adequados em número e capacidade suficientes para conter os detritos e matérias não comestíveis.

5.2.3. Deverão ser tomadas as devidas precauções para impedir a contaminação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos quando for feita a limpeza ou desinfecção das salas, equipamentos e utensílios, com água ou detergentes ou com desinfetantes ou soluções desinfetantes.

Os detergentes e desinfetantes devem ser os adequados à finalidade desejada, devendo estar aprovados pelo organismo oficial competente. Os resíduos desses agentes que permaneçam em uma superfície que possa entrar em contato com produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos devem ser eliminados através de uma lavagem cuidadosa com água potável antes de que a área ou os equipamentos sejam novamente utilizados para a manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos.

Também será necessário tomar as devidas precauções para a limpeza e desinfecção quando se realizem operações de manutenção geral e/ou particular em qualquer local do estabelecimento, nos equipamentos, utensílios ou qualquer elemento que possa contaminar o produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

5.2.4. Deve-se limpar e desinfetar minuciosamente os pisos, incluindo os escoadouros, as estruturas auxiliares e as paredes da área de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, imediatamente após o término da jornada de trabalho, ou com a frequência que for considerada conveniente.

5.2.5. As vias de acesso e os pátios que fazem parte do estabelecimento e que estão situados em suas imediações também deverão ser mantidos limpos.

5.3. PROGRAMA DE HIGIENE E DESINFECÇÃO

Cada estabelecimento deverá garantir sua limpeza e desinfecção. Nos procedimentos de higiene não deverão ser utilizadas substâncias odorantes e/ou desodorantes, em quaisquer de suas formas, nas zonas de manipulação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos a fim de evitar a contaminação pelos mesmos e a dissimulação dos odores.

O pessoal deve ter pleno conhecimento da importância da contaminação e dos riscos que encerra, devendo estar capacitado em técnicas de limpeza.

5.4. SUBPRODUTOS

Os subprodutos deverão ser armazenados de forma adequada; os subprodutos resultantes da fabricação que possam ser um veículo de contaminação deverão ser retirados das zonas de trabalho sempre que for necessário.

5.5. MANIPULAÇÃO, ARMAZENAMENTO E ELIMINAÇÃO DE DETRITOS

Os detritos deverão ser manipulados de modo a evitar a contaminação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos e/ou da água potável. Um cuidado especial será tomado para impedir a presença de pragas nos detritos. Os detritos deverão ser retirados das zonas de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos e de outras zonas de trabalho pelo menos uma vez ao dia e todas as vezes que forem necessárias. Deve-se limpar e desinfetar os recipientes utilizados para o armazenamento de detritos, assim como todos os equipamentos que tenham entrado em contato com os mesmos, imediatamente após a evacuação de tais resíduos. Da mesma forma, deve-se limpar e desinfetar a zona onde os mesmos foram armazenados.

5.6. PROIBIÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Deve-se impedir a entrada de animais a todos os locais onde existam matérias-primas, material de embalagem, produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos acabados ou que estejam em qualquer de suas etapas de processamento.

5.7. SISTEMA DE COMBATE ÀS PRAGAS

5.7.1. Deverá ser aplicado um programa eficaz e contínuo de combate às pragas. Os estabelecimentos e suas zonas circundantes deverão ser inspecionados periodicamente a fim de diminuir ao mínimo os riscos de contaminação.

5.7.2. No caso de estabelecimentos invadidos por pragas, deverão ser tomadas medidas de erradicação. As medidas de combate que compreendem o tratamento com agentes químicos ou biológicos autorizados, assim como com agentes físicos, somente deverão ser aplicadas sob a supervisão direta de pessoas que conheçam a fundo os riscos que o uso desses agentes pode trazer à saúde, especialmente os riscos que podem originar-se dos resíduos retidos no produto.

5.7.3. Somente deverão ser utilizados praguicidas se não houver outras medidas de precaução que possam ser aplicadas com eficácia. Antes da aplicação de praguicidas, deve-se ter o cuidado de proteger da contaminação todos os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, equipamentos e utensílios. Após a aplicação dos praguicidas autorizados, deve-se realizar uma limpeza minuciosa no equipamento e nos utensílios contaminados para eliminar qualquer resíduo nocivo antes de tornar a utilizá-los.

5.8. ARMAZENAMENTO DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

5.8.1. Os praguicidas, solventes e outras substâncias tóxicas que possam representar um risco para a saúde deverão ser etiquetados adequadamente com um rótulo que informe sobre sua toxicidade e utilização. Estes produtos deverão ser armazenados em salas separadas ou armários fechados com chave, especialmente destinados a esse efeito e deverão ser distribuídos ou manipulados unicamente por pessoal autorizado e devidamente treinado para tal, ou por pessoas que trabalhem sob a estrita supervisão de pessoal competente. Deve-se evitar a contaminação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

5.8.2. Salvo por necessidades de higiene ou de fabricação, não deverá ser utilizada nem armazenada na zona de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos nenhuma substância que possa contaminá-los.

5.9. ROUPAS E OBJETOS PESSOAIS

Não deve ser admitida a presença de roupas ou objetos pessoais nas zonas de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos.

6. HIGIENE PESSOAL E REQUISITOS SANITÁRIOS

6.1. INSTRUÇÕES DE HIGIENE

A Direção do estabelecimento deverá tomar disposições para que todas as pessoas que manipulem produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos recebam uma instrução adequada e contínua em matéria de manipulação higiênica dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos e higiene pessoal, a fim de que saibam adotar as precauções necessárias para evitar a contaminação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos. Tal instrução deverá compreender as partes pertinentes do presente regulamento.

6.2. ESTADO DE SAÚDE

As pessoas que possam estar doentes, ou que estejam sofrendo de algum mal com probabilidades de ser transmitido por meio dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, não poderão entrar em nenhuma zona de manipulação ou operação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos se houver qualquer possibilidade de contaminação dos mesmos. Qualquer pessoa que estiver afetada por alguma doença deverá comunicar imediatamente sua condição de saúde à Direção do estabelecimento.

As pessoas que devam manter contato com os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos durante seu trabalho deverão submeter-se aos exames médicos estabelecidos pelos Organismos Competentes de Saúde dos Estados Partes, antes de serem admitidas no estabelecimento e em caráter periódico. Também deverá ser efetuado um exame médico a todos os trabalhadores em outras ocasiões, por razões clínicas ou epidemiológicas.

6.3. ENFERMIDADES CONTAGIOSAS

A Direção tomará as medidas necessárias para não permitir, sob hipótese alguma, que pessoas que possam estar doentes, que estejam doentes ou sejam portadores de alguma doença suscetível de ser transmitida pelos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, trabalhem em nenhuma zona de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos quando houver a probabilidade de que tais pessoas possam contaminar direta ou indiretamente os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos com microrganismos patogênicos, mantendo-se essa proibição até que se restabeleçam e recebam alta médica; tais medidas também serão aplicadas a pessoas que apresentem feridas infeccionadas, infecções cutâneas, chagas ou que tenham diarreia. Todas as pessoas que estejam nessas condições devem comunicar imediatamente sua condição física à direção do estabelecimento.

6.4. FERIDAS

Toda pessoa que apresente feridas estará impedida de manipular produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos ou superfícies que entrem em contato com produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos até decisão em sentido contrário por determinação profissional.

6.5. LAVAGEM DAS MÃOS

Toda pessoa que trabalhe em uma zona de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos deverá, enquanto estiver em serviço, lavar as mãos com frequência de forma minuciosa, utilizando um agente de limpeza autorizado e água potável fria ou água potável fria e quente. Essa pessoa deverá lavar as mãos antes de iniciar o trabalho, imediatamente depois de usar os serviços sanitários, após manipular material contaminado e todas as vezes que forem necessárias. Deverá lavar e desinfetar as mãos logo após a manipulação de qualquer material contaminador que possa transmitir doenças. Serão colocados avisos que indiquem a obrigação de lavar as mãos. Deverá ser realizado um controle adequado para garantir o cumprimento deste requisito.

6.6. HIGIENE PESSOAL

Toda pessoa que estiver trabalhando em uma zona de manipulação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos deverá manter uma esmerada higiene pessoal e, a todo momento, durante o trabalho deverá usar roupas protetoras, calçados adequados e gorros de proteção. Todos estes elementos deverão ser laváveis, a menos que sejam descartáveis e deverão estar sempre limpos, respeitando a natureza do trabalho que se desempenhe. Durante a manipulação de matérias-primas e produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, será proibido o uso de todo e qualquer objeto de adorno.

6.7. CONDUTA PESSOAL

Nas zonas onde se manipulem produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, deverá estar proibido todo ato que possa provocar a contaminação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos como, por exemplo, comer, fumar, salivar ou outras práticas anti-higiênicas.

6.8. LUVAS

Se houver a necessidade do uso de luvas para a manipulação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, estas deverão ser mantidas em perfeitas condições de limpeza e higiene. O uso de luvas não livrará o operário da obrigação de lavar as mãos cuidadosamente.

6.9. VISITANTES

A categoria Visitantes inclui toda pessoa que não pertence às áreas ou setores onde se manipulam produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos. Serão tomadas precauções para impedir que os visitantes contaminem os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos nas áreas de manipulação. As precauções podem incluir o uso de roupas protetoras. Os visitantes devem cumprir as disposições recomendadas nas seções 5.9, 6.3, 6.4 e 6.7 do presente regulamento.

6.10. SUPERVISÃO

A responsabilidade pelo cumprimento dos requisitos assinalados nas seções 6.1 a 6.9 por parte de todo o pessoal, deverá estar sob a direção específica de supervisores competentes.

7. REQUISITOS DE HIGIENE NA FABRICAÇÃO

7.1. REQUISITOS APLICÁVEIS À MATÉRIA-PRIMA

7.1.1. O estabelecimento não deverá aceitar nenhuma matéria-prima ou ingrediente que contenha parasitas, microrganismos ou substâncias tóxicas, em decomposição ou substâncias estranhas que não possam ser reduzidas a níveis aceitáveis pelos procedimentos normais de classificação e/ou preparação ou elaboração.

7.1.2. As matérias-primas ou ingredientes deverão ser inspecionados e classificados antes de serem levados à linha de elaboração e, caso necessário, deverão ser submetidas a testes de laboratório. Na elaboração ulterior, somente deverão utilizar-se matérias-primas ou ingredientes limpos e em boas condições.

7.1.3. As matérias-primas e os ingredientes armazenados nos locais do estabelecimento deverão ser mantidos em condições que evitem sua deterioração, que os protejam contra a contaminação e reduzam ao mínimo quaisquer danos. Deverá assegurar-se a rotação adequada dos estoques de matérias-primas e ingredientes.

7.2. PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO CRUZADA

7.2.1. Serão tomadas medidas eficazes para evitar a contaminação do material alimentar por contato direto ou indireto com material contaminado que se encontre nas fases iniciais do processo.

7.2.2. As pessoas que manipulam matérias-primas ou produtos semielaborados com risco de contaminar o produto final, não deverão entrar em contato com nenhum produto final enquanto não trocarem toda a roupa protetora usada durante o trabalho (a qual esteve em contato ou foi manchada por alguma matéria-prima ou produto semielaborado) por roupa limpa, e cumprirem o que estabelecem os numerais 6.5 e 6.6.

7.2.3. Se existir a probabilidade de contaminação, os funcionários do setor deverão lavar as mãos meticulosamente entre uma manipulação de produtos e a seguinte, nas diversas fases de elaboração.

7.2.4. Todo o equipamento que tenha tido contato com matérias-primas ou com material contaminado deverá ser limpo e desinfetado cuidadosamente antes de ser utilizado para entrar em contato com produtos não contaminados.

7.3. USO DA ÁGUA

7.3.1. Como princípio geral, deve-se usar unicamente água potável na manipulação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos.

7.3.2. Com a aprovação do organismo competente, poderá ser utilizada água não potável para a produção de vapor e com outros fins análogos não relacionados aos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos.

7.3.3. Para utilizar novamente a água recirculada dentro de um estabelecimento, deve-se tratá-la e mantê-la em condições tais que seu uso não possa apresentar riscos para a saúde. O processo de tratamento deverá estar sob constante vigilância. Por outro lado, a água recirculada que não tenha recebido tratamento posterior, poderá ser utilizada nas condições em que seu uso não constitua um risco para a saúde nem contamine a matéria-prima ou o produto acabado.

Deverá haver um sistema separado de distribuição para a água recirculada, de forma a permitir sua fácil identificação.

Os tratamentos de águas recirculadas e sua utilização em qualquer processo de elaboração de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos deverão ser aprovados pelo Organismo Competente.

As situações particulares indicadas em 7.3.2. e 7.3.3. deverão estar em concordância com o disposto em 4.3.12.4. do presente regulamento.

7.4. FABRICAÇÃO

7.4.1. A fabricação deverá ser realizada por pessoal capacitado e supervisionada por pessoal tecnicamente competente.

7.4.2. Todas as operações do processo de produção, incluindo a embalagem, deverão realizar-se sem demoras inúteis e em condições que excluam toda possibilidade de contaminação, deterioração ou proliferação de microrganismos patogênicos ou causadores de putrefação.

7.4.3. Os recipientes serão tratados com o devido cuidado para evitar toda possibilidade de contaminação do produto elaborado.

7.4.4. Os métodos de conservação e os controles necessários deverão estar orientados à proteção contra a contaminação, o aparecimento de qualquer risco para a saúde pública, ou a deterioração dentro dos limites de uma prática comercial correta.

7.5. EMBALAGEM

7.5.1. Todo o material utilizado para a embalagem deverá ser armazenado em condições de salubridade e limpeza em locais destinados a esse fim. O material deverá ser apropriado para o produto a ser embalado e para as condições previstas de armazenamento. Não deverá transmitir ao produto substâncias indesejáveis dentro dos limites aceitáveis para o Organismo Competente. O material de embalagem deverá ser de qualidade satisfatória, devendo conferir uma proteção apropriada contra a contaminação.

7.5.2. Os invólucros ou recipientes não deverão ter sido utilizados para nenhum fim que possa ocasionar a contaminação do produto. Sempre que for possível, os invólucros ou recipientes deverão ser inspecionados imediatamente antes do uso, a fim de certificar com total segurança seu bom estado, deverão também ser limpos e/ou desinfetados, quando for necessário; ao lavar tais recipientes, deve-se escorrê-los bem antes de tornar a enchê-los. Na área reservada para a embalagem ou enchimento dos recipientes somente deverão guardar-se os recipientes ou invólucros necessários.

7.5.3. A embalagem deverá ser realizada em condições que evitem a contaminação do produto.

7.6. DIREÇÃO E SUPERVISÃO

O tipo de controle e supervisão necessários dependerá do volume, tipo de atividade e dos tipos de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos em questão. Os diretores deverão ter conhecimentos suficientes sobre os princípios e práticas de higiene dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos para poder julgar os possíveis riscos e assegurar que a vigilância e a supervisão do processo sejam eficazes.

7.7. DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

Em função do risco, deverão ser mantidos os registros apropriados da fabricação, produção e distribuição e conservados durante um período superior à duração mínima do produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

8. ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS ACABADOS

8.1.1. As matérias-primas e os produtos acabados deverão ser armazenados e transportados em condições tais que impeçam a contaminação e/ou a proliferação de microrganismos e protejam contra a alteração do produto ou contra os danos que possam sofrer os recipientes ou embalagens que o contêm.

Durante o armazenamento, deverá ser realizada uma inspeção periódica dos produtos acabados, a fim de que somente sejam despachados produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos aptos para o consumo humano e que cumpram as especificações aplicáveis aos produtos acabados, quando couber.

8.1.2. Os veículos de transportes pertencentes à empresa que fabrica o produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, ou a empresas por ela contratadas, deverão estar autorizados pelos Organismo Competente.

Os veículos de transporte deverão realizar as operações de carga e descarga fora dos locais de elaboração dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, devendo-se evitar a contaminação dos mesmos e do ar pelos gases de combustão. Os veículos destinados ao transporte de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos refrigerados ou congelados devem dispor de meios que permitam verificar o grau de umidade, se for necessário, e a manutenção da temperatura adequada.

9. CONTROLE DE PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICOS

É conveniente que o estabelecimento instrumente os controles de laboratório que considere necessários, com uma metodologia analítica reconhecida, a fim de garantir a obtenção de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos aptos para o consumo.

PORTARIA Nº 107, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Autorizar despesas com diárias e passagens no âmbito da Defesa Agropecuária nos casos previstos nos incisos I a V do art. 8º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e o que consta do Processo nº 21000.019817/2020-83, resolve:

Art. 1º Ficam autorizadas despesas com diárias e passagens de servidores da Secretaria de Defesa Agropecuária, das Divisões de Defesa Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou a serviço destas Unidades, conforme previsto nos incisos I a V do art. 8º do Decreto nº 10.193, de 2019, na forma a seguir:

I - manutenção das atividades de inspeção ante e post mortem em estabelecimentos de abate de animais sob o Serviço de Inspeção Federal - SIF;

II - manutenção das atividades nos postos de vigilância agropecuária internacional; e

III - investigação de foco de doenças de animais ou praga de vegetais, assim como demais situações caracterizadas como emergência agropecuária.

Art. 2º Fica dispensada a utilização do Sistema de Autorização de Deslocamento - SIAD nos casos previstos no art. 1º desta Portaria, devendo a autorização prévia ser inserida no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1ª de abril de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

PORTARIA Nº 106, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Institui o Conselho de Soluções de Controvérsias da Defesa Agropecuária, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Processo nº 21000.072646/2019-87, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Conselho de Soluções de Controvérsias da Defesa Agropecuária - CCDA, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SDA/MAPA, com o objetivo solucionar controvérsias existentes em relação aos atos normativos internos que regulam as atividades de defesa agropecuária.

Art. 2º Ao CCDA/SDA compete:

I - avaliar as arguições de controvérsias relativas aos atos normativos internos que regulam as atividades de defesa agropecuária;

II - deliberar sobre a pertinência dos argumentos apresentados nas arguições de controvérsia; e

III - sugerir à Secretaria de Defesa Agropecuária e às suas Unidades alterações e reformulações necessárias à solução das controvérsias apresentadas e reconhecidas.

Parágrafo único. O CCDA/SDA deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - arguição de controvérsia: exposição fundamentada de dispositivos específicos de atos normativos regulamentados pela SDA/MAPA e considerados controversos pelo requerente;

II - requerente da solução de controvérsia: entidade representativa de classe, constituída em território brasileiro, de âmbito regional, estadual ou nacional;

III - arguição concluída para deliberação: processo apto para apreciação do CCDA/SDA, instruído da documentação pertinente à matéria e do parecer do relator designado para o caso;

IV - arguição acolhida: concordância total ou parcial do CCDA/SDA quanto aos argumentos apresentados pelo requerente da solução de controvérsia;

V - arguição rejeitada: pedido de solução de controvérsia indeferido; e

VI - arguição encerrada: encerramento do procedimento de solução de controvérsia mediante rejeição ou acolhimento do requerimento, de acordo com a decisão do CCDA/SDA.

Art. 4º O CCDA/SDA será composto pelos representantes titulares das Unidades da SDA/MAPA, a seguir:

I - Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária;

II - Departamento de Gestão Corporativa;

III - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

IV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal;

V - Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas;

VI - Departamento de Saúde Animal e Insumos Pecuários;

VII - Departamento de Serviços Técnicos; e

VIII - Departamento de Suporte e Normas.

§ 1º Cada membro do CCDA/SDA terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros titulares e suplentes do CCDA/SDA serão designados por ato do Secretário de Defesa Agropecuária.

§ 3º O CCDA/SDA será presidido pelo Secretário de Defesa Agropecuária, que será substituído pelo Secretário-Adjunto de Defesa Agropecuária.

§ 4º Caberá ao Departamento de Suporte e Normas - DSN/SDA prestar apoio administrativo ao CCDA/SDA.

Art. 5º O Conselho de Soluções de Controvérsia da Defesa Agropecuária se reunirá, em caráter ordinário, nos casos de arguição concluída para deliberação e, em caráter extraordinário, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente.

§ 1º As reuniões do CCDA/SDA serão instaladas mediante a presença da maioria absoluta dos seus membros e realizadas na sede do MAPA, salvo em relação aos representantes que se encontrem em entes federativos diversos, que poderão participar por videoconferência.

§ 2º As deliberações do Conselho de Soluções serão tomadas por maioria simples dos votos.

§ 3º Além do voto ordinário, o Presidente do CCDA/SDA terá voto de qualidade em caso de empate.

§ 4º O CCDA/SDA poderá incluir mais de uma arguição na mesma pauta de reunião sempre que essa opção se mostrar mais oportuna e conveniente aos trabalhos do Conselho.

Art. 6º O Conselho de Soluções de Controvérsia da Defesa Agropecuária poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicas, da sociedade civil e do setor privado para colaborar com as suas atividades, sem direito a voto.

Art. 7º O Conselho de Soluções de Controvérsia da Defesa Agropecuária poderá solicitar auxílio das Câmaras Setoriais do MAPA na análise e emissão de pareceres técnicos sobre as questões discutidas nas arguições de controvérsia.

Art. 8º Ao Secretário de Defesa Agropecuária e ao seu substituto compete:

I - convocar as reuniões do CCDA/SDA;

II - notificar os membros do Conselho quanto à data de realização das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - comunicar e solicitar manifestação das Câmaras Setoriais do MAPA sobre os pleitos de controvérsia em tramitação; e

IV - comunicar e solicitar manifestação das Unidade da SDA/MAPA competentes para análise do ato normativo questionado na arguição de controvérsia.

Art. 9º Encerrada a arguição de controvérsia, com acolhimento ou rejeição do requerimento, o Conselho deverá elaborar relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações propostas no caso.

§ 1º O relatório será enviado aos requerentes da solução de controvérsia e à Unidade da SDA/MAPA responsável pela edição do ato normativo impugnado.

§ 2º Acolhida a arguição de controvérsia, a Unidade da SDA/MAPA responsável iniciará o processo de revisão do ato normativo, baseado nas recomendações do CCDA/SDA.

§ 3º O processo de revisão deverá ser realizado através do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN.

Art. 10. A participação no CCDA/SDA será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 11. Normas complementares relativas ao funcionamento do CCDA/SDA deverão constar do Manual do Conselho de Soluções de Controvérsias da Defesa Agropecuária, a ser publicado em site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 12. Fica delegada ao Secretário de Defesa Agropecuária a competência para promover alterações ao teor desta Portaria.

Art. 13. As dúvidas relativas à aplicação desta Portaria serão dirimidas pelo CCDA/SDA.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 4 de maio de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 4, DE 13 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da PORTARIA Nº 561, DE 11 DE ABRIL DE 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.006768/2018-15, resolve:

Art. 1° Converter em definitivo o credenciamento da empresa MADEMAX FLORESTAL LTDA, CNPJ 14.814.209/0001-01, credenciada sob o nº BR PR 701, localizada na Rod. PR 464, Estrada Jardim Olinda/ Paranapoema, km 43,7, Barracão 2 - Zona Rural, Jardim Olinda-PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos na modalidade de:

Tratamento Térmico (HT);

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 50, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Debora Miglioranza, inscrito(a) no CRMV/SC: Nº 9150, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.002124/2020-66, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TULIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 51, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Felipe Grenteski Tomal, inscrito(a) no CRMV/SC: Nº 5324, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.002128/2020-44, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de nº 319 de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TULIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Nº 52 - Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Valdomiro Gasparini - CRMV/SC Nº 6359, para expedir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme o Processo SEI 21050.002133/2020-57, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de nº 272 de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 62 - Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(à) médico(a) veterinário(a) Raissa Isaura Rossi - CRMV/SC Nº 7214, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.005168/2017-42, no Estado de Santa Catarina.
Revoga-se a Portaria de nº 191 de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 55, DE 4 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Leonel Araújo Brehm - CRMV/SC Nº 4575, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.003615/2019-91, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de nº 147 de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TULIO TAVARES SANTOS

PORTARIA Nº 65 DE 23 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Alterar a Portaria N° 290, de 2014, do(a) médico(a) veterinário(a) Jacilda Bonin - CRMV-SC nº 1832, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.002409/2020-05, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Nº 67 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Sara Lorandi Soares, inscrito(a) no CRMV/SC: Nº 9040, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.002955/2020-38, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 68 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Aline Marafon, inscrito(a) no CRMV/SC: Nº 9487, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.002958/2020-71, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 69 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Marciano Martello, inscrito(a) no CRMV/SC: Nº 2804, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI 21050.002960/2020-41, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TULIO TAVARES SANTOS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 20, DE 23 DE MARÇO DE 2020

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais, considerando as competências estabelecidas no inciso I do Art. 6° do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, considerando o disposto nas Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa n° 294 e 296, ambas de 29 de julho de 2019, e o disposto na Resolução do Gerente Geral de Toxicologia da Anvisa - RESOLUÇÃO-RE Nº 3.701, de 31 de dezembro de 2019, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União no dia 06 de janeiro de 2020, resolve dar publicidade as alterações das classificações toxicológicas dos produtos formulados agrotóxicos e afins conforme disposto abaixo:

1. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto 2,4 D SUPER AMINE SG, registro n° 42318, da Classe+A1:F2 I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

2. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto 2,4-D (240) + PICLORAM (64) SL, registro n° 31918, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

3. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ACETAMIPRID NORTOX, registro n° 43619, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

4. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ACETAMIPRID STK 200 SP, registro n° 26718, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

5. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ACRUX, registro n° 12819, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

6. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ACUCOR, registro n° 34618, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

7. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ADMIRAL 100 EW, registro n° 4019, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

8. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AGROBEN 500, registro n° 07812, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

9. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AIRONE INOX, registro n° 7019, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

10. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AIRONE SCUDO, registro n° 7119, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

11. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ÁLIBI, registro n° 41018, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

12. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ALIBI FLORA, registro n° 3319, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

13. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ALICERCE, registro n° 11819, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

14. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AMETRINA 500 SC RAINBOW, registro n° 16318, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

15. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto APTUR-PF, registro n° 24618, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

16. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ARAMO 200, registro n° 02200, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

17. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ARMIGEM, registro n° 7815, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

18. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ASSARIS, registro n° 31618, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

19. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ATAK, registro n° 23718, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

20. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ATRAZINA + NICOSULFURON NORTOX WG, registro n° 41318, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

21. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ATRAZINA 500 SC ALAMOS, registro n° 17918, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

22. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ATRAZINA 500 SC RAINBOW, registro n° 10018, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

23. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ATRAZINA CCAB 500 SC, registro n° 9519, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

24. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ATRAZINA FERSOL 500 SC, registro n° 10315, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

25. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AUDAZ, registro n° 36919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

26. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AUG 103, registro n° 34818, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

27. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AUG 126, registro n° 32218, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

28. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AUMENAX, registro n° 36919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

29. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AVICTA 500 FS PRO, registro n° 02219, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 1: Produto Extremamente Tóxico.

30. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AVURA, registro n° 38218, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

31. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AZACT CE, registro n° 8015, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

32. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto AZOXISTROBIN CCAB 250 SC, registro n° 30318, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

33. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BASAMID, registro n° 003294, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

34. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BEAUVECONTROL EXTREME, registro n° 18319, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

35. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BELLUM 480 SC, registro n° 21719, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

36. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BI2003/16, registro n° 43719, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

37. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BIO ZENON, registro n° 12919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

38. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BIOBACI, registro n° 36118, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

39. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BIO-HULK, registro n° 6519, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

40. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BIO-IMUNE, registro n° 43418, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

41. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BIOPROGRESS, registro n° 01278791, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

42. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BLADE, registro n° 38117, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

43. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BLERAN, registro n° 38818, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

44. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BOMETIL, registro n° 40119, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

45. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BOREAL, registro n° 24918, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

46. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BRION, registro n° 11708, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

47. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BT-TURBO MAX, registro n° 6319, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

48. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto BUCANERO, registro n° 7219, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

49. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CALARIS, registro n° 9419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

50. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CAPOTE, registro n° 25018, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

51. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CAPTIVE, registro n° 42719, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

52. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CARBENDAZIM STK 500 SC-A, registro n° 8617, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

53. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CARBENDAZIM STK 500 SC-B, registro n° 8717, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

54. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CARTARYS, registro n° 9319, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

55. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CEFANOL, registro n° 01378704, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

56. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CLEAN SPRAY, registro n° 07818, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

57. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CLEANER, registro n° 23419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

58. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CLEANER XTRA, registro n° 36817, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

59. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CLORPIRIFÓS NORTOX EC, registro n° 12419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

60. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CLOSER, registro n° 23519, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

61. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CLOSER SC, registro n° 22819, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

62. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto COBOX DF, registro n° 04700, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

63. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto COLISEO, registro n° 32619, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

64. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto COMISSARIO, registro n° 10119, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

65. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CONTACT, registro n° 00698, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

66. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CORDIAL 100 EW, registro n° 4119, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

67. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto COUGAR, registro n° 32318, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

68. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto COVINEX 700, registro n° 20819, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

69. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CREOX, registro n° 11317, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

70. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CRICEN, registro n° 12019, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

71. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CRYSTAL, registro n° 22216, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

72. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CUPRITAL 700, registro n° 23418, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

73. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto CYPER COPA 250 EC, registro n° 3915, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

74. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DAGA, registro n° 29417, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

75. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DAVOS, registro n° 9219, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

76. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DELAN, registro n° 01818604, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

77. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DEZ GOLD, registro n° 25419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

78. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DIAFENTIURON 500 SC PROVENTIS, registro n° 43818, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

79. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DIAMOND, registro n° 20518, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

80. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DIFLUCROP, registro n° 31717, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

81. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DIQUAT 200 SL RAINBOW, registro n° 19217, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

82. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DIQUAT CCAB 200 SL, registro n° 13819, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

83. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DIURON 500 SC RAINBOW, registro n° 8319, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

84. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto DOLPHIN, registro n° 37619, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

85. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto EFICAZ NEMA, registro n° 22018, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

86. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ELATUS TRIO, registro n° 01519, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

87. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ELECTRO, registro n° 44318, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

88. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto EPIMEC, registro n° 38318, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

89. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto EPINGLE 100 EW, registro n° 6219, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

90. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ESPLANADE, registro n° 4416, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

91. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto EXOR, registro n° 22919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

92. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto EXOR SC, registro n° 22719, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

93. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto EXPEDITION, registro n° 28219, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

94. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FABIAN WG, registro n° 32018, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

95. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FARMOZINE, registro n° 20419, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

96. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FAZOR SL, registro n° 004494, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

97. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FAZZER, registro n° 004494, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

98. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FEGATEX, registro n° 03001, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

99. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FIELDER 100 EW, registro n° 6119, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

100. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FLERIS, registro n° 41118, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

101. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FLUAZINAM 500 SC PROVENTIS, registro n° 17219, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

102. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FLUAZINAM CCAB 500 SC, registro n° 28419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

103. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FLUAZINAM NORTOX 500 SC, registro n° 12219, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

104. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FLUTRIAFOL NORTOX, registro n° 43718, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

105. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FRENO 240 EC, registro n° 13419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

106. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FUORO, registro n° 5919, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

107. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto FURY 400 EC, registro n° 10599, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

108. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GAIA BIO, registro n° 37819, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

109. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GARANT BR, registro n° 04701, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

110. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GESAMENA, registro n° 25819, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

111. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLIFOCOPA 720 WG, registro n° 32418, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

112. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLIFORTE, registro n° 8514, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

113. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLIFOSAL, registro n° 13719, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

114. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLIFOSATO 480 SL ALAMOS, registro n° 39717, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

115. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLIFOSATO 72 WG ALAMOS, registro n° 25119, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

116. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLIFOSATO CHEMTURA 480 SL, registro n° 36719, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

117. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLIFOSATO SOMA 480 SL, registro n° 42018, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

118. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLINT, registro n° 41918, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

119. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GLUFOSINATE-AMMONIUM 200 SL YONON, registro n° 40818, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

120. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GOPAN, registro n° 38918, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

121. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto GRASSATO, registro n° 03812, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

122. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HAFFOR, registro n° 32119, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

123. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HALOXIFOP CCAB 124,7 EC, registro n° 29217, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

124. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HELMET, registro n° 20219, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

125. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HELYMAX EC, registro n° 31217, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

126. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HEXAZINONA 750 VOLCANO, registro n° 4494, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

127. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HEXAZURON, registro n° 27517, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

128. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HODOR, registro n° 12319, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

129. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto HOROS SUPRA, registro n° 21619, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

130. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ILEVO, registro n° 32819, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

131. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ÍMPARBR, registro n° 37019, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

132. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto INSSIMO, registro n° 00719, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

133. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto INVICT, registro n° 6919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

134. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto IPRO BR 500 SC, registro n° 118, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

135. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto KASAN 800 WP, registro n° 10419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

136. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto KASAN MAX 750 WG, registro n° 01319, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

137. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto KICKER, registro n° 11217, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

138. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto KICKER SUP, registro n° 11017, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

139. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto K-OBIOL 25 EC, registro n° 01148394, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

140. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto K-OBIOL 2P, registro n° 02298794, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

141. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto K-OTHRINE 2P, registro n° 1497, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

142. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto LIGERO, registro n° 43918, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

143. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto LOST, registro n° 40217, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

144. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto LOUSAL, registro n° 9719, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

145. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto LOYANT, registro n° 25219, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

146. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MAGIC, registro n° 218, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

147. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MAGNETO SC, registro n° 21319, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

148. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MAGNUM, registro n° 34318, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

149. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MANCOZEB NORTOX, registro n° 21219, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

150. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MANCOZEB NORTOX 800 WP, registro n° 11619, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

151. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MASUMO, registro n° 34718, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

152. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MATTOR, registro n° 22319, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

153. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MAXIM QUATTRO, registro n° 7319, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

154. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MELTAN, registro n° 32419, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

155. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MESOTRIONA CCAB 480 SC, registro n° 40918, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

156. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MESOTRIONA NORTOX 480 SC, registro n° 28919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

157. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto METAGAN, registro n° 6019, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

158. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto METRIBUZIN PRÉ MISTURA, registro n° 22918, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

159. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto METRY, registro n° 12218, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

160. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MIURA EC, registro n° 34218, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

161. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MOJJAVE, registro n° 43618, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

162. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MONTANA 480, registro n° 38219, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

163. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MOURÃO BR, registro n° 36418, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

164. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MOXIMATE WP, registro n° 36119, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

165. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MUNEO, registro n° 35118, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

166. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto MUSTANG 350 EC, registro n° 6107, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

167. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto NEMAKILL, registro n° 25818, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

168. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto NICOSULFURON NORTOX 750 WG, registro n° 28519, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

169. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto NIPPON, registro n° 10219, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

170. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto NO-NEMA, registro n° 34518, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

171. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto NUZOXY 250 SC, registro n° 38118, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

172. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ONIX, registro n° 13018, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

173. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ONIX OG, registro n° 15216, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

174. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ORGANIC WP, registro n° 12616, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

175. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PACLO BR, registro n° 3219, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

176. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PASTOR, registro n° 40918, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

177. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PASTOR, registro n° 44018, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

178. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PERKILL 250 EC, registro n° 37719, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

179. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PERTAG 384 EC, registro n° 29317, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

180. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PIRIPROXIFEM CCAB 100 EC, registro n° 36419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

181. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PIRIPROXIFEN NORTOX, registro n° 6419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

182. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PISTOL, registro n° 35018, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

183. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto POQUER 240 EC, registro n° 32219, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

184. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PREDADOR, registro n° 26219, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

185. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PROFIX, registro n° 38119, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

186. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto PURESPRAY 15 E, registro n° 03604, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

187. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto QUALITY, registro n° 8611, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

188. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto QUARTZ SC, registro n° 30918, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

189. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto RAINBURON, registro n° 8919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

190. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto RALBUZIN 480 SC, registro n° 22419, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

191. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto REINUS, registro n° 9619, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

192. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto RELICTA, registro n° 32519, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

193. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto RIVAMAX, registro n° 34918, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

194. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto RIZOS, registro n° 12118, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

195. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto RIZOS OG, registro n° 15116, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

196. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ROCKS, registro n° 09411, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

197. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto ROUNDUP ORIGINAL MAIS, registro n° 01119, da Classe II - Altamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

198. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SANVEX, registro n° 35819, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

199. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SAVIVO, registro n° 25619, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

200. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SELEZIONE NORTOX, registro n° 28819, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

201. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SENSEI, registro n° 3119, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

202. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SEVIN 850 WP, registro n° 158603, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

203. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SHOCKER, registro n° 33918, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

204. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SIMATOP RAINBOW, registro n° 23118, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

205. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SINFONE, registro n° 17019, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

206. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SIRTAKI GOLD, registro n° 36619, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

207. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SKUPA-MITE, registro n° 36819, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

208. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SORBA, registro n° 6019, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

209. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SORTIC, registro n° 32019, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

210. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SOYACLEAN XTRA, registro n° 14518, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

211. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SOYAGUARD XTRA, registro n° 02319, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

212. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SOYATOP XTRA, registro n° 41518, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

213. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SOYVANCE, registro n° 007814, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

214. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SPRAYKILL, registro n° 19317, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

215. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto STAGE, registro n° 02201, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

216. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto STANDAK DUO, registro n° 21919, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

217. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto STREGGA EC, registro n° 21419, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

218. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SUGARINA, registro n° 25719, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

219. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SULFATO DE COBRE MICROSAL, registro n° 1402, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

220. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SWEEP OFF, registro n° 11919, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

221. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SWITCH, registro n° 6819, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

222. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto SYNERO, registro n° 21819, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

223. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TAJ, registro n° 04406, da Classe II - Altamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

224. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TAMIZ, registro n° 1919, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

225. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TAURA 200 EC, registro n° 01419, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

226. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TECNUP, registro n° 28918, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

227. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TEPRALOXYDIM PRÉ-MISTURA 30%, registro n° 07504, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

228. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TIGER 100 EW, registro n° 01619, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

229. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TOPINAM, registro n° 28319, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

230. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TORERO, registro n° 43518, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

231. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TRICHO-TURBO, registro n° 34018, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

232. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TRICLOPIR CCAB 480 EC, registro n° 11719, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

233. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TRILLA, registro n° 8819, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

234. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TRIVOR, registro n° 32518, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

235. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TROIA, registro n° 16519, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

236. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TROVATI, registro n° 27418, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

237. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TROYA, registro n° 33718, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

238. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TRUNFO, registro n° 41818, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

239. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TRUZON, registro n° 41618, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

240. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TUIT FLORESTAL, registro n° 06504, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

241. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TUVAL, registro n° 07399, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

242. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto TWIXX, registro n° 35419, da Classe IV - Pouco Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

243. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto VALENTE PRIME, registro n° 36519, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

244. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto VERANGO PRIME, registro n° 32319, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

245. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto VERTER, registro n° 23019, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

246. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto VERTER SC, registro n° 22619, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Não classificado - Produto Não Classificado.

247. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto VERTIMEC 84 SC, registro n° 25519, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

248. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto VIANCE, registro n° 28917, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

249. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto VORAZ EC, registro n° 2119, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 2: Produto Altamente Tóxico.

250. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto WIPER, registro n° 25919, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico.

251. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto WIPER XTRA, registro n° 42118, da Classe I - Extremamente Tóxico para a Categoria 4: Produto Pouco Tóxico.

252. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto XOPOTO 800 WP, registro n° 10519, da Classe III - Medianamente Tóxico para a Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-28/DFE/N° 66, de 17/12/1998, publicada no DOU. nº 247 em 24/12/1998, seção 1, página nº 17, BS. nº 52 em 28/12/1998, que criou o Projeto de Assentamento Água Quente, localizado no município de Padre Bernardo-GO, código SIPRA DF0063000, com retificação publica no DOU n° 191 de 05/10/1999 e BS. n° 41 de 11/10/1999; onde se lê: "... com área de 2.829,3041 ha (Dois mil oitocentos e vinte e nove hectares, trinta ares e quarenta e um centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 2.860,0236 (Dois mil oitocentos e sessenta hectares, dois ares e trinta e seis centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 116, de 28 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União nº 1, na data de 04 de janeiro de 1999, na seção 1, página 11, que criou o Projeto de Assentamento denominado SÃO GABRIEL, código SIPRA nº MT 0308000 localizado no município de Vila Rica/MT, onde se lê: "com área de 1.985,0000 (Hum mil novecentos e oitenta e cinco hectares), localizado no município de Vila Rica no Estado do Mato Grosso que prevê a criação de 050 (cinquenta) unidades agrícolas familiares", leia-se: " com área de 2.014,1226 (dois mil e quatorze hectares, doze ares e vinte e seis centiares), localizado no município de Vila Rica no Estado do Mato Grosso que prevê a a criação de 40 (quarenta) unidades agrícolas familiares".

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

PORTARIA Nº 55, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Portaria nº 942, de 17 de maio de 2019, e o art. 53 da Instrução Normativa MC nº 02/2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo I.

Art. 2º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AYRTON GALICIANI MARTINELLO

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
171302	12° Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo	Associação do Audiovisual	Exibição de mais de 100 filmes entre curtas e longas-metragens.	218.000,00
154388	Cineclube Casinha Mágica	CEC Brasil Cultura Esporte e Cidadania LTDA - ME	Doação de 15 salas alternativas para exibição de filmes digitais.	250.000,00
1113881	Acervo de Compositores	Adriano Resende Margotti	Acervo virtual de partituras eruditas em formato de website.	80.000,00
153337	9 FestFoto - Fest. Internac. de Fotografia de Porto Alegre	Brasil Imagem Serviços Fotográficos Ltda.	Encontro nacional de fotógrafos lambe-lambes e realizando uma exposição sobre a família brasileira.	200.000,00
162106	Festival Nacional da Massa Fenamassa 2016	Cam de Ind., Com, Serv., Agrop. e Tur. de Antônio Prado	Festival gastronômico que valoriza a identidade local trazida pela colonização italiana.	261.766,36
127145	Na palma da minha mão	Leme Organização e Produção de Eventos LTDA	Exposição com esculturas em cerâmica reproduzindo figuras de escritores brasileiros, a ser realizada na área a ser inaugurada no CCBB-Rio	43.760,00
154142	Cine Eco	Instituto Eco Ambiental e Social	Realização de apresentações de cinema em praças públicas, escolas ou centros comunitários em sete cidades diferentes.	636.905,00
154769	Plano Anual de Ativ. Museu WEG de Ciência e Tec.	Associação Recreativa WEG	Manutenção e melhoria das instalações atuais e acervo, ampliação do público visitante.	575.345,00
1410731	Um olhar sobre o Brasil	Fundação Cultural ARO	Produção de um livro de arte, trilingue (português/inglês/mandarim).	418.626,00
1310177	Digitalização de Acervo do Instituto Rubens Gerchman	Instituto Rubens Gerchman	Digitalização de aproximadamente 15.000 itens do acervo de Rubens Gerchman.	350.000,00

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 217, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
201570 - Dança Guaporé
BOCCHI & GROSS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 29.513.404/0001-60
Processo: 01400001537202007
Cidade: Guaporé - RS;
Valor Aprovado: R$ 199.972,30
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Promover o Festival "Dança Guaporé" contemplando o público com apresentações da Mostra e Concurso com entrada franca com apresentações coreográficas de diversos gêneros de dança, com grupos e bailarinos amadores de vários lugares do Brasil. Oferecer aos participantes da Mostra e do Concurso, oficinas gratuitas com renomados coreógrafos e bailarinos convidados com o objetivo de estimular o desenvolvimento didático e artístico, além da integração entre Escolas e Instituições do segmento da Dança do País, trazendo para a comunidade o contato pessoal e direto com a arte da expressão.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
201572 - Orquestra na Praia
Cinthya Graber
CNPJ/CPF: 728.185.577-04
Processo: 01400001539202098
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 740.195,77
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de um concerto de orquestra e música instrumental, com participação especial de intérpretes, para tocar releituras de grandes sucessos da música popular brasileira. O concerto será realizado em um único dia, na Praia de Icaraí em Niterói-RJ. O evento será totalmente gratuito e aberto ao público.

201573 - SAMBA ORQUESTRADO
WALLACE RODRIGO DE PAULA
CNPJ/CPF: 042.991.546-22
Processo: 01400001540202012
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.933,25
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto SAMBA ORQUESTRADO é um projeto que vai reunir vários nomes do cenário musical mineiro em 04 dias de execução (04 domingos), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com repertório do chorinho e do samba popular em formato instrumental. A execução irá reunir o público adulto e da terceira idade para celebrar em praças públicas ou locais com livre acesso um verdadeiro tributo ao ritmo (samba) que faz parte do dia a dia e das celebrações festivas da maioria das famílias que apreciam um dos mais respeitados segmentos da cultura brasileira.

201575 - 11º Festival Nacional da Cultura
FENAC PROMOCOES E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.950.230/0001-35
Processo: 01400001542202010
Cidade: Boa Esperança - MG;
Valor Aprovado: R$ 905.918,75
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização do 11º Festival Nacional da Cultura com apresentações de música instrumental, canto lírico, teatro/circo no interior de Minas. O evento é gratuito, realizado em espaços abertos e atinge a todas as esferas sociais.

201576 - UM PIANO NAS PRAÇAS DO BRASIL
VGM Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 15.651.697/0001-38
Processo: 01400001543202056
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 999.027,81
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 27/12/2020
Resumo do Projeto: O produto da Apresentação Musical é a realização de consertos ao piano, em praças públicas no coreto ou palco montado, totalmente gratuito, para toda população local. O produto da Contrapartida Social é a realização de aulas/palestras, do tema "Improviso ao Piano", a serem realizadas em auditórios, com a presença de estudantes da rede pública de ensino e franqueadas a todo público. Os dois produtos deste projeto serão transmitidos, ao vivo, por site do projeto, onde também serão armazenados para consulta de toda população a qualquer tempo.

201578 - João Donato: suíte sinfônica popular sobre obras de Debussy e Ravel
ACRE EDIÇOES MUSICAIS E PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 28.324.069/0001-90
Processo: 01400001545202045
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 951.324,76
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 01/12/2020
Resumo do Projeto: O Projeto consiste na montagem e apresentação do show "João Donato: suíte sinfônica popular sobre obras de Debussy e Ravel". O trabalho consiste na adaptação, por meio de orquestração e instrumentação, de trechos específicos de algumas obras dos compositores eruditos Claude Debussy e Maurice Ravel. Sobre estes trechos, João Donato inserirá o seu toque pessoal ao piano e o de instrumentos populares do jazz e da bossa nova: bateria, percussão, contrabaixo, saxofone e flauta. O show, com o acompanhamento de orquestra sinfônica, será o ponto alto das comemorações dos 85 anos do compositor, pianista e arranjador brasileiro João Donato. Além do espetáculo, o projeto planeja executar um ensaio aberto gratuito.

201580 - Ars Nova-Coral da UFMG na Estrada
FUNDAÇÃO RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE
CNPJ/CPF: 31.605.058/0001-92
Processo: 01400001547202034
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 877.813,20
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de concertos, flashmobs e atividades formativas do Ars Nova-Coral da UFMG ao longo do ano de 2020. O projeto contempla 10 apresentações em Belo Horizonte, incluindo os concertos no Conservatório UFMG e os já tradicionais concertos do Banquete de Vozes do Natal, além de duas circulações dentro do estado de Minas Gerais e uma circulação nacional.

201581 - Projeto Música e Cidadania
ASSOCIAÇÃO CULTURAL MÚSICA E CIDADANIA
CNPJ/CPF: 13.119.539/0001-06
Processo: 01400001548202089
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 785.383,53
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 10/01/2020
Resumo do Projeto: A presente proposta tem como objetivo a realização de oficinas de música instrumental e apresentações musicais.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
201571 - Eluar Â- Motivar, Informar e Conscientizar
Instituto Eluar-Apoio e Conscientização aos pacientes de Doenças Reuma
CNPJ/CPF: 32.301.427/0001-16
Processo: 01400001538202043

Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 436.070,25
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a realização do Festival de Artes "Eluar - Motivar, Informar e Conscientizar".

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
201579 - Reestruturação do Museu Casa de Brusque
SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE
CNPJ/CPF: 83.721.639/0001-93
Processo: 01400001546202090
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.837,03
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: A reestruturação do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, popularmente conhecido como Museu Casa de Brusque, representa o conjunto de investimentos necessários para a elaboração da política de acervos da instituição; elaboração do sistema de documentação do acervo; o tratamento técnico (higienização, conservação preventiva, catalogação e acondicionamento) da coleção tridimensional do acervo existente e a equipagem do museu contemplando os setores administrativos e técnicos da instituição, em especial a reorganização da reserva técnica. No âmbito da formação de plateia será realizada 01 palestra no município de Brusque sobre o segmento cultural da proposta e o tema do museu, como forma de difundir este conhecimento e formar público para os museus e espaços de memória do município.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
201574 - Fesmorena - Festival de Música Escolar Morena
DS Escrivano Producoes - ME
CNPJ/CPF: 14.056.460/0001-46
Processo: 01400001541202067
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado: R$ 199.999,80
Prazo de Captação: 26/03/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar o "Festival de Música Escolar Morena - Fesmorena", voltado para estudantes do ensino fundamental e médio da cidade de Campo Grande - MS, visando revelar novos talentos por meio de premiação para músicas autorais e inéditas em todos os gêneros e estilos. Além das performances musicais dos alunos, a programação prevê a realização de show com renomado músico regional, oficinas e palestra, com intuito de difundir e incentivar a cultura musical entre crianças e jovens, propiciando assim, o pleno acesso à fruição e expressão artística.

PORTARIA Nº 218, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178593 - CIRCOLANDO MT E MS - OFICINAS DE CULTURA E ARTE
Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 17.040,00
Valor total atual: R$ 457.240,00

181346 - Oficinas da Villa 2019
Ana Paula A dos Santos Produções Culturais ME
CNPJ/CPF: 14.029.271/0001-84
Cidade: Campinas - SP;
Valor Complementado: R$ 10.279,50
Valor total atual: R$ 855.478,80

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
181670 - DJOPOI
Associação Tapera das Artes
CNPJ/CPF: 07.296.486/0001-04
Cidade: Aquiraz - CE;
Valor Complementado: R$ 18.862,00
Valor total atual: R$ 1.084.644,00

183898 - As Quatro Estações de Vivaldi
Vanessa Hanhela
CNPJ/CPF: 080.439.716-33
Cidade: Águas da Prata - SP;
Valor Complementado: R$ 528,00
Valor total atual: R$ 278.541,12

190372 - Coral EnCanto
ANA MARIA CARIS
CNPJ/CPF: 440.475.846-49
Cidade: Alto Paraíso de Goiás - GO;
Valor Complementado: R$ 0,07
Valor total atual: R$ 103.429,22

PORTARIA Nº 219, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176541 - A Conferência Internacional dos Monstros - O Musical
Turbilhão de Ideias Cultura e Entretenimento Ltda
CNPJ/CPF: 09.535.973/0001-08
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 617.997,69
Valor total atual: R$ 4.351.938,31

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
171684 - Projeto Viramundo - Música aos cuidados da Saúde
Fabio Chacon do Amaral Lyra
CNPJ/CPF: 332.872.678-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 79.152,76
Valor total atual: R$ 120.658,34

172096 - Clássicos em Cena Â- 10ª Edição
Direção Cultura Produções e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 03.521.177/0001-21
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 206,50
Valor total atual: R$ 723.343,50

172399 - Blues Festival
DANÇAR MARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 65.935.280/0001-75
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 630.057,93
Valor total atual: R$ 6.334.164,66

177589 - ELIAS
SOCIEDADE MUSICAL BACHIANA BRASILEIRA
CNPJ/CPF: 73.665.135/0001-40
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 154.190,50
Valor total atual: R$ 240.482,00

180578 - Acordes
Associação Cultural Pintura Solidária - Vamos Colorir a Vida
CNPJ/CPF: 08.845.381/0001-11
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Reduzido: R$ 275.154,50
Valor total atual: R$ 341.033,00

182529 - SEMANA INTERNACIONAL DE MÚSICA DE SÃO PAULO
INKER AGENCIA CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.086.644/0001-68
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 18.975,00
Valor total atual: R$ 2.003.718,75

192957 - Plano Anual 2020 - Temporada de Concertos da OPES
Associação Orquestra Pró Música do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 31.241.029/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1.598.084,05
Valor total atual: R$ 14.753.624,70

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
181352 - Expressões Culturais: As vivências de quem utiliza a arte para se refazer
Associação Beneficente Cultural De Juventude Judaica Bracha Caroline
CNPJ/CPF: 05.600.632/0001-00
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 85.499,57
Valor total atual: R$ 693.734,98

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
185151 - Restauração, Conservação e Modernização - Edifício e Acervo do MASP
Museu de Arte de São PAulo Assis Chateaubriand - MASP
CNPJ/CPF: 60.664.745/0001-87
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 13.892.498,60
Valor total atual: R$ 9.936.084,06

PORTARIA Nº 220, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a alteração do nome do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 179073 - Jackson do Pandeiro, publicado na portaria nº 0774/17 de 19/12/2017, no D.O.U. em 20/12/2017, para Jacksons do Pandeiro.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 22, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 380, de 11 de dezembro de 2019 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Homologar a complementação de valor em favor dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

179644 - FEED DOG BRASIL 2018 - Festival Internacional de Documentários de Moda
In Brasil Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 62.446.224/0001-89
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 261.858,88
Valor total atual: R$ 434.518,48

191236 - MOBIFILM 2019 - 4º Festival Brasileiro de Filmes sobre Mobilidade e Segurança de Trânsito
In Brasil Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 62.446.224/0001-89
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 137.683,48
Valor total atual: R$ 436.939,58

Art. 2º Homologar a redução de valor em favor dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

185486 - DANÇAR PARA SER - como percebemos e vivemos as coisas do mundo
IADHEC - INSTITUTO APLICADO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO - EDUCACAO E CULTURA
CNPJ/CPF: 28.647.765/0001-37
Cidade: São Paulo - SP;

Valor Reduzido: R$ 1.530,10
Valor total atual: R$ 633.675,90

193247 - CULTURA NA PRAÇA BELO HORIZONTE/MG 2020
INSTITUTO MORADA VIVAS
CNPJ/CPF: 35.352.975/0001-63
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 28,60
Valor total atual: R$ 199.971,20

193936 - 28º FESTIVAL MIX BRASIL DE CULTURA DA DIVERSIDADE
Associação Cultural Mix Brasil
CNPJ/CPF: 04.127.580/0001-33
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 100.103,85
Valor total atual: R$ 499.862,88

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 664, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 92, de 8 de janeiro de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.069622/2018-19, de 26 de novembro de 2018, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa IONICS Informática e Automação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 81.361.644/0001-07, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Leitor de etiqueta eletrônica (tag) com dispositivo de radiofrequência (RFID), próprio para bomba de abastecimento de combustível, baseado em técnica digital.

Modelos: BICO WIRELESS; BICO WIRELESS AUTOMAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 22/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.000546/2015-61 (411)
CNPJ: 80.257.355/0001-08 - MATRIZ
Razão Social: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Nome da Instituição: ******
Endereço da Instituição: Avenida General Carlos Cavalcanti, nº 4748 - Uvaranas, CEP. 84.030-900, Ponta Grossa/PR
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: Deferido
CIAEP: 02.0370.2020

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 22/2020/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 1.585, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequências à KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A., CNPJ nº 20.346.524/0001-46 associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 18 DE MARÇO DE 2020

Nº 1.479 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à RÁDIO ITAPUY FM LTDA, CNPJ 14.994.719/0001-08, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 1.483 - Decretar a extinção da Autorização para uso de Radiofrequência de RICARDO LHOSSUKE HORITA, CPF 443.054.009-87, declarando extinta por renúncia, a autorização do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito e para uso próprio.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

ATO Nº 1.571, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à PAULO MASSAYOSHI MIZOTE, CPF: 044.109.028-14, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

ATO Nº 1.589, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à DIANA RAMOS FERNANDES, CPF nº 015.506.255-78, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 23 DE MARÇO DE 2020

Nº 1.568 - Processo nº 53548.001563/2019-12.

Expedir autorização à SOCIEDADE RADIOFONICA CENTURY LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 04.965.691/0001-19, na localidade de Campo Grande - MS, para execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, no referido município.

Nº 1.570 - Processo nº 53548.000744/2019-21.

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à RIO SUCURIU ENERGIA S/A, CNPJ: 06.981.660/0002-68, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, até 06/08/2039, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 1.618, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 53578.003200/2019-64.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à COBRA BRASIL SERVIÇOS COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A, CNPJ nº 08.928.273/0013-46, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 1.248, DE 4 DE MARÇO DE 2020

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TIM S/A, CNPJ/MF nº 02.421.421/0001-11, associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 1.391, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 53524.000140/2020-97.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 10/03/2020, a autorização outorgada à COOPERATIVA DE TRANSPORTE INDIVIDUAL E COLETIVO DE CONFINS E REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE LTDA. COOPERFINS, CNPJ/MF nº 06.794.783/0001-09, por intermédio do Ato n° 63473, de 07/02/2007, publicado no DOU de 21/02/2007, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, bem como o direito de uso de radiofrequencia associada.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 24 DE MARÇO DE 2020

Nº 1.586 - Autoriza TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Sorocaba/SP, no período de 21/03/2020 a 19/05/2020.

Nº 1.593 - Processo nº 53500.008457/2020-40.

Expede autorização à ONLINE SERVICOS EM TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 34.741.726/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.594 - Processo nº 53500.004559/2020-96.

Expede autorização à I10 TELECOM ISP EIRELI, CNPJ/MF nº 13.650.022/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.595 - Processo nº 53500.010639/2020-81.

Expede autorização à WELLINGTON KAROL DE FEBBO DA SILVA, CNPJ/MF nº 20.251.517/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.597 - Processo nº 53500.006420/2020-87.

Expede autorização à Pgf Servico de Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 34.016.273/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.598 - Processo nº 53500.011319/2020-48.

Expede autorização à Santos & Carvalho Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 16.728.466/0001-48, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 1.600 - Processo nº 53500.005437/2020-17.

Expede autorização à Aranet Comunicacao Ltda, CNPJ/MF nº 09.503.823/0001-04, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA N° 33/GM-MD, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Estabelece as condições, os atos e os procedimentos a serem realizados, no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a contratação de militar inativo, para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o previsto no art. 18 da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e no Decreto nº 10.210, de 23 de janeiro de 2020, e o que consta no Processo Administrativo nº 60582.000004/2020-78, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as condições, os atos e os procedimentos a serem realizados, no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a contratação de militar inativo, da reserva remunerada ou reformado, para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme previsto no Decreto nº 10.210, de 23 de janeiro de 2020.

Art. 2º A contratação de militar inativo depende de prévia autorização do Ministro de Estado da Defesa, após consulta aos Comandantes das Forças Armadas, mediante demanda encaminhada pelo Ministério da Economia.

§ 1º A autorização estabelecerá o quantitativo máximo de militares inativos passíveis de contratação, por posto ou graduação, observada a compatibilidade com as atividades indicadas pelo órgão ou entidade requerente.

§ 2º A autorização de que trata o caput poderá restringir a contratação de militares inativos a determinados postos ou graduações, de acordo com o perfil profissional exigido para a atividade ou o serviço de natureza civil a ser realizado.

Art. 3º São requisitos gerais para participação do militar inativo no chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade requerente, conforme previsto no § 1º do art. 3º do Decreto nº 10.210, de 2020:

I - estar na reserva remunerada ou ter sido reformado por idade limite;

II - não possuir condenação criminal na Justiça Comum ou na Justiça Militar ou na Justiça Eleitoral;

III - não ter sido considerado culpado em Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação;

IV - não ter sido exonerado, como militar inativo, no desempenho de atividades de natureza militar ou civil, por falta de desempenho ou por motivo de ordem moral, disciplinar ou penal;

V - não ter sido punido disciplinarmente por transgressão contra a honra, o pundonor ou a ética militar;

VI - não ter completado oito anos no desempenho de atividades de natureza civil, consecutivos ou não, com amparo no Decreto nº 10.210, de 2020, ainda que em diferentes órgãos ou entidades; e

VII- não ter sido condenado por ato doloso em ação civil de ressarcimento por danos ao erário.

VIII - não exercer função ou cargo remunerado em órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou estar contratado como prestador de tarefa por tempo certo por sua Força Armada.

Parágrafo único. O Ministério da Defesa indicará, a partir da relação de militares inativos selecionados pelo órgão contratante, aqueles que cumprem os requisitos gerais relacionados neste artigo, bem como disponibilizará as informações a que se referem os incisos II a IV do § 5º do art. 3º do Decreto nº 10.210, de 2020.

Art. 4º O Ministério da Defesa e as Forças Armadas divulgarão em seus sítios eletrônicos a realização de chamamento público para o desempenho de atividades civis aos militares na reserva ou reformados.

Art. 5º O Ministério da Defesa informará, ao órgão ou entidade contratante, a partir de dados disponibilizados pelas Forças Armadas, o valor dos proventos brutos do militar inativo contratado, para o cálculo do valor do adicional referente ao desempenho de atividades de natureza civil, inclusive do décimo terceiro salário e do adicional de férias.

Art. 6º Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica poderão editar atos complementares necessários à execução desta Portaria Normativa.

Art. 7º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

DESPACHO Nº 21/GM-MD, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 64535.001865/2020-90
Interessado: Comando do Exército - Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ba Adm CCOMGEx).
Assunto: Termo de Licitação Especial nº 01/2019, de 21 de novembro de 2019, do Exército Brasileiro.
Documento vinculado: Nota Técnica nº 2/DEPROD/SEPROD/SG/MD/2020, de 16 de março de 2020.

Submete-se ao MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, o Termo de Licitação Especial nº 01/2019, de 21 de novembro de 2019, do Exército Brasileiro, para autorização do procedimento licitatório, em conformidade com o previsto no § 1º do art. 3º da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012 e nos artigos 12, 13 e 15 do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013.

Decisão

Autorizo o procedimento licitatório, com base no Termo de Licitação Especial nº 01/2019, de 21 de novembro de 2019, do Comando de Guerra Eletrônica do Exército. Caberá às autoridades competentes do órgão interessado o acompanhamento e a fiscalização dos atos decorrentes.

Publique-se.

Comunique-se o Comando do Exército.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro da Defesa

COMANDO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO MB Nº 14, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Processo nº: 61074.002885/2020-64

Autorização para visita de Navios de Guerra a Portos e Águas Jurisdicionais Brasileiras

Embaixada da Espanha no Brasil.

Nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018 deste Estado-Maior, AUTORIZO a visita do Navio Oceanográfico "HESPÉRIDES", pertencente à Marinha Espanhola, ao porto de Santos - SP, no período de 29 de março a 02 de abril de 2020.

Vice-Almirante ARTHUR FERNANDO BETTEGA CORRÊA
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 730, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Delega competências do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional às autoridades que relaciona e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal de 1988, e tendo em vista o disposto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, nos arts. 11 a 14 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 15 da Lei n. 11.356, de 11 de outubro de 2006, na Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n. 83.937, de 6 de setembro de 1979, no Decreto n. 84.669, de 29 de abril de 1980, no Decreto n. 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, no Decreto n. 9.144, de 22 de agosto de 2017, no Decreto n. 9.794, de 14 de maio de 2019, no Decreto n. 4.941, de 29 de dezembro de 2003, no Decreto n. 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e na Instrução Normativa n. 1, de 31 de agosto de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DIÁRIAS, PASSAGENS E AFASTAMENTOS

Art. 1º Fica delegada a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens ao Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas, inclusive as referentes a:

I - deslocamentos, no País, de servidores por prazo superior a cinco dias contínuos;

II - mais de trinta diárias intercaladas, no País, por pessoa no ano;

III - deslocamentos, no País, de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

V - com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida.

§ 1º No que tange aos demais órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, a competência mencionada no caput fica delegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

§ 2º As autoridades indicadas no caput e § 1º não poderão subdelegar a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens.

Art. 2º Fica subdelegada a competência ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional para autorizar afastamentos do País com ônus, com ônus limitado ou sem ônus.

§ 1º A concessão de diárias e passagens referentes aos deslocamentos para o exterior, com ônus, fica delegada ao Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa do Ministério do Desenvolvimento Regional, vedada a subdelegação.

§ 2º Os pedidos devem ser apresentados observando os requisitos próprios, os princípios da economicidade e da eficiência e demais princípios que regem a administração pública.

CAPÍTULO II

CONTRATAÇÕES

Art. 3º A competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio ou investimento fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas.

§ 1º A competência de que trata o caput, para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), poderá ser subdelegada a ocupante de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101, nível 6, ou de Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), de mesmo nível, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 2º.

§ 2º A competência de que trata o § 1º, para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), poderá ser subdelegada a ocupante de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101, nível 4 ou superior, ou de Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), de mesmo nível.

Art. 4º Caberá ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional autorizar a celebração de contratos de locação de imóveis ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, vedada a delegação de competência, nos termos do art. 5º do Decreto n. 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e suas alterações.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do caput, os autos do processo administrativo de contratação deverão ser encaminhados à autoridade competente após a declaração de reserva orçamentária.

Art. 5º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares, ressalvada previsão regimental específica, a competência para celebrar contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de fomento, de colaboração, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, inclusive internacionais, quando cabível.

§ 1º Ficam excluídos da delegação estabelecida no caput os convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos, que deverão observar o que dispõe o Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n. 424, de 30 de dezembro de 2016, ficando delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares, nessas hipóteses, as competências para decidir sobre a aprovação da prestação de contas e suspender ou cancelar o registro de inadimplência nos sistemas da administração pública federal.

§ 2º A competência delegada de que trata este artigo, nas hipóteses em que envolvam transferência voluntária, abrange, também, todos os atos relacionados ao acompanhamento e aprovação da prestação de contas.

§ 3º Para a realização da competência prevista nesse artigo, as autoridades poderão praticar os seguintes atos:

I - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência;

II - Assinar a Autorização de Início do Objeto (AIO) e homologar a Síntese do Projeto Aprovado (SPA);

III - constituir comissões de licitações, de pregão, de inventário e de recebimento de materiais, bens e serviços destinados a este Ministério, bem como equipe de planejamento das contratações;

IV - realizar contratações de bens, materiais e serviços para os órgãos do Ministério, de acordo com as normas e os procedimentos estabelecidos;

V - conceder reajuste, repactuação, reequilíbrio e autorizar as demais alterações contratuais no âmbito de sua competência;

VI - designar gestores e fiscais de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, com a indicação dos setores requisitantes;

VII - autorizar a concessão de suprimento de fundos, mediante a utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, e manifestar-se sobre a respectiva prestação de contas;

VIII - autorizar procedimentos de licitação, adjudicar, homologar, revogar e anular licitações;

IX - praticar os demais atos relacionados ao procedimento licitatório;

X - ratificar os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

XI - gerenciar e controlar os registros de preços;

XII - aplicar sanções a fornecedores e prestadores de serviços, com exceção da prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, cuja aplicação é de competência exclusiva do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional;

XIII - autorizar a restituição de garantias contratuais;

XIV - autorizar aquisição, alienação, cessão, transferência e baixa de material;

XV - constituir comissões de recebimento de materiais e serviços;

XVI - praticar os atos relativos à aplicação de penalidade pela inexecução total ou parcial do contrato, no âmbito da sua Unidade Gestora (UG), nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

XVII - emitir atestados de capacidade técnica, no âmbito da sua UG, nos termos do § 1º do art. 30 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; e

XVIII - instaurar Tomada de Contas Especial dos contratos celebrados e outros instrumentos congêneres, excetuados aqueles firmados por intermédio de mandataria da União.

Art. 6º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional a competência para aprovação do Plano Anual de Contratações de que trata a Instrução Normativa SEGES/ME n. 1, de 10 de janeiro de 2019.

Art. 7º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares, a competência para instaurar e realizar os procedimentos de tomada de contas especial.

CAPÍTULO III

NOMEAÇÕES E ATOS DE PESSOAL

Seção I

Da nomeação, designação e posse

Art. 8º Fica subdelegada a competência ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares, em seu âmbito de atuação, para praticar atos de nomeação e exoneração dos titulares relativamente aos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 4, às Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmo nível, e designação e dispensa das Funções Gratificadas (FG).

Parágrafo único. No que tange aos demais órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, fica subdelegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional a competência para praticar atos de nomeação e exoneração de titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 4, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) de mesmo nível e designação e dispensa das Funções Gratificadas (FG);

Art. 9º Fica subdelegada aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, no âmbito de sua atuação, a competência para praticar atos de nomeação e exoneração de titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 e 3, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) de mesmo nível e designação e dispensa das Funções Gratificadas (FG), na ausência de regramento específico.

Art. 10. Fica subdelegada ao Secretário-Executivo, no âmbito de sua atuação, a competência para praticar atos de nomeação para provimento de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público.

Art. 11. Fica delegada ao Secretário-Executivo e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas, a competência para a prática de atos de posse aos nomeados para exercer cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), ou designação para Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e Funções Gratificadas (FG).

Parágrafo único. No que tange aos demais órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares, a competência a que se refere o caput fica delegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

Art. 12. Fica delegada ao Secretário-Executivo e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e das entidades vinculadas, a competência para praticarem atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 5, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) de mesmo nível e das Funções Gratificadas (FG).

Parágrafo único. No que tange aos demais órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, fica delegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional a competência para praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) níveis 1 a 5, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) de mesmo nível e das Funções Gratificadas (FG).

Seção II

Da reversão

Art. 13. Fica delegada ao Secretário-Executivo a competência para:

I - publicar previamente, no Diário Oficial da União, o quantitativo das vagas dos cargos que se destinam à reversão, no interesse da administração, de que trata o art. 25, II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - expedir o ato de reversão, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União; e

III - baixar instruções complementares relativas à execução da reversão.

Seção III

Das licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento

Art. 14. Fica delegada ao Secretário-Executivo a competência para:

I - conceder e interromper os afastamentos para participação em ações de desenvolvimento de que trata o art. 18 do Decreto n. 9.991, de 28 de agosto de 2019;

II - aprovar a participação em ação de desenvolvimento de pessoas na hipótese de que trata o parágrafo único do art. 17 do Decreto n. 9.991, de 2019;

III - promover a avaliação de que trata o § 2º do art. 20 do Decreto n. 9.991, de 2019;

IV - deferir o reembolso a que se refere o art. 30 do Decreto n. 9.991, de 2019;

V - aprovar o ônus com as ações de desenvolvimento previstas na alínea "a" do inciso IV do art. 25 do Decreto n. 9.991, de 2019; e

VI - aprovar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Seção IV

Disposições relativas a órgãos colegiados

Art. 15. Fica delegada competência ao Secretário-Executivo para designar membros de conselhos, comitês, comissões, grupos de trabalho e demais órgãos de deliberação colegiada, existentes no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional ou que o Ministério faça parte.

Parágrafo único. Caberá aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares a criação de grupos de trabalho, comitês e comissões, bem como as designações quando se tratar de atuação interna à respectiva Secretaria.

Seção V

Demais disposições em matéria de pessoal

Art. 16. Fica delegada ao Secretário-Executivo a competência para, observada a legislação em vigor:

I - encaminhar pedido de autorização para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público de que trata o art. 5º da Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e o art. 2º do Decreto n. 10.210, de 23 de janeiro de 2020;

II - autorizar a cessão, requisição e movimentação para compor força de trabalho de agente público do Ministério do Desenvolvimento Regional, no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, inclusive nas hipóteses de cessão para outro Poder ou ente federativo, bem como solicitar cessão e movimentação para compor força de trabalho dos agentes públicos de outros órgãos ou entidades para o MDR;

III autorizar cessão e requisição de agente público das entidades vinculadas a este Ministério nas hipóteses de cessão para outro Poder ou ente federativo;

IV - conceder vacância e exoneração, a pedido, de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Permanente, observadas as disposições contidas na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

V - homologar o estágio probatório;

VI - conceder licença para tratar de interesses particulares prevista no art. 91 da Lei n. 8.112, de 1990, vedada a delegação nos termos do art. 3º da Portaria SGP n. 35, de 1º de março de 2016;

VII - conceder Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE) a titulares de cargos de provimento efetivo, observado o disposto na legislação pertinente, e de designação e dispensa das Funções Comissionadas Técnicas (FCT), de que trata o Decreto n. 4.941, de 29 de dezembro de 2003;

VIII - conceder e revisar aposentadorias e pensões;

IX- conceder autorização para o afastamento de servidor para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo público;

X - autorizar a concessão do abono de permanência;

XI - proceder a recondução de servidor estável ao cargo anteriormente ocupado;

XII - autorizar a remoção a pedido ou de ofício, promoção e progressão funcional;

XIII - conceder ajuda de custo, bem como transporte de mobiliário e bagagens aos servidores deste Ministério; e

XIV - autorizar a redistribuição de cargos efetivos ocupados ou vagos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Parágrafo único. Fica vedada a subdelegação nas hipóteses de cessão para outro Poder ou ente federativo nos termos do art. 17, do Decreto n. 9.144, de agosto de 2017.

Art. 17. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, a competência para designação de servidor com a finalidade de atuar no âmbito do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc).

Art. 18. Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e, em seu âmbito de atuação, aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares e entidades vinculadas a competência para praticar atos relativos à:

I - concessão, programação, acumulação e interrupção de férias;

II - concessão e registro das vantagens, licenças, afastamentos e benefícios previstos nos Títulos III e VI da Lei n. 8.112, de 1990, exceto os previstos nos arts. 87, 93, 95 e 96;

III - autorização e aprovação do acréscimo de até cento e vinte horas de trabalho anuais, para fins de retribuição do servidor que executar atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, na forma contida no caput do art. 6º do Decreto n. 6.114, de 15 de maio de 2007;

IV - liberação do servidor quando a realização das atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares ocorrerem durante o horário de trabalho, na forma prevista no inciso III do caput do art. 7º do Decreto n. 6.114, de 2007; e

V - abonar o ponto dos servidores e empregados públicos em decorrência do comparecimento a congressos, conferências ou reuniões similares, no País ou no exterior, e daqueles que exerçam mandato eletivo em confederação de servidores ou associações de classe, de âmbito nacional.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Cabe ao Secretário-Executivo autorizar o afastamento de servidor que não prestou contas de viagem realizada anteriormente.

Art. 20. Fica delegada Secretário-Executivo o ato de autorizar as unidades do Ministério a integrarem programa de gestão, de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto n. 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Art. 21. Incumbe ao Secretário-Executivo, em quaisquer hipóteses, o exercício das competências delegadas para prática dos atos de que trata esta Portaria no interesse dos demais ocupantes de cargo máximo dos órgãos específicos singulares.

Art. 22. As autorizações de que tratam o Capítulo II não envolvem análises técnica e jurídica do procedimento, que são de responsabilidade dos ordenadores de despesa e das unidades jurídicas dos respectivos órgãos e entidades, de acordo com suas competências legais, nem implicam ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.

Art. 23. Delegar competência aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares, ao Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativas e ao Diretor de Administração no âmbito das respectivas Secretarias e Diretoria, para atuar na qualidade de Ordenador de Despesas e designar Gestor Financeiro, no que se refere à sua Unidade Gestora, conforme Anexo único.

Art. 24. Fica delegada ao Secretário-Executivo o ato de autorizar a disponibilização de dispositivos móveis do tipo celular, tablet e modem aos casos não contemplados incisos I a VI, artigo 6º, § 1º do Decreto 8.540, de 9 de outubro de 2015.

Art. 25. Fica autorizado o Secretário-Executivo a editar os atos complementares necessários à execução do disposto nesta Portaria.

Art. 26. Ficam resguardados e ratificados os atos normativos e de subdelegação de competência naquilo que não foi objeto de alteração por esta Portaria.

Art. 27. Ficam revogadas as:

I - Portaria MI n. 316, de 25 de julho de 2013;

II - Portaria MDR n. 412, de 12 de fevereiro de 2019; e

III - Portaria MDR n. 440, de 04 de março de 2020.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor em 13 de abril de 2020.

ROGÉRIO MARINHO

ANEXO

Quadro de Unidades Gestoras

ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO	UG
Diretoria de Administração	530001
Subsecretaria de Fundos e Incentivos Fiscais	530024
ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES	UG
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil	530012
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	530013, 530016 e 530021
Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	530023, 560008 e 560007
Secretaria Nacional de Habitação	560005, 560012, 560015 e 560017
Secretaria Nacional de Saneamento	560006

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 702, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	América Dourada	Alagamentos - 1.2.3.0.0	038	10/03/2020	59051.008224/2020-69
MT	Porto Estrela	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	30	13/03/2020	59051.008248/2020-18
RS	Vale Verde	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.897	08/01/2020	59051.007974/2020-13
RS	Lagoa dos Três Cantos	Estiagem - 1.4.1.1.0	00003	10/01/2020	59051.008256/2020-64
RS	Nicolau Vergueiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	3.124	26/02/2020	59051.008179/2020-42

RS	Candiota	Estiagem - 1.4.1.1.0	4104	02/03/2020	59051.008180/2020-77
RS	Lavras do Sul	Estiagem - 1.4.1.1.0	7.572	03/03/2020	59051.008244/2020-30
RS	Formigueiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	4.583	09/03/2020	59051.008250/2020-97
RS	Hulha Negra	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.363	09/03/2020	59051.008254/2020-75
SE	Frei Paulo	Seca - 1.4.1.2.0	10	16/03/2020	59051.008230/2020-16
ES	Alfredo Chaves	Enxurradas/Inundações - 1.2.2.0.0	1410	11/03/2020	59051.008246/2020-29

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 708, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Retifica o artigo 2° da Portaria n. 674, de 20 de março de 2020, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Estado do Amapá - AP, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º No art. 2° da Portaria Nº 674, de 20 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União- DOU em 23 de março de 2020, Edição 56, Seção 1, Página 81:

Onde se lê: "... Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012."

Leia-se: "... Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 188; UG: 530012."

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria, acima referida, que não foram alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 709, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Morro do Pilar - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Morro do Pilar-MG, no valor de R$ 65.306,48 (sessenta e cinco mil trezentos e seis reais e quarenta e oito centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003749/2020-06.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 710, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Caiana- MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Caiana-MG, no valor de R$ 250.089,00 (duzentos e cinquenta mil oitenta e nove reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003812/2020-04.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 711, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Astolfo Dutra - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Astolfo Dutra-MG, no valor de R$ 103.174,72 (cento e três mil cento e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003776/2020-71.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 712, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Alto Caparaó- MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Alto Caparaó-MG, no valor de R$ 310.912,42 (trezentos e dez mil novecentos e doze reais e quarenta e dois centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003677/2020-99.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 713, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Raul Soares- MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Raul Soares-MG, no valor de R$ 120.896,15 (cento e vinte mil oitocentos e noventa e seis reais e quinze centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003678/2020-33.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 714, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Manhuaçu - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Manhuaçu-MG, no valor de R$ 1.211.384,80 (um milhão, duzentos e onze mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003680/2020-11.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 718, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Sericita - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Sericita - MG, no valor de R$ 209.097,90 (duzentos e nove mil noventa e sete reais e noventa centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003689/2020-13.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide pela não aplicação de direito antidumping provisório às importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, originárias da China.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR , no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e com fundamento no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013,

Considerando o que consta dos autos do Processo SECEX 52272.003183/2019-37 e do Processo SEI/ME 19972.101420/2019-61, conduzidos em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.058, de 2013, e na Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, e o que consta da Circular SECEX nº 12, de 3 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Não aplicar, por razões de interesse público, direito antidumping provisório às importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, originárias da China, comumente classificadas no item 9609.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão contida no art. 1º, conforme consta dos Anexos I e II.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO I

CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING PROVISÓRIO

Nos termos do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013, direito antidumping significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de dumping apurada. De acordo com os §§ 1º e 2º do referido artigo, o direito antidumping a ser aplicado será inferior à margem de dumping sempre que um montante inferior a essa margem for suficiente para eliminar o dano à indústria doméstica causado por importações objeto de dumping, não podendo exceder a margem de dumping apurada na investigação.

Os cálculos desenvolvidos pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) indicaram a existência de dumping nas exportações dos países investigados para o Brasil, conforme demonstrado a seguir:

Margens de Dumping		
Produtor/Exportador	Margem Absoluta de Dumping US$/kg	Margem Relativa de Dumping (%)
Axus	5,55	77,3
Jixing	0,57	27,4
Longteng	0,36	22,7
Pengsheng	2,79	99,3

Na análise acerca da recomendação de aplicação de direitos provisórios foram observadas as disposições do art. 66 do Decreto no 8.058, de 2013. Nos termos do inciso III do referido artigo, compete à CAMEX o julgamento acerca da necessidade da adoção de medidas provisórias para impedir que ocorra dano durante a investigação.

Nos termos do art. 78 do Regulamento Brasileiro, a expressão direito antidumping significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de dumping apurada. Conforme previsto no §1º do mesmo artigo, o direito antidumping será inferior à margem de dumping sempre que um montante inferior a essa margem for suficiente para eliminar o dano à indústria doméstica causado por importações objeto de dumping, ressalvados os casos previstos no §3º do art. 78 e no art. 3º (cláusula de interesse público).

Tendo em vista que os produtores/exportadores identificados individualmente tiveram sua margem de dumping apurada com base na melhor informação disponível, conforme previsto no inciso I do §3º do art. 78 do Regulamento Brasileiro, o direito antidumping provisório a ser aplicado deverá refletir necessariamente à margem de dumping.

Uma vez verificada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações de lápis da China para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, recomenda-se a aplicação de medida antidumping provisória, por um período de até seis meses, na forma de alíquota específica, fixada em dólares estadunidenses por quilograma.

Ressalte-se que, de forma a permitir a aplicação do direito antidumping provisório pelo prazo de seis meses, de acordo com o disposto no § 8º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, o direito foi calculado aplicando-se um redutor de 10% à respectiva margem de dumping.

O direito antidumping para os produtores/exportadores chineses Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co. Ltd., Zhejiang Jiangshan Longteng Pen Industry Co. Ltd, e Zhejiang Pengsheng Stationery Co. Ltd. foi baseado na melhor informação disponível e nos dados reportados por estas empresas em suas respectivas respostas ao questionário do produtor/exportador e verificados in loco. Para a Axus o direito antidumping foi baseado inteiramente na melhor informação disponível.

Para as empresas chinesas conhecidas e não selecionadas, o direito antidumping apurado consistiu na média ponderada do direito antidumping calculado para as empresas Jixing, Longteng e Pengsheng.

Para as demais empresas não identificadas ou para a empresa selecionada que não respondeu o questionário do produtor/exportador (Suzhou Huazhong Stationery Co. Ltd.), o direito proposto foi baseado no direito antidumping calculado para a Axus.

Salienta-se que, de acordo com o §5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação preliminar da SDCOM foi publicada pela Secretaria de Comércio Exterior - SECEX por meio da Circular SECEX nº 12, de 4 de março de 2020, publicada em 5 de março de 2020. Ademais, consoante o disposto no §6º do referido artigo 65, a recomendação da SDCOM quanto à aplicação de direitos provisórios será encaminhada à CAMEX que, imediatamente após a decisão sobre sua aplicação, publicará o ato correspondente.

ANEXO II

CONSIDERAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO ACERCA DA APLICAÇÃO DE DIREITO PROVISÓRIO

Recorda-se que se busca, com a avaliação de interesse público, responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

Considerando a recomendação de aplicação de direitos provisórios no âmbito da investigação original de dumping, nos termos da Circular SECEX nº 12/2020, examina-se o mérito, a conveniência e a oportunidade de tal imposição, na perspectiva do interesse público, nos termos do inciso II, do art. 3º do Decreto nº 8058, de 2013, com vistas a subsidiar a decisão final do Gecex. Nesse sentido, destaca-se:

a) Os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir sob análise se caracterizam como produto final. Consequentemente, a imposição do direito provisório tende a causar oscilação imediata na dinâmica do mercado e afetar diretamente os consumidores do produto. Os efeitos difusos aos consumidores finais, neste caso, seriam possivelmente irreversíveis, dada a impossibilidade de ressarcimento a tais consumidores dispersos, ainda que a aplicação provisória se desse na modalidade de garantia (Decreto 8.058/2013, art. 66, § 2º).

b) Na análise da oferta internacional, há indícios preliminares de interesse público de ausência de origens alternativas para importação de lápis. Como dito acima, é necessário aprofundar a análise para verificar se, em especial Indonésia, Índia e Tailândia, bem como, em menor medida, Alemanha, Emirados Árabes Unidos, Paquistão, Vietnã e Taipé Chinês, poderiam vir a se tornar origens alternativas para o Brasil, no caso de uma medida antidumping ser aplicada, aliando as variáveis volume e preço.

c) Também é necessário aprofundar a análise para verificar se a própria China poderia continuar a ser uma origem viável para o Brasil, no caso de uma medida antidumping ser aplicada nos montantes sugeridos pela SDCOM nos termos do Anexo I desta resolução. Há que se considerar que, nos termos dos dados de importação brasileiras entre 2009 a 2013, mesmo com a aplicação da medida antidumping (em montantes de 201,4% e 202,3%, respectivamente, para lápis de madeira com mina de grafite e com mina de cor) sobre os lápis fabricados na China, as importações oriundas daquele país não cessaram nem diminuíram.

d) Ademais, na análise da oferta nacional, há indícios preliminares de que não haveria risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento do produto sob análise no mercado nacional, em termos de volume. Não obstante, em termos de preço, observa-se que o preço da origem chinesa não é rivalizado nem pela indústria doméstica e nem por origens alternativas, o que suscita a necessidade de aprofundar a análise sobre a existência ou não de restrição da oferta nacional em termos de preço e seus possíveis impactos ao mercado.

e) Ademais, a análise carece ainda de avaliação de impactos de eventual aplicação da medida antidumping, a ser realizada quando da determinação final. Nesse momento será possível realizar a ponderação entre potenciais benefícios à indústria doméstica e à cadeia a montante na aplicação da medida com possíveis prejuízos aos consumidores finais de lápis, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

f) Será relevante, inclusive, o fornecimento de mais informações pelas partes interessadas e novas consultas a bases de dados públicas e governamentais, de modo a averiguar a representatividade do produto nos gastos do setor educacional (sobretudo de licitações públicas) e os impactos finais da medida dinâmica do mercado brasileiro.

Dessa forma, considerando que há critérios fundamentais que devem ser analisados com maior profundidade para se chegar a uma conclusão definitiva sobre os elementos de interesse público atinentes ao presente caso, recomenda-se, alicerçados no princípio da cautela, a não aplicação do direito antidumping provisório nas importações de lápis originários da China.

Para fins da avaliação final de interesse público, espera-se que as partes interessadas se manifestem, ao longo da fase probatória, sobre os elementos da análise preliminar em relação aos quais ainda restam necessários aprofundamentos e sobre os elementos da análise final, relativos a impactos da aplicação da eventual medida de defesa comercial.

Além disso, também são esperadas manifestações sobre as possíveis recomendações da SDCOM em razão de interesse público, nos termos do art. 14 da Portaria SECEX nº 13/2020.

De todo modo, considerando que, nos termos do art. 2º, I, e do art. 3º, II, do Decreto nº 8.058, de 2013, a Camex poderá, respectivamente, aplicar ou, em circunstâncias excepcionais, não aplicar direitos antidumping provisórios e, nos termos do art. 66, III, do referido Decreto, os direitos provisórios somente serão aplicados se a Camex julgar que tais medidas são necessárias para impedir que ocorra dano durante a investigação, apresenta-se a seguir, com vistas a subsidiar este julgamento da Camex, os dados das importações brasileiras classificadas na NCM 9609.10.00 referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019, conforme consultados na plataforma Comex Stat. Com vistas a possibilitar comparação, apresentam-se também os dados de importação apurados com base nos mesmos critérios e fonte supracitados, referentes ao período de investigação de dumping (P5) estabelecido no âmbito do Processo SECEX 52272.003183/2019-37, qual seja janeiro a dezembro de 2018.

Ressalte-se que os dados de importação a seguir não estão depurados, de modo que se referem à totalidade das importações classificadas no item NCM 9609.10.00, e não refletem exclusivamente as importações do produto objeto da investigação ou do similar importado, no âmbito do Processo SECEX 52272.003183/2019-37. Ainda assim, com base nos dados de 2018, é possível afirmar que as importações de produtos com descrição distinta do lápis objeto da investigação antidumping são pouco representativas (menos de 4%) em relação ao total classificado no referido código tarifário.

Importações Brasileiras de Lápis (NCM 9609.10.00, em toneladas)

Origens	2019	2018
China	6.949,8	6.658,6
Total investigado	6.949,8	6.658,6
Vietnã	132,1	215,4
Paquistão	7,3	76,5
Indonésia	96,3	94,1
França	41,2	34,6
Outras	121,1	87,3
Total	7.347,7	7.166,6

Os dados de importação mais recentes, posteriores ao período de análise das importações da investigação original de dumping contidas na Circular SECEX nº 12/2020, demonstram um novo aumento do volume total importado em 2019, de 2,5% em relação a P5 (2018), considerando o total das importações da NCM 9609.10.00. O aumento das importações de lápis de origem chinesa é ainda mais pronunciado, de 4,4% de P5 para P6. Com isso, a China aumentou sua participação no volume total de importações do mercado brasileiro de 92,9% para 94,6% (+ 1,7 p.p.).

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Encerra avaliação de interesse público sem suspensão da exigibilidade das medidas antidumping vigentes sobre as importações brasileiras de borrachas NBR, originárias de Coreia do Sul e França.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019,

Considerando o que consta dos autos dos Processos SEI ME 19972.100319/2019-93 (público) e nº 12600.102014/2019-03 (confidencial), resolve:

Art. 1º Encerrar a avaliação de interesse público instaurada por meio da Circular SECEX nº 46, de 8 de agosto de 2019, sem a suspensão da exigibilidade das medidas antidumping definitivas aplicadas às importações brasileiras de borracha NBR, comumente classificada no item 4002.59.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Coreia do Sul e da França, nos termos da Resolução CAMEX nº 53, de 10 de agosto de 2018.

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão contida no art. 1º, conforme consta do Anexo Único.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO ÚNICO

1. RELATÓRIO

O presente parecer destina-se a realizar avaliação final de interesse público em relação às importações de borracha nitrílica (NBR), comumente classificada no item 4002.59.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da Coreia do Sul e França.

Tal avaliação é feita no âmbito do processo instaurado em 09 de agosto de 2019, por meio da Circular SECEX nº 46/2019, com o objetivo de analisar o pleito feito pela Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha (Abiarb) de suspensão das medidas antidumping atualmente em vigor sobre as importações brasileiras de borracha NBR oriundas de Coreia do Sul e França. Destaca-se que o referido pleito foi apresentado à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) em 14 de fevereiro de 2019, antes, portanto, da entrada em vigência da Portaria SECEX nº 8/2019, a qual, em seu art. 4º, § 2º, previa que não seriam conhecidos e apreciados pleitos de avaliação de interesse público em relação a medidas antidumping em vigor que não estivessem sendo objeto de revisão de final de período.

Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745/2019, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência à SDCOM para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1 Instauração da avaliação de interesse público

Em 14 de fevereiro de 2019, a Abiarb protocolou pedido de instauração de avaliação de interesse público relativo às medidas antidumping aplicadas sobre as importações brasileiras de borracha NBR oriundas da Coreia do Sul e França.

Em resumo, a pleiteante apresentou os seguintes argumentos:

a) A medida causaria danos a cadeia a jusante, ao ocasionar perda de competitividade das indústrias de artefatos de borracha, queda da produção e redução dos postos de trabalho, assim como impactaria no preço ao consumidor.

b) A medida atenderia ao pleito de uma única indústria nacional fabricante do produto em análise, em detrimento da competitividade e sobrevivência de todo o setor de artefatos de borracha.

c) A utilização do produto nacional seria inviável para determinados processos produtivos, por provocar elevado grau de sujidade de molde, desgaste de ferramental e defeito no produto acabado, conforme relatórios técnicos apresentados.

Com base nos elementos trazidos, foi elaborado o Parecer de Instauração de Interesse Público nº 3/2019, de 8 de abril de 2019, que concluiu, preliminarmente, pela existência de indícios suficientes para a instauração de avaliação de interesse público, notadamente para fins da realização de verificação in loco na indústria doméstica, os quais deveriam ser aprofundados ao longo do processo. Os argumentos considerados foram os seguintes:

a) Trata-se de um insumo utilizado em aplicações para os mais diversos setores industriais.

b) Alíquota tarifária do produto (12%) possui patamar mais elevado que a média mundial (4,23%), conferindo por si uma proteção tarifária que já se revela um possível obstáculo às importações na comparação com outros membros da OMC.

c) Produto permaneceu na Letec, com alíquota alterada de 12% para 25%, por 8 anos e 10 meses (até 10 de dezembro de 2018).

d) Possibilidade de fortalecimento do monopólio da indústria doméstica, a qual se encontra em recuperação judicial, com todas as consequências negativas inerentes a essa prática.

e) Necessidade de averiguação da entrada de novo fabricante do produto em questão.

f) Necessidade de verificação dos dados de produção da indústria doméstica.

g) Possível ausência de produtos substitutos que atendam satisfatoriamente às aplicações da borracha NBR.

Assim, em 9 de agosto de 2019, foi publicada no Diário Oficial de União (DOU) a Circular SECEX nº 46, que, com base no Parecer supracitado, decidiu pela instauração do processo de avaliação de interesse público.

1.2 Habilitações e manifestações das partes interessadas

Após a instauração do processo de avaliação de interesse público, as seguintes empresas potencialmente interessadas, incluindo importadores e consumidores, foram oficiadas: AGEL - Anéis Gaxetas Equipamentos Ltda.; Alpargatas S.A.; Arlanxeo Brasil S.A.; Dacarto Industria e Comercio de Plásticos Ltda.; Day Brasil S.A.; Delquímica Comercial Ltda.; Gates do Brasil Indústria e Comércio Ltda.; Industria Química Anastacio S.A.; Karina Plásticos Ltda.; Netzsch do Brasil Indústria e Comércio Ltda.; Parabor Ltda.; Proquimil Produtos Químicos Ltda.; Sabo Industria e Comercio de Autopeças; SINDIBOR - Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha e da Reforma de Pneus no Estado de São Paulo; TEADIT Indústria e Comércio Ltda.; Techseal Vedações Técnicas S.A.; e Zanaflex Borrachas Ltda.

Além da pleiteante da avaliação de interesse público - Abiarb - as outras empresas a se habilitarem no processo foram: a [CONFIDENCIAL]; a Techseal Vedações Técnicas S.A.; a Zanaflex Borrachas Ltda.; e a Nitriflex S.A. Indústria e Comércio, peticionária da investigação de dumping.

Ressalta-se que a [CONFIDENCIAL] ainda que tenha se habilitado no processo, não apresentou resposta ao questionário de interesse público nem se pronunciou nos autos do processo.

1.2.1 Manifestação pela manutenção das medidas de defesa comercial

A Nitriflex forneceu, em resumo, os seguintes argumentos:

A Abiarb não teria participado do processo de investigação de dumping e pretenderia, pela avaliação de interesse público, rediscutir todos os pontos já discutidos naquela investigação.

b) A Resolução CAMEX nº 53/2018, que definiu a aplicação da medida antidumping, teria concluído que não haveria indícios para embasar o argumento de ausência de similaridade entre o produto importado e o produzido pela indústria nacional.

c) A recuperação judicial da Nitriflex teria sido amplamente discutida no processo de investigação de dumping e as objeções relativas a esse processo teriam sido desconsideradas. Ademais, o dano causado pelo dumping praticados pelas origens investigadas teria impedido a recuperação da empresa da forma como projetada no plano de recuperação judicial.

d) Não haveria desinteresse de fornecedores internacionais no mercado nacional de borracha NBR, visto que os dados mostrariam um aumento das importações do produto originárias da Argentina, EUA e México após a aplicação da medida antidumping face à Coreia do Sul e à França. Também haveria outras origens capazes de suprir a demanda doméstica.

e) A Nitriflex possuiria elevada capacidade instalada para abastecer o mercado brasileiro. Dessa forma, não haveria risco de desabastecimento do mercado nacional.

1.2.2 Manifestações pela suspensão das medidas de defesa comercial

As partes habilitadas que apresentaram argumentos a favor da suspensão das medidas antidumping foram a Techseal Vedações Técnicas S.A. (Techseal) e Zanaflex Borrachas Ltda. (Zanaflex).

A Techseal apresentou, em resumo, os seguintes argumentos:

Os produtores nacionais de artefatos de borracha necessitariam importar determinados tipos de borracha NBR, já que o produto similar doméstico não seria capaz de atender determinadas condições de aplicabilidade, características físicas, propriedades e composição química.

Borrachas NBR de algumas origens não investigadas teriam sido reprovadas por sua performance na produção. Além disso, a homologação de uma nova borracha poderia levar anos.

c) A indústria de artefatos de borracha no Brasil não sobreviveria muito tempo diante de custos de matérias-primas superiores aos custos percebidos por seus concorrentes internacionais.

d) A manutenção do direito antidumping resultaria na ampliação da retração sofrida pela cadeia a jusante, dado que a perda da competitividade da indústria nacional intensificaria a substituição do artefato de borracha nacional pelo importado.

Por sua vez, a Zanaflex apresentou, em resumo, os seguintes argumentos, sendo muitos deles semelhantes aos apresentados pela Techseal:

Haveria necessidade do mercado brasileiro de artefatos de borracha de importar determinados tipos de borracha NBR, visto que o produto similar doméstico não seria capaz de atender determinadas condições de aplicabilidade, características físicas, propriedades e composição química.

b) A homologação de uma nova borracha poderia levar meses.

c) A indústria de artefatos de borracha no Brasil não sobreviveria muito tempo diante de custos de matérias-primas que seriam tão superiores aos custos percebidos por seus concorrentes internacionais.

A manutenção do direito antidumping resultaria na ampliação da retração sofrida pela cadeia a jusante, dado que a perda da competitividade da indústria nacional intensificaria a substituição do artefato de borracha nacional pelo importado.

1.3 Instrução processual

A SDCOM enviou [CONFIDENCIAL].

Em de 15 de agosto de 2019, a SDCOM enviou à Casa Civil, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Subsecretaria de Advocacia da Concorrência do Ministério da Economia, respectivamente, os Ofícios SEI nºs 70, 71, 72 e 73, todos de 2019, convidando tais órgãos a participarem da avaliação de interesse público como partes interessadas, fornecendo informações relacionadas a sua esfera de atuação. Nenhum dos órgãos respondeu ao pedido.

Conforme Despacho SECEX-SDCOM-CGIP exarado no dia 24 de setembro de 2019, informou-se que, mediante solicitação acompanhada de justificativa e apresentada tempestivamente, o prazo para protocolo da habilitação de representantes legais e manifestações, que se encerrava em 25 de setembro de 2019, poderia prorrogado por até 30 dias.

Ademais, a SDCOM enviou o Ofício Circular SEI nº 1222/2019/ME, no dia 8 de outubro de 2019, para a Techseal, Zanaflex e Abiarb solicitando documentos que demonstrassem:

As dificuldades na homologação de novos fornecedores de borracha NBR;

b) Uma estimativa sobre o quanto as horas paradas para limpeza de molde afeta o custo de fabricação final dos artefatos que possuem borracha NBR em sua composição;

c) Uma comparação da ocorrência de defeitos em peças fabricadas com borracha NBR proveniente da indústria doméstica e em peças com borracha NBR proveniente das origens investigadas;

d) Uma comparação da ocorrência de reclamações de clientes associadas a defeitos na produção de artefatos fabricados com borracha NBR proveniente da indústria doméstica e em peças com borracha NBR proveniente das origens investigadas.

Todas as partes responderam ao ofício e informações apresentadas serão detalhadas ao longo deste Documento.

Além disso, a SDCOM enviou [CONFIDENCIAL].

[CONFIDENCIAL].

A SDCOM enviou, no dia 21 de outubro de 2019, o Ofício SEI n° 32480/2019/ME à Techseal, solicitando anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco na empresa nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, com o objetivo de examinar documentos originais e o processo produtivo, de forma a colaborar para a conclusão do referido processo. Contudo, a SDCOM, por meio do Ofício SEI N° 54407/2019/ME, de 31 de outubro de 2019, informou que a verificação in loco na Techseal não seria necessária.

A SDCOM também enviou, no dia 22 de outubro de 2019, o Ofício n° 47110/2019/ME à Nitriflex, solicitando anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco na empresa nos dias 25 a 27 de novembro de 2019, com o objetivo de examinar documentos originais e o processo produtivo, de forma a colaborar para a conclusão da referida avaliação. Em resposta, a Nitriflex apresentou manifestação no dia 22 de outubro de 2019, afirmando indisponibilidade para a data solicitada e sugerindo como alternativa os dias 12 a 14 de novembro de 2019 para realização da referida verificação in loco. Além disso, a Nitriflex abriu mão do prazo de 30 dias para comunicação da intenção de realização da verificação e do prazo de 20 dias para comunicação das informações que seriam solicitadas e analisadas e da lista de documentos que deveriam ser apresentados durante a visita. A SDCOM enviou, no dia 23 de outubro de 2019, o Ofício SEI n° 48143/2019/ME em resposta à Nitriflex onde confirmou a data sugerida pela empresa para a verificação in loco e encaminhou o Roteiro de Verificação in loco e apêndices para o envio de informações complementares.

A verificação in loco na Nitriflex feita por equipe de técnicos da SDCOM ocorreu nos dias 12 a 14 de novembro de 2019, conforme relatório de verificação in loco. Na ocasião, foram examinadas as informações prestadas nos autos do processo, bem como foram obtidos esclarecimentos relacionados à natureza do produto afetado e seu processo produtivo, custo de produção do produto afetado e demais informações necessárias para a conclusão da avaliação de interesse público. Dessa maneira, cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhados à empresa, conforme relatório de verificação in loco devidamente juntado aos autos da avaliação de interesse público.

Os resultados da verificação in loco encontram-se apresentados ao longo deste documento, de acordo com a pertinência temática para cada item da avaliação de interesse público.

A Nitriflex foi a única parte a presentar manifestação com relação ao encerramento da fase probatória do processo e a apresentar manifestação com relação ao encerramento da fase instrutória do processo.

Por fim, conforme Despacho SECEX-SDCOM-CGIP, o documento protocolado pela Abiarb em 29 de janeiro de 2020 não foi considerado para a avaliação de interesse público em razão de ter sido protocolado após a data para manifestações finais.

1.4Histórico de investigações de dumping

Vale registrar que, antes da investigação de dumping que resultou na aplicação de medida atualmente em vigor sobre as importações do produto sob análise advindas da Coreia do Sul e da França, foi feita investigação anterior de dumping em relação às importações de borracha NBR da Argentina, Coreia do Sul, Estados Unidos da América (EUA), França, Índia e Polônia. A petição de início dessa investigação de dumping foi protocolada pela Nitriflex S.A. Indústria e Comércio (Nitriflex) em 9 de fevereiro de 2010.

Constatada a existência de indícios de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, o Decom, baseado no Parecer nº 19, de 20 de setembro de 2010, recomendou o início da investigação, que se deu por intermédio da Circular Secex nº 41, de 29 de setembro de 2010, publicada no DOU de 1º de outubro de 2010.

Como definido pelo Parecer Decom nº 34, de 27 de outubro de 2011, e na Circular SECEX nº 51, de 1º de novembro de 2011, publicada no DOU de 4 de novembro de 2011, foi encerrada a investigação de dumping em relação à Índia e Polônia, tendo em vista que o volume das importações desses países foi considerado insignificante, nos termos do inciso III do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 1995.

Em seguida, a investigação de dumping foi encerrada - por meio da Circular SECEX nº 13, de 26 de março de 2012, publicada no DOU de 27 de março de 2012 - sem a aplicação de medidas face às outras origens, considerando que não ficou caracterizada a existência de dano à indústria doméstica, nos termos do inciso I do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 1995.

A investigação de dumping que resultou na medida atualmente em vigor face às importações da Coreia do Sul e da França foi iniciada em 26 de junho de 2017 por meio da publicação no DOU da Circular SECEX nº 37, de 23 de junho de 2017, a partir de petição protocolada pela Nitriflex no dia 28 de abril de 2017.

Em 23 de novembro de 2017, foi publicada determinação preliminar - por meio da Circular SECEX nº 62, de 22 de novembro de 2017 - baseada no Parecer nº 37, de 16 de novembro de 2017.

Em 2 de março de 208, foi publicada a Resolução CAMEX nº 8, de 28 de fevereiro de 2018, a qual, acatando recomendação do Parecer nº 37/2017, aplicou medidas antidumping provisórias, por um prazo de até seis meses, às importações de borracha NBR originárias da Coreia do Sul e da França, nos montantes especificados na tabela a seguir:

País	Produtor/Exportador	Medida Antidumping (US$/kg) (a)	Preço da Importações em P5 (US$ CIF/Kg) (b)	Equivalente *Ad Valorem* da Medida Antidumping (a/b)
Coreia do Sul	Lg Chem Ltd.	0,23	[CONFIDENCIAL]	[10-20%]
	Korea Kumho Petrochemical Co., Ltd.	0,45		[20-30%]
	Kumho Industrial Co., Ltd.	0,45		[20-30%]
	Demais	0,45		[20-30%]
França	Arlanxeo Emulsion Rubber France S.A.S.	0,64	[CONFIDENCIAL]	[30-40%]
	Omnova Solutions	0,75		[40-50%]
	Demais	0,75		[40-50%]

Ao final da investigação, o parecer de determinação final do Decom recomendou a aplicação de medidas antidumping definitivas, por um período de até cinco anos, na forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses (Coreia do Sul) e em euros (França) por tonelada, nos montantes especificados nas tabelas a seguir. As medidas foram aplicadas por meio da Resolução CAMEX nº 53, de 10 de agosto de 2018, publicada no DOU de 13 de agosto de 2018.

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (USD/kg) (a)	Preço da Importações em P5 (US$ CIF/Kg) (b)	Equivalente *Ad Valorem* (a/b)
Coreia do Sul	Lg Chem Ltd.	0,15	[CONF]	[5-10%]
	Korea Kumho Petrochemical Co., Ltd.	0,34		[20-30%]
	Kumho Industrial Co., Ltd.	0,34		[20-30%]
	Demais	0,34		[20-30%]

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (EUR/kg) (a)	Preço de Exportação CIF (EUR/Kg) (b)	Equivalente *Ad Valorem* (a/b)
França	Arlanxeo Emulsion Rubber France S.A.S.	0,65	[CONFIDENCIAL]	[40-50%]
	Omnova Solutions	0,92		[60-70%]
	Demais	0,92		[60-70%]

Como referência para fins deste documento, os períodos utilizados para a obtenção de dados com as partes da presente avaliação de interesse público estão delimitados abaixo, com base nos períodos observados na investigação de defesa comercial (P1 a P5) e nos períodos adicionados para atualização da análise (P6 e P7). Dessa forma, os períodos observados na investigação de defesa comercial foram:

P1 - janeiro a dezembro de 2012;
P2 - janeiro a dezembro de 2013;
P3 - janeiro a dezembro de 2014;
P4 - janeiro a dezembro de 2015;
P5 - janeiro a dezembro de 2016;

Além disso, com o intuito de permitir uma análise com os dados mais atualizados disponíveis, utilizou-se também, na avaliação, os seguintes períodos adicionais:

P6 - janeiro a dezembro de 2017;
P7 - janeiro a dezembro de 2018; e
P8 - janeiro a dezembro de 2019.

2. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

2.1 Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado de produto sob análise

2.1.1 Características do produto sob análise

Nos termos da Resolução CAMEX nº 53/2018, o produto objeto da investigação foi definido como borracha nitrílica (NBR), não hidrogenada e não estendida em óleo, com teor de acrilonitrila maior ou igual a 20% e menor ou igual a 50%, viscosidade Mooney a 100ºC variando entre 20 e 120, comumente classificada no item 4002.59.00 da NCM, exportada pela Coreia do Sul e pela França para o Brasil.

Nessa definição, destaca-se que borrachas NBR hidrogenadas, estendidas em óleo, na forma líquida, com teor de acrilonitrila extremamente baixo (menor que 20%) e com teor de acrilonitrila extremamente alto (maior que 50%) não estão incluídas no escopo da investigação.

O direito antidumping também não se aplica ainda às borrachas NBR na forma líquida e às borrachas NBR em pó produzidas por meio do processo de spray drying com granulometria igual ou inferior a 0,16 mm.

A borracha NBR é um copolímero sintético de butadieno e acrilonitrila pertencente à classe das borrachas especiais resistentes a óleos, com a polimerização efetuada por processo de emulsão. A polimerização pode ser realizada a quente ou a frio - obtendo-se os denominados "hot nitriles" e "cold nitriles" - se a temperatura for, respectivamente, superior a 30ºC ou se situar entre 5ºC e 15ºC.

A borracha NBR oferece um bom balanço entre a resistência as baixas temperaturas (entre -10°C e -50°C) e a resistência a óleos, combustíveis e solventes. Estas características, combinadas com uma boa resistência a alta temperatura e à abrasão, tornam a borracha NBR aconselhada para uma grande variedade de aplicações, principalmente as que exigem determinadas propriedades mecânicas e/ou resistência à fadiga dinâmica, resistência ao inchamento em óleo e/ou gasolina, resistência ao envelhecimento por calor e resistência à abrasão.

Além disso, existem tipos especiais de borracha NBR que contém antioxidantes, o que torna-os menos voláteis e solúveis aos combustíveis e óleos, aumentando também a sua resistência ao calor. Há ainda outros tipos especiais de borracha NBR que são oferecidos como opções mais vantajosas em processos de vulcanização por transferência ou por injeção, levando a menos sujidade dos moldes - fenômeno conhecido por "mold fouling".

Na produção da borracha NBR, existem diversos parâmetros que, quando modificados, originam uma ampla diversidade de produtos. Dentre esses parâmetros, destacam-se: o teor de acrilonitrila (abreviadamente ACN), que influencia diretamente a resistência a óleo e gasolina e a flexibilidade em baixas temperaturas; a temperatura de polimerização, que origina os "hot nitriles" ou "cold nitriles"; o modificador de cadeia, que provoca diferenças na viscosidade Mooney e no processamento; e o estabilizador, que origina diferenças na cor e na estabilidade durante a armazenagem.

Conforme a Resolução CAMEX nº 53/2018, a borracha NBR é usualmente aplicada em o-rings (anéis de borracha), membranas, foles, tubos e mangueiras, quer para aplicações hidráulicas ou pneumáticas, quer para transporte de hidrocarbonetos alifáticos (propano e buteno), correias transportadoras, material de fricção, cobertura de rolos para diversos fins, especialmente para as indústrias de pintura têxtil, e solas para calçado de segurança.

Nesse mesmo sentido, as partes habilitadas na presente avaliação de interesse público relatam diversas possibilidades de utilização da borracha NBR:

a) Nitriflex informou que a borracha NBR seria usualmente aplicada em "o-rings" (anéis de borracha), membranas, foles, tubos e mangueiras - quer para aplicações hidráulicas ou pneumáticas, quer para transporte de hidrocarbonetos alifáticos (propano e buteno), correias transportadoras, material de fricção, cobertura de rolos para diversos fins - especialmente para as indústrias de pintura têxtil - e solas para calçado de segurança.

b) Já a Techseal relatou que a borracha NBR seria utilizada para a fabricação de vedações para os segmentos automotivo, saneamento básico, construção civil, pneumáticos, linha branca e gás, entre outros.

c) Por sua vez, a Zanaflex afirmou que a borracha NBR seria utilizada em compostos para a fabricação de mangueiras para os segmentos automotivos e marinhos.

Dessa forma, para fins de avaliação final de interesse público, o produto em análise é considerado insumo relevante para vários setores, incluindo produção de artefatos de borracha, construção e saneamento, máquinas e equipamentos, automobilístico, mineração, siderurgia e, ainda, no setor de óleos minerais.

2.1.2 Cadeia produtiva do produto sob análise

Techseal e Zanaflex apresentaram o fluxo de produção da borracha NBR nacional - fabricada pela Nitriflex - baseadas na Circular SECEX n° 62, de 22 de novembro de 2017. A Nitriflex também apresentou fluxo de produção igual ao presente na Circular SECEX nº 62, mas complementou-o informando que a maior parte das borrachas seguem o mesmo fluxograma de produção, diferindo apenas nas matérias-primas. A Nitriflex informou ainda que, como base para a descrição do processo produtivo, foi utilizada a borracha NBR N-615B, por apresentar o maior volume de produção e fluxo de produção.

Dito isso, o processo produtivo da borracha NBR, como especificado pela Circular SECEX nº 62, se inicia com a etapa de reação. Nesta, o tipo de polimerização empregado é a emulsão e o processo de reação é por batelada. Para a reação das borrachas NBR é necessária a utilização de um emulsificante.

O emulsificante é transferido para o reator, onde também são adicionados os monômeros (ACN e butadieno), o modificador de cadeia, o iniciador e o ativador. A reação é acompanhada por meio dos seguintes parâmetros: temperatura (°C), pressão (kgf/cm²) e sólidos totais (%), sendo este último o que determinará o final da reação.

Quando a reação atinge o alvo de sólidos totais, especificado pela área técnica, é adicionado o terminador.

Ao fim da reação, ainda no reator, é adicionada uma solução de pó-estabilizador.

Depois de finalizada a reação, inicia-se a segunda etapa do processo produtivo, quando a borracha NBR, ainda sob a forma de látex, é transferida para o vaso de expansão e os monômeros que não foram convertidos em polímero durante a reação são recuperados. A recuperação é realizada por meio de injeção de vapor em determinadas condições de temperatura e pressão, para cada tipo de borracha.

Após a recuperação dos monômeros, o látex é transferido para o tanque de armazenamento. Antes do início da coagulação, esta mistura recebe uma solução de antioxidante.

Do tanque de armazenamento, o látex segue para a coagulação e secagem.

O látex segue do tanque de armazenamento para o vaso de coagulação, onde recebe o coagulante e a água mãe. Para garantir a máxima coagulação, a mistura segue por transbordamento do vaso de coagulação para o vaso de conversão.

Do vaso de conversão a mistura segue, também por transbordamento, para uma peneira que separa a borracha da água mãe. A água mãe retorna para o vaso de coagulação, enquanto a borracha segue para o vaso de lavagem. No vaso de lavagem, a borracha é lavada com água para retirar o coagulante e, caso necessário, há ajuste do pH.

Do vaso de lavagem a borracha passa por outra peneira onde é separada da água de lavagem. A borracha segue para a desumidificadora para retirar o excesso de água e, posteriormente, para o desintegrador, que corta a borracha em pedaços menores visando facilitar a secagem. Do desintegrador a borracha segue através de transportadores para o secador.

Ao final do secador, a borracha passa nos quebradores e cai no elevador, que transporta a borracha até a balança. Quando a sua massa alcança 33 kg, a borracha cai na prensa onde o fardo de borracha é formado.

Da prensa o fardo de borracha passa por um detector de metais na embaladora para então envolver o fardo em um filme de polietileno e, posteriormente, passa por uma inspeção visual antes de ser colocado na caixa.

Como dito acima, a borracha NBR é usualmente aplicada em o-rings (anéis de borracha), membranas, foles, tubos e mangueiras, quer para aplicações hidráulicas ou pneumáticas, quer para transporte de hidrocarbonetos alifáticos (propano e buteno), correias transportadoras, material de fricção, cobertura de rolos para diversos fins, especialmente para as indústrias de pintura têxtil, e solas para calçado de segurança.

Segundo os dados apresentados pela Nitriflex, os principais consumidores de borracha NBR da indústria nacional seriam:

Consumidores	Volume (Kg)
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Nota-se que há uma grande diversidade de consumidores da borracha NBR produzida pela indústria nacional, além de variedade de volumes e setores produtivos.

2.1.3 Substitutibilidade do produto sob análise

Pela ótica da demanda, todas as partes homologadas afirmaram não existir produtos substitutos à borracha NBR, dadas suas propriedades específicas.

Sob a ótica da oferta, [CONFIDENCIAL].

[CONFIDENCIAL].

[CONFIDENCIAL].

Assim, sob a perspectiva da demanda, as informações acostadas aos autos indicam não haver substitutos da borracha NBR. Já, do ponto de vista da oferta, não foi possível obter, ao longo da avaliação de interesse público, maiores informações acerca da possibilidade de substituição da borracha NBR, o que impossibilita uma conclusão, na avaliação final de interesse público, sobre a substitutibilidade do produto sob análise.

2.1.4 Concentração de mercado do produto sob análise

57. De acordo com a Resolução CAMEX nº 53/2018, a Nitriflex é a única produtora nacional do produto similar doméstico, tendo sua linha de produção de borracha NBR sido definida como indústria doméstica, para fins da investigação.

Passa-se então a analisar a estrutura de mercado da borracha NBR de forma a avaliar se a aplicação da medida de defesa comercial afetou a concorrência, reduziu a rivalidade e aumentou eventual poder de mercado da indústria doméstica.

Nesse contexto, o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) pode ser utilizado para o cálculo do grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado dos market shares de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), os mercados são classificados da seguinte forma:

Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;

b) Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e

c) Altamente concentrados: HHI acima de 2.500.

Buscando aumentar a precisão no que se refere à análise da concentração do mercado, as três origens que foram mais representativas no volume total de importações no período de P1 a P7 (Coreia do Sul, França, Argentina) foram desagregadas em suas maiores empresas exportadoras do produto. Além disso, as origens mais representativas seguintes (Estados Unidos e México) também foram apresentadas separadamente. Já os market shares dos demais países foram calculados de forma agregada, sem segmentação por agente, devido a suas participações pequenas no mercado. Assim, os market shares do mercado brasileiro e o resultado do cálculo do HHI estão apresentados na tabela abaixo:

Período	Indústria Doméstica	Coreia do Sul			França		Argentina		EUA	México	Demais Países	HHI
		[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]				
P1	70-80	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	5255,28
P2	60-70	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	4400,85
P3	50-60	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3834,79
P4	50-60	0-10	0-10	0-10	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	4076,24
P5	50-60	0-10	10-20	0-10	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3708,02
P6	50-60	0-10	10-20	0-10	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3718,19
P7	60-70	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	4370,97

Percebe-se que o mercado de borracha NBR foi altamente concentrado em todos os períodos da avaliação, com o HHI permanecendo acima de 2.500 pontos. Ou seja, mesmo antes da aplicação das medidas antidumping (o que ocorreu em P7), o mercado já se apresentava como altamente concentrado.

O período com o maior HHI foi P1, o que é explicado pela concentração de 70-80% do mercado pela indústria doméstica Nitriflex.

Entre P1 e P3, ocorreu uma significativa redução no HHI (queda de 1.420 pontos), refletindo a redução do market share da indústria doméstica - que caiu para 50-60% em P3 - e o aumento da participação das empresas coreanas [CONFIDENCIAL] - participação agregada de 0-10% em P1 para 10-20% em P3 - e da francesa [CONFIDENCIAL]- participação de 10-20% em P1 para 10-20% em P3.

O aumento da concentração de mercado de P3 para P4 é explicado pela maior participação da indústria doméstica - 50-60% - e redução nas porcentagens de outras origens.

Já P5 e P6 registraram níveis de concentração praticamente estáveis, mas menores que em P4, o que foi causado pela redução da participação da indústria doméstica - 50-60% - e pelo aumento da participação da companhia coreana [CONFIDENCIAL] - 10-20% - e francesa [CONFIDENCIAL] - 20-30% em P6.

Em P7 (ano da aplicação das medidas antidumping provisória e definitiva) houve um aumento na concentração de mercado (o HHI, que era 3718,19 em P6, passou para 4370,97), ficando próxima à que havia sido registrada em P2 (HHI de 4400,85). Isso se deve a retomada de mercado pela indústria doméstica, que aumentou sua participação para 60-70%, enquanto as empresas [CONFIDENCIAL] tiveram perda de mercado.

Dessa forma, pode-se concluir na avaliação final de interesse público que a aplicação das medidas antidumping provisória e definitiva no P7 pode ter influenciado no aumento da concentração do mercado de borracha NBR nesse período em relação a P6 (HHI de 3718,19 em P6 e de 4370,97 em P7). Mesmo assim, esse aumento ainda ficou abaixo das concentrações registradas em P1 (HHI de 5255,28) e P2 (HHI de 4400,85).

2.2 Oferta internacional do produto sob análise

2.2.1 Origens alternativas do produto sob análise

A análise de origens alternativas busca verificar a disponibilidade internacional de produtos similares ao produto objeto da medida de defesa comercial e da avaliação de interesse público. Para tanto, verifica-se a existência de fornecedores de produto igual ou substituto em outras origens que não estão sob investigação no âmbito do processo de referência. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internação e a existência de barreiras à importação destas origens, como barreiras técnicas.

Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Contudo, dependendo das características de mercado e do produto, é possível que existam desvios de comércio com a aplicação de medidas de defesa comercial e que outras origens passem a ganhar relevância nas importações do produto pelo Brasil.

2.2.1.1 Exportações mundiais do produto sob análise

Não tendo sido apresentadas informações sobre a produção mundial de borracha NBR ao longo da presente avaliação, iniciou-se a avaliação acerca da existência de origens alternativas a partir dos dados disponíveis de exportação.

Para tanto, é necessário caracterizar a capacidade de exportação de borracha NBR dos principais países exportadores desse produto.

Os dados foram retirados dos sites Trade Map e UN Comtrade. Contudo, faz-se necessário relatar que os dados disponíveis no Trade Map não compilavam o volume de borracha NBR exportado pela França em nenhum dos anos do período de P1 a P7. Por esta razão, o volume mundial exportado de borracha NBR no Trade Map parece estar subestimado e as participações mundiais dos exportadores superestimadas.

Buscou-se, então, obter no UN Comtrade (uma das fontes de dados do Trade Map) os dados de exportação de borracha NBR da França para o período analisado, mas, da mesma forma, não estavam disponíveis.

Assim, como forma de aproximação para o volume exportado de borracha NBR pela França, compilou-se pelo UN Comtrade os dados de importação de borracha NBR originária da França que foram reportados pelos demais países. Ou seja, considerou-se que o volume exportado de borracha NBR pela França é, no mínimo, igual ao volume importado da França pelos outros países. Por fim, o volume mundial exportado foi obtido pela adição dos dados de exportação de borracha NBR do Trade Map com os dados de borracha NBR originária da França do UN Comtrade, enquanto as participações mundiais dos exportadores foram calculadas com base neste resultado.

Os resultados são apresentados na tabela a seguir, a qual lista os 15 principais exportadores mundiais (por volume) de borracha NBR (HS6 4002.59) em P7, ano mais recente com dados disponíveis, e apresenta o volume exportado acumulado entre P1 e P7, além de calcular a participação mundial dos exportadores para os dois volumes.

	Origem	Volume (P7)	(%)	Volume (P1-P7)	(%)
1°	Coreia do Sul	133926	33,8%	830055	31,7%
2°	França	70053	17,7%	524906	20,0%
3°	Japão	50800	12,8%	359750	13,7%

4°	Rússia	33154	8,4%	211460	8,1%
5°	EUA	18746	4,7%	191612	7,3%
6°	México	17111	4,3%	84894	3,2%
7°	China	11742	3,0%	51405	2,0%
8°	Taipé Chinês	10993	2,8%	64929	2,5%
9°	Polônia	10350	2,6%	36094	1,4%
10°	Bélgica	9600	2,4%	77947	3,0%
11°	Brunei	7801	2,0%	7805	0,3%
12°	Alemanha	6352	1,6%	39614	1,5%
13°	Espanha	4080	1,0%	17214	0,7%
14°	Brasil	2845	0,7%	14074	0,5%
15°	Países Baixos	2143	0,5%	20041	0,8%
	Demais	6849	1,7%	87473	3,3%
	Total	396544	100%	2619273	100%

Observa-se que, em P7, as origens com direito antidumping em vigor (Coreia do Sul - 33,8% e França - 17,7%) representaram 51,5% das exportações mundiais do produto. Já com base no volume acumulado (P1-P7), as origens com direito antidumping em vigor (Coreia do Sul - 31,7% e França - 20,0%) representaram 51,7% do volume exportado do produto no período. Percebe-se então que o market share combinado das duas origens gravadas permanece praticamente constante pelas duas análises.

Em relação às origens não gravadas, os seguintes países possuem potencial exportador elevado em termos da participação mundial nas exportações de borracha NBR em P7: Japão (12,8%), Rússia (8,4%) e EUA (4,7%) e México (4,3%).

2.2.2.2 Fluxo de comércio (exportações - importações) do produto sob análise

Adicionalmente, com o intuito de avaliar o perfil dos maiores exportadores listados acima, buscou-se também referenciar as importações de tais origens com base em suas exportações líquidas (saldo de exportações menos importações) de borracha NBR, em dólares estadunidenses, no nível do produto SH6, conforme tabela a seguir.

Destaca-se novamente que, por falta de dados disponíveis sobre a exportação de borracha NBR pela França no Trade Map, optou-se por utilizar os dados do UN Comtrade para aproximar o valor exportado pela França, considerando o valor importado de borracha NBR originária da França pelos outros países.

	Origem	Valor Exportado	Valor Importado	Fluxo de comércio
1°	Coreia do Sul	320.544	11.654	308.890
2°	França	224.795	27.680	197.115
3°	Japão	153.190	24.894	128.296
4°	Rússia	69.691	2.118	67.573
5°	EUA	135.090	159.561	-24.471
6°	México	41.043	17.686	23.357
7°	China	37.110	236.521	-199.411
8°	Taipé Chinês	33.433	49.548	-16.115
9°	Polônia	23.802	35.638	-11.836
10°	Bélgica	89.375	82.093	7.282
11°	Brunei	592	0	592
12°	Alemanha	61.594	137.110	-75.516
13°	Espanha	8.053	22.965	-14.912
14°	Brasil	8.325	8.830	-505
15°	Países Baixos	20.189	43.902	-23.713

Pelo fluxo de comércio, observa-se que as origens gravadas (Coreia do Sul e França) registraram considerável superávit comercial em borracha NBR, reforçando o perfil exportador da produção de borracha NBR desses países.

Das origens não investigadas, Japão, Rússia, México, Bélgica e Brunei possuem perfil exportador, uma vez que apresentaram superávits na comercialização de borracha NBR em 2018. Outras origens não gravadas, como EUA, China, Taipé Chinês, Polônia, Alemanha, Espanha e Países Baixos, possuem déficit comercial em borracha NBR.

2.2.1.3 Importações brasileiras do produto sob análise

Ao examinar as possíveis fontes alternativas do produto, também é necessário analisar o perfil das importações brasileiras de borracha NBR.

Faz-se importante informar que, como já explicitado na Resolução CAMEX n° 53/2018, são classificadas no subitem NCM 2004.59.00 tanto importações de borracha NBR quanto de outros produtos distintos do produto objeto desta avaliação. Por esse motivo, realizou-se depuração das importações, de modo a obter dados referentes exclusivamente ao produto analisado. Foram excluídas da análise, portanto, as importações de borrachas NBR: hidrogenadas; estendidas em óleo; na forma líquida; com teor de acrilonitrila extremamente baixo (menor que 20%); com teor de acrilonitrila extremamente alto (maior que 50%) e produtos distintos de NBR, tais como borracha de acrilonitrila estireno butadieno, e polibutadieno hidroxiterminado, borrachas NBR em pó produzidas por meio do processo de spray drying com granulometria igual ou inferior a 0,16 mm, entre outros.

Contudo, ainda restaram importações cujas descrições nos dados disponibilizados pela RFB não permitiram concluir se o produto importado consistia de fato em borracha NBR incluída no escopo da investigação. Nesse contexto, para fins de avaliação final de interesse público, foram consideradas como importações de produto objeto da investigação os volumes e os valores das importações de borracha NBR descrita de forma genérica ou insuficiente nas declarações de importação.

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8
Coreia do Sul	100,0	188,2	195,6	168,4	197,6	215,6	168,3	109,4
França	100,0	106,9	107,7	105,4	100,7	108,2	49,9	14,4
Total sob Análise	100,0	129,1	131,7	122,6	127,2	137,5	82,2	40,3
Alemanha	100,0	10.418,4	17.898,8	42.781,6	28.031,0	10.246,8	3.756,0	3.135,2
Argentina	100,0	199,4	216,7	89,8	82,1	75,4	171,8	208,7
China	100,0	29,4	106,2	8,2	210,1	512,0	720,5	519,1
EUA	100,0	97,8	24,2	32,8	9,9	76,7	93,5	58,0
Índia	100,0	0,0	0,0	0,0	2,4	19,6	0,0	844,6
Itália	100,0	86,2	48,4	37,8	87,8	110,8	518,8	107,5
Japão	100,0	0,5	0,1	138,2	177,4	157,4	494,1	17.419,8
México	100,0	48,3	117,7	53,2	84,9	34,4	405,1	162,7
Rússia	0,0	0,0	100,0	0,0	144,6	0,0	5,1	187,7
Taipé Chinês	100,0	125,7	26,5	24,8	0,0	0,0	16,0	24,1
Demais Países*	100,0	53,5	5,2	37,3	957,0	127,8	980,5	26,9
Total Exceto sob Análise	100,0	126,0	126,8	59,9	69,1	72,9	189,8	267,5
Total Geral	100,0	128,4	130,6	108,2	114,4	122,7	106,9	92,5

Percebe-se que em P6, antes da imposição da medida antidumping provisória em 2 de março de 2018 (P7), as origens gravadas eram as maiores fontes de importação de borracha NBR, correspondendo a 80-90% do volume total importado no período. Depois da imposição da medida antidumping provisória e da medida antidumping definitiva - esta última em 13 de agosto de 2018 (P7) - e da retirada da borracha NBR da Letec - em 10 de dezembro de 2018 (P7) - Coreia do Sul e França passaram a corresponder a 50-60% do volume total importado de borracha NBR em P7 e a 30-40% em P8. Nota-se que ocorreu considerável redução na participação dessas origens sobre o volume total importado.

Merece destaque a redução da participação da França, que passou de 40-50% do volume total importado em P6 para 0-10% em P8. A Coreia do Sul, por sua vez, reduziu sua participação de 30-40% do volume total importado em P6 para 20-30% em P8.

Além disso, a partir de P7 passou-se a observar o aumento da participação de origens alternativas no volume total importado. Destacam-se Argentina, Índia e Japão, que passaram de participações de, respectivamente, 0-10%, 0-10% e 0-10% em P6 para 20-30%, 10-20% e 10-20% em P8. Assim, essas origens passaram a estar entre as cinco mais representativas nas importações brasileiras de borracha NBR neste último ano, juntamente com Coreia do Sul e França.

Por fim, observou-se um aumento da participação do México de P6 (0-10%) para P7 (10-20%). Ainda que o aumento não tenha se mantido nas mesmas proporções, a representatividade das importações oriundas do México mostrou substancial aumento em relação a P6, ficando em 0-10% em P8. Os Estados Unidos, que haviam aumentado sua participação relativa de P6 (0-10%) para P7 (0-10%), também perderam importância relativa em P8, retornando para (0-10%).

Ressalta-se que ocorreu redução do volume total importado de borracha NBR, que caiu de [CONFIDENCIAL] quilos em P6 para [CONFIDENCIAL] quilos em P7 e para [CONFIDENCIAL] quilos em P8. Percentualmente, houve uma redução de 10-20% entre P6 e P7 e de 10-20% entre P7 e P8, totalizando uma redução de 30-40% entre P6 e P8.

Para aprofundar o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, também é válido verificar a evolução de preços cobrados por origens gravadas e não gravadas, conforme tabela abaixo.

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8
Coreia do Sul	100,0	76,3	70,9	59,8	46,8	65,5	73,3	62,5
França	100,0	73,9	65,2	57,5	40,7	47,4	58,2	52,1
Total sob análise	100,0	72,2	64,7	56,5	41,3	51,7	60,4	51,7
Alemanha	100,0	8,3	7,0	8,2	6,8	11,7	26,8	24,4
Argentina	100,0	78,3	74,4	66,7	54,0	61,8	65,6	58,7
China	100,0	163,2	95,8	69,6	70,0	83,0	80,8	79,1

EUA	100,0	85,6	92,2	78,9	80,9	69,0	68,9	71,6
Índia	100,0	0,0	0,0	0,0	64,2	92,4	0,0	72,4
Itália	100,0	84,8	74,5	66,1	68,7	71,1	46,3	62,1
Japão	100,0	1744,4	228,0	57,7	54,7	47,0	47,9	29,4
México	100,0	81,7	77,5	69,2	37,9	74,4	68,9	53,8
Rússia	0,0	0,0	100,0	0,0	67,4	0,0	147,5	82,8
Taipé Chinês	100,0	112,5	102,1	87,2	0,0	0,0	73,2	63,2
Demais Países*	100,0	106,9	105,1	133,1	8,1	20,6	10,2	88,9
Total (exceto sob análise)	100,0	78,6	64,4	67,7	47,1	71,8	62,3	51,4
Total Geral	100,0	73,8	64,5	57,1	41,5	54,1	63,1	55,2

Observa-se que, em todo o período analisado, os preços das origens gravadas possuíram comportamentos e seguiram tendência semelhante aos preços da Argentina, Índia (nos anos em que houve importação dessa origem) e México. Por sua vez, os preços do Japão foram maiores que grande parte dos países entre P1 e P7. Em P8, contudo, o preço do Japão também convergiu para próximo das demais origens. Os preços do produto originário dos EUA foram, todavia, mais elevados que os preços das demais origens - entre P1 e P8 - e que os preços do Japão - a partir do P4.

Assim, conclui-se que os preços das importações de borracha NBR da Coreia do Sul e França estão de acordo com a tendência de outras origens importantes, tais como Argentina, Índia e México. Cabe destacar que os preços da Coreia do Sul foram os mais baixos dentre as principais origens de P1 a P4, período no qual o país foi a segunda maior origem da importação de borracha NBR.

Percebe-se que em P8 - após a aplicação das medidas antidumping provisória e definitiva no P7 (2018) e a redução das importações originárias da Coreia do Sul e da França - os preços das cinco principais origens do produto importado - Argentina, Coreia do Sul, França, Índia e Japão - estiveram consideravelmente próximos, variando entre [CONFIDENCIAL].

Dessa forma, considerando o quanto exposto, conclui-se, sobre a oferta internacional, para fins final de avaliação de interesse público, que:

As origens gravadas - Coreia do Sul e França - foram os maiores exportadores mundiais de borracha NBR tanto em P7 quanto no acumulado do período P1-P7. Pela análise do volume exportado e do fluxo de comércio, nota-se o perfil exportador da produção de borracha NBR desses países.

b) Além disso, Coreia do Sul e França foram, de P1 a P7, as duas maiores origens de importação da borracha NBR. Entretanto, após a aplicação das medidas antidumping provisória e definitiva em P7 (2018), houve forte redução na participação dessas origens no volume total importado. Ressalta-se que também houve redução de 30-40% no volume total importado do produto após a aplicação das medidas de defesa comercial.

c) A análise da evolução dos preços das importações das origens gravadas revela comportamentos e valores semelhantes aos de outras origens importantes, mostrando a existência de tendências mundiais de preço entre as principais origens de importação da borracha NBR.

d) Na análise do volume das importações do produto, Argentina, Índia, Japão e México destacaram-se como origens alternativas relevantes de borracha NBR em P8. Os preços da Argentina, Índia e México apresentaram, de P1 a P8, comportamentos e valores semelhantes aos das origens gravadas e, em P8, todos tiveram preços bastante próximos.

e) Dessas quatro origens que se destacaram, Japão e México aparecem como 3° e 6° maiores exportadores do produto, tanto em P7 quanto no acumulado do período P1-P7. Além disso, percebe-se que ambos possuem fluxos comerciais positivos de borracha NBR.

Assim, há elementos que sinalizam a importância das origens gravadas, tanto no mercado mundial quanto nas importações brasileiras do produto. Reforça-se esse entendimento dado que, após a aplicação da medida antidumping sobre as importações da Coreia do Sul e França em P7, houve redução no volume total importado de borracha NBR em P8. De qualquer forma, as origens gravadas continuaram importantes no volume total importado neste ano. Além disso, também houve aumento da participação da Argentina, Índia, Japão e México no volume total importado, sendo esses dois últimos importantes exportadores mundiais, em termos de volume. Ainda, dado que tanto os preços dessas origens quanto das origens gravadas foram semelhantes em P8, percebe-se a existência de origens alternativas competitivas para suprir parte significativa da demanda de borracha NBR.

2.2.2 Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1 Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto

Conforme informado no Parecer de Instauração de Interesse Público nº 3/2019, não há outras medidas de defesa comercial aplicadas às importações brasileiras de NBR proveniente de outras origens, além de Coreia do Sul e França.

Além disso, em consulta ao Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio (OMC), verificou-se que, além do direito antidumping aplicado pelo Brasil, estão em vigor as seguintes medidas de defesa comercial sobre borracha NBR:

Direito antidumping em vigor desde outubro de 2018 da China sobre as importações de borracha NBR da Coreia do Sul e do Japão;

b) Direito antidumping em vigor desde janeiro de 1997 da Índia sobre a importação de borracha NBR da Coreia do Sul.

Ambas as medidas de defesa comercial, aplicadas por China e Índia, incluem a Coreia do Sul, origem também gravada no Brasil.

2.2.2.2 Tarifa de importação

A alíquota do Imposto de Importação desse subitem tarifário se manteve constante, em 25%, de P1 até quase o final de P7. Essa alíquota foi resultado da inclusão do produto na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (Letec) realizada por meio da Resolução CAMEX n° 13, de 11 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 13 de fevereiro de 2010.

Em 10 de dezembro de 2018, foi publicada a Resolução CAMEX n° 98/2018, por meio da qual o produto em análise foi excluído da Letec e sua alíquota de importação retornou ao valor de 12%.

Dessa forma, é interessante fazer a comparação das alíquotas internacionais de imposto de importação (II) de borracha NBR em relação à atual tarifa brasileira de 12%. Para isso, utilizou-se os dados de tarifas internacionais de importação para borracha NBR (SH - 400259) disponíveis na OMC. Os anos observados para a análise foram P1 a P8 e foram consideradas as últimas alíquotas declaradas pelos países nesse período, com o intuito de obter a visão mais atualizada possível das tarifas internacionais. Assim, foram analisadas as alíquotas declaradas mais recentes de 135 países (excluindo o Brasil, de forma a não enviesar o resultado).

Verificou-se que a tarifa brasileira de 12% é maior que as alíquotas de 92,6% dos países considerados (39,3% das tarifas é igual a 0 é 53,3% das tarifas estão entre 0 e 12). Além disso, a média das alíquotas dos países analisados (excluindo o Brasil) para borracha NBR é de 4,07%, inferior à tarifa brasileira.

As tarifas de importação dos cinco principais exportadores mundiais de borracha NBR são: Coreia do Sul - 8%; França - 0% (tarifa comum da União Europeia); Japão - 0%; Rússia - 5%; e EUA - 0%.

Observa-se então que a borracha NBR permaneceu com a tarifa majorada pela inclusão na Letec de 2010 a 2018 (P7) e, mesmo depois da retirada do produto da referida lista, a alíquota brasileira continuou superior a 92,6% dos países analisados da OMC, incluindo os maiores exportadores mundiais de borracha NBR.

2.2.2.3 Preferências tarifárias

O subitem referente ao produto em análise é objeto de preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/Mercosul, que reduzem a alíquota do imposto de importação (II) incidente sobre borracha NBR. Essas preferências tarifárias estão compiladas na tabela abaixo.

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Bolívia	ACE-36 - Mercosul-Bolívia	100%
Chile	ACE-35 - Mercosul-Chile	100%
Colômbia	ACE-72 - Mercosul-Colômbia	100%
Equador	ACE-59 - Mercosul-Equador	100%
Israel	ALC - Mercosul-Israel	100%
Mercosul	ACE-18 - Mercosul	100%
Peru	ACE-58 - Mercosul-Peru	100%
Venezuela	ACE-59 - Mercosul-Venezuela	100%
Egito	ALC - Mercosul-Egito	37,5%
México	ACE-53 - Brasil-México	30%
Cuba	PTR-04 - ALADI	28%

As importações de borracha NBR da Coreia do Sul e da França não recebem - e não receberam durante o período de revisão - qualquer preferência tarifária, de forma que a alíquota do imposto de importação incidente é atualmente de 12%.

Dos países com preferências tarifárias, Argentina e México passaram a ser origens relevantes após a imposição das medidas antidumping provisória e definitiva em P7 (2018), como já relatado na seção 2.2.1.

Merece destaque que as importações de borracha NBR da Argentina cresceram em 200-300% entre o P6 - antes das medidas antidumping - e P8, tornando-se a segunda origem mais relevante nas importações brasileiras de borracha NBR.

2.2.2.4 Temporalidade da proteção do produto

No que se refere à aplicação de medidas de defesa comercial, o produto está protegido desde a imposição da medida antidumping provisória, em 2 de março de 2018, com equivalente ad valorem variando de [CONFIDENCIAL].

Em 13 de agosto de 2018, foi aplicada a medida antidumping definitiva, com equivalente ad valorem variando de [CONFIDENCIAL].

Nesse sentido, a medida está em vigor há aproximadamente 2 anos.

2.2.2.5 Outras barreiras não tarifárias em comparação com o cenário internacional

Techseal e Zanaflex relataram desconhecer a existência de barreiras não tarifárias impostas ao produto sob análise no Brasil. Contudo, ainda em relação a este tópico, alegaram que suas linhas de produção estariam já adaptadas às borrachas NBR adquiridas da Coreia do Sul e da França, de modo que seria necessários meses ou até anos para homologar uma nova borracha NBR em suas plantas de produção.

Considerando que as eventuais diferenças de qualidade entre o produto nacional e o importado serão abordadas adiante neste documento e que, além destas informações, não foram apresentados quaisquer outros dados relacionados ao tema, verifica-se que, para fins da avaliação final de interesse público, não foram identificados elementos que apontem a existência de outras barreiras não tarifárias aplicadas à borracha NBR.

2.3 Oferta nacional do produto sob análise

2.3.1 Consumo nacional aparente do produto sob análise

Com intuito de avaliar o mercado brasileiro de borracha NBR, vale compreender o comportamento das vendas da indústria doméstica, das importações gravadas e das importações de outras origens. A importância dessa análise é verificar o quanto as vendas da indústria doméstica e as importações representam do mercado brasileiro.

Conforme explicitado na Resolução CAMEX nº 53/2018, não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, de forma que o consumo nacional aparente (CNA) e o mercado brasileiro se equivalem.

Para dimensionar o mercado brasileiro de borracha NBR, foram consideradas as quantidades do produto de fabricação própria vendidas pela indústria doméstica no mercado interno - líquidas de devoluções - bem como o volume total importado, com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas na seção 2.2.1.

Os dados do mercado brasileiro estão consolidados na tabela abaixo. Cabe esclarecer que, por mais que os dados de importação do produto obtidos com a RFB também abarquem P8, o mercado brasileiro não foi calculado para esse ano por não estarem disponíveis os dados de vendas da indústria doméstica em P8.

Período	Vendas - Indústria Doméstica		Importações - Origens Investigadas		Importações - Outras Origens		Mercado Brasileiro
	Kg	%	Kg	%	Kg	%	Kg
P1	100,0	[70-80%]	100,0	[20-30%]	100,0	[5-10%]	100,0
P2	92,1	[60-70%]	129,1	[20-30%]	126,0	[5-10%]	102,5
P3	73,2	[50-60%]	131,7	[30-40%]	126,8	[5-10%]	89,6
P4	64,6	[50-60%]	122,6	[30-40%]	59,9	[5-10%]	77,1
P5	58,5	[50-60%]	127,2	[30-40%]	69,1	[5-10%]	74,4
P6	61,4	[50-60%]	137,5	[30-40%]	72,9	[5-10%]	79,0
P7	76,6	[60-70%]	82,2	[20-30%]	189,8	[10-20%]	85,3

Nota-se que em P7, ano em que houve a aplicação das medidas antidumping provisória e definitiva, as vendas da indústria doméstica registraram considerável aumento na participação do mercado brasileiro, saindo de 50-60% em P6 para 60-70% em P7. Além disso, as origens gravadas tiveram uma redução na sua participação, caindo de 30-40% em P6 para 20-30% em P7. Já as outras origens tiveram um aumento da sua porcentagem, indo de 0-10% em P6 para 10-20% em P7.Cabe destacar que o mercado brasileiro, que esteve em retração entre P2 e P5 - redução de [CONFIDENCIAL] - passou a se recuperar em P6 e P7, aumentando em [CONFIDENCIAL] de P5 para P6 e [CONFIDENCIAL] de P6 para P7, totalizando um acréscimo no período de [CONFIDENCIAL] . Assim, o mercado brasileiro não só passou a se recuperar como essa recuperação se acelerou no último período.

Cabe destacar que o mercado brasileiro, que esteve em retração entre P2 e P5 - redução de 20-30% - passou a se recuperar em P6 e P7, aumentando em 0-10% de P5 para P6 e 0-10% de P6 para P7, totalizando um acréscimo no período de 10-20%. Assim, o mercado brasileiro não só passou a se recuperar como essa recuperação se acelerou no último período.

Ao se observar os extremos da série, nota-se que: (i) o mercado brasileiro como um todo apresentou redução de 10-20%; (ii) a indústria doméstica perdeu [CONFIDENCIAL]p.p. de participação no mercado brasileiro (saindo de 70-80% em P1 para 60-70% em P7), ao passo que a representatividade das importações das origens não investigadas no mercado brasileiro cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. (passando de 0-10% em P1 para 10-20% em P7); e (iii) a representatividade das importações das origens investigadas no mercado brasileiro permaneceu praticamente estável (saindo de 20-30% em P1 para 20-30% em P7).

2.3.2 Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

Com o intuito de avaliar o risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento pela indústria doméstica, é necessário analisar os dados da produção nacional em relação à capacidade instalada da indústria doméstica, à capacidade ociosa e aos estoques de borracha NBR para que possam ser comparados com os dados do mercado brasileiro do produto.

A tabela abaixo apresenta os dados agregados do mercado brasileiro do produto e os dados da capacidade instalada efetiva, da produção, das vendas no mercado interno e das vendas do mercado externo da indústria nacional de borracha NBR. Cabe novamente ressaltar que não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, como explicitado na seção 2.3.1.

Período	Mercado Brasileiro	Capacidade Instalada Efetiva	Produção de borracha NBR	Vendas no Mercado Interno	Venda no Mercado Externo
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	102,5	100,0	89,4	90,5	106,3
P3	89,6	100,0	76,3	72,2	125,1
P4	77,1	100,0	72,8	63,3	123,7
P5	74,4	100,0	69,5	57,9	130,6
P6	79,0	100,0	89,7	60,7	327,5
P7	85,3	100,0	96,8	75,8	237,9

Como relatado pela indústria doméstica e confirmado pela verificação in loco, a capacidade instalada efetiva é de [CONFIDENCIAL] kg, mantendo-se constante de P1 a P7. Além disso, houve variação da produção da indústria nacional, que caiu [CONFIDENCIAL] de P1 a P5, enquanto teve aumento de [CONFIDENCIAL] de P5 a P7. Já o mercado brasileiro - como relatado na seção 2.3.1 - teve retração de [CONFIDENCIAL] de P2 a P5 e passou a se recuperar entre P5 e P7, aumentando em [CONFIDENCIAL] no período.

Cabe ressaltar que, assim como relatado na Resolução CAMEX n° 52/2018, há outros produtos além da borracha NBR que são produzidos na mesma linha de produção da indústria doméstica como, por exemplo, borracha SBR. Dessa forma, para avaliar o grau de ocupação da capacidade instalada da indústria doméstica, é necessário considerar o volume fabricado de outros produtos nessa mesma linha de produção. Esses dados foram compilados de P1 a P5, anos nos quais os dados de produção de outros produtos da indústria doméstica estão disponíveis, conforme tabela abaixo.

	Produção de borracha NBR	Produção de outros produtos	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	[CONFIDENCIAL]
P2	89,4	92,0	[CONFIDENCIAL]
P3	76,3	70,4	[CONFIDENCIAL]
P4	72,8	52,7	[CONFIDENCIAL]
P5	69,5	85,4	[CONFIDENCIAL]

O grau de ocupação média da indústria doméstica foi de [CONFIDENCIAL] de P1 a P5, variando entre o pico de [CONFIDENCIAL] em P1, a menor ocupação de [CONFIDENCIAL] em P4 e um leve aumento para [CONFIDENCIAL] em P5. A borracha NBR teve um percentual de ocupação médio de [CONFIDENCIAL] , enquanto o percentual médio de ocupação de outros produtos foi de [CONFIDENCIAL], consideravelmente menor que o de borracha NBR.

Além disso, tem-se que a o mercado brasileiro de borracha NBR corresponde a, em média, [CONFIDENCIAL] 30-40% da capacidade instalada da indústria doméstica. Assim, nota-se que a capacidade instalada seria suficiente para suprir, integralmente e em todos os períodos, a demanda do mercado brasileiro por borracha NBR.

Dito isso, faz-se necessário compreender para onde são direcionadas as vendas da produção da indústria doméstica.

Em todos os períodos, o mercado interno correspondeu ao maior destino da produção da indústria doméstica, variando entre [CONFIDENCIAL](P1) e [CONFIDENCIAL] (P6) da produção de borracha NBR. Já a participação do mercado externo nas vendas da indústria variou de [CONFIDENCIAL] (P1) a [CONFIDENCIAL] (P6) da produção do produto. Assim, suprir a demanda do mercado interno foi a principal destinação da produção de borracha NBR pela indústria nacional.

Com base no exposto, há elementos no sentido de que a indústria doméstica possui capacidade para atender integralmente a demanda nacional por borracha NBR em termos de volume, tanto por sua capacidade instalada ser consideravelmente superior ao mercado brasileiro no período analisado quanto por sua produção ser voltada, majoritariamente, a atender a demanda interna pelo produto em questão.

Por fim, vale ressaltar que, conforme informado na Resolução CAMEX nº 53/2018, em agosto de 2015 iniciou-se processo de recuperação judicial da Nitriflex com vistas a evitar o encerramento das atividades da empresa. De acordo com o Plano de Recuperação Judicial firmado pela peticionária, foram estipulados (i) prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas, tais como dívidas trabalhistas e créditos quirografários, com a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor; (ii) redução de custos por meio de aquisição de matérias-primas à vista, acarretando em preços mais baixos e redução a zero dos encargos financeiros em compras a prazo; (iii) redução do quadro de funcionários; (iv) meta de crescimento do volume de vendas no mercado interno (na ordem de 1%) e no mercado externo (na ordem de 100%), em 2016, em relação a 2015; e (v) meta de reajuste dos custos e despesas operacionais e do preço do produto de acordo com a inflação projetada de 8% ao ano.

Conforme relatório da verificação in loco feita na Nitriflex, o valor inicial das dívidas era da ordem de [CONFIDENCIAL]. Essa quantia teria sido reduzida a um montante por volta de [CONFIDENCIAL] pela execução de garantias bancárias. Segundo a empresa, os maiores credores atualmente são fornecedores de matéria-prima (em torno de [CONFIDENCIAL]), além de dívidas trabalhistas e pequenas e médias empresas.

A empresa informou que o plano inicial teve que ser revisto, em razão da continuidade da crise econômica no Brasil (e de demanda). Na revisão do plano, a empresa solicitou [CONFIDENCIAL]. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores e homologado pela justiça em 12 de novembro de 2019.

A empresa já começou a pagar as dívidas trabalhistas em relação ao FGTS, no valor aproximado de [CONFIDENCIAL] (parte desse valor, referente a rescisões, já havia sido pago anteriormente), desde a assembleia de aprovação do plano de recuperação judicial (em 27 de agosto de 2019). Após a publicação do plano pela justiça, a empresa começará a pagar suas dívidas com pequenas e médias empresas, que totalizam cerca de [CONFIDENCIAL] (corrigidas pelo IGP-M).

A partir da verificação in loco, não foram obtidas outras informações de que os dados de capacidade instalada da indústria doméstica poderiam ser questionados em função do processo de recuperação judicial.

2.3.3 Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

2.3.3.1 Evolução dos preços

Para avaliar o eventual risco de restrições à oferta nacional, faz-se necessário analisar tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Nesse sentido, passa-se à comparação entre a evolução do preço da borracha NBR vendida pela indústria doméstica e do seu custo de produção, de forma a identificar possíveis restrições à oferta do produto.

Período	Custo de produção (a)	Preço (b)	a/b (%)
P1	100,0	100,0	[CONFIDENCIAL]
P2	94,0	94,6	[CONFIDENCIAL]
P3	102,4	95,3	[CONFIDENCIAL]
P4	97,9	96,4	[CONFIDENCIAL]
P5	101,4	99,7	[CONFIDENCIAL]
P6	97,3	104,2	[CONFIDENCIAL]
P7	114,5	123,9	[CONFIDENCIAL]

Nota-se que, em P1, P2, P6 e P7, o custo de produção variou de forma similar aos preços. Em P3, P4 e P5, o custo apresentou flutuações mais bruscas, ao passo que o preço se manteve praticamente estável. A participação do custo de produção no preço do produto variou de [CONFIDENCIAL] em P3 para [CONFIDENCIAL] em P7. Percebe-se, então, que a porcentagem do custo de produção no preço de venda do produto se reduziu nesse período.

Complementa-se essa análise com a comparação entre o comportamento do preço da borracha NBR da indústria doméstica e o comportamento do índice de preços do setor de borracha. O objetivo é compreender como o preço do produto da indústria doméstica variou em relação aos outros preços desse setor. Para isso, utilizou-se o Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - DI (IPA-OG-DI) da base de dados FGV data, considerando a média do índice de preços mensal para artigos de borracha de cada ano. Ademais, os preços da indústria doméstica e o índice de preços foram transformados em números-índice com base em P1 para facilitar a comparação.

Período	Índice de preços médio do setor de borracha	Preço da indústria doméstica
P1	100	100
P2	106,951586	94,63519313
P3	113,09428	95,27896996
P4	122,708736	96,35193133
P5	135,143756	99,67811159
P6	145,920421	104,1845494
P7	156,719641	123,9270386

Observa-se que os preços médios do setor de borracha apresentaram aumento constante em todo o período analisado, com seu número-índice chegando a 156,71 em P7, ou seja, um aumento proporcional de 56,71% entre P1 e P7. O preço do produto da indústria doméstica, por sua vez, caiu de P1 a P2, chegando ao número-índice de 94,64, e depois passou a aumentar até P7. Mesmo assim, até P5, quando registrou o número-índice de 99,68, o preço permaneceu com valores abaixo do preço registrado em P1. Em P7, o preço do produto da indústria doméstica chegou ao seu maior valor, com o número-índice de 123,93, ou seja, 23,93% maior do que o preço registrado em P1.

Dessa forma, percebe-se que o preço do produto vendido pela indústria doméstica, por mais que tenha registado um aumento de P1 a P7 - crescimento de 23,93% - não aumentou na mesma proporção que os preços médios do setor de borracha, que cresceram em 56,71% no mesmo período.

Assim, para fins da avaliação final de interesse público, conclui-se que não há elementos que indiquem eventual abuso de poder de mercado por parte da indústria doméstica em termos de preços.

2.3.3.2 Qualidade da borracha NBR nacional

Em relação à qualidade, a Nitriflex relatou que, durante a investigação antidumping, já teria sido comprovada a inexistência de diferenças entre a qualidade do produto da indústria doméstica e do mercado importado. Nesse sentido, citou a Resolução CAMEX nº 53/2018, na qual se concluiu que possíveis diferenças na qualidade do produto não afetariam as conclusões a respeito da similaridade do produto da indústria doméstica e de outras origens.

Por sua vez, Techseal e Zanaflex afirmaram que o produto nacional teria apresentado, em comparação com similares importados, problemas na utilização para a produção de outros bens.

A Techseal informou que o produto nacional apresentaria problemas na produção contínua para injeção direta ou indireta. A empresa necessitaria de elastômero com alta tecnologia para a sua produção, algo que não seria encontrado na borracha NBR nacional.

A Techseal alegou ainda que, diferentemente do produto importado, o produto nacional causaria sujidade dos moldes, fator que geraria defeitos superficiais nas peças produzidas e que não seria aceito por seus clientes. Segundo a empresa, essa sujidade da borracha NBR nacional demandaria a limpeza do ferramental de produção a cada 30 minutos e, dependendo da geometria da peça, seria praticamente impossível a limpeza in loco do ferramental e seria necessária sua retirada para limpeza em bancada, o que poderia levar até 8 horas.

Por sua vez, a Zanaflex informou que havia ofertado a borracha NBR nacional, mas que ela teria sido rejeitada por seu cliente em detrimento do produto similar importado. A empresa relatou que, entre as diferenças do produto nacional e o importado, estariam: (i) a diferença no perfil reométrico do composto de borracha, que apresentaria comportamentos e parâmetros diferentes dependendo da origem da borracha, e (ii) o problema de adesão entre substratos causado por sabões oriundos do processo de polimerização, que, ao migrar para a superfície, atrapalhariam a adesão. A empresa ressaltou que não haveria a possibilidade de trocar uma borracha pela outra sem ter impactos no seu processamento ou no produto.

A Nitriflex, então, apresentou manifestação, com documentos contestando as alegações da Techseal e Zanaflex. Nesse sentido, afirmou que, a despeito da alegada sujidade de seu produto, possuiria uma carteira de clientes com mais de 5000 empresas e que, além da Techseal e Zanaflex, nenhuma outra haveria apresentado reclamações sobre sujidade.

Além disso, afirmou que Techseal e Zanaflex teriam adquirido a sua borracha NBR até 2012 e [CONFIDENCIAL]. A Nitriflex também apresentou [CONFIDENCIAL] [CONFIDENCIAL].

[CONFIDENCIAL].

Considerando que as alegações da Nitriflex não puderam ser verificadas pelo relatório apresentado e com o intuito de obter mais dados sobre os possíveis problemas na qualidade da borracha NBR da indústria doméstica, a SDCOM enviou o Ofício Circular SEI nº 1222/2019/ME para a Techseal, Zanaflex e Abiarb solicitando documentos que demonstrassem:

As dificuldades na homologação de novos fornecedores de borracha nitrílica;

b)Uma estimativa sobre o quanto as horas paradas para limpeza de molde afeta o custo de fabricação final dos artefatos que possuem borracha nitrílica em sua composição;

c)Uma comparação da ocorrência de defeitos em peças fabricadas com borracha nitrílica proveniente da indústria doméstica e em peças com borracha nitrílica proveniente das origens investigadas;

d)Uma comparação da ocorrência de reclamações de clientes associadas a defeitos na produção de artefatos fabricados com borracha nitrílica proveniente da indústria doméstica e em peças com borracha nitrílica proveniente das origens investigadas.

Em resposta, a Techseal apresentou documentos demonstrando dados sobre procedimento de compras; estimativa dos custos das horas paradas para limpeza; e comparação de defeitos entre produtos fabricados com borracha NBR de diferentes fornecedores.

Além disso, a Techseal forneceu relatório de homologação de fornecedores, relatando dificuldade para homologar as borrachas NBR das empresas Negromex (empresa mexicana), Versalis (empresa italiana) e Nitriflex, que teriam gerado problemas de sujidade que afetariam a qualidade de suas peças, fato que impossibilitaria a fabricação com insumos de tais empresas.

A Techseal apresentou, ainda, [CONFIDENCIAL].

A Zanaflex, por sua vez, apresentou resultados de um teste de reometria que comprovariam a dificuldade da empresa na utilização da borracha produzida pela Nitriflex e que demonstrariam que a fabricação de peças com a borracha NBR da indústria doméstica apresentaria comportamento e resultados piores do que quando feitas com o a borracha produzida pela Arlanxeo. A Zanaflex não apresentou documentos comprobatórios de tais resultados tampouco respondeu as demais perguntas.

Por fim, a Abiarb apresentou resposta por escrito ao ofício, em que compilou as respostas fornecidas por suas empresas associadas. As empresas que responderam foram: [CONFIDENCIAL].

Sobre a dificuldade de homologação de novos fornecedores de borracha NBR, [CONFIDENCIAL]. Além disso, as empresas [CONFIDENCIAL].

Por fim, as empresas associadas da Abiarb [CONFIDENCIAL]. Reforça-se que não foram apresentados documentos demonstrando os resultados relatados pela Abiarb e suas empresas associadas.

Em que pese o relato apresentado pelas empresas Techseal, Zanaflex e pelas associadas da Abiarb, [CONFIDENCIAL], não foi possível obter evidências concretas sobre eventuais restrições do produto nacional em termos de qualidade. Registre-se que apenas a empresa Techseal apresentou documentação a respeito do tema, que não pôde ser adotada como proxy para todos os consumidores do produto devido a [CONFIDENCIAL], conforme tabela abaixo. Dessa forma, para fins do presente parecer final de avaliação de interesse público, não é possível considerar que foram comprovadas diferenciações de qualidade entre o produto nacional e o importador.

Empresa	Origem	kg	Percentual
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	Total	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	Total	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	Total	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
	Total	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[0-10%]
[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[5-10%]
[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[100%]

2.3.3.3 Variedade da borracha NBR nacional

A Techseal e Zanaflex informaram que haveria necessidade do mercado brasileiro de artefatos de borracha de importar determinados tipos de borracha NBR dada a inexistência de similar doméstico capaz de atender determinadas condições de aplicabilidade, características físicas, propriedades e composição química.

Em resposta a tais alegações, a Nitriflex apresentou comparação das borrachas NBR importadas pela Techseal e Zanaflex com seus produtos, relatando suas especificações técnicas. Dessa forma, a empresa teria demonstrado a existência de similares nacionais da Nitriflex a todos os tipos de borracha NBR importados por ambas as empresas.

Assim, para fins da avaliação final de interesse público, não foram coletadas evidências suficientes para se chegar a uma conclusão sobre ausência de variedade do produto nacional em relação ao importado.

2.4 Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional

2.4.1 Impactos na indústria doméstica

A Nitriflex relatou que [CONFIDENCIAL].

[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]							
[CONFIDENCIAL]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]
[CONFIDENCIAL]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]	[CONF]

Os dados apresentados pela Nitriflex estão de acordo com a análise do consumo nacional aparente feita na seção 2.3.1. Observou-se que as vendas da indústria doméstica em P7 - ano em que houve a aplicação das medidas antidumping provisória e definitiva - registraram considerável aumento na participação do mercado brasileiro, saindo de [CONFIDENCIAL] 50-60% em P6 para [CONFIDENCIAL] 60-70% em P7.

Assim, percebe-se uma tendência de recuperação da participação da Nitriflex no mercado de borracha NBR e de sua margem de lucro, após a aplicação das medidas antidumping.

Em relação a possíveis impactos locais da medida antidumping, a Nitriflex informou que possuiria entre 140 a 150 empregados diretos e que, ao menos, 150 famílias dependeriam de suas operações. Além disso, a empresa traria importantes contribuições sociais à região do polo industrial de Duque de Caxias (onde está localizada sua sede). Ademais, a Nitriflex afirmou que faria parte da Associação de Empresas de Campos Elíseos (Assecampe), a qual ofereceria soluções às comunidades de seu entorno que visariam à melhora da segurança, capacitação, empregabilidade, infraestrutura, rentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Sobre investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a Nitriflex informou que estaria buscando aumentar seu portfólio pelo desenvolvimento de novos produtos e resinas especiais, em que se destacariam: [CONFIDENCIAL]. Dentre seus investimentos na planta produtiva estaria [CONFIDENCIAL].

2.4.2 Impactos na cadeia a montante

A Nitriflex informou que os principais monômeros na composição da borracha NBR, butadieno e acrilonitrila, seriam fornecidos, respectivamente, pelas empresas [CONFIDENCIAL]. A empresa destacou que ela [CONFIDENCIAL].

Além dos argumentos explicitados pela Nitriflex, nenhuma outra parte interessada apresentou informações sobre o tema.

Dessa forma, para fins do presente parecer final de avaliação de interesse público, não foram identificados impactos na cadeia a montante.

2.4.3 Impactos na cadeia a jusante

A Techseal e Zanaflex afirmaram que a indústria de artefatos de borracha não seria mais viável por muito tempo caso os custos de matérias-primas continuassem superiores aos custos percebidos por seus concorrentes internacionais.

A desvalorização do real (ocorrida entre 2014 e 2016), o aumento do preço médio dos insumos de produção e a retração do setor (devido à crise econômica) seriam todos elementos que contribuíram para levar a indústria de artefatos de borracha ao atual cenário delicado. Nesse sentido, a elevação dos custos das matérias-primas pela imposição da medida antidumping seria prejudicial para o desempenho desse setor, visto que levaria a perda de sua competitividade e intensificaria a substituição dos artefatos de borracha nacional por seu similar importado.

A Techseal relatou que [CONFIDENCIAL].

Complementando esse raciocínio, Techseal e Zanaflex informaram que a redução da quantidade produzida pelo setor de artefatos de borracha nos últimos anos teria piorado a eficiência na escala de produção e teria aumentado o custo unitário de produção dos produtos, reduzindo assim os seus ganhos de escala. Além disso, as empresas informaram que custos com matérias-primas na produção do setor teriam o maior peso relativo, representando 44% do custo total.

Por sua vez, a Abiarb afirmou que a medida antidumping causaria danos possivelmente irreparáveis a cadeia a jusante, o que a tornaria menos competitiva e ocasionaria impacto imediato no preço de produtos fabricados com a borracha NBR. Esses problemas seriam sobrepostos aos danos que teriam sido ocasionados a cadeia a jusante pela proteção tarifária do produto na Letec e à não comprovação da recuperação da indústria doméstica.

Já a Nitriflex relatou que a participação percentual da borracha NBR nos artefatos finais de diversos segmentos do mercado variaria entre 0,67% a 7,41%. Em particular, no setor automotivo, o percentual variaria de 3,5 a 5,5%. De acordo com a Nitriflex, tais dados teriam sido obtido com a Abiarb.

Por fim, ressalta-se que não foi possível realizar a simulação dos impactos da medida antidumping na dinâmica do mercado nacional.

A simulação comumente realizada, com base em Modelo de Equilíbrio Parcial, considera, a partir dos dados do cenário base, quais seriam os novos valores dos preços e quantidades caso fosse implementada alguma alteração tarifária ou de direito antidumping. Como o direito antidumping já está em vigor desde 2018 (P7), o objetivo seria avaliar quais seriam os impactos no mercado caso o direito definitivo fosse suspenso. Na simulação, a tarifa correspondente seria zerada, alterando os preços relativos observados pelo consumidor e, dessa forma, as quantidades e preços se alterariam em direção a um novo equilíbrio.

Entretanto, há circunstâncias, neste caso, que impossibilitam a definição de um cenário base que permitisse, ao rodar o modelo, isolar apenas os efeitos de eventual suspensão da medida antidumping definitiva. Isso porque esse cenário teria que ser estabelecido a partir dos dados de P7, que corresponde ao período mais recente com informações disponíveis, além de ter sido o ano da aplicação das medidas antidumping.

No entanto, em P7, houve outras alterações tarifárias que impactaram o mercado. No início do ano, o produto sob análise estava sujeito à tarifa de importação de 25%, majorada em função de sua inclusão na Letec. Em seguida, houve aplicação de medidas antidumping provisórias, em março, e de medidas antidumping definitivas, em agosto, as quais foram recomendadas com valores distintos. Por fim, em dezembro desse ano, o produto foi excluído da Letec, tendo sua tarifa retornado a 12%.

Com isso, sucederam-se, em P7, quatro cenários distintos, no que se refere à tarifa aplicada sobre borracha NBR: no primeiro, vigorava apenas a Letec; no segundo, estavam em vigor as medidas antidumping provisórias e a Letec; no terceiro, coexistiram Letec e as medidas antidumping definitivas; e, por fim, no quarto, vigoravam apenas os direitos antidumping definitivos.

Assim, percebe-se que o cenário que serviria como base para utilizar o modelo, em que somente as medidas antidumping definitivas estivessem em vigor, ocorreu apenas em um período curto de P7, entre 10 e 31 de dezembro de 2018, intervalo pouco representativo em relação ao período de um ano e, portanto, insuficiente para uma acomodação do mercado a essa circunstância. Diante do exposto, dada a impossibilidade de definir um período que pudesse servir de forma satisfatória como cenário base para o modelo, não foi possível realizar a simulação do impacto da retirada da medida antidumping na dinâmica do mercado nacional.

Assim, para fins da avaliação final de interesse público, não foram identificados dados sobre os impactos na cadeia a jusante, além dos apresentados pela Nitriflex, segundo os quais a participação percentual da borracha NBR nos artefatos finais de diversos segmentos do mercado variaria entre 0,67% a 7,41%.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO FINAL DE INTERESSE PÚBLICO

Após a análise dos elementos de fato e de direito apresentados ao longo da avaliação de interesse público sobre os direitos antidumping em vigor face às importações de borracha NBR originárias da Coreia do Sul e da França, nota-se que:

A borracha NBR é insumo para vários setores, incluindo produção de artefatos de borracha, construção e saneamento, máquinas e equipamentos, automobilístico, mineração, siderurgia e, ainda, no setor de óleos minerais.

b)Sob a perspectiva da demanda, há evidências de ausência de substitutos da borracha NBR. Do ponto de vista da oferta, não foram identificadas maiores informações acerca da possibilidade de substituição da borracha NBR, o que impossibilita uma conclusão, na avaliação final de interesse público, sobre a substitutibilidade do produto sob análise.

c)O mercado brasileiro de borracha NBR se mostrou altamente concentrado em todos os períodos, com níveis superiores a 2.500 pontos, inclusive antes da aplicação das medidas antidumping. A aplicação das medidas antidumping provisória e definitiva de P6 para P7 pode ter influenciado o aumento da concentração do mercado. Mesmo assim, esse aumento ainda ficou abaixo das concentrações registradas em P1 e P2.

d)Em P7, as origens com direito antidumping em vigor (Coreia do Sul - 33,8% e França - 17,7%) representaram 51,5% das exportações mundiais do produto. Outros países possuem potencial exportador: Japão (12,8%), Rússia (8,4%) e EUA (4,7%) e México (4,3%).

e)As origens gravadas registraram considerável superávit comercial em borracha NBR, assim como outros países não investigados: Japão, Rússia, México, Bélgica e Brunei possuem perfil exportador.

f)De P1 a P6, Coreia do Sul e França representaram 80-90% do volume total das importações brasileiras de borracha NBR. Em P7 e P8, essas origens sofreram considerável redução na participação do volume total importado pelo Brasil, caindo para 30-40% em P8.

g)Ao mesmo tempo, de P6 a P8, observou-se o aumento da participação de origens alternativas no volume total importado. Argentina, Índia e Japão passaram de 0-10%, 0-10% e 0-10% em P6 para 20-30%, 10-20% e 10-20% do volume total importado em P8, figurando com Coreia do Sul e França, entre as cinco origens mais relevantes do produto naquele período.

h)Também se verificou um aumento da participação do México de P6 (0-10%) para P7 (0-10%). Ainda que o aumento não tenha se mantido nas mesmas proporções, a representatividade das importações oriundas do México continuou substancialmente mais alta que em P6, ficando em 0-10% em P8.

i)Os preços das origens gravadas seguiram tendência semelhante aos preços da Argentina, Índia (nos anos em que houve importação dessa origem) e México. Os preços do Japão também convergiram para próximo das demais origens em P8.

j)Há medidas de defesa comercial sobre borracha NBR em vigor na China - sobre as importações da Coreia do Sul e do Japão - e na Índia - sobre as importações da Coreia do Sul. Ou seja, ambas as medidas incluem a Coreia do Sul, origem também gravada no Brasil.

k)A borracha NBR permaneceu na Letec de 2010 a 2018 (P7), com alíquota de 25%, e, em 2018, foi retirada da Letec e passou a ter alíquota de 12%.

l)Com os 12% de alíquota, continuou superior a 92,6% dos países analisados da OMC, incluindo os maiores exportadores mundiais do produto sob análise.

m)Dos países com preferências tarifárias, Argentina e México passaram a ser origens relevantes após a imposição das medidas antidumping provisória e definitiva em P7 (2018).

n)As medidas antidumping estão em vigor desde 2018, isto é, há aproximadamente 2 anos.

o)Não foram identificados elementos que apontem a existência de outras barreiras não tarifárias aplicadas à borracha NBR.

p)Entre P6 e P7, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro aumentou. As origens gravadas tiveram uma redução na participação, enquanto a parcela das demais origens aumentou.

q)A capacidade instalada da indústria doméstica é suficiente para suprir, em termos de volume, a demanda do mercado brasileiro por borracha NBR.

r)Os preços da borracha NBR praticados pela indústria doméstica acompanharam, de forma geral, os seus custos de produção e a tendência dos preços do setor de artigos de borracha, não havendo indícios de abuso de poder de mercado em termos de preço.

s)Não foram comprovadas diferenciações de qualidade entre o produto nacional e o importador.

t)Não foram coletadas evidências suficientes para se chegar a uma conclusão sobre ausência de variedade do produto nacional em relação ao importado.

u)Em relação aos impactos na indústria doméstica dos direitos antidumping aplicados, percebe-se uma tendência de recuperação da participação da Nitriflex no mercado de borracha NBR após a aplicação das medidas antidumping.

v)Não foram identificados impactos na cadeia a montante decorrentes da imposição das medidas de defesa comercial.

w)Não foram identificados dados sobre os impactos na cadeia a jusante, além dos apresentados pela Nitriflex, segundo os quais a participação percentual da borracha NBR nos artefatos finais de diversos segmentos do mercado variaria entre 0,67% a 7,41%.

Buscou-se, com a avaliação de interesse público, responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

Dessa forma, avaliou-se que não existem elementos suficientes de interesse público a ponto de suspender ou de alterar as medidas antidumping aplicadas às importações brasileiras de borracha NBR originária da Coreia do Sul e França.

Os dados indicaram que a medida antidumping aplicada não gerou um impacto na oferta nacional e internacional do produto de modo a prejudicar de maneira significante a dinâmica do mercado em termos de volume, preço e qualidade.

Por mais que o mercado brasileiro de borracha NBR seja altamente concentrado, constatou-se que os altos níveis de concentração já existiam antes mesmo da aplicação das medidas antidumping. Ademais, observou-se que, em P7 e P8, após a aplicação da medida antidumping e da retirada do produto da Letec, o mercado se reorganizou e origens como Argentina, Índia, Japão e México passaram a ter participações importantes no volume total importado. Por mais que o volume total importado tenha diminuído em P7 e P8, o mercado brasileiro cresceu nesses períodos, registrando-se aumento das vendas da indústria doméstica.

Constatou-se ainda que a indústria doméstica dispõe de capacidade instalada para suprir, em termos de volume, o mercado brasileiro, e que seus preços estão em consonância com os custos de produção e com os índices de preços do setor. Somando-se a isso, o fato de não terem sido evidenciadas diferenciações de qualidade e variedade entre o produto nacional e o importado, concluiu-se que não há risco de desabastecimento do mercado nacional de borracha NBR.

Além disso, constatou-se na verificação in loco executada que a Nitriflex - única produtora nacional de borracha nitrílica - apresenta uma tendência de recuperação de participação no mercado de borracha NBR, e que não foram obtidas outras informações de que os dados de capacidade instalada da indústria doméstica poderiam ser questionados em função do processo de recuperação judicial em curso.

Isto posto, sugere-se a manutenção integral das medidas antidumping previstas na Resolução CAMEX nº 53, de 13 de agosto de 2018.

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede redução temporária, para zero porcento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 07 de outubro de 2019, e tendo em vista o disposto no item "d" do artigo 50, do Tratado de Montevidéu de 1980, que instituiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), resolve:

Art. 1º O Anexo Único da Resolução No 17, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, de 17 de março de 2020, fica acrescido dos itens relacionados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Descrição
2207.10.90	Ex 001 - Solução de álcool etílico não desnaturado, contendo, em volume, 80% ou mais de álcool etílico
2208.90.00	Ex 001 - Solução de álcool etílico não desnaturado, contendo, em volume, 75% de álcool etílico
2501.00.90	Ex 001 - Cloreto de sódio puro
2804.40.00	Ex 001 - Oxigênio medicinal
2811.21.00	Ex 001 - Dióxido de carbono medicinal
2811.29.90	Ex 001 - Óxido nitroso medicinal
2836.50.00	- Carbonato de cálcio
2847.00.00	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), mesmo solidificado com ureia.
2853.90.90	Ex 001 - Ar comprimido medicinal
2915.90.41	Ácido láurico
2933.49.90	Ex 001 - Cloroquina
	Ex 002 - Difosfato de cloroquina
	Ex 003- Dicloridrato de cloroquina

	Ex 004 - Sulfato de hidroxicloroquina
2941.90.59	Ex 001 - Azitromicina
3002.12.29	Ex 001 - Imunoglobulina C (IgC) e Imunoglobulina M (IgM)
3002.12.35	Imunoglobulina G, liofilizada ou em solução
3002.15.90	Ex 029 - Kits de teste para Covid-19, baseados em reações imunológicas
3003.20.29	Ex 001 - Azitromicina
3003.60.00	Ex 001 - Contendo Cloroquina
3003.90.79	Ex 001 - Contendo Difosfato de cloroquina
	Ex 002 - Contendo Dicloridrato de cloroquina
3004.20.29	Ex 001 - Azitromicina
3004.60.00	Ex 001 - Contendo Cloroquina
3004.90.69	Ex 043 - Contendo Difosfato de cloroquina
	Ex 044 - Contendo Dicloridrato de cloroquina
	Ex 045 - Contendo Sulfato de hidroxicloroquina
3004.90.99	Ex 021 - Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), acondicionado para uso interno ou externo como medicamento, inclusive como antisséptico para a pele. Apenas coberto aqui se em doses ou embalagens para venda a retalho (inclusive diretamente a hospitais) para esse uso
3005.90.12	De copolímeros de ácido glicólico e ácido láctico
3005.90.19	Outros
3005.90.20	Campos cirúrgicos, de falso tecido
3005.90.90	Ex 001 - Pastas, gazes, ligaduras, palitos de algodão e artigos semelhantes, impregnados ou revestidos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados em formas ou embalagens para venda a varejo para uso médico
3808.94.29	Ex 002 - Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), acondicionado como soluções de limpeza para superfícies ou aparelhos
3822.00.90	Ex 001 - Kits de teste para COVID-19, baseados no teste de ácido nucleico da reação em cadeia da polimerase (PCR)
3906.90.19	Outros (Polímeros acrílicos em formas primárias, Nas formas previstas na Nota 6 a) deste Capítulo, em água)
3906.90.43	Carboxipolimetileno, em pó
4001.10.00	- Látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado
4818.90.90	Ex 001 - Lencóis de papel
5603.12.40	Ex 001 - Falsos tecidos, mesmo impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, de polipropileno, com peso superior a 25 g/m², mas não superior a 70 g/m²
5603.13.40	Ex 001 - Falsos tecidos, mesmo impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, de polipropileno, com peso superior a 70 g/m², mas não superior a 150 g/m²
5603.14.30	Ex 001 - Falsos tecidos, mesmo impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, de polipropileno, com peso superior a 150 g/m²
6116.10.00	Ex 001 - Luvas de malha de proteção, impregnadas ou cobertas com plástico ou borracha
6216.00.00	Ex 001 - Luvas de proteção têxteis, exceto de malha
7311.00.00	Ex 001 - Para gases medicinais
8419.20.00	- Esterilizadores médico-cirúrgicos ou de laboratório
8514.40.00	Ex 011 - Outros aparelhos para tratamento térmico de matérias por indução ou por perdas dielétricas (Equipamento de RT-PCR)
9018.19.80	Ex 087 - Hemogasômetro, aplicação para análise automática de PH, PCO2 e PO2
9018.31.11	De capacidade inferior ou igual a 2 cm3
9018.31.19	Outras
9018.31.90	Outras
9018.32.12	De aço cromo-níquel, bisel trifacetado e diâmetro exterior igual ou superior a 1,6 mm, do tipo das utilizadas com bolsas de sangue
9018.32.19	Outras
9018.32.20	Para suturas
9018.39.10	Agulhas
9018.39.29	Outros
9018.39.99	Outros
9018.90.99	Ex 010 - Oxigenação por membrana extracorpórea (OMEC)
	Ex 011 - Kits de intubação
9019.20.90	Ex 018 - Ventiladores médicos (aparelhos de respiração artificial)
9025.19.90	Ex 005 - Termômetros digitais ou termômetros infravermelhos
9027.80.99	Ex 481 - Instrumentos e aparelhos utilizados em laboratórios clínicos para diagnóstico in vitro

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide pela suspensão, até 30 de setembro de 2020, por interesse público, dos direitos antidumping aplicados às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, originárias da China, e às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR , no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e com fundamento no art. 3º, inciso I, do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013,

Considerando o que consta dos autos do Processo 19971.100215/2020-22, conduzidos em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.058, de 2013, , resolve:

Art. 1º Suspender a aplicação, por razões de interesse público, até 30 de setembro de 2020, do direito antidumping às importações brasileiras de seringas descartáveis de uso geral, de plástico, com capacidade de 1ml, 3ml, 5 ml, 10 ml ou 20 ml, com ou sem agulhas, comumente classificadas nos itens 9018.31.11 e 9018.31.19 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da China.

Art. 2º Suspender a aplicação, por razões de interesse público, até 30 de setembro de 2020, do direito antidumping às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, comumente classificadas nos itens 3822.00.90, 3926.90.40 e 9018.39.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Federal da Alemanha, dos Estados Unidos da América, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e da República Popular da China.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

4 - O julgamento do Processo nº 13889.720340/2015-49 (item 05) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 06 a 09. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 06 a 09, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5 - O julgamento do Processo nº 10530.722948/2017-31 (item 11) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 12 a 14. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 12 a 14, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6 - O julgamento do Processo nº 10675.722921/2015-32 (item 23) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 24 a 151. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 24 a 151, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7 - O julgamento do Processo nº 17933.721428/2015-56 (item 163) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 164 a 168. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 164 a 168, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do

processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8 - O julgamento do Processo nº 10855.724396/2015-71 (item 176) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 177 a 182. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 177 a 182, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

9 - O julgamento do Processo nº 13807.730506/2015-06 (item 185) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 186 a 194. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 186 a 194, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

10 - O julgamento do Processo nº 16511.721994/2015-66 (item 197) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 198 a 231. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 198 a 231, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

11 - O julgamento do Processo nº 13749.720180/2017-02 (item 235) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes do item 236. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam o item 236, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

12 - O julgamento do Processo nº 14863.720182/2015-88 (item 239) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 240 a 258. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 240 a 258, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

13 - O julgamento do Processo nº 13804.725833/2015-68 (item 259) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 260 a 356. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 260 a 356, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 14 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
1 - Processo nº: 13875.720223/2012-91 - Recorrente: NEUMAR ALBERTI WILDNER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13886.721225/2014-31 - Recorrente: METALURGICA DAINESE EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11080.731321/2014-37 - Recorrente: PROCESSOR SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA NEGOCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13001.720109/2014-11 - Recorrente: LINS FERRAO ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13889.720340/2015-49 - Recorrente: JOSE CARLOS FERREIRA FORNITURAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
6 - Processo nº: 10580.724223/2017-92 - Recorrente: AQUINO MED SERVICOS MEDICOS S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13811.726397/2015-55 - Recorrente: LFK CONSULTING - CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA S/S. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13889.720345/2015-71 - Recorrente: COMERCIAL PORTO DE PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 18186.732718/2015-98 - Recorrente: ACB COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E FERRAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
10 - Processo nº: 11557.001498/2009-02 - Recorrente: FARINA'S INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10530.722948/2017-31 - Recorrente: MUNICIPIO DE PEDRO ALEXANDRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
12 - Processo nº: 10530.722912/2017-58 - Recorrente: MUNICIPIO DE ANGUERA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10530.722914/2017-47 - Recorrente: MUNICIPIO DE CONCEICAO DA FEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10530.723002/2017-92 - Recorrente: MUNICIPIO DE CANDEAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
15 - Processo nº: 13963.720608/2016-93 - Recorrente: ANTONIO RIBEIRO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15940.000687/2010-11 - Recorrente: ASSOCIACAO BEM VIVER DOS TRABALHADORES PUBLICOS E PRIVADOS DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 14751.000406/2008-70 - Recorrente: INDUSTRIA DE CONFECCOES ROTA S LTDA
18 - Processo nº: 10665.721508/2016-51 - Recorrente: AMJ FOMENTO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10850.723677/2016-38 - Recorrente: BUOZI & SILVEIRA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 16542.720632/2014-18 - Recorrente: J.N.S EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13608.720197/2017-66 - Recorrente: COMERCIAL ILTON BRANDAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13608.720177/2017-95 - Recorrente: JER SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10675.722921/2015-32 - Recorrente: MARIA LUIZA CABELEIREIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
24 - Processo nº: 10380.724972/2017-76 - Recorrente: ANA EUGENIA REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10380.729407/2016-14 - Recorrente: ANA EUGENIA REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10640.720075/2017-85 - Recorrente: ORGANIZACOES POLO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10650.720846/2017-15 - Recorrente: MARCOS ANTONIO CARLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10650.721316/2016-11 - Recorrente: MARCOS ANTONIO CARLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10670.720352/2017-01 - Recorrente: SOLAZER & PISCINAS COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10680.720021/2016-62 - Recorrente: CLINICA PLATINUM DE SAUDE MENTAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10680.720022/2016-15 - Recorrente: ARETE REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10680.720053/2016-68 - Recorrente: MARIA ZILDA DOS SANTOS LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10730.721271/2017-68 - Recorrente: ALMEIDA E ARAUJO CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10830.723333/2017-48 - Recorrente: A & C ORTOPEDIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10830.723338/2017-71 - Recorrente: JORGE RODRIGUES - GRAFICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10830.723929/2017-48 - Recorrente: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ESPECTROMETRIA DE MASSAS - BRMASS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10935.722527/2017-58 - Recorrente: GARCIA - ESCRITORIO CONTABIL EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10940.720008/2016-03 - Recorrente: ROCHA DA CRUZ & ARAUJO DANIEZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10940.720009/2016-40 - Recorrente: MANOEL D.M. RIBAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10940.720011/2016-19 - Recorrente: LARISSA BISETTO BREUS & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10940.721264/2016-18 - Recorrente: GUIDO & REMUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10950.722588/2017-27 - Recorrente: PROJEMAR SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10950.724327/2016-61 - Recorrente: PROJEMAR SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11020.721512/2017-48 - Recorrente: PGDE FOMENTO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11050.720878/2017-42 - Recorrente: CLAUDIA OLIVEIRA DA SILVA RESTAURANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13054.720729/2016-98 - Recorrente: MINI MERCADO WELTER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13602.720418/2016-75 - Recorrente: CORPORACAO MUSICAL SANTA CECILIA DE QUELUZITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13603.720017/2016-13 - Recorrente: PATENTE REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13603.720026/2016-04 - Recorrente: KLEBER VINICIUS DE CARVALHO OLIVEIRA TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13603.722288/2016-03 - Recorrente: MURILO LUIZ FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13606.720138/2017-16 - Recorrente: J I CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13606.720278/2016-03 - Recorrente: WANDERLEY DE SOUSA MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13608.720188/2017-75 - Recorrente: IRMAOS BARCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13634.720002/2016-80 - Recorrente: NIVALDO GOMES SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13634.720003/2016-24 - Recorrente: AGNALDO LUIZ DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13634.720004/2016-79 - Recorrente: CONSTRUTORA MARQUES & AGUILAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13634.720574/2016-69 - Recorrente: FABIO ALMEIDA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13646.720226/2017-33 - Recorrente: JALES GOMES TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13654.720065/2017-89 - Recorrente: SAN MARINO INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13654.720271/2017-99 - Recorrente: EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS COSTA LOUREIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13654.720284/2017-68 - Recorrente: MARILCE HELENA PEREIRA DO ROSARIO 04170735692 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13672.720075/2017-04 - Recorrente: REPRESENTACOES VST LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13686.720156/2015-85 - Recorrente: DEBORA VIEIRA DE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13782.720020/2016-68 - Recorrente: FERNANDES E TINOCO CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13782.720021/2016-11 - Recorrente: FRANCISCO DE SOUZA GUINDANHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13782.720157/2017-01 - Recorrente: W F COUTO RECICLAGEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13782.720357/2016-75 - Recorrente: AZEVEDO VARGAS REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13799.720388/2015-66 - Recorrente: MADALENA DE FATIMA BARNABEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13804.725692/2015-83 - Recorrente: GRINGA"S" SURFBOARDS IND COM ROUPAS ART ESPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13804.726247/2016-11 - Recorrente: PERSEVERANCA IMPLANTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13807.723680/2017-56 - Recorrente: KARLENE PAPELARIA E MODAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13807.723965/2017-97 - Recorrente: GOMES GONCALVES E RODRIGUES SOCIEDADE DE ADVOGADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13807.730664/2015-58 - Recorrente: DROGA BUENO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13807.730987/2015-41 - Recorrente: MARINHO LOPES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13811.726550/2015-44 - Recorrente: SGV AUTO ELETRICO E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13819.723856/2015-79 - Recorrente: NAKAMURA RECONDICIONAMENTO DE PECAS ELETRICAS PARA AUTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13827.720305/2017-16 - Recorrente: MITRU'S CORRETORA DE SEGUROS E CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13827.720576/2015-18 - Recorrente: DS COMERCIO DE MERCADORIAS ALIMENTICIAS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13827.720734/2016-11 - Recorrente: RENATO ROMANO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13839.723135/2015-21 - Recorrente: MASSOTTI E ZENI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13855.723484/2015-44 - Recorrente: NICINHA-COMERCIO DE ROUPAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13855.723487/2015-88 - Recorrente: PEG-PAG LEONANDES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13855.723489/2015-77 - Recorrente: GUEDES & LOPES COMUNICACAO E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13855.723557/2015-06 - Recorrente: SAO MARCOS COMERCIO DE ROUPAS DE GUAIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13882.720510/2015-55 - Recorrente: J M GONCALVES AUTO PECAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13882.720512/2015-44 - Recorrente: F. CESAR DOS SANTOS PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13884.722950/2015-27 - Recorrente: USIMAG SERVICOS DE USINAGEM E FERRAMENTARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 13884.723015/2015-88 - Recorrente: PROENCA BAR E BILHAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13894.721177/2015-62 - Recorrente: ROBERSON ROCCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13896.721130/2017-41 - Recorrente: VIPCAR TRANSPORT GLOBAL SERVICE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13924.720265/2015-42 - Recorrente: SORAYA APERCIDA FERREIRA CLINICA VETERINARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13925.720390/2015-42 - Recorrente: AUTO POSTO KELLNER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13953.720106/2015-09 - Recorrente: IZETE CANDIDA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13953.720107/2015-45 - Recorrente: YAMAFERTIL REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 14191.720261/2015-49 - Recorrente: ANE IRMAOS TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 14863.720113/2017-36 - Recorrente: SUPERMERCADO VENDAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 14863.720211/2015-10 - Recorrente: MED CAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 14863.720212/2015-56 - Recorrente: VANDERLEI PORFIRIO SANDOVAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 15504.724908/2017-65 - Recorrente: MARTINS DA COSTA E ARAUJO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 15504.727650/2017-59 - Recorrente: CELSO RIBEIRO MAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 15504.728968/2016-76 - Recorrente: CELSO RIBEIRO MAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 15504.729761/2015-38 - Recorrente: USIPRESS USINAGEM E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 15504.729831/2015-58 - Recorrente: JOSE FERREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 15504.729935/2015-62 - Recorrente: CLINICA ODONTOLOGICA SOLIVEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 15504.729938/2015-04 - Recorrente: TULIO DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 15504.729949/2015-86 - Recorrente: HOST ENGENHARIA E CONSULTORIA E SISTEMAS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 15504.729950/2015-19 - Recorrente: GUILHERME BRANDAO FEDERMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 15504.729958/2015-77 - Recorrente: CARVALHO E HORTA CONSULTORIA DE LOGISTICA E GEOPROCESSAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 15504.730013/2015-06 - Recorrente: ACP DESENHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 15504.730154/2015-11 - Recorrente: PULMOLAB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 15504.730193/2015-18 - Recorrente: ALCEU ENCADERNADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 15504.730195/2015-15 - Recorrente: NILTA FREITAS DO AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 15504.730204/2015-60 - Recorrente: STERLUI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 15504.730381/2015-46 - Recorrente: DU'ARTE ALIMENTOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 15504.730500/2015-61 - Recorrente: SILVIMAR JOSE DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 15504.730838/2015-12 - Recorrente: DUTE E DEZ EMPREENDIMENTOS VENCEDORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 16511.720658/2017-68 - Recorrente: INOVATTO COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PARA DECORACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 16511.721442/2016-39 - Recorrente: REALPLAC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 16592.724955/2015-68 - Recorrente: BORDO COMERCIO DE AVIAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 16592.724971/2015-51 - Recorrente: KRILA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 16592.724972/2015-03 - Recorrente: REPRESENTACOES DOIS PINHEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 16592.724980/2015-41 - Recorrente: TM. VALADE COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA BEBES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 16592.724986/2015-19 - Recorrente: SERVER ONE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 16592.724991/2015-21 - Recorrente: CARREIRAS - ESTUDIO DE ARTES VISUAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 16592.725005/2015-51 - Recorrente: CONSTRULICO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 16592.725036/2015-10 - Recorrente: A LICO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 16592.725060/2015-41 - Recorrente: RODO CITY TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 16592.725069/2015-51 - Recorrente: MUIRAKITA PROJETOS CULTURAIS E SOCIOAMBIENTAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 16592.726413/2015-20 - Recorrente: SIGMACOACH TREINAMENTO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 16592.727836/2016-48 - Recorrente: SIMTEX SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 18183.720256/2015-96 - Recorrente: NELSOMAR TECIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 18183.720257/2015-31 - Recorrente: FABIANO JOSE DE FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 18186.720214/2016-14 - Recorrente: AKALAR SAUDE E ESPIRITUALIDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 18186.725038/2017-80 - Recorrente: TM. VALADE COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA BEBES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 18186.729662/2016-75 - Recorrente: INTERNATIONALIT INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 18186.729769/2016-13 - Recorrente: SIGMACOACH TREINAMENTO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 18186.729946/2016-61 - Recorrente: A LICO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 18186.729947/2016-14 - Recorrente: CONSTRULICO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 18186.729951/2016-74 - Recorrente: REPRESENTACOES DOIS PINHEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 18186.730053/2016-69 - Recorrente: MACHADO E VILLAFRANCA SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 18186.732230/2015-61 - Recorrente: DENK - INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 18186.732236/2015-38 - Recorrente: LAILA AUDIO COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 18186.732240/2015-04 - Recorrente: RICARDO CORREIA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 18186.733115/2015-11 - Recorrente: AMOSP S/C LTDA ASSISTENCIA MEDICA E ORTOPEDICA S.PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 18186.733117/2015-01 - Recorrente: ATO ASSISTENCIA TRAUMATOLOGICA E ORTOPEDICA S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 18186.733137/2015-73 - Recorrente: INSTITUTO DE CARDIOLOGIA IPIRANGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 18186.733260/2015-94 - Recorrente: CARINOS PRODUCOES E COMUNICACAO MULTIMIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 18329.720201/2015-84 - Recorrente: CARAFINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 19985.724594/2016-13 - Recorrente: REWAGO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 19985.725016/2015-13 - Recorrente: OLGA REPUKNA ZAVAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 19985.725017/2015-50 - Recorrente: FORCADELL CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
152 - Processo nº: 13971.720187/2014-30 - Recorrente: CERAMFIX INDUSTRIA COMERCIO DE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 13811.725496/2016-09 - Recorrente: DV COMERCIO E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 11030.722364/2015-06 - Recorrente: DILES MARIA PICOLO BAZZOTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 13851.721350/2014-48 - Recorrente: NINA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
156 - Processo nº: 11080.732400/2015-46 - Recorrente: CLAUDIO CANDIDO DA SILVA LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 11557.003660/2009-19 - Recorrente: MASSAS ALIMENTICIAS FIRENZE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 13153.720477/2014-17 - Recorrente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SINOP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 18365.722670/2014-11 - Recorrente: FORTNORTE TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13977.720245/2014-75 - Recorrente: TERCILIO MARCHETTI INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTOPECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
161 - Processo nº: 17284.720151/2018-89 - Recorrente: AMELIA DA GLORIA ESTEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 17284.720150/2018-34 - Recorrente: AMELIA DA GLORIA ESTEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 17933.721428/2015-56 - Recorrente: ANTONIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
164 - Processo nº: 10530.721628/2016-83 - Recorrente: N . S PRODUTOS DE BELEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10840.723578/2016-75 - Recorrente: NICCIOLI ENGENHARIA - COMERCIO DE CONDICIONADORES DE AR, PROJETOS E INSTALACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10875.723477/2016-05 - Recorrente: COLEGIO CAMINHO DO SABER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 17933.720880/2016-81 - Recorrente: ANTONIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 18186.733321/2015-13 - Recorrente: MD INFO TECH LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
169 - Processo nº: 13963.720663/2015-01 - Recorrente: BUDNY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10940.721238/2016-81 - Recorrente: CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10940.720493/2017-98 - Recorrente: CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 13963.720333/2017-79 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO PARQUE DO CONGRESSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 13963.720766/2015-62 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO PARQUE DO CONGRESSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 13882.720353/2016-69 - Recorrente: CONSTANTINO DE MELO & OLIVEIRA DE MELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 13882.720484/2015-65 - Recorrente: CONSTANTINO DE MELO & OLIVEIRA DE MELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10855.724396/2015-71 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE SALTO DE PIRAPORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
177 - Processo nº: 10540.720598/2017-50 - Recorrente: LIFE INFO INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10670.721341/2016-59 - Recorrente: NORTE TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 13627.720119/2017-33 - Recorrente: MUNICIPIO DE MEDINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 13863.720345/2016-41 - Recorrente: P & B - FOMENTO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 13863.720346/2016-95 - Recorrente: WALCRED - FOMENTO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13894.721084/2015-38 - Recorrente: CREUSA ROSA DE OLIVEIRA MOGI DAS CRUZES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
183 - Processo nº: 18186.729988/2016-01 - Recorrente: CROB CONSULTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 18186.733081/2015-57 - Recorrente: CROB CONSULTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 13807.730506/2015-06 - Recorrente: E.B. DE AZEVEDO - ACOUGUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
186 - Processo nº: 13807.730467/2015-39 - Recorrente: CESTAS SOFISTICADAS, ALIMENTOS E PRESENTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13807.730478/2015-19 - Recorrente: J.A.C. ACOUGUE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13807.730481/2015-32 - Recorrente: J.L. DA SILVA RIOS MECANICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 13807.730501/2015-75 - Recorrente: A.R. DA SILVA DEPOSITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 13807.730535/2015-60 - Recorrente: PRAZERES & PRAZERES REPRESENTACOES DE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 13807.730547/2015-94 - Recorrente: SILCRIS SORVETES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 13807.730554/2015-96 - Recorrente: GALERANI EMPORIO E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS NACIONAIS E IMPORTADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 13807.730556/2015-85 - Recorrente: AMC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 13807.730558/2015-74 - Recorrente: CEREBRUM COMERCIO ELETRONICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
195 - Processo nº: 12448.725092/2015-59 - Recorrente: FRANCISCO SANTOS DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 12448.728127/2017-73 - Recorrente: FRANCISCO SANTOS DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
197 - Processo nº: 16511.721994/2015-66 - Recorrente: GONCALVES & GONCALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
198 - Processo nº: 10670.720050/2016-43 - Recorrente: DISTRIBUIDORA FORTGAS E AGUA MINERAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10670.720051/2016-98 - Recorrente: VIRGILIO OSMAR VIEIRA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10670.720052/2016-32 - Recorrente: JOSE EVANGELISTA DE FREITAS CPF 492062906 06 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10670.720053/2016-87 - Recorrente: RONALDO DE FREITAS RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10735.721269/2017-49 - Recorrente: ITAMAR J. J. PERSIANAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10735.721272/2017-62 - Recorrente: FISIOTERAPIA SAO MATEUS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10735.722931/2016-05 - Recorrente: ITAMAR J. J. PERSIANAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10735.722932/2016-41 - Recorrente: FISIOTERAPIA SAO MATEUS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 13637.720009/2016-71 - Recorrente: BETTONI E BETTONI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 13681.720084/2017-88 - Recorrente: ABRANGE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 13681.720085/2017-22 - Recorrente: JOSE GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 13681.720086/2017-77 - Recorrente: TITATO SUPERMERCADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 13681.720151/2016-83 - Recorrente: TITATO SUPERMERCADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 15211.720022/2016-57 - Recorrente: NERIA FARIA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 15504.730690/2015-16 - Recorrente: DEPOSITO UNIAO BUENO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 15901.720006/2016-96 - Recorrente: JOAO FRANCISCO BARBOSA REFRIGERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 15901.720009/2016-20 - Recorrente: RAFAEL FRANKILIN DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 15901.720011/2016-07 - Recorrente: TEREZINHA PEREIRA MARILIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 15901.720012/2016-43 - Recorrente: ROSALIA LOCACAO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 16151.720140/2015-07 - Recorrente: NILFLEX COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 16151.720147/2015-11 - Recorrente: BAR E LANCHES GRACA RODRIGUES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 16511.720785/2017-67 - Recorrente: JEDA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 16511.720786/2017-10 - Recorrente: PHOENIX ACADEMIA DE GINASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 16511.720788/2017-09 - Recorrente: LANCHONETE MAZUBA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 16511.721958/2015-01 - Recorrente: JEDA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 16511.721960/2015-71 - Recorrente: LANCHONETE MAZUBA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 16511.721961/2015-16 - Recorrente: NICOLAU WILSON DE SOUZA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 16511.721996/2015-55 - Recorrente: MARCIO AURELIO CRISPIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 16511.722010/2015-64 - Recorrente: VALSA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 16511.722011/2015-17 - Recorrente: JOAO BAPTISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 16511.722016/2015-31 - Recorrente: JOSE NILSON MAIA DE FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 16592.725605/2015-19 - Recorrente: SOARES & ALENCAR SERVICOS DE APOIO EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 16592.725906/2015-42 - Recorrente: MASTER SECURITY SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 19985.725252/2015-21 - Recorrente: MORANDO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
232 - Processo nº: 10909.002609/2004-85 - Recorrente: JOSE AGOSTINHO BLATT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 15504.729899/2015-37 - Recorrente: LCM ELEVADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 15504.724057/2017-51 - Recorrente: LCM ELEVADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 13749.720180/2017-02 - Recorrente: LITTERA LIVRARIA DE TERESOPOLIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
236 - Processo nº: 13749.720176/2017-36 - Recorrente: ADAL COMERCIO DE PVC E VIDROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
237 - Processo nº: 17613.720672/2017-86 - Recorrente: MEDSOV MEDICOS SOCORRISTAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 17613.721351/2016-18 - Recorrente: MEDSOV MEDICOS SOCORRISTAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 14863.720182/2015-88 - Recorrente: MERCADO ALFA 07 LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
240 - Processo nº: 13603.721453/2017-82 - Recorrente: MARIA DO CARMO DE MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 14863.720132/2017-62 - Recorrente: DIOVANI NORONHA DE FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 14863.720183/2015-22 - Recorrente: ELETROMOVEIS S S MOVELAR MGZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 14863.720184/2015-77 - Recorrente: GLAUCIA ABADIA BRAGA CORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 14863.720185/2015-11 - Recorrente: GERALDO ANTONIO DOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 14863.720186/2015-66 - Recorrente: LUCAS VIEIRA CORTES-MG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 14863.720187/2015-19 - Recorrente: VANDERLI CARDOSO ALVES CPF 978.183.306-82 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 14863.720188/2015-55 - Recorrente: GERALDO MAGELA DE RESENDE CPF 460.796.026-87 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 14863.720189/2015-08 - Recorrente: AGRICOLA AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 14863.720190/2015-24 - Recorrente: AUTO CENTER EQUILIBRIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 14863.720191/2015-79 - Recorrente: EDWIGES DE LOURDES CORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 14863.720192/2015-13 - Recorrente: GERALDA DE FATIMA VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 14863.720193/2015-68 - Recorrente: GERALDA MARIA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 14863.720194/2015-11 - Recorrente: SANDRA REGINA DIAS MARTINS CPF: 059.749.376-60 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 14863.720195/2015-57 - Recorrente: MOSAR JOSE RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 14863.720196/2015-00 - Recorrente: ROQUE ADAUTO ALMEIDA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 14863.720201/2015-76 - Recorrente: MARISTELA DORNELES GIMENES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 14863.720202/2015-11 - Recorrente: JOSE G SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 14863.720203/2015-65 - Recorrente: ALCIONE ALVES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
259 - Processo nº: 13804.725833/2015-68 - Recorrente: PATUA PRODUCOES EM ARTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
260 - Processo nº: 13804.725837/2015-46 - Recorrente: CRISTIANE ZAVATTA PLENS DE ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 13804.725838/2015-91 - Recorrente: FINEIAS CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 13804.725850/2015-03 - Recorrente: RODRIGO CORREA PEDRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 13804.725863/2015-74 - Recorrente: C & C - SERVICOS DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 13804.725866/2015-16 - Recorrente: ALVARO RENNO JUNQUEIRA PRODUCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 13804.725886/2015-89 - Recorrente: EDUARDO AUGUSTO DE AQUINO E GROSSO INFORMATICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 13804.725956/2015-07 - Recorrente: LAUREEN OTTATI LIPPI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 13804.726042/2015-55 - Recorrente: CAPITAL INFOPISOS COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 13807.729731/2015-91 - Recorrente: ROSELI ROSA DE SOUZA TESSER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 13811.726373/2015-04 - Recorrente: M. C. TEIXEIRA FLORICULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 13821.720315/2015-40 - Recorrente: ARAUJO & JACINTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 13831.721119/2015-73 - Recorrente: FLORINDO ROSA FILHO - VEICULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 13831.721137/2015-55 - Recorrente: ALESANDRO DE SOUSA ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 13831.721138/2015-08 - Recorrente: LEONOR BISCAI LEANDRO LOCACAO DE VEICULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 13831.721139/2015-44 - Recorrente: BORGES & ALEXANDRE TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 13831.721140/2015-79 - Recorrente: DIRCE DA SILVA OLIVEIRA CHAVANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 13831.721145/2015-00 - Recorrente: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 13876.720962/2015-16 - Recorrente: LEANDRO CESAR PASCHOAL ITU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 13886.721434/2015-65 - Recorrente: LESLEY C. MINORELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 13886.721460/2015-93 - Recorrente: ADEMIR SOUZA GOMES BAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 13886.721461/2015-38 - Recorrente: LANCHONETE BIG BOM DE AMERICANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 13886.721470/2015-29 - Recorrente: J DE SOUZA MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 13886.721471/2015-73 - Recorrente: CELSO INDALECIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 13888.724101/2015-78 - Recorrente: MEGASEG SEGURANCA DO TRABALHO E MEDICINA OCUPACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 13888.724219/2015-04 - Recorrente: EVANDRO A. MONTRAZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 13888.724220/2015-21 - Recorrente: BONFATTI & BONFATTI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 13894.721174/2015-29 - Recorrente: CRM - CENTRAL DE REFORMAS E MANUTENCOES PREDIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 13894.721175/2015-73 - Recorrente: SPELGERS LIVRARIA E PAPELARIA EVANGELICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 13894.721176/2015-18 - Recorrente: JANIR BATISTA CAMILO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 13894.721179/2015-51 - Recorrente: MICHEL ROBERTO TORQUATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 13934.720129/2015-33 - Recorrente: J. M. MACHADO SALLES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 13934.720130/2015-68 - Recorrente: MARIANI & ALMEIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 13962.720600/2015-56 - Recorrente: LIRIOS MODAS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 13962.720601/2015-09 - Recorrente: APARECIDA HELENA ROMAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 13964.720826/2015-37 - Recorrente: MARCILIO DA SILVA 64958868968 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 13971.724504/2015-78 - Recorrente: TRANSPORTES MANARIM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 13977.720309/2015-19 - Recorrente: DOLORES RUF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 13977.720310/2015-43 - Recorrente: T & T INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 15504.729662/2015-56 - Recorrente: SEBASTIAO JOSE DIAS DE MOURA PAPELARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 15504.729663/2015-09 - Recorrente: EDELZA ROSA MURTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 15504.729664/2015-45 - Recorrente: FABER KREMPEL DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 15504.729665/2015-90 - Recorrente: CRISTIANE ROCHA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 15504.729666/2015-34 - Recorrente: JANE APARECIDA ALVES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 15504.729847/2015-61 - Recorrente: MARIA ERMELINDA RIBEIRO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 15504.729848/2015-13 - Recorrente: MARIA DE FATIMA DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 15504.729849/2015-50 - Recorrente: HELIO PROCOPIO CHAGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 15504.729854/2015-62 - Recorrente: COLOMBO CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 15504.729855/2015-15 - Recorrente: CIRO AZEVEDO ULHOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 15504.730228/2015-19 - Recorrente: MAE E FILHA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 15504.730231/2015-32 - Recorrente: JOSE RAYMUNDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

310 - Processo nº: 15504.730232/2015-87 - Recorrente: MAURO RODRIGUES DOS ANJOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 15504.730233/2015-21 - Recorrente: ANGELA REGINA FRANCISCO DE SENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 15504.730234/2015-76 - Recorrente: DJALMA FLORES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 15504.730235/2015-11 - Recorrente: VERA LUCIA COSTA DUTRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 15504.730250/2015-69 - Recorrente: CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA CARDIOVASCULAR DO HOSPITAL FELICIO ROCHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 15504.730251/2015-11 - Recorrente: MEDHOSP MEDICINA HOSPITALAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 15504.730257/2015-81 - Recorrente: CANTINA DA DONA MARTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 15504.730379/2015-77 - Recorrente: DULCINEA DUARTE NEVES DA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 15504.730548/2015-79 - Recorrente: NIVALDO LOURENCO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 15504.730900/2015-76 - Recorrente: VITOR MOURA REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 16151.720219/2015-20 - Recorrente: HMR ASSESSORIA E CONSULTORIA DE ENGENHARIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 16592.725808/2015-13 - Recorrente: PRA - FREIOS COMERCIO E SERVICOS DE AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 16592.725813/2015-18 - Recorrente: LUCIA CAVALCANTE FEHLAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 16592.725815/2015-15 - Recorrente: MB IDENTIFICACAO E REMOCAO DE VEICULOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 18186.731775/2015-50 - Recorrente: M.T. CARAM SERVICOS PARA ESCRITORIOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 18186.732045/2015-76 - Recorrente: MENDES & SOUZA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE IMPRENSA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 18186.732150/2015-13 - Recorrente: DATACUBO INTELIGENCIA EM SISTEMAS DE DADOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 18186.732505/2015-66 - Recorrente: MOMONONAI PROMOCAO E EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 18186.732536/2015-17 - Recorrente: WORK FOR FUN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 18186.732543/2015-19 - Recorrente: CONECTE TELECOM - COMERCIO E SERVICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 18186.732554/2015-07 - Recorrente: PASSARELLI - REPRESENTACOES E AGENCIAMENTO DE NEGOCIOS EMPRESARIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 18186.732557/2015-32 - Recorrente: G-ONZE - ARTES GRAFICAS E DIGITAIS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 18186.732561/2015-09 - Recorrente: RGM ARTES GRAFICAS E DIGITAIS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 18186.732574/2015-70 - Recorrente: TERERE DIRECAO DE ARTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 18186.732756/2015-41 - Recorrente: WSM ARTES GRAFICAS E DIGITAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 18186.732760/2015-17 - Recorrente: RA -SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 18186.732771/2015-99 - Recorrente: APOLLO ARTES GRAFICAS E DIGITAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 18186.732941/2015-35 - Recorrente: ANA CAROLINA AYRES PATITUCCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 18186.733077/2015-99 - Recorrente: ENDOVITA - INSTITUTO DE ENDOCRINOLOGIA CLINICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 18186.733079/2015-88 - Recorrente: HORUS ASSESSORIA QUIMICA, PRODUCOES E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 18186.733084/2015-91 - Recorrente: M.O. GOMES ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 18186.733085/2015-35 - Recorrente: PROCORDIS LABORATORIO DE HEMODINAMICA E ELETROCARDIOGRAFIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 18186.733097/2015-60 - Recorrente: APARECIDA MORAES MONCAO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 18186.733120/2015-16 - Recorrente: CLAUDIO DEL VALLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 18186.733128/2015-82 - Recorrente: YARA LUCIA NUDELMANN GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 18186.733131/2015-04 - Recorrente: VITORIA SERVICOS MEDICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 18186.733134/2015-30 - Recorrente: SANDOLI DE BRITO SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 18186.733210/2015-15 - Recorrente: VIPMED SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 18186.733274/2015-16 - Recorrente: RAKTUR VIAGENS E EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 18186.733281/2015-18 - Recorrente: SEBECON SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 18186.733284/2015-43 - Recorrente: JIJI COMIDA CASEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 18404.720744/2015-51 - Recorrente: SET BALL - ESPORTES - LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 18470.730723/2015-51 - Recorrente: NESSA E NETO PECAS E ACESSORIOS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 19985.724972/2015-70 - Recorrente: A.M.T. - COMERCIO DE ROUPAS, CONFECCOES E ARMARINHOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 19985.724973/2015-14 - Recorrente: MULTIBRINQUE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 19985.725169/2015-52 - Recorrente: MARIA & MARLI LAVANDERIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 19985.725199/2015-69 - Recorrente: TIPOGRAFIA E EDITORA SANTA FELICIDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT

357 - Processo nº: 13748.720574/2018-43 - Recorrente: PAULO ROBERTO LOBO GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 18186.730052/2016-14 - Recorrente: PARENGO PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 18186.733271/2015-74 - Recorrente: PARENGO PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 13811.726484/2015-11 - Recorrente: PATRICK TECNOLOGIA E COMUNICACAO INTERATIVA S/S. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 18186.729650/2016-41 - Recorrente: PATRICK TECNOLOGIA E COMUNICACAO INTERATIVA S/S. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO

362 - Processo nº: 10480.732433/2015-11 - Recorrente: AGENCIA PERNAMBUCANA DE AGUAS E CLIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 13642.720310/2015-25 - Recorrente: AGROPECUARIA BICHO VIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 10950.725498/2015-26 - Recorrente: AJROMA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 13794.720778/2015-86 - Recorrente: CONDOMINIO DO EDIFICIO SOLAR VILA AMELIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 13829.720585/2015-81 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS TADEU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 13653.720482/2015-70 - Recorrente: ELIANA APARECIDA VILELA LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO

368 - Processo nº: 13679.720255/2015-56 - Recorrente: ELIAS AVELINO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 13657.720925/2015-92 - Recorrente: GISELI MARIA BORGES FERRAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 10930.722460/2015-30 - Recorrente: MECANICA HIDRAQUIPE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 10073.722208/2015-78 - Recorrente: OFICINA TRES IRMAOS COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 13603.722578/2015-68 - Recorrente: RESTAURANTE ANDRADE E ANDRADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 10650.721270/2015-41 - Recorrente: RESTAURANTE CORREA E SIMINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 13886.721279/2014-04 - Recorrente: RIMISA CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 11516.723807/2015-15 - Recorrente: SOCIEDADE CATARINENSE DE ENSINO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 10840.724058/2015-07 - Recorrente: TRANSPORTADORA WILSON DOS SANTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 11176.000320/2007-59 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 13819.001582/2009-15 - Embargante: RODOLFO TSUBOI
379 - Processo nº: 15504.000174/2011-30 - Recorrente: ALYSSON JOSE MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 15504.000176/2011-29 - Recorrente: ALYSSON JOSE MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
381 - Processo nº: 15504.001808/2010-91 - Recorrente: ALYSSON JOSE MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 10845.720749/2013-11 - Recorrente: ANDRE LUIS TAVARES DOLOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo nº: 10845.720750/2013-46 - Recorrente: ANDRE LUIS TAVARES DOLOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 11610.007281/2010-40 - Recorrente: ANDRE LUIS TAVARES DOLOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO ROCHA PAURA

385 - Processo nº: 10640.723446/2011-95 - Recorrente: JOSE FLAVIO RIBEIRO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo nº: 10660.000619/2009-41 - Recorrente: TUFI NEDER MEYER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 10660.000620/2009-75 - Recorrente: TUFI NEDER MEYER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 10660.000621/2009-10 - Recorrente: TUFI NEDER MEYER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 10660.720237/2011-51 - Recorrente: MARIA APARECIDA BAGANHA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 10660.721132/2011-10 - Recorrente: TUFI NEDER MEYER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 10660.900025/2010-75 - Recorrente: JOAO DE PAULA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 10708.000173/2010-02 - Recorrente: NELIO VIANA MARIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 10708.000174/2010-49 - Recorrente: NELIO VIANA MARIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo nº: 10708.000506/2009-51 - Recorrente: NELIO VIANA MARIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 10708.000507/2009-04 - Recorrente: NELIO VIANA MARIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 10708.000508/2009-41 - Recorrente: NELIO VIANA MARIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo nº: 10803.000030/2008-90 - Recorrente: MARCO ANTONIO CANELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 11080.003450/2007-11 - Recorrente: CLEONICE CANDIDO MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 13642.000314/2009-45 - Recorrente: JOSE FLAVIO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo nº: 13642.000315/2009-90 - Recorrente: JOSE FLAVIO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 13642.000316/2009-34 - Recorrente: JOSE FLAVIO DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO ROCHA PAURA

402 - Processo nº: 13657.000006/2010-94 - Recorrente: MARIA APARECIDA BAGANHA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 13657.000007/2010-39 - Recorrente: MARIA APARECIDA BAGANHA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo nº: 13657.001046/2010-53 - Recorrente: JOAO DE PAULA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo nº: 13657.001047/2010-06 - Recorrente: JOAO DE PAULA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 13657.001048/2010-42 - Recorrente: JOAO DE PAULA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 13876.000579/2009-08 - Recorrente: DAVID KALOGLIAN FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 13876.000580/2009-24 - Recorrente: DAVID KALOGLIAN FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 13876.000581/2009-79 - Recorrente: DAVID KALOGLIAN FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo nº: 13876.001929/2008-64 - Recorrente: DAVID KALOGLIAN FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 15504.004819/2010-22 - Recorrente: LAMARTINE EUSTAQUIO CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 15504.017946/2010-91 - Recorrente: LAMARTINE EUSTAQUIO CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 15504.017947/2010-36 - Recorrente: LAMARTINE EUSTAQUIO CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 15504.017948/2010-81 - Recorrente: LAMARTINE EUSTAQUIO CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo nº: 15504.017950/2010-50 - Recorrente: LAMARTINE EUSTAQUIO CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 15553.720259/2018-29 - Recorrente: JOSE MORAIS DE AVILA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

4 - O julgamento do Processo nº 13840.720755/2015-79 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 6. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 6, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5 - O julgamento do Processo nº 15504.730014/2015-42 (item 7) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 8 a 11. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 8 a 11, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6 - O julgamento do Processo nº 18043.720364/2015-63 (item 12) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 13 a 21. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 13 a 21, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7 - O julgamento do Processo nº 19985.725068/2015-81 (item 22) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 23 e 24. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 23 e 24, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8 - O julgamento do Processo nº 13855.723271/2015-12 (item 25) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 26 a 108. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 26 a 108, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9 - O julgamento do Processo nº 13964.720808/2015-55 (item 109) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 110 a 131. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 110 a 131, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

10 - O julgamento do Processo nº 10850.723881/2016-59 (item 132) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 133 a 139. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 133 a 139, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 14 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON

1 - Processo nº: 13840.720755/2015-79 - Recorrente: ALEXANDRE COLUCCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13811.727079/2015-10 - Recorrente: LRCALDAS INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13840.720712/2015-93 - Recorrente: ARLINDO LUIZ PAZINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13840.720750/2015-46 - Recorrente: JACIR VICENTE DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13840.720753/2015-80 - Recorrente: C. A. SAMBINELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13840.720754/2015-24 - Recorrente: SONIA REGINA BATISTA DE OLIVEIRA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 15504.730014/2015-42 - Recorrente: AVANTE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 15504.729850/2015-84 - Recorrente: LOOMANLIFE ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 15504.729851/2015-29 - Recorrente: GCA REPRESENTACAO DE PRODUTOS VETERINARIOS E AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 15504.729904/2015-10 - Recorrente: DELTAPRICE SERVICOS CONTABEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 15504.730389/2015-11 - Recorrente: BM PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 18043.720364/2015-63 - Recorrente: BENEDITO FRANCISCO LUIZ FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 18043.720369/2015-96 - Recorrente: LE GUIMARAES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 18043.720370/2015-11 - Recorrente: ORLANDO IRINEU DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 18043.720373/2015-54 - Recorrente: JUSTINO NORONHA DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 18043.720379/2015-21 - Recorrente: TOOLS MILL COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 18043.720380/2015-56 - Recorrente: J.V.M. TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 18043.720381/2015-09 - Recorrente: TRANSPORTADORA OTACILIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 18043.720382/2015-45 - Recorrente: N. S. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 18043.720393/2015-25 - Recorrente: W.D. AMARAL TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 18043.720394/2015-70 - Recorrente: GALERIA DO SONO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 19985.725068/2015-81 - Recorrente: MINI MERCADO ANDREIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 19985.725062/2015-12 - Recorrente: BRISTAN REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 19985.725067/2015-37 - Recorrente: CLAIDE PINTO FAVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13855.723271/2015-12 - Recorrente: MINI MERCADO GUAIRA G LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 13558.721646/2015-64 - Recorrente: INSTITUTO DE CONTABILIDADE E SERVICOS GADU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 13746.720604/2015-99 - Recorrente: J P ALVES BAR E MERCEARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 13746.720605/2015-33 - Recorrente: L MOURA NOGUEIRA MATERIAL DE CONSTRUCAO E BAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 13767.720388/2015-33 - Recorrente: CASA SAO FRANCISCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13770.720668/2015-92 - Recorrente: IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL MINISTERIO RESTAURACAO DE VIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13804.725931/2015-03 - Recorrente: BIBLOS PROJETO E COMUNICACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13804.725932/2015-40 - Recorrente: WITCHS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 13804.725933/2015-94 - Recorrente: CURARE ORGANIZACAO DE ACERVOS ARTISTICOS, BIBLIOGRAFICOS E DOCUMENTAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 13804.726105/2015-73 - Recorrente: GUIDESIGNER COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 13807.728727/2015-14 - Recorrente: C.P.FIUZA - CAFETERIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 13807.728734/2015-16 - Recorrente: LURHEMA SERVIOS DE APOIO OPERACIONAL A EMPRESAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 13807.728836/2015-23 - Recorrente: PB FOTOGRAFIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 13807.728839/2015-67 - Recorrente: F.C.GIMENEZ SERVICOS AUTOMOTIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 13807.728840/2015-91 - Recorrente: G.R.MOREIRA ARTESANATO E LOCACAO DE VEICULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 13807.728842/2015-81 - Recorrente: TALENT SOLUTIONS APOIO AMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 13807.728955/2015-86 - Recorrente: STELA M.H.KEHDE COMERCIO DE FLORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13807.729184/2015-44 - Recorrente: CINAQUI & CONTI COMERCIO E SERVICOS EM SEGURANCA ELETRONICA - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13807.730281/2015-80 - Recorrente: RODRIGO ALTOMARE SOMAVILLA-REPRESENTACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13807.730526/2015-79 - Recorrente: CHRISTINO & CHRISTINO COMERCIO, REPRESENTACAO E DISTRIBUICAO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13820.721208/2015-49 - Recorrente: PAES SOLUTIONS INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13829.720578/2015-89 - Recorrente: NOADRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 13829.720596/2015-61 - Recorrente: DONIZETE FRANCISCO DE SOUZA PROMISSAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13829.720597/2015-13 - Recorrente: VALCIR APARECIDO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13829.720631/2015-41 - Recorrente: S. M. BRANDOLISE & OTAVIO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13855.723286/2015-81 - Recorrente: VILELA & JUNIOR COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13855.723287/2015-25 - Recorrente: FATIMA REGINA COSCRATO BRAGHIROLI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13855.723291/2015-93 - Recorrente: JOSE RONIS DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13855.723298/2015-13 - Recorrente: ANTONIO CARLOS HIROYUKI KITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13855.723305/2015-79 - Recorrente: EDFER COMERCIO E SERVICOS DE FERRAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13855.723333/2015-96 - Recorrente: LAURINDA FIGUEIRA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13855.723335/2015-85 - Recorrente: MARIA LUCIA SILVA DOS SANTOS BAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13855.723343/2015-21 - Recorrente: ACADEMIA IMPACTO DE GUAIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 13855.723344/2015-76 - Recorrente: MORADA NOVA MATERIAL ELETRICO HIDRAULICO E CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13855.723345/2015-11 - Recorrente: VALMIR COMERCIO E SERVICOS DE PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13855.723346/2015-65 - Recorrente: ADELSON MARQUES DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 13855.723347/2015-18 - Recorrente: ALI KADRI & NADA KADRI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13855.723348/2015-54 - Recorrente: CLAUDINEI MOURARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13855.723349/2015-07 - Recorrente: META TRANSPORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13855.723350/2015-23 - Recorrente: MARIA DE SOUZA PRADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 13855.723352/2015-12 - Recorrente: AGRO-CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 13855.723386/2015-15 - Recorrente: VALDETE MARIA DOS SANTOS TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 13855.723387/2015-51 - Recorrente: SUELI RAQUEL PAULINO TRINK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 13855.723395/2015-06 - Recorrente: GINO DESTRE VESTUARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13855.723399/2015-86 - Recorrente: AMADOR SANTANA GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 13855.723546/2015-18 - Recorrente: MAERSON TOSTA CIRILO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 13857.720604/2015-31 - Recorrente: CLARICE GERALDELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 13857.720652/2015-20 - Recorrente: CREUZA MARIA MAZARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13857.720653/2015-74 - Recorrente: JCF COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13857.720654/2015-19 - Recorrente: REGINA CELIA BRIGOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13857.720659/2015-41 - Recorrente: JOSE ROBERTO FURTADO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 13857.720678/2015-78 - Recorrente: CARMEN DESTRO CHAGAS NOBRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13857.720686/2015-14 - Recorrente: MERCEARIA TEJO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13857.720687/2015-69 - Recorrente: AMBRA APARECIDA NOBRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 13886.721285/2015-34 - Recorrente: PREV WAY CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 13888.723577/2015-91 - Recorrente: SIMONE FATTORI PREV CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 13894.721071/2015-69 - Recorrente: GMS EMPREITEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 13894.721076/2015-91 - Recorrente: SUZAMAVEL - VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13894.721077/2015-36 - Recorrente: YUITI CARLOS YAMASHITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13894.721085/2015-82 - Recorrente: POLYPLAS ANTICORROSIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13896.723844/2015-21 - Recorrente: DILSON LIMA SUCUPIRA TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13897.720666/2015-77 - Recorrente: MKSOFT CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13924.720274/2015-33 - Recorrente: SUZANA BAGGI O - EVENTOS E TURISMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13924.720275/2015-88 - Recorrente: KARINE LUIZ DA SILVA GERBER FONOAUDIOLOGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13924.720276/2015-22 - Recorrente: MARCOS ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13951.720426/2015-71 - Recorrente: H. BIJORA CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13963.720711/2015-52 - Recorrente: RADIO TAXI CRICIUMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 14055.721007/2015-22 - Recorrente: ECOSUL - CLINICA DE ECOGRAFIA E MEDICINA FETAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 15504.730243/2015-67 - Recorrente: ANA E FRANCISCO COMERCIAL E MERCEARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 16151.720171/2015-50 - Recorrente: GREYHOUND CONSULTORIA EM NEGOCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 16151.720200/2015-83 - Recorrente: EE SOLUTIONS INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 16151.720201/2015-28 - Recorrente: AFI SISTEMAS INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 16151.720203/2015-17 - Recorrente: TIAGO GONCALVES INFORMATICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16151.720204/2015-61 - Recorrente: IE CONSULTING ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16151.720205/2015-14 - Recorrente: ASSIS SOLUTIONS INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 16151.720220/2015-54 - Recorrente: MARIA BEATRIZ ALCOVER DE MOURA INFORMATICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 16151.720221/2015-07 - Recorrente: NEURON TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 16592.725190/2015-83 - Recorrente: S.M.S.DA SILVA LANCHONETE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 16592.725594/2015-77 - Recorrente: ALPHARED EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 16592.725837/2015-77 - Recorrente: KATYA JANAINA DE ARAUJO SERVICOS ADMINISTRATIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 18186.731113/2015-80 - Recorrente: EUSI DESENHOS E DETALHAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 18186.731114/2015-24 - Recorrente: J B ESTEVAO QUITANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 18186.731115/2015-79 - Recorrente: JULIA MARIA MINGRONE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 18186.731955/2015-31 - Recorrente: PAULINFOR CONSULTORIA DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13964.720808/2015-55 - Recorrente: NILTON MACHADO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10665.721538/2016-67 - Recorrente: UNIMEF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10845.725803/2016-68 - Recorrente: GONDA CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11516.720394/2017-89 - Recorrente: MG CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11516.722267/2017-14 - Recorrente: KS CONSTRUCOES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11516.722551/2017-91 - Recorrente: TANCREDO ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11516.723081/2016-00 - Recorrente: CFC MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13627.720109/2017-06 - Recorrente: MUNICIPIO DE CURRAL DE DENTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13804.725907/2015-66 - Recorrente: ADRIANO ELIAS BANANEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13804.726217/2015-24 - Recorrente: FABIO SILVESTRE ALBERTO - BANANAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 16542.720923/2015-89 - Recorrente: IRANI DA SILVA DANIEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 16542.720924/2015-23 - Recorrente: RETOVADO COMERCIO DE SUCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 16542.720925/2015-78 - Recorrente: STUDIO FLAT PRODUCOES E EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 16542.720927/2015-67 - Recorrente: BRUNO RAFAEL BRUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 16542.720930/2015-81 - Recorrente: HELVIO DO PRADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 16542.720931/2015-25 - Recorrente: JOSE PEDRO NAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 16542.720934/2015-69 - Recorrente: ALECIO KREUCH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 16542.720953/2015-95 - Recorrente: DANIEL FRICK PEREIRA REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 16542.720954/2015-30 - Recorrente: POUSADA ANJO DA GUARDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 16542.720966/2015-64 - Recorrente: ROZELI LAURA PEREIRA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 16542.720967/2015-17 - Recorrente: MARIA DE MATOS GONZAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 16542.720969/2015-06 - Recorrente: ROBSON LUIZ ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 16542.720970/2015-22 - Recorrente: ERINTON DENES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10850.723881/2016-59 - Recorrente: PROJET - ARQUITETURA E ENGENHARIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10850.722309/2017-53 - Recorrente: PROJET - ARQUITETURA E ENGENHARIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10850.722386/2017-11 - Recorrente: P. J. HERCULANI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13424.720008/2016-22 - Recorrente: DAMIAO DAMASCENO DE BRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13424.720010/2016-00 - Recorrente: PAULO ROGERIO LIMA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 13424.720011/2016-46 - Recorrente: ALUIZIO LAURINDO GUERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 13629.721134/2016-06 - Recorrente: FABIO DE OLIVEIRA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13794.720618/2016-18 - Recorrente: DOCES SADER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 13643.720304/2017-20 - Recorrente: A MUNDIAL FERRAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 11516.722290/2017-17 - Recorrente: CEPP CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS PERIODONTAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 11516.723086/2016-24 - Recorrente: CEPP CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS PERIODONTAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 13807.723190/2017-50 - Recorrente: CSC APOIO SERVICOS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13807.727878/2016-28 - Recorrente: CSC APOIO SERVICOS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13882.720506/2015-97 - Recorrente: DANILO SAVIO DOS SANTOS DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13963.720307/2017-41 - Recorrente: ECCO ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 13963.720764/2015-73 - Recorrente: ECCO ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 17734.721733/2015-94 - Recorrente: GRAPH MIDIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 17734.722074/2016-94 - Recorrente: GRAPH MIDIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13882.720505/2015-42 - Recorrente: JEFFERSON RODRIGUES DE FRANCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 16511.721941/2015-45 - Recorrente: MADALENA CORREA RANGHETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
152 - Processo nº: 13896.721229/2017-42 - Recorrente: MENDES & HONDA TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 16592.725966/2015-65 - Recorrente: MENDES & HONDA TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10730.723176/2016-18 - Recorrente: NATHIGEL IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 17284.720558/2017-25 - Recorrente: NATHIGEL IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13819.721566/2017-52 - Recorrente: NILSON PALERMO TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13819.723753/2015-17 - Recorrente: NILSON PALERMO TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 13819.721468/2017-15 - Recorrente: SEMA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 13819.723713/2015-67 - Recorrente: SEMA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 17613.720673/2017-21 - Recorrente: SOCIEDADE CIRURGICA ESPECIALIZADA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 17613.721349/2016-49 - Recorrente: SOCIEDADE CIRURGICA ESPECIALIZADA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13819.721641/2017-85 - Recorrente: TRANS - MONANA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13819.723736/2015-71 - Recorrente: TRANS - MONANA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 14191.720096/2018-78 - Recorrente: SIMEAO JOSE PEIXOTO SOBRAL DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 19404.000416/2007-98 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ/RJ e Interessados: ALEXANDRE NAZARETH DE OLIVEIRA BRITO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
166 - Processo nº: 13053.000116/2008-31 - Recorrente: VONI ERIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 11516.721679/2018-18 - Recorrente: ROGERIO ILDEFONSO GONCALVES KURY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13706.008110/2008-80 - Recorrente: MARIA HELENA FONSECA MOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
169 - Processo nº: 10580.723131/2017-95 - Recorrente: MARIA CELESTE RIBEIRO TOUTSIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 18470.726849/2017-92 - Recorrente: LUIS ALBERTO DIAS CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 11060.720021/2019-75 - Recorrente: JOSE ERY CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10073.000959/2007-20 - Recorrente: ANA AUGUSTA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 11543.001813/2006-08 - Recorrente: DURVAL LICERIO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 11040.720466/2012-17 - Recorrente: QUIP SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10183.723679/2012-11 - Recorrente: EDNA FRAGA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 13558.721224/2011-65 - Recorrente: RICARDO DE CARVALHO ALVIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10882.001253/2005-99 - Recorrente: STELLA PIZA DE LARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 15504.725357/2011-61 - Recorrente: CIA DE FIACAO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 11080.722545/2010-24 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 11080.722476/2010-59 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 11080.722467/2010-68 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13732.000510/2007-49 - Recorrente: DILCO RIBEIRO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 37022.000355/2007-35 - Recorrente: FERNANDO MOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
184 - Processo nº: 11020.722518/2018-13 - Recorrente: IRDES VIZONAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10380.721219/2011-33 - Recorrente: FRANCISCO TARCISIO SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 13770.721023/2012-24 - Recorrente: IRAN RIZZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10882.721275/2012-06 - Recorrente: RICARDO TADEU POLITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10540.720788/2010-09 - Recorrente: JOSUE ALVES DE BRITO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10540.720756/2011-86 - Recorrente: MARCUS VINICIUS CARVALHO FAGUNDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10166.728531/2011-92 - Recorrente: ERIELDES SOUSA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10855.722322/2011-77 - Recorrente: TARCISIO LUIZ TAMEGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 13820.720378/2012-63 - Recorrente: NELSON MARCHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 13154.000296/2011-18 - Recorrente: ORLIENE HONORIO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 13556.000119/2010-28 - Recorrente: IRACY PEREIRA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 11080.729708/2011-81 - Recorrente: MARIA WILFRIDES RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 15471.000193/2009-76 - Recorrente: EDELTRAUT AGNES SCHNEIDER FUCHSHUBER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10480.720034/2012-64 - Recorrente: JOAO DE BARROS LIMA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 11543.001611/2008-10 - Recorrente: GERALDO MARCOS RAMOS DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10540.720789/2010-45 - Recorrente: JOSUE ALVES DE BRITO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10640.003378/2010-63 - Recorrente: BRENO LINHARES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10640.000471/2006-30 - Recorrente: BRENO LINHARES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
202 - Processo nº: 10580.721350/2008-49 - Recorrente: GILTON ALVES ARAGAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10540.720757/2011-21 - Recorrente: MARCUS VINICIUS CARVALHO FAGUNDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10840.721944/2011-47 - Recorrente: HELOISA DINIZ JUNQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 13736.003145/2008-75 - Recorrente: ALKINDAR DE MATTOS LAURIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10730.720383/2011-14 - Recorrente: HELIO LEMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 11020.722517/2018-79 - Recorrente: IRDES VIZONAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10830.722396/2011-91 - Recorrente: CELIO FERNANDES SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10166.725783/2012-41 - Recorrente: ANTONIO ANDRE DE AZEVEDO SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 13888.720512/2011-61 - Recorrente: ROBERTO LUIS MARICONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10580.721349/2008-14 - Recorrente: GILTON ALVES ARAGAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 13154.720314/2012-62 - Recorrente: ORLIENE HONORIO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 13706.007562/2008-44 - Recorrente: SILVIO EDUARDO DE CARVALHO FROES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10280.720553/2008-01 - Recorrente: MARIA SUELY RODRIGUES DE PAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 13149.720139/2016-14 - Recorrente: IVAN LUIZ SALAMONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
216 - Processo nº: 16062.000004/2007-88 - Recorrente: LOURIVAL ARANTES DOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 13749.000304/2007-50 - Recorrente: SONIA MARIA MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10384.722120/2018-95 - Recorrente: JOAO BATISTA COELHO DE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 17734.721095/2018-54 - Recorrente: GILSON ANTONIO MATHIAS PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 17734.721096/2018-07 - Recorrente: GILSON ANTONIO MATHIAS PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 13855.721216/2018-31 - Recorrente: REGINA KAZUE KITAMURA CAVAGUTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
222 - Processo nº: 13855.721217/2018-85 - Recorrente: REGINA KAZUE KITAMURA CAVAGUTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10875.722959/2018-00 - Recorrente: MARIA APARECIDA TAVARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10875.722958/2018-57 - Recorrente: MARIA APARECIDA TAVARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 19985.724661/2018-53 - Recorrente: SHEN SIU YING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 19985.724658/2018-30 - Recorrente: SHEN SIU YING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 11060.721969/2018-67 - Recorrente: JURACI LUIZ MIGNONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 13014.720099/2019-71 - Recorrente: NESDEAVITA MENDES FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 19985.723306/2016-03 - Recorrente: JORGE JOSE JAZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 19985.723305/2016-51 - Recorrente: JORGE JOSE JAZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 18470.720089/2018-91 - Recorrente: JOSE CARLOS RODRIGUES BATISTA DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10410.721510/2018-83 - Recorrente: ANGELA BARALDI PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10730.721617/2018-17 - Recorrente: MONICA LUTTERBACH FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10140.723027/2018-61 - Recorrente: MARIA IRACI DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10140.723028/2018-13 - Recorrente: MARIA IRACI DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 13784.720277/2018-61 - Recorrente: RAMON BAPTISTA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 13874.720191/2018-20 - Recorrente: JULIO DIAS NETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 13364.720221/2018-58 - Recorrente: ROBERTO DE SOUSA PIRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 13931.720043/2019-64 - Recorrente: DOLORES MARIA WEYAND SPITZNER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 13804.000689/2004-09 - Recorrente: NAZARETH CARDIA BITTENCOURT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 10730.009381/2007-86 - Recorrente: ANTONIO GLEIDSON DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 13877.000226/2007-28 - Recorrente: ANSELMO DE ARAUJO COUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10768.008773/2008-81 - Recorrente: RAIMUNDO MARCOS MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MONTEZ
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 2ª Seção

3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

4 - O julgamento do Processo nº 13889.720291/2017-14 (item 11) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 12 e 13. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 12 e 13, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5 - O julgamento do Processo nº 13819.723894/2015-21 (item 19) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 20 a 22. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 20 a 22, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6 - O julgamento do Processo nº 13794.720543/2014-11 (item 24) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 25 a 635. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 25 a 635, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7 - O julgamento do Processo nº 10950.725332/2015-18 (item 642) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 643 e 644. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 643 e 644, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8 - O julgamento do Processo nº 10640.723007/2015-14 (item 645) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 646 a 651. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 646 a 651, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9 - O julgamento do Processo nº 10845.726233/2015-42 (item 654) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 655 a 671. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 655 a 671, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10 - O julgamento do Processo nº 10830.726924/2015-13 (item 673) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 674 a 683. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 674 a 683, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11 - O julgamento do Processo nº 10640.723322/2015-33 (item 684) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 685 a 693. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 685 a 693, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12 - O julgamento do Processo nº 11080.732159/2015-55 (item 696) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 697 a 700. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 697 a 700, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13 - O julgamento do Processo nº 11040.722516/2015-43 (item 701) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 702 e 705. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 702 e 705, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14 - O julgamento do Processo nº 13829.720583/2015-91 (item 706) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 707 a 715. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 707 a 715, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15 - O julgamento do Processo nº 11050.721899/2015-13 (item 717) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 718 a 721. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 718 a 721, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16 - O julgamento do Processo nº 10825.723572/2015-13 (item 722) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 723 a 725. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 723 a 725, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

17 - O julgamento do Processo nº 10940.721724/2015-19 (item 732) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 733 a 736. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 733 a 736, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

18 - O julgamento do Processo nº 10665.722001/2015-33 (item 739) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 740 a 754. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 740 a 754, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às

partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

19 - O julgamento do Processo nº 13794.720761/2015-29 (item 756) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 757 a 763. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 757 a 763, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

DIA 14 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
1 - Processo nº: 10166.726705/2018-59 - Recorrente: ELVENILA DE LIMA E SILVA MACEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10166.732065/2017-35 - Recorrente: ELVENILA DE LIMA E SILVA MACEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13971.720771/2009-28 - Recorrente: MICHAEL DALMOLIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13971.720767/2009-60 - Recorrente: MICHAEL DALMOLIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10980.011223/2008-25 - Recorrente: ROBERTO HENRIQUE HEILMAIR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13971.720614/2007-51 - Recorrente: BERNARDO HERMANN WOLFGANG WERNER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10680.720568/2008-58 - Recorrente: ANGELA GONTIJO ASSUNCAO PIMENTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10725.720452/2017-46 - Recorrente: BAZAR UNIAO COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11080.724335/2017-47 - Recorrente: CEATE-CENTRO ESPECIALIZADO EM ATENDIMENTO TERAPEUTICO-EDUCACIONAL S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11080.728912/2016-99 - Recorrente: CEATE-CENTRO ESPECIALIZADO EM ATENDIMENTO TERAPEUTICO-EDUCACIONAL S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13889.720291/2017-14 - Recorrente: COMERCIAL PORTO DE PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
12 - Processo nº: 13889.720346/2017-88 - Recorrente: JOSE CARLOS FERREIRA FORNITURAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 18186.729395/2016-36 - Recorrente: LFK CONSULTING - CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA S/S. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
14 - Processo nº: 10680.724578/2015-91 - Recorrente: COMERCIO E PARTICIPACOES IMOBILIARIAS DIEGUEZ BALLESTEROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10730.724251/2014-04 - Recorrente: FILHOS DE MARIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11050.720338/2014-16 - Recorrente: FLORESTAL PINUS SUL BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16592.724824/2015-81 - Recorrente: GALASTRI GUEDES SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 11050.722045/2014-73 - Recorrente: IRENI DA S GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13819.723894/2015-21 - Recorrente: JOSELITO OLIVEIRA TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
20 - Processo nº: 13819.723735/2015-27 - Recorrente: MARREQUINHA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13888.723911/2015-15 - Recorrente: VILMA F DE MENEZES AMERICANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13963.720757/2015-71 - Recorrente: ANTONIO RIBEIRO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
23 - Processo nº: 10875.723546/2015-91 - Recorrente: MARIVAL JOSE DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13794.720543/2014-11 - Recorrente: NIKKEY TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
25 - Processo nº: 10140.720105/2016-11 - Recorrente: CARLOS VENANCIO AMARO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10140.720108/2016-47 - Recorrente: COMERCIO VAREJISTA RAVAGNANI & IKEDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10166.720133/2016-32 - Recorrente: F G DA S HOLANDA CONTABILIDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10166.725312/2017-47 - Recorrente: SONETO BAR E LANCHONETE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10166.725593/2017-38 - Recorrente: MARCELO JAIME & ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10166.725684/2017-73 - Recorrente: NILDO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10166.729843/2016-28 - Recorrente: J. SALVADOR F. MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10183.720027/2016-41 - Recorrente: NEIVO ANDRE CANTON - INFORMATICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10215.720363/2017-50 - Recorrente: A F MAIA COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10240.721283/2016-23 - Recorrente: JARBAS SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10331.720332/2015-19 - Recorrente: L F DE SOUSA PEIXARIA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10380.724592/2017-31 - Recorrente: T. VIEIRA DE LIMA PUBLICIDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10435.720040/2016-91 - Recorrente: AILSON JOSE ARAUJO - CONSTRUCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10435.720041/2016-35 - Recorrente: JOSE INACIO SOBRINHO - CONSTRUCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10435.721134/2017-68 - Recorrente: MILSON SALES VIEIRA CONTABILIDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10540.720040/2017-74 - Recorrente: MARIA CECILIA ALVES FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10580.720115/2016-60 - Recorrente: RODRIGUES TORRES COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10580.727858/2016-61 - Recorrente: AQUINO MED SERVICOS MEDICOS S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10640.720043/2016-07 - Recorrente: DUDUCHO LANCHES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10640.722401/2016-16 - Recorrente: MBX CONTABILIDADE E SERVICOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10640.722509/2016-09 - Recorrente: FONSECA PINHO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10675.721555/2017-66 - Recorrente: FREITAS E FILHOS COMERCIO DE BOLSAS E ACESSORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10725.720431/2017-21 - Recorrente: PESSANHA E AZEREDO TRANSPORTE E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10805.720055/2016-01 - Recorrente: MARCOS PAULO DO NASCIMENTO SILVA INFORMATICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10805.722765/2017-49 - Recorrente: PAVAN & PAVAN REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10805.722802/2017-19 - Recorrente: DEPIERI CONSTRUCOES, MANUTENCAO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10805.726544/2017-40 - Recorrente: ENE.DE TUDO PARA CONSTRUCAO E REFORMAS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10825.721460/2017-81 - Recorrente: AZUAGA - TOPOGRAFIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10825.722746/2016-01 - Recorrente: B77 AUTO PARTS - COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10830.723649/2017-30 - Recorrente: TOKIO REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10830.723650/2017-64 - Recorrente: SILVIA REGINA DA SILVA REPRESENTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10830.723652/2017-53 - Recorrente: MANOEL GONCALVES DE CARVALHO SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10830.723835/2017-79 - Recorrente: STERMAN PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10830.724018/2017-38 - Recorrente: WILSON HISSAO HAMAJI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10840.721899/2017-16 - Recorrente: CONSTRUMARC EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10840.721900/2017-11 - Recorrente: CLAUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA TRANSPORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10840.721902/2017-00 - Recorrente: CONSTRUTORA COMERCIAL OLIVEIRA & CIA. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10850.720082/2016-21 - Recorrente: MARCEL MARQUI DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10855.722354/2017-68 - Recorrente: AILSON APARECIDO DOS REIS VOTORANTIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10855.722711/2017-98 - Recorrente: CONSTRUTIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10860.721260/2016-11 - Recorrente: TECGPS SISTEMAS DE RASTREAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10865.720067/2016-13 - Recorrente: CLAUDIO BENEDITO CASON LIMEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10865.722966/2016-51 - Recorrente: EMEBE COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10882.721548/2017-19 - Recorrente: GILBERTO YUKIO KAWAGUCHI - PROMOCAO DE VENDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10882.721621/2017-52 - Recorrente: PATRICIA DOS SANTOS MACEDO 29472973850 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10882.723435/2016-77 - Recorrente: D'THIALE REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10882.723436/2016-11 - Recorrente: N.G.R. TRANSPORTES E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10907.721097/2017-94 - Recorrente: M. A. PRADO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10907.721759/2017-26 - Recorrente: EBENEZER MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10930.720960/2017-07 - Recorrente: HEALTHY INDUSTRIA QUIMICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10930.721028/2017-93 - Recorrente: ENGEPROJETOS ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10930.721041/2017-42 - Recorrente: FORMULA GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10930.721188/2017-32 - Recorrente: ATENA - SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10930.721295/2017-61 - Recorrente: RODOZAN TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10930.722173/2016-19 - Recorrente: ALE - GERENCIAMENTO DE INFORMACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10940.720645/2017-52 - Recorrente: MARCIO RUDNIK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10940.720718/2017-14 - Recorrente: LUCELIA REGINA SCHEMBERG E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10940.722171/2017-83 - Recorrente: SUPERACAO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10950.720024/2016-79 - Recorrente: O DIAS DE SOUZA & SOUZA CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10950.722727/2017-12 - Recorrente: FERAA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11030.721032/2017-68 - Recorrente: SIMONI TATIANA SALDANHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11070.720690/2017-66 - Recorrente: CONPLAN - SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 11080.720356/2016-11 - Recorrente: JORGE JAIR CASTRO FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11080.723705/2017-29 - Recorrente: SENHORINHA AGUIRRE DO AMARANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11080.724258/2017-25 - Recorrente: OPTICA SANTOS & BORTOLOTTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11080.724430/2017-41 - Recorrente: ARTMONT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11080.724741/2017-18 - Recorrente: M.MENDES SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 11080.724836/2017-23 - Recorrente: COOPSUL COOPERATIVA DE TRABALHO MISTA SOLIDARIA UTOPIA E LUTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 11483.720097/2017-68 - Recorrente: E M FERREIRA DA SILVA SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 11516.722142/2017-94 - Recorrente: BIOGENETIKA DIAGNOSTICO MOLECULAR E PERFIL GENETICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11516.722292/2017-06 - Recorrente: CONSUTEC REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11516.722577/2017-39 - Recorrente: ALFIL - INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11516.722582/2017-41 - Recorrente: IMPACTO SERVICOS DE BELEZA E ESTETICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 11516.722877/2017-18 - Recorrente: PROBST & MOREIRA SERVICOS DE MAO-DE-OBRA E ALIMENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11516.723084/2016-35 - Recorrente: JOYCE SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11516.723087/2016-79 - Recorrente: ANIMA ACUSTICA - TECNOLOGIA E CONHECIMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 12155.720127/2017-11 - Recorrente: CINDEX COMERCIO INDUSTRIA E EXPORTACAO DE MADEIRA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 12580.720114/2017-21 - Recorrente: C & E CONTABILIDADE - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 12580.720125/2017-10 - Recorrente: AGRIFERTIL - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13002.720329/2017-79 - Recorrente: METALURGICA SANTA LUZIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13014.720018/2016-90 - Recorrente: N CORREA DA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13054.720367/2017-16 - Recorrente: RAFAEL WELTER FECK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13054.720769/2016-30 - Recorrente: ALM COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 13062.720105/2017-52 - Recorrente: TRINDADE SOLUCOES EM AGUAS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13062.720106/2017-05 - Recorrente: COSTA E SOUZA USINAGEM IJUI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13076.720106/2016-67 - Recorrente: CAFERATTI & MACHADO PADARIA E CONFEITARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 13076.720110/2016-25 - Recorrente: DILSON DE MACEDO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13161.721309/2016-10 - Recorrente: SANTA ROSA COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 13227.720564/2017-14 - Recorrente: VALDECY ALVES DE OLIVEIRA 49891596249 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 13309.720002/2016-71 - Recorrente: GILSON DE OLIVEIRA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13309.720005/2016-13 - Recorrente: LEANDRO BEZERRA BORGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13309.720007/2016-02 - Recorrente: MARIA LINALDA LOPES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13553.720002/2016-80 - Recorrente: MARIA RAQUEL MARINHO OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13603.721399/2017-75 - Recorrente: IMPOLUTA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13603.722135/2016-58 - Recorrente: LABORATORIO DE PROTESE REFERENCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 13605.720163/2017-00 - Recorrente: COMERCIAL KD SOM & LUZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13607.720197/2017-76 - Recorrente: FERREIRA DE CARVALHO FORMACAO PROFISSIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13618.720149/2017-59 - Recorrente: ALTERNATIVA BORRACHAS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13628.720325/2016-52 - Recorrente: GR INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13631.720232/2017-50 - Recorrente: CENTRAL COMISSARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13637.720008/2016-27 - Recorrente: GERALDO MAGER COLONELLI BICICLETARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13637.720234/2017-99 - Recorrente: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAUDE PUBLICA / FMS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13637.720240/2017-46 - Recorrente: MUNICIPIO DE BARBACENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13671.720160/2017-74 - Recorrente: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BOM DESPACHO-BDPREV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13687.720231/2015-06 - Recorrente: J FILHO REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13746.720658/2015-54 - Recorrente: BORRACHEIRO HELI-CAR DO BILAC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13749.720486/2015-99 - Recorrente: MARCAPRI COMERCIO DE UTILIDADES DO LAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13767.720115/2017-51 - Recorrente: COMERCIAL VILAS BOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13770.720003/2016-60 - Recorrente: SIND TRAB IND EXT MAD E ATIV FLOR DOS MUN ARACRUZ FUNDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13770.720669/2015-37 - Recorrente: SEBASTIAO LOCATELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13770.720676/2015-39 - Recorrente: NASEMED - MEDICOS ASSOCIADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13782.720150/2017-81 - Recorrente: COLEGIO PRIMEIROS PASSOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 13787.720218/2015-11 - Recorrente: JEFERSON & CLEIDE COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 13787.720221/2015-34 - Recorrente: SAULO BRAGA MOREIRA SERVICO DE IMPRESSAO GRAFICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13787.720224/2015-78 - Recorrente: A C MARTINIANO BAR E MERCEARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 13794.720335/2017-57 - Recorrente: CASSIANO COELHO FREZ ENGENHARIA - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13794.720607/2016-38 - Recorrente: LUIZ H A MADRUGA ACOUGUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13794.720792/2015-80 - Recorrente: CENTRO MEDICO PAPUCAIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 13804.723930/2017-88 - Recorrente: MAZAL CONSULTORIA E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13804.724253/2017-15 - Recorrente: SANTO EXPEDITO - SERVICOS E PROMOCOES DE VENDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13804.724257/2017-01 - Recorrente: NAPIER - SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13804.724258/2017-48 - Recorrente: PROPOSTA TECNICA - SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 13804.724269/2017-28 - Recorrente: NEW WAY - SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 13804.724631/2017-61 - Recorrente: ANTONIO SERGIO MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 13804.725624/2015-14 - Recorrente: IRPE COMERCIO DE ABRASIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13804.725751/2015-13 - Recorrente: NATALIA RODRIGUES DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 13804.725752/2015-68 - Recorrente: RESIDENCIA IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 13804.725755/2015-00 - Recorrente: R S J LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 13804.725760/2015-12 - Recorrente: ROBERTO DE GOUVEA DOS REIS INFORMATICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 13804.725852/2015-94 - Recorrente: MARIANA XAVIER NICOLLETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 13804.725864/2015-19 - Recorrente: LEO BRUNSTEIN CURSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13804.725873/2015-18 - Recorrente: VERGILIO RODRIGUES ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13804.725874/2015-54 - Recorrente: C & S FLORES E PRESENTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 13804.726006/2015-91 - Recorrente: PROSPER UP - SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 13804.726049/2015-77 - Recorrente: BLACK MOUNTAIN CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13804.726059/2015-11 - Recorrente: ERIKA PIZZINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13804.726064/2015-15 - Recorrente: J. C. DIOGENES LIMA - SERVICOS ADMINISTRATIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13804.726086/2015-85 - Recorrente: REPRESENTACOES REIS CERQUEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13804.726157/2015-40 - Recorrente: CARLOS ALBERTO DEVECCHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 13804.726161/2015-16 - Recorrente: ZACK MODAS COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 13804.726292/2015-95 - Recorrente: CASSIO ESTEVES CEZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 13807.720164/2016-99 - Recorrente: SURDINA PRODUCAO MUSICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 13807.723656/2017-17 - Recorrente: VIA BRAZIL FIBRAS INDUSTRIA, COMERCIO E REFORMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13807.723895/2017-77 - Recorrente: FM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 13807.724139/2017-65 - Recorrente: LEONARDO MANTOVANI BORSATTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13807.727653/2016-71 - Recorrente: LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA PRIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 13807.727752/2016-53 - Recorrente: ITCORE SOLUCOES EM TECNOLOGIA DE INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 13807.727754/2016-42 - Recorrente: LILAS COMUNICACAO E ASSESSORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 13807.727889/2016-16 - Recorrente: FABRICIO LARA RIBEIRO TECNOLOGIA DA INFORMACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 13807.728978/2015-91 - Recorrente: LABUTA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 13807.729040/2015-98 - Recorrente: WTEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 13807.729299/2015-39 - Recorrente: M. DA CRUZ PREVEDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 13807.729306/2015-01 - Recorrente: RARIKA ACLER PIRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 13807.729308/2015-91 - Recorrente: AGENCIA ESCRITA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 13807.729449/2015-12 - Recorrente: NEXXCEL TELECOM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 13807.729451/2015-83 - Recorrente: MARIA DO R. LEMES DE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 13807.729459/2015-40 - Recorrente: MANUEL AGOSTINHO OLO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13807.729460/2015-74 - Recorrente: S REGINA RIBEIRO SOLDERA MERCEARIA E BOMBONIERE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 13807.729495/2015-11 - Recorrente: GMR CORTINAS E TECIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 13807.729496/2015-58 - Recorrente: AGRO COMERCIAL SANTOS & MORIZONO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 13807.729527/2015-71 - Recorrente: FABRIOTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 13807.729615/2015-72 - Recorrente: FRUTAS FOJO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13807.729827/2015-50 - Recorrente: SANDRA GARCIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13807.729888/2015-17 - Recorrente: CAROLINE LAZZARETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 13807.729895/2015-19 - Recorrente: BORRACHARIA NOBRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 13807.729938/2015-66 - Recorrente: RP CONSULTORIA MEDICA E HOSPITALAR S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 13807.729971/2015-96 - Recorrente: LEONARDO TEIXEIRA FREIRE MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 13807.729977/2015-63 - Recorrente: ROSANGELA C. GERONIMO BIZARRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 13807.730004/2015-77 - Recorrente: GRAFSID INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 13807.730029/2015-71 - Recorrente: GOODSERVICE PROMOCOES E EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 13807.730058/2015-32 - Recorrente: PENIDO REPORTAGENS E COMUNICACOES S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 13807.730124/2015-74 - Recorrente: REDONDO & REDONDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 13807.730165/2015-61 - Recorrente: MCN TRANSPORTADORA E COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 13807.730183/2015-42 - Recorrente: JAP COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 13807.730196/2015-11 - Recorrente: FERNANDO ROCHA DAMIAO BAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13807.730213/2015-11 - Recorrente: ANDERSON FRANCISCO DA SILVA FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 13807.730230/2015-58 - Recorrente: MARIA DE FATIMA PEREIRA BECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 13807.730238/2015-14 - Recorrente: GUADALUPE SERVICOS DE COBRANCAS E DIGITACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 13807.730239/2015-69 - Recorrente: ALZIRA AKIYAMA TAKANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 13807.730242/2015-82 - Recorrente: AMAURI MATHEUS GIMENEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 13807.730293/2015-12 - Recorrente: SONIA IHA MINEI -FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 13807.730297/2015-92 - Recorrente: AUGUSTINHO DA SILVA SEARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 13807.730299/2015-81 - Recorrente: SEVERINO PAIXAO DA SILVA FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 13807.730300/2015-78 - Recorrente: MAURICIO DA SILVA FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 13807.730305/2015-09 - Recorrente: FORTUNATO JOSE MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 13807.730310/2015-11 - Recorrente: JULIO CESAR BONFIM DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 13807.730312/2015-01 - Recorrente: CLAUDIA LUONGO PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 13807.730322/2015-38 - Recorrente: WILLIAM BEZERRA DO VALE FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 13807.730323/2015-82 - Recorrente: MARIA APARECIDA VICENTE RIBEIRO FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 13807.730324/2015-27 - Recorrente: MARIA JULIA QUEIROZ DE FIGUEIREDO FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 13807.730328/2015-13 - Recorrente: RODRIGO COSTA PESSOA FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 13807.730333/2015-18 - Recorrente: ROSEANE SANTOS SILVA FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 13807.730338/2015-41 - Recorrente: GERVASIO MANOEL DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 13807.730342/2015-17 - Recorrente: JOSE ADEILDO RODRIGUES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 13807.730345/2015-42 - Recorrente: VANDERLEI FRANCISCO COSTA FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 13807.730346/2015-97 - Recorrente: AGNES FORSTER MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 13807.730347/2015-31 - Recorrente: TEREZINHA KANASHIRO PASTELARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 13807.730386/2015-39 - Recorrente: CAMILA CABELO E ESTETICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 13807.730402/2015-93 - Recorrente: RICARDO BIANCHI FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 13807.730421/2015-10 - Recorrente: CELSO RICARDO DOS SANTOS TOMATEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

225 - Processo nº: 13807.730422/2015-64 - Recorrente: SEVERINO JOSE DOS SANTOS FRUTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 13807.730498/2015-90 - Recorrente: BAR E LANCHES FLOR DO CEARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 13807.730505/2015-53 - Recorrente: MARCOS ADRIANOS ROCHA PEREIRA PRESENTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 13807.730542/2015-61 - Recorrente: RUMAN ENGENHARIA, PROJETOS E INSPECAO DE EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 13807.730650/2015-34 - Recorrente: EDER BARBOSA SANTOS FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 13807.730654/2015-12 - Recorrente: CLAUDIO FERNANDO DE SOUZA SANTANA FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 13807.730656/2015-10 - Recorrente: DONISETE GUEDES BORGES FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 13807.730691/2015-21 - Recorrente: MARIA DA CONCEICAO PINHEIRO PRESENTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 13807.730801/2015-54 - Recorrente: TOKMIST COMERCIO DE PRODUTOS ARTESANAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 13807.730806/2015-87 - Recorrente: CLINICA CARDIOLOGICA GALLEGO LIMA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 13807.730810/2015-45 - Recorrente: SV3 SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 13807.730839/2015-27 - Recorrente: MARCIO ROBERTO DE ASSIS - LAVA-RAPIDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 13807.730841/2015-04 - Recorrente: REGINALDO OTAVIANO DA SILVA- FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 13807.730869/2015-33 - Recorrente: ROSILDA BARBOZA DO NASCIMENTO BORGES -RETIFICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 13807.730885/2015-26 - Recorrente: EDMILSON EDIVALDO DE ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 13811.723481/2017-89 - Recorrente: TECKSTONE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO DE OBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 13811.726533/2015-15 - Recorrente: MERCEARIA ODETE E GOMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 13811.726534/2015-51 - Recorrente: IRACI DE ALMEIDA CARGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 13811.726580/2015-51 - Recorrente: EDM - ADMINISTRACAO DE BENS, PARTICIPACAO E CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 13811.726595/2015-19 - Recorrente: O. DOS SANTOS - HORTIFRUTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 13811.726602/2015-82 - Recorrente: MAIA & RODRIGUES SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 13811.726738/2015-92 - Recorrente: C.A DE MORAES ESTRUTURA METALICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 13811.726750/2015-05 - Recorrente: VANDERLEY ALEXANDRE DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 13811.726751/2015-41 - Recorrente: J. A DA SILVA MAGAZINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 13819.723063/2016-31 - Recorrente: PORTO REAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 13819.723704/2015-76 - Recorrente: CENTRO COMERCIO DE EMBALAGENS DESCARTAVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 13819.723722/2015-58 - Recorrente: BAR E LANCHES CRUZ DE AVIZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 13819.723764/2015-99 - Recorrente: DALVA CELESTINO TAVARES FEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 13819.723765/2015-33 - Recorrente: TRANSPORTADORA C.T.R. SERVICOS DE TRANSPORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 13819.723890/2015-43 - Recorrente: BAZAR CHARME LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 13819.723932/2015-46 - Recorrente: GRX. UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 13820.720481/2017-18 - Recorrente: J & J SERVICOS DE DESENHO TECNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 13820.721135/2015-95 - Recorrente: DURVAL JOSE MARIA CARRATU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 13820.721167/2015-91 - Recorrente: CLAUDIA FERREIRA VICENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 13820.721186/2015-17 - Recorrente: MARCIO KIYOSHI OTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 13820.721191/2015-20 - Recorrente: COMERCIO DE OVOS MOINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 13820.721194/2015-63 - Recorrente: LUIZ SUSSUMO TAMAYOXE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 13821.720017/2017-11 - Recorrente: JOSE LUIZ BRITO MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 13830.721747/2017-21 - Recorrente: ASSOCIACAO CULTURAL E ESPORTIVA NIKKEY DE GARCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 13831.721158/2015-71 - Recorrente: A J AYRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 13831.721169/2015-51 - Recorrente: SERRALHERIA ARTEBEL OURINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 13831.721182/2015-18 - Recorrente: JOSE ROBERTO CASTELANI-OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 13833.720108/2017-18 - Recorrente: EDI CARLOS APARECIDO BERTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 13833.720236/2016-81 - Recorrente: EUNICE FERREIRA GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 13833.720264/2015-17 - Recorrente: W M DE LIMA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 13833.720265/2015-61 - Recorrente: MODENA & PONTELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 13833.720270/2015-74 - Recorrente: VILDES GUANDALINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 13837.721139/2015-94 - Recorrente: J.L. DE OLIVEIRA APOIO ADMINISTRATIVO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 13837.721144/2015-05 - Recorrente: VASCONCELOS DIAS APOIO ADMINISTRATIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 13837.721145/2015-41 - Recorrente: MEDITERRANEO CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 13837.721146/2015-96 - Recorrente: MARILIA MARTINS FRIGERIO ATIBAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 13837.721202/2015-92 - Recorrente: O.K. COMERCIO DE PECAS DE ELETROELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 13839.723107/2015-11 - Recorrente: SANMARY REPRESENTACOES COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 13839.723114/2015-13 - Recorrente: ROBERTO DE SOUZA GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 13839.723115/2015-50 - Recorrente: MINIMERCADO XAVIER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 13839.723116/2015-02 - Recorrente: RAFAEL LOIOLA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 13839.723117/2015-49 - Recorrente: JOELDIR MANOEL SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 13839.723165/2015-37 - Recorrente: DROGARIA F.C. FARMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 13839.723189/2015-96 - Recorrente: BOMBONIERE CANTINHO DA PIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 13839.723214/2015-31 - Recorrente: VALERIO TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 13839.723229/2015-08 - Recorrente: BUOSI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 13839.723233/2015-68 - Recorrente: EDISON TESHIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 13839.723235/2015-57 - Recorrente: DECO MOTOS PECAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 13839.723241/2015-12 - Recorrente: FERNANDES & FERNANDES RACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 13839.723247/2015-81 - Recorrente: BAR E MERCEARIA TOKIO DE JUNDIAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 13839.723255/2015-28 - Recorrente: TURBO A COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 13839.723257/2015-17 - Recorrente: ROSAS & PICIATTO TRANSPORTES DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 13839.723262/2015-20 - Recorrente: OLIVEIRA & ARAUJO BAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 13839.723268/2015-05 - Recorrente: FOGACA & FOGACA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 13839.723284/2015-90 - Recorrente: EDUMEC MECANICA E AUTO SOCORRO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 13839.723289/2015-12 - Recorrente: MERCEARIA VILA ANA DE JUNDIAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 13839.723302/2015-33 - Recorrente: RENATA TAFFARELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 13840.720725/2015-62 - Recorrente: MARCELO DE CASTRO CICCONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 13840.720766/2015-59 - Recorrente: CAMPOS CARRETERO LOCADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo nº: 13841.720491/2015-43 - Recorrente: FREDERICO BULGARELLI REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 13842.720548/2015-02 - Recorrente: CARLOS ALBERTO VALENTE COMERCIO E SEGURANCA DO TRABALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 13842.720553/2015-15 - Recorrente: LAVAPIS LAVA RAPIDO PISTELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 13847.720390/2016-01 - Recorrente: HIDRO MECANICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 13855.721690/2017-81 - Recorrente: C.R. LEONELLO - LIVROS E REVISTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 13857.720635/2015-92 - Recorrente: SANCHEZ REPRESENTACOES S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 13857.720637/2015-81 - Recorrente: ROBLES E SILVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 13858.720367/2015-07 - Recorrente: ANGELA NILVA SESTARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 13858.720371/2015-67 - Recorrente: ROGERIO SILVA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 13858.720386/2015-25 - Recorrente: EDITH DAS GRACAS RIBEIRO ROUPAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 13858.720387/2015-70 - Recorrente: FLAVIA PULHEIS MAXIMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 13858.720388/2015-14 - Recorrente: GABRIEL ZIGANTI FAVARO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 13858.720390/2015-93 - Recorrente: ANA MARIA DE LIMA LAZARI 12245290810 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 13858.720391/2015-38 - Recorrente: IVANDA HELENA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 13858.720392/2015-82 - Recorrente: JAIR GALVAO ZUQUERMALTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 13858.720393/2015-27 - Recorrente: JOSE MARTINS ORLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 13858.720395/2015-16 - Recorrente: MARIA AUXILIADORA FERREIRA DA SILVA BENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 13858.720396/2015-61 - Recorrente: MAURO DONIZETE NEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 13858.720397/2015-13 - Recorrente: PATRIC WILLIAM BATISTA SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 13858.720399/2015-02 - Recorrente: MIRIELE TEREZAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 13858.720402/2015-80 - Recorrente: ROSANA FATIMA DOS SANTOS PRESENTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 13858.720407/2015-11 - Recorrente: GERALDO SILVERIO-ORLANDIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 13858.720408/2015-57 - Recorrente: WALTHER DE PAULA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 13858.720409/2015-00 - Recorrente: FRANCISCA DO CARMO CAMPASSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 13866.720475/2017-34 - Recorrente: AGRO LAVORO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 13866.720753/2015-91 - Recorrente: PACE & PAGLIOTTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 13866.720757/2015-70 - Recorrente: MASTER CATANDUVA SISTEMAS ELETRONICOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 13867.720235/2015-68 - Recorrente: EDUARDO SERGIO CESTARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 13871.720518/2015-41 - Recorrente: MANTUA CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 13874.720272/2015-87 - Recorrente: GAMELA - PINTURAS E SERVICOS EM GERAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 13874.720296/2015-36 - Recorrente: ADALBERTO NUNES DE LIMA 02070042855 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 13874.720298/2015-25 - Recorrente: ANTONIO YOSHIHARU KOTO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 13875.720173/2016-76 - Recorrente: MATILDE FAWAZ & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 13876.720860/2015-09 - Recorrente: VOIAGE CONSULTORIA E GESTAO DE NEGOCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 13876.720872/2015-25 - Recorrente: EDILSON SONSIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 13876.720874/2015-14 - Recorrente: ORTOPEDIA SALTENSE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 13876.720881/2015-16 - Recorrente: ANDREA CARLA GAGLIARDI DOS SANTOS BRAZAO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 13876.720884/2015-50 - Recorrente: ALLYSON TARDELLE P. SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 13876.720890/2015-15 - Recorrente: EMERSON GERALDO SILVEIRA CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

338 - Processo nº: 13876.720891/2015-51 - Recorrente: PADARIA E CONFEITARIA SPINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 13876.720900/2015-12 - Recorrente: LUCIANO RIBEIRO DE MATOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 13876.720903/2015-48 - Recorrente: DALDON TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 13876.720905/2015-37 - Recorrente: PERSONALIDADE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 13876.720908/2015-71 - Recorrente: A.S.R. INSTALACOES ELETRICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 13876.720935/2015-43 - Recorrente: MARCIO ROBERTO TEOCHI STUDIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 13876.720944/2015-34 - Recorrente: R.M. LICCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 13881.720235/2015-80 - Recorrente: TANIA MARIA SCHUBERT DOLBROWOLSKY BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 13882.720467/2015-28 - Recorrente: SANDRA A. MOREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 13882.720470/2015-41 - Recorrente: FERNANDO HENRIQUE MENDONCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 13882.720471/2015-96 - Recorrente: EDILSON DE O. COURA RACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 13882.720477/2015-63 - Recorrente: CLEANTINO CALEFE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 13882.720478/2015-16 - Recorrente: ZENILDA MONTEIRO CESAR ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 13882.720479/2015-52 - Recorrente: AGENOR LUIZ RAMOS BAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 13882.720481/2015-21 - Recorrente: ADAM GONCALVES ZENI DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 13882.720493/2015-56 - Recorrente: AQUARIUS STUDIO PERSONAL TRAINERS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 13882.720496/2015-90 - Recorrente: LAIR ANTONIO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 13882.720497/2015-34 - Recorrente: MARIA REGINA DA SILVA MARCONDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 13882.720498/2015-89 - Recorrente: S. P. DOS SANTOS LORENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 13882.720500/2015-10 - Recorrente: ROSANA DE CAMPOS SIQUEIRA CESAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 13882.720502/2015-17 - Recorrente: ROSIMEIRE CONCEICAO APARECIDA GIANGOLA LORENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 13882.720503/2015-53 - Recorrente: IZABEL CRISTINA DE SOUZA MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 13882.720504/2015-06 - Recorrente: MARY CLAUDIA FONSECA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 13882.720521/2015-35 - Recorrente: IDERLENE CASTRO MASCARINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 13884.721385/2017-42 - Recorrente: VALEINFO SERVICOS E SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 13884.722785/2015-11 - Recorrente: TRIVEDIS SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 13884.723000/2015-10 - Recorrente: RIBEIRO DAHER EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 13884.723002/2015-17 - Recorrente: J. C. DE ALMEIDA HORTIFRUTIGRANJEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 13886.720811/2017-19 - Recorrente: VLADEMILSON SIMENES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 13886.721424/2015-20 - Recorrente: ESSE E S MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 13886.721491/2015-44 - Recorrente: IMOBILIARIA GONCALVES FRONZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 13886.721493/2015-33 - Recorrente: REGIS MARCOS GOMES HELENO LATICINIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 13886.721533/2015-47 - Recorrente: ALEX RODRIGO INACIO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 13886.721535/2015-36 - Recorrente: TOGNATO FERREIRA & FERREIRA BICICLETARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 13886.721537/2015-25 - Recorrente: A.C.FERREIRA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 13886.721538/2015-70 - Recorrente: MAPI - MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 13888.722160/2017-73 - Recorrente: AURELIO LEAO COLICCHIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 13888.723778/2015-99 - Recorrente: FC CANELLA FERNANDES COMERCIO DE ROUPAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 13888.723897/2015-41 - Recorrente: CLEIDE C.B.B. DO PRADO & FILHO - LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 13888.723921/2015-42 - Recorrente: FORNAZARI REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 13888.723922/2015-97 - Recorrente: ANTONIA ZILENE RIBEIRO DO NASCIMENTO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo nº: 13888.723974/2015-63 - Recorrente: R & F PADARIA E CONFEITARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 13891.720007/2016-71 - Recorrente: DULCINEIA APARECIDA PAGOTTO BRAMBILLA PORTO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
381 - Processo nº: 13891.720008/2016-16 - Recorrente: STATUS INCORPORACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 13893.720673/2017-71 - Recorrente: MIYASHITA E TIEMI TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo nº: 13893.721001/2015-11 - Recorrente: CELSO TAKEUCHI SUZANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 13894.721035/2015-03 - Recorrente: SERGIO COELHO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 13894.721037/2015-94 - Recorrente: ELIZABETE ALVES DA SILVA 00989572870 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo nº: 13894.721187/2015-06 - Recorrente: GEANE KARLA DA SILVA PRESENTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 13894.721190/2015-11 - Recorrente: UTILIDADES DOMESTICAS JOEMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 13900.720377/2015-71 - Recorrente: SALINI BUFFET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 13900.720384/2015-73 - Recorrente: VERA L. PELLOSO ASSADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 13900.720385/2015-18 - Recorrente: ADAO BUENO TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 13900.720390/2015-21 - Recorrente: M R PEREIRA JACAREI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 13906.720168/2017-30 - Recorrente: J. B. PRESTES - REFRIGERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 13906.720218/2015-17 - Recorrente: OLHO NU CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo nº: 13906.720220/2015-96 - Recorrente: J G T COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 13906.720223/2015-20 - Recorrente: EMBALAGENS OSWALDO CRUZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 13907.720301/2015-86 - Recorrente: FILPAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo nº: 13907.720306/2015-17 - Recorrente: MARIO CELSO COLUSSI SLEMER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 13907.720308/2015-06 - Recorrente: NITEROI - COMERCIO DE DOCES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 13909.720216/2015-06 - Recorrente: RD PASQUINI SORVETES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo nº: 13909.720217/2015-42 - Recorrente: PAULINI GABRIELA RIGAO VESTUARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 13923.720054/2016-09 - Recorrente: ANTONIO DO CARMO ALVES MARQUARDT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo nº: 13925.720222/2017-19 - Recorrente: AMJP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 13931.720356/2015-99 - Recorrente: LATARIA E PINTURA ALTO DA XV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo nº: 13931.720357/2015-33 - Recorrente: SEBASTI O NEY DANGUI COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo nº: 13931.720358/2015-88 - Recorrente: LAERCIO ODAIR PASSARELI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 13932.720130/2015-88 - Recorrente: M & D PROJETOS AGROPECUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 13932.720131/2015-22 - Recorrente: SEBASTIO CARLOS SILVA - IBAITI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 13932.720135/2015-19 - Recorrente: NASCIMENTO & TUROSSI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 13932.720136/2015-55 - Recorrente: AMARANTE TERRAPLENAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo nº: 13932.720137/2015-08 - Recorrente: AQUILES VANZELI NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 13932.720138/2015-44 - Recorrente: R A RODRIGUES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 13933.720176/2015-97 - Recorrente: RALDI BASSO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 13933.720177/2015-31 - Recorrente: ZITA APOLONIA KOZLOSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 13933.720178/2015-86 - Recorrente: ERALDO DIMAS MUSIAL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo nº: 13934.720134/2015-46 - Recorrente: N. ROHLING & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 13934.720138/2015-24 - Recorrente: D.T. OHASHI LOPES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo nº: 13934.720139/2015-79 - Recorrente: A. P. LOPES FERNANDES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 13934.720140/2015-01 - Recorrente: ALMEIDA & ALMEIDA - REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
419 - Processo nº: 13934.720145/2015-26 - Recorrente: MARTINS & FAGUNDES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo nº: 13934.720148/2015-60 - Recorrente: AGROPECUARIA GADAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
421 - Processo nº: 13934.720151/2015-83 - Recorrente: FARMACIA ARAPUA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo nº: 13934.720152/2015-28 - Recorrente: B. RIBEIRO & OLIVEIRA - ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
423 - Processo nº: 13936.720243/2015-43 - Recorrente: ROBERTA JULIANA ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
424 - Processo nº: 13936.720244/2015-98 - Recorrente: MARCUS LUIS DEZORDI TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 13936.720256/2015-12 - Recorrente: ESCRITORIO CONTABIL ASSESCON EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
426 - Processo nº: 13936.720257/2015-67 - Recorrente: IVO TOMKO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo nº: 13951.720374/2015-32 - Recorrente: JOSE BRAGA DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
428 - Processo nº: 13951.720375/2015-87 - Recorrente: E.C. AMBROSIO SERVICOS VETERINARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
429 - Processo nº: 13951.720377/2015-76 - Recorrente: J. CONTE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
430 - Processo nº: 13951.720380/2015-90 - Recorrente: CANDIDO GODOI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo nº: 13951.720381/2015-34 - Recorrente: M. GORETT C. DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo nº: 13951.720386/2015-67 - Recorrente: J. Y. BANNO TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
433 - Processo nº: 13951.720424/2015-81 - Recorrente: D. L. GONCALVES - COMERCIO DE ROUPAS INTIMAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 13951.720425/2015-26 - Recorrente: A. P. SOUZA CONFECCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo nº: 13952.720285/2015-86 - Recorrente: EME - REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo nº: 13952.720305/2015-19 - Recorrente: ASSOCIACAO CULTURAL PROFESSOR WALTER DE PAULA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
437 - Processo nº: 13955.720405/2015-15 - Recorrente: J. G. LUZ NETO - TRANSPORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
438 - Processo nº: 13955.720406/2015-60 - Recorrente: THIAGO DA CUNHA RAMPANI 04977316908 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
439 - Processo nº: 13956.720443/2015-68 - Recorrente: VANIA CLESIA BASSO MORENO 81029535949 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
440 - Processo nº: 13961.720416/2015-16 - Recorrente: COMERCIO DE AGUAS E MINERACAO CRISTAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo nº: 13961.720417/2015-61 - Recorrente: CANTO CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
442 - Processo nº: 13961.720427/2015-04 - Recorrente: MARCIO RONCONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
443 - Processo nº: 13961.720430/2015-10 - Recorrente: FABIANO BARBOSA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
444 - Processo nº: 13962.720585/2015-46 - Recorrente: JOSE XAVIER 30318025949 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo nº: 13963.720303/2017-62 - Recorrente: ELIZABETE PEREIRA VIANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
446 - Processo nº: 13964.720292/2017-19 - Recorrente: SERVICOS DE SAUDE CORPO & EQUILIBRIO SS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
447 - Processo nº: 13964.720314/2017-32 - Recorrente: SULEX REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo nº: 13964.720792/2015-81 - Recorrente: JJ - COMERCIO DE FERRAGENS E PECAS AUTOMOTIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
449 - Processo nº: 13964.720794/2015-70 - Recorrente: RINALDO ROSA GOMES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
450 - Processo nº: 13964.720822/2015-59 - Recorrente: CRISTIANO CORREA HAUBRICH & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo nº: 13971.721822/2017-49 - Recorrente: BELL DESIGN MOVEIS E DECORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
452 - Processo nº: 13971.723978/2015-01 - Recorrente: MYARA CONFECCOES DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
453 - Processo nº: 13971.724034/2015-42 - Recorrente: ALTIC CONFECCAO DE ETIQUETAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
454 - Processo nº: 13971.724035/2015-97 - Recorrente: CONZATTI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
455 - Processo nº: 13971.724213/2015-80 - Recorrente: NUNES - ENGENHARIA E ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

456 - Processo nº: 13971.724356/2015-91 - Recorrente: KLEMZ ADVOCACIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo nº: 13971.724380/2015-21 - Recorrente: IVO JOAQUIM LAMIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
458 - Processo nº: 13971.724386/2015-06 - Recorrente: L. MARTINS REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
459 - Processo nº: 13971.724388/2015-97 - Recorrente: SCHMITT E MICHELS ADVOCACIA EMPRESARIAL S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
460 - Processo nº: 13971.724392/2015-55 - Recorrente: MORRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
461 - Processo nº: 13971.724397/2015-88 - Recorrente: EDER PINTURA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
462 - Processo nº: 13971.724402/2015-52 - Recorrente: JOSE ADOLAR MELCHIORETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
463 - Processo nº: 13971.724457/2015-62 - Recorrente: WEIDGENANT REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
464 - Processo nº: 13973.720532/2015-04 - Recorrente: CONNEXAO TURISMO E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
465 - Processo nº: 13973.720533/2015-41 - Recorrente: A ANCORA SERVICOS DE TRANSPORTES E COMERCIO DE AREIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
466 - Processo nº: 13973.720534/2015-95 - Recorrente: BORRACHARIA REDMERSKI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
467 - Processo nº: 13973.720588/2015-51 - Recorrente: GESCONTIL CONTABILIDADE E SERVICOS SS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
468 - Processo nº: 15300.720043/2017-54 - Recorrente: R. D. CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
469 - Processo nº: 15300.720117/2015-91 - Recorrente: C.G. DE SOUZA GOMES - TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
470 - Processo nº: 15300.720118/2015-35 - Recorrente: J SPINELLI TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
471 - Processo nº: 15467.720564/2015-47 - Recorrente: DERMATIVA ASSISTENCIA MEDICA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
472 - Processo nº: 15504.724074/2017-98 - Recorrente: IVAN ALVES DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
473 - Processo nº: 15504.724862/2017-84 - Recorrente: CONGREGACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DO SENHOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
474 - Processo nº: 15504.725307/2017-70 - Recorrente: CONVERGERE SERVICOS DE AGENCIAMENTO E MARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
475 - Processo nº: 15504.728670/2016-66 - Recorrente: ARQ & TI - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
476 - Processo nº: 15504.729355/2015-75 - Recorrente: FABIO DAS CHAGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
477 - Processo nº: 15504.729996/2015-20 - Recorrente: TC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
478 - Processo nº: 15504.730009/2015-30 - Recorrente: FARIA COUTO DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
479 - Processo nº: 15504.730026/2015-77 - Recorrente: CYBER CLASS INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
480 - Processo nº: 15504.730095/2015-81 - Recorrente: JOANA ANDRADE REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
481 - Processo nº: 15504.730189/2015-50 - Recorrente: LOJAS NILSON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
482 - Processo nº: 15504.730481/2015-72 - Recorrente: EW ENGENHARIA E PROJETOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
483 - Processo nº: 15504.730512/2015-95 - Recorrente: NEW LIME TRANSPORTES E CACAMBAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
484 - Processo nº: 15504.730514/2015-84 - Recorrente: REFRESCAR-SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
485 - Processo nº: 15504.730869/2015-73 - Recorrente: GUIMARAES ROCHA ASSESSORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
486 - Processo nº: 15504.730901/2015-11 - Recorrente: ABILIO COUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
487 - Processo nº: 15553.720845/2015-21 - Recorrente: SETE DIESEL - COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
488 - Processo nº: 16151.720174/2015-93 - Recorrente: ACHARON EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
489 - Processo nº: 16511.721446/2016-17 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO ALBANY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
490 - Processo nº: 16511.721746/2015-15 - Recorrente: ENGEL OFTALMOCLINICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
491 - Processo nº: 16511.721851/2015-54 - Recorrente: OTICA BELA IRIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
492 - Processo nº: 16511.721870/2015-81 - Recorrente: SANDRA SALETE DE OLIVEIRA ROSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
493 - Processo nº: 16511.721942/2015-90 - Recorrente: S.M.A. COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
494 - Processo nº: 16511.721997/2015-08 - Recorrente: LISIANE NASSERE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
495 - Processo nº: 16511.722018/2015-21 - Recorrente: NILTON WOLF & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
496 - Processo nº: 16511.722022/2015-99 - Recorrente: LEONILDA ALVES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
497 - Processo nº: 16542.720978/2015-99 - Recorrente: BRS REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
498 - Processo nº: 16542.720996/2015-71 - Recorrente: BEATRIZ DA SILVA SILVEIRA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
499 - Processo nº: 16542.721037/2015-72 - Recorrente: CLAUDIA MARIA HEIDERSCHEIDT HAMMES 86864408949 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
500 - Processo nº: 16542.721038/2015-17 - Recorrente: VARELLA & VARELLA DIAGNOSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
501 - Processo nº: 16542.721039/2015-61 - Recorrente: ENIO MULLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
502 - Processo nº: 16542.721040/2015-96 - Recorrente: HOLOS - CLINICA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
503 - Processo nº: 16542.721043/2015-20 - Recorrente: OLINDA KNAUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
504 - Processo nº: 16542.721044/2015-74 - Recorrente: REGINALDO STEFFEN DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
505 - Processo nº: 16592.722584/2017-41 - Recorrente: F. C. EDICAO DE JORNAIS E REVISTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
506 - Processo nº: 16592.724405/2015-49 - Recorrente: BTOBTECH TECNOLOGIA E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
507 - Processo nº: 16592.724684/2015-41 - Recorrente: PAPAIZ CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
508 - Processo nº: 16592.724710/2015-31 - Recorrente: RM CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
509 - Processo nº: 16592.724769/2015-29 - Recorrente: AB SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
510 - Processo nº: 16592.724845/2015-04 - Recorrente: VILA MADRID ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
511 - Processo nº: 16592.724981/2015-96 - Recorrente: BATISTA & LIMA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
512 - Processo nº: 16592.724987/2015-63 - Recorrente: BACUS INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
513 - Processo nº: 16592.725070/2015-86 - Recorrente: SERGIO APARECIDO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
514 - Processo nº: 16592.725075/2015-17 - Recorrente: MIGUEL MILHOMENS DE QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
515 - Processo nº: 16592.725122/2015-14 - Recorrente: JAIR APARECIDO COYADO RODRIGUES MICROEMPRESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
516 - Processo nº: 16592.725123/2015-69 - Recorrente: ARLETE ALVES PORFIRIO BAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
517 - Processo nº: 16592.725133/2015-02 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE DOCES II EE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
518 - Processo nº: 16592.725138/2015-27 - Recorrente: KLAMA COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
519 - Processo nº: 16592.725139/2015-71 - Recorrente: GIBA GS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
520 - Processo nº: 16592.725147/2015-18 - Recorrente: J C COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
521 - Processo nº: 16592.725172/2015-00 - Recorrente: SAGA COMUNICACAO INTEGRADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
522 - Processo nº: 16592.725270/2015-39 - Recorrente: BALDEMA EDITORACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
523 - Processo nº: 16592.725271/2015-83 - Recorrente: SIMONE CAVALCANTI ROSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
524 - Processo nº: 16592.725278/2015-03 - Recorrente: THIAGO LACERDA SANTIAGO COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
525 - Processo nº: 16592.725279/2015-40 - Recorrente: RICARDO MATHEUS DE ALCANTARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
526 - Processo nº: 16592.725287/2015-96 - Recorrente: COMINT COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
527 - Processo nº: 16592.725307/2015-29 - Recorrente: NOVAVISTA COMUNICACAO E PRODUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
528 - Processo nº: 16592.725430/2015-40 - Recorrente: L W SOUND SOM E ACESSORIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
529 - Processo nº: 16592.725453/2015-54 - Recorrente: MARIA AURENI DE FREITAS MERCEARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
530 - Processo nº: 16592.725459/2015-21 - Recorrente: CASA DO NORTE MENINAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
531 - Processo nº: 16592.725467/2015-78 - Recorrente: FLORICULTURA E AVICULTURA LADY MARY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
532 - Processo nº: 16592.725545/2015-34 - Recorrente: BABU PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
533 - Processo nº: 16592.725590/2015-99 - Recorrente: GOD MARI MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
534 - Processo nº: 16592.725667/2015-21 - Recorrente: MERCEARIA TUPY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
535 - Processo nº: 16592.725675/2015-77 - Recorrente: MARCELO DIEGO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
536 - Processo nº: 16592.725688/2015-46 - Recorrente: LIRADINHA COMUNICACAO E EDITORACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
537 - Processo nº: 16592.725769/2015-46 - Recorrente: RAFAEL UBIRATAM NUNES SALDANHA - PERFUMARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
538 - Processo nº: 16592.725878/2015-63 - Recorrente: SOCIEDADE DOS CABOS INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
539 - Processo nº: 16592.725930/2015-81 - Recorrente: OSAMU TOMITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
540 - Processo nº: 16592.725963/2015-21 - Recorrente: MARO FLORES BAZAR E ARTIGOS RELIGIOSOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
541 - Processo nº: 16592.725981/2015-11 - Recorrente: RMKS PESQUISA E ARTES GRAFICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
542 - Processo nº: 16592.726041/2015-31 - Recorrente: CEPPAN CENTRO DE PESQUISAS E APOIO MERCADOLOGICO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
543 - Processo nº: 16592.728401/2016-11 - Recorrente: ISG WORLD BRASIL NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
544 - Processo nº: 16592.728467/2016-19 - Recorrente: CECCHINI EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
545 - Processo nº: 17198.720007/2016-50 - Recorrente: MARIA IZILDA MARTINS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
546 - Processo nº: 17198.720118/2017-47 - Recorrente: LABMERCER LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
547 - Processo nº: 17198.720267/2015-44 - Recorrente: ANGELA ODETE MARQUES DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
548 - Processo nº: 17198.720279/2015-79 - Recorrente: EMERSON LUIZ WESTPHAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
549 - Processo nº: 17198.720283/2015-37 - Recorrente: CLEIDEMAR IVAN MEERT LANCHES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
550 - Processo nº: 17284.720006/2016-36 - Recorrente: QUICK WORK INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
551 - Processo nº: 17284.720007/2016-81 - Recorrente: MARCIA M DE OLIVEIRA REPRESENTACOES COMERCIAIS DE REVESTIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
552 - Processo nº: 17284.720661/2015-11 - Recorrente: AMARILDO MONTEIRO SACOLAO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
553 - Processo nº: 17284.720963/2016-62 - Recorrente: VMCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
554 - Processo nº: 17565.720141/2016-25 - Recorrente: IZILDINHA ENXOVAIS BORDADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
555 - Processo nº: 17565.720145/2016-11 - Recorrente: MERGOM CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
556 - Processo nº: 17613.720644/2017-69 - Recorrente: JOSE RENATO SERRANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
557 - Processo nº: 17613.721652/2015-61 - Recorrente: JULMAR MOTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
558 - Processo nº: 17734.721531/2015-42 - Recorrente: AUTO ESCOLA CAMETA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
559 - Processo nº: 17933.720420/2017-34 - Recorrente: SOMAS SOCIEDADE MEDICA DE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
560 - Processo nº: 17933.721253/2015-87 - Recorrente: RUBER LUCIO DE ANDRADE COELHO 20041993691 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
561 - Processo nº: 17933.721351/2015-14 - Recorrente: DIOMAR PEREIRA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
562 - Processo nº: 17933.721353/2015-11 - Recorrente: DIONEIA CALDAS SILVEIRA DE OLIVEIRA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
563 - Processo nº: 17933.721355/2015-01 - Recorrente: NEWTON JOAO CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
564 - Processo nº: 17933.721361/2015-50 - Recorrente: WELEMARA DE LOURDES BENFICA ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
565 - Processo nº: 17933.721395/2015-44 - Recorrente: MARCOS AURELIO RAMOS ABADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
566 - Processo nº: 18043.720368/2015-41 - Recorrente: JOSE CESAR DE AZEVEDO CARPINTARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
567 - Processo nº: 18043.720378/2015-87 - Recorrente: A M GABRIELLI MERCEARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
568 - Processo nº: 18043.720396/2015-69 - Recorrente: LUIS HENRIQUE DE MENDONCA PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
569 - Processo nº: 18183.720167/2017-10 - Recorrente: PARADELLAS VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
570 - Processo nº: 18183.720211/2015-11 - Recorrente: DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

571 - Processo nº: 18183.720212/2015-66 - Recorrente: COSTA DEVEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
572 - Processo nº: 18183.720213/2015-19 - Recorrente: GM TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
573 - Processo nº: 18183.720215/2015-08 - Recorrente: TRANSPORTADORA GOMES E GONCALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
574 - Processo nº: 18183.720216/2015-44 - Recorrente: TRANSPORTADORA J DIAS PEREIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
575 - Processo nº: 18183.720217/2015-99 - Recorrente: FRANCYNE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
576 - Processo nº: 18183.720226/2015-80 - Recorrente: PADARIA DO BETO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
577 - Processo nº: 18186.720793/2014-25 - Recorrente: ACB COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO E FERRAGENS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
578 - Processo nº: 18186.724824/2017-60 - Recorrente: W/G MEDICINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
579 - Processo nº: 18186.724826/2017-59 - Recorrente: M&D FONOAUDIOLOGAS ASSOCIADAS SOCIEDADE SIMPLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
580 - Processo nº: 18186.724893/2017-73 - Recorrente: HECKERT & TANNOUS SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
581 - Processo nº: 18186.724900/2017-37 - Recorrente: TGT 11 SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
582 - Processo nº: 18186.724958/2017-81 - Recorrente: REEDMER MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
583 - Processo nº: 18186.725032/2017-11 - Recorrente: FRASQUEIRAS DI'MORENO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
584 - Processo nº: 18186.725158/2017-87 - Recorrente: PET PREMIUM COMERCIO DE RACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
585 - Processo nº: 18186.725385/2017-11 - Recorrente: TAPECARIA GRACA ORIOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
586 - Processo nº: 18186.729454/2016-76 - Recorrente: FLAVIO AUDI CATEB EVENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
587 - Processo nº: 18186.730265/2016-46 - Recorrente: CENTRO FENIX - SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E COMERCIO DE PLANO DE SAUDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
588 - Processo nº: 18186.731867/2015-30 - Recorrente: CRISTIANO OLIVEIRA E SILVA YAI DESENHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
589 - Processo nº: 18186.731882/2015-88 - Recorrente: ARTHUR FALCAO DE AQUINO SISTEMAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
590 - Processo nº: 18186.731979/2015-91 - Recorrente: EHOR CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
591 - Processo nº: 18186.732212/2015-89 - Recorrente: TEVETEL COMPONENTES ELETRONICOS E ANTENAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
592 - Processo nº: 18186.732302/2015-70 - Recorrente: SUELY EMMI HOELDTKE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
593 - Processo nº: 18186.732376/2015-14 - Recorrente: RENT ADMINISTRADORA DE RESTAURANTES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
594 - Processo nº: 18186.732378/2015-03 - Recorrente: ANIL COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
595 - Processo nº: 18186.732398/2015-76 - Recorrente: ''WM FERREIRA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA.'' e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
596 - Processo nº: 18186.732473/2015-07 - Recorrente: LARA CUGA PROJETOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
597 - Processo nº: 18186.732738/2015-69 - Recorrente: SANTA CRUZ ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
598 - Processo nº: 18186.732753/2015-15 - Recorrente: SERMEDI - SERVICOS MEDICOS DIAGNOSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
599 - Processo nº: 18186.732792/2015-12 - Recorrente: MORBIN & GROPER DESIGN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
600 - Processo nº: 18186.732831/2015-73 - Recorrente: JULIO CEZAR CAETANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
601 - Processo nº: 18186.733046/2015-38 - Recorrente: JOSE BARROS ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
602 - Processo nº: 18186.733048/2015-27 - Recorrente: RONALDO TELES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
603 - Processo nº: 18186.733135/2015-84 - Recorrente: PARADINHA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
604 - Processo nº: 18186.733229/2015-53 - Recorrente: ELETRONICA TV TEC VIDEO COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
605 - Processo nº: 18186.733483/2015-51 - Recorrente: ROSA PINK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
606 - Processo nº: 18186.733682/2015-60 - Recorrente: AR MANUTENCAO E MONTAGEM DE AR CONDICIONADO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
607 - Processo nº: 18186.733685/2015-01 - Recorrente: MAURICIO MICHIELETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
608 - Processo nº: 18186.733688/2015-37 - Recorrente: FENIX FISIO SERVICOS DE FISIOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
609 - Processo nº: 18186.733701/2015-58 - Recorrente: CALDO E RIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
610 - Processo nº: 18186.733837/2015-68 - Recorrente: PAULO AFONSO AMATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
611 - Processo nº: 18186.733839/2015-57 - Recorrente: ADRIANA TERESA DE ALMEIDA COSTA SARTORETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
612 - Processo nº: 18404.720794/2015-39 - Recorrente: LUCIANA A. C. SILVERIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
613 - Processo nº: 18404.720797/2015-72 - Recorrente: ATESTE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
614 - Processo nº: 18404.720799/2015-61 - Recorrente: ANDREONI SMALDINO REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
615 - Processo nº: 19393.720210/2017-26 - Recorrente: I B CALDEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
616 - Processo nº: 19985.720048/2016-03 - Recorrente: PAPELARIA E REVISTARIA MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
617 - Processo nº: 19985.720049/2016-40 - Recorrente: LUCIA HELENA CHANDOCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
618 - Processo nº: 19985.722523/2017-59 - Recorrente: ATHENA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
619 - Processo nº: 19985.724711/2015-50 - Recorrente: MARCOS AUGUSTO NOVINSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
620 - Processo nº: 19985.724831/2015-57 - Recorrente: MP ICE FLEX COMERCIO DE CORTINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
621 - Processo nº: 19985.725130/2015-35 - Recorrente: EDSON VOLNEI PARUCKER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
622 - Processo nº: 19985.725138/2015-00 - Recorrente: OSVALDO CAIADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
623 - Processo nº: 19985.725143/2015-12 - Recorrente: AVIARIO LABRADOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
624 - Processo nº: 19985.725144/2015-59 - Recorrente: MERCEARIA E BAR TATIMARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
625 - Processo nº: 19985.725160/2015-41 - Recorrente: BAR SHOGUN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
626 - Processo nº: 19985.725162/2015-31 - Recorrente: COM DE BICICLETAS E ACESSORIOS IRAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
627 - Processo nº: 19985.725193/2015-91 - Recorrente: S O S PERSIANAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
628 - Processo nº: 19985.725229/2015-37 - Recorrente: ALENI DOS SANTOS OLIVEIRA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
629 - Processo nº: 19985.725232/2015-51 - Recorrente: PIZZARIA E RESTAURANTE SANTA MONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
630 - Processo nº: 19985.725235/2015-94 - Recorrente: TRANS BOAVENTURA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
631 - Processo nº: 19985.725236/2015-39 - Recorrente: ABRACO COMERCIO DE ARTEFATOS DE ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
632 - Processo nº: 19985.725289/2015-50 - Recorrente: FARMACIA HOMEOPATICA BOTICA DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
633 - Processo nº: 19985.725349/2015-34 - Recorrente: FERNANDO CRUZETTA CORNEO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
634 - Processo nº: 19985.725350/2015-69 - Recorrente: EDSON TADEU DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
635 - Processo nº: 19985.725352/2015-58 - Recorrente: MARY & BATISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 14 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
636 - Processo nº: 10725.720455/2017-80 - Recorrente: P C TEIXEIRA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
637 - Processo nº: 16327.720736/2016-21 - Recorrente: PALOMAR - GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
638 - Processo nº: 10380.724858/2017-46 - Recorrente: PAULO FROTA REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
639 - Processo nº: 11080.721025/2014-28 - Recorrente: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
640 - Processo nº: 10580.729710/2015-80 - Recorrente: SOTERO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
641 - Processo nº: 10315.721143/2015-53 - Recorrente: PEDRO ALVES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
642 - Processo nº: 10950.725332/2015-18 - Recorrente: BANDEIRA & BANDEIRA CONSULTORIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
643 - Processo nº: 10950.725333/2015-54 - Recorrente: IMPRESSAO CORPORATIVA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
644 - Processo nº: 10950.725371/2015-15 - Recorrente: FELTRIN REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
645 - Processo nº: 10640.723007/2015-14 - Recorrente: GABRIEL BELIZARIO DOS SANTOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
646 - Processo nº: 10840.723757/2016-11 - Recorrente: COLEGIO VIVINFANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
647 - Processo nº: 10840.723830/2015-65 - Recorrente: DELTA COMERCIO DE ALHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
648 - Processo nº: 10840.723831/2015-18 - Recorrente: IS MACHINE PECAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
649 - Processo nº: 10840.723832/2015-54 - Recorrente: R. A. C. DA SILVA PERFUMARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
650 - Processo nº: 10840.724120/2015-52 - Recorrente: COLEGIO VIVINFANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
651 - Processo nº: 10840.724145/2015-56 - Recorrente: SILVIO DA CRUZ NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
652 - Processo nº: 13653.720463/2015-43 - Recorrente: M. M. PRESTACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
653 - Processo nº: 13603.722709/2015-15 - Recorrente: ARMARINHO QUEIROZ BORGES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
654 - Processo nº: 10845.726233/2015-42 - Recorrente: HERMU CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
655 - Processo nº: 10845.723273/2017-02 - Recorrente: S. PERALES CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
656 - Processo nº: 10845.726229/2015-84 - Recorrente: MIASTKUOSKY & OLIVEIRA JOGOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
657 - Processo nº: 10845.726235/2015-31 - Recorrente: VIDA MULTI CORRETORA DE SEGUROS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
658 - Processo nº: 10845.726237/2015-21 - Recorrente: GARBES & DUARTE CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
659 - Processo nº: 10845.726238/2015-75 - Recorrente: S. PERALES CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
660 - Processo nº: 10845.726246/2015-11 - Recorrente: J.R.JESUINO REPRESENTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
661 - Processo nº: 10845.726248/2015-19 - Recorrente: MALLEUS CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
662 - Processo nº: 10845.726249/2015-55 - Recorrente: AVANCINI'S CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
663 - Processo nº: 10845.726251/2015-24 - Recorrente: PORCHAT CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
664 - Processo nº: 10845.726253/2015-13 - Recorrente: RGMS CORRETORA DE SEGUROS E CONSORCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
665 - Processo nº: 10845.726254/2015-68 - Recorrente: SANTOS & SOPA COMERCIO DE FLORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
666 - Processo nº: 10845.726255/2015-11 - Recorrente: NEVES & SARMENTO CORRETORA DE SEGUROS E CONSORCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
667 - Processo nº: 10845.726257/2015-00 - Recorrente: RANGEL & BAILO PUBLICIDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
668 - Processo nº: 10845.726258/2015-46 - Recorrente: BRAVA ASSESSORIA ADUANEIRA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
669 - Processo nº: 10845.726259/2015-91 - Recorrente: INES MADEIRA RIBEIRO RACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
670 - Processo nº: 10845.726260/2015-15 - Recorrente: LUCIANA DOS SANTOS COSMETICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
671 - Processo nº: 10845.726261/2015-60 - Recorrente: MARRETA CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
672 - Processo nº: 10830.726999/2015-96 - Recorrente: ZALEDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
673 - Processo nº: 10830.726924/2015-13 - Recorrente: MARIANA ALVES DE SOUZA RODRIGUES - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
674 - Processo nº: 10830.726925/2015-50 - Recorrente: PAULO TARTARI COSTA FERRAZ - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
675 - Processo nº: 10830.726927/2015-49 - Recorrente: APOIO COTACOES SISTEMA DE INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
676 - Processo nº: 10830.726929/2015-38 - Recorrente: HS - SERVICO DE MANUTENCAO DE REDES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
677 - Processo nº: 10830.726988/2015-14 - Recorrente: DETALHE CABELEREIROS UNISSEX LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
678 - Processo nº: 10830.726989/2015-51 - Recorrente: TABC - ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

679 - Processo nº: 10830.727292/2015-05 - Recorrente: SEBASTIAO BARBOSA DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
680 - Processo nº: 10830.727312/2015-30 - Recorrente: N.3 COMERCIO DE BOMBAS ELETRICAS E PECAS PARA INJECAO ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
681 - Processo nº: 10830.727313/2015-84 - Recorrente: JOSE CARLOS JUNHI FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
682 - Processo nº: 10830.727377/2015-85 - Recorrente: NONATO FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
683 - Processo nº: 11080.732591/2015-46 - Recorrente: DAILTON S BONELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
684 - Processo nº: 10640.723322/2015-33 - Recorrente: BIZZO INDUSTRIA E COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ESTOJOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
685 - Processo nº: 10650.721259/2015-81 - Recorrente: ICOM INTERNACIONAL COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
686 - Processo nº: 10820.722014/2015-72 - Recorrente: MAURO LUIZ DE SOUZA ARACATUBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
687 - Processo nº: 10820.722016/2015-61 - Recorrente: RONALDO GONCALVES MORANDI ARACATUBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
688 - Processo nº: 10820.722018/2015-51 - Recorrente: M J TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
689 - Processo nº: 10820.722019/2015-03 - Recorrente: LUIZ CARLOS PISTORI PACCHIONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
690 - Processo nº: 10820.722020/2015-20 - Recorrente: RONDON DIESEL ARACATUBA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
691 - Processo nº: 10820.722021/2015-74 - Recorrente: ROBSON MICHEL LAMERA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
692 - Processo nº: 10820.722022/2015-19 - Recorrente: ADALBERTO FIDELIS MOROTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
693 - Processo nº: 10840.724000/2015-55 - Recorrente: H. H. R. ABRAHAO E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
694 - Processo nº: 10880.727314/2015-33 - Recorrente: MPD MONITORAMENTO DE PRODUCAO E DESEMPENHO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
695 - Processo nº: 11080.732024/2015-90 - Recorrente: SERGIO ROBERTO FREITAS JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
696 - Processo nº: 11080.732159/2015-55 - Recorrente: VITOR SZPAKOWSKI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
697 - Processo nº: 13807.729201/2015-43 - Recorrente: PLANCON PLANEJAMENTO CONTABIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
698 - Processo nº: 16151.720141/2015-43 - Recorrente: ETEC EMPRESA TECNICA DE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
699 - Processo nº: 16151.720143/2015-32 - Recorrente: B.R.A. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO A EMPRESAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
700 - Processo nº: 16151.720216/2015-96 - Recorrente: C HAUSCHILD REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
701 - Processo nº: 11040.722516/2015-43 - Recorrente: IVAN DE ALMEIDA WENDT - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
702 - Processo nº: 11040.722521/2015-56 - Recorrente: LUCI TUCHTENHAGEN WENDT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
703 - Processo nº: 11040.722523/2015-45 - Recorrente: DULCE WEEGE MOTA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
704 - Processo nº: 11080.732577/2015-42 - Recorrente: HELIO SANTANA MARIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
705 - Processo nº: 11080.732587/2015-88 - Recorrente: LUCIANE CONCEICAO DAVI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
706 - Processo nº: 13829.720583/2015-91 - Recorrente: SAMIRA LAURA ABOUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
707 - Processo nº: 13829.720341/2017-60 - Recorrente: GB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
708 - Processo nº: 13829.720580/2015-58 - Recorrente: WG DE LINS COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
709 - Processo nº: 13829.720581/2015-01 - Recorrente: DONIZETI CAMARGO ROSENDO PNEUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
710 - Processo nº: 13829.720582/2015-47 - Recorrente: JORGE EDUARDO MOREIRA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
711 - Processo nº: 13829.720584/2015-36 - Recorrente: GB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
712 - Processo nº: 13829.720584/2016-17 - Recorrente: GB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
713 - Processo nº: 13829.720586/2015-25 - Recorrente: BENGALA LANCHONETE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
714 - Processo nº: 13829.720589/2015-69 - Recorrente: MARIA A. DA SILVA FIGUEIREDO LINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
715 - Processo nº: 13829.720601/2016-16 - Recorrente: WG DE LINS COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
716 - Processo nº: 12448.729860/2015-43 - Recorrente: BORN FREE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
717 - Processo nº: 11050.721899/2015-13 - Recorrente: EDER BAYARD LOPES DA SILVEIRA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
718 - Processo nº: 11050.721904/2015-98 - Recorrente: ALI M. H. HAMID E CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
719 - Processo nº: 11050.721907/2015-21 - Recorrente: N S BRINQUEDOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
720 - Processo nº: 11050.721908/2015-76 - Recorrente: CLAUDIA DE AGUIAR MIRANDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
721 - Processo nº: 11050.721909/2015-11 - Recorrente: PRISMA SERVICOS ADUANEIROS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
722 - Processo nº: 10825.723572/2015-13 - Recorrente: ANTONIO DA SILVA PARANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
723 - Processo nº: 10840.724006/2015-22 - Recorrente: L E PIMENTEL CURSOS LIVRES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
724 - Processo nº: 10850.724615/2015-62 - Recorrente: CUNHA RIO PRETO COMERCIO DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
725 - Processo nº: 13609.721910/2015-17 - Recorrente: M&S DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
726 - Processo nº: 13770.720651/2015-35 - Recorrente: J P COMERCIO DE PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
727 - Processo nº: 11075.722247/2015-18 - Recorrente: SILVANA MACIEL CARDOSO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
728 - Processo nº: 13629.721422/2015-71 - Recorrente: IVANILSON SOARES DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
729 - Processo nº: 10935.723878/2015-14 - Recorrente: LAUDELINA IMPERATOR 47637048934 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
730 - Processo nº: 10825.723735/2015-50 - Recorrente: POUSADA TIBIRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
731 - Processo nº: 11080.731616/2015-94 - Recorrente: TRACO PARALELO ARQUITETURA LTDA - ME - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
732 - Processo nº: 10940.721724/2015-19 - Recorrente: UBIRATAN DE SOUZA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
733 - Processo nº: 10940.721725/2015-63 - Recorrente: ANA MARIA MAYER GORTE & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
734 - Processo nº: 10940.721726/2015-16 - Recorrente: ELETRO FLORENCA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
735 - Processo nº: 10940.721740/2015-10 - Recorrente: CONSULTORIA SIPA EM SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUCAO AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
736 - Processo nº: 10940.721744/2015-90 - Recorrente: CARLOS BRUNO DA SILVA BAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
737 - Processo nº: 19985.724489/2015-95 - Recorrente: INSTITUTO FEDERAL DO PARANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
738 - Processo nº: 10860.721664/2015-24 - Recorrente: FISIOEX CONDICIONAMENTO FISICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
739 - Processo nº: 10665.722001/2015-33 - Recorrente: BAR DO RODRIGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
740 - Processo nº: 10665.721904/2015-05 - Recorrente: CONTABILIDADE AMORIM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
741 - Processo nº: 10665.722003/2015-22 - Recorrente: CARLOS SANTIAGO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
742 - Processo nº: 10665.722008/2015-55 - Recorrente: CELIO MAGELA CARVALHO DA SILVA & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
743 - Processo nº: 10665.722011/2015-79 - Recorrente: EDEMILSON EMIDIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
744 - Processo nº: 10665.722017/2015-46 - Recorrente: JULIANA ALVES GAMA EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
745 - Processo nº: 10665.722028/2015-26 - Recorrente: MARCIANO DE OLIVEIRA PEREIRA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
746 - Processo nº: 10665.722032/2015-94 - Recorrente: MAZINHO COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
747 - Processo nº: 10665.722038/2015-61 - Recorrente: MERCANTIL NASCIMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
748 - Processo nº: 10665.722039/2015-14 - Recorrente: PETERSON AUGUSTO MESQUITA ADAMY & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
749 - Processo nº: 10665.722041/2015-85 - Recorrente: REPRESENTACOES DASA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
750 - Processo nº: 10665.722050/2015-76 - Recorrente: WM TINTAS E PECAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
751 - Processo nº: 10665.722183/2015-42 - Recorrente: D'GARDEN MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
752 - Processo nº: 10675.722867/2015-25 - Recorrente: A2 NEGOCIOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
753 - Processo nº: 11516.721991/2017-21 - Recorrente: SOUZA VELOSO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
754 - Processo nº: 13212.720498/2015-71 - Recorrente: C. L. SANTOS CONTABILIDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
755 - Processo nº: 13964.720008/2016-15 - Recorrente: A-URB ET ORBI ARQUITETURA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
756 - Processo nº: 13794.720761/2015-29 - Recorrente: PAPELARIA D'CLEA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
757 - Processo nº: 10825.723382/2015-98 - Recorrente: EVAILTON SOUSA DIACIS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
758 - Processo nº: 10825.723432/2015-37 - Recorrente: EDNA ANTONIA TAIOQUE FERRAZ PRESENTES - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
759 - Processo nº: 10825.723434/2015-26 - Recorrente: LUCIANO FIRMELO FADONI BORRACHARIA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
760 - Processo nº: 11707.721778/2015-18 - Recorrente: CLATHAI INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
761 - Processo nº: 13794.720762/2015-73 - Recorrente: ELIAS CEZAR MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
762 - Processo nº: 13794.720773/2015-53 - Recorrente: A L A ALMEIDA MERCEARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
763 - Processo nº: 13794.720774/2015-06 - Recorrente: S M FONSECA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GABRIEL TINOCO PALATNIC
764 - Processo nº: 16511.721834/2017-89 - Recorrente: JOSE EDUARDO MANOZZO BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
765 - Processo nº: 10166.721231/2018-59 - Recorrente: FRANCISCO DOMINGOS DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
766 - Processo nº: 18470.725894/2017-20 - Recorrente: EUGENIO MIGUEL MANCINI SCHELEDER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 15 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
767 - Processo nº: 10183.725127/2017-44 - Recorrente: THIAGO RODRIGO DIAS ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
768 - Processo nº: 13657.001923/2008-71 - Recorrente: MARIA APARECIDA SILVA MARIOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
769 - Processo nº: 13657.001924/2008-16 - Recorrente: MARIA APARECIDA SILVA MARIOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
770 - Processo nº: 13657.001995/2008-19 - Recorrente: MARIA APARECIDA SILVA MARIOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
771 - Processo nº: 10830.000430/2011-73 - Recorrente: ERNESTO AUGUSTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
772 - Processo nº: 10830.000432/2011-62 - Recorrente: ERNESTO AUGUSTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
773 - Processo nº: 10830.000897/2011-13 - Recorrente: ERNESTO AUGUSTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
774 - Processo nº: 17734.721486/2018-79 - Recorrente: ANDRE RAMOS AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
775 - Processo nº: 18186.005343/2007-80 - Recorrente: PEDRO DE PAULA CALDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
776 - Processo nº: 11020.721639/2018-48 - Recorrente: EGON SCHWARZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
777 - Processo nº: 10805.720165/2018-27 - Recorrente: FRANCISCA PEREIRA BEZERRA MEDINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
778 - Processo nº: 13708.000362/2004-17 - Recorrente: VALMIR NELSON LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
779 - Processo nº: 13014.720259/2017-10 - Recorrente: JOSE ROBERTO NOSSAR DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
780 - Processo nº: 13855.720513/2018-69 - Recorrente: ROSA DE FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
781 - Processo nº: 10840.720265/2019-16 - Recorrente: AGUINALDO FONZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
782 - Processo nº: 19985.723104/2018-15 - Recorrente: JOAMIR CASAGRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
783 - Processo nº: 15463.721753/2017-39 - Recorrente: ENY BRAZAO SILVA DE OLIVEIRA FRONTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

784 - Processo nº: 15463.721756/2017-72 - Recorrente: ENY BRAZAO SILVA DE OLIVEIRA FRONTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2020, ÀS 09:00 HORAS
Relator(a): RAIMUNDO CASSIO GONCALVES LIMA
785 - Processo nº: 13014.720400/2016-01 - Recorrente: JOSE ROBERTO NOSSAR DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
786 - Processo nº: 10580.720914/2019-89 - Recorrente: JOAO CARLOS GARRIDO DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
787 - Processo nº: 10580.733075/2010-21 - Recorrente: TALES GRACO POMBO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
788 - Processo nº: 10830.000766/2011-36 - Recorrente: ERNESTO AUGUSTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
789 - Processo nº: 10580.733076/2010-75 - Recorrente: TALES GRACO POMBO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
790 - Processo nº: 10580.726091/2012-29 - Recorrente: TALES GRACO POMBO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
791 - Processo nº: 15463.721755/2017-28 - Recorrente: ENY BRAZAO SILVA DE OLIVEIRA FRONTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
792 - Processo nº: 15463.721757/2017-17 - Recorrente: ENY BRAZAO SILVA DE OLIVEIRA FRONTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILDERSON BOTTO
793 - Processo nº: 10980.009514/2009-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ANTONIO CARLOS DA SILVA BRETAS
794 - Processo nº: 10980.009515/2009-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ANTONIO CARLOS DA SILVA BRETAS
795 - Processo nº: 10640.722872/2017-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: DAVID PASSY
796 - Processo nº: 13819.722291/2016-93 - Recorrente: JAIR DE PAULA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
797 - Processo nº: 13819.723173/2018-64 - Recorrente: JAIR DE PAULA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
798 - Processo nº: 10730.000485/2007-25 - Recorrente: AMARO ALEXANDRE NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
799 - Processo nº: 13005.722522/2018-03 - Recorrente: JOSE ANTONIO PASTORIZA FONTOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
800 - Processo nº: 11610.001680/2010-05 - Recorrente: MARCOS KERTZMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
801 - Processo nº: 11610.001681/2010-41 - Recorrente: MARCOS KERTZMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
802 - Processo nº: 11610.727690/2013-17 - Recorrente: MARCOS KERTZMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
803 - Processo nº: 13227.720885/2018-91 - Recorrente: JOSE CARLITO ELAGE PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
804 - Processo nº: 10830.726256/2018-69 - Recorrente: WALTER ALEXANDRE CARNIELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): WILDERSON BOTTO
805 - Processo nº: 12448.727995/2018-17 - Recorrente: LENILTON GAERTNER RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
806 - Processo nº: 15954.000049/2009-15 - Recorrente: PAULO MELLO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
807 - Processo nº: 15954.000050/2009-31 - Recorrente: PAULO MELLO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
808 - Processo nº: 18471.001977/2005-86 - Recorrente: ALVARO LUIZ ALVES DE L DE ALVARES OTERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
809 - Processo nº: 19985.722569/2018-59 - Recorrente: LUIZ ERNESTO ROSADAS SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
810 - Processo nº: 13820.720444/2018-91 - Recorrente: HELCIO NEY CRISTANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
811 - Processo nº: 13748.720497/2018-21 - Recorrente: PEDRO AUGUSTO VITAL NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
812 - Processo nº: 10580.725185/2018-76 - Recorrente: MARCUS VINICIUS AMERICANO DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
813 - Processo nº: 10580.725186/2018-11 - Recorrente: MARCUS VINICIUS AMERICANO DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
814 - Processo nº: 13731.000247/2007-06 - Recorrente: MARILTON AGUIAR BAIRRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
815 - Processo nº: 11020.723179/2018-92 - Recorrente: TANIA BEATRIZ DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
816 - Processo nº: 13629.002416/2007-10 - Recorrente: PEDRO PAULO DA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
817 - Processo nº: 13956.001104/2008-50 - Recorrente: DECIO ANTONIO BARAVIERA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
818 - Processo nº: 10680.007292/2007-38 - Recorrente: GILVAN DE PINHO TAVARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
819 - Processo nº: 10580.729530/2017-60 - Recorrente: ALDA BRITTO DA MOTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
820 - Processo nº: 18050.720098/2015-80 - Recorrente: OLEGARIO MARTINEZ PEREZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
821 - Processo nº: 13749.000522/2006-11 - Recorrente: ROBERTO RIBEIRO DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
822 - Processo nº: 17933.720316/2014-05 - Recorrente: DANILO JOSE VIEIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
823 - Processo nº: 10950.723233/2018-36 - Recorrente: JOSE ROBERTO VEDOVATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
824 - Processo nº: 13882.001261/2008-76 - Recorrente: LUIZ CARLOS CORAGEM ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RAIMUNDO CASSIO GONÇALVES LIMA
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 2ª Seção

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 856, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2020 - PDE/2020, de que trata a Resolução CODEFAT nº 851, de 18 de março de 2020.

O Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, nos termos do inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o inciso VIII do art. 4º do Regimento Interno do Conselho, aprovado pela Resolução CODEFAT nº 596, de 27 de maio de 2009, resolve, ad referendum do Conselho:

Art. 1º Alterar a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2020 - PDE/2020, de que trata a Resolução CODEFAT nº 851, de 18 de março de 2020, conforme detalhado no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO

ANEXO

PROGRAMAÇÃO ANUAL DA APLICAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT - EXERCÍCIO DE 2020 - PDE/2020
ANEXO DA RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 856/2020

PROGRAMAS E LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	VALOR (R$ milhões)			
	Alocações Autorizadas pelo CODEFAT - Resolução nº 851 de 18.03.2020	AJUSTES DA PDE		
		ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	Nova Distribuição da PDE/2020
PROGRAMAS	4.970,0	30,0		5.000,0
FAT PNMPO	100,0		100,0	
PROGER URBANO	3.370,0	4.000,0	2.370,0	5.000,0
INVESTIMENTO	2.350,0		2.350,0	
CAPITAL DE GIRO	1.000,0	4.000,0		5.000,0
PROGER EXPORTAÇÃO	20,0		20,0	
PRONAF	1.500,0		1.500,0	
INVESTIMENTO	1.500,0		1.500,0	
LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	30,0		30,0	
FAT - TAXISTA	30,0		30,0	
TOTAL	5.000,0			5.000,0

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 8.457, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera a Portaria PGFN nº 7.280, de 18 de março de 2020, que estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavirus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, I, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, os arts. 5º, II, e 10, da Medida Provisória n. 899, de 16 de outubro de 2019, a Portaria do Ministro de Estado da Economia nº 103, de 17 de março de 2020, e o art. 82, incisos XIII, XVIII e XXI do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 36, de 24 de janeiro de 2014, resolve:

Art. 1º O art. 9º, da Portaria PGFN nº 7.280, de 18 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O prazo para adesão à transação extraordinária de que trata esta Portaria ficará aberto até a data final de vigência da Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, nos termos do art. 62, § 12, da Constituição. (NR)"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE LEVI MELLO DO AMARAL JUNIOR

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PORTARIA Nº 1, DE 23 DE MARÇO DE 2020

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº36, de 24 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 29 de janeiro de 2014,

CONSIDERANDO, a emergência de saúde pública causada pela pandemia do coronavírus;

CONSIDERANDO, a necessidade urgente de diminuição de circulação de pessoas em ambientes públicos no sentido de conter a propagação da infeccção;, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo constante no item 4.1 do Edital para credenciamento de Leiloeiros Oficiais nº 01/2020, por 60 (sessenta) dias, portanto, até o dia 02/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO BERNARDINO CARVALHO RIBEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, inciso I, alínea "g", do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria n° 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"4º-B .....

I - .....

.....

b) com imunodeficiências ou com doenças preexistentes crônicas ou graves, relacionadas em ato do Ministério Saúde;

.....

d) que apresentem sinais e sintomas gripais, enquanto perdurar essa condição.

.....

§2º-A A comprovação da condição de que trata a alínea "d" do inciso I ocorrerá mediante autodeclaração, na forma do Anexo IV, encaminhada para o e-mail institucional da chefia imediata.

.....

§5º Nas hipóteses de serviços essenciais de que trata o art. 3º do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, fica facultado ao órgão ou entidade estabelecer critérios e procedimentos específicos para definição da necessidade de afastamento ou autorização para trabalho remoto do servidor ou empregado público nas hipóteses previstas nas alíneas "b" e "d" do inciso I e no inciso II do caput." (NR)

"Art. 6º-A .....

.....

§1º A competência de que trata o caput poderá ser delegada aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível 6 ou superior ou equivalente ou, quando se tratar de autarquia e fundação pública, ao titular da unidade com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação.

....." (NR)

"Registro em folha de ponto

Art. 6º-C Nas hipóteses de trabalho remoto previstas nesta Instrução Normativa, deverá ser registrado no sistema eletrônico de frequência o código correspondente a "serviço externo". (NR)

"Art. 6º D Poderá ter a frequência abonada o servidor ou empregado público que, em razão da natureza das atividades desempenhadas, não puder executar suas atribuições remotamente:

I - nas hipóteses dos art. 4º, art. 4º-A, art. 4º-B e art. 6º-B; ou

II - quando houver o fechamento das repartições públicas do órgão ou entidade, por decisão de sua autoridade máxima, em decorrência da adoção de regime de trabalho remoto que abranja a totalidade das atividades desenvolvidas pelos servidores e empregados públicos.

Parágrafo único. Cabe à chefia imediata do servidor ou empregado público avaliar a incompatibilidade entre a natureza das atividades por ele desempenhadas e o regime de trabalho remoto." (NR)

"Formulários periódicos para avaliação e controle

Art. 6º-E Os dirigentes de gestão de pessoas dos órgãos e entidades deverão preencher formulários periódicos com informações acerca do cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, bem como de informações adicionais relevantes para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. As informações serão prestadas às sextas-feiras, por meio do canal eletrônico "http://gestao.planejamento.gov.br/covid19/" (NR)

"Art. 7º-A O servidor ou empregado público que apresentar sinais ou sintomas de gripe deverá procurar atendimento médico ou orientação por canais oficiais, inclusive telefone, disponibilizados pelos Ministérios da Saúde ou pelos demais entes federados." (NR)

"Art. 7º-B O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se, no que couber, ao contratado temporário e ao estagiário." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020:

I - os §§ 1º e 2º do art. 4º;

II - o parágrafo único do art. 4º-A; e

III - o §1º do art. 6º-B.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LENHART

ANEXO IV

AUTODECLARAÇÃO DE SAÚDE (SINAIS OU SINTOMAS GRIPAIS)

Eu,_____, RG nº _____, CPF nº _____ declaro para fins específicos de atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que devo ser submetido a isolamento em razão de apresentar sinais ou sintomas gripais, com data de início _____, estritamente pelo tempo em que perdurarem os sintomas, estando o ciente de que devo procurar atendimento médico ou por telefone, consoante canal disponibilizado pelo Ministério da Saúde ou pelos demais entes federativos. Declaro, mais, que estou ciente de que a prestação de informação falsa me sujeitará às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, inciso I, alínea "g", do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, na Portaria n° 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, e na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para que os servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 2020, prestem serviços extraordinários e recebam as seguintes vantagens:

I - auxílio-transporte, previsto na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, e no Decreto nº 2.880, de 15 de dezembro de 1998;

II - adicional noturno, previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

III - adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por atividades com Raios X ou substâncias radioativas.

Serviço extraordinário

Art. 2º Fica vedado aos órgãos e entidades integrantes do SIPEC autorizar a prestação dos serviços extraordinários constantes dos art. 73 e art. 74 da Lei nº 8.112, de 1990, aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto na Instrução Normativa nº 19, de 2020.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos servidores e empregados públicos que exercem atividades nas áreas de segurança, saúde ou outras consideradas essenciais pelo órgão ou entidade, nos termos do Decreto 10.282, de 20 de março 2020.

Auxílio-transporte

Art. 3º Fica vedado o pagamento do auxílio-transporte aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto na Instrução Normativa nº 19, de 2020.

Adicional noturno

Art. 4º Fica vedado o pagamento de adicional noturno de que trata o art. 75 da Lei nº 8.112, de 1990, aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto na Instrução Normativa nº 19, de 2020.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput aos casos em que for possível a comprovação da atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, desde que autorizada pela chefia imediata.

Adicionais ocupacionais

Art. 5º Fica vedado o pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por atividades com Raios X ou substâncias radioativas para os servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto na Instrução Normativa nº 19, de 2020.

Das modificações de período de férias e jornada de trabalho

Art. 6º Fica vedado o cancelamento, a prorrogação ou a alteração dos períodos de férias já programadas para os servidores que exerçam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais por força da Instrução Normativa nº 19, de 2020.

§1º O disposto no caput poderá ser afastado mediante autorização justificada específica de titular de cargo em comissão ou função de confiança de nível igual ou superior a 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

§2º A autorização de que trata o §1º é indelegável.

Da reversão da jornada reduzida

Art. 7 Fica vedada, durante o período de que trata o art. 9º, a reversão de jornada reduzida requerida nos termos do art. 5º da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001, e do art. 20 da Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos servidores e empregados públicos que exercem atividades nas áreas de segurança, saúde ou outras consideradas essenciais pelo órgão ou entidade, nos termos do Decreto 10.282, de 20 de março 2020.

Disposições finais

Art. 8º Na hipótese de o servidor se encontrar submetido ao regime de turnos alternados de revezamento, aplica-se o disposto nesta Instrução Normativa em relação aos dias em que não houve deslocamento ao trabalho.

Parágrafo único. Para os fins dispostos nos arts. 6º e 7º sua aplicabilidade independe da condição dos servidores estarem ou não em jornadas de turnos alternados de revezamentos.

Art. 9º Esta Instrução Normativa vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 1º, §2º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 10º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LENHART

PORTARIA Nº 8.372, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Subdelega competências às autoridades que menciona para a prática de atos relativos à concessão, programação, acumulação e interrupção de férias no âmbito da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria nº 7.105, de 13 de março de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência aos dirigentes abaixo relacionados para praticarem atos relativos à concessão, programação, acumulação e interrupção de férias dos agentes públicos em seu âmbito de atuação:

Secretários Adjunto; e

Diretores;

Parágrafo único. Caberá ao Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal e à Chefe de Gabinete praticar atos relativos à concessão, programação, acumulação e interrupção de férias dos ocupantes dos cargos a que se referem o inciso I e aos servidores lotados no Gabinete da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.

Art. 2º Ficam convalidados os atos de concessão, programação, acumulação e interrupção de férias realizados entre o dia 30 de janeiro de 2020 e a data de publicação desta portaria, praticados pelas autoridades elencadas no artigo anterior, que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LENHART

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 8.289, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 51, §8º, da Instrução Normativa SPU nº 22, de 22 de fevereiro de 2017, e tendo em vista o disposto no §4º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e os elementos que integram o Processo SEI/ME nº 04905.000380/2003-09, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão à União do imóvel situado no Município de São Luís, Estado do Maranhão, cadastrado sob o RIP Utilização nº 0921 00217.500-2, localizado na Avenida João Pessoa, nº 405, Bairro Outeiro da Cruz, cedido ao Estado do Maranhão, com a finalidade de "construção de um prédio para atender a demanda na expansão e ampliação da atuação da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil", nos termos da Cláusula Quinta do Contrato de Cessão, sob a forma de utilização gratuita, lavrado nesta Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão, e assinado pelas partes em 03 de abril de 2017, registrado sob o nº 02, da Matrícula nº 117.929, folhas 164, Livro nº 2 -AAP, no Cartório do 1º Ofício de Imóveis de São Luís.

Parágrafo único. A reversão de que trata o caput fundamenta-se no não cumprimento do encargo previsto na Cláusula Quinta do respectivo contrato, tendo em vista que não houve utilização do imóvel por parte do Outorgado Cessionário, incorrendo, o mesmo, na imposição de rescisão contratual descrita na Cláusula Nona do referido contrato, especificamente na alínea "e", pela qual pactua-se que " se no prazo de 02 (dois) anos não for concluído o projeto objeto do presente contrato", o mesmo será rescindido, retornando o imóvel ao Outorgante Cedente.

Art. 2º A formalização da reversão dar-se-á pelo cancelamento do registro anterior, a ser requerida ao Oficial do Registro de Imóveis competente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RIBAMAR MONTEIRO SEGUNDO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 153, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Prorroga, excepcionalmente, prazos de declarações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, e tendo em vista os artigos 72 e 109 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, e a Resolução CGSN nº 152, de 18 de março de 2020, resolve:

Art. 1º O prazo para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) referente ao ano-calendário 2019 fica prorrogado para 30 de junho de 2020.

Art. 2º O prazo para apresentação da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei) referente ao ano-calendário 2019 fica prorrogado para 30 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

Presidente do Comitê

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 189, DE 23 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009;

Considerando a Portaria nº 286, de 7 de maio de 2019, da STN, que aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais; resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal relativo ao mês de fevereiro de 2020, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

ANEXO

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 8 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 286, de 7 de maio de 2019, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária são divulgados conforme o inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.

2. Os Balanços e os demonstrativos da execução orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 - Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

3.2. Fundos Especiais;

3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:

3.3.1. Fundações;

3.3.2. Autarquias;

3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e

3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.

4. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas inscritas em restos a pagar não processados (empenhadas, mas não liquidadas) também são consideradas.

5. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intra-orçamentárias, às quais se referem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SPREV nº 7, de 18 de dezembro de 2018. No Anexo 3, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6. A Tabela 1-B - Demonstrativo das Receitas Desvinculadas por Força de Dispositivo Constitucional apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, trinta por cento da receita da União proveniente das contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

7. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes, em função de arredondamentos.

8. Estas informações, bem como a metodologia de cada demonstrativo, estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/demonstrativos-fiscais.

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.612.865.181	2.612.865.181	142.872.035	5,47	430.124.388	16,46	2.182.740.793
RECEITAS CORRENTES	1.689.399.195	1.689.399.195	119.096.266	7,05	303.028.373	17,94	1.386.370.822
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	570.872.502	570.872.502	41.660.185	7,30	113.965.183	19,96	456.907.319
Impostos	562.335.345	562.335.345	41.226.880	7,33	112.835.074	20,07	449.500.271
Taxas	8.537.157	8.537.157	433.305	5,08	1.130.109	13,24	7.407.048
CONTRIBUIÇÕES	912.184.868	912.184.868	64.387.231	7,06	150.807.556	16,53	761.377.312
Contribuições Sociais	895.727.099	895.727.099	63.032.893	7,04	147.972.224	16,52	747.754.875
Contribuições Econômicas	16.457.769	16.457.769	1.354.338	8,23	2.835.332	17,23	13.622.437
RECEITA PATRIMONIAL	125.122.468	125.122.468	6.042.019	4,83	19.591.882	15,66	105.530.586
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.095.653	2.095.653	127.067	6,06	259.770	12,40	1.835.884
Valores Mobiliários	28.538.129	28.538.129	2.388.458	8,37	3.918.384	13,73	24.619.745
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	3.601.820	3.601.820	154.401	4,29	222.358	6,17	3.379.462
Exploração de Recursos Naturais	84.170.231	84.170.231	3.108.630	3,69	14.630.127	17,38	69.540.104
Exploração do Patrimônio Intangível	14	14	0	0,00	0	0,00	14
Cessão de Direitos	4.163.060	4.163.060	261.635	6,28	558.229	13,41	3.604.831
Demais Receitas Patrimoniais	2.553.562	2.553.562	1.828	0,07	3.014	0,12	2.550.547
RECEITA AGROPECUÁRIA	24.072	24.072	1.124	4,67	2.168	9,01	21.904
RECEITA INDUSTRIAL	998.260	998.260	27.690	2,77	249.317	24,98	748.943
RECEITA DE SERVIÇOS	51.670.190	51.670.190	2.845.608	5,51	11.431.352	22,12	40.238.838
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.023.037	4.023.037	247.513	6,15	483.958	12,03	3.539.079
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	4.308.398	4.308.398	376.578	8,74	763.395	17,72	3.545.003
Serviços e Atividades referentes à Saúde	2.340.386	2.340.386	170.824	7,30	322.823	13,79	2.017.563
Serviços e Atividades Financeiras	40.981.785	40.981.785	2.047.614	5,00	9.855.549	24,05	31.126.235
Outros Serviços	16.584	16.584	3.078	18,56	5.627	33,93	10.957
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	469.185	469.185	40.080	8,54	102.938	21,94	366.247
Transferências da União e de suas Entidades	280.356	280.356	33.706	12,02	89.525	31,93	190.831
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	44.281	44.281	597	1,35	1.589	3,59	42.692
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	2.869	2.869	91	3,17	216	7,52	2.653
Transferências de Instituições Privadas	127.231	127.231	6.968	5,48	12.818	10,07	114.413
Transferências do Exterior	12.893	12.893	(1.353)	(10,49)	(1.353)	(10,49)	14.245
Transferências de Pessoas Físicas	1.550	1.550	71	4,58	142	9,16	1.408
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	4	4	0	7,04	0	9,57	4
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.057.651	28.057.651	4.092.330	14,59	6.877.978	24,51	21.179.673
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.259.662	7.259.662	445.294	6,13	1.149.778	15,84	6.109.884
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	8.111.767	8.111.767	1.482.898	18,28	2.314.033	28,53	5.797.734
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	673.863	673.863	90.889	13,49	169.864	25,21	504.000
Demais Receitas Correntes	12.012.358	12.012.358	2.073.248	17,26	3.244.303	27,01	8.768.055

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/4)

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS DE CAPITAL	923.465.986	923.465.986	23.775.769	2,57	127.096.015	13,76	796.369.971
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	814.164.064	814.164.064	12.171.578	1,49	102.065.989	12,54	712.098.075
Operações de Crédito - Mercado Interno	806.378.189	806.378.189	12.038.979	1,49	101.933.389	12,64	704.444.800
Operações de Crédito - Mercado Externo	7.785.875	7.785.875	132.599	1,70	132.599	1,70	7.653.276
ALIENAÇÃO DE BENS	1.683.248	1.683.248	40.439	2,40	1.173.797	69,73	509.451
Alienação de Bens Móveis	1.453.730	1.453.730	33.604	2,31	1.165.141	80,15	288.590
Alienação de Bens Imóveis	229.518	229.518	6.834	2,98	8.656	3,77	220.862
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	39.755.305	39.755.305	3.770.868	9,49	7.021.432	17,66	32.733.872
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	65.080	65.080	509	0,78	2.179	3,35	62.901
Transferências da União e de suas Entidades	4.000	4.000	0	0,00	0	0,00	4.000
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	34.643	34.643	0	0,00	0	0,00	34.643
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	26.409	26.409	509	1,93	509	1,93	25.899
Transferências de Instituições Privadas	28	28	0	0,00	0	0,00	28
Transferências do Exterior	0	0	0	-	1.669	-	(1.669)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	67.798.289	67.798.289	7.792.374	11,49	16.832.619	24,83	50.965.670
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	67.798.074	67.798.074	7.792.374	11,49	16.832.429	24,83	50.965.645
Resgate de Títulos do Tesouro	215	215	0	0,00	190	88,14	26

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (2/4)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	35.519.867	35.519.867	2.101.522	5,92	4.236.525	11,93	31.283.342
RECEITAS CORRENTES	35.519.867	35.519.867	2.101.522	5,92	4.236.525	11,93	31.283.342
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.396	2.396	(26.027)	(1.086,04)	(25.434)	(1.061,32)	27.831
Impostos	982	982	(26.106)	(2.658,52)	(25.549)	(2.601,77)	26.531
Taxas	1.415	1.415	79	5,58	114	8,08	1.300
CONTRIBUIÇÕES	25.125.120	25.125.120	1.424.519	5,67	2.919.505	11,62	22.205.616
Contribuições Sociais	25.125.101	25.125.101	1.424.317	5,67	2.919.302	11,62	22.205.798
Contribuições Econômicas	19	19	202	1.040,71	202	1.041,00	(183)
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
RECEITA PATRIMONIAL	3.534	3.534	30	0,84	183	5,17	3.351
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.482	3.482	28	0,81	181	5,21	3.301
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	52	52	2	2,92	2	2,92	50
RECEITA INDUSTRIAL	43.066	43.066	2.276	5,28	8.183	19,00	34.882

RECEITA DE SERVIÇOS	73.825	73.825	22.351	30,28	29.890	40,49	43.935
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.337	24.337	15.735	64,66	17.723	72,82	6.614
Serviços e Atividades referentes à Saúde	49.489	49.489	6.616	13,37	12.167	24,59	37.321
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.271.924	10.271.924	678.373	6,60	1.304.198	12,70	8.967.726
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0	0	8	-	14	-	(14)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	552	552	83	15,05	1.854	335,79	(1.302)
Demais Receitas Correntes	10.271.372	10.271.372	678.282	6,60	1.302.330	12,68	8.969.042
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.648.385.048	2.648.385.048	144.973.557	5,47	434.360.913	16,40	2.214.024.134
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	917.135.052	917.135.052	37.342.821	4,07	39.739.809	4,33	877.395.243
Operações de Crédito - Mercado Interno	915.650.943	915.650.943	37.342.821	4,08	39.739.809	4,34	875.911.134
Mobiliária	915.650.943	915.650.943	37.342.821	4,08	39.739.809	4,34	875.911.134
Operações de Crédito - Mercado Externo	1.484.109	1.484.109	0	0,00	0	0,00	1.484.109
Mobiliária	1.484.109	1.484.109	0	0,00	0	0,00	1.484.109
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	3.565.520.100	3.565.520.100	182.316.377	5,11	474.100.723	13,30	3.091.419.377
AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA (VI)		0					
DÉFICIT (VII)	-	-	-	-	3.416.902	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VIII) = (V + VI + VII)	3.565.520.100	3.565.520.100	182.316.377	5,11	477.517.624	13,39	3.088.002.476
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	0	-	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com Superávit Financeiro		0					
Créditos adicionais abertos com Excesso de Arrecadação		0					
Créditos cancelados líquidos		0					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (3/4)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (f)	SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS No Mês	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (h)	SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS Até o Mês (j)
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (IX)	2.613.711.014	2.613.711.014	89.550.583	1.115.028.368	1.498.682.646	163.911.318	378.495.619	2.235.215.395	319.570.404
DESPESAS CORRENTES	2.106.795.692	2.107.155.027	79.555.337	1.041.996.370	1.065.158.657	159.606.251	345.161.479	1.761.993.548	286.348.680
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	322.030.268	322.030.268	12.295.616	155.476.277	166.553.991	23.469.806	49.395.778	272.634.491	33.641.581
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	409.567.187	409.567.187	26.394.759	110.821.260	298.745.927	27.195.256	100.534.428	309.032.759	100.534.428
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.375.198.237	1.375.557.571	40.864.962	775.698.832	599.858.739	108.941.190	195.231.273	1.180.326.298	152.172.671
Transferência a Estados, DF e Municípios	385.613.619	385.613.619	28.659.642	279.430.161	106.183.458	39.415.632	58.058.899	327.554.720	57.936.498
Benefícios Previdenciários	463.996.483	463.996.483	638.303	358.608.186	105.388.297	51.039.725	102.507.643	361.488.840	63.746.528
Demais Despesas Correntes	525.588.134	525.947.469	11.567.017	137.660.485	388.286.984	18.485.832	34.664.732	491.282.737	30.489.645
DESPESAS DE CAPITAL	471.258.325	471.802.279	9.995.246	73.031.998	398.770.281	4.305.067	33.334.140	438.468.139	33.221.723
INVESTIMENTOS	40.919.424	41.463.378	1.808.274	2.157.243	39.306.135	162.987	199.817	41.263.561	171.396
INVERSÕES FINANCEIRAS	152.560.278	152.560.278	8.053.772	43.836.863	108.723.415	4.125.658	6.406.584	146.153.694	6.322.589
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	277.778.623	277.778.623	133.200	27.037.893	250.740.731	16.422	26.727.739	251.050.884	26.727.739
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35.656.996	34.753.708	0	0	34.753.708	0	0	34.753.708	0
DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (X)	36.502.212	36.502.212	1.391.175	22.578.734	13.923.478	2.440.469	4.652.170	31.850.042	4.509.833
DESPESAS CORRENTES	34.814.977	34.814.977	800.150	20.900.968	13.914.009	2.440.462	4.652.163	30.162.814	4.509.828
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.583.755	22.583.755	686.672	15.399.408	7.184.347	1.671.469	3.237.327	19.346.428	3.146.810
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.231.221	12.231.221	113.478	5.501.559	6.729.662	768.994	1.414.836	10.816.386	1.363.017
Demais Despesas Correntes	12.231.221	12.231.221	113.478	5.501.559	6.729.662	768.994	1.414.836	10.816.386	1.363.017
DESPESAS DE CAPITAL	1.687.235	1.687.235	591.025	1.677.766	9.469	7	7	1.687.228	6
INVESTIMENTOS	9.496	9.496	-8.975	27	9.469	7	7	9.489	6
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.677.739	1.677.739	600.000	1.677.739	0	0	0	1.677.739	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	2.650.213.226	2.650.213.226	90.941.758	1.137.607.102	1.512.606.124	166.351.788	383.147.789	2.267.065.437	324.080.237
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	915.302.602	915.302.602	2.807.885	110.660.892	804.641.710	3.159.423	94.369.835	820.932.767	94.369.835
Amortização da Dívida Interna	891.081.944	891.081.944	2.196.724	109.071.257	782.010.687	2.548.261	93.226.567	797.855.377	93.226.567
Dívida Mobiliária	867.089.453	867.089.453	2.015.000	107.803.300	759.286.153	2.366.537	92.528.910	774.560.543	92.528.910
Outras Dívidas	23.992.491	23.992.491	181.724	1.267.957	22.724.534	181.724	697.657	23.294.834	697.657
Amortização da Dívida Externa	24.220.658	24.220.658	611.161	1.589.634	22.631.023	611.161	1.143.268	23.077.389	1.143.268
Dívida Mobiliária	20.287.564	20.287.564	0	807.000	19.480.564	0	360.634	19.926.930	360.634
Outras Dívidas	3.933.093	3.933.093	611.161	782.634	3.150.459	611.161	782.634	3.150.459	782.634
TOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (XI + XII)	3.565.515.828	3.565.515.828	93.749.643	1.248.267.993	2.317.247.834	169.511.210	477.517.624	3.087.998.203	418.450.072
SUPERÁVIT (XIV)			-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XV) = (XIII + XIV)	3.565.515.828	3.565.515.828	93.749.643	1.248.267.993	2.317.247.834	169.511.210	477.517.624	3.087.998.203	418.450.072
RESERVA DO RPPS			-	-		-	-		-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

(4/4)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

HERIBERTO HENRIQUE VILELA DO NASCIMENTO
Coordenador-Geral de Contabilidade da União
Contador - CRC-DF 019.051/O

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO c = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Mês	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e) = (a - d)
LEGISLATIVA	8.132.128	8.132.128	569.836	7.261.444	0,64	870.685	545.872	1.128.910	0,29	7.003.219
JUDICIARIA	37.779.335	37.779.335	2.029.978	26.240.418	2,31	11.538.916	2.570.740	5.735.248	1,50	32.044.087
ESSENCIAL A JUSTICA	7.731.084	7.731.084	630.145	3.138.969	0,28	4.592.114	539.694	1.229.437	0,32	6.501.647
ADMINISTRACAO	27.625.067	27.625.067	2.076.052	7.630.799	0,67	19.994.268	1.777.820	3.381.590	0,88	24.243.477
DEFESA NACIONAL	75.830.592	75.841.879	2.229.895	26.142.562	2,30	49.699.317	4.897.845	9.725.650	2,54	66.116.230
SEGURANCA PUBLICA	12.163.596	13.055.596	348.498	3.814.780	0,34	9.240.817	667.070	1.304.450	0,34	11.751.146
RELACOES EXTERIORES	3.118.665	3.118.665	256.096	595.568	0,05	2.523.097	273.530	467.031	0,12	2.651.633
ASSISTENCIA SOCIAL	93.373.750	93.373.750	682.932	58.334.175	5,13	35.039.575	7.794.797	15.417.715	4,02	77.956.035
PREVIDENCIA SOCIAL	772.228.697	772.228.697	6.197.743	410.402.791	36,08	361.825.906	59.319.357	119.589.125	31,21	652.639.572
SAUDE	128.368.328	128.368.328	8.355.902	24.948.826	2,19	103.419.502	7.711.583	12.786.792	3,34	115.581.536
TRABALHO	80.988.605	80.988.605	2.761.570	66.080.622	5,81	14.907.983	7.968.912	14.180.767	3,70	66.807.838
EDUCACAO	108.777.029	108.777.029	9.938.443	67.030.227	5,89	41.746.802	5.957.962	12.415.989	3,24	96.361.040
CULTURA	1.916.717	1.916.717	45.400	479.050	0,04	1.437.667	39.086	66.315	0,02	1.850.402
DIREITOS DA CIDADANIA	1.415.403	1.415.403	29.649	398.422	0,04	1.016.980	33.387	61.809	0,02	1.353.594
URBANISMO	8.833.698	8.833.698	103.701	193.608	0,02	8.640.090	72.381	141.516	0,04	8.692.182
HABITACAO	144.005	144.005	4.000	4.012	0,00	139.994	2	2	0,00	144.004
SANEAMENTO	403.650	403.650	106.354	106.354	0,01	297.296	10	10	0,00	403.640
GESTAO AMBIENTAL	4.459.908	4.459.908	115.017	1.179.114	0,10	3.280.794	161.054	280.297	0,07	4.179.611
CIENCIA E TECNOLOGIA	6.924.733	6.924.733	219.290	1.978.887	0,17	4.945.846	238.577	466.996	0,12	6.457.737

AGRICULTURA	25.661.195	25.661.195	307.028	6.279.102	0,55	19.382.093	526.129	944.618	0,25	24.716.577
ORGANIZACAO AGRARIA	1.791.527	1.791.527	-17.857	576.338	0,05	1.215.189	46.271	89.617	0,02	1.701.910
INDUSTRIA	1.712.930	1.712.930	192.457	710.312	0,06	1.002.618	146.111	229.173	0,06	1.483.757
COMERCIO E SERVICOS	3.843.121	3.843.121	2.099.124	2.865.660	0,25	977.461	182.574	355.050	0,09	3.488.071
COMUNICACOES	2.033.192	2.033.192	112.693	764.245	0,07	1.268.947	75.379	136.100	0,04	1.897.091
ENERGIA	1.327.746	1.327.746	-40.065	675.795	0,06	651.951	69.308	129.816	0,03	1.197.930
TRANSPORTE	17.444.991	17.444.991	1.088.395	2.225.952	0,20	15.219.039	172.289	303.998	0,08	17.140.992
DESPORTO E LAZER	685.914	685.914	870	2.161	0,00	683.753	383	1.045	0,00	684.869
ENCARGOS ESPECIAIS	1.167.868.314	1.167.868.314	50.498.611	417.546.909	36,70	750.321.405	64.563.666	182.578.723	47,65	985.289.591
RESERVA DE CONTINGENCIA	47.629.306	46.726.018	0	0	0,00	46.726.018	0	0	0,00	46.726.018
TOTAL	2.650.213.226	2.650.213.226	90.941.758	1.137.607.102	100,00	1.512.606.124	166.351.788	383.147.789	100,00	2.267.065.437

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

(1/2)

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	No Mês	Até o Mês	%		No Mês	Até o Mês	%	
(Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)		(a)		(b)	(b/total b)	c = (a - b)		(d)	(d/total d)	e = (a - d)
LEGISLATIVA	7.277.529	7.277.529	569.658	6.432.428	0,58	845.101	486.255	1.008.479	0,27	6.269.050
Acao Legislativa	1.147.483	1.147.483	424.192	693.869	0,06	453.614	34.396	37.920	0,01	1.109.563
Controle Externo	243.566	243.566	25.195	107.811	0,01	135.755	5.936	6.693	0,00	236.873
Administracao Geral	5.044.619	5.044.619	9.795	4.967.235	0,45	77.384	364.036	821.549	0,22	4.223.070
Comunicacao Social	147.444	147.444	29.863	62.508	0,01	84.936	6.510	6.590	0,00	140.854
Atencao Basica	357.439	357.439	80.548	265.588	0,02	91.850	48.667	82.354	0,02	275.085
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	336.979	336.979	65	335.417	0,03	1.562	26.710	53.373	0,01	283.606
JUDICIARIA	33.482.281	33.482.281	1.927.085	22.991.479	2,06	10.490.802	2.266.142	5.124.898	1,35	28.357.383
Controle Externo	104.543	104.543	35.120	73.398	0,01	31.145	3.621	4.149	0,00	100.395
Acao Judiciaria	3.240.211	3.240.091	509.003	1.171.159	0,11	2.068.932	91.217	102.307	0,03	3.137.784
Administracao Geral	27.612.313	27.612.433	1.254.422	19.786.173	1,77	7.826.260	1.977.081	4.665.519	1,23	22.946.914
Tecnologia Da Informacao	147.667	147.667	7.516	13.780	0,00	133.887	3.084	3.577	0,00	144.090
Formacao De Recursos Humanos	15.311	15.311	976	5.864	0,00	9.446	224	308	0,00	15.002
Comunicacao Social	40.529	40.529	10.072	21.517	0,00	19.011	931	946	0,00	39.583
Atencao Basica	899.208	899.208	52.275	697.690	0,06	201.518	76.902	118.907	0,03	780.301
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.422.499	1.422.499	57.700	1.221.897	0,11	200.602	113.081	229.185	0,06	1.193.315
ESSENCIAL A JUSTICA	6.667.459	6.667.459	436.030	2.419.635	0,22	4.247.825	462.364	1.074.758	0,28	5.592.701
Controle Externo	29.418	29.418	2.782	14.780	0,00	14.638	1.120	1.309	0,00	28.109
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	762.581	762.581	51.757	135.157	0,01	627.424	35.471	41.845	0,01	720.736
Representacao Judicial E Extrajudicial	405.358	405.358	13.051	37.264	0,00	368.094	17.824	20.691	0,01	384.667
Administracao Geral	4.699.100	4.699.100	307.267	1.777.236	0,16	2.921.864	353.572	922.538	0,24	3.776.561
Normatizacao E Fiscalizacao	5.000	5.000	0	0	0,00	5.000	0	0	0,00	5.000
Tecnologia Da Informacao	13.940	13.940	0	0	0,00	13.940	0	0	0,00	13.940
Formacao De Recursos Humanos	15.706	15.706	2.010	3.856	0,00	11.851	411	518	0,00	15.188
Comunicacao Social	21.717	21.717	879	2.592	0,00	19.125	672	675	0,00	21.042
Atencao Basica	155.678	155.678	33.441	97.645	0,01	58.032	12.297	16.808	0,00	138.869
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	340.721	340.721	19.910	147.682	0,01	193.040	27.742	53.919	0,01	286.802
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	218.240	218.240	4.934	203.424	0,02	14.816	13.254	16.454	0,00	201.786
ADMINISTRACAO	25.005.634	25.005.634	1.932.983	6.892.420	0,62	18.113.214	1.608.639	3.040.825	0,80	21.964.809
Representacao Judicial E Extrajudicial	180.955	180.955	717	1.986	0,00	178.969	585	1.159	0,00	179.796
Planejamento E Orcamento	2.082.699	2.082.699	62.278	76.901	0,01	2.005.797	7.897	11.000	0,00	2.071.698
Administracao Geral	19.372.602	19.372.602	1.465.116	6.035.404	0,54	13.337.197	1.482.169	2.834.628	0,75	16.537.974
Administracao Financeira	39.534	39.534	446	1.480	0,00	38.054	506	514	0,00	39.020
Controle Interno	107.138	107.138	3.900	8.863	0,00	98.274	1.788	2.002	0,00	105.135
Normatizacao E Fiscalizacao	244.454	244.454	17.538	32.317	0,00	212.138	5.837	8.344	0,00	236.110
Tecnologia Da Informacao	1.475.429	1.475.429	279.479	366.615	0,03	1.108.814	25.424	25.424	0,01	1.450.005
Ordenamento Territorial	104.477	104.477	3.959	4.452	0,00	100.024	1.128	1.133	0,00	103.344
Formacao De Recursos Humanos	9.771	9.771	1.265	1.503	0,00	8.269	61	79	0,00	9.692
Administracao De Receitas	26.007	26.007	2.598	4.585	0,00	21.421	1.092	1.447	0,00	24.560
Comunicacao Social	137.520	137.520	6.630	7.710	0,00	129.810	0	0	0,00	137.520
Defesa Civil	206	206	70	70	0,00	136	0	0	0,00	206
Informacao E Inteligencia	109.536	109.536	13.314	21.559	0,00	87.977	3.249	5.457	0,00	104.079
Relacoes Diplomaticas	28.594	28.594	0	0	0,00	28.594	0	0	0,00	28.594
Cooperacao Internacional	1.982	1.982	1	21	0,00	1.960	21	21	0,00	1.961
Atencao Basica	411.268	411.268	44.313	118.963	0,01	292.305	34.172	65.568	0,02	345.700
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	586.334	586.334	28.028	197.913	0,02	388.421	43.043	82.342	0,02	503.992
Ensino Superior	6.620	6.620	-136	100	0,00	6.520	22	26	0,00	6.594
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	27.788	27.788	2.001	6.363	0,00	21.426	781	802	0,00	26.986
Desenvolvimento Cientifico	8.172	8.172	0	0	0,00	8.172	0	0	0,00	8.172
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	4.575	4.575	156	209	0,00	4.366	65	65	0,00	4.510
Producao Industrial	39.975	39.975	1.311	5.406	0,00	34.569	798	814	0,00	39.161
Outros Encargos Especiais	1	1	0	0	0,00	1	0	0	0,00	1
DEFESA NACIONAL	75.403.522	75.414.809	2.221.482	25.882.728	2,32	49.532.081	4.869.231	9.668.074	2,55	65.746.735
Planejamento E Orcamento	730	730	54	109	0,00	621	16	39	0,00	692
Administracao Geral	56.351.787	56.351.787	1.165.810	23.471.674	2,11	32.880.113	4.492.290	9.049.684	2,39	47.302.103
Normatizacao E Fiscalizacao	58.727	58.727	2.602	6.835	0,00	51.892	270	278	0,00	58.449
Tecnologia Da Informacao	29.084	29.084	627	872	0,00	28.212	17	22	0,00	29.062
Formacao De Recursos Humanos	131.757	131.757	7.139	8.794	0,00	122.963	1.163	1.463	0,00	130.294
Comunicacao Social	1.612	1.612	0	269	0,00	1.343	0	0	0,00	1.612
Defesa Aerea	5.104.113	5.104.113	235.119	302.820	0,03	4.801.292	7.058	10.226	0,00	5.093.886
Defesa Naval	2.394.303	2.394.303	304.733	308.962	0,03	2.085.341	49.463	53.091	0,01	2.341.212
Defesa Terrestre	2.170.293	2.181.580	43.208	73.019	0,01	2.108.562	2.336	3.644	0,00	2.177.937
Informacao E Inteligencia	10.513	10.513	146	419	0,00	10.094	98	130	0,00	10.383
Cooperacao Internacional	86.117	86.117	1.463	1.680	0,00	84.437	120	201	0,00	85.916
Assistencia Comunitaria	569.825	569.825	0	0	0,00	569.825	0	0	0,00	569.825
Atencao Basica	3.267.899	3.267.899	294.632	446.860	0,04	2.821.039	138.942	150.961	0,04	3.116.939
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	37.374	37.374	4.085	5.105	0,00	32.269	1.890	2.425	0,00	34.949
Suporte Profilatico E Terapeutico	1.990	1.990	0	0	0,00	1.990	0	0	0,00	1.990
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	4.516.472	4.516.472	136.916	1.224.302	0,11	3.292.170	172.094	388.401	0,10	4.128.070
Empregabilidade	4.797	4.797	7	72	0,00	4.725	2	5	0,00	4.793
Ensino Profissional	70.768	70.768	7.073	7.239	0,00	63.529	1.348	1.375	0,00	69.393
Ensino Superior	14.835	14.835	622	622	0,00	14.214	5	5	0,00	14.831
Educacao De Jovens E Adultos	1.085	1.085	0	34	0,00	1.051	1	21	0,00	1.064
Educacao Basica	15.242	15.242	246	320	0,00	14.922	156	156	0,00	15.086
Habitacao Urbana	297.627	297.627	4.449	8.525	0,00	289.102	1.079	4.958	0,00	292.669
Controle Ambiental	46.514	46.514	145	829	0,00	45.685	151	230	0,00	46.284
Desenvolvimento Cientifico	26.883	26.883	305	320	0,00	26.563	29	44	0,00	26.840
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	150.474	150.474	3.198	3.555	0,00	146.919	701	701	0,00	149.773
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	486	486	2	2	0,00	485	0	0	0,00	486
Telecomunicacoes	29.505	29.505	7.090	7.640	0,00	21.865	0	0	0,00	29.505
Desporto De Rendimento	5.875	5.875	1.810	1.851	0,00	4.024	3	16	0,00	5.858

Desporto Comunitario	6.836	6.836	0	0	0,00	6.836	0	0	0,00	6.836
SEGURANCA PUBLICA	11.087.042	11.979.042	344.742	3.217.548	0,29	8.761.494	584.332	1.139.109	0,30	10.839.933
Administracao Geral	6.733.540	6.733.540	46.098	2.535.476	0,23	4.198.064	485.834	983.560	0,26	5.749.980
Comunicacao Social	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100
Policiamento	3.208.864	3.208.864	257.173	355.902	0,03	2.852.963	42.062	62.646	0,02	3.146.219
Defesa Civil	535.889	1.427.889	17.507	129.588	0,01	1.298.301	27.450	35.865	0,01	1.392.024
Atencao Basica	101.477	101.477	122	46.954	0,00	54.523	6.817	14.425	0,00	87.052
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	222.561	222.561	614	113.306	0,01	109.255	19.367	38.800	0,01	183.762
Custodia E Reintegracao Social	254.561	254.561	23.228	36.322	0,00	218.239	2.802	3.814	0,00	250.746
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	30.050	30.050	0	0	0,00	30.050	0	0	0,00	30.050
RELACOES EXTERIORES	2.968.253	2.968.253	248.075	557.496	0,05	2.410.757	261.737	445.426	0,12	2.522.827
Administracao Geral	1.522.022	1.522.022	112.538	325.320	0,03	1.196.701	124.860	229.968	0,06	1.292.054
Formacao De Recursos Humanos	4.118	4.118	2	13	0,00	4.105	2	12	0,00	4.106
Relacoes Diplomaticas	799.189	799.189	76.110	125.919	0,01	673.270	65.613	107.482	0,03	691.707
Cooperacao Internacional	33.792	33.792	198	909	0,00	32.883	291	430	0,00	33.362
Atencao Basica	134.961	134.961	16.086	16.311	0,00	118.651	27.287	27.295	0,01	107.667
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	426.487	426.487	40.651	81.202	0,01	345.285	41.244	75.796	0,02	350.692
Difusao Cultural	31.588	31.588	1.940	4.341	0,00	27.247	1.775	3.737	0,00	27.851
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	6.739	6.739	-21	2.879	0,00	3.860	226	233	0,00	6.506
Promocao Comercial	9.356	9.356	571	601	0,00	8.754	439	473	0,00	8.882
ASSISTENCIA SOCIAL	93.373.747	93.373.747	682.932	58.334.172	5,23	35.039.575	7.794.797	15.417.712	4,07	77.956.035
Administracao Geral	12.188	12.188	0	230	0,00	11.959	3	35	0,00	12.153
Normatizacao E Fiscalizacao	9.973	9.973	1.326	1.333	0,00	8.640	974	974	0,00	8.999
Tecnologia Da Informacao	49.838	49.838	8.874	10.874	0,00	38.965	0	0	0,00	49.838
Assistencia Ao Idoso	26.208.696	26.208.696	130	12.170.485	1,09	14.038.212	2.294.121	4.613.245	1,22	21.595.451
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	33.946.937	33.946.937	544	16.508.713	1,48	17.438.224	2.903.662	5.731.212	1,51	28.215.725
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	485.386	485.386	3.014	3.039	0,00	482.347	2.689	2.689	0,00	482.697
Assistencia Comunitaria	32.307.999	32.307.999	668.373	29.638.775	2,66	2.669.224	2.593.347	5.069.504	1,34	27.238.495
Alimentacao E Nutricao	216.625	216.625	671	724	0,00	215.901	0	53	0,00	216.571
Educacao Infantil	6.795	6.795	0	0	0,00	6.795	0	0	0,00	6.795
Saneamento Basico Rural	129.309	129.309	0	0	0,00	129.309	0	0	0,00	129.309
PREVIDENCIA SOCIAL	771.611.255	771.611.255	6.196.411	410.194.572	36,79	361.416.683	59.276.472	119.501.898	31,57	652.109.357
Representacao Judicial E Extrajudicial	17.698	17.698	2.358	5.217	0,00	12.481	2.408	3.927	0,00	13.770
Administracao Geral	3.895.927	3.895.927	503.186	1.194.490	0,11	2.701.437	290.689	579.624	0,15	3.316.302
Normatizacao E Fiscalizacao	2.659	2.659	1	666	0,00	1.994	132	316	0,00	2.344
Tecnologia Da Informacao	310.607	310.607	-2.857	34.373	0,00	276.234	0	44	0,00	310.563
Formacao De Recursos Humanos	4.701	4.701	32	452	0,00	4.249	38	322	0,00	4.379
Informacao E Inteligencia	114.233	114.233	240	12.039	0,00	102.194	10	610	0,00	113.623
Previdencia Basica	657.558.178	657.558.178	24.441	357.456.893	32,06	300.101.285	50.415.854	101.359.538	26,78	556.198.641
Previdencia Do Regime Estatutario	107.792.220	107.792.220	5.557.737	51.040.227	4,58	56.751.993	8.421.601	17.275.664	4,56	90.516.556
Previdencia Especial	140.906	140.906	0	140.750	0,01	156	10.691	21.414	0,01	119.492
Atencao Basica	146.070	146.070	2	36.228	0,00	109.842	10.533	12.551	0,00	133.519
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	229.405	229.405	330	52.404	0,00	177.001	14.144	27.936	0,01	201.468
Normalizacao E Qualidade	6.260	6.260	731	1.118	0,00	5.143	187	317	0,00	5.943
Outras Transferencias	1.392.391	1.392.391	110.210	219.717	0,02	1.172.674	110.185	219.634	0,06	1.172.757
SAUDE	126.336.868	126.336.868	8.335.092	23.797.582	2,13	102.539.287	7.570.795	12.558.794	3,32	113.778.074
Planejamento E Orcamento	26.000	26.000	26	41	0,00	25.959	0	0	0,00	26.000
Administracao Geral	8.112.652	8.112.652	139.574	6.073.771	0,54	2.038.880	600.658	1.205.585	0,32	6.907.067
Controle Interno	6.925	6.925	1.709	1.722	0,00	5.203	2	2	0,00	6.923
Normatizacao E Fiscalizacao	33.496	33.496	2.087	5.229	0,00	28.267	1.401	1.539	0,00	31.957
Tecnologia Da Informacao	406.202	406.202	19.039	41.995	0,00	364.207	1.431	1.454	0,00	404.748
Formacao De Recursos Humanos	1.034.666	1.034.666	68.200	141.909	0,01	892.757	68.221	134.567	0,04	900.099
Comunicacao Social	239.782	239.782	10.589	10.747	0,00	229.035	1.581	1.590	0,00	238.192
Atencao Basica	29.491.599	29.491.599	1.773.502	2.240.544	0,20	27.251.055	1.805.507	2.003.533	0,53	27.488.066
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	60.112.678	60.112.678	4.188.132	9.188.076	0,82	50.924.602	4.084.311	7.798.952	2,06	52.313.726
Suporte Profilatico E Terapeutico	14.609.010	14.609.010	950.997	3.322.846	0,30	11.286.164	557.741	782.628	0,21	13.826.382
Vigilancia Sanitaria	339.600	339.600	2.631	6.112	0,00	333.488	1.692	2.749	0,00	336.851
Vigilancia Epidemiologica	7.877.574	7.877.574	1.060.195	1.967.075	0,18	5.910.499	226.649	334.278	0,09	7.543.296
Alimentacao E Nutricao	68.680	68.680	6	36	0,00	68.644	3	33	0,00	68.647
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	607.283	607.283	6.271	469.207	0,04	138.076	41.643	82.055	0,02	525.228
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	9.998	9.998	65	773	0,00	9.225	35	730	0,00	9.268
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	43.165	43.165	88	721	0,00	42.444	553	554	0,00	42.611
Assistencia Aos Povos Indigenas	1.385.332	1.385.332	85.016	266.802	0,02	1.118.530	157.597	176.875	0,05	1.208.457
Saneamento Basico Rural	331.254	331.254	-9.000	2.875	0,00	328.379	394	629	0,00	330.626
Saneamento Basico Urbano	597.537	597.537	4.308	4.308	0,00	593.229	1.661	1.661	0,00	595.876
Preservacao E Conservacao Ambiental	21.977	21.977	0	0	0,00	21.977	0	0	0,00	21.977
Desenvolvimento Cientifico	578.428	578.428	30.521	47.737	0,00	530.690	19.136	26.538	0,01	551.890
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	331.805	331.805	637	1.346	0,00	330.458	269	578	0,00	331.226
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	42.225	42.225	498	3.707	0,00	38.517	310	2.266	0,00	39.959
Outros Encargos Especiais	29.001	29.001	0	1	0,00	29.000	0	0	0,00	29.001
TRABALHO	80.962.625	80.962.625	2.761.536	66.073.234	5,93	14.889.391	7.968.371	14.179.668	3,75	66.782.957
Administracao Geral	226.252	226.252	38.365	44.676	0,00	181.576	7.229	10.380	0,00	215.872
Administracao Financeira	173	173	0	0	0,00	173	0	0	0,00	173
Normatizacao E Fiscalizacao	38.342	38.342	591	1.366	0,00	36.976	344	596	0,00	37.746
Tecnologia Da Informacao	242.042	242.042	9.138	9.138	0,00	232.904	0	0	0,00	242.042
Formacao De Recursos Humanos	255	255	0	0	0,00	255	0	0	0,00	255
Atencao Basica	530	530	0	355	0,00	175	41	82	0,00	448
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	60.621.491	60.621.491	2.701.680	46.274.456	4,15	14.347.035	6.174.436	11.956.536	3,16	48.664.954
Relacoes De Trabalho	9.436	9.436	100	100	0,00	9.336	0	0	0,00	9.436
Empregabilidade	53.229	53.229	11.581	11.651	0,00	41.578	6	6	0,00	53.223
Fomento Ao Trabalho	19.758.415	19.758.415	25	19.731.380	1,77	27.035	1.786.274	2.212.021	0,58	17.546.394
Desenvolvimento Cientifico	12.413	12.413	55	66	0,00	12.348	37	38	0,00	12.376
Outros Encargos Especiais	45	45	0	45	0,00	0	4	7	0,00	38
EDUCACAO	99.042.675	99.042.675	9.153.862	59.156.245	5,31	39.886.430	5.329.878	11.236.878	2,97	87.805.797
Administracao Geral	1.821.269	1.821.269	81.787	262.544	0,02	1.558.725	33.364	55.306	0,01	1.765.963
Administracao Financeira	855.557	855.557	30.000	30.000	0,00	825.557	0	0	0,00	855.557
Formacao De Recursos Humanos	83.682	83.682	2.414	4.108	0,00	79.575	548	851	0,00	82.831
Comunicacao Social	20.936	20.936	3.000	4.507	0,00	16.429	0	0	0,00	20.936
Atencao Basica	689.418	689.418	17.992	377.918	0,03	311.500	56.670	112.027	0,03	577.391
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	8.787.686	8.787.686	119.342	4.237.616	0,38	4.550.070	562.405	1.130.442	0,30	7.657.244
Alimentacao E Nutricao	4.154.693	4.154.693	3.160.141	3.160.141	0,28	994.552	330.558	330.558	0,09	3.824.135
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.398.165	2.398.165	59.548	1.233.262	0,11	1.164.903	184.209	360.203	0,10	2.037.962
Ensino Profissional	12.515.047	12.515.047	357.917	8.242.095	0,74	4.272.952	785.965	1.564.683	0,41	10.950.364
Ensino Superior	32.595.698	32.595.698	1.383.431	17.604.289	1,58	14.991.409	2.054.843	4.244.368	1,12	28.351.330
Educacao Infantil	80.000	80.000	0	0	0,00	80.000	0	0	0,00	80.000
Educacao De Jovens E Adultos	24.365	24.365	0	0	0,00	24.365	0	0	0,00	24.365
Educacao Basica	8.394.990	8.394.990	776.419	1.074.599	0,10	7.320.390	43.307	70.690	0,02	8.324.300
Desenvolvimento Cientifico	235.588	235.588	311	311	0,00	235.277	311	311	0,00	235.277
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	351.717	351.717	14.656	14.869	0,00	336.848	14.033	14.039	0,00	337.678
Servicos Financeiros	7.182.775	7.182.775	3.146.903	6.622.206	0,59	560.569	145.347	616.985	0,16	6.565.790
Outros Encargos Especiais	499.782	499.782	0	499.782	0,04	0	0	499.782	0,13	0
Transferencias Para A Educacao Basica	18.351.306	18.351.306	0	15.787.998	1,42	2.563.308	1.118.317	2.236.633	0,59	16.114.673
CULTURA	1.864.103	1.864.103	45.395	427.346	0,04	1.436.757	35.131	60.499	0,02	1.803.604
Administracao Geral	480.376	480.376	21.796	356.060	0,03	124.316	29.203	52.541	0,01	427.835
Administracao Financeira	13.454	13.454	0	0	0,00	13.454	0	0	0,00	13.454
Normatizacao E Fiscalizacao	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100

Formacao De Recursos Humanos	1.934	1.934	0	50	0,00	1.884	5	9	0,00	1.925
Comunicacao Social	944	944	0	0	0,00	944	0	0	0,00	944
Atencao Basica	6.474	6.474	0	4.411	0,00	2.063	430	804	0,00	5.669
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	19.681	19.681	0	13.345	0,00	6.337	1.618	3.142	0,00	16.539
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	95.406	95.406	635	667	0,00	94.739	19	19	0,00	95.386
Difusao Cultural	933.220	933.220	22.963	52.813	0,00	880.407	3.856	3.983	0,00	929.237
Desenvolvimento Cientifico	12.514	12.514	0	0	0,00	12.514	0	0	0,00	12.514
Promocao Comercial	300.000	300.000	0	0	0,00	300.000	0	0	0,00	300.000
DIREITOS DA CIDADANIA	1.323.688	1.323.688	29.351	312.111	0,03	1.011.577	27.325	49.344	0,01	1.274.344
Administracao Geral	414.224	414.224	8.439	272.067	0,02	142.157	23.199	43.474	0,01	370.750
Normatizacao E Fiscalizacao	34.309	34.309	2.419	2.617	0,00	31.692	481	527	0,00	33.783
Comunicacao Social	4.724	4.724	26	26	0,00	4.698	0	0	0,00	4.724
Relacoes Diplomaticas	238	238	0	0	0,00	238	0	0	0,00	238
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	20.269	20.269	0	0	0,00	20.269	0	0	0,00	20.269
Atencao Basica	5.195	5.195	-52	3.356	0,00	1.839	88	383	0,00	4.812
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	17.008	17.008	-162	10.883	0,00	6.125	1.186	2.346	0,00	14.662
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	788.183	788.183	15.008	19.169	0,00	769.014	2.127	2.270	0,00	785.912
Assistencia Aos Povos Indigenas	39.539	39.539	3.673	3.993	0,00	35.546	244	344	0,00	39.194
URBANISMO	8.820.494	8.820.494	99.188	187.319	0,02	8.633.175	67.377	132.802	0,04	8.687.692
Planejamento E Orcamento	5.631	5.631	0	0	0,00	5.631	0	0	0,00	5.631
Administracao Geral	718.463	718.463	64.933	124.608	0,01	593.855	54.402	111.939	0,03	606.524
Ordenamento Territorial	14.040	14.040	0	0	0,00	14.040	0	0	0,00	14.040
Formacao De Recursos Humanos	1.392	1.392	75	77	0,00	1.315	0	2	0,00	1.390
Comunicacao Social	533	533	0	0	0,00	533	0	0	0,00	533
Assistencia Comunitaria	4.315.693	4.315.693	0	0	0,00	4.315.693	0	0	0,00	4.315.693
Atencao Basica	18.049	18.049	2.688	5.143	0,00	12.906	2.479	4.934	0,00	13.115
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	46.520	46.520	1.478	20.147	0,00	26.373	1.949	6.968	0,00	39.553
Infra-Estrutura Urbana	2.912.521	2.912.521	20.642	20.642	0,00	2.891.880	0	0	0,00	2.912.521
Servicos Urbanos	944	944	0	0	0,00	944	0	0	0,00	944
Transportes Coletivos Urbanos	786.472	786.472	9.372	16.702	0,00	769.769	8.546	8.959	0,00	777.513
Normalizacao E Qualidade	236	236	0	0	0,00	236	0	0	0,00	236
HABITACAO	144.005	144.005	4.000	4.012	0,00	139.994	2	2	0,00	144.004
Infra-Estrutura Urbana	31.069	31.069	4.000	4.000	0,00	27.069	0	0	0,00	31.069
Habitacao Urbana	112.936	112.936	0	12	0,00	112.924	2	2	0,00	112.934
SANEAMENTO	403.650	403.650	106.354	106.354	0,01	297.296	10	10	0,00	403.640
Saneamento Basico Urbano	403.650	403.650	106.354	106.354	0,01	297.296	10	10	0,00	403.640
GESTAO AMBIENTAL	4.288.652	4.288.652	114.530	1.041.018	0,09	3.247.634	148.831	255.686	0,07	4.032.966
Administracao Geral	1.172.859	1.172.859	33.678	775.500	0,07	397.359	79.993	150.876	0,04	1.021.983
Normatizacao E Fiscalizacao	106.305	106.305	6.247	17.808	0,00	88.497	1.585	2.982	0,00	103.323
Formacao De Recursos Humanos	6.020	6.020	53	57	0,00	5.963	39	42	0,00	5.977
Comunicacao Social	47	47	0	0	0,00	47	0	0	0,00	47
Atencao Basica	19.734	19.734	2	10.975	0,00	8.759	1.350	2.720	0,00	17.013
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	40.486	40.486	85	23.822	0,00	16.664	2.925	5.892	0,00	34.594
Saneamento Basico Urbano	100	100	-12	40	0,00	60	0	0	0,00	100
Preservacao E Conservacao Ambiental	500.582	500.582	8.064	12.041	0,00	488.542	1.056	1.170	0,00	499.413
Controle Ambiental	76.775	76.775	1.497	3.091	0,00	73.684	610	1.250	0,00	75.526
Recuperacao De Areas Degradadas	10.197	10.197	258	258	0,00	9.939	1	1	0,00	10.196
Recursos Hidricos	2.348.402	2.348.402	64.370	197.094	0,02	2.151.308	61.236	90.714	0,02	2.257.688
Desenvolvimento Cientifico	2.446	2.446	266	282	0,00	2.164	28	30	0,00	2.416
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	3.876	3.876	0	18	0,00	3.859	0	0	0,00	3.876
Irrigacao	330	330	0	0	0,00	330	0	0	0,00	330
Turismo	493	493	22	34	0,00	459	9	9	0,00	484
CIENCIA E TECNOLOGIA	6.672.702	6.672.702	217.462	1.731.649	0,16	4.941.053	214.987	417.338	0,11	6.255.364
Planejamento E Orcamento	7.267	7.267	0	0	0,00	7.267	0	0	0,00	7.267
Administracao Geral	2.006.865	2.006.865	85.384	1.445.348	0,13	561.517	133.957	258.377	0,07	1.748.488
Normatizacao E Fiscalizacao	7.228	7.228	606	703	0,00	6.524	227	232	0,00	6.996
Tecnologia Da Informacao	79.353	79.353	0	0	0,00	79.353	0	0	0,00	79.353
Formacao De Recursos Humanos	5.190	5.190	387	728	0,00	4.462	362	701	0,00	4.489
Comunicacao Social	3.397	3.397	0	0	0,00	3.397	0	0	0,00	3.397
Cooperacao Internacional	4.532	4.532	252	260	0,00	4.272	5	5	0,00	4.526
Atencao Basica	62.248	62.248	5.017	38.279	0,00	23.969	2.778	4.943	0,00	57.305
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	90.803	90.803	14.975	47.021	0,00	43.783	4.739	8.185	0,00	82.619
Preservacao E Conservacao Ambiental	2.859	2.859	80	80	0,00	2.779	38	38	0,00	2.820
Controle Ambiental	3.035	3.035	19	19	0,00	3.016	0	0	0,00	3.035
Desenvolvimento Cientifico	1.784.976	1.784.976	43.415	112.931	0,01	1.672.045	16.123	78.851	0,02	1.706.124
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.452.001	2.452.001	52.893	67.299	0,01	2.384.701	54.147	63.253	0,02	2.388.747
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	30.549	30.549	193	536	0,00	30.012	65	72	0,00	30.476
Producao Industrial	127.399	127.399	14.224	18.325	0,00	109.074	2.516	2.638	0,00	124.762
Promocao Comercial	4.657	4.657	0	0	0,00	4.657	0	0	0,00	4.657
Combustiveis Minerais	245	245	18	19	0,00	226	19	19	0,00	226
Outros Encargos Especiais	100	100	0	100	0,00	0	12	23	0,00	77
AGRICULTURA	25.109.373	25.109.373	281.463	5.900.975	0,53	19.208.398	450.694	843.539	0,22	24.265.834
Administracao Geral	5.023.524	5.023.524	115.144	1.794.657	0,16	3.228.868	350.473	718.562	0,19	4.304.962
Normatizacao E Fiscalizacao	255.499	255.499	8.416	11.689	0,00	243.810	4.312	4.922	0,00	250.577
Ordenamento Territorial	12.104	12.104	242	242	0,00	11.862	40	40	0,00	12.064
Comunicacao Social	4.279	4.279	0	0	0,00	4.279	0	0	0,00	4.279
Relacoes Diplomaticas	557	557	0	0	0,00	557	0	0	0,00	557
Atencao Basica	153.591	153.591	5.694	67.943	0,01	85.648	12.464	19.831	0,01	133.760
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	249.791	249.791	5.316	125.896	0,01	123.895	18.817	29.548	0,01	220.243
Preservacao E Conservacao Ambiental	1.129	1.129	11	11	0,00	1.119	6	6	0,00	1.123
Meteorologia	26.542	26.542	35	70	0,00	26.472	34	47	0,00	26.495
Desenvolvimento Cientifico	3.993	3.993	0	0	0,00	3.993	0	0	0,00	3.993
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	238.787	238.787	209	406	0,00	238.381	145	373	0,00	238.414
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	30.254	30.254	-80	0	0,00	30.254	-1	0	0,00	30.254
Abastecimento	6.527.745	6.527.745	16.253	2.173.268	0,19	4.354.477	38.275	43.618	0,01	6.484.127
Extensao Rural	50.707	50.707	4	4	0,00	50.703	2	2	0,00	50.705
Irrigacao	174.681	174.681	35.205	63.168	0,01	111.514	3.768	3.770	0,00	170.912
Promocao Da Producao Agropecuaria	12.318.777	12.318.777	93.574	1.661.619	0,15	10.657.158	21.368	21.446	0,01	12.297.332
Defesa Agropecuaria	14.775	14.775	74	196	0,00	14.579	8	11	0,00	14.764
Reforma Agraria	11.125	11.125	10	10	0,00	11.115	0	0	0,00	11.125
Promocao Comercial	11.511	11.511	1.357	1.797	0,00	9.714	983	1.362	0,00	10.149
ORGANIZACAO AGRARIA	1.704.554	1.704.554	-17.858	490.025	0,04	1.214.529	40.315	77.429	0,02	1.627.125
Administracao Geral	548.388	548.388	-17.290	437.946	0,04	110.442	36.865	70.694	0,02	477.694
Ordenamento Territorial	10.261	10.261	0	0	0,00	10.261	0	0	0,00	10.261
Comunicacao Social	37	37	0	0	0,00	37	0	0	0,00	37
Assistencia Comunitaria	468.041	468.041	0	0	0,00	468.041	0	0	0,00	468.041
Atencao Basica	19.836	19.836	-340	19.836	0,00	0	1.258	2.493	0,00	17.343
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	32.629	32.629	-503	31.968	0,00	661	2.163	4.212	0,00	28.418
Ensino Profissional	13.358	13.358	0	0	0,00	13.358	0	0	0,00	13.358
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	479	479	29	29	0,00	450	2	2	0,00	477
Extensao Rural	82.027	82.027	0	0	0,00	82.027	0	0	0,00	82.027
Reforma Agraria	529.499	529.499	245	246	0,00	529.252	27	28	0,00	529.471
INDUSTRIA	1.559.645	1.559.645	166.896	609.599	0,05	950.045	132.493	203.178	0,05	1.356.467
Administracao Geral	1.094.714	1.094.714	116.875	529.981	0,05	564.733	86.573	153.918	0,04	940.796
Normatizacao E Fiscalizacao	282.590	282.590	38.625	39.141	0,00	243.449	37.799	37.895	0,01	244.695
Tecnologia Da Informacao	4.820	4.820	419	973	0,00	3.847	526	844	0,00	3.976
Ordenamento Territorial	7.615	7.615	307	362	0,00	7.253	160	205	0,00	7.409
Formacao De Recursos Humanos	732	732	13	16	0,00	716	9	10	0,00	722
Relacoes Diplomaticas	51	51	0	0	0,00	51	0	0	0,00	51

Atencao Basica	32.251	32.251	3.426	9.544	0,00	22.708	2.538	3.330	0,00	28.921
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	51.264	51.264	1.913	22.094	0,00	29.169	3.351	5.364	0,00	45.900
Empregabilidade	2.280	2.280	0	0	0,00	2.280	0	0	0,00	2.280
Recursos Hidricos	3.825	3.825	95	106	0,00	3.719	74	86	0,00	3.739
Desenvolvimento Cientifico	2.850	2.850	0	0	0,00	2.850	0	0	0,00	2.850
Promocao Industrial	25.748	25.748	128	690	0,00	25.057	139	142	0,00	25.605
Mineracao	20.060	20.060	658	1.049	0,00	19.011	439	499	0,00	19.561
Propriedade Industrial	19.071	19.071	3.143	3.590	0,00	15.481	321	321	0,00	18.751
Normalizacao E Qualidade	10.573	10.573	1.294	1.303	0,00	9.270	565	565	0,00	10.008
Comercio Exterior	1.200	1.200	0	750	0,00	450	0	0	0,00	1.200
COMERCIO E SERVICOS	3.837.366	3.837.366	2.099.109	2.861.902	0,26	975.463	182.124	354.148	0,09	3.483.217
Administracao Geral	106.307	106.307	12.231	26.905	0,00	79.402	4.209	7.442	0,00	98.865
Normatizacao E Fiscalizacao	2.560	2.560	-1.130	91	0,00	2.469	11	14	0,00	2.546
Tecnologia Da Informacao	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100
Atencao Basica	994	994	0	299	0,00	695	62	123	0,00	871
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	3.063	3.063	0	1.320	0,00	1.742	209	412	0,00	2.650
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	1.500	1.500	0	0	0,00	1.500	0	0	0,00	1.500
Promocao Comercial	21.276	21.276	107	120	0,00	21.156	2	2	0,00	21.274
Comercio Exterior	2.756.545	2.756.545	1.947.988	2.693.201	0,24	63.344	176.959	345.472	0,09	2.411.073
Turismo	945.021	945.021	139.914	139.967	0,01	805.055	673	683	0,00	944.338
COMUNICACOES	1.891.210	1.891.210	99.952	641.469	0,06	1.249.742	65.140	115.742	0,03	1.775.469
Administracao Geral	847.013	847.013	23.998	539.989	0,05	307.023	58.030	105.681	0,03	741.332
Normatizacao E Fiscalizacao	37.934	37.934	3.227	11.509	0,00	26.425	366	414	0,00	37.520
Tecnologia Da Informacao	48.300	48.300	0	0	0,00	48.300	0	0	0,00	48.300
Atencao Basica	3.966	3.966	14	2.314	0,00	1.652	255	464	0,00	3.502
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	9.887	9.887	106	8.362	0,00	1.525	735	1.482	0,00	8.406
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	32.210	32.210	1.752	1.897	0,00	30.313	0	0	0,00	32.209
Desenvolvimento Cientifico	1.000	1.000	0	0	0,00	1.000	0	0	0,00	1.000
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	427.823	427.823	0	0	0,00	427.823	0	0	0,00	427.823
Telecomunicacoes	483.078	483.078	70.854	77.398	0,01	405.680	5.753	7.701	0,00	475.377
ENERGIA	1.240.603	1.240.603	-31.688	593.714	0,05	646.889	63.875	118.831	0,03	1.121.773
Planejamento E Orcamento	4.371	4.371	20	148	0,00	4.224	66	92	0,00	4.279
Administracao Geral	717.297	717.297	28.191	505.580	0,05	211.716	45.690	90.550	0,02	626.746
Normatizacao E Fiscalizacao	124.975	124.975	13.491	15.572	0,00	109.403	5.613	6.015	0,00	118.960
Formacao De Recursos Humanos	4.834	4.834	296	882	0,00	3.952	45	99	0,00	4.735
Administracao De Concessoes	9.372	9.372	1.219	1.851	0,00	7.521	153	153	0,00	9.219
Comunicacao Social	1.800	1.800	500	500	0,00	1.300	11	11	0,00	1.789
Relacoes Diplomaticas	35	35	0	0	0,00	35	0	0	0,00	35
Atencao Basica	7.914	7.914	68	6.161	0,00	1.753	607	1.184	0,00	6.730
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	20.242	20.242	13	13.492	0,00	6.750	1.593	3.169	0,00	17.073
Controle Ambiental	757	757	282	282	0,00	476	0	0	0,00	757
Recuperacao De Areas Degradadas	9.283	9.283	0	0	0,00	9.283	0	0	0,00	9.283
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	60.994	60.994	3.783	13.809	0,00	47.185	3.671	10.131	0,00	50.863
Producao Industrial	209.269	209.269	-77.372	26.391	0,00	182.878	3.474	4.382	0,00	204.887
Mineracao	7.849	7.849	1.353	1.740	0,00	6.109	57	134	0,00	7.715
Normalizacao E Qualidade	4.851	4.851	125	205	0,00	4.646	29	32	0,00	4.819
Conservacao De Energia	8.864	8.864	0	0	0,00	8.864	0	0	0,00	8.864
Energia Eletrica	43.843	43.843	-3.658	6.701	0,00	37.141	2.866	2.879	0,00	40.964
Combustiveis Minerais	1.147	1.147	0	0	0,00	1.147	0	0	0,00	1.147
Biocombustiveis	2.905	2.905	0	400	0,00	2.505	0	0	0,00	2.905
TRANSPORTE	17.202.966	17.202.966	1.085.705	1.989.697	0,18	15.213.269	154.829	269.248	0,07	16.933.718
Planejamento E Orcamento	363.293	363.293	6.449	12.666	0,00	350.627	22	35	0,00	363.258
Administracao Geral	2.098.791	2.098.791	91.412	855.965	0,08	1.242.826	115.678	220.316	0,06	1.878.475
Normatizacao E Fiscalizacao	155.035	155.035	8.570	18.391	0,00	136.644	5.344	6.760	0,00	148.275
Tecnologia Da Informacao	177.254	177.254	10.568	13.170	0,00	164.084	104	104	0,00	177.151
Ordenamento Territorial	2.554	2.554	0	0	0,00	2.554	0	0	0,00	2.554
Formacao De Recursos Humanos	4.000	4.000	0	0	0,00	4.000	0	0	0,00	4.000
Administracao De Concessoes	1.100	1.100	80	152	0,00	948	25	25	0,00	1.075
Comunicacao Social	6.611	6.611	0	0	0,00	6.611	0	0	0,00	6.611
Relacoes Diplomaticas	85	85	0	0	0,00	85	0	0	0,00	85
Atencao Basica	46.592	46.592	-8.894	15.625	0,00	30.967	2.882	5.577	0,00	41.015
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	66.823	66.823	431	28.552	0,00	38.271	5.048	8.948	0,00	57.874
Servicos Urbanos	94.914	94.914	0	111	0,00	94.804	15	15	0,00	94.899
Promocao Industrial	6.300.200	6.300.200	1.457	3.205	0,00	6.296.995	1.457	3.205	0,00	6.296.995
Transporte Aereo	256.665	256.665	0	0	0,00	256.665	0	0	0,00	256.665
Transporte Rodoviario	6.936.127	6.936.127	966.995	1.031.033	0,09	5.905.095	23.830	23.840	0,01	6.912.287
Transporte Ferroviario	385.309	385.309	5.814	8.004	0,00	377.305	425	425	0,00	384.884
Transporte Hidroviario	307.612	307.612	2.825	2.825	0,00	304.787	0	0	0,00	307.612
DESPORTO E LAZER	685.894	685.894	870	2.141	0,00	683.753	382	1.044	0,00	684.851
Desporto De Rendimento	140.790	140.790	870	2.141	0,00	138.648	382	1.044	0,00	139.746
Desporto Comunitario	545.105	545.105	0	0	0,00	545.105	0	0	0,00	545.105
ENCARGOS ESPECIAIS	1.157.122.670	1.157.122.670	50.439.968	412.179.498	36,97	744.943.172	63.848.791	181.200.260	47,87	975.922.410
Administracao Geral	2.462.450	2.462.450	261.136	447.559	0,04	2.014.891	185.422	369.714	0,10	2.092.737
Atencao Basica	20.440	20.440	2.864	3.804	0,00	16.635	1.251	2.056	0,00	18.383
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	483.275	483.275	12.205	21.507	0,00	461.769	8.209	16.594	0,00	466.681
Servico Da Divida Interna	630.980.673	630.980.673	26.335.315	104.948.949	9,41	526.031.723	26.546.847	95.079.305	25,12	535.901.368
Servico Da Divida Externa	25.965.138	25.965.138	192.644	4.176.602	0,37	21.788.536	664.832	3.449.261	0,91	22.515.877
Outras Transferencias	242.464.881	242.464.881	5.718.687	197.441.869	17,71	45.023.012	26.888.578	39.446.378	10,42	203.018.503
Outros Encargos Especiais	198.227.737	198.227.737	4.290.720	48.621.131	4,36	149.606.606	3.232.685	33.841.667	8,94	164.386.070
Transferencias Para A Educacao Basica	56.518.077	56.518.077	13.626.397	56.518.077	5,07	0	6.320.968	8.995.285	2,38	47.522.791
RESERVA DE CONTINGENCIA	46.620.547	45.717.260	0	0	0,00	45.717.260	0	0	0,00	45.717.260
Reserva De Contingencia	46.620.547	45.717.260	0	0	0,00	45.717.260	0	0	0,00	45.717.260
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.613.711.014	2.613.711.014	89.550.583	1.115.028.368	100,00	1.498.682.646	163.911.318	378.495.619	100,00	2.235.215.395
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II)	36.502.212	36.502.212	1.391.175	22.578.734	2,02	13.923.478	2.440.469	4.652.170	1,23	31.850.042
TOTAL (III) = (I + II)	2.650.213.226	2.650.213.226	90.941.758	1.137.607.102	100,00	1.512.606.124	166.351.788	383.147.789	100,00	2.267.065.437

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MARÇO/2019 ATÉ FEVEREIRO/2020

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[2]
	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20		
RECEITA CORRENTE (I)	119.516.867	145.021.290	124.260.227	116.969.556	145.644.855	120.579.864	124.132.946	140.328.947	129.269.360	235.738.164	183.932.107	119.096.266	1.704.490.450	1.689.399.195
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	41.381.847	55.260.229	40.520.860	37.163.182	46.659.427	37.805.566	37.015.796	46.880.849	44.160.510	50.828.002	72.304.998	41.660.185	551.641.451	570.872.502
Receita de Contribuições	65.004.776	69.837.298	65.969.643	68.871.669	71.608.333	71.492.481	66.080.129	72.823.757	70.208.758	85.712.280	86.420.324	64.387.231	858.416.678	912.184.868
Receita Patrimonial	6.753.822	13.804.353	10.019.976	5.606.537	14.473.695	5.397.498	12.343.661	14.757.260	9.275.455	92.710.452	13.549.863	6.042.019	204.734.591	125.122.468

Receita Agropecuária	1.835	3.124	1.407	1.498	1.159	1.513	3.036	2.665	1.540	1.759	1.044	1.124	21.704	24.072
Receita Industrial	96.562	169.891	83.212	109.918	97.523	32.609	122.939	123.193	368.758	246.255	221.628	27.690	1.700.176	998.260
Receita de Serviços	3.566.840	3.834.705	5.831.355	3.989.496	9.719.641	3.483.189	3.758.819	3.380.648	3.087.139	3.737.484	8.585.744	2.845.608	55.820.669	51.670.190
Transferências Correntes	97.754	82.618	173.313	76.001	129.887	88.175	50.385	85.228	81.531	139.797	62.858	40.080	1.107.627	469.185
Receitas Correntes a Classificar[1]	(175)	176	(1)	0	(0)	2	(2)	0	67	(67)	0	0	(0)	0
Outras Receitas Correntes	2.613.606	2.028.896	1.660.462	1.151.255	2.955.191	2.278.832	4.758.184	2.275.347	2.085.601	2.362.203	2.785.649	4.092.330	31.047.555	28.057.651
DEDUÇÕES (II)	57.320.358	59.322.234	66.811.082	59.653.408	60.186.429	62.868.352	56.453.006	58.386.497	64.466.919	114.511.525	56.603.363	71.902.555	788.485.726	820.299.089
Transf. Constitucionais e Legais	19.774.354	20.922.252	28.004.786	20.275.361	22.162.045	23.370.552	17.895.461	18.477.561	24.763.682	55.159.271	14.897.087	33.102.639	298.805.049	297.366.152
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	31.217.358	31.566.669	32.283.009	32.080.578	31.506.425	32.258.649	31.920.752	33.250.335	31.842.390	52.391.286	33.869.490	32.452.792	406.639.734	426.052.667
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	1.061.929	1.134.539	1.114.001	1.071.622	1.035.577	1.076.971	1.052.143	1.030.375	2.007.450	1.207.362	1.057.984	1.051.210	13.901.163	18.329.550
Compensação Financeira RGPS/RPPS	1.497	990	1.401	1.721	2.675	1.381	1.890	3.009	550	1.676	535	569	17.894	0
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	320.217	321.043	321.184	320.669	321.367	319.307	318.574	318.162	319.550	390.352	260.884	336.774	3.868.083	7.006.079
Contribuição p/ PIS/PASEP	4.945.003	5.376.742	5.086.701	5.903.457	5.158.341	5.841.492	5.264.185	5.307.055	5.533.297	5.361.578	6.517.382	4.958.571	65.253.804	71.544.640
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	62.196.509	85.699.056	57.449.145	57.316.148	85.458.426	57.711.512	67.679.941	81.942.450	64.802.441	121.226.639	127.328.745	47.193.711	916.004.724	869.100.107

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Os valores deste anexo levam em consideração apenas os constantes da Categoria Econômica da Receita 1, excluindo, consequentemente, os movimentos intra-orçamentários e de capital, conforme o disposto no §3º da LRF.

[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se à classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

[2] A previsão da receita é a constante na Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2020.

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2020	Até o Mês/2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS[1] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	426.417.770	426.417.770	66.580.557	64.420.131
RECEITAS CORRENTES	426.353.839	426.353.839	66.578.803	64.414.587
Receitas de Contribuições	424.833.573	424.833.573	65.475.224	63.742.323
Dos empregadores, trabalhadores e demais segurados	424.388.219	424.388.219	65.475.224	63.513.590
Outras Contribuições	445.354	445.354	0	228.733
Outras Receitas Correntes	1.520.266	1.520.266	1.103.579	672.263
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	1.267.724	1.267.724	849.604	484.094
Demais Receitas Correntes	252.541	252.541	253.975	188.170
RECEITAS DE CAPITAL	63.931	63.931	1.754	5.544
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	63.931	63.931	1.754	5.544
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.269.032	10.269.032	1.301.780	1.577.840
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	436.686.801	436.686.801	67.882.337	65.997.971 65.997.971

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	
			Até Mês/2020	Até Mês/2019	Até Mês/2020	Até Mês/2019	Até Mês/2020	Até Mês/2019
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	463.996.483	463.996.483	358.608.186	108.582.764	102.507.643	95.812.500	-	-
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	384.297.490	384.297.490	352.004.431	103.756.358	99.394.704	94.541.430	-	-
Aposentadorias	282.289.074	282.289.074	250.000.000	103.749.767	70.608.678	94.535.787	-	-
Pensões	80.000.000	80.000.000	80.000.000	0	23.529.495	0	-	-
Outros Benefícios	22.008.416	22.008.416	22.004.431	6.591	5.256.531	5.644	-	-
Outras Despesas	6.634.079	6.634.079	6.603.755	4.826.406	3.112.939	1.271.069	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.930.217	3.930.217	3.930.217	3.669.760	453.280	251.807	-	-
Demais Despesas	2.703.862	2.703.862	2.673.537	1.156.646	2.659.659	1.019.262	-	-
A detalhar	73.064.914	73.064.914	0	0	0	0	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0	0	0	0	0	0	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	463.996.483	463.996.483	358.608.186	108.582.764	102.507.643	95.812.500	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-27.309.682	-27.309.682	-290.725.848	-42.584.794	-34.625.305	-29.814.529	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/4)

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMO NSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2020	Até o Mês/2019
Receita de Contribuições	43.088.393	43.088.393	5.007.118	5.186.986
Segurados	18.159.353	18.159.353	2.087.826	2.133.531
Ativos	12.458.480	12.458.480	1.440.995	1.532.406
Inativos	4.534.246	4.534.246	508.963	479.083
Pensionistas	1.166.627	1.166.627	137.868	122.042
Patronal	24.929.040	24.929.040	2.919.293	3.053.456
Ativos	24.929.040	24.929.040	2.919.293	3.053.456
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (I)	43.088.393	43.088.393	5.007.118	5.186.986

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019
Benefícios	85.929.814	85.929.814	42.241.889	49.513.584	13.857.574	13.066.975	0	0
A detalhar	36.763.645	36.763.645	0	0	0	0	0	0
Aposentadorias	35.620.913	35.620.913	30.689.112	35.378.418	10.210.314	9.559.682	0	0
Pensões	12.919.129	12.919.129	11.046.208	13.401.784	3.537.108	3.388.651	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	626.127	626.127	506.570	733.382	110.153	118.641	0	0
Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	140.906	140.906	140.750	161.249	21.414	21.764	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	485.221	485.221	365.820	572.133	88.740	96.878	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (II)	85.929.814	85.929.814	42.241.889	49.513.584	13.857.574	13.066.975	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (III) = (I - II)	-42.841.421	-42.841.421	-37.234.771	-44.326.598	-8.850.456	-7.879.988	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

(2/4)

continuação

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES E AOS INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS DE PENSÕES E APOSENTADORIA ASSOCIADAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E SEUS DEPENDENTES

RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2020	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2019
Receitas de Contribuições Associadas às Pensões	6.548.684	6.548.684	555.246	369.152
Segurados	6.548.684	6.548.684	555.246	369.152
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (IV)	6.548.684	6.548.684	555.246	369.152

DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019
Benefícios	23.006.102	23.006.102	9.149.641	17.690.553	3.510.628	3.494.242	-	-
A detalhar	12.517.248	12.517.248	0	0	0	0	-	-
Pensões	10.416.491	10.416.491	9.115.390	17.653.687	3.479.694	3.458.923	-	-
Outros Despesas	72.363	72.363	34.251	36.866	30.934	35.319	-	-
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES (V)	23.006.102	23.006.102	9.149.641	17.690.553	3.510.628	3.494.242	-	-
RESULTADO PENSÕES MILITARES (VI) = (IV - V)	-16.457.418	-16.457.418	-8.594.394	-17.321.401	-2.955.382	-3.125.090	-	-

RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2020	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2019
Receitas	0	0	0	0

DESPESAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019
Inativos	26.532.998	26.532.998	10.596.359	18.902.405	4.227.729	4.098.941	-	-
A detalhar	13.622.321	13.622.321	0	0	0	0	-	-
Reforma e Reserva	12.676.022	12.676.022	10.392.435	18.718.544	4.117.541	4.006.703	-	-
Outras Despesas de Inativos	234.655	234.655	203.923	183.861	110.188	92.238	-	-
DESPESAS COM MILITARES INATIVOS (VII)	26.532.998	26.532.998	10.596.359	18.902.405	4.227.729	4.098.941	-	-
RESULTADO TOTAL - MILITARES (VIII) = (VI - VII)	-42.990.417	-42.990.417	-19.190.753	-36.223.805	-7.183.111	-7.224.031	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (3/4)

continuação

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2020	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês/2019
Receita de Contribuições	823.654	823.654	63.862	14.468
Segurados	627.593	627.593	63.862	14.468
Ativos	98.030	98.030	12.296	0
Inativos	68.967	68.967	9.155	0
Pensionistas	460.596	460.596	42.411	14.468
Patronal	196.061	196.061	0	0
Ativos	196.061	196.061	0	0
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (IX)	823.654	823.654	63.862	14.468

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019	Até o Mês/ 2020	Até o Mês/ 2019
Benefícios	3.595.355	3.595.355	1.012.787	618.547	728.649	448.209	-	-
A detalhar	2.581.234	2.581.234	0	0	0	0	-	-
Aposentadorias	898.474	898.474	898.474	532.043	634.879	361.880	-	-
Pensões	115.338	115.338	114.004	86.085	93.462	85.910	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	309	309	309	419	308	418	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS							-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (X)	3.595.355	3.595.355	1.012.787	618.547	728.649	448.209	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FCDF (XI) = (IX - X)	-2.771.702	-2.771.702	-948.924	-604.079	-664.787	-433.740	-	-

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINF (4/4)

Notas:

[1] Os valores das receitas são líquidos de desvinculações (DRU).

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - PROJEÇÃO 2020

Renúncia / Mês	Desoneração da Folha	Simples Nacional	Filantrópicas	Exportação Rural	MEI	Olimpíadas	Dona de Casa
JAN	826	2.200	1.051	452	210	-	18
FEV	797	2.196	1.027	546	210	-	19
MAR	735	2.239	1.056	737	260	-	19
ABR	735	2.270	1.065	788	243	-	19
MAI	726	2.302	1.103	770	245	-	19
JUN	677	2.315	1.106	764	237	-	19
JUL	665	2.356	1.139	772	241	-	19
AGO	726	2.380	1.116	709	240	-	19
SET	816	2.401	1.132	677	237	-	19
OUT	642	2.440	1.136	675	238	-	19
NOV	761	2.454	1.143	524	247	-	19
DEZ	2.428	3.887	2.089	595	251	-	19
TOTAL	10.533	29.441	14.162	8.010	2.857	-	225

Fonte: DGT Bases Efetivas 2016, série 2014 a 2019; DGT PLOA 2020; Estimativas Oficiais Desoneração da Folha de Pagamento.

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ milhares

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		Até Fevereiro/2020
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.633.374.056	289.859.147
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	570.872.502	113.965.183
Contribuições	912.184.868	150.807.556
Receita Patrimonial	110.124.700	16.431.961
Outras Receitas Patrimoniais	110.124.700	16.431.961
Transferências Correntes	469.185	102.938
Demais Receitas Correntes	39.722.802	8.551.510
Receitas Correntes Primárias	39.722.802	8.551.510
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	1.748.328	118.691
Alienação de Bens	1.683.248	116.512
Outras Alienações de Bens	1.683.248	116.512
Transferências de Capital	65.080	2.179
Convênios	0	0
Outras Transferências de Capital	65.080	2.179
Outras Receitas de Capital	0	0
Outras Receitas de Capital Primárias	0	0
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I+II)	1.635.122.384	289.977.838

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	1.697.587.839	931.175.110	244.627.051	185.814.253	56.725.103	22.825.800	21.754.853
Pessoal e Encargos Sociais	322.030.268	155.476.277	49.395.778	33.641.581	16.657.444	313.391	188.778
Outras Despesas Correntes	1.375.557.571	775.698.832	195.231.273	152.172.671	40.067.659	22.512.409	21.566.075
Transferências Constitucionais e Legais	297.366.152	264.988.953	47.999.726	47.999.726		11.007.007	11.007.007
Demais Despesas Correntes	1.078.191.419	510.709.879	147.231.547	104.172.945	40.067.659	11.505.402	10.559.068
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	161.084.098	19.585.100	3.773.506	3.743.699	677.394	3.096.916	2.680.772
Investimentos	41.463.378	2.157.243	199.817	171.396	588.585	2.514.025	2.101.741
Inversões Financeiras	119.620.720	17.427.858	3.573.690	3.572.303	88.809	582.891	579.030
Inversões Financeiras Primárias	119.620.720	17.427.858	3.573.690	3.572.303	88.809	582.891	579.030
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI)	34.753.708	0	0	0	0	0	0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VIII) = (V+VI+VII)	1.893.425.646	950.760.210	248.400.557	189.557.951	57.402.496	25.922.716	24.435.625

RESULTADO PRIMÁRIO (Até o mês) - Acima da Linha (XIX) = IIIa - (VIIIa +VIIIb + VIIIc)	18.581.766

JUROS NOMINAIS	Até Fevereiro/2020 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (X)	45.698.719
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XI)	96.026.771

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XII) = IX + (X- IX)	-31.746.286

(1/2)

continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO Dezembro/2019 (a)	SALDO Até Fevereiro/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XIII)	6.200.607.290	6.249.077.453
DEDUÇÕES (XIV)	2.616.523.454	2.671.545.023
Disponibilidade de Caixa	1.364.686.359	1.318.067.551
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.438.785.413	1.394.802.619
(-) Restos a Pagar Processados (XV)	74.099.054	76.735.068
Demais Haveres Financeiros	1.251.837.095	1.353.477.472
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XVI) = (XIII - XIV)	3.584.083.836	3.577.532.430
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XVII) = (XVIa - XVIb)	6.551.406	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até Fevereiro/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XVIII) = (XVb - XVa)	2.636.015
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XIX)	1.057.284
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XX)	-2.014.133
OUTROS AJUSTES (XXI)	-37.862.289
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXII) = (XVII+XVIII - XIV + XX + XXI)	-31.746.286

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXIII) = XXII - (X-XI)	18.581.766

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

NOTA: Este relatório foi elaborado com nova metodologia contábil, em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira. Assim, alguns valores referentes ao resultado primário diferem do publicado no Boletim Resultado do Tesouro Nacional, cuja conciliação será explicada nessa publicação.

*Publicação no formato determinado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF

DETALHAMENTO DO AJUSTE METODOLÓGICO DO ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Até Fevereiro/2020
OUTROS AJUSTES (XXI)	-37.862.289
Variações Patrimoniais Diminutivas	24.322.504
(+) Variações Cambiais da Dívida Contratual	1.526.503
(+) Variações Cambiais da Dívida Mobiliária	21.492.099
(+) Resultado Negativo Bacen	0
(+) Constituição de Ajuste para Perdas	1.321.743
(+) Provisão/Reversão de Provisões de Subvenções Econômicas	-17.841
(+) Outras Variações Cambiais	0
(+) Desincorporação de Ativos	575.197
Variações Patrimoniais Aumentativas	8.528.965
(-) Outras Variações Cambiais	6.998.328
(-) Resultado Positivo Bacen	0
(-) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1

(-) Reversão de Provisões e de Ajustes para Perdas	226
Demais ajustes	-51.113.901
Ajustes nos itens da Dívida Consolidada Líquida	-67.036.740
(+) Variação de Precatórios	34.776.230
(-) Variação em Arrecadação a Recolher	0
(-) Variação de Aplicação em Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	104.577.280
(+) Juros e Encargos Ativos dos Fundos (-) Juros e Encargos Passivos de Fundos	2.745.527
(+) Dívida Pública em Operações do FIES e mantenedoras	18.783
Outros	15.922.839
(-) Variação em fontes a classificar e extra-orçamentária nas disponibilidades	-17.415.185
(-) Despesas Financeiras com Impacto Primário	3.227.897
(+) Variação em Ativos não integrantes da DCL	1.735.550
(-) Passivos não integrantes da DCL	0
(-) Mudança metodológica na apuração da DCL	0
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0
Discrepância	353.976

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.810.687	69.388.708	57.432.858	458.123	14.308.414	24.227.214	75.820.868	27.315.458	25.826.532	1.488.689	72.732.861	87.041.275
EXECUTIVO	2.784.187	69.205.766	57.295.977	457.877	14.236.099	24.089.931	74.489.808	26.586.535	25.109.103	1.437.819	72.032.817	86.268.916
Presidência da República	812	91.044	80.965	924	9.967	105.651	267.125	79.335	57.128	2.039	313.609	323.576
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	109.963	1.027.094	832.383	3.723	300.951	1.866.753	3.768.165	463.214	290.867	15.958	5.328.094	5.629.045
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	220.378	530.194	320.147	2.726	427.699	158.548	707.230	178.286	143.951	23.674	698.153	1.125.852
Ministério da Economia	42.375	40.757.056	40.735.094	104	64.234	1.089.009	14.932.653	10.057.267	10.033.996	579.229	5.408.436	5.472.670
Ministério da Educação	226.360	5.382.625	5.258.893	9.001	341.091	3.179.227	15.816.149	6.754.092	6.134.129	36.787	12.824.459	13.165.550
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	86.445	963.786	794.725	11.930	243.577	785.368	2.519.364	267.413	222.380	22.845	3.059.507	3.303.084
Ministério de Minas e Energia	15.882	129.814	127.898	121	17.677	895.428	3.469.773	2.443.934	2.441.002	13.099	1.911.101	1.928.778
Ministério das Relações Exteriores	771	47.185	46.869	1	1.086	10.457	110.840	52.773	52.725	926	67.647	68.732
Ministério da Saúde	178.856	3.607.092	2.136.798	50.394	1.598.756	5.683.138	9.469.898	2.478.329	2.290.522	548.201	12.314.313	13.913.070
Controladoria-Geral da União	318	68.616	68.527	205	201	3.640	25.527	6.190	6.080	919	22.168	22.369
Ministério da Infraestrutura	86.723	478.890	352.724	783	212.107	1.492.989	3.757.280	952.983	913.659	3.586	4.333.025	4.545.132
Ministério do Meio Ambiente	3.053	118.589	118.210	205	3.227	55.145	782.717	270.103	266.959	1.593	569.309	572.537
Ministério da Defesa	42.365	5.823.670	5.631.961	368	233.707	1.404.843	5.988.034	1.389.833	1.144.114	29.941	6.218.822	6.452.528
Ministério do Desenvolvimento Regional	1.455.480	8.096.743	360.365	354.589	8.837.269	4.750.676	8.951.437	676.655	605.893	77.663	13.018.558	21.855.827
Ministério do Turismo	126.998	963.535	16.680	14.969	1.058.884	963.618	912.358	42.609	41.721	28.340	1.805.914	2.864.799
Ministério da Cidadania	179.600	883.196	182.730	6.310	873.756	1.531.746	2.684.610	411.595	402.864	52.042	3.761.449	4.635.205
Advocacia-Geral da União	2.603	231.447	226.001	1.344	6.705	46.347	120.370	42.580	42.347	509	123.862	130.567
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	5.204	5.189	5.010	178	5.205	67.347	206.279	19.343	18.766	469	254.391	259.596
LEGISLATIVO	9.040	6.093,735	3.662	25	11.447	26.565	175.869	95.765	93.347	6.150	102.937	114.383
Câmara dos Deputados	1.692	5.322	3.192	0	3.822	15.098	90.442	58.942	56.724	1.291	47.524	51.346
Senado Federal	7.255	751	454	25	7.527	5.266	61.862	28.835	28.709	819	37.599	45.126
Tribunal de Contas da União	93	21	16	0	98	6.201	23.565	7.989	7.914	4.039	17.813	17.912
JUDICIÁRIO	17.347	152.091	108.897	221	60.320	96.913	1.027.269	577.556	568.768	42.139	513.276	573.595
Supremo Tribunal Federal	0	33	33	0	0	4.074	20.377	4.379	4.358	4.694	15.400	15.400
Superior Tribunal de Justiça	2.761	1.846	1.605	3	2.999	4.303	56.352	29.791	27.983	715	31.958	34.957
Justiça Federal	1.067	25.471	19.658	2	6.878	14.980	573.278	425.832	424.424	29.870	133.965	140.843
Justiça Militar	121	439	218	0	342	8.615	14.676	3.035	2.995	266	20.031	20.373
Justiça Eleitoral	3.827	27.052	3.736	11	27.132	21.908	180.099	60.004	56.220	2.673	143.113	170.245
Justiça do Trabalho	8.682	95.177	82.291	205	21.362	33.244	139.370	38.306	37.211	2.327	133.076	154.438
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	494	1.901	1.312	0	1.083	8.688	28.543	14.513	13.940	526	22.765	23.848
Conselho Nacional de Justiça	395	172	42	0	524	1.101	14.573	1.697	1.639	1.068	12.968	13.492
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	112	4.336	3.900	0	549	7.169	99.921	44.851	44.571	781	61.738	62.287
Ministério Público da União	112	4.336	3.899	0	549	7.169	98.474	43.565	43.290	779	61.574	62.123
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	0	0	1.447	1.286	1.281	2	164	164
DEFENSORIA PÚBLICA	0	20.422	20.422	0	0	6.637	28.001	10.751	10.744	1.801	22.094	22.094
Defensoria Pública da União	0	20.422	20.422	0	0	6.637	28.001	10.751	10.744	1.801	22.094	22.094
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.421	205.414	172.713	696	33.426	5.632.601	2.798.184	108.836	107.608	44.115	8.279.062	8.312.489
TOTAL (I + II)	2.812.108	69.594.123	57.605.571	458.819	14.341.841	29.859.815	78.619.051	27.424.294	25.934.140	1.532.803	81.011.923	95.353.764

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/2)

Continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2019					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.421	205.414	172.713	696	33.426	5.632.601	2.798.184	108.836	107.608	44.115	8.279.062	8.312.489
EXECUTIVO	1.371	204.434	172.593	689	32.523	5.621.448	2.774.503	108.123	106.895	43.388	8.245.669	8.278.192
Presidência da República	0	17.668	5.601	0	12.067	11.410	27.144	2.456	2.456	9	36.090	48.157
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8	56.951	56.308	634	16	710	13.011	1.070	1.054	12	12.655	12.671
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	0	19	18	0	1	894	5.299	357	356	306	5.531	5.532
Ministério da Economia	0	101.741	91.855	1	9.885	9.415	14.809	3.370	3.370	271	20.582	30.468
Ministério da Educação	1.177	7.156	6.682	7	1.644	5.453.316	2.556.666	89.208	88.710	3.259	7.918.013	7.919.657
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	3	1	1	0	3	11.153	18.629	363	359	247	29.177	29.180
Ministério de Minas e Energia	6	7.428	7.420	0	14	1.954	10.649	3.631	3.630	26	8.948	8.962
Ministério das Relações Exteriores	162	13	13	0	162	11	270	128	128	0	153	316

Ministério da Saúde	0	165	106	0	59	23.388	25.324	588	569	21.423	26.719	26.778
Controladoria-Geral da União	0	0	0	0	0	15.427	280	6	6	15.398	303	303
Ministério da Infraestrutura	2	208	208	0	3	1.546	7.383	1.651	1.651	190	7.088	7.091
Ministério do Meio Ambiente	0	1	0	0	1	216	3.189	28	28	0	3.378	3.378
Ministério da Defesa	6	892	692	0	206	10.516	77.611	3.324	2.983	1.230	83.913	84.119
Ministério do Desenvolvimento Regional	2	12.071	3.622	0	8.451	1.819	6.600	756	667	1.018	6.734	15.185
Ministério do Turismo	0	0	0	0	0	0	134	32	32	0	103	103
Ministério da Cidadania	4	75	67	0	12	3.330	3.815	1.016	758	0	6.387	6.399
Advocacia-Geral da União	0	46	0	46	0	75.433	1.607	127	126	0	76.914	76.914
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	0	0	0	0	0	909	2.084	13	13	0	2.980	2.980
LEGISLATIVO	0	0	0	0	0	53	1.337	73	73	6	1.311	1.311
Câmara dos Deputados	0	0	0	0	0	0	112	28	28	0	84	84
Senado Federal	0	0	0	0	0	0	34	34	34	0	0	0
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	0	53	1.191	11	11	6	1.228	1.228
JUDICIÁRIO	50	979	120	7	903	4.122	12.651	532	532	718	15.522	16.425
Supremo Tribunal Federal	0	0	0	0	0	80	116	4	4	80	112	112
Superior Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	122	18	18	7	97	97
Justiça Federal	0	20	16	4	1	65	2.173	51	51	37	2.150	2.151
Justiça Militar	0	0	0	0	0	3.827	2.415	0	0	0	6.242	6.242
Justiça Eleitoral	50	852	0	0	902	127	1.921	42	42	2	2.005	2.907
Justiça do Trabalho	0	16	13	3	0	18	5.738	380	380	571	4.804	4.805
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	92	92	0	0	5	139	35	35	0	109	109
Conselho Nacional de Justiça	0	0	0	0	0	0	26	2	2	21	2	2
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	0	0	0	117	785	47	47	3	852	852
Ministério Público da União	0	0	0	0	0	117	783	47	47	3	850	850
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2
DEFENSORIA PÚBLICA	0	0	0	0	0	6.860	8.908	61	61	0	15.708	15.708
Defensoria Pública da União	0	0	0	0	0	6.860	8.908	61	61	0	15.708	15.708
TOTAL	1.421	205.414	172.713	696	33.426	5.632.601	2.798.184	108.836	107.608	44.115	8.279.062	8.312.489

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

VALOR A SER GASTO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ATÉ O MÊS (REGRA NOVA)	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O MÊS COM MDE [9(d) - 13]	18% da RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS DO ANO CORRENTE (REGRA ANTIGA)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM 2020 (REGRA NOVA)	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO MÍNIMO (no final do ano, deve ser maior que 100%)
1 - CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO	8.124.450	8.311.649	12.456.943	54.439.982	15,27%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Mês (b)	(c) = (b/a)x100 %	Até o Mês (d)	(e) = (d/a)x100 %	
2 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB (LIMITADO A 30% DO VALOR TOTAL)	4.938.631	4.938.631	4.736.399	95,91	670.990	13,59	
3 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0	0	0	0,00	0	0,00	
4 - EDUCAÇÃO BÁSICA	2.285.655	2.285.655	340.226	14,89	69.574	3,04	
5 - ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-	
6 - ENSINO SUPERIOR	25.051.745	25.051.745	17.454.486	69,67	4.130.290	16,49	
7 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	10.740.861	10.740.861	8.263.230	76,93	1.563.654	14,56	
8 - OUTRAS	12.435.688	12.435.688	8.716.164	70,09	1.877.142	15,09	
9 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8)	55.452.579	55.452.579	39.510.505	71,25	8.311.649	14,99	-

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
10 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0
11 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (23u)[1]	22.400
12 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS	0
13 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (10 + 11 + 12)[2]	0

CÁLCULO DO LIMITE COM A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO MÊS				ATÉ O MÊS	
	JANEIRO DE 2020		FEVEREIRO DE 2020			
	Valor (g)	%[3] (h) = (g/16)	Valor (i)	%[3] (j) = (i/16)x100	Valor (k)	%[4] (l) = (k/16)x100
14 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL)	0	-	0	0,00	-	0,00
15 - OUTROS	1.118.317	50,00	1.118.317	100,00	2.236.633	100,00
16 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2020 (14 + 15)	1.118.317	50,00	1.118.317	100,00	2.236.633	100,00

(1/2)

continuação

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

IMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	LIMITE ANUAL (30% da Dotação do FUNDEB)	ATÉ O MÊS	
		Valor (m)	% (n) = m/(16k)x100
17 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R$ 16.462.104 mil)	4.938.631	670.990	30,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (o)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (t)
			Até o mês (p)	% (q) = (p/o)x100	Até o Mês (r)	% (s)(r/o)x100	
18 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	5.052.816	5.052.816	720.024	14,25	4	0,00	-
18.1 - Educação Infantil	0	0	0	0,00	0	0,00	
18.2 - Educação Básica	3.163.614	3.163.614	720.024	22,76	4	0,00	
18.3 - Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	
18.4 - Outras	1.889.202	1.889.202	0	0,00	0	0,00	
19 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	12.027.913	12.027.913	10.500	0,09	9.370	0,08	

20 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	19.124.587	19.124.587	10.950.704	57,26	1.526.973	7,98	-
20.1 - Educação Infantil	80.000	80.000	0	0,00	0	0,00	
20.2 - Educação Básica	2.451.184	2.451.184	17.203	0,70	1.338	0,05	
20.3 - Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	
20.4 - Ensino Superior	2.381.264	2.381.264	107.508	4,51	64.967	2,73	
20.5 - Outras	14.212.139	14.212.139	10.825.992	76,17	1.460.668	10,28	
21 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS DE ENSINO (17 + 18 + 19)	36.205.316	36.205.316	11.681.228	32,26	1.536.346	4,24	-
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM MDE (9 + 20)	91.657.895	91.657.895	51.191.733	55,85	9.847.995	10,74	-

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O MÊS	CANCELADO EM 2020 (u)
23 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.767.411	22.400

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

[1] Em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo. O acórdão determina o seguinte: "determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que deixe de deduzir, indevidamente, do montante das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, constante do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os valores referentes ao cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos vinculados ao ensino, cuja competência pertence ao exercício anterior, em observância ao art. 35 da Lei nº 4.320, de 17/3/1964".

[2] Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 - TCU - Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias.

[3] A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual. Conforme o artigo 6º da Lei 11.494/2007: "A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente".

[4] Conforme o artigo 7º da Lei nº 11.494/2007, parte da complementação da União, limitada a até 10% (dez por cento) de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, na forma do regulamento.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
			Até o Mês (b)	% (b/a) x 100	Até o Mês (c)	% (c/a) x 100	Até o Mês (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	29.718.301	29.718.301	2.039.543	6,86	1.996.646	6,72	1.801.915	6,06	0
Despesas Correntes	29.146.610	29.146.610	2.039.012	7,00	1.996.646	6,85	1.801.915	6,18	0
Despesas de Capital	571.691	571.691	531	0,09	0	0,00	0	0,00	0
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	59.129.055	59.129.055	9.189.585	15,54	7.799.271	13,19	7.708.361	13,04	0
Despesas Correntes	57.060.698	57.060.698	9.154.264	16,04	7.799.246	13,67	7.708.361	13,51	0
Despesas de Capital	2.068.357	2.068.357	35.321	1,71	25	0,00	0	0,00	0
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	14.144.974	14.144.974	3.260.858	23,05	759.707	5,37	581.446	4,11	0
Despesas Correntes	14.089.909	14.089.909	3.260.809	23,14	759.707	5,39	581.446	4,13	0
Despesas de Capital	55.065	55.065	48	0,09	0	0,00	0	0,00	0
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	287.200	287.200	853	0,30	796	0,28	771	0,27	0
Despesas Correntes	286.500	286.500	853	0,30	796	0,28	771	0,27	0
Despesas de Capital	700	700	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	7.860.192	7.860.192	1.967.095	25,03	334.283	4,25	308.686	3,93	0
Despesas Correntes	7.741.610	7.741.610	1.963.907	25,37	333.905	4,31	308.320	3,98	0
Despesas de Capital	118.582	118.582	3.188	2,69	378	0,32	366	0,31	0
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	68.680	68.680	36	0,05	33	0,05	33	0,05	0
Despesas Correntes	62.100	62.100	36	0,06	33	0,05	33	0,05	0
Despesas de Capital	6.580	6.580	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	14.025.956	14.025.956	7.825.496	55,79	1.721.490	12,27	1.230.332	8,77	0
Despesas Correntes	13.075.766	13.075.766	7.809.958	59,73	1.717.084	13,13	1.226.381	9,38	0
Despesas de Capital	950.190	950.190	15.538	1,64	4.406	0,46	3.951	0,42	0
TOTAL (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)[1]	125.234.359	125.234.359	24.283.465	19,39	12.612.226	10,07	11.631.545	9,29	0

DEDUÇÕES PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)
Total das Despesas com ASPS (IX) = (VIII)	24.283.465	12.612.226	11.631.545
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (X)	0	0	0
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XI)	0	0	0
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XII)	0	0	0
(=) TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS APÓS AS DEDUÇÕES (XIII) = (IX - X - XI - XII)	24.283.465	12.612.226	11.631.545

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O MÊS/2020 (i)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS/2020 (j)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ATÉ O MÊS (REGRA ANTIGA: 15% da RCL)[2]	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (k)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO NO ANO (REGRA NOVA: l = k + correção IPCA)[3]
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (XIV)	24.283.465	12.612.226	26.178.368	117.293.432	121.246.221

(1/3)

Continuação

CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR[4]

Exercício de Inscrição em Restos a Pagar[5,6]	Mínimo para Aplicação com Saúde (n)	Valor Executado em ASPS no Ano (o)	RP Inscritos (Processados e Não-Processados)	RP Considerado no Limite[7]	RP Pagos	Valor que Falta Pagar para Garantir o Mínimo	RP a Pagar	RP Cancelados até o presente (p)	Saldo de Cumprimento do Mínimo (q) = (o - n - p)	Compensações Legais[8] (r)	Saldo Final (s) = (q + r)
Empenhos de 2019	117.293.432	122.269.918	11.017.404	6.040.918	3.734.954	2.305.965	7.236.470	45.981	4.930.505		4.930.505
Empenhos de 2018	112.360.793	116.820.887	11.768.360	7.308.266	9.591.603		1.889.853	286.903	4.173.191		4.173.191
Empenhos de 2017	109.088.149	114.700.610	14.124.981	8.512.519	11.850.095		1.613.853	661.035	4.951.427		4.951.427
Empenhos de 2016	93.710.704	106.235.537	7.786.502	0	6.420.241		790.673	575.596	11.949.238		11.949.238
Empenhos de 2015	98.308.994	100.054.862	7.880.322	6.134.454	7.078.786		270.543	530.992	1.214.876		1.214.876
Empenhos de 2014	91.614.082	91.898.531	7.136.587	6.852.138	5.971.928	880.211	225.125	939.535	-655.086	1.114.794	459.708
Empenhos de 2013	82.912.830	83.053.256	7.642.873	7.502.447	6.539.784	962.664	181.470	921.619	-781.193	1.286.624	505.430
Empenhos de 2012	79.512.720	80.073.777	8.534.459	7.973.402	6.977.025	996.377	236.394	1.321.040	-759.983	1.286.624	526.641
Empenhos de 2011	72.128.481	72.356.648	8.415.641	8.187.474	6.994.689	1.192.785	198.740	1.222.212	-994.046		-994.046

Empenhos de 2010	61.230.118	61.976.698	6.280.781	5.534.201	5.030.065	504.136	178.771	1.071.946	-325.367		-325.367
Empenhos de 2009	54.963.099	58.281.095	8.568.041	5.250.045	6.765.308		95.504	1.707.245	1.610.751		1.610.751
Empenhos de 2008	48.561.056	48.678.681	5.685.001	5.567.377	4.479.571	1.087.806	40.346	1.165.151	-1.047.526		-1.047.526
TOTAL (XV)	904.391.027	934.130.582	93.823.549	68.822.324	77.699.095	5.623.978	5.721.272	10.403.274	19.336.281	3.688.041	20.731.188

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (t)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (y) = (t - (u ou v))
		Empenhadas (u)	Liquidadas (v)	Pagas (w)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018 a compensar					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017 a compensar					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XVI)					

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
			Até o Mês (b)	% (b/a) x 100	Até o Mês (c)	% (c/a) x 100	Até o Mês (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XVII)	398.659	398.659	271.362	68,07	46.206	11,59	25.381,76	6,37	0
Despesas Correntes	380.178	380.178	271.362	71,38	46.206	12,15	25.382	6,68	0
Despesas de Capital	18.480	18.480	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XVIII)	985.452	985.452	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Despesas Correntes	935.610	935.610	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Despesas de Capital	49.842	49.842	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XIX)	464.036	464.036	61.988	13,36	22.921	4,94	22.921	4,94	0
Despesas Correntes	464.036	464.036	61.988	13,36	22.921	4,94	22.921	4,94	0
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XX)	58.400	58.400	5.259	9,01	1.953	3,34	1.884	3,23	0
Despesas Correntes	52.400	52.400	5.259	10,04	1.953	3,73	1.884	3,59	0
Demais Despesas	52.400	52.400	5.259	10,04	1.953	3,73	1.884	3,59	0
Despesas de Capital	6.000	6.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Demais Despesas	6.000	6.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXI)	17.402	17.402	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Despesas Correntes	1.200	1.200	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Despesas de Capital	16.202	16.202	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XIII)	11.544.222	11.544.222	6.039.604	52,32	1.705.597	14,77	940.938,24	8,15	0
Despesas Correntes	11.061.917	11.061.917	6.036.189	54,57	1.705.597	15,42	940.938,24	8,51	0
Despesas de Capital	482.305	482.305	3.414	0,71	0	0,00	0,00	0,00	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	252.250	252.250							
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXIV) = (XVII + XVIII + XIX + XX + XXI + XXII + XXIII)	13.720.421	13.720.421	6.378.213	46,49	1.776.678	12,95	991.125	7,22	0

(2/3)

Continuação

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
			Até o Mês (b)	% (b/a) x 100	Até o Mês (c)	% (c/a) x 100	Até o Mês (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXV) = (I + XVII)	30.116.960	30.116.960	2.310.905	7,67	2.042.852	6,78	1.827.297	6,07	0
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXVI) = (II + XVIII)	60.114.507	60.114.507	9.189.585	15,29	7.799.271	12,97	7.708.361	12,82	0
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXVII) = (III + XIX)	14.609.010	14.609.010	3.322.846	22,75	782.628	5,36	604.368	4,14	0
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXVIII) = (IV + XX)	345.600	345.600	6.112	1,77	2.749	0,80	2.654	0,77	0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXIX) = (V + XXI)	7.877.594	7.877.594	1.967.095	24,97	334.283	4,24	308.686	3,92	0
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXX) = (VI + XXII)	68.680	68.680	36	0,05	33	0,05	33	0,05	0
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXI) = (VII + XXIII)	25.570.178	25.570.178	13.865.099	54,22	3.427.087	13,40	2.171.270	8,49	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	252.250	252.250							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XXXII) = (VIII + XXIV)	138.954.779	138.954.779	30.661.678	22,07	14.388.903	10,36	12.622.670	9,08	0

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

(3/3)

Notas:

[1] Do valor total de R$ 12,61 bilhões liquidados com ações e serviços públicos de saúde, R$ 9,55 bilhões se referem a transferências a estados, DF e municípios e R$ 3,06 bilhões foram aplicados diretamente pela União.

[2] Regra da Emenda Constitucional nº 86/2015.

[3] Correção aplicada de acordo com o art. 110 da EC 95/2016.

[4] Foram registrados no âmbito do Ministério da Saúde os recursos para a inscrição dos restos a pagar processados e não-processados, autorizados por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.

[5] Nos exercícios de 2016 e 2015 houve mais pagamentos do que o necessário para cumprir os limites dos respectivos anos. De igual modo, já foram pagos RPNP referentes ao exercício de 2017 que superam o valor total de RP considerados no Limite Mínimo. Portanto, todos os exercícios que têm o cumprimento do limite de seus respectivos anos garantido, por mais que se cancele todos os RPNP restantes, estão marcados em cinza e constam do demonstrativo apenas para informação e transparência.

[6] Os valores dos RPNP inscritos antes de 2012 passam a constar deste relatório para facilitar o controle do cumprimento do limite mínimo dos anos anteriores à LC 141/2012, em atendimento ao Acórdão nº 1048/2018 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

[7] A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.

[8] Os cancelamentos dos RPNP estão sendo compensados anualmente nas modalidades 45, 46, 95 e 96. Como esses valores não estão marcados com parâmetros que permitam conhecer os anos aos quais pertencem os RPNP cancelados, os valores compensados são distribuídos igualmente entre os anos que ainda precisam pagar seus restos a pagar para garantir o cumprimento do mínimo.

[9] O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo do valor aplicado além do limite mínimo após cancelamentos e compensações".

GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Mês
RECEITAS	
Previsão Inicial	3.565.520.100
Previsão Atualizada	3.565.520.100
Receitas Realizadas	474.100.723
Déficit Orçamentário	3.416.902
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	**Até o Mês**
DESPESAS	
Dotação Inicial	3.565.520.100
Dotação Atualizada	3.565.520.100
Despesas Empenhadas	1.248.267.993
Despesas Executadas	477.517.624
Despesas Pagas	418.450.072
Superávit Orçamentário	-

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	Até o Mês
Despesas Empenhadas	1.137.607.102
Despesas Liquidadas	383.147.789

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Últimos 12 Meses
Receita Corrente Líquida	916.004.724

RECEITAS/DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	Até o Mês
Receitas Previdenciárias (I)	67.882.337
Despesas Previdenciárias (II)	102.507.643
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-34.625.305
RECEITAS/DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Mês
Receitas Previdenciárias (IV)	5.007.118
Despesas Previdenciárias (V)	13.857.574
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	-8.850.456
RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES E AOS INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS[2]	Até o Mês
Receitas de Pensionistas (VII)	555.246
Despesas com Pensionistas e Militares Inativos (VIII)	7.738.357
Resultado dos Militares (IX) = (VII - VIII)	-7.183.111
RECEITAS/DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL[2]	Até o Mês
Receitas Previdenciárias (X)	63.862
Despesas Previdenciárias (XI)	728.649
Resultado Previdenciário (XII) = (X - XI)	-664.787

(1/2)

continuação

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Resultado Apurado Até o Mês
Resultado Nominal	(31.746.286)
Resultado Primário	18.581.766

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Mês	Pagamento Até o Mês	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	72.406.231	458.819	57.605.571	14.341.841
Poder Executivo	72.195.758	458.566	57.468.570	14.268.622
Poder Legislativo	15.134	25	3.662	11.447
Poder Judiciário	170.468	228	109.017	61.223
Ministério Público	4.449	0	3.900	549
Defensoria Pública	20.422	0	20.422	0
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	108.478.867	1.532.803	25.934.140	81.011.923
Poder Executivo	106.975.690	1.481.206	25.215.998	80.278.486
Poder Legislativo	203.824	6.155	93.420	104.248
Poder Judiciário	1.140.954	42.857	569.299	528.798
Ministério Público	107.992	784	44.618	62.590
Defensoria Pública	50.408	1.801	10.805	37.801
TOTAL	180.885.097	1.991.623	83.539.711	95.353.764

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)	Valor Apurado	Mínimo a ser aplicado em MDE em 2020	% Aplicado Até o Mês
Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	8.311.649	54.439.982	15,27
Complementação da União ao FUNDEB	670.990	4.938.631	13,59

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)	Valor Apurado	Mínimo a ser aplicado em ASPS em 2020	Percentual aplicado até o mês
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	12.612.226	121.246.221	10,40

FONTE: STN/CCONT/GEINF

(2/2)

[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.
[2] Excluídas as receitas desvinculadas (DRU).

II - OUTROS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL
TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

LDO - Lei nº 13.898, de 11/11/2019, art. 40, §4º

R$ milhares

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (c)	% (c/b)	Até o Mês (d)	% (d/b)	SALDO A REALIZAR (b-d)
RECEITAS CORRENTES	904.949.112	904.949.112	62.996.263	6,96	152.497.642	16,85	752.451.469
Receita Tributária	464.387	464.387	27.736	5,97	72.764	15,67	391.624
Receita de Contribuições	870.840.045	870.840.045	60.619.355	6,96	142.351.790	16,35	728.488.256
Receita Patrimonial	7.478.966	7.478.966	500.561	6,69	1.014.419	13,56	6.464.547
Receita Agropecuária	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Receita Industrial	275	275	0	0,00	0	0,00	275
Receita de Serviços	12.207.038	12.207.038	327.755	2,68	6.400.087	52,43	5.806.951
Transferências Correntes	23.163	23.163	9	0,04	12	0,05	23.151
Receitas Correntes a Classificar	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas Correntes	13.935.238	13.935.238	1.520.846	10,91	2.658.571	19,08	11.276.667
RECEITAS DE CAPITAL	65.623	65.623	456	0,69	473	0,72	65.150
Operações de Crédito	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Alienação de Bens	65.623	65.623	456	0,69	473	0,72	65.150
Transferências de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL (I)	905.014.734	905.014.734	62.996.719	6,96	152.498.115	16,85	752.516.619
DÉFICIT (II)	-	-	-	-	12.457.314	-	-
TOTAL (I + II)	905.014.734	905.014.734	62.996.719	6,96	164.955.429	-	740.059.305

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS No Mês (g)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (h)	DESPESAS EXECUTADAS DESPESAS LIQUIDADAS No Mês (i)	DESPESAS EXECUTADAS DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (j)	Inscritas em RP não-processados (k)	% (j+k/f)	SALDO A EXECUTAR (f-j-k)
DESPESAS CORRENTES	1.104.304.826	1.104.304.826	23.215.227	554.775.349	83.978.706	164.950.285	-	14,94	939.354.541
Pessoal e Encargos Sociais	138.958.529	138.958.529	6.775.859	66.836.081	10.735.244	21.899.393	-	15,76	117.059.136
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	-	0,00	0
Outras Despesas Correntes	965.346.297	965.346.297	16.439.368	487.939.268	73.243.462	143.050.892	-	14,82	822.295.405
Benefícios Previdenciários do RGPS	463.996.483	463.996.483	638.303	358.608.186	51.039.725	102.507.643	-	22,09	361.488.840
Transferências a Estados, DF e Municípios	83.523.442	83.523.442	9.584.613	13.657.920	6.268.001	10.006.259	-	11,98	73.517.183
Demais Despesas Correntes	881.822.855	881.822.855	6.854.756	474.281.348	66.975.461	133.044.633	-	15,09	748.778.221
DESPESAS DE CAPITAL	81.386.889	81.386.889	146.408	169.136	4.286	5.144	-	0,01	81.381.745
Investimentos	5.432.240	5.432.240	145.658	166.561	4.052	4.878	-	0,09	5.427.362

Inversões Financeiras	75.954.649	75.954.649	750	2.575	235	266	-	0,00	75.954.383
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	-	0,00	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.982.784	3.982.784	0	0	0	0	-	0,00	3.982.784
SUBTOTAL (III)	1.189.674.499	1.189.674.499	23.361.636	554.944.486	83.982.992	164.955.429	-	13,87	1.024.719.070
SUPERÁVIT (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III + IV)	1.189.674.499	1.189.674.499	23.361.636	554.944.486	83.982.992	164.955.429	-	-	1.024.719.070

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Continua (1/3)

TABELA 1-A - DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

LDO - Lei nº 13.898, de 11/11/2019, art. 40, §4º

R$ milhares

Seguridade Social[1]	Até o Mês
Receitas da Seguridade Social	152.498.115
RGPS	67.882.337
RPPS - Civil	5.070.980
Pensionistas Militares[2]	555.246
Demais (COFINS, CSLL e Outras)	78.989.551
Despesas da Seguridade Social	164.955.429
RGPS	102.507.643
RPPS - Civil	14.586.224
Pensionistas Militares[2]	3.510.628
Saúde	12.612.226
Assistência Social	15.417.715
Abono Salarial	5.766.811
Seguro Desemprego	6.189.509
Demais	4.364.675
Resultado da Seguridade Social	- 12.457.314
Desvinculação das Receitas da União (DRU)	31.179
Resultado com Receitas Desvinculadas	- 12.426.135

Notas:

Continua (2/3)

1. As receitas são as realizadas até o mês. As despesas são as liquidadas até o mês, sendo que no final do ano serão incluídos os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados.
2. A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

TABELA 1-B - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

LDO - Lei nº 13.898, de 11/11/2019, art. 40, §4º

R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a-c)
		No Mês (b)	Até o Mês (c)	
RECEITAS CORRENTES	1.568.318	11.884	31.179	1.537.140
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.568.318	11.884	31.179	1.537.140
11210111 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	1.558.353	11.432	30.476	1.527.877
11210113 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Div. At.	9.557	452	702	8.854
71210111 - Taxas Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ.	408	0	0	408
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0	0	0	0
TOTAL	1.568.318	11.884	31.179	1.537.140

(3/3)

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

LDO - Lei nº 13.898, de 11/11/2019, art. 104

R$ milhares

DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	227.362.280	69.878.246	19.646.117	11.562.090	2.571.584	13.593.707	117.251.744	344.614.024
A detalhar	103.797.056	23.309.607	5.354.669	5.550.638	937.881	10.732.046	45.884.841	149.681.897
Pessoal Civil	86.433.525	46.568.359	14.289.661	5.901.822	1.633.703	2.561.690	70.955.235	157.388.760
Vencimentos e Vantagens Fixas	43.253.667	25.836.830	7.971.901	4.117.303	981.833	719.342	39.627.209	82.880.876
Outras Despesas Variáveis	533.738	177.508	70.047	132.123	119.342	113	499.133	1.032.871
Aposentadoria	22.366.461	10.664.226	3.039.853	0	0	914.014	14.618.093	36.984.554
Pensões	9.596.006	2.873.443	922.320	0	0	159.282	3.955.045	13.551.050
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	312.130	204.079	29.906	185.607	26.739	0	446.331	758.461
Obrigações Patronais	9.007.530	5.639.003	1.744.076	1.346.470	229.555	30.316	8.989.420	17.996.950
Outras Aplicações[1]	1.363.993	1.173.270	511.558	120.319	276.234	738.624	2.820.006	4.183.998
Pessoal Militar	37.131.699	280	1.787	109.630	0	299.971	411.668	37.543.367
Vencimentos e Vantagens Fixas	12.615.073	16	0	0	0	299.971	299.987	12.915.060
Outras Despesas Variáveis	262.660	0	0	0	0	0	0	262.660
Reformas	12.523.051	0	0	0	0	0	0	12.523.051
Pensões	10.829.622	0	0	0	0	0	0	10.829.622
Obrigações Patronais	254.495	264	1.732	96.106	0	0	98.102	352.597
Outras Aplicações[1]	646.797	0	55	13.523	0	0	13.578	660.376
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências a Estados e ao DF	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (A)	227.362.280	69.878.246	19.646.117	11.562.090	2.571.584	13.593.707	117.251.744	344.614.024

EXECUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	34.295.115	10.908.735	3.085.885	1.677.405	411.409	2.254.555	18.337.990	52.633.105
Pessoal Civil	22.029.263	10.908.700	3.085.622	1.658.130	411.409	1.954.939	18.018.800	40.048.063
Vencimentos e Vantagens Fixas	7.292.472	3.355.540	914.566	1.101.257	260.912	448.371	6.080.646	13.373.118
Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2]	3.517.354	2.332.445	645.309	135.265	17.974	18.709	3.149.702	6.667.056
Outras Despesas Variáveis	75.059	48.623	13.680	42.289	37.018	15	141.626	216.685
Aposentadoria	6.345.045	3.195.199	864.256	0	0	634.879	4.694.334	11.039.380
Pensões	2.814.324	741.502	233.213	0	0	93.462	1.068.176	3.882.501
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	70.361	30.256	6.001	47.272	6.178	0	89.707	160.068
Obrigações Patronais	1.569.359	1.034.479	295.210	285.073	56.374	24.761	1.695.897	3.265.256
Outras Aplicações[1]	345.288	170.656	113.387	46.973	32.953	734.742	1.098.711	1.444.000
Pessoal Militar	12.265.852	35	263	19.275	0	299.616	319.190	12.585.042
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.481.596	0	0	0	0	299.616	299.616	4.781.212
Outras Despesas Variáveis	124.217	0	0	0	0	0	0	124.217
Reformas	4.019.402	0	0	0	0	0	0	4.019.402
Pensões	3.457.836	0	0	0	0	0	0	3.457.836
Obrigações Patronais	43.755	35	256	15.395	0	0	15.686	59.440
Outras Aplicações[1]	139.046	0	7	3.881	0	0	3.888	142.934
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências a Estados e ao DF	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (B)	34.295.115	10.908.735	3.085.885	1.677.405	411.409	2.254.555	18.337.990	52.633.105
A EXECUTAR (% A/B)	84,9	84,4	84,3	85,5	84,0	83,4	84,4	84,7

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.
[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas.

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

ÓRGÃO SUPERIOR*	Despesas Discricionárias e Decorrentes de Emendas Individuais					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados	Despesas Pagas do Exercício
Justiça do Distrito Federal e Territórios	0	0	0	0	0	0
Presidência da República	2.687	2.687	0	0	0	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	313.771	313.771	0	0	0	0
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov. e Comunicações	62.811	62.811	0	0	0	0
Ministério da Economia	669.833	669.833	0	0	0	0
Ministério da Educação	644.724	644.724	0	0	0	0
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	221.033	221.033	0	0	0	0
Ministério das Relações Exteriores	650	650	0	0	0	0
Ministério da Saúde	5.426.075	5.426.075	0	0	0	0
Ministério da Infraestrutura	25.920	25.920	0	0	0	0
Ministério do Meio Ambiente	16.690	16.690	0	0	0	0
Ministério da Defesa	190.493	190.493	0	0	0	0
Ministério do Desenvolvimento Regional	890.021	890.021	0	0	0	0
Ministério do Turismo	146.279	146.279	0	0	0	0
Ministério da Cidadania	704.405	704.405	0	0	0	0
Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	153.062	153.062	0	0	0	0
TOTAL	9.468.454	9.468.454	0	0	0	0
Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior (2019)	905.658.590					
% em relação à RCL do ano anterior	1,05%	1,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação preliminar da Saúde no total	57,31%	57,31%	-	-	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
* Tabela incluída no exercício de 2014 em atendimento ao inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013, referente às Diretrizes Orçamentárias, com a intenção de acompanhar o §9º do artigo 166 da Constituição Federal, que determina que as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

LDO - Lei nº 13.898, de 11/11/2019, art. 139 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2019	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras[1]	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	202.507.722.754	86.262.649.880	47.761.681.922	25.922.983.501	215.085.707.211	12.247.080.216	46.320.884.426	8.930.263.302	147.587.479.267
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.422.239.454.774	387.837.706.654	454.228.101.088	60.376.876.202	1.295.472.184.138	3.584.914.025	33.200.885.133	64.457.305.266	1.194.229.079.714
1. Recursos vinculados à Educação	20.300.047.744	1.870.087.863	980.749.919	769.183.327	20.420.202.360	258.270.878	4.204.628.542	3.513.888	15.953.789.052
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	43.408.042.868	64.118.330.802	40.640.392.311	5.589.101.213	61.296.880.147	1.430.179.435	8.021.210.320	8.497.717.213	43.347.773.179
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	3.754.680.132	5.028.478.226	7.555.537.833	1.853.915.719	-626.295.194	4.163.815	10.968.333	2.717.652.568	-3.359.079.910
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	65.937.540.262	67.882.337.426	97.974.964.308	16.233.336.233	19.611.577.146	1.998.930	3.914	38.760.188.171	-19.150.613.869
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	96.896.616.876	8.418.799.276	376.793.297	657.289.800	104.281.333.055	7.505.088	21.115.317	190.469.259	104.062.243.392
6. Recursos da Dívida Pública	766.208.127.282	141.969.914.529	226.210.325.856	9.656.493.931	672.311.222.023	561.503.088	2.905.884.303	577.420.473	668.266.414.159
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	4.573.421.258	1.067.104.193	4.950.386	332.821.302	5.302.753.763	7.064.858	36.460.137	0	5.259.228.768
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	17.092.644.600	59.967.501.639	57.325.127.069	16.136.486	19.718.882.684	63.912	1.166.242.390	340.749.032	18.211.827.350
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	353.247.794.576	37.365.501.189	22.595.761.272	21.029.043.993	346.988.490.500	1.313.536.296	16.668.096.818	812.626.235	328.194.231.150
10. Outros Recursos Vinculados	50.721.479.784	149.651.512	563.498.836	4.246.292.403	46.061.340.057	627.724	166.275.059	12.514.464.847	33.379.972.427
11. Recursos a Classificar	99.059.392	0	0	-6.738.205	105.797.597	0	0	42.503.581	63.294.016
TOTAL (III) = (I + II)	1.624.747.177.527	474.100.356.534	501.989.783.010	86.299.859.703	1.510.557.891.349	15.831.994.240	79.521.769.559	73.387.568.568	1.341.816.558.981

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (1/2)
Nota: A coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta em 31/12/2019" foi recalculada de acordo com a classificação atual das fontes de recursos. Dessa forma, os valores apresentados nessa coluna podem ser diferentes daqueles publicados no relatório de dezembro de 2019, na coluna"Disponibilidade de Caixa Bruta Atual".

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

LDO - Lei nº 13.898, de 11/11/2019, art. 139 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2019	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e **Não Liquidados de Exercícios Anteriores**	Demais Obrigações Financeiras	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	196.627.530.533	86.262.649.880	39.035.223.111	28.760.515.817	215.094.441.485	12.164.780.930	45.691.462.051	14.397.970.352	142.840.228.153
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.419.157.457.285	387.615.108.843	449.990.023.917	62.390.469.896	1.294.392.072.315	3.582.508.525	33.146.157.686	67.274.952.644	1.190.388.453.460
1. Recursos vinculados à Educação	20.300.047.744	1.864.565.738	980.749.919	763.661.202	20.420.202.360	258.270.878	4.204.628.542	3.513.888	15.953.789.052
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	43.371.970.324	64.118.313.763	38.920.217.893	7.273.186.048	61.296.880.147	1.430.179.423	8.021.210.320	8.865.436.126	42.980.054.278
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	3.707.321.725	5.028.478.226	5.103.814.398	4.258.280.747	-626.295.194	4.140.998	10.489.857	3.182.277.616	-3.823.203.666
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	65.937.540.262	67.882.337.426	97.974.964.308	16.233.336.233	19.611.577.146	1.998.930	3.914	38.760.188.171	-19.150.613.869
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	96.896.616.876	8.418.799.276	376.793.297	657.289.800	104.281.333.055	7.505.088	21.115.317	190.469.259	104.062.243.392
6. Recursos da Dívida Pública	766.208.127.282	141.969.914.529	226.210.325.856	9.656.493.931	672.311.222.023	561.503.088	2.905.884.303	577.420.473	668.266.414.159

7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	4.566.467.114	1.066.916.705	4.895.282	326.697.927	5.301.790.610	7.064.858	36.460.137	6.123.375	5.252.142.240
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	17.092.644.600	59.967.501.639	57.325.127.069	16.136.486	19.718.882.684	63.912	1.166.242.390	340.749.032	18.211.827.350
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	350.313.439.685	37.148.630.029	22.529.637.058	19.016.005.791	345.916.426.866	1.311.153.626	16.613.847.846	2.798.891.312	325.192.534.081
10. Outros Recursos Vinculados	50.664.222.282	149.651.512	563.498.836	4.196.119.936	46.054.255.022	627.724	166.275.059	12.507.379.812	33.379.972.427
11. Recursos a Classificar	99.059.392	0	0	-6.738.205	105.797.597	0	0	42.503.581	63.294.016
TOTAL (III) = (I + II)	1.615.784.987.817	473.877.758.723	489.025.247.027	91.150.985.713	1.509.486.513.800	15.747.289.455	78.837.619.736	81.672.922.995	1.333.228.681.613

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (2/2)

Nota: A coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta em 31/12/2019" foi recalculada de acordo com a classificação atual das fontes de recursos. Dessa forma, os valores apresentados nessa coluna podem ser diferentes daqueles publicados no relatório de dezembro de 2019, na coluna"Disponibilidade de Caixa Bruta Atual".

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

	FONTE DE RECURSOS	SUPERÁVIT FINANCEIRO
00	RECURSOS ORDINARIOS *	36.364.770.360,62
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.164.544.108,54
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	282.005.381,52
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	21.390.862,43
07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	247.096.147,46
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	3.588.192.559,85
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	4.919.295.689,32
12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	3.878.071.862,53
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	7.072.248.035,42
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	(116.212.172,24)
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	6.139.531,39
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	7.085.448,02
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS **	3.509.111.115,31
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	8.180.269,34
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	87.417.394,28
21	REC.ORIUNDOS DE LEIS OU ACORDOS ANTICORRUPÇÃO	1.647.712.069,31
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	1.028.555.822,46
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	404.816.466,64
29	RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	53.920.423.596,49
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	2.085.236.612,59
32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	12.307.512.548,59
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	213.021.728,86
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.705.697.016,39
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	4.546.928.308,61
36	REC.VINC.APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	1.313.967.469,49
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	809.854.496,90
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	4.082.983.115,64
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.546.809.792,05
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	44.940.965.121,74
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PÚBL.MOBIL.FEDERAL	504.972.727.963,97
44	TÍTULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	77.582.035.914,87
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	207.838.071,28
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS-EM MOEDA	352.210.721,48
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	31.740.294.904,55
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	7.283.807.345,18
52	RESULTADO DO BANCO CENTRAL	162.583.869.371,38
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	12.216.925.961,49
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	10.787.471.568,53
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	13.404.865,26
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	298.668.342,47
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	797.366.098,44

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

	FONTE DE RECURSOS	SUPERÁVIT FINANCEIRO
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	695.096.818,66
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	80.980.936.667,48
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	8.911.950.632,90
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	16.582.196,70
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PÚBLICO	461.885.184,50
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA***	2.559.149.480,65
66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICACAO VINCULADA	345.655.686,19
67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE	172,45
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	(151.360.738,97)
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	143.779.597,79
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	21.639.161.727,91
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	5.861.811.307,58
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	18.456.915.775,29
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	191.159.087,66
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	3.780.828.204,48
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	5.285.987.473,82
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	1.268.738,08
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	121.511.214.253,87
81	RECURSOS DE CONVENIOS	1.532.909.040,67
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	134.156.683,84
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	17.286.589.463,65
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	3.801.150.733,22
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	9.669.278.329,44
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	2.122.050.469,32
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	160.703,86
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	144.799.862,51
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	113.170.106,41
97	DIVIDENDOS UNIAO	12.568.461.049,87
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	92.879.750,67
	Superávit Financeiro para fins de que trata o art. 43, § 1º inciso I da Lei 4.320/64	1.323.588.070.348,95
77	FONTE A CLASSIFICAR	78.681.998,16
90	RECURSOS DIVERSOS	30.224.297.899,69
	Superávit Financeiro para efeito de comparação com o Balanço Patrimonial	1.353.891.050.246,80

Observações:

As fontes 77 e 90 não são fontes para alocação orçamentária.

* Foram transferidos em 2020, para a fonte 18, R$ 666.400.617,10 relativos à arrecadação da DRU sobre receitas patrimoniais, cuja incidencia foi afastada após emissão do Parecer para PGFN nº 5676/2019/ME, de 25/12/2019.

** Foram recebidos em 2020, da fonte 00, R$ 666.400.617,10 relativos à arrecadação da DRU sobre receitas patrimoniais, cuja incidencia foi afastada após emissão do Parecer para PGFN nº 5676/2019/ME, de 25/12/2019. Ademais, consta no Superávit desta fonte, valores em discussão no STF no âmbito da Ação Ordinária 3329 MC-ED/DF, cujo valor monta R$ 502.585.581,00. (PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00020/2020/SGCT/AGU).

*** O superávit apurado na fonte 64 somente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais, nos termos do §6º, do art. 45 da LDO 2020, após certificação da existência dos correspondentes ativos financeiros pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/COFIN

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
01 IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.164.544.108,54
Transferências Constitucionais - Rec. sob Sup. Ministério da Economia	5.158.594.391,69
Recursos sob Supervisão do FCO/BB	1.189.943,44
Recursos sob Supervisão do FNE/BNB	3.569.829,97
Recursos sob Supervisão do FNO/BASA	1.189.943,44
07 OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	247.096.147,46
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO	247.096.147,46
08 FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	3.588.192.559,85
Fundo Social - Ministério da Educação	3.588.192.559,85
11 CONTRIBUIÇÃO DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	4.919.295.689,32
Receita do Tesouro da União	4.919.295.689,32
13 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	7.072.248.035,42
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	6.494.557.266,38
Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	577.690.769,04
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	6.139.531,39
Agência Nacional de Águas - ANA	6.139.531,39
18 CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS *	3.509.111.115,31
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	(119.484.797,90)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(102.015.320,84)
Receita do Tesouro da União (Dívida Pública)	4.030.526.198,57
Receita do Tesouro da União (Seguridade Social)	(277.747.834,93)
Recursos sob Supervisão do FIES - MEC	(38.918.595,57)
Recursos sob Supervisão do Ministério da Cidadania (Sec. Estaduais Esportes e Clubes Sociais)	16.751.465,98
20 CONTR.S/ARREC.FUN.INV.REG.E S/PREM.CONC.PROG.	87.417.394,28
Fundo Nacional da Cultura - FNC	87.417.394,28
23 CONTRIBUIÇÃO P/ CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	1.028.555.822,46
Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	42.198.822,89
Ministério da Defesa	926.345.226,35
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	60.011.773,22
29 RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	53.920.423.596,49
Agência Nacional de Mineração - ANM	169.391.445,34
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	670.090.638,31
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	223.516.837,00
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	1.122.198.318,23
Fundo Aeronáutico	23.105,77
Fundo Nacional da Cultura - FNC	57.896.899,57
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	15.428.595.343,84
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.435.663,32
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO	5.403.831,11
Ministério da Infraestrutura	3.902.029,84
Pré-sal Petróleo S.A. - PPSA	29.250.000,00
Receita do Tesouro da União	36.120.087.240,62
Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente	11.471.698,04
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	26.702.381,35
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	47.458.164,15
30 CONTRIBUIÇÃO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	2.085.236.612,59
Fundo Nacional da Cultura - FNC	2.085.236.612,59
32 RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	12.307.512.548,59
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	7.612.700.215,18
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	4.694.812.333,41

* Inclui parcela referente ao art. 7º, I, da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018. (1/18)
FONTE: STN/COFIN

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
34 COMPENSAÇÕES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.705.697.016,39
Agência Nacional de Águas - ANA	203.809.547,84
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	433.507.213,23
Ministério de Minas e Energia	260.967.810,03
Ministério do Desenvolvimento Regional	763.264.288,30
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	44.148.156,99
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	4.546.928.308,61
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	390.191.686,84
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	466.818.623,86
Fundo Naval	113.557.169,31
Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério da Infraestrutura	3.576.360.828,60
36 REC.VINC.APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	1.313.967.469,49
Fundo Nacional de Saúde - FNS	398.541.976,08
Ministério da Economia	186.904.137,96
Ministério da Educação	728.521.355,45
39 ALIENAÇÃO BENS APREENDIDOS	809.854.496,90
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	84.591.818,83
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	77.718.301,68
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	647.544.376,39
40 CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	4.082.983.115,64
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (parcela Abono Salarial/Seguro Desemprego)	4.540.586.208,68
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (parcela destinada ao BNDES)	(457.603.093,04)
41 COMPENSAÇÕES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	2.546.809.792,05
Agência Nacional de Mineração - ANM	1.860.662.223,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	136.203.255,38
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	45.583.385,46
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	136.220.072,18
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	368.140.856,03
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	44.940.965.121,74
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	6.055.854.261,65
Comando da Marinha	245.746.063,05
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	5.904.116.161,26
Fundo Nacional de Saúde - FNS	30.268.410,53
Fundo Social - FS	27.810.886.218,22
Ministério da Educação	191.824.890,25

Ministério de Minas e Energia	2.445.157.655,16
Ministério do Meio Ambiente	1.984.742.073,49
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	200.785.999,31
Receita do Tesouro da União*	71.583.388,82
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	797.366.098,44
Defensoria Pública da União	25.201.029,67
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/FUNDAF	772.165.068,77
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	695.096.818,66
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	695.096.818,66

* Recursos provenientes de crédito orçamentário destinados com base na Lei 12.306/2010 e não utilizados. (2/18)

FONTE: STN/COFIN

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
63 REC.PROP.DECOR.ALIENAÇÃO BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	461.885.184,50
Advocacia Geral da União - AGU	242.400,00
Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	197.968,21
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	253.145,66
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ	4.168,99
Colégio Pedro II	281.620,09
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF	7.457.296,11
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	2.343,46
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	24.967.985,95
Departamento de Polícia Federal	20.145.109,00
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	10.690.632,30
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	6.123.476,21
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	2.551.996,83
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	1.978.157,92
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	49.904,91
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2.097.496,71
Fundação Joaquim Nabuco	3.000,00
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	1.164.748,93
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	13.700,00
Fundação Oswaldo Cruz	746.722,56
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	90.106,40
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	188.134,52
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	188.900,00
Fundação Universidade Federal de Pelotas	25.170,00
Fundação Universidade Federal de Rondônia	30.800,00
Fundação Universidade Federal de Viçosa	31.400,00
Fundação Universidade Federal do Amapá	52.100,00
Fundação Universidade Federal do Pampa	44.280,00
Fundação Universidade Federal do Tocantins	210.963,14
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	123.801,90
Fundo Aeronáutico	8.249.723,93
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	57.965,80
Fundo do Exército	43.147.990,15
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	92.817.589,30
Fundo Nacional de Saúde - FNS	551.100,00
Fundo Naval	4.089.484,49
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	775.665,49
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	34.190,00
Hospital Universitário Walter Cantídio	24.867,59
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	5.824.293,49
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	28.475,96
Instituto Federal Baiano	39.592,43
Instituto Federal Catarinense	19.450,00
Instituto Federal da Paraíba	90.000,00
Instituto Federal de Rondônia	142.612,72
Instituto Federal de Sergipe	90.450,00
Instituto Federal do Maranhão	2.118,18
Instituto Federal do Mato Grosso	7.100,82
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	56.449,52
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	7.044,15

FONTE: STN/COFIN (3/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Instituto Federal do Piauí	201.785,00
Instituto Federal do Tocantins	85.668,26
Instituto Federal Goiano	1.174,80
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	20.750,00
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	23.700.291,06
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	667.690,00
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	222.481,00
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	39.430,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	5.921.407,91
Ministério da Economia - Administração Direta	187.235.327,43
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	221.729,00
Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	(643.297,52)
Senado Federal	1.592.890,00
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	687.377,29
Supremo Tribunal Federal	34.169,00
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.897.030,00
Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região -RO/AC	51.300,00
Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	331.881,00
Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	132.912,34
Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	395.123,39
Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	204.722,82
Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	261.617,16
Universidade Federal da Bahia	7.005,24
Universidade Federal da Paraíba	206.650,00
Universidade Federal de Itajubá	32.794,44
Universidade Federal de Minas Gerais	443,57
Universidade Federal de Santa Catarina	26.311,48
Universidade Federal de São Paulo	376.225,06

Universidade Federal de Uberlândia	17.892,49
Universidade Federal do Ceará	372.987,80
Universidade Federal do Espírito Santo	24.967,01
Universidade Federal do Pará	34.778,00
Universidade Federal do Paraná	327.778,44
Universidade Federal do Rio de Janeiro	16.500,00
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	75.205,02
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	1.694,00
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	86.798,19
66 RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	345.655.686,19
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	165.663.172,16
Fundo Nacional da Cultura - FNC	153.064.756,40
Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE - Min.Desenvolvimento Regional	21.482.400,24
Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazonia - FDA - Min.Desenvolvimento Regional	(4.609.100,00)
Superintendencia de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	10.054.457,39
72 OUTRAS CONTRIBUIÇOES ECONOMICAS	21.639.161.727,91
Agência Nacional de Aviação Civil - Fundo Aeroviário	28,23
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	63.346.958,76
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	2.032.551.631,37
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	4.464.385.682,51
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	13.546.978.779,15
Fundo Naval	116.057,23
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	176.097.173,29
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	5.660.861,42
Ministério da Economia - Administração Direta	50.280,61
Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	1.349.974.275,34

FONTE: STN/COFIN (4/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
74 TAXAS E MULTAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA E MULTAS PROV.DE PROCESSOS JUDICIAIS	18.456.915.775,29
Agência Nacional de Águas - ANA	1.423.546,15
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	131.272.100,64
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.339.159.530,58
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Conta de Desenvolvimento Energético	1.126.204,62
Agência Nacional de Mineração - ANM	143.575.724,12
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	1.322.625.409,06
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	67.713.547,02
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	16.740.659,79
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	444.316.763,66
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	179.037.960,64
Agência Nacional do Cinema - ANCINE	8.540.242,46
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	867.836.439,09
Comando da Aeronáutica	19.660.845,20
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	964.887.901,07
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	1.762.423,96
Departamento de Polícia Federal - DPF	1.059.572.103,54
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	1.003.988.085,90
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	1.536.077.773,22
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	3.878,45
Fundo da Marinha Mercante	18.020.744,47
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	291.458.022,18
Fundo de Defesa de Direitos Difusos - MJ	2.790.667.252,27
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	76.509.157,20
Fundo do Exército	69.840.290,18
Fundo do Serviço Militar - FSM	10.770.769,57
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	8.322.133,57
Fundo Nacional de Cultura - FNC	8.803.258,79
Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	211.070.516,21
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	3.358.361.013,84
Fundo Nacional de Segurança Pública	2,42
Fundo Naval	31.688.992,26
Fundo Partidário	83.088.167,13
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	16.141.871,09
Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR	110.094,27
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	459.724.284,14
Instituto Chico Mendes - ICMBIO	10.335.957,74
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	508.227,39
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	208.187.664,07
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	62.430.429,89
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	303.275.392,23
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	64.110.293,45
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	33.003,00
Ministério da Economia	317.740.838,61
Ministério da Justiça e Segurança Pública	8.470.194,47
Ministério das Relações Exteriores	3.354.347,31
Ministério do Turismo	7.116,00
Receita do Tesouro da União	111.305.210,24
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	93.594.919,39
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	594.898.672,54
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	34.902.986,80
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	99.862.813,40

FONTE: STN/COFIN (5/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
75 TAXAS POR SERVIÇOS PUBLICOS	191.159.087,66
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	372.279,27
Fundo do Serviço Militar	22.724.461,16
Fundo Naval	123.253,47
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2.713.243,41
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP	1.676,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.466.942,08
Receita do Tesouro da União - CBEE	101.597.700,28
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - FUNDAF	272.613,13
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - parcela da Casa da Moeda do Brasil - CMB	16.612.547,71
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	2.632.168,56
Superior Tribunal de Justiça	27.270.940,20
Supremo Tribunal Federal	13.371.261,59
76 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.780.828.204,48
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	1.165.637.320,59
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	40.660.277,73
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	337.521.706,89
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	(10.681.857,74)
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	22.800,00
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.395.662.277,19
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	850.782.647,07
Ministério da Cidadania	1.223.032,75
78 FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	5.285.987.473,82
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	3.341.274.702,57
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	1.057.732.622,10
Fundo Nacional da Cultura - FNC	180.308.298,33
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	77.299.733,13
Receita do Tesouro da União	629.372.117,68
86 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	17.286.589.463,65
Banco Central do Brasil - BCB	1.475.391.005,70
Departamento de Polícia Federal - DPF	15.223.834,23
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	3.309.964.680,05
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	1.975.916,44
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	3.582.386.204,64
Fundo Nacional de Cultura - FNC	48.453.744,69
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	55.635.888,91
Fundo Nacional de Saúde - FNS	59.718.257,74
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	2.311.244.827,75
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	2.519.189,81
Fundo Social	966.622.241,08
Ministério da Economia - Administração Direta	1.822.457.593,45
Ministério da Educação	1.017.086.614,51
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	712.999.390,94
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	525.442.593,93
Receita do Tesouro da União	303.714,41
Recursos sob Supervisão do FIES - MEC	99.931.691,54
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia - EFU	1.261.688.569,18
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia - Municípios	(1.165.444,42)
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	(590.695,83)
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	19.451.391,78
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	(151.746,88)
96 DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	113.170.106,41
Arquivo Nacional	30.021,00
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	233.672,35
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologico - CNPQ	(14.237.257,26)
Fundação Coord, de Aperf. de Pessoal Nivel Superior - CAPES	1.537.617,13
Fundação Osório	933.795,23
Fundação Universidade de Brasília - FUB	(11.214,55)
Fundação Universidade do Amazonas	(2.940,81)
Fundação Universidade Federal de Rondônia	287.533,33
Fundação Universidade Federal do Acre	90.221,21
Fundo do Exército	8.775,49
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.277,44
Fundo Nacional do Idoso - FNI	66.813.314,68
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	60.131.459,91
Fundo Naval	82.320,58
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	634,61
Hospital Universitário João de Barros Barreto	7,87
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA	(3.092.407,30)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	(152.513,30)
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	489.329,42
Universidade Federal da Bahia	2.176,18
Universidade Federal da Paraíba	7.367,28
Universidade Federal de Itajubá	571,12
Universidade Federal do Oeste do Pará	6,23
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	14.525,46
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	1.813,11

FONTE: STN/COFIN (6/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
50 RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	31.740.294.904,55
Advocacia-Geral da União - AGU	2.526.574,22
Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	(119.664,00)
Agência Espacial Brasileira - AEB	20.813,41
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	3.790.536,12
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	132.353.000,85
Agência Nacional de Mineração - ANM	15.860.348,55
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	1.718.244,73
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	8.658.442,23
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	280.245,52
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	285.874.358,84
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	1.875.177,90
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	876.848.982,65

Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	120.287,34
Arquivo Nacional - RJ	21.933,89
Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO	1.599.396,84
Banco Central do Brasil	6,01
Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	2.445.523,41
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica - CFIAe	6.334.870,37
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.356.114,04
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	41.531,64
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	266.330,63
Colégio Pedro II	1.426.823,06
Comando da Marinha	40.307,00
Comando do Exército	(15.862,76)
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	2.472.822,68
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	54.020.160,28
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	485.706.061,14
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	11.522.623,98
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	6.947.797,12
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	37.792.653,48
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	1.296.449,19
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRJ	32.657,96
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN	281.677,24
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	102.045.514,47
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ	2.938.170,99
Conselho Nacional de Justiça	958.786,58
Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	3.128.135,29
Defensoria Pública da União - DPU	13.363.306,11
Departamento de Polícia Federal - DPF	27.556.912,13
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	30.426.155,99
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	155.232.216,33
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	161.682,11
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	104.002.111,72
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	55.320.790,91
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	32.518.495,19
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	26.446.419,70
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	13.813.157,24
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	163.331.027,64
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	20.922.767,35
Fundação Alexandre de Gusmão	1.927,45
Fundação Biblioteca Nacional	(620.935,72)
Fundação Casa Rui Barbosa	2.551,49
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	177.497.899,98

FONTE: STN/COFIN (7/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	1.271.924,85
Fundação Joaquim Nabuco	125.252,05
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Seg. e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO	4.097.586,73
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE	626.892,63
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	3.121.481,74
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	1.735.085,83
Fundação Osório	256.100,00
Fundação Oswaldo Cruz	6.468.364,07
Fundação Universidade de Brasília	12.449.262,69
Fundação Universidade do Amazonas	2.470.100,52
Fundação Universidade do Maranhão	2.805.512,70
Fundação Universidade do Rio de Janeiro	537.708,24
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	624.181,96
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	927.894,58
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	5.188.208,53
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	4.052.876,74
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	23.567,86
Fundação Universidade Federal de Pelotas	1.244.230,77
Fundação Universidade Federal de Rondônia	1.394.779,47
Fundação Universidade Federal de São Carlos	463.964,55
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	79.578,76
Fundação Universidade Federal de Sergipe	3.697.257,87
Fundação Universidade Federal de Viçosa	1.543.820,95
Fundação Universidade Federal do ABC	1.259.354,06
Fundação Universidade Federal do Acre	1.706.042,50
Fundação Universidade Federal do Amapá	66.394,24
Fundação Universidade Federal do Pampa	274.202,33
Fundação Universidade Federal do Piauí	55.823,49
Fundação Universidade Federal do Tocantins	5.826.450,11
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	1.007.085,28
Fundo Aeronáutico	7.817.467.931,87
Fundo da Marinha Mercante	444,66
Fundo de Adminstração do Hospital das Forças Armadas	2.263.697,86
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.113.115.281,00
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	(102.200.891,89)
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE	17.445.196,42
Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD	8.242.986,21
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	8.053.911,05
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Rec.sob Supervisão do Ministério da Economia	1.369.255.704,59
Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	3.334.981.456,93
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	57.431.458,47
Fundo de Imprensa Nacional	1.862.963.820,61
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	4.747.196,77
Fundo do Exército	1.056.501.532,61
Fundo do Ministério da Defesa	12.715.347,55
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	145.743.545,92
Fundo Especial do Senado Federal	136.371.677,86
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	96.931.918,43
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	119.374.746,20
Fundo Nacional de Cultura - FNC	288.167.950,89
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	11.995.766,79
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	27.860.908,70
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	30.218.770,45
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	(426.936,15)

FONTE: STN/COFIN (8/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Fundo Nacional de Saúde - FNS	111.409.631,94
Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET	2.647.021.316,80
Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA	4.410,95
Fundo Naval	1.694.730.415,44
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	4.955.766,45
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	61.934.173,35
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	430.929.276,88
Hospital das Clínicas da UFG	217.935,22
Hospital das Clínicas da UFPE	2.859.900,60
Hospital de Clínicas da UFPR	28.716,01
Hospital de Clínicas da UFTM	1.451.644,30
Hospital de Clínicas da UFU	933,04
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	6.519.289,41
Hospital Júlio Muller	751.455,33
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	8.556.032,47
Hospital Universitário Alcides Carneiro	5.470,00
Hospital Universitário Antonio Pedro	(20.808,32)
Hospital Universitário Bettina Ferro Souza	889,68
Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	3.853.133,52
Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão	(31.193,52)
Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe	772.429,77
Hospital Universitário da UFGD	42.246,70
Hospital Universitário da UFJF	2.852,00
Hospital Universitário da UNIFESP	12.191,53
Hospital Universitário de Brasília	11.642,78
Hospital Universitário de Santa Maria	167.635,28
Hospital Universitário Getúlio Vargas	257.434,68
Hospital Universitário João de Barros Barreto	12.503,87
Hospital Universitário Lauro Wanderley	3.901,21
Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	41.590,82
Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago	36.967,45
Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	80.536,27
Hospital Universitário Walter Cantídio	35.529,47
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	226.651.222,22
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	458.099.778,28
Instituto Benjamin Constant	158.728,20
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	1.819.026,85
Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR	803.207,93
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	71.877.913,97
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO	97.743.578,41
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	2.332,14
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	249.153,98
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	625.416,46
Instituto Federal Baiano	1.943.372,90
Instituto Federal Catarinense	693.645,80
Instituto Federal da Bahia	1.182.683,49
Instituto Federal da Paraíba	3.241.292,10
Instituto Federal de Alagoas	208.500,29
Instituto Federal de Brasília	558.912,65
Instituto Federal de Goiás	41.922,53
Instituto Federal de Minas Gerais	3.331.871,33
Instituto Federal de Pernambuco	2.906.104,38
Instituto Federal de Rondônia	184.743,78
Instituto Federal de Roraima	1.653.853,99

FONTE: STN/COFIN (9/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Instituto Federal de Santa Catarina	1.192.861,49
Instituto Federal de São Paulo	132.243,96
Instituto Federal de Sergipe	681.747,32
Instituto Federal do Acre	1.261.008,26
Instituto Federal do Amapá	1.968.637,70
Instituto Federal do Amazonas	2.448.875,47
Instituto Federal do Ceará	409.758,09
Instituto Federal do Espírito Santo	1.899.651,58
Instituto Federal do Maranhão	160.734,28
Instituto Federal do Mato Grosso	185.148,01
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	1.338.813,31
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	163.652,82
Instituto Federal do Pará	392.714,37
Instituto Federal do Paraná	3.865.230,65
Instituto Federal do Piauí	2.381.606,62
Instituto Federal do Rio de Janeiro	1.645.049,29
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	421.043,39
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	380.944,45
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	642.934,77
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	228.409,20
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	558.253,41
Instituto Federal do Tocantins	1.693.746,53
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	415.004,87
Instituto Federal Farroupilha	376.934,98
Instituto Federal Fluminense	29.779,60
Instituto Federal Goaino	2.068.687,81
Instituto Federal Sul-rio-grandense	422.003,50
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	615.452.549,56
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	27.529.502,37
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	92.454.738,25
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	597.112.281,45
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	569.893,05
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	147.108.034,83
Justiça da Infância e da Juventude	12.450,05
Justiça Federal de Primeiro Grau	2.110.057,09
Justiça Militar da União	4.599.882,54

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	126.475.437,51
Ministério da Cidadania	24.705.309,71
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	6.172.989,21
Ministério da Defesa	25.553,38
Ministério da Economia	172.021.598,52
Ministério da Educação	720.434,71
Ministério da Justiça e Segurança Pública	13.053.017,18
Ministério das Relações Exteriores	7.705.800,18
Ministério de Minas e Energia	550.102.221,71
Ministério do Desenvolvimento Regional	(174.685,20)
Ministério Infraestrutura	2.269.957,10
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	451.962,88
Ministério Público do Trabalho	1.712.091,86
Ministério Público Federal	1.789.195,77
Ministério Público Militar	13.922,16
Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	4.829.795,98
Presidência da República	99.253,70
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	2.184.018,40

FONTE: STN/COFIN (10/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha	13.360.833,24
Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia	1.225.435.596,89
Recursos sob Supervisão do FDA - MDR	2.302.208,97
Recursos sob Supervisão do FDCO - MDR	12.364.056,94
Recursos sob Supervisão do FDNE - MDR	46.310.063,11
Recursos sob Supervisão do FUNGETUR - MTUR	103.779,83
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia - EFU	195.347.586,70
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	1.088.071.187,21
Senado Federal	1.280.565,64
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	51.109,11
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	9.075.322,22
Superintendência de Seguros Privados	91.189.302,45
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM	35.130.190,70
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	4.965.108,91
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	88.805.903,39
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	12.515,71
Superior Tribunal de Justiça	6.085.131,48
Supremo Tribunal Federal	2.380.024,20
Tribunal de Contas da União	22.029.899,07
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	8.003.371,57
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	6.137.506,61
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	20.894.952,08
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	3.544.664,67
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	323.075,90
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	3.160.107,69
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	5.556.831,69
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	2.972.266,33
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	110.948,41
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	880.665,46
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	984.230,74
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	3.442.827,92
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	1.367.536,52
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	613.609,60
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	366.827,57
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	8.822.508,16
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	184.860,06
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	1.050.894,92
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	968.897,48
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1.304.202,87
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	593.497,63
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	2.354.908,43
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	142.037,84
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	568.248,24
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	648.947,74
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	1.166.118,82
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	14.685,00
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	3.265.136,58
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	171.060,41
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	70.210,00
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	324.834,12
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	1.735,00
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	335.122,51
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	865.163,81
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	708.672,77

FONTE: STN/COFIN (11/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	616.032,10
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	95,00
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	2.048.551,52
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	57.465,50
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1.449.290,72
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	11.917.647,53
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	2.445.975,00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	1.363.492,54
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1.556.690,36
Tribunal Superior do Trabalho	17.188.328,34
Tribunal Superior Eleitoral	18.641.441,30
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	700.943,16
Universidade Federal da Bahia	(69.711,77)
Universidade Federal da Fronteira Sul	1.085.680,40
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	683.835,30
Universidade Federal da Paraíba	6.283.897,93

Universidade Federal de Alagoas	3.540.421,75
Universidade Federal de Alfenas	818.825,53
Universidade Federal de Campina Grande	1.187.270,14
Universidade Federal de Goiás	475.475,85
Universidade Federal de Itajubá	972.272,57
Universidade Federal de Juiz de Fora	(17.039.503,35)
Universidade Federal de Lavras	196.041,47
Universidade Federal de Minas Gerais	1.194.896,25
Universidade Federal de Pernambuco	7.981.802,20
Universidade Federal de Roraima	1.187.344,11
Universidade Federal de Santa Catarina	4.683.324,73
Universidade Federal de Santa Maria	4.844.554,32
Universidade Federal de São Paulo	(129.438,38)
Universidade Federal de Uberlândia	289.718,88
Universidade Federal do Cariri	695.790,21
Universidade Federal do Ceará	2.161.739,02
Universidade Federal do Espírito Santo	8.638.989,20
Universidade Federal do Oeste da Bahia	439.276,21
Universidade Federal do Oeste do Pará	577.822,35
Universidade Federal do Pará	4.592.257,47
Universidade Federal do Paraná	2.796.895,92
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1.034.507,32
Universidade Federal do Rio de Janeiro	23.053.466,15
Universidade Federal do Rio Grande	31.428,20
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	20.476.522,23
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	598.787,15
Universidade Federal do Sul da Bahia	1.092.113,19
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	46.287,11
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1.170.744,96
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	1.032.107,99
Universidade Federal Fluminense	5.550.381,69
Universidade Federal Rural da Amazônia	1.788.280,44
Universidade Federal Rural de Pernambuco	673.169,38
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1.782.034,40
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	945.231,68
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	6.675.567,70
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	15.872.711,51

FONTE: STN/COFIN (12/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	121.511.214.253,87
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	22.473.576,77
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.721.726,74
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	5.749.115,22
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	4.219.554.711,95
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	2.452.533,35
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	7.500,00
Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	6.591.929,39
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica	87.180.350,43
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.527,59
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	1.839,74
Comando do Exército	15.930.837,13
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	3.484.517,58
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	4.432.864,13
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	(28.114.528,37)
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF	3.612.501,13
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	365.001,87
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.019.482,21
Conselho Nacional de Desenv.Cientif.e Tecnológico	10.949.531,84
Empresa Brasil de Comunicação - EBC	161.567.883,84
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	1.420.998,41
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	5.168.334,06
Empresa de Planejamento e Logística - EPL	9.445.718,46
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	11.056.729,44
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	27.612.584,13
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	1.697.592,80
Fundação Jorge Duprat Fig. de Seg. e Med. do Trab. - FUNDACENTRO	27.713.773,13
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	8.081.786,36
Fundação Oswaldo Cruz	4.484.692,56
Fundação Universidade de Brasília - FUB	4.667.799,64
Fundação Universidade do Amazonas	1.430.779,22
Fundação Universidade do Maranhão	46.525,96
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	272.853,61
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	24.658,64
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	320.959,54
Fundação Universidade Federal de Pelotas	24.360,34
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR	15.727,58
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	15,29
Fundação Universidade Federal de Viçosa	203.239,50
Fundação Universidade Federal do Acre	90,21
Fundação Universidade Federal do Amapá	140.436,39
Fundação Universidade Federal do Pampa	390.285,00
Fundação Universidade Federal do Piauí	437,91

FONTE: STN/COFIN (13/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Fundo Aeronáutico	1.130.306.475,96
Fundo da Marinha Mercante	12.108.006.286,57
Fundo de Adminstração do Hospital das Forças Armadas	11.037,75
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	34.008.133.369,24
Fundo de Compensação de Variações Salariais	12.835.104.642,22
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	44.595.499,07
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	724.754.527,84
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR	1.900.877.391,54

Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	25.579.094.108,53
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	2.197.895.853,17
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.659.142,20
Fundo do Exército	361.908.261,15
Fundo do Ministério da Defesa	10.025.683,02
Fundo do Serviço Militar - FSM	12.037.675,38
Fundo Nacional da Cultura	30.909.061,05
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.037.798,73
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	3.975.783.107,93
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	62.878.524,55
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnol. - FNDCT	756.529.230,59
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2.365.838.571,21
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	1.652.193.524,51
Fundo Nacional de Saúde - FNS	21.720.046,19
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	455.840.053,71
Fundo Nacional do Idoso - FNI	17.169.954,30
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	28.584.259,10
Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima	(24.696.081,58)
Fundo Naval	531.835.223,28
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	1.730.991.918,54
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	124.386.303,75
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	294.598.415,54
Fundo Soberano do Brasil	9.560,16
Fundo Social - FS	6.848.734.168,47
Hospital das Clínicas da UFU	224.167,36
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	786.950,64
Hospital Júlio Muller	65.079,31
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	15.199.606,50
Hospital Universitário Bettina Ferro Souza	146,43
Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais	751.571,04
Hospital Universitário da UFTM	944.655,54
Hospital Universitário João de Barros Barreto	24,01
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	40.475.218,53
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	25.283.196,29
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	12.953,78

FONTE: STN/COFIN (14/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur	630.285,24
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	1.586,71
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	7.071,23
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	120.275,40
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	1.946,61
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	87,02
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	27.088,93
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	19.143,94
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	38.806,64
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	533.472,50
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	78.396,61
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	561.889,25
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	573.993,70
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	0,19
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	375.710,06
Instituto Federal do Paraná - IFPR	121.473,95
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	429.358.791,78
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	43.971.921,39
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	671.592.276,48
Instituto Nacional do Seguro Social- INSS	81.907.802,57
Justiça Federal de Primeiro Grau	141.272,62
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	191.950,42
Ministério da Cidadania	14.400.740,17
Ministério da Economia	72.416,13
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.759.139,68
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	(817.180,00)
Ministério de Minas e Energia	15.730,37
Ministério do Desenvolvimento Regional	15.159.913,08
Ministério do Meio Ambiente	12.502,48
Ministério do Turismo	998.341,54
Rec.sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da MB - MD	38.721.595,83
Recursos sob Sup. da Caixa de Fin. Imob. da Aeronáutica	29.224,16
Rec.sob Superv.do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MAPA	16.915.762,12
Recursos sob Supervisão do FDA - Ministério do Desenvolvimento Regional	1.589.148.976,11
Recursos sob Supervisão do FDCO - Ministério do Desenvolvimento Regional	252.958.949,82
Recursos sob Supervisão do FDNE - Ministério do Desenvolvimento Regional	2.330.647.733,16
Recursos sob Supervisão do FIES - MEC	108.614.300,67
Recursos sob Supervisão do FUNCAFE - MAPA	1.620.432.397,65
Recursos sob Supervisão do FUNGETUR/MTUR	2.347.135,78
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	(337.640,00)
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	9.005.172,67
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	279.775.055,93
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM	9.344.498,68
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	(1.008.443,07)
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	(572.411.787,35)
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	586.093,24
Tribunal de Justiça do DF	40.594.759,33

FONTE: STN/COFIN (15/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Continuação

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º.

R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Universidade Federal da Bahia	59.840,15
Universidade Federal da Fronteira do Sul	0,08
Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA	113.376,49
Universidade Federal de Juiz de Fora	4.351.188,86
Universidade Federal de Minas Gerais	616.996,30
Universidade Federal de Pernambuco	(3.055,05)
Universidade Federal de Santa Catarina	245.618,03
Universidade Federal de Santa Maria	459.962,91
Universidade Federal de Uberlândia	824.496,41
Universidade Federal do Ceará	276.873,92
Universidade Federal do Espírito Santo	669.666,36
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	26.150,21
Universidade Federal do Oeste da Bahia	11.784,41
Universidade Federal do Oeste do Pará	922.030,54
Universidade Federal do Pará	233.518,66
Universidade Federal do Paraná	1.674.494,88
Universidade Federal do Rio de Janeiro	22.274,84
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	90.692,75
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	10.930.384,73
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4.645,13
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	94.902,86
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	101.687,35
Universidade Federal Fluminense	6.820,17
Universidade Federal Rural da Amazônia	72.939,85
Universidade Federal Rural de Pernambuco	447.003,84
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	464.562,71
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	574.321,24
81 RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.532.909.040,67
Advocacia-Geral da União - AGU	906.427,85
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	4.463,84
Comando da Aeronáutica	(2.501.902,30)
Comando da Marinha	1.047.120,08
Comando do Exército	12.543.600,27
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	1.682.000,00
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	770.774,32
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	2.364,93
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1.060.749,37
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ	(156.388.737,70)
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1.081.457.259,18
Departamento de Polícia Federal - DPF	19.037,04
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	83.056,45
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	838.145,65
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	1.750.000,00
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	763.652,58
Fundação Oswaldo Cruz	352.480,76
Fundação Universidade do Amazonas	1.720.060,97
Fundação Universidade do Maranhão	600.016,75
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	372,00
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	25.561,37
Fundação Universidade Federal de Pelotas	266.182,57
Fundação Universidade Federal de Rondônia	61.550,66
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	572,00
Fundação Universidade Federal de Sergipe	1.058,65
Fundação Universidade Federal do Amapá	0,01
Fundação Universidade Federal do Pampa	3,60
Fundação Universidade Federal do Tocantins	6.809,80
Fundo Aeronáutico	3.035.770,89
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	38.163,38
Fundo Naval	490.976,74

FONTE: STN/COFIN

(16/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Continuação

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º.

R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Hospital de Clínicas da UFTM	1.161.159,78
Hospital de Clínicas da UFU	1.349.325,74
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	64.175,19
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	134.554,24
Hospital Universitário Bettina Ferro Souza	819,00
Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	5.565.173,77
Hospital Universitário da UFGD	140.583,58
Hospital Universitário João de Barros Barreto	958,64
Instituto Federal Catarinense	3.200,00
Instituto Federal da Bahia	147.191,87
Instituto Federal da Paraíba	926,59
Instituto Federal de Minas Gerais	38.989,32
Instituto Federal de Rondônia	142.985,66
Instituto Federal do Ceará	9.130,38
Instituto Federal do Espírito Santo	39,71
Instituto Federal do Pará	555.000,00
Instituto Federal do Paraná	50.570,46
Instituto Federal do Rio de Janeiro	863.180,36
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	110,00
Instituto Federal Goaino	25.395,26
Justiça da Infância e da Juventude	11,97
Justiça Federal de Primeiro Grau	6.029.310,90
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	320.280,59
Ministério da Economia	(6.577.811,86)
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	47.985,91
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	278.193.198,91
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	14.827.107,48
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	38.809.227,56
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	24.778.923,03
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	3.508.112,19
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	1.464.152,08

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	55.722.109,70
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	2.547.170,06
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	225.823,40
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	18.626.492,40
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	7.185.078,17
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	1.887.799,55
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	172.493,53
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	1.059.727,40
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	125.380,59
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	34.344.449,74
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	685.239,93
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	15.156.970,09

FONTE: STN/COFIN (17/18)

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL Continuação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO, art. 45, §6º, §7º e §9º. R$ 1,00

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	644.923,02
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1.752.723,66
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	13.630.126,75
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	6.783.356,27
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	123.926,07
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	2.310.132,67
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	1.078,81
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	3.685.126,88
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	410.628,51
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	3.200,11
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	177.207,64
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2.372.863,22
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	502.955,97
Universidade Federal da Paraíba	1.838.554,24
Universidade Federal de Goiás	988.615,66
Universidade Federal de Minas Gerais	163.509,46
Universidade Federal de Pernambuco	1.149.886,87
Universidade Federal de Santa Catarina	49,50
Universidade Federal de Santa Maria	1.549.333,36
Universidade Federal de Uberlândia	36.983,99
Universidade Federal do Espírito Santo	152.836,47
Universidade Federal do Oeste da Bahia	8.414,20
Universidade Federal do Pará	1.641.209,29
Universidade Federal do Paraná	31.175.302,26
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	285.004,71
Universidade Federal do Rio Grande	7.999,17
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	901.518,65
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	394,65
Universidade Federal Rural da Amazônia	566.911,59
Universidade Federal Rural de Pernambuco	13.972,44

FONTE: STN/COFIN (18/18)

III - INFORMAÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 3.324/2015 - PLENÁRIO

JUSTIFICATIVAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Em relação às justificativas de Limitação de Empenho exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional informou que não foi estabelecida limitação no bimestre do relatório.

JUSTIFICATIVAS PARA A FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO E À EVASÃO FISCAL E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA.

As informações a seguir foram elaboradas em cumprimento ao art. 53, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), este relatório contempla as justificativas para a frustação das receitas administradas pela RFB. Receitas não administradas pela RFB não são objeto da análise. Da mesma forma, as ações de fiscalização e cobrança abrangem as atividades de competência da RFB.

- Justificativas para a frustração de receitas

1 - As receitas fazendárias ficaram dentro das estimativas constantes do Decreto nº 10.249/2020 no 1º bimestre/2020.

2 - As receitas previdenciárias, no acumulado, ficaram R$ 634 milhões abaixo do previsto pelo Decreto nº 10.249/2020 no 1º bimestre/2020, embora, no bimestre em tela, posicionaram-se em linha, ou seja, dentro do estimado.

- Medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal e ações de fiscalização

Procedimentos Fiscais Executados até fevereiro de 2020

Consolidado	2020	
	Quantidade	Crédito (R$)
Auditorias Externas	1.442	21.677.449.995,00
Revisão de Declarações	53.330	898.778.817,37
Total	54.772	**22.576.228.812,37**

Em diversas ações fiscais encerradas em 2020, foram identificadas provas de ocorrência, em tese, de crime contra a ordem tributária.

Em tais situações, como forma de combater as fraudes e sonegações, a Fiscalização da RFB promove Representação Fiscal para Fins Penais (RFFP), que é encaminhada ao Ministério Público Federal (titular da ação penal) quando o lançamento tributário for considerado definitivo na esfera administrativa.

- Ações de cobrança

Com o objetivo de recuperação dos créditos ativos de natureza tributária, a RFB efetuou a cobrança desses créditos por meio de emissão de avisos de cobrança ou intimação para pagamentos nos quantitativos demonstrados na tabela a seguir.

Cobrança Administrativa da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Crédito Tributário-Origem	Período de Referência	Qtd. Cobrança/IP	Valor Cobrado (R$)
IRPF (1)	Janeiro a fevereiro/2020	42.837	122.362.522,78
ITR (2)*	Janeiro a fevereiro/2020	56.176	10.358.867,07
Sief-Fiscel (3)	Janeiro a fevereiro/2020	4.584.803	18.429.267.542,12
GFIP (4)	Janeiro a fevereiro/2020	37.111	950.549.115,34
Sief-Processo (5)*	Janeiro a fevereiro/2020	32.711	9.512.064.910,55
Total	-	4.753.638	29.024.602.957,86

Fontes: (1) Conta Corrente Pessoa Física; (2) Conta Corrente ITR* dados disponíveis somente até agosto/2019; (3) Sief Fiscalização Eletrônica; (4) Sistema Informar - GFIP; (5) Sief-Processo - DW* dados disponíveis somente até janeiro/2020.

Legenda: Sief = Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais;

GFIP = Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social.

Ressalta-se que, até janeiro de 2020, na atuação da Cobrança Administrativa Especial estabelecida pela Portaria RFB nº 1.265/2015, houve a cobrança de 138 contribuintes, abrangendo R$ 6.546.677.200,61.

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 17, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "ECÓGRAFO COM ANÁLISE ESPECTRAL DOPPLER / EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM COM ANÁLISE ESPECTRAL DOPPLER".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/4018-consulta-ppb-2020

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

ANEXO

PROPOSTA 025/19: ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DO PRODUTO ECÓGRAFO COM ANÁLISE ESPECTRAL DOPPLER / EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM COM ANÁLISE ESPECTRAL DOPPLER, ESTABELECIDO PELO ART. 12 DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 67, DE 30/12/2019, PARA ADEQUAÇÃO AO RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE APELAÇÃO NOS PAINÉIS DA OMC (WT/DS472/AB/R E WT/DS497/AB/R)

OBS: A consulta está em forma de Portaria. As alterações propostas abaixo se referem à Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 67, de 30 de dezembro de 2019, mas também se aplicam, com as devidas adaptações, à Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 257, de 21 de agosto de 2013, referente à Zona Franca de Manaus.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico do produto ECÓGRAFO COM ANÁLISE ESPECTRAL DOPPLER / EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM COM ANÁLISE ESPECTRAL DOPPLER, industrializado no País, estabelecido art. 12 da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC n.º 67, de 30 de dezembro de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2020, passa a ser o seguinte:

Inciso	Etapa Produtiva	Pontos Totais
I	Projeto de Desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTIC nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	6
II	Investimento adicional em P&D, valendo 2 pontos para cada 1% investido adicionalmente em P&D, limitado a um máximo de 10 pontos.	10
III	Desenvolvimento do software de processamento de imagens e sinais ou reconstrução de imagens.	6
IV	Montagem e soldagem dos fios das conexões elétricas dos transdutores.	19
V	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de recepção de sinais ou tratamento/processamento de imagens ou saída de imagens.	29
VI	Montagem dos suportes de monitor e de apoio dos cabos de transdutores, posicionamento do monitor, incluindo passagem e alocação dos cabos de alimentação e de sinal de vídeo, quando aplicável.	2
VII	Montagem das carenagens de acabamento, conexão e alocação dos cabos de alimentação, sinais, controles e aterramento.	1
VIII	Montagem do puxador de movimento e das carenagens de acabamento, quando aplicável.	1
IX	Instalação dos filtros antipoeira nas partes internas do equipamento, quando aplicável.	1
X	Instalação do programa (software) de interação com usuário do equipamento.	1
XI	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) e/ou estampagem dos gabinete (chassi estrutural).	4
XII	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) e/ou estampagem dos rodízios (rodas de movimentação).	2
XIII	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) e/ou estampagem dos braços dos suportes dos monitores.	2
XIV	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) e/ou estampagem dos pedais de acionamento.	4
XV	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do aquecedor de gel.	4
XVI	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do sistema externo de gravação de vídeo.	7
XVII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de alimentação e distribuição de energia.	11
XVIII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas do sistema autônomo de segurança de alimentação de energia elétrica ("no break").	5
XIX	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem as funções de processamento central, controle do carro de impressão, memória e interface de comunicação de dados com controle lógico das impressoras.	5
XX	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do monitor de visualização de imagem.	3
XXI	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa lógica da unidade da unidade de armazenamento de dados (HDD ou SSD).	2
XXII	Testes de funcionamento completo (hardware e software); testes gerais de: imagem em tempo real, resolução axial, resolução lateral, precisão do monitor; testes gerais de: imagem em tempo real, resolução axial, resolução lateral, precisão do monitor, modo de movimento, qualidade e sensibilidade no modo bidimensional e interferências; testes de documentação de imagens.	6
XXIII	Embalagem final do equipamento.	1

Parágrafo único. A etapa estabelecida no inciso I deste artigo, que trata de Projeto e Desenvolvimento, só será pontuada para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Art. 2º Será atribuída a cada etapa de produção, pontuação total conforme estabelecido nos incisos do art. 1º, sendo que a empresa deverá acumular um total de 30 pontos por ano calendário.

Art. 3º O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicional ao exigido pela legislação a que se refere esta Portaria deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologia da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento em P&D adicional ao exigido pela legislação a que se refere o caput deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de P&D do ano calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 5º Fica revogado o art. 12 daPortaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 67, de 30 de dezembro de 2019.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CONSULTA PÚBLICA Nº 18, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/4018-consulta-ppb-2020

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

ANEXO

PROPOSTA Nº 007/20 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ATUALMENTE ESTABELECIDO PELAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS MDIC/MCTI Nos 325 E 326, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA ADEQUAÇÃO AOS RELATÓRIOS WT/DS472/AB/R E WT/DS497/AB/R DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC

OBS.: As alterações propostas estão em forma de Portaria, na versão da lei de Informática, mas são também aplicáveis para a Zona Franca de Manaus.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, industrializado no País, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 325, de 31 de dezembro de 2014, passa a ser o seguinte:

Inciso	Etapas produtivas	Pontos Totais
I	Projeto de Desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	6
II	Investimento adicional em P&D, valendo 2 pontos para cada 1% investido adicionalmente em P&D, limitado a um máximo de 10 pontos.	10
III	Desenvolvimento do software de processamento de imagens e sinais.	6
IV	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) e/ou estampagem da mesa do paciente.	4
	Montagem do magneto, conforme as seguintes etapas:	
V	Instalação dos parafusos prisioneiros e fixação dos anéis frontais e traseiros no corpo do magneto.	5
VI	Instalação da bobina de gradiente no magneto.	5
VII	Instalação do suporte mecânico de fixação da cabeação principal do magneto.	5
VIII	Instalação dos suportes da tampa superior.	5
IX	Montagem do barramento de alimentação entre o magneto e a bobina de gradiente - fixação de suportes, parafusos e isoladores.	5
X	Instalação da interface para antenas receptoras de sinal do magneto.	5
XI	Montagem do conjunto carga resistiva para circuitos de transmissão de rádio frequência (placa de circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos montados com dissipador) no suporte do magneto e ligação de suas conexões.	5
XII	Instalação dos suportes de fixação dos cabos, suportes de apoio da ponte (ou suporte da mesa do magneto) e conexão do filtro de supressão e suas conexões.	5
XIII	Estampagem dos gabinetes de computadores (rack metálico).	3
XIV	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas que implementem a função de processamento central do computador computador console.	5
XV	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas que implementem a função de processamento central do computador computador console.	5
XVI	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de estabilizador de tensão.	17
XVII	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) das partes plásticas, estampagem das peças metálicas, montagem elétrica e mecânica de todas as partes do equipamento de refrigeração (chiller), conforme aplicável.	13
XVIII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem as funções de processamento central, controle do carro de impressão, memória e interface de comunicação de dados com controle lógico das impressoras de relatórios e imagens em papel.	2

XIX	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem as funções de processamento central, controle do carro de impressão, memória e interface de comunicação de dados com controle lógico das impressoras de exames em filme especial.	2
XX	Montagem elétrica e mecânica de todas as partes do sistema de distribuição e controle de energia de alta potência.	3
XXI	Instalação dos programas de computador para configuração e operação do equipamento.	7
XXII	Testes e embalagem final do produto.	2

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto nos incisos do caput deste artigo, sendo que a empresa deverá acumular no mínimo 56 pontos por ano calendário.

§ 2º A etapa estabelecida no inciso I deste artigo, que trata de Projeto e Desenvolvimento, só será pontuada para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Art. 2º O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicional ao exigido pela legislação, a que se refere o inciso II do art. 1º, deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento em P&D adicional ao exigido pela legislação, a que se refere o caput deste artigo, deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, dos APARELHOS DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados como aplicação em atividades de P&D do ano calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Fica proibida a utilização de partes, peças, componentes e módulos elétricos, eletrônicos e magnéticos, usados, remanufaturados ou retrabalhados.

Art. 4º O sistema referido no inciso XX do art. 1º é o equipamento necessário para assegurar a correta administração da alimentação elétrica de potência para os diversos módulos que integram o APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, por meio do gerenciamento e distribuição de energia elétrica.

Art. 5º Dependendo da configuração do equipamento, o estabilizador de tensão, citado no inciso XVI do art. 1º poderá estar contido no sistema citado no inciso XX do art. 1º.

Parágrafo único. No caso previsto do caput deste artigo, a pontuação dos respectivos incisos poderá ser somada para efeito de cumprimento da meta estabelecida.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 7º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 325, de 31 de dezembro de 2014.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 8.458, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Inclusão de novos modelos de produtos na habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.002495/2020-84, e no processo ME nº 19687.101547/2020-30, da empresa FOXCONN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 08.285.374/0001-02, resolve:

Art. 1º Incluir, no art.1º da Portaria nº 3.911, de 11 de fevereiro de 2020, o modelo de produto a seguir:

PRODUTO	MODELO
Terminal de Transferência Eletrônica de Débito e Crédito	C680

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

PORTARIA Nº 8.459, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Inclusão de novos modelos de produtos na habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.044559/2019-81, e no processo ME nº 19687.100694/2020-92, da empresa FIBRACEM TELEINFORMÁTICA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.010.281/0008-65, resolve:

Art. 1º Incluir, no art.1º da Portaria nº 3.044, de 20 de setembro de 2019, os modelos de produto a seguir:

PRODUTO	MODELOS
Caixa de emenda para fibra óptica, para uso aéreo e/ou subterrâneo	CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X16 SC UPC (1 IN/16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X16 SC APC (1 IN/16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 2 SPL - 1X8 SC APC (2 IN/16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 2 SPL - 1X8 SC UPC (2 IN/16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X16 SC APC (16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X16 SC UPC (16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 2 SPL - 1X8 SC APC (16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 2 SPL - 1X8 SC UPC (16 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X8 SC APC (1 IN/8 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X8 SC UPC (1 IN/8 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X8 SC APC (8 OUT) (7 a 12); CTO PRE-CONECTORIZADA AIR CASE - 1 SPL - 1X8 SC UPC (8 OUT) (7 a 12).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, seção 1, página 1,

Onde se lê: "e no inciso XXII, do § 1º, e no § 7º do art. 3º, do Decreto nº 10.822, de 20 de março de 2020,"

Leia-se: "no inciso XXIV do § 1º e no § 7º do art. 3º do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020,"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 08 da SRRF/02, de 23 de março de 2020, publicado na página nº 37 da Seção 1 da Edição nº 58 do Diário Oficial da União de 25 de março de 2020,

Onde se lê: "24/03" e "24 de março".

Leia-se: "25/03" e "25 de março", respectivamente.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 194, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe em caráter excepcional e temporário sobre o atendimento no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal em face do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no tocante às medidas para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, bem como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN veiculada pela Portaria nº 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que o interesse público, a razoabilidade e a proporcionalidade são princípios inerentes à atuação da Administração Pública, conforme o caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde - OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a competência outorgada pelo art. 270 da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, às Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) para gerir e executar as atividades de atendimento e orientação ao cidadão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, que trata da impossibilidade de prestação de serviço presencial em virtude do elevado número de afastamentos de servidores;

CONSIDERANDO a essencialidade dos serviços de fiscalização tributária e aduaneira disciplinada pelo art. 3º, XXVI, do decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a elevadíssima carência de pessoal em diversas unidades de atendimento ao público desta região fiscal, resultante da dispensa de comparecimento de servidores, autorizada pela Instrução Normativa SGP nº 19, de 12 de março de 2020;, resolve:

Art. 1º. Os Delegados da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal poderão definir, enquanto perdurar estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), na forma dos atos editados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil:

I - os horários de atendimento dos Centros de Atendimento ao Contribuinte e das Agências da Receita Federal do Brasil da respectiva jurisdição;

II - a necessidade ou não de agendamento prévio obrigatório;

III - o modo de acesso ao contribuinte à sala de espera;

IV - as hipóteses de protocolo de serviços mediante envelopamento; e

V - a utilização de outros canais de atendimento.

Art. 2º. Quando a aplicação do disposto no o art. 4º da Instrução Normativa nº 19, de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, e no Ofício Circular SEI nº 825, de 13 de março de 2020, acarretar a impossibilidade de prestação de atendimento presencial, em razão da insuficiência de servidores, os Delegados da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal poderão, a fim de garantir a manutenção da prestação dos serviços essenciais ao contribuinte:

I - movimentar temporariamente servidores entre unidades de sua jurisdição; ou

II - redirecionar os servidores para atividades remotas ou canais virtuais de atendimento.

At. 3º. Enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), fica suspenso o Autoatendimento Orientado no âmbito da 4ª Região Fiscal.

Art. 4º. Ficam convalidados os atos editados pelos Delegados da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal praticados em conformidade com a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa

RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726163/2019-91, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria 258/2018, do Ministério de Minas e Energia

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
CEI nº : 51.246.04558/71
NOME DO PROJETO: EOL CHAFARIZ 2
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/dez/2020.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726164/2019-35, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria 259/2018, do Ministério de Minas e Energia

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
CEI nº : 51.246.04574/75
NOME DO PROJETO: EOL CHAFARIZ 3
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/dez/2020.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726165/2019-80, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE n.º 50/2019, de 25/02/2019, do Ministério de Minas e Energia.

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
CEI nº : 51.246.04583/79
NOME DO PROJETO: EOL CHAFARIZ 4
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/dez/2020.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726166/2019-24, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPE nº 114, de 13 de maio de 2019 do Ministério de Minas e Energia

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
CEI nº : 51.246.99901/70
NOME DO PROJETO: VENTOS DE ARAPUÁ 2
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/mar/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726167/2019-79, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPE nº 120, de 22 de maio de 2019 do Ministério de Minas e Energia

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
CEI nº : 51.246.99910/74
NOME DO PROJETO: VENTOS DE ARAPUÁ 3
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/mar/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726170/2019-92, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 260/MME, de 19 de junho de 2018:

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
CEI nº : 51.246.04609/73
NOME DO PROJETO: EOL CHAFARIZ 6
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/jan/2021..

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726168/2019-13, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPE nº 115, de 13 de maio de 2019:

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
CEI nº : 51.246.99870/71
NOME DO PROJETO: VENTOS DE ARAPUÁ I
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica
PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/mar/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09

de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726169/2019-68, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE n.º 51/2018, de 25/02/2019

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ nº : 03.092.799/0001-81

CEI nº : 51.246.04589/73

NOME DO PROJETO: EOL CHAFARIZ 5

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/out/2019 a 31/jan/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726237/2019-99, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 261/MME, de 19 de junho de 2018:

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ nº : 03.092.799/0001-81

CEI nº : 51.246.04619/70

NOME DO PROJETO: EOL CHAFARIZ 7

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/fev/2020 a 28/02/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona, COABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.726236/2019-44, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 257/MME, de 19 de junho de 2018:

EMPRESA: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ nº : 03.092.799/0001-81

CEI nº : 51.246.04184/78

NOME DO PROJETO: EOL CHAFARIZ 1

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Elétrica

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/dez/2019 a 30/nov/2020.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 46, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Barreiras - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágil pelo coronavírus (SARS-Cov-2).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (BA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 336 e pelos incisos I a IV do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017; em razão do disposto na Instrução Normativa (IN) nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, na Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada em edição extra do Diário Oficial da União de 23 de março de 2020, que estabelecem medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID19); tendo em vista as medidas emergenciais de atendimento, objeto da Nota/Cogea nº 12, de 20 de março de 2020, da Portaria SRRF05 nº 69, de 23 de março de 2020, e da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2020; observada a decretação de situação de emergência em saúde pública no Estado da Bahia, consoante Decreto nº 19.549, de 18 de março de 2020; observado também o Decreto do Município de Barreiras (BA) nº 55, de 22 de março de 2020, publicado no Diário Oficial do Município edição nº 3158, de 22 de março de 2020, e considerando as orientações do Ministério da Saúde quanto à necessidade de aplicação de medidas de distanciamento e isolamento social diante da perspectiva de aumento exponencial da contaminação pelo coronavírus nas próximas semanas, resolve:

Art. 1º Suspender temporariamente, a partir do dia 26 de março de 2020, as atividades de atendimento presencial aos contribuintes da Agência da Receita Federal do Brasil em Barreiras - BA (ARF/BRR), em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos nos artigos 4º, 4º-B, e 6º-B da IN nº 19, de 2020, observadas as suas respectivas alterações.

Art. 2º Enquanto perdurar a suspensão das atividades de atendimento presencial, o atendimento às pessoas físicas e jurídicas, será realizado por meio dos serviços disponibilizados na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet (http://receita.economia.gov.br/), assim como através da caixa de e-mail corporativa regional de atendimento denominada atendimentorfb.05@rfb.gov.br, ou por outro meio facultado pela RFB. No atendimento virtual disponibilizado pela RFB, destacam-se o Centro Virtual de Atendimento - e-CAC (http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual), o Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco) e o Chat RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/chat).

Art. 3º Os servidores em exercício na ARF/BRR e alocados ao atendimento presencial, serão deslocados para atuação em canais de atendimento não presenciais da RFB, bem como em serviços instituídos e administrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF/FSA), ou ainda, serão disponibilizados para compor equipes regionais ou nacionais de atendimento ou de serviços realizados em retaguarda.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 26 de março de 2020.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

PORTARIA Nº 47, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Suspende temporariamente as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Euclides da Cunha - BA, em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágil pelo coronavírus (SARS-Cov-2).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (BA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 336 e pelos incisos I a IV do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017; em razão do disposto na Instrução Normativa (IN) nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, na Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada em edição extra do Diário Oficial da União de 23 de março de 2020, que estabelecem medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID19); tendo em vista as medidas emergenciais de atendimento objeto da Nota/Cogea nº 12, de 20 de março de 2020, da Portaria SRRF05 nº 69, de 23 de março de 2020 e da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2020; observada a decretação de situação de emergência em saúde pública no Estado da Bahia, consoante Decreto nº 19.549, de 18 de março de 2020; observado também o Decreto do Município de Euclides da Cunha (BA) nº 1.875, de 24 de março de 2020, publicado no Diário Oficial do Município edição nº 1828, de 24 de março de 2020, e considerando as orientações do Ministério da Saúde quanto à necessidade de aplicação de medidas de distanciamento e isolamento social diante da perspectiva de aumento exponencial da contaminação pelo coronavírus nas próximas semanas, resolve:

Art. 1º Suspender temporariamente, a partir do dia 26 de março de 2020, as atividades de atendimento presencial aos contribuintes da Agência da Receita Federal do Brasil em Euclides da Cunha - BA (ARF/ECA), em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos nos artigos 4º, 4º-B, e 6º-B da IN nº 19, de 2020, observadas as suas respectivas alterações.

Art. 2º Enquanto perdurar a suspensão das atividades de atendimento presencial, o atendimento às pessoas físicas e jurídicas, será realizado por meio dos serviços disponibilizados na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet (http://receita.economia.gov.br/), assim como através da caixa de e-mail corporativa regional de atendimento denominada atendimentorfb.05@rfb.gov.br, ou por outro meio facultado pela RFB. No atendimento virtual disponibilizado pela RFB, destacam-se o Centro Virtual de Atendimento - e-CAC (http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual), o Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco) e o Chat RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/chat).

Art. 3º Os servidores em exercício na ARF/ECA e alocados ao atendimento presencial, serão deslocados para atuação em canais de atendimento não presenciais da RFB, bem como em serviços instituídos e administrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF/FSA), ou ainda, serão disponibilizados para compor equipes regionais ou nacionais de atendimento ou de serviços realizados em retaguarda.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 26 de março de 2020.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 21, de 19 de março de 2020, publicada no DOU de 20 de março de 2020, Seção 1, página 70, onde se lê: "Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020...", leia-se: "Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020...".

Na Portaria nº 22, de 19 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, Seção 1, página 89, onde se lê: "Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020...", leia-se: "Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020...".

Na Portaria nº 23, de 23 de março de 2020, publicada no DOU de 24 de março de 2020, Seção 1, página 34, onde se lê: "Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020...", leia-se: "Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020...".

Na Portaria nº 24, de 23 de março de 2020, publicada no DOU de 24 de março de 2020, Seção 1, páginas 34 e 35, onde se lê: "Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020...", leia-se: "Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020...".

Na Portaria nº 25, de 23 de março de 2020, publicada no DOU de 24 de março de 2020, Seção 1, página 35, onde se lê: "Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020...", leia-se: "Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020...", no art. 1º onde se lê: "a partir de dia 24 de março...", leia-se: "a partir do dia 24 de março...", no art. 2º onde se lê: "atendimento virtual...", leia-se: "atendimento virtual...", e onde se lê: "Art. 5º Esta Portaria entra em vigor...", leia-se: "Art. 4º Esta Portaria entra em vigor...".

Na Portaria nº 26, de 23 de março de 2020, publicada no DOU de 24 de março de 2020, Seção 1, página 35, onde se lê: "Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020...", leia-se: "Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020...", no art. 1º onde se lê: "a partir de dia 24 de março...", leia-se: "a partir do dia 24 de março...", no art. 2º onde se lê: "atendimento virtual...", leia-se: "atendimento virtual...", e onde se lê: "Art. 5º Esta Portaria entra em vigor...", leia-se: "Art. 4º Esta Portaria entra em vigor...".

Na Portaria nº 28, de 23 de março de 2020, publicada no DOU de 24 de março de 2020, Seção 1, página 35, onde se lê: "Instrução Normativa RFB nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 21, de 16 de março de 2020...", leia-se: "Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020...", no art. 1º onde se lê: "a partir de dia 24 de março...", leia-se: "a partir do dia 24 de março...", no art. 2º onde se lê: "atendimento virtual...", leia-se: "atendimento virtual...", e onde se lê: "Art. 5º Esta Portaria entra em vigor...", leia-se: "Art. 4º Esta Portaria entra em vigor...".

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

PORTARIA Nº 6, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista as disposições da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Suspender, temporariamente, nos termos do art. 2º da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, as atividades de atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna (BA), em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos nos artigos 4º, 4º-B, e 6º-B da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, modificada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

Art. 2º Enquanto perdurar a suspensão do atendimento presencial, os serviços e orientações serão prestados aos contribuintes por via dos seguintes canais de atendimento:

I. Centro Virtual de Atendimento - e-CAC, disponível em (http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual);

II. Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco);

III. Chat RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/chat); e

IV. Caixa Corporativa Regional de Atendimento (endereço: atendimentorfb.05@rfb.gov.br).

Art. 3º Os servidores afastados para realização de atividade remota serão redirecionados para os canais de atendimento previstos no art. 2º e para atividades de retaguarda do atendimento, com o intuito da manutenção dos serviços prestados ao contribuinte.

Art. 4º O disposto nesta Portaria aplica-se até 29 de maio de 2020.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser modificado enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO BREITENBACH

PORTARIA Nº 7, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ilhéus (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista as disposições da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Suspender, temporariamente, nos termos do art. 2º da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, as atividades de atendimento presencial na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ilhéus (BA), em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos nos artigos 4º, 4º-B, e 6º-B da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, modificada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

Art. 2º Enquanto perdurar a suspensão do atendimento presencial, os serviços e orientações serão prestados aos contribuintes por via dos seguintes canais de atendimento:

I. Centro Virtual de Atendimento - e-CAC, disponível em (http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual);

II. Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco);

III. Chat RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/chat); e

IV. Caixa Corporativa Regional de Atendimento (endereço: atendimentorfb.05@rfb.gov.br).

Art. 3º Os servidores afastados para realização de atividade remota serão redirecionados para os canais de atendimento previstos no art. 2º e para atividades de retaguarda do atendimento, com o intuito da manutenção dos serviços prestados ao contribuinte.

Art. 4º O disposto nesta Portaria aplica-se até 29 de maio de 2020.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser modificado enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO BREITENBACH

PORTARIA Nº 8, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Ipiaú (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista as disposições da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Suspender, temporariamente, nos termos do art. 2º da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, as atividades de atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Ipiaú (BA), em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos nos artigos 4º, 4º-B, e 6º-B da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, modificada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

Art. 2º Enquanto perdurar a suspensão do atendimento presencial, os serviços e orientações serão prestados aos contribuintes por via dos seguintes canais de atendimento:

I. Centro Virtual de Atendimento - e-CAC, disponível em (http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual);

II. Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco);

III. Chat RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/chat); e

IV. Caixa Corporativa Regional de Atendimento (endereço: atendimentorfb.05@rfb.gov.br).

Art. 3º Os servidores afastados para realização de atividade remota serão redirecionados para os canais de atendimento previstos no art. 2º e para atividades de retaguarda do atendimento, com o intuito da manutenção dos serviços prestados ao contribuinte.

Art. 4º O disposto nesta Portaria aplica-se até 29 de maio de 2020.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser modificado enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO BREITENBACH

PORTARIA Nº 9, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades do atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Eunápolis (BA), em função da insuficiência de servidores e com vistas a reforçar os cuidados preventivos e diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista as disposições da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Suspender, temporariamente, nos termos do art. 2º da Portaria SRRF05 nº 71, de 23 de março de 2020, as atividades de atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Eunápolis (BA), em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos nos artigos 4º, 4º-B, e 6º-B da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, modificada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

Art. 2º Enquanto perdurar a suspensão do atendimento presencial, os serviços e orientações serão prestados aos contribuintes por via dos seguintes canais de atendimento:

I. Centro Virtual de Atendimento - e-CAC, disponível em (http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual);

II. Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco);

III. Chat RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/chat); e

IV. Caixa Corporativa Regional de Atendimento (endereço: atendimentorfb.05@rfb.gov.br).

Art. 3º Os servidores afastados para realização de atividade remota serão redirecionados para os canais de atendimento previstos no art. 2º e para atividades de retaguarda do atendimento, com o intuito da manutenção dos serviços prestados ao contribuinte.

Art. 4º O disposto nesta Portaria aplica-se até 29 de maio de 2020.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser modificado enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO BREITENBACH

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Declara alfandegada a Instalação Aeroportuária localizada na Zona Primária do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins (MG) denominada Terminal Aeroporto Industrial em Belo Horizonte (TEAI-BH), e Credencia a operar o Regime Especial de Entreposto Aduaneiro na Importação e na Exportação, a empresa que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no exercício da competência regimental da RFB, estabelecida no artigo 340, da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), tendo em vista o disposto nos artigos 404 a 415 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, nos termos e condições da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e da Instrução Normativa - IN SRF

nº 241, de 6 de novembro de 2002, e, considerando ainda o que se encontra acostado ao e-Dossiê nº 10120.005926/0319-88, declara:

Art. 1º. Alfandegado, a título precário, a Instalação Aeroportuária constituída de Terminal Aeroporto Industrial (TEAI - BH), na Zona Primária do Aeroporto Internacional Tancredo Neves,/Confins (MG), descontínua, situado na área circunscrita no ADE ALF/AITN nº 2, de 22 de junho de 2001 (DOU de 05/07/2001), com área total de 39.254,57 m2 (trinta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro metros quadrados e cinqüenta e sete decímetros quadrados), sendo 4.596,00 m2 (quatro mil quinhentos e noventa e seis metros quadrados) de área coberta (armazenamento + RFB + Guarita e Portaria + Cabine de Medição de Energia Elétrica) e 34.658,57 m2 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e oito metros quadrados e cinqüenta e sete decímetros quadrados) de área descoberta (estacionamento + reserva para expansão), localizado na Rodovia MG-010, Km 7,9 - Município de Confins/MG, administrada pela empresa denominada Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A., CNPJ nº 19.674.909/0001-53.

Art. 2º. Ao recinto ora alfandegado é atribuído o código 6914101, nos termos da IN DpRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 3º. Credenciada, a instalação Aeroportuária constituída de Terminal Aeroporto Industrial (TEAI - BH), caracterizada no artigo 1º, administrada pela empresa denominada Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A., CNPJ nº 19.674.909/0001-53, a operar o regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na importação e na exportação, nas atividades de "armazenagem"; "Exposição, demonstração ou teste de funcionamento"; "Industrialização"; e, "Manutenção" de mercadorias estrangeiras, em áreas delimitadas descritas no artigo 1º, localizadas no Terminal Aeroporto Industrial (TEAI - BH).

Art. 4º O controle da operação do regime será efetuado pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (MG), que poderá estabelecer rotinas operacionais necessárias ao controle fiscal e aduaneiro.

Art. 5º Sem prejuízo de outras penalidades, a outorga constante do art. 3º, em caráter precário, sujeita a pessoa jurídica responsável às sanções administrativas prevista na legislação vigente, bem como poderá ser extinta a pedido da interessada ou revista pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qualquer tempo, com o intuito de adequá-la às normas aplicáveis.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 270 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro, de 2017, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo nº 10670.720104/2020-57, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, o estabelecimento SADA BIO ENERGIA E AGRICULTURA LTDA, CNPJ nº 06.044.698/0008-08, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2019 até o ano calendário de 2028, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à modernização de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0212/2019, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto a destilação de Etanol, com capacidade incentivada de 84.150 metros cúbicos/ano.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

PORTARIA Nº 37, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Disciplina os procedimentos emergenciais a serem adotados no despacho de trânsito aduaneiro, enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002 e considerando o que determina o § 7º do art. 3º do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a aposição de lacre pelo beneficiário de trânsito, desde que toda operação ocorra em área monitorada por câmeras e seja acompanhada, remota ou presencialmente, pelo servidor da RFB responsável pela inserção dos dados no sistema.

Parágrafo único: Cabe ao chefe da SACTA adaptar as rotinas operacionais da Seção, para garantir a maior eficiência da atividade prevista no caput, inclusive no que se refere à guarda dos lacres.

Art. 2º Autorizar a realização de verificações físicas no despacho de trânsito aduaneiro nos moldes estabelecidos no art. 2º e parágrafos seguintes da Portaria ALF/VCP nº 33, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 58, de 25/03/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e permanecerá vigente enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.

FABIANO COELHO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

PORTARIA Nº 66, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Disciplina a suspensão das atividades de atendimento presencial da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos, como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde do coronavírus (Covid-19).

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, tendo em vista a Portaria SRRF08 Nº 333, de 18 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Determinar a suspensão das atividades de atendimento presencial ao público externo da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos, em razão da situação de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19).

Parágrafo único. Excetuam-se da regra deste artigo:

I - o recebimento de documentos entregues por Oficiais de Justiça ou servidores de outros Órgãos que necessitem, obrigatoriamente, de recibo de entrega; e

II - as atividades necessariamente presenciais realizadas pelo Plantão, das 19 horas às 07 horas, ou seja, aquelas em que não se possa utilizar a sistemática prevista no artigo 2º desta Portaria.

Art. 2º Os serviços relativos a pessoas físicas e jurídicas serão realizados exclusivamente por meio dos seguintes canais: e-mail corporativo cac.sp.alfsts@rfb.gov.br, orientações pelo telefone 13-3208.2000 e Portal e-CAC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU, por tempo indeterminado, enquanto durar a situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19).

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, prorrogada pela Portaria SRRF08 nº 85, de 10 fevereiro de 2020 e Portaria DRF/SOR nº 72, de 25 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 18186.723672/2019-40, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI a pessoa jurídica: SPE CHEROBIM ENERGIA S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 08.991.579/0001-03.

Art. 2º Informações do projeto de enquadramento no REIDI:

Denominação do projeto: geração de energia elétrica da PCH Lucia Cherobim, autorizado pela Portaria nº 70/GM, de 28 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 30/01/2019, sendo que a autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da publicação da referida Portaria.

Setor de infraestrutura favorecido: Energia.

Descrição do Projeto: estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Rio Iguaçu, integrante da Sub-Bacia 65, Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, Município de Lapa, Estado do Paraná, nas coordenadas planimétricas E 614.082 m e N 7.173.883 m, Fuso 22S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica denominada Lucia Cherobim, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.PR.028419-0.01, com 28.000 kW de capacidade instalada e 16.570 kW médios de garantia física de energia, constituída por três unidades geradoras de 9.333 kW.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.832, de 28/05/2019, transferiu da CPFL Energias Renováveis S.A. para a SPE CHEROBIM ENERGIA S.A. a autorização para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Lucia Cherobim, pelo prazo remanescente constante no art. 5º da Portaria nº 70/GM, de 28 de janeiro de 2019.

Localidade do Projeto: Município de Lapa, Estado do Paraná.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, no Decreto nº 8.122, de 16 de outubro de 2013, na Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014 (e alterações), na Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, prorrogada pela Portaria SRRF08 nº 85, de 10 fevereiro de 2020 e na Portaria DRF/Sorocaba nº 72, de 25 de setembro de 2019, e o constante do processo administrativo nº 13032.107192/2020-19, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid) a pessoa jurídica: AKAER ENGENHARIA S.A., inscrita no CNPJ sob nº 65.047.250/0001-22.

Nº Portaria de Credenciamento: Portaria Ministério da Defesa nº 1.346, de 28/05/2014.

Art. 2º No caso de suspensão da exigência do IPI, o estabelecimento industrial ou equiparado que der saída do produto deve fazer constar na nota fiscal a expressão "Saída com suspensão da exigência do IPI" e o número deste Ato Declaratório, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

Art. 3º No caso de suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a pessoa jurídica vendedora deve fazer constar na nota fiscal a expressão "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", conforme o caso, e o número deste Ato Declaratório.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e é válido até 22 de março de 2032.

EDMAR BATISTA DA COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, no Decreto nº 8.122, de 16 de outubro de 2013, na Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014 (e alterações), na Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, prorrogada pela Portaria SRRF08 nº 85, de 10 fevereiro de 2020 e na Portaria DRF/Sorocaba nº 72, de 25 de setembro de 2019, e o constante do processo administrativo nº 13032.108392/2020-81, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid) a pessoa jurídica: OPTO TECNOLOGIA OPTRONICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.810.988/0001-17.

Nº Portaria de Credenciamento: Portaria Ministério da Defesa nº 1.346, de 28/05/2014, alterada pela Portaria nº 539/GM/MD, de 01/06/2016.

Art. 2º No caso de suspensão da exigência do IPI, o estabelecimento industrial ou equiparado que der saída do produto deve fazer constar na nota fiscal a expressão "Saída com suspensão da exigência do IPI" e o número deste Ato Declaratório, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

Art. 3º No caso de suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a pessoa jurídica vendedora deve fazer constar na nota fiscal a expressão "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", conforme o caso, e o número deste Ato Declaratório.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e é válido até 22 de março de 2032.

EDMAR BATISTA DA COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Habilita a pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, na Portaria SRRF08 nº 94, de 12 de fevereiro de 2020, na Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, na Portaria DRF Sorocaba nº 72, de 25 de setembro de 2019, e no processo administrativo nº 13032.136571/2020-16, declara:

Art. 1º Habilitada de maneira definitiva no Programa Mais Leite Saudável a seguinte pessoa jurídica:

Nome Empresarial:	COOPERATIVA LATICINIOS DE SAO JOSE DOS CAMPOS
CNPJ:	60.179.462/0001-40
Processo MAPA:	21052.024709/2019-83
Prazo de execução:	01/01/2020 a 31/12/2022

Art. 2º Cessada a vigência da habilitação provisória, estando convalidados os seus efeitos.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data do protocolo do relatório de conclusão do projeto de investimento.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, prorrogada pela Portaria SRRF08 nº 85, de 10 fevereiro de 2020 e Portaria DRF/SOR nº 72, de 25 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 10820.721477/2019-41, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI a pessoa jurídica: CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO V S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 31.469.641/0001-13.

Art. 2º Informações do projeto de enquadramento no REIDI:

Denominação do projeto: UFV Pereira Barreto V (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.788, de 23 de abril de 2019), Processo nº 48500.002740/2019-94.

Descrição do Projeto: Central Geradora Fotovoltaica compreendendo: I - Sete unidades geradoras de 5.256 kW, totalizando 36.792 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de transmissão de interesse restrito, a ser compartilhado entre as UFVs Pereira Barreto I, II,III, IV e V, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/138 kV, junto à central geradora, e uma Linha em 138 kV, com cerca de nove quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora ao setor de 138 kV da subestação Três Irmãos 440/138 kV, sob responsabilidade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP.

Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria MME/SPE nº 227, de 09/08/2019, publicada no DOU de 12/08/2019.

Setor de infraestrutura favorecido: Energia.

Período de Execução: de 12/07/2020 a 01/01/2022.

Localidade do Projeto: Município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 10271.021078/2019-40, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Itacel Terminal de Celulose de Itaqui S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 32.239.007/0001-57

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério da Infraestrutura nº 4.264, de 1º de outubro de 2019 (DOU: 08/10/2019)

Nome do projeto: Projeto IQI18 - Terminal de Celulose no Porto de Itaqui,

Setor de infraestrutura favorecido: portuário

Prazo estimado da obra: 16/03/2020 a 02/10/2021

Nº de matrículas CEI: 90.003.03085/76

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e no parágrafo único do art. 1º da IN RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro:

NOME	CPF	PROCESSO
LILIANE DE CARVALHO ALVES	109.751.039-54	17833.726541/2020-13

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SÉRGIO CORDEIRO BINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Concede registro no Regime de Suspensão do IPI incidente sobre as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o artigo 29 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SANTA CRUZ DO SUL-RS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e considerando o contido no processo administrativo nº 13005.721501/2020-87, DECLARA:

Art. 1º Fica concedido à pessoa jurídica STAR AGRITECH IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.139.814/0001-06, registro no Regime de Suspensão de IPI para fins de aquisição de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão do IPI, por se enquadrar no conceito de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, conforme definido no artigo 14 da IN RFB nº 948/2009.

Art. 2º Esta autorização, que se aplica a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, implica no cumprimento das obrigações contidas na IN RFB nº 948/2009, inclusive quanto ao disposto no seu artigo 19, podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 18.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEOMAR PADILHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto n° 5.649, de 29 de dezembro de 2005, e na Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo eletrônico n° 13005.721502/2020-21 declara:

Art. 1° Fica habilitada a pessoa jurídica STAR AGRITECH IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA., CNPJ n° 32.139.814/0001-06, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora a que se referem os arts. 12 a 16 da Lei n° 11.196/2005, regulamentados pelo Decreto n° 5.649/2005 e pela IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 2° O prazo para fruição do benefício de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o § 2° do art. 572 da IN RFB n° 1.911/2019, extingue-se após decorridos 3 (três) anos, contados a partir da presente habilitação.

Art. 3° Esta habilitação poderá ser cancelada de ofício na hipótese de ficar demonstrado que a pessoa jurídica beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEOMAR PADILHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO-RS, no uso das atribuições que lhe confere o 270 da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o §7º, art. 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, considerando o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e tendo em vista o que consta no e-dossiê nº 13033.090395/2020-41, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável" à pessoa jurídica LATICÍNIOS SANTA MONICA LTDA, CNPJ 06.862.774/0001-08, vinculada ao Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 27, de 07/02/2020, seção 3, página 3, com período de execução de 31/12/2019 a 30/12/2022.

Art. 2° A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARLEI CARLOS SCHONS

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.995, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Altera, para a declaração anual referente à data-base de 31 de dezembro de 2019, e para a declaração trimestral referente à data-base de 31 de março de 2020, os prazos de que trata a Circular nº 3.624, de 6 de fevereiro de 2013, que estabelece períodos de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 24 de março de 2020, com base nos arts. 2º, § 2º, e 11 da Resolução nº 3.854, de 27 de maio de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.060, de 21 de outubro de 1969, e na Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Fica estendido para as 18 horas de 1º de junho de 2020 o prazo final para apresentação ao Banco Central do Brasil da declaração anual referente à data-base de 31 de dezembro de 2019 de que trata o inciso I do art. 1º da Circular nº 3.624, de 6 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Fica compreendido entre 15 de junho de 2020 e as 18 horas de 15 de julho de 2020 o período de que trata o inciso II do art. 1º da Circular nº 3.624, de 2013, para a declaração trimestral referente à data base de 31 de março de 2020.

Art. 3º Esta Circular entra em vigor em 1º de abril de 2020.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

FABIO KANCZUK
Diretor de Política Econômica

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 4.018, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera as Instruções de preenchimento do documento de código 2011 - Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e dos Limites Operacionais (DDR), de que tratam a Circular nº 3.742, de 8 de janeiro de 2015, e as Cartas Circulares ns. 3.694, de 6 de fevereiro de 2015, e 3.989, de 6 de dezembro de 2019.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto nas Resoluções ns. 3.488, de 29 de agosto de 2007, e 4.193, de 1º de março de 2013, nas Circulares ns. 3.742 de 8 de janeiro de 2015, e 3.984 de 13 de fevereiro de 2020, e nas Cartas Circulares ns. 3.694, de 6 de fevereiro de 2015, e 3.989, de 6 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Passam a vigorar as novas versões das Instruções de Preenchimento do documento de código 2011 - Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e dos Limites Operacionais (DDR), disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/leiautedocumentoscrd.

Art. 2º Foram efetuadas as seguintes modificações:

I - nas instruções de preenchimento de que trata a Carta Circular nº 3.694, de 6 de fevereiro de 2015, referentes ao envio do documento 2011 em formato TXT (texto), válida de 1º de abril de 2020 até 30 de junho de 2020:

a) alteração na descrição do código 0309010105;

II - nas instruções de preenchimento de que trata a Carta Circular nº 3.989, de 6 de dezembro de 2019, referentes ao envio do documento 2011 em formato XML (eXtensible Markup Language), válida a partir de 1º de julho de 2020:

a) alteração na descrição da conta 310105.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor em 1º de abril de 2020.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

ATO Nº 666, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decreta o encerramento da liquidação extrajudicial da Lojicred Administração e Participação Ltda.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil, no uso da competência estabelecida pelo art. 17, inciso V, do Regimento Interno, e no art. 19, inciso I, alínea "f", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, e considerando o que mais consta do PE 159762, resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial a que a Lojicred Administração e Participação Ltda., CNPJ nº 62.132.162/0001-30, foi submetida pelo Ato do Presidente S/N, de 4 de junho de 1987, publicado no Diário Oficial da União de 8 de junho de 1987.

Art. 2º Fica dispensado o Senhor José Moretzsohn de Castro, carteira de identidade 5447317 - SSP/SP e CPF 114.144.641-34, do encargo de liquidante.

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.770, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Física

PAULO FERNANDO FALKENHOFF MOREIRA

CPF: 055.328.090-20

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CARTA CIRCULAR ELETRÔNICA Nº 2, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Às Sociedades supervisionadas pela Susep,

Assunto: Dilação do prazo AGO - Assembleia Geral Ordinária.

Senhor Diretor de Relações com a SUSEP,

Considerando o estado de calamidade pública decretado pelo Governo Federal, e aprovado pelo Congresso Nacional, em virtude da pandemia de Covid-19 - declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

Considerando, em decorrência, os impactos na força de trabalho das entidades supervisionadas dos mercados de seguros, previdência complementar aberta, resseguros e capitalização; e

Considerando, por fim, as complexas obrigações legais e regulamentares a serem cumpridas pelas entidades supervisionadas regidas pelo estabelecido na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A SUSEP informa, para os devidos fins, que, em caráter excepcional, ficará afastada qualquer responsabilização das entidades supervisionadas pelo eventual descumprimento da obrigação de realizar as respectivas Assembleias Gerais Ordinárias fora do prazo estabelecido pelo art. 63, inciso II, do Decreto n° 60.459, de 13 de março de 1967, desde que observado o prazo estabelecido pelo art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976.

A presente medida visa evitar prejuízos e contribuir com o atual momento de enfrentamento da pandemia, diante do cenário extraordinário.

SOLANGE PAIVA VIEIRA
Superintendente

PORTARIA Nº 7.610, DE 9 DE MARÇO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com os artigos 3º e 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 22 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e o que consta do Processo Susep 15414.626092/2019-86, resolve:

Art. 1º Conceder à LOCKTON RE BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS EIRELI, CNPJ 35.594.247/0001-68, com sede social na cidade de São Paulo - SP, autorização para funcionamento como corretora de resseguros, nos termos do artigo 23 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 2015.

Art. 2º Ressalvar que a autorização concedida à LOCKTON RE BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS EIRELI está condicionada ao cumprimento do disposto nos artigos 24 e 25 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ATA DA 15ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2020

(CNPJ Nº 00.383.281/0002-90 NIRE Nº 53300002371)

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

1. DATA, LOCAL E HORA: Em 23 de março de 2020, na sede da BNDESPAR, localizada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre C, 12º andar, Sala 1201, Asa Sul, CEP 70.308-200, Brasília, DF às 18h. 2. QUORUM: Estava presente, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, acionista único da BNDES PARTICIPAÇÕES S.A - BNDESPAR, Danilo Messere Romancini, conforme Procuração outorgada pelo BNDES e subscrita pelo Presidente do BNDES e de suas subsidiárias, Gustavo Henrique Moreira Montezano, de 28 de agosto de 2019. A Assembleia foi presidida pelo Diretor Jurídico da BNDESPAR, Saulo Benigno Puttini, designado pela Portaria PRESI n° 054/2019 - BNDESPAR, de 28 de agosto de 2019. Fica dispensada a presença do Conselheiro Fiscal da BNDESPAR, nos termos do art. 134, § 2º da Lei 6.404/1976. 3. CONVOCAÇÃO: Com fulcro no disposto no artigo 124, § 4º da Lei n.º 6.404/1976, as formalidades de convocação encontram-se sanadas em razão da presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Acionista Único, detentor da totalidade do capital social da subsidiária BNDES PARTICIPAÇÕES S/A. - BNDESPAR. 4. MESA: Presidente da Assembleia: Saulo Benigno Puttini; Representante do BNDES: Danilo Messere Romancini. Secretária: Melissa Cordeiro Dutra. 5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) a alteração dos artigos 14 e 23 do Estatuto Social da BNDESPAR; (ii) a destituição dos atuais conselheiros de administração da BNDESPAR; (iii) a destituição dos atuais conselheiros fiscais da BNDESPAR; (iv) a eleição dos atuais conselheiros de administração do BNDES como conselheiros de administração da BNDESPAR; (v) a eleição dos atuais conselheiros fiscais, titulares e suplentes, do BNDES, como conselheiros fiscais, titulares e suplentes, da BNDESPAR. 6. DELIBERAÇÃO: Considerando (i) a manifestação favorável do Conselho de Administração da BNDESPAR sobre a matéria em pauta, conforme disposto na Decisão CA n.º 02/2020 - BNDESPAR, de 27 de fevereiro de 2020; e (ii) a manifestação favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, por meio da Nota Técnica SEI nº 9322/2020/ME, exceto quanto à alteração do §1º-A do art. 14, para o qual sugere-se a exclusão do dispositivo, o BNDES vota:

a) pela aprovação da alteração dos artigos 14 e 23 do Estatuto Social da BNDESPAR, com a exclusão do §1º-A do art. 14, que passam a conter a seguinte redação:

Art. 14. O órgão de orientação superior da BNDESPAR é o Conselho de Administração, composto por 11 (onze) membros, todos integrantes do Conselho de Administração do BNDES, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração da BNDESPAR terão prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, contados da data da investidura, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, e coincidirão com seus respectivos prazos de gestão como membros do Conselho de Administração do BNDES, cessando, automaticamente, no caso de extinção de seu prazo de gestão naquela sociedade.

§ 1º-A Dentre os membros indicados nos incisos acima, pelo menos dois deverão ser independentes, na forma prevista na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto n. º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, cabendo ao Ministério supervisor as referidas indicações, caso o Ministério de Estado Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o BNDES não as façam.

(...)

§ 8º Os membros do Conselho de Administração da BNDESPAR não farão jus a qualquer remuneração pelo exercício das funções.

Art. 23. O Conselho Fiscal, órgão permanente de fiscalização da BNDESPAR, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos integrantes do Conselho Fiscal do BNDES, com prazo de atuação de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1° Os prazos de atuação dos Conselheiros Fiscais da BNDESPAR coincidirão com seus respectivos prazos de atuação como membros do Conselho Fiscal do BNDES, cessando, automaticamente, no caso de extinção de seu prazo de atuação naquela sociedade.

(...)

§ 8º Os membros do Conselho Fiscal da BNDESPAR não farão jus a qualquer remuneração pelo exercício das funções.

(...)

§ 10º O reembolso das despesas de locomoção e estada só serão devidos ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparecer à reunião do Conselho, conforme registro em ata, nos casos de ausência do membro titular.

b) pela destituição dos Conselheiros de Administração da BNDESPAR, listados abaixo:

ANTÔNIO CARLOS PAIVA FUTURO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade n° 1.859.297 SSP-DF, inscrito no CPF sob n.° 509.440.457-15, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n° 100, Rio de Janeiro/RJ, CEP n° 20.031-917

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, servidor público, portador da carteira de identidade n.º M-6029523 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 005.162.126-64, com domicílio na Esplanada dos Ministérios, Bloco k, Sala 868, Brasília - DF, CEP 70040-906

LUCIANA PIRES DIAS, brasileira, solteira, advogada, portador da carteira de identidade nº 26.180.321-9, órgão expedidor SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 251.151.348-02, com endereço à Rua Professor Arthur Ramos, n.º 250, apto. 102, São Paulo - SP, CEP: 01454-010

ARY JOEL DE ABREU LANZARIN, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, aposentado, portador da carteira de identidade n°1.223.755-3, órgão expedidor SSP- PR, inscrito no CPF/MF nº 241.771.309-82, com domicílio no SQN, 303, Bloco J, apt.º 606 -Brasília - DF, CEP 70735-100

MIGUEL RAGONE DE MATTOS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade n° 16.295, órgão expedidor OAB/DF, inscrito no CPF/MF nº 669.984.091-68, com domicílio na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, sala 312 - Brasília - DF, CEP 70040-906

CLÁUDIO CORRÊA VASQUES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº M-4.781.726, órgão expedidor SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 755.448.146-00, com domicílio na Quadra 105 Norte, Lote 5/7, Bloco A, ap. 404, Águas Claras, Brasília - DF, CEP 71.915-255

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade n° 1479178, órgão expedidor 5SF- DF, inscrito no CPF/MF sob n.° 369.027.051-00, com domicílio no SQS 402 Bloco M, ap. 303, Brasília - DF, CEP 70.236-130

c) pela eleição dos atuais Conselheiros de Administração do BNDES, listados abaixo, como Conselheiros de Administração da BNDESPAR, em razão da unificação dos membros dos conselhos, cujos prazos de gestão coincidirão com seus respectivos prazos de gestão como membros do Conselho de Administração do BNDES:

MARCELO SERFATY, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade n.º 04457205-5 IFP, inscrito no CPF/MF sob n.º 693.156.557-53, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

WALDERY RODRIGUES JUNIOR, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 45043282 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob n.º 357.025.913-72, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

DANIEL SIGELMANN, brasileiro, convivente em união estável, economista, portador da carteira de identidade nº 084.975.432, órgão expedidor IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.484.577-05, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da carteira de identidade nº 831230-84 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 423.667.393-29, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

JUAN PEDRO JENSEN PERDOMO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da carteira de identidade nº W234978-Q expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 214.013.648-96, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

WILLIAM GEORGE LOPES SAAB, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, contador e advogado, portador da carteira de identidade nº 05820029-6 do IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 828.330.447-04, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

WALTER BAERE DE ARAUJO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade nº 119543 OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.860.817-50, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO, casado em regime de comunhão total de bens, engenheiro civil, portador da carteira de identidade n.º 3218776, expedida pelo SSP-DF, inscrito no CPF sob o n.º 009.636.111-51, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917

CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, economista, portador da carteira de identidade n° 717184 IPF/RJ, inscrito no CPF sob n.° 036.473.587-20, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n° 100, Rio de Janeiro/RJ, CEP n° 20.031-917

d) pela destituição dos atuais conselheiros fiscais, titulares e suplentes, da BNDESPAR, listados abaixo:

PRICILLA MARIA SANTANA, conselheira titular, brasileira, solteira, economista, advogada e historiadora, portadora da carteira de identidade nº 1.342.373-SSP/DF, inscrita do CPF/MF sob o nº 584.264.691-91, com endereço profissional Esplanada dos Ministérios, Bl. P, Ed. Anexo, sala 101, Brasília - DF, CEP 70.048-900.

PEDRO CESAR NUNES FERREIRA MARQUES DE SOUSA, conselheiro titular, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade nº 1.507.821-SSP/DF, inscrito do CPF/MF sob o nº 793.786.411-72, com endereço profissional Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, 3° andar, Sala 308, Brasília - DF, CEP 70.150-900.

MARIÂNGELA FIALEK, conselheira titular, brasileira, solteira, advogada, portador da carteira de identidade n° 3079270322 SJS/RS, inscrito no CPF/MF 798.996.339-68, endereço SQS 309 Bloco F, apart. 506 - Asa Sul - Brasilia/DF - CEP: 70.363-060

ANTONIO SÁVIO LINS MENDES, conselheiro suplente, brasileiro, advogado, casado em regime de separação de bens, portador da carteira de identidade nº 2.094.764-SSP/PE, inscrito do CPF/MF sob o nº 421.613.714-87, com endereço profissional Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 4º andar, sala 407, Brasília - DF, CEP 70.053-906.

BRUNO RAMOS MANGUALDE, conselheiro suplente, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da carteira de identidade nº 8706770-SSP/MG, inscrito do CPF/MF sob o nº 031.821.076-23, com endereço domiciliar Condomínio Ville de Montagne, quadra 26, casa 12, Setor Habitacional Jardim Botânico, Brasília - DF, CEP 71.680-357.

e) pela eleição dos atuais conselheiros fiscais do BNDES, titulares e suplentes, listados abaixo, como conselheiros fiscais da BNDESPAR, titulares e suplentes, em razão da unificação dos membros dos conselhos, cujos prazos de atuação coincidirão com seus respectivos prazos de atuação como membros do Conselho Fiscal do BNDES:

EDUARDO GARCIA DE ARAUJO JORGE, conselheiro titular, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, advogado, portador da carteira de identidade n.º 07227093-7 IFP, inscrito no CPF/MF sob n.º 960.797.897-87, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n° 100, Rio de Janeiro/RJ, CEP n° 20.031-917

VINICIUS MENDONÇA NEIVA, conselheiro titular, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, economista, portador da carteira de identidade n° 1.582.231 SSP/DF, inscrito no CPF/MF n° 610.120.501-06, endereço SQS 103, Bloco G, apt° 407, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70342-070

ANDRÉ PROITE, conselheiro suplente, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da carteira de identidade nº 1789343 - órgão expedidor SSP/DF, CPF nº 706.354.801-82, endereço Esplanada dos Ministérios, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, Bloco P, Ala A, 1º Andar, CEP 70048-900, Brasília-DF

7. ENCERRAMENTO: Esgotada a ordem do dia e como ninguém mais fez uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual, lida e aprovada, recebe as assinaturas da mesa e da totalidade dos presentes. Desta Ata serão extraídas cópias autênticas para os fins legais.

Brasília-DF, 23 de março de 2020.
SAULO BENIGNO PUTTINI
Presidente da Mesa

DANILO MESSERE ROMANCINI
Representante do BNDES

MELISSA CORDEIRO DUTRA
Secretária

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 556, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na revisão e consolidação dos atos normativos do Ministério da Educação para atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, considerando o que estabelece o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 357, de 20 de março de 2020, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos a serem observados na revisão e consolidação dos atos normativos do Ministério da Educação para atendimento à determinação contida no art. 5º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

§ 1º O disposto nesta Portaria aplica-se a:

I - portarias;

II - resoluções;

III - instruções normativas;

IV - ofícios e avisos de caráter normativo;

V - orientações normativas;

VI - diretrizes;

VII - recomendações;

VIII - despachos de aprovação; e

IX - qualquer outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo.

§ 2º O disposto nesta Portaria não se aplica a:

I - atos cujo destinatário, pessoa natural ou jurídica, esteja nominalmente identificado; e

II - recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implique aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

Espécies admitidas de atos normativos futuros

Art. 2º Salvo expressa previsão legal em contrário, os atos normativos no âmbito do Ministério da Educação serão editados sob a forma de:

I - portarias - atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares;

II - resoluções - atos normativos editados por colegiados; ou

III - instruções normativas - atos normativos que, sem inovar, orientem a execução das normas vigentes pelos agentes públicos.

Numeração de atos normativos

Art. 3º As portarias e as resoluções terão numeração sequencial em continuidade às séries em curso quando da entrada em vigor do Decreto nº 10.139, de 2019.

Publicação, vigência e produção de efeitos do ato

Art. 4º Os atos normativos revisados ou consolidados estabelecerão data certa para a sua entrada em vigor e para a sua produção de efeitos:

I - de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação; e

II - sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada na nota técnica, parecer de mérito ou parecer jurídico que subsisiarem a proposta de ato normativo.

Competência interna para revisar e consolidar

Art. 5º Compete aos titulares dos órgãos do Ministério da Educação, observado o disposto no art. 11 desta Portaria:

I - propor a revisão, consolidação e revogação dos atos normativos relacionados aos temas sob sua responsabilidade cuja assinatura seja de competência do Ministro de Estado da Educação ou do Secretário-Executivo; e

II - revisar, consolidar e revogar os atos normativos de sua competência.

§ 1º Cabe ao titular do órgão designar servidor para monitorar os trabalhos de revisão e de consolidação normativa em todas as suas unidades, preferencialmente por tema.

§ 2º É obrigatória a participação da Consultoria Jurídica nos trabalhos de revisão e de consolidação dos atos normativos de que trata o inciso I deste artigo.

Conteúdo da revisão de atos normativos

Art. 6º A revisão de atos normativos resultará:

I - na revogação expressa do ato;

II - na revisão e na edição de ato consolidado sobre a matéria com revogação expressa dos atos anteriores; ou

III - na conclusão quanto ao atendimento pelo ato vigente das regras de consolidação e do disposto no parágrafo único do art. 11 desta Portaria.

§ 1º A consolidação a que se refere o inciso II do caput consistirá na reunião dos atos normativos sobre determinada matéria em diploma legal único, com a revogação expressa dos atos normativos incorporados à consolidação.

§ 2º A denominação diversa dos atos normativos sobre a mesma matéria não afasta a obrigação de sua consolidação em um único ato.

Revogação expressa de atos

Art. 7º É obrigatória a revogação expressa de normas:

I - já revogadas tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

Fases da revisão e da consolidação

Art. 8º A revisão e a consolidação terão as seguintes fases:

I - triagem;

II - exame; e

III - consolidação ou revogação.

Divulgação dos trabalhos de revisão

Art. 9º Os órgãos do Ministério da Educação deverão encaminhar à Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro, até o dia 30 de março de 2020, a relação de todos os atos normativos inferiores a decreto sob sua responsabilidade, para viabilizar a divulgação na internet da listagem de que trata o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 2019.

Triagem

Art. 10. A triagem consiste no levantamento e classificação, por tema, de todos os atos normativos vigentes no Ministério da Educação, para fins de revisão, consolidação ou revogação.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis autuarão processos específicos por tema normativo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, os quais serão instruídos com os atos normativos referidos no caput, para fins de exame.

Exame

Art. 11. O exame consiste em analisar e adequar os atos normativos inferiores a decreto para separá-los por pertinência temática.

Parágrafo único. Na fase de exame, os órgãos do Ministério da Educação registrarão em formulário específico do SEI se os atos classificados como vigentes na fase da triagem observam, no que couber:

I - as disposições do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017;

II - as disposições sobre elaboração normativa, em especial aquelas previstas na:

a) Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

c) Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e

d) Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019; e

III - a isonomia, a prospectividade, a controlabilidade, a razoabilidade e a proporcionalidade.

Consolidação normativa

Art. 12. A consolidação incluirá a melhora da técnica legislativa do ato, inclusive com:

I - introdução de novas divisões do texto legal básico;

II - fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

III - atualização da denominação de órgãos e de entidades da administração pública federal;

IV - atualização de termos e de linguagem antiquados;

V - eliminação de ambiguidades;

VI - homogeneização terminológica do texto; e

VII - revogação expressa de dispositivos já revogados tacitamente, cujos efeitos tenham se exaurido no tempo, desnecessários ou sem significado definido.

Prazos para consolidação ou revisão

Art. 13. As propostas de consolidação ou revisão de atos normativos deverão ser encaminhadas à Secretaria-Executiva nos seguintes prazos, para viabilizar a sua tempestiva apreciação técnica e jurídica:

I - primeira etapa - até 8 de maio de 2020:

a) para os atos normativos relacionados às atividades administrativas do Ministério da Educação, sob responsabilidade da Secretaria-Executiva, por proposta de suas Subsecretarias;

b) para os atos normativos de interesse do Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica, Assessoria Especial de Controle Interno e Corregedoria;

II - segunda etapa - até 10 de agosto de 2020, para os atos normativos relacionados à rede de instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de suas respectivas competências;

III - terceira etapa - até 9 de novembro de 2020, para os atos normativos relacionados à regulação e supervisão da educação superior, sob responsabilidade da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior;

IV - quarta etapa - até 5 de fevereiro de 2021, para os atos normativos relacionados às políticas e programas da educação superior e da educação profissional e tecnológica, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de suas respectivas competências; e

V - quinta etapa - até 10 de maio de 2021, para os atos normativos relacionados às políticas e programas da educação básica, sob responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, da Secretaria de Alfabetização e da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, no âmbito de suas respectivas competências.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos no caput deste artigo são improrrogáveis, devendo os dirigentes dos órgãos do Ministério da Educação adotarem as medidas necessárias para que as revisões e consolidações normativas sejam encaminhadas à Secretaria-Executiva no mais curto prazo possível.

Art. 14. Após a apreciação de que trata o artigo anterior as propostas de atos normativos de competência do Ministro de Estado da Educação e do Secretário-Executivo serão submetidas às referidas autoridades, para decisão.

Art. 15. Em obediência ao que estabelece o art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019, para cada etapa prevista no artigo anterior os prazos para a publicação das normas revisadas ou consolidadas serão os seguintes:

I - primeira etapa - até 29 de maio de 2020:

II - segunda etapa - até 31 de agosto de 2020;

III - terceira etapa - até 30 de novembro de 2020;

IV - quarta etapa - até 26 de fevereiro de 2021; e

V - quinta etapa - até 31 de maio de 2021.

Parágrafo único. A consolidação ou revisão de atos normativos de competência dos dirigentes dos órgãos subordinados ao Ministério da Educação serão por eles publicados, sem prejuízo da análise técnica e jurídica prevista no art. 13 desta Portaria.

Divulgação das fases de revisão e de consolidação

Art. 16. A Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Ouvidoria do Ministério da Educação atuarão conjuntamente, sob a coordenação da primeira, na divulgação, no sítio eletrônico deste Ministério, e até as datas de que trata o caput do art. 15 desta Portaria:

I - o total de atos vigentes ou não expressamente revogados antes da etapa do exame sobre as matérias que serão incluídas naquela etapa de consolidação;

II - o total de atos expressamente revogados após o exame; e

III - a relação de todos os atos sobre a matéria após o exame.

Parágrafo único. No âmbito do Ministério da Educação o monitoramento da revisão e consolidação normativa será realizado pela Assessoria Especial de Controle Interno, que também acompanhará a divulgação dos resultados no portal "gov.br",mantendo permanente interlocução com aa Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Divulgação dos atos normativos na internet

Art. 17. A Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Ouvidoria do Ministério da Educação atuarão conjuntamente, sob a coordenação da primeira, na divulgação de todos os atos normativos do Ministério da Educação na internet.

§ 1º Os atos normativos serão divulgados:

I - com registro no corpo do ato das alterações realizadas por normas esparsas, das revogações de dispositivos e das suspensões ou das invalidações por determinação judicial com efeito erga omnes;

II - em padrão linguagem de marcação de hipertexto;

III - em endereço de acesso permanente e único por ato; e

IV - em sítio eletrônico que abranja todos os atos do Ministério da Educação.

§ 2º O prazo para divulgação, na forma prevista neste artigo, de registro no corpo do ato das alterações de que trata o inciso I do § 1º é de um dia útil, contado da data de publicação do ato normativo no Diário Oficial da União ou no Boletim de Serviço e, na hipótese de suspensão ou de invalidação do ato normativo por determinação judicial, de cinco dias úteis, contado da data da comunicação ao Ministério da Educação.

§ 3º Será divulgado diariamente ementário com as normas do Ministério da Educação publicadas no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço deste Ministério.

§ 4º Fica a aplicação do disposto neste artigo condicionada, no que couber, às normas complementares que vierem a ser expedidas pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República para a divulgação de modo uniforme e centralizado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.

Requerimento de revisão e de consolidação

Art. 18. Qualquer pessoa poderá requerer:

I - divulgação de atos normativos no sítio eletrônico do Ministério da Educação;

II - inclusão de ato normativo em consolidação normativa; e

III - adaptação de ato normativo que esteja em desacordo com as normas previstas no Decreto nº 10.139, de 2019.

Parágrafo único. O requerimento de que trata o caput será realizado, preferencialmente, por meio de formulário de sugestão disponível no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - e-Ouv.

Não cumprimento das normas estabelecidas

Art. 19. A não revisão ou consolidação do ato normativo, nos prazos estabelecidos no Decreto nº 10.130, de 2019, deverá ser previamente justificada pelos dirigentes dos órgãos competentes à Secretaria-Executiva e, caso não justificada, poderá ensejar a responsabilização do agente público que lhe der causa.

Parágrafo único. A apuração da responsabilidade de que trata o caput ficará a cargo da Corregedoria do Ministério da Educação, assegurados ao agente público o contraditório e ampla defesa.

Vigência

Art. 20. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 71, DE 20 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nºs 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

ORDEM	PROCESSO	IES (SIGLA)	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201717547	FACULDADE SUL-AMERICANA (FASAM)	UNIÃO SUL-AMERICANA DE EDUCAÇÃO LTDA	GESTÃO DA QUALIDADE (TECNOLÓGICO)	300 (TREZENTAS)
2	201717460	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (FAPAM)	CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	200 (DUZENTAS)
3	201717596	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS SOUZA MARQUES (FFCLSM)	FUNDAÇÃO TECNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	240 (DUZENTAS E QUARENTA)
4	201717227	FACULDADE REBOUÇAS DE CAMPINA GRANDE	INFOGENIUS ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE LTDA - ME	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	300 (TREZENTAS)
5	201802610	FACULDADE ESTRATEGO (ESTRATEGO)	ESTRATEGO SISTEMA EDUCACIONAL LTDA - ME	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	300 (TREZENTAS)
6	201716533	FACULDADE FASIPE DE RONDONÓPOLIS (FFR)	UNIÃO DAS FACULDADES FASIPE LTDA	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	200 (DUZENTAS)
7	201716534	FACULDADE FASIPE DE RONDONÓPOLIS (FFR)	UNIÃO DAS FACULDADES FASIPE LTDA	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	200 (DUZENTAS)
8	201717780	FACULDADE IMPACTO	ALAGOAS EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA - EPP	LETRAS (LICENCIATURA)	300 (TREZENTAS)
9	201717781	FACULDADE IMPACTO	ALAGOAS EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA - EPP	SERVIÇO SOCIAL (BACHARELADO)	300 (TREZENTAS)
10	201717652	FACULDADE FOCUS (FOCUS)	RWR CURSOS PREPARATORIOS PARA CONCURSOS LTDA - ME	GESTÃO PÚBLICA (TECNOLÓGICO)	200 (DUZENTAS)
11	201610327	FACULDADE GUAIRACÁ (FAG)	SESG - SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR GUAIRACA LTDA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (BACHARELADO)	300 (TREZENTAS)
16	201708939	FACULDADE NOROESTE DO MATO GROSSO (AJES)	ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	PEDAGOGIA (LICENCIATURA	500 (QUINHENTAS)
17	201715319	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, HUMANAS E EXATAS (FAHE)	INCEL - INSTITUTO CONESUL DE EDUCAÇÃO LTDA	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	3.000 (TRÊS MIL)
18	201904121	FACULDADE DESCOMPLICA	DESCOMPLICA CURSOS LIVRES VIA WEB S.A.	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	300 (TREZENTAS)
19	201904122	FACULDADE DESCOMPLICA	DESCOMPLICA CURSOS LIVRES VIA WEB S.A.	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLOGICO)	300 (TREZENTAS)
20	201904123	FACULDADE DESCOMPLICA	DESCOMPLICA CURSOS LIVRES VIA WEB S.A.	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	300 (TREZENTAS)
21	201904124	FACULDADE DESCOMPLICA	DESCOMPLICA CURSOS LIVRES VIA WEB S.A.	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	300 (TREZENTAS)
22	201717431	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA (FAC-CESUMAR)	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	1.500 (MIL E QUINHENTAS)
23	201717432	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA (FAC-CESUMAR)	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	1.500 (MIL E QUINHENTAS)

DESPACHO Nº 26, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide o Processo MEC n° 23000.030039/2019-75.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 323/2019-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna (cód. 1642), mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. -ME (cód. 1564), CNPJ 04.670.333/0001-89 - que:

I. Seja reduzido de 140 (cento e quarenta) para 98 (noventa e oito) o total anual das vagas autorizadas para seu curso de Engenharia Civil, bacharelado (cód. 74026).

II. Sejam revogadas medidas cautelares aplicadas ao curso por meio da Portaria SERES/MEC nº 530/2019.

III. Seja concluído o Processo e-MEC n° 201217190, de renovação de reconhecimento desse curso, ficando a redução das vagas como aditamento ao ato autorizativo.

IV. Seja notificada a Instituição do teor da decisão e informada da possibilidade de recurso ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no prazo de 30 (trinta dias), nos termos do art. 75 do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

V. Seja a notificação efetivada por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC.

RICARDO BRAGA

DESPACHO Nº 27, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide o Processo MEC n° 23709.000030/2019-62.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 43/2020-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE PEDAGOGIA DE AFONSO CLÁUDIO (cód. 1358), mantida pelo INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE AFONSO CLÁUDIO (cód. 900), CNPJ 36.044.055/0001-40:

I. o seu descredenciamento institucional.

II. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC sobre alunos remanescentes, se for o caso, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

III. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB.

IV. a notificação da entidade mantenedora da Instituição da decisão do descredenciamento e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

V. a efetivação da notificação por meio eletrônico, mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

VI. o encaminhamento da decisão à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC para fins de acompanhamento do Acervo Acadêmico.

VII. o arquivamento do Processo MEC nº 23709.000030/2019-62, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

RICARDO BRAGA

DESPACHO Nº 28, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide o Processo MEC n° 23709.000055/2018-85.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 43/2020-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE METODISTA DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA AMAZÔNIA (cód. 2840), mantida pelo Instituto Metodista da Amazônia - IMA (cód. 1850) - CNPJ 05.204.188/0001-03:

I. o seu descredenciamento institucional.

II. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC sobre alunos remanescentes, se for o caso, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

III. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB.

IV. a notificação da entidade mantenedora da Instituição da decisão do descredenciamento e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

V. a efetivação da notificação por meio eletrônico, mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

VI. o encaminhamento da decisão à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC para fins de acompanhamento do Acervo Acadêmico.

VII. o arquivamento do Processo MEC nº 23709.000055/2018-85, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

RICARDO BRAGA

DESPACHO Nº 29, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide o Processo MEC n° 23709.000007/2019-78.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 45/2020-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE TECNOLOGIA INESUL DO PARANÁ - FIPAR (cód. 4998), mantida pelo INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA (cód. 1275), CNPJ 04.002.246/0001-53:

I. o seu descredenciamento institucional.

II. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC sobre alunos remanescentes, se for o caso, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

III. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB.

IV. a notificação da entidade mantenedora da Instituição da decisão do descredenciamento e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

V. a efetivação da notificação por meio eletrônico, mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

VI. o encaminhamento da decisão à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC para fins de acompanhamento do Acervo Acadêmico.

VII. o arquivamento do Processo MEC nº 23709.000007/2019-78, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

RICARDO BRAGA

DESPACHO Nº 30, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Decide o Processo MEC n° 23709.000076/2019-81.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 46/2020-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE TECNOLOGIA IPEP DE SÃO PAULO - FATEC SP (cód. 3693), mantida pelo INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA - IPEP (cód. 766), CNPJ 67.996.488/0001-20:

I. o seu descredenciamento institucional.

II. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC sobre alunos remanescentes, se for o caso, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

III. a intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB.

IV. a notificação da entidade mantenedora da Instituição da decisão do descredenciamento e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

V. a efetivação da notificação por meio eletrônico, mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

VI. o encaminhamento da decisão à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior - CGMAE/DISUP/SERES/MEC para fins de acompanhamento do Acervo Acadêmico.

VII. o arquivamento do Processo MEC nº 23709.000076/2019-81, após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

RICARDO BRAGA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

PORTARIA Nº 361, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 12 da Lei 11.892, de 29/12/2008, nomeada pelo Decreto Presidencial de 13 de abril de 2016, publicada no DOU nº 71, seção 2, página 1, de 14/04/2016, resolve:

Art.1º Delegar competência ao Pró-reitor de Administração, para aplicar, em 1ª instancia, as sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 7º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, art. 47 da Lei n° 12.462 de 04 de agosto de 2011 e no art. 68 da Instrução Normativa n° 05 de 26 de maio de 2017, em razão de descumprimento total ou parcial de obrigações contidas em editais de licitações, contratos, notas de empenho, ordens de serviço ou quaisquer instrumentos assemelhados que estabeleçam obrigações de dar ou fazer por parte dos licitantes e contratados, exceto quando as penalidades decorram diretamente de atos de rescisão contratual unilateral ou cancelamento de Ata de Registro de Preços, observando o disposto na Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Art. 2º Nos impedimentos legais e regulamentares do Pró-reitor de Administração, a delegação de competência de que trata o art. 1º desta portaria é extensiva aos seus respectivos substitutos legais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

ATO Nº 18, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPar, nomeado pela Portaria nº 2.120, de 10 de dezembro de 2019, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- Os artigos 11,12 e seu parágrafo único do Decreto-Lei n° 200/67;, resolve:

Delegar competência ao Pró-Reitor de Administração, bem como ao Diretor Administrativo e Financeiro, e substitutos eventuais, para, no âmbito da Pró-Reitoria de Administração:

1. Autorizar a realização de despesas e seu pagamento no âmbito da Pró-Reitoria de Administração;

2. Autorizar a realização de concorrência, pregão, ajuste a contratos, à conta das dotações previstas no orçamento da Administração Superior e Órgãos Vinculados;

3. Autorizar a concessão de suprimento de fundos, bem como determinar a baixa de responsabilidades, no âmbito da Pró-Reitoria de Administração;

4. Acompanhar a execução orçamentária, visar e supervisionar processos de empenho, e determinar providências de ordem econômica e financeira que julgar necessárias;

5. Acompanhar os trabalhos das Comissões incumbidas de instrução de processos de licitação;

6. Requisitar passagens nos limites das dotações orçamentárias próprias;

7. Autorizar viagens de servidores a serviço da Instituição, obedecidas as formalidades legais;

8. Assinar contratos decorrentes de licitação, de sua dispensa ou inexigibilidade, no âmbito de competência da Pró-Reitoria de Administração, incluídos os órgãos da Administração Central que não possuem delegação de competência específica para tanto, bem como os contratos à aquisição centralizadas de materiais, equipamentos e serviços;

9. Assinar acordos, convênios, ajustes e demais instrumentos, de natureza administrativa, exceto os de competência dos dirigentes de unidades universitárias, unidades especiais, órgãos suplementares e órgãos auxiliares;

10. Praticar outros atos de administração necessários ao desempenho das atribuições da Pró-Reitoria de Administração;

11. Assinar termo de cessão de uso de espaço, no âmbito da Administração Central e da Administração Geral, quando for o caso.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

PORTARIA Nº 124, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, no uso das atribuições legais, considerando o deliberado em reunião do Comitê Institucional de enfrentamento ao COVID-19 - CIEC, realizada em 24 de março de 2020, e o que consta no processo nº 23422.003209/2020-11; resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 97/2020/GR, publicada no Boletim de Serviço nº 21, de 18 de março de 2020.

Art. 2º A ementa da Portaria nº 97/2020/GR passa a vigorar com a seguinte redação:

"Regulamenta as rotinas de trabalho e os procedimentos administrativos no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, por período indeterminado." (NR)

Art. 3º O Art. 1º da Portaria nº 97/2020/GR passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Regulamentar as rotinas de trabalho e os procedimentos administrativos no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, por período indeterminado." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLEISSON ALISSON PEREIRA DE BRITO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 307, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Criar a estrutura organizacional da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE, conforme Resolução nº 02/2020-UFAPE de 21/01/2020, nos moldes do quadro abaixo: (Processo UFRPE nº 23082.003254/2020-74)

ESTRUTURA DA UFAPE - Resolução nº 02, DE 21 DE JANEIRO DE 2020	
CD- 01	Reitoria - REIT
FG-03	Secretaria da Reitoria - SEC.REIT
CD-02	Vice-Reitoria - VREIT.REIT
CD-04	Diretoria Administrativa - DADM.REIT
FG -03	Secretaria da Diretoria Administrativa - SEC.DADM
FG -02	Seção de Gestão Patrimonial e Almoxarifado - SGPA.DADM
FG -02	Seção de Gestão de Pessoas, Assistência e Promoção à Saúde e SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens) - SGPAPS.DADM
FG -02	Seção de Gestão de Contratos, Compras e Licitações - SGCCL.DADM
FG -02	Seção de Gestão de Transporte - SGT.DADM
FCC	Coordenação Geral dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação - CGCGP.REIT
FCC	Coordenação do Curso de Bacharelado em Agronomia - CCAG.CGCGP
FCC	Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação - CCBCC.CGCGP.
FCC	Coordenação do Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos - CCEAL.CGCGP
FCC	Coordenação do Curso de Medicina Veterinária - CCMVET.CGCGP
FCC	Coordenação do Curso de Bacharelado em Zootecnia - CCZ.CGCGP
FCC	Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia - CCLP.CGCGP
FCC	Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras - CCLL.CGCGP
FCC	Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal e Pastagens - CCPG.CGCPG
FCC	Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Produção Agrícola - CCPG.CGCPG
FCC	Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sanidade e Produção de Ruminantes - CCPG.CGCPG
FG -02	Biblioteca - BIBLI.REIT
FG - 02	Seção de Tecnologia da Informação - STI.REIT

MARIA JOSÉ DE SENA

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 752, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Prorroga o prazo de conclusão do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 3.555, de 22 de agosto de 2019, do Ministério da Infraestrutura.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso XXVI, da Portaria nº 27.878 de 24 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado por 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar do fim da vigência do prazo que trata o art. 5º da Portaria Ministério da Infraestrutura nº 3.555, de 9 de agosto de 2019, o Grupo de Trabalho constituído com o objetivo de realizar a análise das prestações de contas dos instrumentos de repasse de recursos financeiros (convênios, termos de compromisso, termos de execução descentralizada, etc.), com pendências, vinculados às extintas Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e Secretaria Nacional de Portos, cujas competências foram absorvidas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Emite orientação aos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária, em virtude da pandemia de Coronavírus (COVID-19).

A COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS - CONAPORTOS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.861, de 6 de dezembro de 2012, com a redação alterada pelo Decreto nº 9.676, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o deliberado pelo plenário da Conaportos na Reunião Extraordinária de 20 de março de 2020, resolve:

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais alto nível de alerta da Organização Mundial da Saúde, em decorrência de casos suspeitos da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (SARS - CoV-2);

CONSIDERANDO a declaração de pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19) dada pela Organização Mundial da Saúde no último dia 11 de março;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde n° 188, de 3 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov); e

CONSIDERANDO que até 20 de março de 2020 havia no Brasil 904 (novecentos e quatro) casos confirmados, 11 (onze) mortes e mais de 11.000 (onze mil) casos suspeitos, números esses que poderão aumentar de forma exponencial, impactando drasticamente o sistema de saúde do País, dada a sua limitada capacidade hospitalar e a necessidade de dar efetividade às medidas de saúde para resposta à pandemia de Coronavírus (COVID-19);

Art. 1º Orientar os órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias, durante o período da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, determinando:

I - a observância e o cumprimento das recomendações, orientações e protocolos das autoridades públicas federais, especialmente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA para o enfrentamento do COVID-19 em portos, embarcações e fronteiras;

II - que as embarcações cargueiras em rota internacional (longo curso) somente poderão atracar e operar se não ocorrer desembarque de qualquer tripulante, durante 14 dias a contar da data de saída da embarcação do último porto estrangeiro, excetuando os desembarques indispensáveis à operação. Que deve ser garantido o mínimo contato da tripulação com os trabalhadores portuários brasileiros neste período, restringindo-se este aos limites do terminal portuário:

III - a dispensa do controle por biometria nos pontos de acesso aos Portos Organizados e instalações portuárias, alertando que o controle de acesso deve ser mantido por meio da leitura eletrônica de crachás de identificação e/ou a verificação pessoal, realizado através de colaboradores vinculados à Unidade de Segurança, a fim de garantir de modo seguro o direito ao trabalho de todos os trabalhadores portuários e minimizar o risco de fraudes no ingresso aos ambientes portuários;

IV - a adoção de medidas para evitar aglomerações em pontos de acesso de pessoas e veículos;

V - a suspensão imediata de novos embarques em navios de cruzeiro que já estão na costa brasileira;

VI - a operação e desembarque com restrições de viajantes dos navios de cruzeiro em viagem de longo curso com escala no Brasil;

VII - que os servidores e trabalhadores, inclusive os práticos, mantenham distância de, pelo menos, 2 metros da tripulação, especialmente de quem esteja tossindo ou espirrando.

§ 1º Nas embarcações citadas no inciso II:

a) em caso de suspeita da COVID-19, a emissão de Livre Prática deve ser realizada a bordo. O viajante deve ser mantido em local privativo, preferencialmente na cabine, e ser disponibilizada máscara cirúrgica até que seja realizada avaliação da autoridade sanitária junto à vigilância epidemiológica ou equipe médica de saúde, conforme definido no plano de contigência local. Após avaliação do caso será definido se o viajante será classificado como caso suspeito; mantido a bordo em isolamento; ou removido para o serviço de saúde.

b) caso ocorra evento de saúde a bordo relacionado a COVID-19, durante o trajeto ou na estadia da embarcação no porto, a tripulação não poderá desembarcar por mais 14 dias a partir do último caso, a não ser que se trate de casos graves que necessitem

de assistência médica. Outros eventos de saúde serão avaliados para autorização de desembarque.

§ 2º São permitidas nas operações citadas no inciso II e VI, serviços de abastecimento de água, alimentos, retirada de resíduos sólidos e efluentes sanitários normalmente, desde que autorizadas pela Anvisa;

§ 3º A orientação contida no inciso II não restringe a operação das embarcações que possuam navegação entre portos brasileiros (cabotagem).

§ 4º Nas operações citadas no inciso VI:

a) os navios de cruzeiros serão autorizados a desembarcar os passageiros e tripulantes brasileiros assintomáticos. Todos devem ser orientados a realizar isolamento domiciliar por no mínimo 14 dias;

b) o desembarque de tripulantes ou passageiros estrangeiros assintomáticos somente ocorrerá após 14 dias a contar da data de saída do último porto estrangeiro ou quando as tratativas para repatriação estejam acertadas e organizadas entre as autoridades pertinentes;

c) determina-se a avaliação criteriosa das notificações diárias enviadas pelas embarcações, conforme fluxo definido no Guia Sanitário de Navios de Cruzeiro (disponível em http://portal.anvisa.gov.br/cruzeiros/guiasanitario) quando o navio estiver acostado em porto brasileiro;

d) em casos de navios de cruzeiros fora da programação da temporada nacional 2019-2020, o desembarque de estrangeiros citado na alínea "b", somente será autorizado após as tratativas para repatriação acordadas e organizadas entre as autoridades pertinentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO
Coordenador da Comissão

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 837, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.024427/2019-57, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 2003-42/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico AZUL LINHAS AÉREAS S.A.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 842, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 3º, inciso II, alínea b, item 4, da Portaria 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, com fundamento nos Arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.006393/2019-29, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Público Belém Novo / Porto Alegre, RS - CIAD: RS0002 (código OACI: SSBN), apresentadas pelo Aeroclube do Rio Grande do Sul.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SSBN, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 161, Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 854, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Institui, no âmbito da Gerência de Certificação de Organizações de Instrução - GCOI, procedimento de intimação de interessados mediante a utilização de aplicativos de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares.

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais no art. 34, inc. VII, al. c, do Regimento Interno da ANAC, anexo à Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e normativas por delegação no item 4.6.2.1.a.vi do Anexo à Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de abril de 2019, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço v.14, n. 18, de 3 de maio de 2019, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo 00065.012151/2020-16, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Gerência de Certificação de Organizações de Instrução - GCOI, procedimento de intimação de interessados mediante a utilização de aplicativos de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares.

Art. 2º As notificações por aplicativo de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares serão encaminhadas a partir de aparelho(s) celular(es) destinado(s) às Gerências e Coordenadorias da GCOI exclusivamente para essa finalidade.

Parágrafo único. O(s) número(s) do(s) aparelho(s) celular(es) costa(m) no Quadro 1 do Anexo à esta Portaria.

Art. 3º A adesão ao procedimento de intimação por aplicativo de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares é inerente ao preenchimento do número de telefone celular em qualquer cadastro da ANAC.

§ 1º Os interessados que não queiram aderir à modalidade de intimação por aplicativo de envio mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares deverão requerer, mediante protocolo eletrônico, preenchendo formulário específico informando o número de telefone em que desejam inibir o recebimento de tais comunicados.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, se houver mudança do número do telefone, o interessado não aderente deverá informá-lo de imediato à GCOI e assinar novo termo.

§ 3º Se houver mudança do número do telefone, o interessado aderente deverá informá-lo de imediato à GCOI.

§ 4º Ao aderir ao procedimento de intimação por aplicativo de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares, o aderente declarará que:

I - concorda com os termos da intimação por meio de aplicativo de envio de mensagens eletrônicas instantâneas;

II - possui aplicativo de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou de recurso tecnológico similar instalado em seu celular, tablet ou computador, e que manterá ativa, nas opções de privacidade, a opção de recibo/confirmação de leitura;

III - foi informado do número que será utilizado pela GCOI para o envio das notificações (Quadro 1 do Anexo à esta Portaria);

IV - foi cientificado de que a ANAC, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento para a realização de atos de intimação;

V - foi cientificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, na Gerência ou Coordenadoria que expediu o ato, e que, na hipótese de intimação para comparecimento, deverá dirigir-se às dependências da GCOI designadas na mesma.

§ 5º O cadastramento do interessado junto ao protocolo eletrônico da ANAC, nos termos da Resolução n° 520, de 3 de julho de 2019, que regulamenta o processo eletrônico no âmbito da ANAC, inibe a notificação segundo o procedimento estabelecido nesta Portaria.

Art. 4º No ato da intimação, o servidor responsável encaminhará pelo aplicativo de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares:

I - texto contendo a mensagem;

II - a imagem do pronunciamento administrativo (despacho, decisão ou outro ato administrativo), se houver, com a identificação do processo e do número de registro da peça no sistema de protocolo da ANAC, no formato Portable Document Format (pdf), aderente aos padrões ISO 32000 para transmissão de documentos eletrônicos.

Art. 5º Considerar-se-á realizada a intimação quando o ícone do aplicativo de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares, representante de mensagem entregue e lida for disponibilizado, ou quando, por qualquer outro meio idôneo, for possível identificar que a parte tomou ciência.

§ 1º O envio das notificações por aplicativos de mensagens eletrônica instantâneas ou recursos tecnológicos similares deverá ser realizado no horário de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo, ressalvada a comunicação de medidas urgentes.

§ 2º A contagem dos prazos obedecerá ao estabelecido na legislação de regência.

§ 3º A intimação deverá ser certificada e juntada aos autos, mediante termo do qual conste o dia, o horário e o número de telefone para o qual se enviou a comunicação, bem como o dia e o horário em que ocorreu a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário, com imagem da tela (print) do aparelho no qual conste a intimação, bem como o nome, o RG ou CPF, da pessoa a quem se fez a intimação.

§ 4º Se não houver a entrega e leitura da mensagem pelo interessado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a Gerência ou Coordenadoria que expediu o ato providenciará a intimação por outro meio idôneo, conforme o caso.

§ 5º Não confirmado o recebimento da mensagem e documentos, será certificado nos autos o fato constando do termo o nome da pessoa para o qual a mensagem foi enviada, o RG ou CPF, o número do telefone para o qual o ato foi enviado, data e horário de envio.

Art. 6º É vedada a utilização de aplicativos de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares nas hipóteses de:

I - processo classificado como restrito, em razão de segredo de justiça;

II - processo classificado como sigiloso nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527/2011.

Art. 7º Os que não aderirem ao procedimento de intimação por aplicativos de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares serão intimados pelos demais meios previstos em norma da ANAC ou em lei.

Parágrafo único. Os procuradores serão intimados pelos meios regulares previstos no ordenamento jurídico, salvo se pleitearem e aderirem expressamente ao procedimento previsto nesta Portaria por petição nos autos do processo administrativo, feita pelo protocolo eletrônico, e juntada do respectivo instrumento de mandato.

Art. 8º Os aplicativos de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares autorizados são aqueles constantes no Quadro 2 do Anexo à esta Portaria.

Parágrafo único. As Gerências ou Coordenadoria da GCOI poderão enviar mensagens no formato SMS (short message service, em inglês, ou serviço de mensagens curtas, em português) para orientação geral dos regulados.

Art. 9º As contas de aplicativos de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares das Gerências e Coordenadorias da GCOI serão personalizadas com o logotipo da ANAC e tarja com nome que facilite a identificação pelos interessados.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

ANEXO

Quadro 1 - Números de telefones celulares designados para utilização em aplicativos de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares por Gerências ou Coordenadoria da Gerência de Certificação de Organizações de Instrução - GCOI/SPO/ANAC.

	#Número celular	Órgão	Nome da conta
1	12	Coordenadoria de Exames - COEX	Exames Teóricos ANAC

Quadro 2 - Aplicativos de envio de mensagens eletrônicas instantâneas ou recursos tecnológicos similares autorizados para uso pelas Gerências ou Coordenadoria da Gerência de Certificação de Organizações de Instrução - GCOI/SPO/ANAC.

	#Aplicativo	Desenvolvedor
1	WhatsApp	WhatsApp Inc.
2	Skype	Skype (Microsoft)

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 812, DE 20 DE MARÇO DE 2020

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(vi) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.069045/2019-62, resolve:

Art. 1º Revalidar, por 3 (três) anos, o credenciamento do médico Dr. José Olavo Freddi Dugaich, CRM/SC 2970, MC 142, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Dr. Marinho Lobo, nº 80, salas 5,6 e 8, Centro, Joinville (SC), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pelo referido médico, no âmbito dos termos desta portaria, desde 18 de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.645, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº50300.017600/2019-19 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 907-ANTAQ, de 11 de outubro de 2012, de titularidade do empresário individual G. U. BARBOSA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.813.599/0001-33, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude da inclusão de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

RESOLUÇÃO Nº 7.648, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 20, do Regimento Interno;

Considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde - OMS como Pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a necessidade de estabelecer medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando o disposto nas Instruções Normativas nº 19 e 20, respectivamente, de 12 e 13 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;

Considerando o disposto na Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2020, regulamentada pela Portaria nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando a necessidade de racionalizar o tempo empregado nas sessões e imprimir maior celeridade no exame de processos;

Considerando a necessidade de preservar a ampla publicidade e a transparência das deliberações proferidas pela Agência;

Considerando que a deliberação eletrônica é facultativa e não afasta a possibilidade de apreciação presencial;

Considerando que as disposições contidas nesta Resolução estão aderentes à proposta de norma constante no Processo SEI nº 50300.001380/2015-88, já submetida a audiência pública e análise jurídica; e

Considerando o que consta do Processo nº 50300.005799/2020-76, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º As deliberações da Diretoria Colegiada dar-se-ão em ambiente virtual, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, enquanto vigente a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

Art. 2º A pauta de deliberação será publicada no sítio eletrônico da Antaq com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput a matérias urgentes ou relevantes, a critério do Diretor-Geral, cuja deliberação não possa submeter-se ao prazo estabelecido.

Art. 3º A pauta de deliberação do colegiado será organizada pela Secretaria-Geral - SGE e aprovada pelo Diretor-Geral.

Art. 4º As deliberações em ambiente virtual serão realizadas ordinariamente, em datas estabelecidas em calendário aprovado pelo colegiado e divulgado no sítio eletrônico da Agência, com início às 12 (doze) horas do 1º (primeiro) dia útil, e encerramento às 12 (doze) horas do 3º (terceiro) dia útil da semana de realização da respectiva deliberação.

Art. 5º As decisões da Diretoria Colegiada serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Diretor-Geral o voto de qualidade, vedada a abstenção.

Parágrafo único. A motivação das decisões será explícita, clara e congruente, e constará do respectivo voto, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres ou decisões, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Art. 6º O Relator apresentará relatório e voto assinados no ambiente virtual até o início da sessão de deliberação.

§ 1º A partir do início da sessão de deliberação, os demais Diretores terão até 48 (quarenta e oito) horas para manifestação.

§ 2º Considerar-se-á formulado pedido de vista do processo pelo Diretor que não se pronunciar no prazo previsto no § 1º.

§ 3º Serão excluídos da pauta de deliberação em ambiente virtual e apreciados na reunião subsequente os processos com pedido de retirada de pauta ou pedido de vista, formulados por Diretor.

Art. 7º Os votos tornar-se-ão públicos quando concluída a deliberação em ambiente virtual.

Art. 8º As atas das deliberações em ambiente virtual serão elaboradas de acordo com o estabelecido no normativo interno para as atas das deliberações em reunião presencial.

Art. 9º A Secretaria-Geral - SGE ficará encarregada da gestão do processo de trabalho relativo às deliberações em ambiente virtual.

Art. 10. Aplicam-se aos processos incluídos em pauta de deliberação virtual, no que couber, o disposto no normativo interno de processo decisório.

Art. 11. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISVAL DIAS MENDES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 117, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 5.810, de 03 de maio de 2018, e o artigo 61 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, tendo em vista o disposto no processo administrativo nº 50500.028457/2020-78;

CONSIDERANDO o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO que a fiscalização de peso não se enquadrou como atividade essencial, nos termos do § 1º do artigo 3º do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO os requisitos das Instruções Normativas SGE/ME nº 19, de 12 de março de 2020; nº 20, de 13 de março de 2020; e nº 21, de 16 de março de 2020, com enquadramento de profissionais de risco, afetando a disponibilidade de fiscais de transportes terrestres na fiscalização de peso;

CONSIDERANDO a declaração de estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), em todo território nacional, pela Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria DG nº 88, de 13 de março de 2020, que determina, com o objetivo específico de diminuir os riscos de contágio do coronavírus (COVID-19), a adoção de medidas para resposta à emergência de saúde pública no âmbito da ANTT; e

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preventivas de proliferação para redução da transmissibilidade do coronavírus (COVID-19) e de contatos entre os servidores da ANTT que atuam na fiscalização de peso e caminhoneiros; resolve:

Art. 1º Ficam suspensas, pelo prazo de 90 (noventa) dias, em caráter temporário e excepcional, as atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais sob a circunscrição da ANTT.

Art. 2º Os servidores da ANTT que desenvolvam as atividades suspensas nos termos do artigo 1º deverão se apresentar à Coordenação de Fiscalização - COFIS a que estão vinculados, sendo facultada a adoção do regime de revezamento ou de trabalho remoto, nos termos da Portaria nº 88, de 13 de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.877, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Altera a Resolução nº 5.857, de 12 de novembro de 2019, que regulamenta a comprovação de Regularidade Fiscal das Concessionárias do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das Concessionárias do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, reguladas pela ANTT

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB- 037, de 24de marçode 2020, e no que consta do Processo nº 50500.100636/2007-72, resolve:

Art. 1ºAlterar oart. 1º da Resolução nº 5.857, de 12 de novembro de 2019, que passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

".....

§ 4º O prazo previsto no caput do art. 1º, exclusivamente para o ano 2020, será até o dia 31 de julho, devendo as certidões e certificados apresentados possuir validade nessa mesma data ." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 139, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 014, de 16 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 00424.022649/2020-52, delibera:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 134, de 13 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de março de 2020, que suspendeu a vigência da Resolução nº 5.862, de 17 de dezembro de 2019, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar de 17 de janeiro de 2020, exclusivamente para a empresa Tropical Transportes Ipiranga Ltda, CNPJ nº 42.310.177/0001-34, por força de decisão liminar proferida nos autos do processo judicial nº 1008983-87.2020.4.01.3400, em trâmite perante a 16ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal; e estabeleceu que, no período de suspensão, ou enquanto válida a decisão liminar, a parte autora deverá cumprir os termos da Resolução nº 3.658, de 19 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 140, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 013, de 13 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.321793/2018-62, delibera:

Art. 1º Revogar a Deliberação nº 661, de 11 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 14 de setembro de 2018, que delegou aos Diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT competência para supervisionar tecnicamente as Superintendências e Unidades Organizacionais, e deu outras providências.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 141, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 011, de 12 de março de 2020, e no que consta do Processo nº50500.314292/2019-11, delibera:

Art.1º Deferir o pedido de transferência da empresa Paratins Transporte e Turismo Ltda, CNPJ nº 05.571.433/0001-10, para a empresa Danistur Transporte Rodoviário Ltda, CNPJ nº04.801.028/0001-89, dos mercados:

I - De: Goiânia/GO: para: Miranorte/TO, Conceição do Araguaia/PA e Xinguara/PA;

II - De: Anápolis/GO, Jaraguá/GO, Uruaçú/GO e Porangatu/GO, para: Miranorte/TO, Conceição do Araguaia/PA, Redenção/PA e Xinguara/PA; e

III -De: Gurupi/TO e Miranorte/TO, para: Conceição do Araguaia/PA, Redenção/PA e Xinguara/PA.

Art. 2º Modificar a Licença Operacional nº143 da empresa Paratins Transporte e Turismo Ltda e emitir a Licença Operacional nº 173 para a empresa Danistur Transporte Rodoviário Ltda.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 142, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 017, de 18de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.022973/2020-99, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AURORA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	42.6075	10.324.001/0001-45
CARAVAGGIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME	42.7160	13.392.545/0001-32
F R V TRASNPORTES EIRELI-ME	31.1481	25.533.859/0001-97
KYOODAI JCCC TRANSPORTES, FRETAMENTO E LOCAÇÃO LTDA	35.2335	09.011.161/0001-55
LUMA TURISMO E VIAGENS LTDA	31.0435	01.528.055/0001-31
PHP TRANSPORTES LTDA-ME	41.8749	10.014.409/0001-10
REALIDADE TRANSPORTE E TURISMO LTDA	35.1882	69.224.434/0001-71
S. AMORIM DOS SANTOSLOCAÇÃO E TURISMO EIRELI	21.8604	00.968.345/0001-33
TRANSPORTE COLETIVO DUARTE LTDA	52.6802	02.851.400/0001-36

DELIBERAÇÃO Nº 143, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 018, de 18 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.025107/2020-50, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
BORGESTUR - TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	00.4034	21.578.921/0001-06
ECO ADVENTURE TOUR LTDA	00.4035	04.331.188/0001-01
EXPRESSO SABIA EIRELI-ME	00.4036	05.101.359/0001-79
FLORISVALDO FERREIRA DA FONSECA LTDA	00.4028	30.076.703/0001-64
G.B.SORTICA & J. SORTICA LTDA	00.4029	72.055.890/0001-40
GC TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI - ME	00.4037	26.499.700/0001-66
GOLFINHO TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.4030	29.520.944/0001-71
ISABELLA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	00.4031	27.513.417/0001-04
LILANDIA APARECIDA ALVES EIRELI	00.4032	34.705.193/0001-06
LOPES & AMARAL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	00.4038	87.795.274/0001-00
MARINHUK TRANSPORTES EIRELI	00.4033	33.591.547/0001-68
NL FRETAMENTO TURISMO E LOCADORA LTDA-ME	00.4039	22.243.823/0001-80
PEPPER, PEPPER RESERVAS E TURISMO LTDA	00.4040	04.481.998/0001-44
WG TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	00.4041	20.794.479/0001-92

DELIBERAÇÃO Nº 144, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 045, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.020705/2020-32, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da Empresa Gontijo de Transportes Ltda, CNPJ nº 16.624.611/0001-40,para a supressão das seções abaixo listadas,operadas na linha Salvador/BA- Almenara/MG, prefixo nº 05-0221-00:

I -De: Jequié/BA, Feira de Santana/BA e Salvador/BA,para: Pedra Azul/MG.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 36 no dia 2 de junho de 2020, conforme as modificações operacionais previstas no art. 1º, em observância ao disposto no art. 45, § 1º, da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELOVINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 145, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 049, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.001939/2020-81, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da Asatur Turismo Ltda, CNPJ nº 04.693.576/0001-32,para a supressão das seções abaixo listadas,operadas na linha Manaus/AM- Boa Vista/RR, prefixo nº01-0000-00:

I -De: Presidente Figueiredo/AM,para: Rorainópolis/RR, Caracaraí/RR, Mucajaí/RR e Boa Vista/RR.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional no dia 7 de abril de 2020, conforme as modificações operacionais previstas no art. 1º, em observância ao disposto no art. 45, § 1º, da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELOVINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 146, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 050, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.013207/2020-33, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da Auto Viação Progresso S/A, CNPJ nº 10.788.677/0001-90,para a supressão da linha Princesa Isabel/PB- Arcoverde/PE, prefixo nº 13-0005-00, com a paralisação dos seguintes mercados:

I - De: Princesa Isabel/PB, para: Flores/PE e Custódia/PE.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 26 no dia 10 de maio de 2020, conforme as modificações operacionais previstas no art. 1º, em observância ao disposto no art. 45, § 1º, da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELOVINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 147, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 044, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.020981/2020-09, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
A. ALVES TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	417038	08.348.422/0001-64
AGÊNCIA DE TURISMO BATISTUR LTDA - ME	311781	01.490.334/0001-53
ANDERSON L ALVES & CIA LTDA - ME	419040	01.374.077/0001-94
CALISTOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA-ME	240998	05.433.716/0001-04
CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA	331375	05.651.485/0001-05
CASADIO TUR LTDA - ME	318720	00.771.722/0001-40
ELOI TURISMO E VIAGENS EIRELI-ME	331390	01.433.360/0001-40
EVOKE VIAGENS TRANSPORTES LTDA - ME	311850	19.352.481/0001-22
J. W. TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	318614	18.441.128/0001-56
LUAR VIVER VIAGENS E TURISMO EIRELI	312782	27.821.227/0001-54
MACTUR FRETAMENTOS LTDA	355068	64.170.087/0001-28
MAX TOUR FRETAMENTOS E TURISMO LTDA EPP	351185	65.963.142/0001-08
MILENA LORAINE FERREIRA TRANSPORTE E TURISMO EIRELI-ME	411244	26.722.063/0001-45
NADSTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	317776	15.513.222/0001-85
PALMEIRAS TURISMO LTDA	311729	13.718.873/0001-86
SOUZA E LIMA DE BACAXA TRANSPORTES TURISMO LTDA	335313	08.453.378/0001-52
TERRAVENTURA TURISMO LTDA	422115	04.747.752/0001-71
TRANSPORTES EXECUTIVO LTDA EPP	420090	02.964.408/0001-09
ULZA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	310438	00.363.483/0001-99
WISNIEWSKI TRANSPORTES EIRELI ME	431953	26.937.871/0001-20
YAMANE TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	351591	60.341.922/0001-94

DELIBERAÇÃO Nº 148, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 048, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.025164/2020-39, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
BOA VISTA CLASSE A LOCADORA E SERVIÇOS LTDA ME	35.1509	05.952.323/0001-07
CLASSE A LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME	32.8793	08.212.373/0001-38
EMPRESA BRAULINO F OLIVEIRA LTDA	31.0427	19.542.539/0001-09
GISELA DA SILVA SANTOS TISSI EIRELI-ME	41.2052	22.633.092/0001-80
KGA TURISMO EIRELI-ME	52.1298	26.649.131/0001-98
LUCAS D. CEZARO - EIRELI	31.2266	17.418.249/0001-14
MUNDIAL TURISMO E LOCAÇÃO LTDA - ME	31.2197	15.438.664/0001-04
OVANDE GABRIEL PICKCIUS EIRELI	42.2087	21.807.934/0001-00
PANTERA TURISMO LTDA - ME	31.1188	01.042.014/0001-30
SBS TUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	42.7808	04.127.711/0001-82
TRANSPORTES CAPIVARI LTDA	42.4985	86.428.661/0001-38

DELIBERAÇÃO Nº 149, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 047, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.021988/2020-30, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
BUENO TURISMO E TRANSPORTES LTDA	52.0640	03.479.811/0001-05
CLÁUDIO TURISMO LTDA - ME	31.1300	11.337.161/0001-91
EJTUR TRANSPORTES LTDA - ME	43.6352	08.655.133/0001-08
EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA	35.0035	16.624.611/0001-40
TRANSPORTADORA BERVIAN E LEOBET LTDA	43.1237	08.178.736/0001-66

DELIBERAÇÃO Nº 150, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 033, 24de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.319618/2016-53,delibera:

Art. 1º Rescindir o parcelamento de débitos concedido nos autos do processo nº50500.319618/2016-53 à empresa Valetur Transporte Locação e Turismo Ltda, CNPJnº10.680.547/0001-39, com base no art. 13, inciso I, da Resoluçãonº5.830, de 10 de outubro de 2018.

Art. 2º Determinar que a Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT, caso entenda pertinente, dê prosseguimento à cobrança dos débitos, com a consequente inscrição da empresa no Cadin e na Dívida Ativa.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 151, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto Vista DDB - 4, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.013562/2019-79, delibera:

Art. 1º Não conhecer o pedido de regularização administrativa da linha Palmas (TO) - Floriano (PI), prefixo nº 23-9578-00 e 23-9578-61, protocolado pela empresa Expresso Transporte e Turismo Ltda, CNPJ nº 05.263.312/0001-01, por perda de seu objeto.

Art. 2º Alterar o art. 1º da Deliberação nº 988, de 4 de dezembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar a empresa Expresso Transporte e Turismo Ltda, CNPJ nº 05.263.312/0001-01, a operar as linhas Goiânia (GO) - Paulo Afonso (BA), Palmas (TO) - Floriano (PI) e Parauapebas (PA) - São Paulo (SP)." (NR)

Art. 3º Determinar que a Supas atualize os sistemas da Agência para que as linhas Goiânia (GO) - Paulo Afonso (BA), Palmas (TO) - Floriano (PI) e Parauapebas (PA) - São Paulo (SP) sejam caracterizadas como linhas autorizadas administrativamente.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 152, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 032, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.020918/2020-64, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo a prestar serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implicará na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ	PROCESSO
AIBELTUR TRANSPORTES EIRELI	00.3965	18.413.741/0001-60	50500.020946/2020-81
ALIANÇA SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI	00.3966	35.489.056/0001-36	50500.020928/2020-08
ANTONIEL ANTÔNIO RODRIGUES EIRELI	00.3967	26.904.279/0001-21	50500.020925/2020-66
ASDRUBAL TURISMO LTDA	00.3968	34.015.733/0001-11	50500.020940/2020-12
BENJAMIM BALTAZAR DE ALMEIDA EIRELI	00.3969	36.214.201/0001-39	50500.020957/2020-61
BR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	00.3970	35.830.051/0001-25	50500.020953/2020-83
BRUNO'S TURISMO E TRANSPORTE EIRELI	00.3971	28.378.999/0001-26	50500.020937/2020-91
C.S. KUCHMA TRANSPORTES LTDA	00.3972	36.460.130/0001-54	50500.020945/2020-37
CSW TURISMO EIRELI	00.3995	11.452.889/0001-64	50500.020922/2020-22
ELITE VITÓRIA 7000 TRANSPORTADORA TURÍSTICA EIRELI	00.3973	22.783.790/0001-61	50500.020960/2020-85
EMPRESA DE ÔNIBUS TRANSGIRO LTDA - EPP	00.3996	76.879.170/0001-50	50500.020927/2020-55
FRANCISCO E SCHERER LTDA	00.3974	36.306.640/0001-71	50500.020950/2020-40
GLADSTONE LUIS NEVES LOPES EIRELI	00.3975	28.495.250/0001-69	50500.020920/2020-33
GUINCHO PRADO EIRELI	00.3976	13.800.502/0001-49	50500.020952/2020-39
HAPPY TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00.3977	02.899.259/0001-41	50500.020934/2020-57
HF PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	00.3978	35.550.863/0001-17	50500.020935/2020-00
J. FREITAS TRANSPORTES E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME	00.3997	08.274.021/0001-07	50500.020926/2020-19
LB LOCAÇÕES LTDA-ME	00.3998	01.640.191/0001-19	50500.020919/2020-17
LEONARDO TURISMO EIRELI	00.3979	34.674.673/0001-49	50500.020951/2020-94
LIMATUR TURISMO EIRELI	00.3980	35.985.948/0001-28	50500.020941/2020-59
LUCIANO TRANSPORTES LTDA	00.3981	36.376.136/0001-48	50500.020949/2020-15
MANOEL SEVERINO DA SILVA TRANSPORTES EIRELI - ME	00.3999	20.401.270/0001-11	50500.020936/2020-46
MÁRCIO M CAVALCANTE TRANSPORTES EIRELI	00.3982	08.628.636/0002-75	50500.020930/2020-79
MARLON TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA	00.3983	36.465.028/0001-41	50500.020955/2020-72
MOTATUR TRANSPORTES LTDA	00.3984	35.516.579/0001-24	50500.020954/2020-28
NEVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.4000	86.157.781/0001-48	50500.020932/2020-68
ORLEI SCHEIDT TRANSPORTES EIRELI	00.3985	19.490.797/0001-80	50500.020942/2020-01
PATRUNI TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	00.4001	18.979.505/0001-05	50500.020921/2020-88
PEREIRA & REGIORI LTDA	00.3986	13.959.877/0001-56	50500.020938/2020-35
R. O. TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EIRELI	00.3987	31.783.694/0001-04	50500.020948/2020-71
RENILDO TUMELERO EIRELI	00.3988	25.258.208/0001-36	50500.020944/2020-92
RODAM TRANSPORTES LTDA	00.4002	87.396.834/0001-46	50500.020923/2020-77
SANTOS & VIEIRA TRANSPORTE DE PESSOAS LTDA	00.3989	27.488.036/0001-12	50500.020933/2020-11
SETE TRANSPORTES EIRELI	00.3990	34.524.423/0001-22	50500.020943/2020-48
TONY BATISTA DOS SANTOS PORCINO - EIRELI	00.3991	35.308.271/0001-93	50500.020947/2020-26
TRANSPORTES MARCOS FOGAÇA EIRELI - ME	00.4003	23.558.916/0001-67	50500.020924/2020-11
TURISMO PRIME LTDA	00.3992	22.801.415/0001-05	50500.020956/2020-17
V & V TURISMO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI	00.3993	22.190.648/0001-00	50500.020959/2020-51
VALDECI TONÁCIO FERREIRA EIRELI	00.3994	18.116.290/0001-07	50500.020939/2020-80
ZAHLER TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.4004	02.384.588/0001-50	50500.020958/2020-14

DELIBERAÇÃO Nº 153, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 036, de 24 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.021964/2020-81, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo a prestar serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizados em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implicará na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AA TRANSPORTE E TURISMO DE PASSAGEIROS LTDA ME	00.4017	24.145.143/0001-50
ÁGUIA TURISMO EIRELI	00.4018	15.731.220/0001-62
CORASSINI E STAUB LTDA	004006	19.646.067/0001-26
COUTIMA TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	004007	09.248.408/0001-51
DOMINGOS TUR TRANSPORTES EIRELI	004008	36.198.177/0001-91
ELITE CLASS TRANSPORTES ESCOLAR E TURISMO LTDA	004009	13.551.331/0001-61
IDEAO TRANSPORTES LTDA	004010	19.401.885/0001-69
LEVE TURISMO TRANSPORTES LTDA	004011	24.470.000/0001-13
LOCAL TRANSPORTES E LOCAÇÃO EIRELI	004012	04.486.229/0001-39
PEDERSEN TRAINA TRANSPORTE E TURISMO LTDA	004013	26.776.968/0001-06
RR TURISMO LTDA	004014	05.482.656/0001-01
SILVEIRA RIO TURISMO - LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA	00.4019	12.645.007/0001-40
SOCORRO TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TRANSPORTE EIRELI	004015	16.595.321/0001-16
TRANSPORTES TOMAZ LTDA	00.4020	91.239.988/0001-00
VR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI	004016	35.268.171/0001-80

DELIBERAÇÃO Nº 154, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 006, de 12 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.364711/2019-65, delibera:

Art. 1º Habilitar, em âmbito nacional e sem caráter de exclusividade, a sociedade empresária Green Net Administradora de Cartão Ltda ao fornecimento do Vale-Pedágio Obrigatório.

Art. 2º Determinar que todas as concessionárias e operadoras de rodovias pedagiadas adotem as providências necessárias para que, obedecidos o cronograma de implantação, o modelo e o sistema operacional apresentados pela sociedade empresária

habilitada estejam plenamente implantados em todas as praças de pedágio no território nacional.

Art. 3º O presente ato não suprime a possibilidade de que outros modelos e sistemas operacionais de Vale-Pedágio Obrigatório continuem a ser utilizados em âmbito regional ou local.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 155, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 003, de 10 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.019051/2020-02, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de Autorização.

Art. 2º A não observância do art. 24 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 3º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 5º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de Autorização.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	TAR
INGÁTURISMO E SERVIÇOS LTDA.	75.769.265/0001-58	0315
JOTAMAR COMÉRCIO DE PEÇAS E TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA.	14.378.830/0001-61	0316
GVM TUR TRANSPORTE RODOVIÁRIO EIRELI	05.108.552/0001-31	0317
FANCOVIG TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	01.276.767/0001-00	0318

DELIBERAÇÃO Nº 156, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 004, de 17 de maço de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.021090/2020-61, delibera:

Art. 1º Autorizar a empresa TUT Transportes Ltda, em recuperação judicial, CNPJ nº 03.915.923/0001-61, TAR nº 0322, à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de Autorização.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá dar publicidade da Licença Operacional e autorizar o início da operação das linhas da Autorizatária.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de Autorização.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 157, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 005, de 11 de março de 2020, e no que consta o Processo nº 50500.018358/2020-88, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
D SERRA VIAGENS E TURISMO LTDA-ME	43.1588	26.824.461/0001-72
EVERALDO CAMPOS VIEIRA EIRELI	31.2143	17.424.358/0001-44
GOLFINHOTUR - TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	41.5358	08.770.142/0001-40
MARA TURISMO E VIAGENS EIRELI	42.5033	03.678.305/0001-45
MDR TURISMO EIRELI-ME	42.1994	26.963.681/0001-87
PINHALENSE TURISMO LTDA	43.0357	91.067.959/0001-08
RÁPIDO RIBEIRÃO PRETO LTDA	35.1700	56.007.859/0001-87
RODRIGUES & BIAGIONI LTDA - EPP	31.0772	03.637.299/0001-88
WAINE CARLOS MASSIGNAN TRANSPORTES EIRELI	35.1596	00.280.306/0001-49

DELIBERAÇÃO Nº 158, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DAP - 008, de 18 de março de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.430623/2019-69, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de implantação da Praça de Pedágio 1, no km 648+535m, na Rodovia BR-365/MG, no município de Uberlândia/MG, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.4.5 - Sistemas de Pedágio e Controle de Arrecadação.

Art. 2º Fica a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ecovias do Cerrado S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo desta deliberação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 159, DE 24 DE MARÇO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMM - 010, de 18 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.022886/2020-31, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em Exercício

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
A. CARLOS RODRIGUES EIRELI	00.4022	35.237.896/0001-01
ANJOS TUR TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	00.4023	31.545.032/0001-04
ARIEL BARBOSA GONCALVES EIRELI	00.4024	36.106.860/0001-51
MOREIRA COSTA VIAGENS E TURISMO LTDA	00.4025	03.931.881/0001-52
SR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - EPP	00.4026	11.399.304/0001-90
TUO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS & TURISMO EIRELI	00.4027	35.301.414/0001-35
GADIEL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.4028	24.464.820/0001-00
VIAÇÃO REAL LTDA	00.4029	77.930.956/0001-17

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 98, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação da obra de rede de fibra ótica na faixa de domínio da Rodovia BR-060/GO, sob concessão à CONCEBRA - Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A, por meio de ocupação longitudinal entre o km 86+460m ao 88+770m Pista Sul, em Anápolis/GO de interesse de TIM Celular S.A. Processo nº 50500.372032/2019-60.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Aprova o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI e dos Colegiados Especiais que funcionam junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT, e dá outras providências.

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso III, do Regimento Interno do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, aprovado pela Resolução nº 26, de 5 de maio de 2016, do Conselho de Administração, tendo em vista o disposto na Resolução nº 357, de 2 de agosto de 2010, do Conselho Nacional de Trânsito, e o constante no processo nº 50600.009499/2018-67, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI e dos Colegiados Especiais que funcionam junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º O julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo DNIT será realizado por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias, de forma online.

Art. 3º A fim de possibilitar o atendimento dos prazos para julgamento dos recursos de que trata o art. 2º, a Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias definirá as metas individuais a serem cumpridas pelos membros das JARI e dos Colegiados Especiais.

Art. 4º Os membros servidores do DNIT indicados para atuar como membros das JARI e dos Colegiados Especiais, em regime de dedicação exclusiva, terão prioridade para participar do programa de teletrabalho, observada a ordem de que trata o art. 11 da Portaria DNIT nº 1.207, de 8 de março de 2018, e as demais disposições desse ato normativo.

Parágrafo único. O teletrabalho dos membros servidores do DNIT indicados para atuar como membros das JARI e dos Colegiados Especiais será gerenciado pela Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias.

Art. 5º A Portaria DNIT nº 1.207, de 8 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 11. .....

.....

III - que tenham dependentes econômicos, que conste no assentamento funcional, com idade até 5 (cinco) anos;

IV - que estejam gestantes; e

V - indicados para atuar como membros das JARI ou dos Colegiados Especiais" (NR)

Art. 6º Ficam revogadas a Portaria/DIREX nº 66, de 21 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 21/01/2015, Seção 1 páginas 61/63; e a Portaria/DG nº 4.245, de 16 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 05/09/2018, Seção 1, página 123.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de abril de 2020.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO
Diretor-Geral

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES E DOS COLEGIADOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI, órgãos colegiados integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, que funcionam junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes-DNIT, têm por finalidade exercer as competências estabelecidas no art. 17 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro:

I - julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II - solicitar ao DNIT informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida; e

III - encaminhar ao DNIT informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO

Art. 2º Cada JARI terá três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para a sua composição:

I - um servidor público do DNIT;

II - um integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

III - um integrante representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

Parágrafo único. Excepcionalmente, na impossibilidade de se compor a JARI por comprovado desinteresse do representante referido no inciso II, ou pela inexistência de entidades representativas da sociedade ligadas à área de transito ou por comprovado desinteresse na indicação de representante referido no inciso III, ou quando nomeado, injustificadamente não comparecer à primeira sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no art. 8º e substituído por servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que comporá a JARI pelo tempo restante do mandato.

Art. 3º O colegiado especial, de que trata o art. 289, inciso I, alínea "b", da Lei nº 9.503, de 1997, tem por finalidade o julgamento dos recursos contra as decisões da JARI e será composto pelo Coordenador-Geral, pelo Presidente da JARI que apreciou o recurso e por mais um Presidente de JARI.

Parágrafo único. O Presidente relator do recurso em primeira instância não poderá relatar o recurso em segunda instância.

CAPÍTULO III

DA SELEÇÃO DOS MEMBROS

Art. 4º A seleção dos membros elencados nos incisos II e III do art. 2º será feita, preferencialmente, por meio de Edital de Chamamento, a ser publicado no Diário Oficial da União e outros meios de comunicação disponíveis.

§ 1º Os candidatos deverão apresentar currículo e documentação que comprove as situações elencadas no art. 22, que serão avaliados, preliminarmente, pela Coordenação de Multas de Trânsito.

§ 2º A nomeação, a substituição e a recondução de membros das JARI será deliberada pelo Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias.

§ 3º Caso a quantidade de candidatos classificados seja superior à quantidade de vagas disponibilizadas, será formado cadastro de reserva.

§ 4º Caso não seja preenchido o número de vagas, aplicar-se-á o parágrafo único do art. 2º, nomeando-se servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 5º Os membros elencados nos incisos II e III do art. 2º terão prioridade para participar do julgamento dos recursos, ocorrendo a situação prevista no § 4º apenas em situação extraordinária de ausência de membros.

Art. 5º Aos membros será expedida declaração de atividade desenvolvida pelo Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias ao fim de cada mandato, mediante requerimento.

CAPÍTULO IV

DA NOMEAÇÃO E DO MANDATO

Art. 6º A nomeação de todos os membros das JARI será em portaria única, indicando-se sua representação.

§ 1º O mandato será de um ano, podendo ocorrer reconduções.

§ 2º A desistência do mandato será admitida.

Art. 7º A posse se dará com a assinatura de termo próprio e deverá preceder o início das atividades do membro.

Art. 8º Perderá o mandato o membro que, comprovadamente:

I - deixar de cumprir este Regimento Interno;

II - deixar de cumprir as metas individuais por 3 (três) meses subsequentes ou 4 (quatro) meses intercalados, sem que haja justificativa aceita pela Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias; ou

III - praticar ato ilícito no exercício da função pública.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DOS COLEGIADOS E DO RITO DE JULGAMENTO

Art. 9º Cada JARI será formada por 3 (três) membros, respeitada a representação contida no art. 2º deste Regimento Interno.

§ 1º Todas as etapas do julgamento dos recursos serão realizadas por meio do Sistema Integrado de Operações Rodoviárias-SIOR, disponibilizado pelo DNIT.

§ 2º Os recursos serão interpostos perante a autoridade que impôs a penalidade, que realizará o cadastramento no SIOR e o encaminhará preliminarmente à Coordenação de Multas de Trânsito para posterior remessa à JARI, nos termos do art. 285 da Lei nº 9.503, de 1997.

§ 3º Compete à Coordenação de Multas de Trânsito o preparo e a instrução do recurso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do seu recebimento, assinalando o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e elaborando minuta de relatório a ser disponibilizada ao membro relator.

Art. 10. O SIOR fará a distribuição eletrônica dos recursos para relatoria, obedecendo a ordem cronológica de protocolização e de prioridade de julgamento.

§ 1º O membro relator analisará o recurso, em até 5 (cinco) dias úteis a partir do seu recebimento, podendo utilizar a minuta de relatório elaborada pela Coordenação de Multas de Trânsito, ou ainda, alterá-la ou substituí-la.

§ 2º Concluída a relatoria do recurso, imediatamente será disponibilizado para votação pelos demais membros, respeitada a representação.

§ 3º A análise e a votação do recurso deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua disponibilização pelo membro relator.

Art. 11. Relatado o recurso e registrado o voto de dois membros, será considerado julgado, com registro no sistema de todas as informações do julgamento.

§1º Se o Recurso permanecer pendente de registro do terceiro voto pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, será considerado julgado por deliberação da maioria dos membros da Junta, desde que não haja divergência entre o relato e o voto.

§2º Havendo divergência, o terceiro voto é obrigatório.

Art. 12. Será possível sobrestar o recurso por até 3 (três) dias úteis para realização de diligência ou vistas, caso não haja risco de prescrição.

§ 1º Havendo risco de prescrição do recurso nos próximos 30 (trinta) dias corridos, o prazo de diligência ou vistas será de 1 (um) dia útil.

§ 2º Os votos divergentes do relatório deverão ser fundamentados.

Art. 13. Qualquer dos membros poderá ser o relator do recurso.

Parágrafo único. O relator do recurso será o Presidente da JARI.

Art. 14. Terão prioridade na tramitação e julgamento dos recursos, quando solicitado e devidamente justificado, os cidadãos que figurem como recorrentes e que preencham os requisitos previstos no art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

CAPÍTULO VI

DAS FALTAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 15. É vedado aos membros das JARI, ao Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias e ao Coordenador de Multas de Trânsito compor o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, o Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE.

Art. 16. É impedido de compor as JARI aquele que:

I - não tenha atingido a maioridade civil;

II - seja inidôneo;

III - esteja cumprindo ou tenha cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação nos 12 (doze) meses subsequentes ao cumprimento da penalidade; ou

IV - exerça atividades como sócios, gerentes, diretores, empregados e instrutores, ainda que em caráter autônomo, de Centro de Formação de Condutores ou Despachantes.

Parágrafo único. As situações previstas nos incisos II, III e IV poderão ser comprovadas por meio de declaração de candidato a membro de JARI.

Art. 17. É impedido de atuar em processo o membro que:

I - tiver interesse direto ou indireto na matéria;

II - tiver participado ou venha participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente, inclusive afins, até o terceiro grau;

III - estiver litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro; ou

IV - tiver lavrado o auto de infração ou aplicado a penalidade.

Parágrafo único. Poderá ser arguida a suspeição de membro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes, inclusive afins, até o terceiro grau.

Art. 18. Os membros das JARI deverão declarar-se impedidos ou suspeitos de atuar no julgamento do recurso quando:

I - for cônjuge, parente ou afim do recorrente, do proprietário do veículo ou do representante legal;

II - for amigo ou inimigo íntimo do recorrente, do proprietário do veículo ou do representante legal;

III - for credor ou devedor do recorrente, do proprietário do veículo ou do representante legal;

IV - mantiver vínculo social, trabalhista ou político regular com o recorrente, o proprietário do veículo ou o representante legal; ou

V - tiver orientado ou instruído o recorrente acerca da interposição do recurso em julgamento.

Art. 19. Poderá ainda o membro declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Parágrafo único. A declaração de suspeição ou impedimento poderá ser informada por meio de sistema informatizado próprio ou comunicada ao Coordenador de Multas de Trânsito.

Art. 20. A omissão do dever de comunicar o impedimento ou a suspeição constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. É dever de todos no DNIT, na Sede e no âmbito das Superintendências Regionais, e das JARI, zelarem pelo cumprimento deste Regimento Interno, da legislação de trânsito e das normas éticas.

Art. 22. O funcionamento das JARI não poderá sofrer descontinuidade.

Art. 23. A inobservância deste Regimento Interno, por quaisquer dos agentes públicos das JARI implicará em apuração de responsabilidade.

Art. 24. Os membros têm autonomia para a formulação e fundamentação do seu relatório e voto, devendo observar a legislação e os princípios norteadores da Administração Pública, respondendo judicial e administrativamente pelos seus atos no âmbito de suas atribuições e competências.

Art. 25. Os membros e demais integrantes das JARI comunicar-se-ão por meio de documentos oficiais.

Art. 26. Implica inobservância deste Regimento Interno, de quaisquer dos agentes públicos da JARI junto ao DNIT, punível administrativa, cível e criminalmente:

I - a desídia do agente público na execução de atividades sob sua responsabilidade;

II - a omissão de qualquer tipo, em especial a de prestar contas;

III - a fraude ou a prática de qualquer ato vedado na prestação de serviço público;

IV - a conduta suscetível de censura ética;

V - a manifestação em processo em caso de impedimento; e

VI - a prática de ato ilícito no exercício da função pública.

Art. 27. Os casos omissos deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 142, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 65, de 25 de janeiro de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na Portaria nº 676, de 30 de julho de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que autorizou o emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, no estado do Pará, pelo período de 30 de julho a 28 de agosto de 2019, prorrogado até 25 de março de 2020, pela Portaria nº 712, de 29 de agosto de 2019, pela Portaria nº 804, de 28 de outubro de 2019, pela Portaria nº 17, de 14 de janeiro de 2020, no Convênio de Cooperação nº 36/2017, firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Governo do Estado do Pará, e o contido nos Processos SEI nº 08084.003824/2019-89 e nº 08016.003639/2020-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, em caráter episódico e planejado, no estado do Pará, pelo período de sessenta dias, a contar de 26 de março até 24 de maio de 2020, para exercer a coordenação das atividades de guarda, de vigilância e de custódia de presos, previstas no inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, e demais atividades correlatas previstas na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública do ente federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, durante a vigência da portaria autorizativa.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

PORTARIA Nº 143, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a possibilidade de reformulação e revisão de planos de aplicação dos recursos associados aos programas previstos no § 2º do art. 3º A da Lei Complementar nº 79, de 1994, como medida excepcional para enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional brasileiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e na Portaria nº 879, de 4 de dezembro de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a possibilidade de reformulação e revisão de planos de aplicação dos recursos associados aos programas previstos no § 2º do art. 3º A da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, como medida excepcional para enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional brasileiro.

Art. 2º Ficam autorizadas a reformulação e revisão dos planos de aplicação das ações destinadas a financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento dos sistemas penitenciários, a serem custeados com recursos do repasse fundo a fundo do exercício de 2019, de forma a adequá-los à situação emergencial dos efeitos da pandemia do coronavírus (COVID-19) nos ambientes prisionais.

Art. 3º A designação dos itens a serem adquiridos, componentes das ações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, devem observar o valor repassado pela modalidade fundo a fundo no exercício de 2019, de acordo com a rubrica de custeio e de investimento.

Parágrafo único. O Departamento Penitenciário Nacional - Depen deverá manter contato direto e constante com as unidades da federação, mediante suas respectivas áreas técnicas, com a finalidade de manter informações unificadas sobre as ações e os impactos da pandemia nos sistemas prisionais das unidades da federação, na simetria de ações e no compartilhamento de meios.

Art. 4º O plano de aplicação reformulado prescindirá de análise prévia pelo Departamento Penitenciário Nacional, desde que envolvam ações de custeio e investimento para contenção da pandemia do coronavírus (COVID -19) nas unidades prisionais, devendo ser apresentado ao Depen no prazo de até noventa dias após a suspensão da decretação do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 5º Os casos omissos serão dirimidos pelo Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.816, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/108600 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOOK SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 18.559.912/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 123/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.817, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/12300 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NAVISEG SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 29.106.112/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 500/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.818, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/14019 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0024-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 618/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.819, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/15078 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.875.027/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 619/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.820, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/15815 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FEROLI ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.508.084/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 577/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.821, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17056 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0062-05, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

48 (quarenta e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.822, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17058 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0020-48, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

48 (quarenta e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.823, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17099 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0019-04, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

48 (quarenta e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.824, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17188 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOREMUS ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 54.289.830/0001-00 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.825, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17424 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA, CNPJ nº 04.957.650/0009-38 para atuar em Rondônia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.826, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA

interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17506 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO CIVIL ALPHAVILLE RESIDENCIAL 8, CNPJ nº 60.552.254/0001-44 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.827, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17943 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARANY ADORNOS LTDA, CNPJ nº 39.412.234/0001-81 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.828, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17953 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HB ADORNOS LTDA, CNPJ nº 31.641.871/0001-18 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.829, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/18756 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOVAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 46.928.552/0001-65 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.830, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19024 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO JARDINS LISBOA, CNPJ nº 07.167.541/0001-58 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.831, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19500 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE ALPHAVILLE RESIDENCIAL 10, CNPJ nº 60.553.286/0001-64 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.832, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19603 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO FAZENDA DUAS MARIAS, CNPJ nº 51.314.847/0001-81 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.833, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19606 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARAPITANGA INDUSTRIA DE PESCADOS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 25.137.580/0005-18 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.835, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/9810 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa INGÁ VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.196.793/0003-32, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

42 (quarenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.836, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/16965 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0010-76, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Espingardas calibre 12

480 (quatrocentas e oitenta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.837, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17233 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0021-29, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

24 (vinte e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.838, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17894 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ABC BAILÃO LTDA, CNPJ nº 30.073.607/0001-62, para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.839, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19563 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa QRV SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.669.598/0001-77, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente MT OLIVEIRA LIMA SEGURANÇA ME, CNPJ nº 04.867.402/0001-49:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50 (cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.840, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19630 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PECUARIA SAO FRANCISCO LTDA, CNPJ nº 00.768.557/0001-77 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.841, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21075 - DPF/ANS/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa CRV INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 03.937.452/0001-92, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.842, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21203 - DPF/PCA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa UNISER SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.457.204/0001-68, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

96 (noventa e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.843, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21228 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0153-92, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

90 (noventa) Munições calibre .380

648 (seiscentas e quarenta e oito) Munições calibre 12

882 (oitocentas e oitenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.844, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21229 - DPF/XAP/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0144-00, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

11 (onze) Pistolas calibre .380

495 (quatrocentas e noventa e cinco) Munições calibre .380

288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 12

252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.845, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21230 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0139-34, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Espingardas calibre 12

15 (quinze) Pistolas calibre .380

675 (seiscentas e setenta e cinco) Munições calibre .380

960 (novecentas e sessenta) Munições calibre 12

1134 (uma mil e cento e trinta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.846, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21231 - DPF/LDA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0154-73, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

384 (trezentas e oitenta e quatro) Munições calibre 12

450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.847, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21241 - DPF/PGZ/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0138-53, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

14 (quatorze) Pistolas calibre .380

630 (seiscentas e trinta) Munições calibre .380

648 (seiscentas e quarenta e oito) Munições calibre 12

882 (oitocentas e oitenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.848, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21253 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0119-90, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

558 (quinhentas e cinquenta e oito) Munições calibre 38

432 (quatrocentas e trinta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.849, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21254 - DPF/CIT/ES, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0120-24, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

666 (seiscentas e sessenta e seis) Munições calibre 38

528 (quinhentas e vinte e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.850, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21348 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SÓ ARMAS ACADEMIA PARA TREINAMENTO DE VIGILANTES EIRELLI, CNPJ nº 32.273.600/0001-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15000 (quinze mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.861, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/117993 - DPF/DRS/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERAFIM SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 19.768.807/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 620/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.862, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/118150 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRIBALL SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.234.852/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3043/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.863, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/267 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOPERATIVA AGROPECUARIA DO VALE DO PARACATU LTDA, CNPJ nº 23.153.943/0001-50 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 491/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.864, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/3161 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TIETÊ AGROINDUSTRIAL S.A, CNPJ nº 51.843.514/0001-40, para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.865, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/3416 - DPF/SNM/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JORIMA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 08.609.047/0002-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 625/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.866, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/7942 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARACAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.691.686/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 552/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.867, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/8308 - DPF/PCA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO TIVOLI SHOPPING CENTER, CNPJ nº 02.583.678/0001-70 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.868, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/8486 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GST SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 10.519.744/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 529/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.869, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/8639 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TX2 FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.218.765/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 629/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.870, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/9018 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KAOA - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 33.967.211/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 300/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.871, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/12335 - DPF/ATM/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TROPA SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 04.211.676/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 464/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.872, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/15521 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAÇA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 09.942.594/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 628/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.873, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/16779 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Conceder autorização à empresa MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0018-77, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Da empresa cedente SERVI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 01.437.326/0001-43:

76 (setenta e seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

972 (novecentas e setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.874, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17036 - DPF/LDA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0068-92, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Espingardas calibre 12

237 (duzentas e trinta e sete) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.875, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17593 - DPF/LDA/PR, resolve: AUTORIZAR a empresa MAC VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ Nº 15.562.375/0001-12, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser MAC VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.876, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/19965 - DPF/PCA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HYUNDAI ENGINEERING BRASIL CONSTRUTORA E GESTAO DE PROJETOS LTDA, CNPJ nº 10.420.928/0001-89 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.877, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21218 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CONVAR VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 28.593.604/0001-08, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente MONTERREY EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.352.744/0001-63:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MONTERREY EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.352.744/0001-63:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.878, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21383 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização, à empresa TOTAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.088.000/0003-33, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Distrito Federal.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.879, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21430 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES RCM LTDA, CNPJ nº 09.110.371/0001-09, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

7988 (sete mil e novecentas e oitenta e oito) Munições calibre 12

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38

15346 (quinze mil e trezentos e quarenta e seis) Gramas de pólvora

40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38

18176 (dezoito mil e cento e setenta e seis) Espoletas calibre .380

18176 (dezoito mil e cento e setenta e seis) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.880, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21450 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TRAINING DE FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 65.032.997/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente STAY WORK SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 67.144.097/0001-87:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO Nº 2.885/2020

Despacho nº 2885/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Tornar sem efeito
Interessado: AGYAD ABO HSHESH
Processo: 08505.062833/2018-22
Despacho do Coordenador Geral de Política Migratória:

O COORDENADOR GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, em cumprimento à determinação judicial do MM. Juiz Federal Substituto, Marcelo Gentil Monteiro, da 1ª Vara Cível Federal de Brasília, datada de 09 de março de 2020, anulo o Despacho nº 4329/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ e o Despacho nº 7615/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 805, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008637/2003-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARC EDWARD GOWER ou ABRARY AHMED AGBAO ABUBAKAR, de nacionalidade somaliana, filho de Ahmed Abgao Abubakar e de Hamude Ahmed, nascido na República Federal da Somália, em 10 de julho de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 808, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012025/2009-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GABRIEL MICOLTA CASTRO, de nacionalidade colombiana, filho de Aparicio Micolta Gonzalez e de Maria Del Carmen Castro Rueda, nascido em Santa Fé de Bogotá, na República da Colômbia, em 24 de março de 1958, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 1 (um) mês, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 809, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.012982/2008-50, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, DESILIDE MONICA SITHOLE ou DELISILE MONICA SITHOLE, de nacionalidade sul-africana, filha de Petrus Bhekuyise e de Busisiwe Michial, nascida em Johannesburgo, República da África do Sul, em 2 de setembro de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 810, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008666/2008-83, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PRIMON BAREIRO RODRIGUEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Roque Bareiro e de Norma Rodriguez, nascido na República do Paraguai, em 3 de setembro de 1984, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos e 6 (seis) meses de reclusão a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 811, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.019177/2006-95, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, YEMBER HINOJOZA ALGARAÑAZ, de nacionalidade boliviana, filho de Victor Hugo Hinojoza e de Juana Algarañaz, nascido em Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, em 25 de novembro de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 812, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013131/2006-62, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EDUARDO ARIEL VARELA CAMPOS, de nacionalidade uruguaia, filho de Nelson Varela e de Raquel Campos, nascido em Montevidéu, na República Oriental do Uruguai, em 1º de setembro de 1969, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 813, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.008976/2006-36, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2o, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ERWIN ORTIZ SUAREZ, de nacionalidade boliviana, filho de Ernesto Ortiz e de Porfidia Suarez, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 22 de fevereiro de 1971, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 814, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

RICARDO JORGE ALVES DE SANTANA, nascido em 07 de maio de 1968, filho de José Odilon de Santana e de Raquel Alves Pereira, adquirindo a nacionalidade australiana (Processo nº 08000.010533/2020-63);

ESTELAMAR LIMA DA SILVA, nascida em 30 de maio de 1974, filha de Joaquim Honorato da Silva e de Maria de Jesus Lima da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08018.023172/2020-26);

DIGEORGIA NATALIE DA SILVA, nascida em 22 de junho de 1978, filha de Geraldo Ramos da Silva e de Olita Antônia da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08018.023010/2020-98);

MARCOS FRAIHA, nascido em 13 de janeiro de 1970, filho de Elias Fraiha e de Ivone Fraiha, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08018.022666/2020-93);

LÍZIA DE OLIVEIRA FONTES, que passou a assinar LÍZIA DE OLIVEIRA FONTES GASPERIN, nascida em 18 de setembro de 1965, filha de Luiz Gonçalves Fontes e de Leda Thereza de Oliveira Fontes, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.004711/2020-17);

NARA ARRUDA DE MOURA, que passou a assinar NARA DE MOURA - TVEDT, nascida em 30 de julho de 1977, filha de Nataniel Francisco de Moura e de Maria Sara Arruda de Moura, adquirindo a nacionalidade norueguesa (Processo nº 08018.006600/2020-56);

HUNTER BERGAMIN MCCOSH, nascido em 31 de março de 2000, filho de Grant Evans Mccosh e de Fernanda Bergamin Mccosh, adquirindo a nacionalidade norte - americana (Processo nº 08000.007349/2020-36);

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 815, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

DOUGLAS NEFTALI - W262021-9, natural de El Salvador, nascido em 14 de julho de 1964, filho de Rigoberto Cartagena Diaz e de Milagro Calderon Cartagena, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.022800/2019-21);

KUO CHIN LI - Y238648-B, natural do Taiwan(China), nascido em 05 de janeiro de 1950, filho de Ya Shou Lee e de Chan Shun Mei Lee, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08712.001152/2019-23);

MOHAMAD RAFIC MOUZANNER - V319470-D, natural do Líbano, nascido em 01 de outubro de 1966, filho de Rafic Mouzanner e de Fatme Aydibe, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024235/2019-36);

NESTOR GIRON DIAZ - V164346-N, natural da Venezuela, nascido em 25 de fevereiro de 1943, filho de Pablo Fernando Giron e de Ana de Giron, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024062/2018-75) e

PEDRO MACEDO GARCIA - Y265684-4, natural do Peru, nascido em 29 de abril de 1952, filho de Juan Macedo Tarco e de Soledad Garcia Cordova, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024244/2019-27).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 816, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art.65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº

9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALAA DAAS - G360147-7, natural da Síria, nascida em 02 de janeiro de 1992, filha de M. Fawaz Daas e de Heyam Saffour, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.020709/2019-71);

AMINA JARAH FAROUK - G074015-J, natural de Gana, nascida em 11 de janeiro de 1992, filha de Farouk Jarah e de Ayisha Bilal, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.019303/2019-27);

ANITA MARIA NZUMBU - G301843-I, natural da Angola, nascida em 13 de agosto de 1983, filha de Mbuya Nzumbu e de Juliana Maria, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.022428/2019-52);

ANTONIO MIGUEL CORONA ALVAREZ - V968202-8, natural de Cuba, nascido em 05 de fevereiro de 1969, filho de Antonio Corona Delgado e de Juana Rosa Alvarez Duran, residente no Estado do Amazonas (Processo n° 08240.024367/2018-35);

AYMN ALNADDAF - G061672-4, natural da Síria, nascido em 20 de março de 1976, filho de Salim Alnaddaf e de Najah Elias, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.002966/2019-00);

DAYAMI HERNANDEZ MARTINEZ - G143269-4, natural de Cuba, nascida em 17 de setembro de 1971, filha de Anibal Hernandez Hernandez e de Elisa Martinez Nunes, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024077/2019-14);

FLLANXA VLADI SALUM - G136897-3, natural da Albânia, nascida em 15 de fevereiro de 1991, filha de Guri Vladi e de Marije Vladi, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08352.003436/2019-91);

GIORBY ACOSTA MARRERO - V779080-0, natural de Cuba, nascido em 20 de setembro de 1977, filho de Gustavo Acosta Rodriguez e de Mercedes Marrero Cevallos, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.018249/2019-01);

MAHMOUD AWNI SADIQ SALIM - G268713-4, natural da Palestina, nascido em 03 de janeiro de 1980, filho de Awni Sadiq Salim e de Mazuza Ibrahem Salim, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.022809/2019-31);

MARIAM LONDA KUMBA LONDA - G321818-5, natural do Congo, nascida em 19 de agosto de 1999, filha de Kondema Londa e de Mvumbi Bulandayi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024197/2019-11);

MARUF AHMED - G103129-7, natural de Bangladesh, nascido em 12 de setembro de 1991, filho de Mostofa Uddin e de Amina Begum, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.019667/2019-15);

MATILDE DJEDJO MANE - G419696-Q, natural de Guiné Bissau, nascida em 07 de abril de 1987, filha de Francisco Djedjo e de Francisca Djedjo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024547/2019-40);

MOUSSA KA - G172260-9, natural do Senegal, nascido em 17 de julho de 1986, filho de Momath Penda e de Adama Ndao, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08451.000435/2020-18);

MUHAMMAD SAGHEER - G163238-3, natural do Paquistão, nascido em 15 de setembro de 1989, filho de Chaudhry Muhammad Rafique e de Muneera Begum, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.019332/2019-99);

MUHAMMAD SAEED - G045113-W, ntural do Paquistão, nascido em 15 de dezembro de 1978, filho de Sher Muhammad e de Mesro Bibi, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.018251/2019-71);

NABEEL RAZZAQ CHEEMA - F023882-F, natural do Paquistão, nascido em 28 de junho de 1987, filho de Razaaq Ahmed Khan Cheema e de Zakiya Tahira Razzaq, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.018371/2019-79);

PAIXON NORONHA INDI - G450690-M, natural de Guiné Bissau, nascido em 16 de novembro de 1989, filho de Bossa Gim Indi e de Lucia Lucinda Co, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.023893/2019-19);

QAZI MAQSOOD AHMAD - G427889-J, natural do Paquistão, nascido em 20 de agosto de 1981, filho de Qazi Muhammad Khan e de Noor Fatima, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.020669/2019-49);

RANIA AL REFAE - G364181-O, natural da Síria, nascida em 27 de março de 1985, filha de Soud Al Refae e de Marem Al Refae, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024524/2019-35);

SULEIMANE JALO - G023548-J, natural de Guiné Bissau, nascido em 04 de abril de 1990, filho de Mutaro Jalo e de Aissatu Bari, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024082/2019-27);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 817, DE 25 DE MARÇO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Concede a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, a AGYAD ABO HSHESH - G146832-P, natural da Síria, nascido em 02 de abril de 2005, filho de Khaled Abou Hashish e de Rana Abosalem, residente no Estado de São Paulo, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHOS

Despacho nº 47/2020/DNN_Reaquisicao_de_Nacion/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do Pedido de Reaquisição da Nacionalidade Brasileira
Interessado: HO SEOK SONG
Processo: 08000.001019/2019-01

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 47/2020/DNN_Perda_de_Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do Pedido de Perda da Nacionalidade Brasileira
Interessada: ISABELLA RUIZ
Processo: 08018.015144/2020-35

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 48/2020/DNN_Perda_de_Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do Pedido de Perda da Nacionalidade Brasileira
Interessada: ANA PAULA MARTINS DA SILVA
Processo: 08000.007029/2020-86

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS - SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHOS

Despacho nº 2878/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: EID ABDELHAMID AHMED ALI ALQAZZAZ
Processo: 08505.022557/2019-41

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no art. 65, inciso II c/c com art. 66 e § 1º do art. 71 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 2882/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: YOUSRA YOUSEF ALI ABUSHADY
Processo: 08505.022551/2019-73

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no art. 65, inciso II c/c com art. 66 e § 1º do art. 71 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 2828/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: ANTHONY ODEVWAREHO UWHOWHO
Processo: 08505.024938/2019-64

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS- SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no art. 65, inciso II da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 2900/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessada: ELISA MARIA VALENTE BADAGOLA
Processo: 08286.000154/2020-14

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTA, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

MARTHA PACHECO BRAZ

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que o correto nome da menor ZAINA AL HAMWI, incluído na Portaria nº 574, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2020, é ZAINA HAMWI e não como constou. 08505.002136/2020-37

Declara que a correta grafia do nome de MICAELA ANDREA COSTA FREITAS, incluída na Portaria N° 0321, de 28 de abril de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 1998, é MICAELA ANDREIA COSTA FREITAS, conforme Certidão de Casamento. DECLARA, ainda que, MICAELA ANDREIA COSTA FREITAS, passou a assinar MICAELA ANDREIA COSTA FREITAS PEDRO, por haver contraído matrimônio com Marcelo Monteiro Pedro, em 04 de agosto de 2001, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, de Carapicuíba - Estado de São Paulo, Matricula n° 115568 01 55 2001 2 00139 053 0041603-83. 08018.024684/2020-18

Declara que a correta grafia do nome da genitora de ROUBEER ELIAS, incluída na Portaria Naturalização nº 781, de 14 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019, é IKHLAS HABL e não como constou. 08084.002109/2020-62

Declara que, JOEL VARELA AFONSO, incluído na Portaria n.º 909, de 31 de Outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 01 de Novembro de 2019, cuja a averbação do matrimônio foi publicada no Diário Oficial da União do dia 6 de Março de 2020, Seção 1, página 194, passou a assinar JOEL DO CARMO VARELA AFONSO, por haver contraído matrimônio com Uiara Regina do Carmo Varela Afonso, em 18 de Maio de 2018, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Registro Civil Segundo subdistrito - Belo Horizonte, Matrícula: 058040 01 55 2018 2 00401 144 0118451-20, e não como constou. 08000.011085/2020-15

Declara, ainda que, TEN REI EN, incluída na Portaria Coletiva n° 116, de 15 de fevereiro de 1978, publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 1978, passou a assinar HANG TEN REI EN, por haver contraído matrimônio com Hang Chuen Yee, em 31 de julho de 1982, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório Catete, 4º Circunscrição de Registro Civil das Pessoas Naturais - Rio de Janeiro, Matrícula: 0932520155 1982 3 00043 020 0020498 66. 08018.022880/2020-40

Declara que a correta grafia do nome da genitora de Leonardo Nicolas Letelier Pimstein, incluída na Portaria Naturalização nº 2, de 21 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2019, é SOLVEIG MYRIAM PIMSTEIN CLOTA e não como constou. 08460.304317/2016-82.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 348, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: OUTSIDER (THE OUTSIDER, Estados Unidos da América - 2020)
Episódios: 1 a 10
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08017.000114/2020-34

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 349, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: CRENÇAS - HISTÓRIAS DE HORROR - 1ª TEMPORADA (LORE, Estados Unidos da América - 2017)
Episódios: 1 a 6
Diretor(es): Thomas J. Wright
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência e Medo
Processo: 08017.000250/2020-24

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 350, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: NEW LIFE S.A. (Brasil - 2018)
Produtor(es): Machado Filmes
Diretor(es): André Carvalheira
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000538/2020-07
Requerente: PANDORA FILMES

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 351, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O CASO COLLINI (THE COLLINI CASE, Alemanha - 2019)
Diretor(es): Marco Kreuzpaintner
Distribuidor(es): A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Atos criminosos e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000565/2020-71
Requerente: A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 352, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O COMEÇO DA VIDA 2: LÁ FORA (Brasil - 2020)
Produtor(es): Maria Farinha Filmes
Diretor(es): Renata Terra
Distribuidor(es): Flow
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000580/2020-10
Requerente: SARA FERRARI RODRIGUES

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 353, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: OS MELHORES ANOS DE UMA VIDA (LES PLUS BELLES ANNÉES D`UNE VIE, França - 2019)
Produtor(es): Jean-Paul de Vidas/Samuel Hadida/Victor Hadida/Claude Lelouch
Diretor(es): Claude Lelouch
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000626/2020-09
Requerente: PANDORA FILMES

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 354, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MEU AMIGO TOTORO (TONARI NO TOTORO, Japão - 1988)
Diretor(es): Hayo Miyazaki
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000634/2020-47

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 355, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: BEIÇO DE ESTRADA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Cyclopea Produções
Diretor(es): Eliézer Rolim
Distribuidor(es): LIVRES DISTRIBUIDORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000648/2020-61
Requerente: ELIÉZER LEITE ROLIM FILHO

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: SHAUN, O CARNEIRO, O FILME: A FAZENDA CONTRA-ATACA (A SHAUN THE SHEEP MOVIE: FARMAGEDDON, Inglaterra - 2020)
Diretor(es): Richard Phelan/Will Becker
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000661/2020-10

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 357, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O POÇO (THE PLATAFORM, Espanha - 2020)
Diretor(es): Galder Gaztelu-Urrutia
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Nudez , Violência Extrema e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000691/2020-26

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

PORTARIA Nº 358, DE 23 DE MARÇO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: CATHERINE THE GREAT - 1ª TEMPORADA (2019)
Episódios: 1 a 4
Produtor(es): HBO/SKY
Diretor(es): Philip Martin
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas Lícitas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001781/2019-09

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 418, DE 17 DE MARÇO DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº. 9.010, de 23/03/2017, combinado com o Decreto n.º 7.689, de 02/03/2012, e com a Portaria CC-PR nº 2.061, de 19 de julho 2019; e

CONSIDERANDO o Parecer de Força Executória que encaminha a sentença proferida pelo D. Juízo da 1ª Vara Federal de Guaíra nos autos da Ação Civil Pública n.º 5001048-25.2018.04.7017, no dia 17/02/2020, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade do processo administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Guaíra, Altônia e Terra Roxa, no estado do Paraná, instaurado pelas Portarias nº 136/PRES, de 06/02/2009 e nº 139/PRES, de 17/02/2014, e aprovado por meio do Despacho nº 02, de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 198, Seção 1, Folhas 29 a 34, do dia 15 de outubro de 2018, desde seu início, incluindo a nulidade total do RCID já publicado, em atendimento a decisão judicial proferida no dia 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PAUTA DA 156ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2020

Dia: 01/04/2020
Hora: 10 horas
Processo nº 08700.001413/2020-88 - Atos Normativos/Regulamentação
Emenda Regimental para prever a possibilidade de realização de sessões de julgamento por meio virtual.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 7, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Encerramento Processo Administrativo (Condenação Total ou Parcial)
Processo Administrativo nº 08700.003067/2009-67 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.002346/2016-32)
Representante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP

Representados: Bahiana Distribuidora de Gás Ltda., Chamas Gás Comércio de Gás Ltda. - EPP, Companhia Ultragaz S.A., Copagaz Distribuidora de Gás Ltda., Frazão Distribuidora de Gás Ltda. - EPP; Liquigás Distribuidora S.A., Minasgás S.A. Indústria e Comércio, Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda., Revendedora de Gás do Brasil Ltda., Revendedora de Gás da Paraíba Ltda. - EPP, Sindicato dos Revendedores de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Interior da Paraíba - Sindirev, Super Comércio de Água e Gás Ltda., Supergasbras Energia Ltda., Alan Rodrigues Guimarães, Amaro Helfstein, André Felipe de Souza Santos, Antônio Luis Levantino, Antônio Maurício de Carvalho Martins, Bruno Rogério Sales de Arruda, Bruno Zenaide Agra, Cássio Fernando De Souza Lira, Charles Wendel Barroso Oliveira, Christyan Dany Flor, Diorlane Tobias Marques Duarte, Francinaldo Bezerra, Francisco Tadeu Caracas de Castro, Inácio Dantas de Azevedo Neto, Iris Nogueira Soares, João Roberto Lucas Bacaro, João Soares Veras, Josinaldo Henrique de Melo, Leandro Del Corona, Lindonjonson Soares Alencar, Mário Wellington Perazzo, Nivaldo Sérgio de Castro, Rodrigo Soares da Silva, Sidney Ferreira da Rocha, Silvany Araújo Dantas, Sílvio Dias da Silva e William Euriques de Azevedo.

Advogados: André Franchini Giusti, André Arraes de Aquino Martins, André Meira de Vasconcellos, Andrea Almeida Rodrigues Padilha, Bruno Barsi de Souza Lemos, Carlos Francisco de Magalhães, Carlos Roberto Costa Filho, Cristiane Romano Farhat Ferraz, Eduardo de Souza Leão, Fábio Francisco Beraldi, Fábio Nusdeo, Felipe Cardoso Pereira, Felipe Costa Fontes, Felipe Machado Kneipf Salomon, Fernando de Oliveira Marques, Flávia Chiquito dos Santos, Francisco Niclós Negrão, Gabriel Nogueira Dias, Ítalo Dominique da Rocha Juvino, Jéssica Alexandra Nemeth Garcia, João Eduardo Negrão de Campos, José Carlos da Matta Berardo, Juliana Maia Daniel, Leonardo Lemos Cotta Pereira, Lorena Leite Nisiyama, Marcos Paulo Verissimo, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Monica Yumi Shida Oizumi, Pietre Degasperi Cote Gil, Priscila Cristinne Aquino Gonçalves, Rodrigo Menezes Dantas, Saulo Medeiros de Costa Silva, Tito Amaral de Andrade, Tulio do Egito Coelho, Vitor de Holanda Freire, Waldemar Cavalcanti de Albuquerque Sá; Francisco Ernando Uchôa Lima Sobrinho e outros.

Tendo em vista a Nota Técnica nº 31/2020/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Assim, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 156, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se: a) pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação aos Compromissários dos TCCs: Supergasbras Energia Ltda.; Minasgás S.A. Indústria e Comércio; Alan Rodrigues Guimarães; William Euriques de Azevedo; Liquigás Distribuidora S.A.; Inácio Dantas de Azevedo Neto; João Soares Veras; Rodrigo Soares da Silva; Companhia Ultragaz S.A.; Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.; André Luis Pedro Bregion; João Roberto Lucas Bacaro; Leandro Del Corona; Marcos Olívio Alves da Silva; Copagaz Distribuidora de Gás S.A.; Amaro Helfstein; Cássio Fernando de Souza Lira; Nivaldo Sérgio de Castro e Sidney Ferreira da Rocha, caso tenham cumprido integralmente as obrigações assumidas nos TCCs, conforme dispõe os termos do artigo 85, §9º, da Lei nº 12.529/2011; b) pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação ao Representado Charles Wendel Barroso Oliveira, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011, em razão da insuficiência de indícios de infração à ordem econômica contra o mesmo; c) pela condenação dos Representados: Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.; Antônio Maurício de Carvalho Martins; Christyan Dany Flor; Diorlane Tobias Marques Duarte; Francisco Tadeu Caracas de Castro; Lindonjonson Soares Alencar; Mário Wellington Perazzo; Silvany Araújo Dantas; Antônio Luiz Levantino e Josinaldo Henrique de Melo, por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica de troca de informações concorrencialmente sensíveis, fixação de preços entre concorrentes e divisão de mercado, nos termos do 20, I a IV, c/c 21, I, II, V, VIII, X e XI, da Lei nº 8.884/1994, e também nos artigos 36, incisos I a IV, e seu § 3º, incisos I, II, IV, VIII e IX, da Lei nº 12.529/2011, atualmente em vigor, recomendando-se, com isso, a aplicação de multa por infração à ordem econômica, nos termos da Lei de Defesa da Concorrência, além das demais penalidades cabíveis; d) pela condenação dos Representados Bruno Zenaide Agra e do Sindicato Dos Revendedores De Combustíveis e Derivados De Petróleo De Campina Grande E Interior Da Paraíba ("SINDIREV"), por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica de promover ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes, nos termos da Lei nº 8.884/1994, art. 20, incisos I e IV, c/c art. 21, inciso II, correspondentes ao art. 36, incisos I e IV, c/c § 3º, inciso II, da Lei nº 12.529/2011, recomendando-se, com isso, a aplicação de multa por infração à ordem econômica nos termos da Lei de Defesa da Concorrência, além das demais penalidades cabíveis e e) pela condenação dos Representados: André Felipe De Souza Santos; Revendedora De Gás Da Paraíba EPP; Revendedora De Gás Do Brasil Ltda.; Bruno Rogério Sales de Arruda; Frazão Distribuidora De Gás Ltda.; Francinaldo Bezerra; Chamas Gás Comércio de Gás Ltda. - EPP; Francinaldo Bezerra - ME e Super Comércio de Água e Gás Ltda., por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica de troca de informações concorrencialmente sensíveis, fixação de preços entre concorrentes e divisão de mercado, nos termos do 20, I a IV, c/c 21, I, II, V, VIII, X e XI, da Lei nº 8.884/1994, e também nos artigos 36, incisos I a IV, e seu § 3º, incisos I, II, IV, VIII e IX, da Lei nº 12.529/2011, atualmente em vigor, recomendando-se, com isso, a aplicação de multa por infração à ordem econômica, nos termos da Lei de Defesa da Concorrência, além das demais penalidades cabíveis. Ao Protocolo. Publique-se.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Prorroga o prazo regular para a entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP de 2020 (ano-base 2019).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 23, incisos V e VIII, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017 (Estrutura Regimental do Ibama), publicado no D.O.U. de 25 de janeiro de 2017; e o artigo 132, inciso VI, do Anexo I da Portaria Ibama nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019, publicada no D.O.U. do dia subsequente;

Considerando a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19); e

Considerando o contido nos processos administrativos nº 02001.005174/2012-26 e nº 02001.007794/2020-18, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até a data de 29 de junho de 2020, o prazo regular para a entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP, regulamentado pela Instrução Normativa do Ibama nº 6, de 24 de março de 2014.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput se refere exclusivamente ao RAPP do ano 2020 (ano-base 2019).

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de abril de 2020.

EDUARDO FORTUNATO BIM

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 231, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Cria a Reserva Natutal do Patrimônio Natural RPPN Serra Bonita III

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 282/Casa Civil, de 08 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 09 de janeiro de 2019;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº 02070.007591/2017-02. resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Serra Bonita III, de interesse público e em caráter de perpetuidade, no imóvel denominado Fazenda Cascata, situado no Município de Pau Brasil, no Estado da Bahia, matriculado no registro de imóveis da comarca de Camacã/BA, sob a matrícula nº 214.

Art. 2º A RPPN Serra Bonita III tem um área total de 158,41 ha, (cento e cinquenta e oito hectares e quarenta e um ares), definida no imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único: A RPPN Serra Bonita III inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 8300363,35 e E 435614,53 situado no limite com Magno, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 8300202,09 e E 435947,70 na divisa com Magno, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 8300130,32 e E 436143,92 na divisa com Magno, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 8300103,30 e E 436212,49 na divisa com Justino, segue até o Ponto 5 de coordenadas N 8300019,70 e E 436383,42 na divisa com Justino, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 8300024,86 e E 436564,34 na divisa com Justino, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 8299989,83 e E 436741,26 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 8299992,94 e E 436826,72 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 8299987,09 e E 436827,93 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 8299899,05 e E 436853,04 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 8299820,66 e E 436887,61 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 12 de coordenadas N 8299656,07 e E 436956,17 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 13 de coordenadas N 8299591,72 e E 436986,13 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 14 de coordenadas N 8299530,93 e E 437021,91 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 15 de coordenadas N 8299341,06 e E 437097,77 na divisa com a CEPLAC, segue até o Ponto 16 de coordenadas N 8299330,76 e E 437039,18 na divisa com OBS, segue até o Ponto 17 de coordenadas N 8299313,86 e E 436925,12 na divisa com OBS, segue até o Ponto 18 de coordenadas N 8299301,93 e E 436887,35 na divisa com OBS, segue até o Ponto 19 de coordenadas N 8299261,22 e E 436770,25 na divisa com OBS, segue até o Ponto 20 de coordenadas N 8299153,58 e E 436525,21 na divisa com a Fazenda Araponga, segue até o Ponto 21 de coordenadas N 8299147,65 e E 436485,90 na divisa com a Fazenda Araponga, segue até o Ponto 22 de coordenadas N 8299121,04 e E 436388,41 na divisa com a Fazenda Araponga, segue até o Ponto 23 de coordenadas N 8299019,25 e E 435984,97 na divisa com a Fazenda Araponga, segue até o Ponto 24 de coordenadas N 8298988,90 e E 435852,80 na divisa com a Fazenda Araponga, segue até o Ponto 25 de coordenadas N 8298923,70 e E 435646,97 na divisa com a Fazenda Araponga, segue até o Ponto 26 de coordenadas N 8298898,36 e E 435525,02 na divisa com a Fazenda Araponga, segue até o Ponto 27 de coordenadas N 8298840,16 e E 435324,37 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 28 de coordenadas N 8298922,38 e E 435333,30 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 29 de coordenadas N 8299254,17 e E 435372,72 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 30 de coordenadas N 8299443,20 e E 435417,03 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 31 de coordenadas N 8299651,18 e E 435465,50 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 32 de coordenadas N 8299827,59 e E 435490,36 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 33 de coordenadas N 8299982,18 e E 435528,77 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 34 de coordenadas N 8300116,51 e E 435554,90 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 35 de coordenadas N 8300206,58 e E 435578,46 na divisa com Zeca Alves, segue até o Ponto 36 de coordenadas N 8300233,37 e E 435585,11 na divisa com Zeca Alves, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Sistema UTM - Zona 24 S - SIRGAS 2000.

Art. 3º A RPPN Serra Bonita III será administrada pelo Instituto Uiraçu.

Parágrafo único. A administradora referida no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN,criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 122, DE 23 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 17 da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, no art. 10-A do Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48380.000034/2020-55, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 419, de 20 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

II - a manutenção de contas individuais de Crédito de Descarbonização em base que permita o controle das informações relativas à titularidade dos créditos escriturados;

III - a realização do registro do Crédito de Descarbonização em entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, até o segundo dia útil após sua emissão; e

....." (NR)

"Art. 2º .....

.....

II - número de controle do registro do Crédito de Descarbonização na entidade registradora; e

III - número de controle disponibilizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP em sistema informatizado específico que vincula os Créditos de Descarbonização emitidos ao seu respectivo lastro, nos termos previstos no art. 9º, § 1º, do Decreto nº 9.888, de 2019." (NR)

"Art. 11. Aposentadoria do Crédito de Descarbonização é o processo realizado por solicitação do detentor do crédito que visa a sua retirada definitiva de circulação, o que impede qualquer negociação futura do crédito aposentado.

§ 1º O escriturador será informado pela entidade registradora sobre a solicitação de aposentadoria do Crédito de Descarbonização no dia do seu requerimento, devendo processar a aposentadoria em seus controles.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 126, DE 23 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006814/2019-61, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Bioenergia São Martinho Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 36.044.373/0001-01, com sede na Fazenda São Martinho, sala X, Município de Pradópolis, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada São Martinho Bioenergia, no Município de Pradópolis, Estado de São Paulo, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.AI.SP.032371-3.01, com 40.000 kW de capacidade instalada e 23.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por uma unidade geradora, em ciclo Rankine, utilizando bagaço de cana-de-açúcar como combustível principal, localizada às coordenadas planimétricas E 798.619 m e N 7.639.348 m, Fuso 22S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE São Martinho Bioenergia, constituído de uma subestação elevadora de 13,8/138 kV, junto à central geradora, interligando a usina à subestação UTE São Martinho, de responsabilidade da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de setembro de 2018;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de julho de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de dezembro de 2019;

e) início da Montagem Eletromecânica da unidade geradora: até 1º de maio de 2020;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de maio de 2020;

g) conclusão da Montagem Eletromecânica da unidade geradora: até 1º de novembro de 2022;

h) início da Operação em Teste da unidade geradora: até 1º de novembro de 2022; e

i) início da Operação Comercial da unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 16.023.700,00 (dezesseis milhões e vinte e três mil e setecentos reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da UTE São Martinho Bioenergia;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento.

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UTE São Martinho Bioenergia, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UTE São Martinho Bioenergia, detalhado nesta Portaria e no Anexo, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Bioenergia São Martinho Ltda. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Bioenergia São Martinho Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Bioenergia São Martinho Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI.

Art. 9º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Agenor Cunha Pavan	CPF: 041.561.798-77
Representante legal: Elias Eduardo Rosa Georges	CPF: 148.332.328-55
Responsável técnico: Elke Meirelles	CPF: 093.638.188-45
Contador: Hernani Carlos Euzébio	CPF: 272.730.928-78
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	277.458.000,00
Serviços	43.016.000,00
Outros	0,00
Total (1)	320.474.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	273.637.000,00
Serviços	41.618.000,00
Outros	0,00
Total (2)	315.255.000,00
Período de execução do projeto: De 1º de dezembro de 2019 a 1º de novembro de 2022.	

PORTARIA Nº 127, DE 23 DE MARÇO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006785/2019-38, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Serra da Mangabeira S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.924.128/0001-26, com sede na Rodovia José Carlos Daux, nº 5.500, km 5, sala 311, 3º andar, pavimento Jurerê A, Bairro Saco Grande, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Serra da Mangabeira, no Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.044878-8.01, com 75.600 kW de capacidade instalada e 40.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por dezoito unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Serra da Mangabeira, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, interligando a usina à subestação Brotas de Macaúbas, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de dezembro de 2022;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de março de 2022;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 15 de janeiro de 2022;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de julho de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de setembro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de novembro de 2023;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 1º de dezembro de 2023;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de fevereiro de 2024;

i) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 30 de outubro de 2024;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 18ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 18ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 15.120.000,00 (quinze milhões, cento e vinte mil reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Serra da Mangabeira;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento.

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra da Mangabeira, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Serra da Mangabeira, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Serra da Mangabeira S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Serra da Mangabeira S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Serra da Mangabeira S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Serra da Mangabeira, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Serra da Mangabeira S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número

e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Serra da Mangabeira S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Talvani Hipólito Nolasco Filho	CPF: 947.793.335-04
Representante legal: Leoze Lobo Maia Junior	CPF: 019.815.749-56
Responsável técnico: Talvani Hipólito Nolasco Filho	CPF: 947.793.335-04
Contador: Leonardo José Fonseca	CPF: 048.084.889-06
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	233.480.000,00
Serviços	65.800.000,00
Outros	3.120.000,00
Total (1)	302.400.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	225.308.200,00
Serviços	63.497.000,00
Outros	3.010.800,00
Total (2)	291.816.000,00
Período de execução do projeto: De 1º de julho de 2023 a 1º de janeiro de 2025.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Statkraft Energias Renováveis S.A.	00.622.416/0001-41	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra da Mangabeira		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	785.650	8.643.921
2	785.600	8.644.188
3	785.568	8.644.458
4	785.500	8.644.926
5	785.462	8.645.261
6	785.444	8.645.529
7	785.442	8.645.802
8	785.446	8.646.078
9	785.410	8.646.352
10	785.337	8.646.699
11	785.304	8.646.974
12	785.275	8.647.267
13	785.239	8.647.537
14	785.195	8.647.856
15	785.178	8.648.127
16	785.151	8.648.399
17	785.112	8.648.675
18	785.829	8.642.649

DESPACHO DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48403.806562/1977. Interessada: Mineração Paculdino Ltda. Assunto: Recurso Administrativo com Pedido de Reconsideração interposto com fulcro no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário-Adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 30 de outubro de 2018, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 08/2019/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 55/2019/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 56/2019/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

BENTO ALBUQUERQUE
Ministro

DESPACHO DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48413.826007/2000. Interessada: GS Extração e Comércio de Areia Ltda. Assunto: Recurso Administrativo com Pedido de Reconsideração interposto em face de Despacho do então Ministro de Estado de Minas e Energia, de 30 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2017, que denega Recurso Hierárquico e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 54/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 399/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 405/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso.

BENTO ALBUQUERQUE
Ministro

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 97, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, §1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 484, de 24 de agosto de 2012, e o que consta no Processo nº 48340.005194/2019-23 resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo a presente Portaria, o montante de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia da Usina Termelétrica denominada UTE Uberlândia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.RU.MG.030728-9.01, localizada no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, outorgada à empresa Energás Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.729.756/0001-18.

§ 1º O montante de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes do Anexo referem-se ao Ponto de Conexão da UTE Uberlândia.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos no Anexo desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da UTE Uberlândia poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Ficam revogados o montante de garantia física de energia de 1,5 MW médios bem como as Disponibilidades Mensais de Energia da UTE Uberlândia, definidos respectivamente nos Anexos III e IV da Portaria SPE/MME nº 293, de 27 de setembro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REIVE BARROS DOS SANTOS

ANEXO I

Garantia Física de Energia da UTE Uberlândia

Usina Termelétrica	Combustível	Garantia Física de Energia (MWmed)	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP(%)
UTE Uberlândia	Biogás (RSU)	2,8	4,278	98,0	2,00	1,33

ANEXO II

Disponibilidade Mensal de Energia em MWh da UTE Uberlândia

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2.588	1.710	1.643	1.705	1.771	1.672	1.739	1.666	2.315	2.341	2.509	2.602

PORTARIA Nº 98, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.000928/2020-11. Interessada: Rialma Transmissora de Energia II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 27.965.298/0001-20. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de implantação de instalações de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 23 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 41/2017-ANEEL, de 11 de agosto de 2017), de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretaria-executiva/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 99, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000369/2020-60. Interessada: Eólica Angicos I Geração de Energias SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.511.173/0001-23. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Angicos I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.035165-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.463, de 17 de dezembro de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 100, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000368/2020-15. Interessada: Eólica Angicos II Geração de Energias SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.511.191/0001-05. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Angicos II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração -

CEG: EOL.CV.RN.035166-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.464, de 17 de dezembro de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 101, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000995/2020-56. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 23.274.194/0001-19. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforço em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT nº 12.960, de 30 de julho de 2019, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.655, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001628/2017-74. Interessado: MLJ Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a MLJ Energias Renováveis Ltda. a implantar e explorar a PCH Dias, CEG PCH.PH.MG.037467-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 6.606 kW de potência instalada, localizada no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.656, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001454/2019-10. Interessado: Usina Uberaba S.A. Objeto: Autorizar a Usina Uberaba S.A., a implantar e explorar a UTE Uberaba 2, CEG UTE.AI.MG.044551-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 35.000 kW de potência instalada, localizada no município de Uberaba, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.657, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006113/2017-61. Interessados: Araraquara Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A., Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Brilhante Transmissora de Energia S.A., Coqueiros Transmissora de Energia S.A., LT Triângulo S.A. - LTT, Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. - VCTE, CEEE Geração e Transmissão - CEEE-GT, Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa. Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 7.761, de 9 de abril de 2019. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 8.667 - Processo nº 48500.001209/2019-02. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.949.199/0001-60, a implantar e explorar a UFV Aratinga 1, CEG UFV.RS.CE.043270-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 8.668 - Processo nº 48500.001208/2019-50. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.949.199/0001-60, a implantar e explorar a UFV Aratinga 2, UFV.RS.CE.043271-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 8.669 - Processo nº 48500.001207/2019-13. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.949.199/0001-60, a implantar e explorar a UFV Aratinga 3, CEG UFV.RS.CE.043272-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos;

Nº 8.670 - Processo nº 48500.001206/2019-61. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.949.199/0001-60, a implantar e explorar a UFV Aratinga 4, CEG UFV.RS.CE.043273-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos; e

Nº 8.671 - Processo nº 48500.001205/2019-16. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.949.199/0001-60, a implantar e explorar a UFV Aratinga 5, CEG UFV.RS.CE.043274-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 8.672 - Processo nº 48500.006394/2018-32. Interessada: Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.300.426/0001-21, a implantar e explorar a UFV Bom Nome 1-5, CEG UFV.RS.PE.042927-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos; e

Nº 8.673 - Processo nº 48500.006393/2018-98. Interessada: Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.300.426/0001-21, a implantar e explorar a UFV Bom Nome 1-6, CEG UFV.RS.PE.042928-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.674, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006370/2017-01. Interessado: Raios do Poeta Usina Geradora Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.854.481/0001-28, a implantar e explorar a UFV Raios do Poeta I, UFV.RS.RN.038283-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lagoa Nova, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.675, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006369/2017-78. Interessado: Raios do Poeta Usina Geradora SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.854.481/0001-28, a implantar e explorar a UFV Raios do Poeta II, UFV.RS.RN.038284-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lagoa Nova, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.676, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004373/2011-14. Interessado: Taguá Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Taguá Energia Ltda. a implantar e explorar a PCH Taguá, CEG PCH.PH.PR.036914-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 6.600 kW de potência instalada, localizada no município de Candói, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.690, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001564/2020-15. Interessada: Copel Distribuição S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Interessada, a área de terra necessária à implantação da Subestação 34,5/13,8 kV Purunã, localizada no município de Balsa Nova, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.691, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000580/2020-82. Interessada: EMTEP Transmissora de Energia Ltda. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área necessária à implantação da Subestação 230/138 kV Caladinho II, localizada no município de Porto Velho, estado de Rondônia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.692, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001201/2020-71. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, outorgada conforme Contrato de Concessão de Distribuição nº 014/97-DNAEE, a área de terra que perfaz uma superfície de 11.935 (onze mil novecentos e trinta e cinco) metros quadrados necessária à implantação da Subestação 138/13,8 kV Gavião Peixoto, localizada no município de Gavião Peixoto, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.693, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001465/2020-25. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia S/A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, em favor da RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE, as áreas de terra necessárias à implantação da Subestação Santa Maria 6, localizada no município de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.694, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000527/2020-81. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área necessária à implantação da Estação Repetidora Santa Teresa, e para instituição de servidão administrativa, a área necessária à implantação de estrada de acesso à Estação, localizadas no município de Santa Teresa, estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.695, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001599/2020-46. Interessada: EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Objeto: (i) Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Ramal SD Safra, localizada no estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.697, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001200/2020-27. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, a área de terra de 30 (trinta) metros de largura necessária à passagem da Linha de Distribuição Ramal Bebedouro 3, circuito duplo, 138 kV, com aproximadamente 525 (quinhentos e vinte cinco) metros de extensão, que interligará a Linha de Distribuição 138 kV Caiçara - Pirangi à Subestação Bebedouro 3, localizada no município de Bebedouro, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.698, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001208/2020-93. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição Ramal Sumaré 7, circuito duplo, 138 kV, com aproximadamente 109 (cento e nove) metros de extensão, que interligará a Linha de Distribuição 138 kV Tanquinho - Nova Aparecida à Subestação Sumaré 7, localizada no município de Sumaré, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.699, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000410/2020-06. Interessada: CPFL Transmissão Sul I S.A.Objeto: (i) Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, da área necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Itá - Pinhalzinho 2 C1 e C2, localizada no estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.700, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001296/2020-23. Interessada: Copel Distribuição S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem do trecho de linha de distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Ponta Grossa Norte - Imbituva, na Subestação Tirol, localizada no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.701, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001147/2020-64. Interessada: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem do trecho de linha de distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Várzea Grande - Poconé, na Subestação Cangas, localizada no estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.702, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001185/2020-17. Interessada: Oitis 1 Energia Renovável S.A. Objeto: (i) Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Oitis - Queimada Nova II, localizada no estado do Piauí. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.703, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001265/2020-72. Interessada: Enel Distribuição Ceará. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, da área necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Maracanaú II - Maranguape, localizada nos municípios de Maracanaú e Maranguape, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.704, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001464/2020-81. Interessada: Enel Distribuição Ceará. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Distribuição Ceará, das áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Distribuição Distrito Industrial II/Acarape - Derivação Maracanaú II, localizada nos municípios de Pacatuba e Maracanaú, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.705, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003111/2017-10. Interessada: Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. Objeto: (i) alterar os Anexos da Resolução Autorizativa nº 6.506, de 18 de julho de 2017, que declara de utilidade pública, em favor da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., as áreas de terra necessárias à passagem das Linhas de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3, C1, e Janaúba 3 - Presidente Juscelino, C1, localizadas nos estados da Bahia e de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 6.306, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 16, § 1º, do Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e o que consta do Processo n° 48500.007227/2006-02, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 4.476, de 21 de fevereiro de 2017, publicado no D.O. de 1º.3.2017, seção 1, p. 87, passa a vigorar com a seguinte alteração.

"Art. 1º .....

.....

V - Expedir TI, com o fim de cientificar o agente quando constatada a existência de fatos que possam, de per si ou conjuntamente, caracterizar infração sujeita à penalidade de suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica;

VI - Instaurar processo administrativo de imposição da pena de advertência quando evidenciado descumprimento de obrigações estabelecidas nos Editais de Leilão de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada;

VII - Instaurar processo administrativo de imposição da pena de multa quando evidenciado descumprimento de obrigações estabelecidas nos Editais de Leilão de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada; e

VIII - Instaurar processo administrativo, com o fim de cientificar o agente quando constatada a existência de fatos que possam, de per si ou conjuntamente, caracterizar infração sujeita à penalidade de suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL por até 2 anos, quando evidenciado descumprimento de obrigações estabelecidas nos Editais de Leilão de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada.

.....

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 6.307, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 16, § 1º, do Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e o que consta do Processo n° 48500.005523/2016-11, resolve:

Art. 1º Portaria nº 4.477, de 21 de fevereiro de 2017, publicado no D.O. de 1º.3.2017, seção 1, p. 87, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º .....

.....

VI - Aplicar as penalidades de advertência e multa pela inexecução total ou parcial de contratos de concessão de transmissão previstas na Lei nº 8.666, de 1993; e

VII - Aplicar as penalidades de advertência e multa previstas nos Editais de Leilões de Transmissão.

.....

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 792, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005293/2015-00, decide conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern em face ao Auto de Infração nº 65/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 1.565.791,64 (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos).

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 795, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.001114/2020-14, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A., em face do Despacho nº 9, de 3 de janeiro de 2020, emitido pela Superintendência de Gestão Tarifária - SGT, que fixou o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSE, relativo ao exercício de 2020, para autoprodutores e produtores independentes de energia elétrica.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 796, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002550/2018-96, decide conhecer e, no mérito, dar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto por Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., reconhecendo como nulos e sem efeitos todos os atos posteriores à Nota Técnica nº 0463/2018-SCT/ANEEL.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 797, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005914/2017-17, decide por não conhecer do Requerimento Administrativo protocolado por Companhia Energética de Pernambuco - Celpe em face do Despacho nº 1.636/2019.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO N° 798, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005243/2017-86, decide aprovar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 22/2017, celebrado com a ERB1 - Elétricas Reunidas do Brasil S.A., com vistas a alterar a denominação social da Concessionária para Interligação Elétrica Ivaí S.A.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 838, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Processos nºs: 48500.001284/2020-07, 48500.001285/2020-43, 48500.001286/2020-98, 48500.001292/2020-45, 48500.001293/2020-90, 48500.001294/2020-34 e 48500.001295/2020-89. Interessado: EDENA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE ENERGIAS RENOVAVEIS E PARTICIPACOES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 30.581.871/0001-07. Decisão: Registrar o recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos relacionados no Anexo I deste Despacho, localizadas no município de Janauba, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 850, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48500.001628/2020-70. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Frigorífico Nutribrás S.A. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Pedra Branca, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MS.037230-7-01, localizada no rio Sucuriú, no estado de Mato Grosso do Sul; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à REN 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 851, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48500.001630/2020-49. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Frigorífico Nutribrás S.A. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Mogno, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.037260-9-01, localizada no rio Cravari, no estado de Mato Grosso; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à REN 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 860, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Processo nº: 48500.000426/2005-91. Interessados: Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba LTDA. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 26 de março de 2020. Usina: UTE Cooper-Rubi. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 10.000 kW cada, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Rubiataba, estado do Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 828, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48500.000258/2019-10. Interessada: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Decisão: (i) considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 2.855, de 17 de outubro de 2019; e (ii) estabelecer que o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, deverá ser assinado pela concessionária, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO N° 841, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48500.000782/2020-24. Interessados: Fátima Olga Azevedo Oliveira, unidade consumidora nº 71540, e Energisa Sergipe-Distribuidora de Energia S.A. Decisão: dar provimento à reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO N° 842, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48500.005587/2019-57. Interessados: Empório Representações Ltda., unidade consumidora nº 16936190, e Enel Distribuição Goiás Decisão: negar provimento à reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO N° 843, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48500.002215/2019-79. Interessados: Fundação Governo Flávio Ribeiro Coutinho, unidade consumidora nº 837379, e Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. Decisão: extinguir e arquivar o processo administrativo, considerando a perda do objeto. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO N° 874, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 48500.000874/2020-12. Interessados: Copel Distribuição S.A. e Município de Paulo Frontin - PR. Decisão: negar provimento à reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 856, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue os seguintes pagamentos: (i) R$ 776.190,53 (setecentos e setenta e seis mil, cento e noventa reais e cinquenta e três centavos à empresa GI ENERGY ENGENHARIA LTDA., referente à décima medição das obras para a implantação da Subestação Itacoatiara 138/13,8 kV; e (ii) R$ 122.773,16 (cento e vinte e dois mil, setecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos) à empresa Amazonas Distribuidora de Energia S.A., devido a tributos incidentes no serviço descrito no item (i).

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

DESPACHO Nº 857, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue os seguintes pagamentos: (i) R$ 1.148.321,55 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos) à empresa SELT Engenharia Ltda., referente à décima primeira medição das obras para a implantação da Subestação Itacoatiara 138/13,8 kV; e (ii) R$ 237.432,87 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos) à empresa VIA MINEIRA Materiais Elétricos Ltda. - ME, referente à décima primeira medição das obras para a implantação da Subestação Itacoatiara 138/13,8 kV.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 854, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001511/2020-96, decide por indeferir o pleito da distribuidora Amazonas Energia S.A., referente à redução excepcional ou não cobrança de parcela por ineficiência de contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST, nos pontos de conexão Silves 138 kV, no período de abril/2019 a agosto/2020, e Lechuga 138 kV, no período de junho/2019 a dezembro/2020, com a consequente não aplicação do disposto na Resolução Normativa nº 666, de 2015.

TITO RICARDO VAZ DA COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, em decisão ad referendum da Diretoria Colegiada, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 2° da Lei n° 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e nos arts. 8º e 10º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), exarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em 30 de janeiro de 2020, e a declaração pública, de 11 de março de 2020, que a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) caracteriza uma pandemia;

CONSIDERANDO as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, elencadas na Lei n° 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, decorrentes do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO a aprovação, também pelo Plenário do Senado Federal, do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, publicado no Diário Oficial da União, edição extra de 20/03/2020, reconhecendo-se, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde;

CONSIDERANDO os impactos no atendimento ao público resultantes da implementação das medidas insertas na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 20, de 16 de março de 2020 e pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020 da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação de procedimento uniforme, de abrangência nacional, a regular, neste cenário emergencial e excepcional, o funcionamento da Agência Nacional de Mineração;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar regularidade, previsibilidade e segurança jurídica ao processo administrativo, enquanto direito fundamental com caráter positivo, cuja regularidade é essencial para o escorreito diálogo entre a Administração Pública e os particulares no Estado Democrático de Direito;

CONSIDERANDO o teor da Portaria ANM nº 208, de 18 de março de 2020, que suspendeu o atendimento presencial nas instalações da ANM em todo território nacional;

CONSIDERANDO a exceção prevista na redação do art. 67 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Suspender de 20 de março até o dia 30 de abril de 2020 os prazos processuais e materiais dos Administrados nos seguintes casos:

I - Apresentação de defesas, provas, impugnações e recursos interpostos pelos administrados nos processos de autuação, constituição e cobrança das receitas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM, da Taxa Anual por Hectare - TAH, da Taxa da vistoria e das multas;

II - Apresentação de defesas, impugnações e recursos nos processos administrativos minerários;

III - Cumprimento de exigências;

IV - Nas demais hipóteses de prazos previstos no Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018 e na Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016, que aprovou a Consolidação Normativa do DNPM, que regulam atos de competência da Agência Nacional de Mineração - ANM.

Art. 2º Ficam também suspensos, no período indicado no artigo 1º, os prazos máximos para apreciação de requerimentos de atos públicos de liberação das atividades econômicas, sujeitos a aprovação tácita, sob competência da Agência Nacional de Mineração - ANM, previsto no Anexo I da Resolução nº 22, de 30 de janeiro de 2020.

Art. 3º O disposto nesta Resolução não se aplica as obrigações e prazos relacionados à estabilidade e à segurança de barragens de mineração, ao disposto no art. 27 do Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841, de 08, de agosto de 1945) e a outros cujo descumprimento possa trazer risco à segurança, à saúde, à vida e ao patrimônio de trabalhadores, de consumidores e da sociedade.

Parágrafo único. As determinações fixadas na Portaria nº 70.389, de 17 de maio de 2017, na Resolução nº 13, de 8 de agosto de 2019, e no Decreto Presidencial nº 10.282, de 20 de março de 2020, devem ser cumpridas ao tempo e modo em que estabelecidas.

Art. 4º Fica mantido, para a prática de atos cujos prazos não foram suspensos pela presente norma, o funcionamento do Protocolo Digital, do RALWeb (Relatório Anual de Lavra), do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM) e dos demais sistemas da ANM.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TASSO MENDONÇA JÚNIOR

DESPACHO
Relação nº 131/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Autoriza a averbação dos atos de liberação de penhora de direitos minerarios(1930)
Exequente: EDUARDO COSTA DA SILVA - Processo nº 866.765/2016 - JOSÉ MARIA OTÁVIO MARTINS DUARTE - Nº /
Exequente: DOMINGOS ALMEIDA SILVA - Processo nº 866.765/2016 - JOSÉ MARIA OTÁVIO MARTINS DUARTE - Nº /

TASSO MENDONÇA JUNIOR
Diretor-Geral
Substituto

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 27, de 12 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 52, de 17 de março de 2020, Seção 1, páginas 49 a 52, que altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração - ANM, aprovado pela Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2018, onde se lê: "Superintendência de Governança Regulatória", sigla "SGR", leia-se: "Superintendência de Regulação e Governança Regulatória", sigla "SRG".

GERÊNCIA REGIONAL TIPO I NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 122/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.643/2010-MILTON DE FARIA SALDANHA-OF. N°667/2020-DIREM-MG/GER-MG
Despacho publicado(256)
830.643/2010-MILTON DE FARIA SALDANHA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício - GUIA DE UTILIZAÇÃO - Ofício 668/2020 - DIREM-MG/GER-MG
832.270/2012-D.R. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício-419/2019-DIREM-MG/GER-MG
830.181/2013-ASAMAR SA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício-660/2020-DIREM-MG/GER-MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.758/2005-VALE S A- Área de 2000,00 ha para 115,46 ha-Minério de Ferro-Jaceaba/MG
830.514/2010-GERALDO ROCHA- Área de 515,5 ha para 251,88 ha-Quartzo-Diamantina/MG
830.643/2010-MILTON DE FARIA SALDANHA- Área de 250,67 ha para 49,81 ha-Areia e Cascalho-Fortuna de Minas/Maravilhas/MG
832.838/2010-MBS MINERAÇÃO BARBOSA SANTOS EIRELI- Área de 270,63 ha para 49,53 ha-Areia-Esmeraldas/MG
832.844/2011-PEDRO TEIXEIRA DA SILVA- Área de 891,77 ha para 49,84 ha-Argila (Fabricação de Cerâmica Vermelha) e Areia (uso imediato na construção civil)-Divinópolis/MG
833.205/2011-IMPERATRIZ MINERAÇÃO COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE ROCHA ORNAMENTAL LTDA- Área de 243,64 ha para 48,86 ha-Areia e Cascalho-Bom Sucesso e Ibituruna/MG
832.270/2012-D.R. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Área de 218,23 ha para 46,11 ha-Areia (uso na construção civil)-Leopoldina/MG
830.181/2013-ASAMAR SA- Área de 988,27 ha para 761,80 ha-Areia e Quartzito-Olhos D' Água/MG
831.857/2014-CATALAO INDUSTRIA E COMERCIO DE AREIA LTDA ME- Área de 392,2 ha para 49,86 ha-Areia e Cascalho-Pirapora-Várzea da Palma/MG
896.159/2015-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA- Área de 58,85 hectares para 23,00 hectares-Gnaisse (rocha ornamental/revestimento)-Conselheiro Pena/MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.057/2000-MINERAÇÃO SANTA CAROLINA LTDA-Areia-Poços de Caldas/MG
832.680/2010-SANDRO RICARDO DE BRITO-Areia-Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo/MG
830.207/2014-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Granito (Uso revestimento)-Galiléia/MG
831.107/2014-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Granito (Uso revestimento)-Aimorés/MG
831.662/2014-AGNALDO CORREA DA SILVA-Água Mineral-Inimutada/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 123/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.054/2007-TACIANO RAMSES BARBOSA GRAMPINHA-OF. N°66/2020/SECOR-MG/GER-MG;Rocha Bahia Mineração Ltda
831.260/2011-CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARAOPEBA LTDA-OF. N°63/2020/SECOR-MG/GER-MG;Flávio Cioglia Dias Gontijo
832.577/2013-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.-OF. N°65/2020/SECOR-MG/GER-MG;Green Beryl Mineração Ltda ME
831.009/2014-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.-OF. N°67/2020/SECOR-MG/GER-MG;Green Beryl Mineração Ltda ME (Sr.Rodrigo)
831.257/2015-IMPERIALE DO BRASIL PEDRAS NATURAIS LTDA-OF. N°64/2020/SECOR-MG/GER-MG;Camagran Cachoeira Mármores e Granitos Ltda Me
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
833.002/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.- Cessionário:R3M MINERAÇÃO LTDA-CPF ou CNPJ 26.543.700/0001-16- Alvará n°3428/2019

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.047/1943-GANDARELA MINÉRIOS LTDA-OF. N°55/2020/SECOR-MG/GER-MG;Mineração Fazenda Trindade Ltda Spe

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
833.015/2004-MINERAÇÃO PANCIERI MINAS LTDA ME- Alvará n°115/2005 - Cessionario:831.634/2015;832.092/2018-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP- CNPJ 19.299.702/0001-46
831.634/2015-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP- Alvará n°115/2005 - Cessionario:833.015/2004-832.092/2018-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP-CNPJ 19.299.702/0001-46
832.092/2018-GOLD CRISTAL MINERAÇÃO LTDA EPP- Alvará n°115/2005 - Cessionario:833.015/2004-831.634/2015-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP- CNPJ 19.299.702/0001-46
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
832.371/2001-MINERCOL MINERAÇÃO COLLODETTI LTDA-ME- n° 857/2002 - Cessionário: SEMA SONDAGENS MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE EIRELI EPP- CNPJ 22.911.640/0001-96

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 124/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.384/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA-OF. N°627/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.008/2019-ARLINDO CAROBA DA SILVA-OF. N°630/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.012/2019-ANTONIO RODRIGUES AZEVEDO-OF. N°629/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.041/2019-W T JUNIOR ME-OF. N°632/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.050/2019-MARISA SANTOS DE PAULA-OF. N°624/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.051/2019-MARISA SANTOS DE PAULA-OF. N°625/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.092/2019-RILDO MENDES DE ALMEIDA-OF. N°633/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.093/2019-RILDO MENDES DE ALMEIDA-OF. N°634/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.133/2019-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°626/2020-DIREM-MG/GER-MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.145/2012-Q PARTICIPAÇÕES LTDA- AI N°2150 e 2151/2020-GER-MG/DIREM-MG
830.971/2015-CERAMICA OLHOS D'AGUA LTDA ME- AI N°2217/2020/GER-MG-DIREM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.185/2006-R3M MINERAÇÃO LTDA-OF. N°616/2020-DIREM-MG/GER-MG
832.607/2007-MINERAÇÃO LAVRA DO SAPO LTDA-OF. N°135,137/2019-UAGV-MG/GER-MG
834.421/2010-ARP EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°663 e 664/2020-DIREM-MG/GER-MG
832.563/2011-CAMPOS COSTA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME-OF. N°642/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.145/2012-Q PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°643/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.716/2013-MINAS BRITA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°614/2020-DIREM-MG/GER-MG
831.006/2014-PEMA BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA EPP-OF. N°646/2020-DIREM-MG/GER-MG
833.310/2014-ROGÉRIO CARVALHO GUIMARÃES-OF. N°71/2020-UAPC-MG/GER-MG
830.810/2015-CERAMICA OLHOS D'AGUA LTDA ME-OF. N°611/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.811/2015-CERAMICA OLHOS D'AGUA LTDA ME-OF. N°666/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.971/2015-CERAMICA OLHOS D'AGUA LTDA ME-OF. N°661/2020-DIREM-MG/GER-MG
Despacho publicado(256)
833.185/2006-R3M MINERAÇÃO LTDA-615/2020-DIREM-MG/GER-MG
834.421/2010-ARP EMPREENDIMENTOS LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício- GUIA DE UTILIZAÇÃO - 665/2020-DIREM-MG/GER-MG
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
832.118/2015-WILLIAM MARQUES DA SILVA 04839164630
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.949/2006-BHP BILLITON BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4144/2007
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.232/2010-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°11830/2010
830.460/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3384/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
830.593/2012-DURVAL RIBEIRO FROGERI-AI N°1165/2020/GER-MG/DIREM-MG
830.438/2017-HENRIQUE CARDOSO DE CARVALHO-AI N°1082/2020/GER-MG/DIREM-MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.175/2011-MARDEN ANTONIO MAGALHAES - AI N°437/2019 - GERÊNCIA REGIONALMG
830.417/2011-COMÉRCIO DE AREIA ANDRADE DIAS LTDA M.E. - AI N°460/2019
830.432/2011-LAB CON CONSULTORIA SERVIÇOS LTDA - AI N°463/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.026/2012-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - AI N°627/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG

830.479/2012-MINERAÇÃO GRANITOS DE MINAS LTDA - AI N°571/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.160/2013-VALTER MIRANDA GOMES JUNIOR - AI N°555/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.495/2013-NADSON TORRES SARMENTO ME - AI N°572/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
833.073/2015-PAULO MATIAS DA SILVA - AI N°529/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.670/2016-BIOSFERA ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA ME - AI N°1343/2019
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1736)
832.607/2007-MINERAÇÃO LAVRA DO SAPO LTDA-OF. N°133,134,136/2019-UAGV-MG/GER-MG
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
832.118/2015-WILLIAM MARQUES DA SILVA 04839164630

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
831.891/2001-MINERAÇÃO SANTO ANTONIO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício-669/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.383/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31§ 4º.Ofício nº216/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.326/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31§ 4º.Ofício nº214/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.383/2008-TRATOR MÁQUINAS LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício-612/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.468/2011-G & S MINERAÇÃO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício-651/2020-DIREM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.464/1986-CLAUDIO MACHADO TUPINAMBA FI-OF. N°232/2020-DFMNM-MG/GER-MG
832.579/1986-AREIA RIO MANSO LTDA ME-OF. N°38/2020-UAPM-MG/GER-MG
831.891/2001-MINERAÇÃO SANTO ANTONIO LTDA-OF. N°670/2020-DIREM-MG/GER-MG
831.076/2002-CIDEF DO BRASIL SA-OF. N°621/2020-DIREM-MG/GER-MG
832.952/2007-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-OF. N°613/2020-DIREM-MG/GER-MG
834.493/2008-WILLIAN PEREIRA ME-OF. N°73/2020-UAPC-MG/GER-MG
830.468/2011-G & S MINERAÇÃO LTDA-OF. N°652/2020-DIREM-MG/GER-MG
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
830.698/2001-M.S.A Mineração Serra dos Aimorés Ltda- AI N°2060/2020/GER-MG/UAGV-MG
831.224/2011-Mineração Azul tropical Ltda ME- AI N°1019/2020/GER-MG/UAGV-MG

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
835.847/1994-EMPRESA DE ÁGUAS ENGENHO DA SERRA LTDA.- Nome da Fonte:Engenho da Serra - Marca:Engenho da Serra - Volumetria:10L,20L e 510 mL, sem gás - Marca:Legítima Fonte Minas Gerais - Volumetria:10L e 20L(sem gás);510 mL (com gás) - Marca:Água Serra do Picú - Volumetria:10L e 20L(sem gás) - Marca:Terras Altas - Volumetria:10L, 20L e 330 mL (sem gás) - Marca:Vale no Monte - Volumetria:10L e 20L (sem gás)- ITAMONTE/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.719/1982-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.- AI N° 2161 e 2162/2020/GER-MG/DISBM - MG, para Mundo Mineração Ltda
831.111/1985-MINERAÇÃO GROTA DA CANA LTDA- AI N° 1982,1983 e 1984/2020/GER-MG/DFMNM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.111/1985-MINERAÇÃO GROTA DA CANA LTDA-OF. N°238/2020-DFMNM-MG/GER-MG
930.102/1997-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°231/2020-DFMNM-MG/GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 125/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.316/2018-CEAR AUGUSTO SANTOS TEIXEIRA-OF. N°637/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.070/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°673/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.071/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°674/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.072/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°675/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.074/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°676/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.076/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°678/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.078/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°677/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.082/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°679/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.083/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°680/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.085/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°681/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.086/2019-TRANSTHOMASI TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°682/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.104/2019-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-OF. N°618/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.105/2019-JOSÉ VIEIRA DE SOUSA-OF. N°551/2020-DIREM-MG/GER-MG
830.184/2019-LILIANA APARECIDA LANZI DE SOUZA-OF. N°555/2020-DIREM-MG/GER-MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
830.071/2015-LACT MINERAÇÃO LTDA. EPP- OF. N° 28/2020/SECOR-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.446/2011-DEPOSITO TANGARÁ LTDA ME-OF. N°603/2020-DIREM-MG/GER
830.203/2012-AREAL SANTA MÔNICA LTDA-OF. N°622/2020-DIREM/ANM/MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
832.170/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°7945/2017
830.461/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3385/2017
830.466/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3390/2017
830.467/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-ALVARÁ N°3391/2017
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
831.097/2011-COMERCIAL SAPUCAI DE MINERAIS LTDA. - AI N°872/2019
831.321/2011-RUY SOUZA LIMA DO NASCIMENTO - AI N°509/2019
831.331/2011-CLERIO PEREIRA DE MATOS - AI N°510/2019
834.255/2011-EMPRESA BRASILEIRA DE PRODUÇÃO MINERAL - AI N°480/2019
834.264/2011-CLOVES ABRANCHES - AI N°482/2019
834.898/2011-ISMENIA MASSUD MATTOS - AI N°474/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.867/2013-EXTRATIVA BRUMADINHO LTDA EPP - AI N°548/2019
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
834.985/2011-AREIA MARTINS DA CONCEIÇÃO LTDA ME
831.507/2012-LUCIANO ANTONIO NARCÍSIO RESENDE

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.008/2006-ELITE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°244/2020-DFMNM-MG/GER/MG
831.058/2006-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°247/2020-DFMNM-MG/GER/MG

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
001.203/1935-ÁGUAS MINERAIS DE PATROCÍNIO LTDA- Nome da Fonte:Serra Negra - Marca:Serra Negra - Volumetria:5L e 6L, sem gás- PATROCÍNIO/MG
830.864/1998-MARIA EDMÉE PADILHA MAGALHÃES ME- Arrendatária:Sollos Brasil Pesquisa e Exploração Mineral Ltda - Nome da Fonte:Monjolo - Marca:Cristais de Minas - Volumetria:20L e 510 mL, sem gás- CAMBUÍ/MG
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
830.609/1980-Industrial Extrativa Mineral Santa Rosa Ltda- AI N° 2047,2048,2049,2050,2051,2052,2053,2054,2055,2056,2057,2058 e 2059/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.538/1984-MD GODINHO MINERAÇÃO-OF. N°147 e 148/2019-UAGV-MG/GER-MG
931.001/2001-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°229/2020-DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
831.538/1984-MD GODINHO MINERAÇÃO-OF. N°149,150,151,152,153,154 e 162/2019-UAGV-MG/GER-MG

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
831.654/2008-COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES MINERÁRIAS-OF. N°36/2020-UAPM-MG/GER-MG
830.108/2011-ESTRELA DO MAR PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA-OF. N°76/2020-UAPC-MG/GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 126/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
833.541/2007-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.
830.847/2009-VALE S A
830.371/2014-MACARANI MINERAÇÃO LTDA
830.379/2014-MACARANI MINERAÇÃO LTDA
831.466/2014-MPC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.884/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 127/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.844/2011;PEDRO TEIXEIRA DA SILVA;DIVINÓPOLIS/MG ; Guia n° 244 e 260/DIREM-MG/2019;16.900 t/ano e 12.000 t/ano;Areia (uso imediato na construção civil) e Argila (fabricação de cerâmica vermelha); Validade da Guia:36 MES(ES) ; Licença Ambiental: Certificado LAS CADASTRO Nº56524804/2019 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 16/04/2029

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.699/2004-GEOMETA LTDA-OF. N°78,80,95,97,99 e 101/2020-UAGV-MG/GER-MG
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.956/1996-COOPERATIVA DOS CORTADORES DE PEDRA COOPEDRA-PASSA TEMPO/MG - Guia n° 5/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16000 t/ano-Granito- Validade:36 meses a partir da data de publicação no D.O.U
831.699/2004-GEOMETA LTDA-CONSELHEIRO PENA/MG - Guia n° 146,147,148/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-2.340 t/ano;1.260 t/ano;100 Kg/ano-Feldspato;Quartzo;Gemas (Turmalina,berilo, água marinha, morganita e Kunzita)- Validade:3 anos (a partir de sua publicação no DOU)
830.329/2009-ANTONIO MARCIO PEREIRA DE CASTRO-SOLEDADE DE MINAS/MG - Guia n° 10/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-36.000 t/ano-Areia (para uso imediato na construção civil)- Validade:36 Meses a partir da data da publicação
832.755/2012-AREAL MIX LTDA-FERROS/MG - Guia n° 7/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-48.000 t/ano-Areia- Validade:06/03/2022 ou Publicação da Portaria de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.699/2004-GEOMETA LTDA-OF. N°76,77,79,94,96,98,100/2020-UAGV-MG/GER-MG

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
832.156/2005-MINERAÇÃO E DRAGAGEM BOA VISTA LTDA ME-BELO HORIZONTE/MG, SABARÁ/MG - Guia n° 1/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-300.000 t/ano-Minério de Ferro- Validade:36 MESES ou Portaria de Lavra
831.034/2012-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP-MONTE CARMELO/MG - Guia n° 150/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-13.850 t-Areia (agregado)- Validade:3 anos a partir da publicação no DOU
832.181/2014-IMPERIO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS E AGENCIAMENTOS EIRELI-ESMERALDAS/MG - Guia n° 6/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-18.000 t/ano-Areia-Validade:36 Meses

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 128/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
832.999/2006-MINE INVEST BRAZIL LTDA- Publicado DOU de 22/10/2019
832.900/2010-EVIDENCIA MINERAÇÃO MARMORES E GRANITOS LTDA ME-Publicado DOU de 09/07/2019

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 24/2020

Fase de Lavra Garimpeira
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2373/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2372/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2371/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2370/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2369/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2368/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2367/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2366/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2365/2020/GER - MT/SESBM - MT
866.285/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2364/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2387/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2386/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2385/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2384/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2383/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2382/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2381/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2380/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2379/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2378/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2377/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2376/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2375/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.015/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2374/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2393/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2398/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2397/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2396/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2395/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2394/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2392/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2391/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2390/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2389/2020/GER - MT/SESBM - MT
867.016/2010-Filadelfo dos Reis Dias- AI N°2388/2020/GER - MT/SESBM - MT

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DO PARÁ
UNIDADE AVANÇADA EM MACAPÁ/AP

DESPACHO
Relação nº 10/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
755.294/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.296/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.299/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.300/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.301/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.302/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.303/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.304/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.305/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.306/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.307/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.308/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.309/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.310/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.311/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.312/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.313/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.314/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.315/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.316/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.317/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.318/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.319/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.320/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.323/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.324/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.327/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.328/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.329/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.330/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.331/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.332/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.335/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.336/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.337/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.338/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.339/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.340/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.342/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.343/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.346/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.347/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.348/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.350/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.351/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.354/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.355/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.363/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.417/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.418/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.419/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.420/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.421/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.422/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.423/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.424/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.425/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.426/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.427/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.428/1997-MARY COSTA GOUVEIA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 11/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
852.790/1994-MANOEL COSTA SOUZA
851.355/1995-JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
853.652/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.652/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.653/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.654/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.655/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.656/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.657/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.658/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.659/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.660/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.661/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.662/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.663/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.665/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.666/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.667/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.668/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.669/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.670/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.671/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.672/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.673/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.674/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.675/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.676/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.677/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.678/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.679/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.680/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.698/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.705/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.706/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.707/1995-MANOEL COSTA SOUZA
755.368/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.369/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.372/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.429/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.430/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.431/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.432/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.433/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.434/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.435/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.436/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.437/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.439/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.440/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.441/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.442/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.443/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.444/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.445/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.446/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.447/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.448/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.449/1997-MARY COSTA GOUVEIA
755.711/1997-MARY COSTA GOUVEIA
850.165/2000-VALDOMIRO TIAGO DOS SANTOS

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 12/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
852.782/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.783/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.784/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.785/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.786/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.787/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.788/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.789/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.791/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.792/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.793/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.794/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.795/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.796/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.797/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.798/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.799/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.800/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.801/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.802/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.803/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.804/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.805/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.806/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.807/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.808/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.809/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.810/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.811/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.812/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.813/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.814/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.815/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.823/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.824/1994-MANOEL COSTA SOUZA
852.825/1994-MANOEL COSTA SOUZA
853.664/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.681/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.682/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.683/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.684/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.685/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.686/1995-MANOEL COSTA SOUZA

853.687/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.688/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.689/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.690/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.691/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.692/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.693/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.694/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.695/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.696/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.697/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.699/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.700/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.701/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.702/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.703/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.704/1995-MANOEL COSTA SOUZA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 13/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
855.139/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.532/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.533/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.534/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.535/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.536/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.537/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.538/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.539/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.540/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.541/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.542/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.543/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.544/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.545/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.546/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.547/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.548/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.549/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.550/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.551/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.552/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.553/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.554/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.555/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.556/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.557/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.559/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.560/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.561/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.562/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
855.563/1994-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.503/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.504/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.505/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.506/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.507/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.508/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.510/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.511/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.512/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.513/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.514/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.516/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.518/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.520/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.521/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.522/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.523/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.524/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.525/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.526/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.527/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.528/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.529/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.530/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.531/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.532/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.533/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
857.534/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 14/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
855.117/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.118/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.119/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.120/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.121/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.122/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.123/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.124/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.125/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.126/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.127/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.128/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.129/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.130/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.131/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.132/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.133/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.134/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.135/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.136/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.137/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.138/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.139/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.140/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.141/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.142/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.143/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.144/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.145/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.146/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.147/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.148/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.149/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.150/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.151/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.152/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.153/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.154/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.155/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.156/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.157/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.158/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.159/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.160/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.161/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.162/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.163/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.164/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.165/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.166/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.167/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.168/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.169/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.170/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.171/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.172/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.173/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.174/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.175/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
855.176/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 15/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
854.785/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.787/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.797/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
850.035/1994-GERSON LIMA
857.350/1995-ALEXANDRE FONSECA AZEVEDO
750.100/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.101/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.102/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.103/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.104/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.105/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.106/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.107/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.108/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.109/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.110/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.111/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.112/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.113/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.114/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.115/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.116/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.117/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.118/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.119/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.120/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.121/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.122/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.123/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.124/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.125/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.126/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.127/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.128/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.129/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.130/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.131/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.132/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.133/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.134/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.135/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.136/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
750.137/1996-ANNE CARVALHO MENDONÇA
859.890/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.891/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.892/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.893/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.894/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.895/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.896/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.897/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.898/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.899/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.901/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.902/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.903/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.904/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.905/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.906/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA
859.907/1996-LUIZ SILVA DE SOUZA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 16/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
854.004/1993-RAIMUNDO MARINHO DANTAS

854.747/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.794/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.795/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.796/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.798/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.799/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.800/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.802/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.803/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.805/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.806/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.822/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.824/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.826/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.827/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.828/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.829/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.830/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.831/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.832/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
854.833/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA
850.039/1994-GERSON LIMA
850.044/1994-GERSON LIMA
850.054/1994-GERSON LIMA
850.059/1994-GERSON LIMA
850.064/1994-GERSON LIMA
850.065/1994-GERSON LIMA
850.066/1994-GERSON LIMA
850.067/1994-GERSON LIMA
850.069/1994-GERSON LIMA
850.138/1994-LUIZ HUMBERTO LIRA DOS ANJOS
753.702/1996-JENCKSIN LOPES CHAGAS
753.703/1996-JENCKSIN LOPES CHAGAS
753.704/1996-JENCKSIN LOPES CHAGAS
753.705/1996-JENCKSIN LOPES CHAGAS
851.149/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.150/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.151/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.152/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.153/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.154/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.155/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.156/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.157/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.158/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.159/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.160/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.161/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.162/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.163/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.164/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.165/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.166/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
650.424/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA
650.468/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA
650.513/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA
850.743/2013-VANDERLEIA DOS SANTOS SOUZA
851.427/2013-VANDERLEIA DOS SANTOS SOUZA
851.428/2013-VANDERLEIA DOS SANTOS SOUZA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 17/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
854.001/1993-RAIMUNDO MARINHO DANTAS
854.002/1993-RAIMUNDO MARINHO DANTAS
854.003/1993-RAIMUNDO MARINHO DANTAS
854.015/1993-RAIMUNDO MARINHO DANTAS
850.075/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.079/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.084/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.089/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.094/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.099/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.104/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.109/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
850.114/1994-FLORENCIO CARDOSO SILVA
852.514/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.515/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.516/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.517/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.527/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.528/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.529/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
856.314/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.315/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.318/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.319/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.322/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.323/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.324/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.326/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.327/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
751.849/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.850/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.851/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.852/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.853/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.854/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.855/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.856/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.857/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.858/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.859/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.861/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.862/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.863/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.864/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
751.865/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
757.020/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.021/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.031/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.032/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.035/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.036/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.037/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.038/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.039/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.040/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.041/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.042/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.043/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.044/1997-PLINIO CAVAGNOLI
757.045/1997-PLINIO CAVAGNOLI

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 18/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.115/1994-LUIZ HUMBERTO LIRA DOS ANJOS
850.119/1994-LUIZ HUMBERTO LIRA DOS ANJOS
850.124/1994-LUIZ HUMBERTO LIRA DOS ANJOS
850.129/1994-LUIZ HUMBERTO LIRA DOS ANJOS
850.134/1994-LUIZ HUMBERTO LIRA DOS ANJOS
852.535/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.541/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.542/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.546/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.547/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.550/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
852.555/1994-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
850.047/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.050/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.052/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.054/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.055/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.057/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.058/1995-DOMINGOS PINHEIRO
857.563/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI
859.772/1995-RAIMUNDO RIBEIRO DOS SANTOS
753.298/1996-JENCKSIN LOPES CHAGAS
855.397/1996-VALMIR CLIMACO DE AGUIAR
650.476/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA
650.511/1997-RUY BARBOSA DE MENDONÇA
654.608/1997-FRANCISCO INACIO ARAUJO FILHO
654.615/1997-FRANCISCO INACIO ARAUJO FILHO
654.616/1997-FRANCISCO INACIO ARAUJO FILHO
654.617/1997-FRANCISCO INACIO ARAUJO FILHO
654.619/1997-FRANCISCO INACIO ARAUJO FILHO
654.622/1997-FRANCISCO INACIO ARAUJO FILHO
751.797/1997-JOSÉ ANTÕNIO PEREIRA DOS SANTOS
850.008/2010-FRANCISCO RODRIGUES CORREA
850.009/2010-FRANCISCO RODRIGUES CORREA
850.148/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.159/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.160/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.161/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.162/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.163/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.165/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.290/2011-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG
850.023/2012-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.024/2012-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.245/2012-AUGUSTO CESAR BRASIL
850.690/2012-TICIELLE PRADO DA CUNHA
850.723/2012-ITAMAR GOMES SILVA
850.724/2012-ITAMAR GOMES SILVA
850.725/2012-ITAMAR GOMES SILVA
850.726/2012-ITAMAR GOMES SILVA
850.920/2012-LUIS RODRIGUES DA SILVA
850.921/2012-LUIS RODRIGUES DA SILVA
850.922/2012-LUIS RODRIGUES DA SILVA
850.162/2013-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.163/2013-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.164/2013-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.165/2013-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.553/2013-PEDRO SERRA SOUSA FILHO
850.759/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA - COOGAM
850.805/2013-GLEICON JOSE DA COSTA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 20/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
851.195/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.206/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.207/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.208/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.209/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.210/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.211/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.212/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.213/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.214/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.215/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.216/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.217/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.218/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA

851.219/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.220/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.221/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.222/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.223/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.224/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.225/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.226/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.227/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.228/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.229/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.230/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.231/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.232/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.233/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.234/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.235/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.236/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.237/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.238/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.239/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.240/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.241/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.242/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.243/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.244/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.245/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.246/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.247/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.248/1996-GERALDO DIOGO DE V. PEREIRA
851.290/2012-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG
851.301/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.302/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
850.045/2013-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.264/2013-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO AGUA BRANCA
851.265/2013-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO AGUA BRANCA
851.266/2013-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO AGUA BRANCA
851.267/2013-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DO AGUA BRANCA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

DESPACHO
Relação nº 21/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.048/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.049/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.051/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.053/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.056/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.059/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.060/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.061/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.062/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.063/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.064/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.065/1995-DOMINGOS PINHEIRO
850.066/1995-DOMINGOS PINHEIRO
853.708/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.709/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.710/1995-MANOEL COSTA SOUZA
853.711/1995-MANOEL COSTA SOUZA
856.330/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.331/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.334/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.335/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.338/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.339/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.342/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.343/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.345/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.346/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.347/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.348/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.350/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.351/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.352/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.353/1995-JOSÉ VIEIRA DE ARAUJO
856.444/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.445/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.446/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.447/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.448/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.449/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.451/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.452/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.494/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
856.501/1996-FRANCISCA ASSILES MESQUITA CARDOSO
850.969/2012-FRANCISCO RODRIGUES CORREA
850.970/2012-FRANCISCO RODRIGUES CORREA
850.971/2012-FRANCISCO RODRIGUES CORREA
851.313/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.314/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.315/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.316/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.318/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.319/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.320/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.322/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.323/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.325/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.326/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
851.331/2012-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 33/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.004/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.169/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.170/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.171/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.172/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.174/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.176/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.177/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
890.169/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.170/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.171/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.172/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.174/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.176/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
890.177/2019-CYRELA RJZ CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
890.747/2013-JOÃO LUIS BELLOTI NACIF - ME-AI N°620/2020/GER - RJ/SEREM - RJ.
Aceita defesa apresentada(241)
890.747/2013-JOÃO LUIS BELLOTI NACIF - ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.042/2010-PEDRACOM PEDREIRAS LTDA EPP-OF. N°85/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
890.393/2016-SANTA FÉ MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°83/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.363/2015-CLEBER DOS SANTOS ATALINO-OF. N°81/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
890.364/2015-CLEBER DOS SANTOS ATALINO-OF. N°82/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.349/2012-ÁGUA MINERAL VITÓRIA TOP LTDA EPP- Área de 39,84 para 38,97-água mineral-Cachoeiras de Macacu/RJ
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.982/2013-ELIO MOREIRA DA CUNHA

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
890.097/2011-MINERADORA SERRA DA ONÇA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
Reitera exigência(366)
890.372/2001-CASTIÇA ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°168/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias
890.113/2004-FAZENDA DONA BRANCA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA-OF. N°266/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ-60 dias

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.971/1974-EMMIRONE EMPRESA DE MINERAÇÃO ROCHA NEGRA LTDA-OF. N°84/2020/SEREM - RJ/GER - RJ

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.385/2017-CERAMICA COLONIAL LTDA-Registro de Licença N° 3076/2020 - Vencimento em 21/01/2021
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
890.419/2012-IMC SILVA COMÉRCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO
890.857/2014-TINOCO E LIMA PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTO LTDA
890.266/2015-JAIRO ALVES ROBAINA
890.531/2015-CARGIL EXTRATORA DE AREIA LTDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
890.011/2020-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.270/1983-PEDREIRA CAMPO REDONDO LTDA- Registro de Licença N° 287/1985 - Vencimento em 08/01/2022
890.631/2010-CERÂMICA PAUS AMARELOS LTDA- Registro de Licença N° 2641/2011 - Vencimento em 23/12/2022
890.408/2014-R J FONTES & CIA LTDA ME- Registro de Licença N° 2951/2016 - Vencimento em 16/05/2022
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.273/2007-AREAL BARUQUE DE SEROPÉDICA LTDA EPP
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.129/2005-AREAL TRANSMONTANO DE ITAGUAÍ LTDA ME

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
890.918/2011-PREFEITURA MINUICIPAL DE NATIVIDADE

Fase de Registro de Extração
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do Registro de Extração(938)
890.202/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 38/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
811.282/2015-AREAL PONTE DO IMPÉRIO LTDA.
810.621/2017-M. DOS SANTOS TERRAPLANAGEM EIRELI ME
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
811.282/2015-AREAL PONTE DO IMPÉRIO LTDA.
810.621/2017-M. DOS SANTOS TERRAPLANAGEM EIRELI ME

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.709/2015-S. P. SEVERO JÚNIOR - ME-OF. N°94/2020
810.488/2017-ANTÔNIO ERASMO RODRIGUES MATIAS EIRELI ME-OF. N°92/2020
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.153/1992-ARO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 938/1994 - Vencimento em 27/12/2021

810.449/1993-GIANE LUISA SEIBERT EIRELI- Registro de Licença N° 1113/1996 - Vencimento em 23/11/2023
810.949/2010-ASTER MINERAÇÃO COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA- Registro de Licença N° 140/2010 - Vencimento em 21/10/2023
810.665/2016-ANA PAULA MOLLER- Registro de Licença N° 034/2017 - Vencimento em 15/02/2021
810.878/2017-ESCAVACOM COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA ME- Registro de Licença N° 031/2018 - Vencimento em 15/01/2024
810.989/2017-RL MINERADORA LTDA ME- Registro de Licença N° 003/2020 - Vencimento em 23/10/2021
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
810.191/2006-SANDRA MARIA DOS SANTOS PEDREIRA
810.216/2017-TRANSITAQUI LTDA ME
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
810.313/2012-Euzébio dos Santos - ME- AI N°2363/2020/GER-RS
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
811.319/2011-COMÉRCIO & EXTRAÇÃO DE PEDRAS CAMPOS LTDA ME -AI N°023/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.105/2018-MINERADORA 285 LTDA ME-Registro de Licença N° 049/2020 - Vencimento em 30/01/2022
810.038/2020-CERÂMICA VEBER LTDA.-Registro de Licença N° 050/2020 - Vencimento em 10/12/2024
810.076/2020-ZELIO STURME COLUSSI ME-Registro de Licença N° 048/2020 - Vencimento em 31/05/2021
810.077/2020-AREAL PONTE DO IMPÉRIO LTDA.-Registro de Licença N° 051/2020 - Vencimento em 07/11/2020
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
810.094/2020-VARGAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.020/2020-MUNICÍPIO DE CARLOS GOMES-OF. N°93/2020
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
810.364/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE SEGREDO
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
810.025/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA- Registro de Extração N°46/2020 de 19/03/2020
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.016/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE- Registro de Extração N°45/2020 de 19/03/2020
810.043/2020-MUNICIPIO DE UNISTALDA- Registro de Extração N°50/2020 de 24/03/2020
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
810.787/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA- Registro de Extração N°48/2020 de 23/03/2020
810.019/2020-MUNICÍPIO DE CARLOS GOMES- Registro de Extração N°47/2020 de 20/03/2020
810.037/2020-MUNICÍPIO DE CAIBATÉ- Registro de Extração N°49/2020 de 24/03/2020

Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
810.006/2016-MUNICÍPIO DE PARECI NOVO-OF. N°91/2020

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(2023)
002.839/1935-COPELMI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°211/2019 - DOU de 21/01/2020

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente Regional
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 21/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.059/2019-RIO DO MOURA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°171/2020/SEREM - MS/GER - MS

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.367/2016-MTSUL CONSTRUCOES LTDA-OF. N°172/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.013/2017-TURISMO AVENTURA LTDA-OF. N°178/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.050/2017-MTSUL CONSTRUCOES LTDA-OF. N°174/2020/SEREM - MS/GER - MS
868.051/2017-MTSUL CONSTRUCOES LTDA-OF. N°173/2020/SEREM - MS/GER - MS
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
868.227/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA -Alvará N°1132/2018
868.137/2016-3A PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°6070/2017
868.314/2016-3A PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°6088/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
868.280/2015-3A PARTICIPAÇÕES S.A-AI N°2154/2020/GER - MS/SEREM - MS
868.137/2016-3A PARTICIPAÇÕES S.A-AI N°2121/2020/GER - MS/SEREM - MS
868.314/2016-3A PARTICIPAÇÕES S.A-AI N°2152/2020/GER - MS/SEREM - MS

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.090/2015-DEPOSITO DE AREIA CAMAPUA LTDA ME- Registro de Licença N° 30/2015 - Vencimento em 04/03/2030
Autoriza o aditamento de substância mineral(770)
868.035/2011-CALCÁRIO BELA VISTA LTDA-CALCÁRIO DOLOMÍTICO - Registro de Licença N° 9/2011-DNPM/MS, DOU de 26/04/2011

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
000.050/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°129/2020/SEFAM - MS/GER - MS
000.051/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°130/2020/SEFAM - MS/GER - MS
000.052/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°131/2020/SEFAM - MS/GER - MS
000.053/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°132/2020/SEFAM - MS/GER - MS
000.054/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°134/2020/SEFAM - MS/GER - MS

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 24/2020

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
886.041/2005-FONTE SERRA DO DIVISOR LTDA- AI N° 2108,2109/2020

Fase de Lavra Garimpeira
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
886.520/1998-GILMAR CEZAR TOLOTTI- AI N°2262/2020

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
886.004/2014-LORENA MINERACAO, TRANSPORTE E CONSTRUCAO LTDA ME-OF. N°56/2020/SEFAM/GER - RO/AC
886.071/2014-E. GASPARIN ME-OF. N°53/2020/SEFAM/GER - RO/AC
886.082/2014-MADEFLONA INDUSTRIAL MADEIREIRA LTDA-OF. N°58/2020/SEFAM/GER - RO/AC
886.108/2014-ARTHUR FROZONI-OF. N°51/2020/SEFAM - RO/GER - RO
886.253/2014-GOEBEL E GONÇALVES LTDA-OF. N°55/2020/SEFAM/GER- RO/AC
886.270/2014-LEANDRO BRASILEIRO DE QUEIROZ-OF. N°63/2020/SEFAM - GER - RO/AC
886.305/2014-AREAL SÃO LUCAS LTDA ME-OF. N°60/2020/SEFAM - GER -RO/AC
886.312/2014-M C G CERÂMICA LTDA ME-OF. N°54/2020/SEFAM/GER- RO/AC
886.338/2014-LUIZ CARLOS DE SOUSA CAVAGNA-OF. N°59/2020/SEFAM/GER-RO/AC
886.378/2014-ADINN CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA-OF. N°64/2020/SEFAM/GER - RO/AC
886.389/2014-ECONSTRAN EMPRESA DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA.-OF. N°62/2020/SEFAM / GER - RO/AC
886.390/2014-JOSIAS JORGE AMANCIO-OF. N°57/2020/SEFAM/GER - RO/AC
886.443/2014-ITAMAR CESAR ROVER-OF. N°52/2020/SEFAM/GER - RO/AC
886.485/2014-NAVEGAÇÃO ANA CAROLINA-OF. N°61/2020/SEFAM/GER - RO/AC

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 10/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.197/2019-LUIZ PATROCINIO DA SILVA
864.006/2020-GRANTO LTDA ME
864.025/2020-ALDECIR SANTOS DE OLIVEIRA FILHO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.165/2019-LEYBER AQUINO LIMA-OF. N°7/2020/CAREAS - TO/SEREM - TO/GER - TO
864.193/2019-DIVINO DOS REIS COIMBRA-OF. N°6/2020/CAREAS - TO/SEREM - TO/GER - TO
864.230/2019-TOCANTINS CALCARIO LTDA ME-OF. N°4/2020/CAREAS - TO/SEREM - TO/GER - TO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.100/2010-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.
864.116/2011-MOLDAR ENGENHARIA LTDA
864.201/2019-SELEONE CARLOS DE MOURA JUNIOR
864.206/2019-SELEONE CARLOS DE MOURA JUNIOR

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
864.161/2015-NORBERTO GUIMARÃES NETO- Alvará n°5975/2017 - Cessionario:864.236/2019-V . G. C ezar & Filha Ltda- CPF ou CNPJ 26.889.121/0001-20
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
864.528/2011-GENIVAL SERVULO DA COSTA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.209/2017-ORE MN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°17/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.101/2018-MINERAX MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA.-OF. N°16/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.050/2019-SIDERAL DO BRASIL MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°32/2020/SEFAM - TO/GER - TO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.189/2018-MÁRCIO NAVES GOBBI- Cessionário:Land Gold Mineração Ltda-CPF ou CNPJ 07.819.574/0001-35- Alvará n°159/2019
864.190/2018-MÁRCIO NAVES GOBBI- Cessionário:Land Gold Mineração Ltda-CPF ou CNPJ 07.819.574/0001-35- Alvará n°160/2019
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
864.772/2011-FREIRE & SILVA LTDA.
864.147/2018-M. A. RIBEIRO DE MIRANDA CIEL MINERAÇÃO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.244/2016-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA -Alvará N°804/2018
864.015/2017-KENEDY JOSE URZEDO DE QUEIROZ -Alvará N°1021/2018
864.017/2017-KENEDY JOSE URZEDO DE QUEIROZ -Alvará N°3297/2017
864.159/2017-MARCO CÉSAR CEBALLOS BONATTO -Alvará N°3101/2018
864.223/2017-POSTO NERÓPOLIS LTDA -Alvará N°2588/2018
864.224/2017-POSTO NERÓPOLIS LTDA -Alvará N°2589/2018
864.315/2018-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°2117/2019
864.063/2019-MINERADORA PRP EIRELI -Alvará N°4311/2019
864.137/2019-LAURO ANDRADE ASSUNÇÃO -Alvará N°7354/2019
864.139/2019-LAURO ANDRADE ASSUNÇÃO -Alvará N°7356/2019
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.722/2011-AGRO MONA LTDA.
864.325/2016-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
864.191/2011-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LIMITADA-ALVARÁ N°10.343/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
864.394/2007-M & J MINERACAO, PISCICULTURA E REFLORESTAMENTO - EIRELI-OF. N°12/2019/SEREM - TO/GER - TO-60 (SESSENTA) dias

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
864.113/2003-ITAFOS ARRAIAS MINERAÇÃO E FERTILIZANTES S.A.- AI N° 09/2019/GR-ANM/TO; 10/2019/GR-ANM/TO; 11/2019/GR-ANM/TO; 48/2019/GR-ANM/TO; 49/2019/GR-ANM/TO;

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.004/1996-NICANOR PINHEIRO DA SILVA FI-OF. N°8/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.080/2010-NOVA ERA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°7/2020/SEFAM - TO/GER - TO
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
864.584/2010-R. MENDES DA CRUZ- Registro de Licença N° 21/2011 - Vencimento em 18/12/2029

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.418/2014-PAULETTE APARECIDO DE CARVALHO-OF. N°10/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.186/2015-MB EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°12/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.090/2016-WEVERTON PAIXÃO ARAUJO SILVA-OF. N°14/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.032/2017-ANTONIO PIRES NETO-OF. N°36/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.062/2018-A R NETO NONATO ME-OF. N°38/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.020/2019-LUZIANO BORGES PEREIRA-OF. N°35/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.097/2019-JOSÉ CARLOS PEDREIRA FILHO-OF. N°4/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.104/2019-FABIANA ARANTES BEZERRA BARBOSA-OF. N°18/2020/SEFAM - TO/GER - TO
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
864.293/2015-FERNANDO ALVES ROSA
864.036/2017-TEOFILO CARLOS DE SOUSA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
864.232/2019-DIVINA SANTOS PARANAHYBA

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 11/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.205/2019-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA-OF. N°9/2020/SEREM - TO/GER - TO

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.231/2017-ENGEMID CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°42/2020/SEFAM - TO/GER - TO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.397/2014-FERMAC2010 MINERAÇAO LIMITADA- Área de 120,29 para 49,26-Cálcario-Natividade/TO

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
864.113/2003-ITAFOS ARRAIAS MINERAÇÃO E FERTILIZANTES S.A.- AI Nº 000.641/2017-DNPM/TO; 000.946/2017-DNPM/TO; 001.226/2017-DNPM/TO; 001.425/2017-DNPM/TO; 001.584/2017-DNPM/TO; 001.721/2017-DNPM/TO; 001.837/2017-DNPM/TO; 000.361/2018-DNPM/TO; 000.362/2018-DNPM/TO; 000.732/2018-DNPM/TO

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
864.085/2016-PEDREIRA 2000 LTDA- Registro de Licença N° 09/2017 - Vencimento em 30/09/2021
864.043/2017-MINERAÇÃO BELO MONTE LTDA- Registro de Licença N° 30/2018 - Vencimento em 16/01/2021
864.225/2017-A G DOS SANTOS- Registro de Licença N° 21/2018 - Vencimento em 04/02/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.055/2016-CARLOS LUIZ ZORZI-OF. N°11/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.166/2018-RICARDO DE ALMEIDA-OF. N°40/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.181/2018-ENEAS CURCINO DA SILVA-OF. N°41/2020/SEFAM - TO/GER - TO
864.306/2018-DAGUIMAR FERREIRA DE SOUSA-OF. N°39/2020/SEFAM - TO/GER - TO

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 12/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.073/2015-JOÃO TELES DE MENEZES-Registro de Licença N° 24/2020 - Vencimento em 06/06/2021

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO V NO ESTADO DE RORAIMA

DESPACHO
Relação nº 5/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
884.051/2018-TANCREDO DA SILVA SANTOS- Cessionário:T. DA SILVA SANTOS- CPF ou CNPJ 36572723000102- Alvará n°1.695/2019

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
884.093/2008-TRANSMACON MATERIAS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME-OF. N°14/2020
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
884.006/2009-L KOTINSCKI ME- Registro de Licença N° 73/2009 - Vencimento em 17/10/2023
884.128/2015-RS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP- Registro de Licença N° 165/2015 - Vencimento em 16/02/2024

EUTIQUIA LUCIA DO VALE RAMOS
Gerente
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 170, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista os documentos que constam do processos ANP nº 48610.200461/2020-81, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Cattalini Terminais Maritmos S.A. , cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 75.633.560/0001-82, autorizada a operar um Terminal Aquaviário para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classe I a III (Norma ABNT NBR 17.505), denominado Centro de Tancagem IV (CT-4) localizado no Porto de Paranaguá, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná; composto pelas seguintes instalações:

a) 36 (trinta e seis) tanques de aço carbono.

Bacia	Número do Tanque	Tipo de Tanque	Tipo de Teto	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume Nominal (m^3)	Classe de Produtos
1	TQ-501	vertical	fixo	13,36	14,90	2.088,77	Classes I a III
1	TQ-502	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-503	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-504	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-505	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-506	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-507	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-508	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-509	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-510	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-511	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-512	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-513	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-514	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-515	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-516	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-517	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-518	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
1	TQ-519	vertical	fixo	21,00	22,10	7.654,59	Classe I a III
2	TQ-520	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-521	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-522	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-523	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-524	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-525	vertical	fixo	21,00	22,10	7600,00	Classe I a III
2	TQ-526	vertical	fixo	21,00	22,10	7600,00	Classe I a III
2	TQ-527	vertical	fixo	19,10	22,10	6300,00	Classe I a III
2	TQ-528	vertical	fixo	13,37	17,30	2400,00	Classe I a III
2	TQ-529	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-530	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-531	vertical	fixo	13,37	17,30	2400,00	Classe I a III
2	TQ-532	vertical	fixo	17,19	19,70	4570,00	Classe I a III
2	TQ-533	vertical	fixo	21,00	22,10	7600,00	Classe I a III
2	TQ-534	vertical	fixo	21,00	22,10	7600,00	Classe I a III
2	TQ-535	vertical	fixo	21,00	22,10	7600,00	Classe I a III
2	TQ-536	vertical	fixo	21,00	22,10	7600,00	Classe I a III

b) (6) dutos entre o CT-3 e o CT-4:

Identificação ("Tag")	Origem	Destino	Material	Diâmetro (polegadas)	Extensão (km)	Pressão Máxima (kgf/cm^2)	Vazão Máxima (m^3/h)
DT3401	CT-4	CT-3	aço inox 304-L	12	0,45	10	700
DT3402	CT-4	CT-3	aço inox 304-L	10	0,45	10	600
DT3403	CT-4	CT-3	aço inox 304-L	10	0,45	10	600

DT3404	CT-4	CT-3	aço inox 304-L	10	0,45	10	600
DT3405	CT-4	CT3	aço inox 304-L SCH10S 150 LB	12	0,21	10	800
DT3406	CT-4	CT3	aço inox 304-L SCH10S 150 LB	12	0,21	10	800

c) 1 (uma) plataforma rodoviária com 8 (oito) baias para carga / descarga de caminhões-tanque.
Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.
Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 579, de 10 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2018.
Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 164, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta no processo nº 48610.213707/2019-41, autoriza a filial da empresa DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 41.080.722/0004-23, a exercer a atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos. Fica revogada a Autorização ANP n.º 525 de 08/06/2015.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 165, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo nº 48610.203733/2020-02, autoriza a empresa FÓRMULA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A - CNPJ 05.416.453/0001-17, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Ficam revogadas as autorizações ANP 375 de 26/07/2016 e 376 de 26/07/2016.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 166, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo n.º 48610.201908/2020-39, autoriza a empresa INGERSOLL-RAND INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO, AR COMPRIMIDO E REFRIGERACAO LTDA , CNPJ n.º 01.610.517/0001-65, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP n.º 18/2012.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 167, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo nº 48610.222569/2019-91, autoriza a empresa GUINDASTES BRASIL OLEO E GAS LTDA- CNPJ 02.355.017/0001-97, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Revogam-se as autorizaçoes ANP 820/2017 e 852/2017.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 168, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo n.º 48610.218768/2019-02, autoriza a empresa TAG DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS SA, CNPJ n.º 09.565.834/0001-19, a exercer a atividade de Pessoa Jurídica de Distribuidor de Combustiveis Líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 169, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.202545/2020-59, autoriza a empresa SERTRADING (BR) LTDA, CNPJ n.º 04.626.426/0001-06, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP n.º 350 de 03/07/2017.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 271, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso III, parágrafo I, do Art. 18, da Resolução ANP n.º 777/2019, e no que consta do processo n.º 48610.203228/2020-50, torna público o cancelamento da Autorização ANP n.º 301 de 2017 a pedido da interessada, IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS , inscrita no CNPJ sob o n.º 61.142.550/0001-30.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 272, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/BA0198516	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS WENCESLAU LTDA	34.517.918/0001-24	48610.000332/2020-94
PR/SP0198548	AUTO POSTO DUNGA DE PRESIDENTE EPITACIO LTDA	36.245.780/0001-87	48610.001577/2020-39
PR/PB0198513	AUTO POSTO GLOBAL REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	06.137.380/0002-78	48610.001513/2020-38
PR/MG0198511	AUTO POSTO ORNELAS LTDA	33.722.643/0001-06	48610.001255/2020-90
PR/RS0198568	COMERCIAL BUFFON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LIMITADA	93.489.243/0092-53	48610.001338/2020-89
PR/PI0198549	ISADORA KALINE DE SOUSA SANTOS EIRELI	32.489.329/0011-26	48610.001414/2020-56
PR/BA0198510	JOAO BATISTA CORDEIRO DE DOM BASILIO	03.880.256/0002-00	48610.001626/2020-33
PR/PR0198528	PANDA AUTO POSTO LTDA	03.222.765/0001-64	48610.001647/2020-59
PR/MG0198512	PAO COM LINGUICA MM AUTO POSTO LTDA	25.021.139/0001-42	48610.001028/2020-64

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

PR/SP0198550	POSTO CANOVAS MERCADAO LTDA	35.462.143/0001-08	48610.001570/2020-17
PR/RN0198514	REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS POTENGI LTDA	23.423.005/0003-94	48610.001641/2020-81
PR/RS0198508	SUDBRACK LEONHARDT SUPERMERCADOS LTDA	08.407.768/0010-87	48610.001327/2020-07
PR/RR0198515	THOME & MESQUITA LTDA	34.811.901/0001-85	48610.001642/2020-26

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 273, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPAC0353864	A. COSTA RODRIGUES - EIRELI	09.125.540/0001-76	48610.001283/2020-15
GLPAM0353781	A D COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	13.178.013/0006-01	48610.000570/2020-08
GLPAM0353842	A D COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	13.178.013/0007-92	48610.001244/2020-18
GLPPR0353754	ALDEMIR CORREIA COMERCIO DE GAS	14.199.478/0001-05	48610.001107/2020-75
GLPRS0353771	ANA PAULA MACHADO RODRIGUES	34.178.224/0001-00	48610.008027/2019-15
GLPRO0353777	AUTO POSTO ELDORADO LTDA	09.263.023/0001-63	48610.001275/2020-61
GLPSP0353756	AUTO POSTO ELMAZ LTDA	28.575.588/0001-20	48610.001585/2020-85
GLPSP0353787	AUTO POSTO NATO VETORAZZO LTDA	24.300.750/0001-47	48610.000386/2020-50
GLPSC0353775	AUTO POSTO NOVO E SERVICOS LTDA	33.793.447/0001-14	48610.006406/2019-62
GLPRJ0353873	C. H. P DE SOUZA - COMERCIO VAREJISTA DE GAS	20.966.622/0001-86	48610.000506/2020-19
GLPPE0353750	C M N DA SILVA GAS	36.242.887/0001-71	48610.001583/2020-96
GLPSP0353817	CESAR EDUARDO DOMINGUES EIRELI	27.884.236/0002-75	48610.001235/2020-19
GLPGO0353815	COMERCIAL DE GAS LINDA CHAMA LTDA	00.792.028/0009-66	48610.001636/2020-79
GLPPR0353785	CONRAD COMBUSTIVEIS LTDA	05.339.319/0001-60	48610.001334/2020-09
GLPPI0353764	DANYLO MACEDO DOS SANTOS SOUSA EIRELI	34.970.804/0001-35	48610.001588/2020-19
GLPSP0353857	DEPOSITO DE BEBIDAS ALASKA LTDA	97.521.579/0001-70	48610.001008/2020-93
GLPPR0353868	E C DE OLIVEIRA COMERCIO DE GAS	35.608.688/0001-71	48610.001305/2020-39
GLPSP0353801	EDSON OIA	71.888.259/0001-69	48610.001612/2020-10
GLPPI0353871	ELDER K LACERDA SILVA	35.794.428/0001-38	48610.001287/2020-95
GLPGO0353740	ELIAS NARCIZO FERREIRA	35.788.820/0001-74	48610.001563/2020-15
GLPAL0353762	FABIO JOSE DOS SANTOS SILVA COMERCIAL EIRELI	32.479.758/0001-40	48610.001592/2020-87
GLPRS0353807	FABIO REIS & CIA LTDA	35.013.718/0001-05	48610.001631/2020-46
GLPSP0353752	F.C. DA SILVEIRA GAS E AGUA	35.933.764/0001-14	48610.000892/2020-49
GLPAC0353791	FIGUEREDO & CIA LTDA	14.276.935/0001-00	48610.000943/2020-32
GLPMG0353742	FRANCISCA SONIA DE FIGUEIREDO NEVES	02.565.433/0005-43	48610.001562/2020-71
GLPSP0353793	FRANCISCO JOSE DE ASSIS NETO - COMERCIO DE GAS	26.920.592/0001-53	48610.009185/2019-84
GLPPA0353851	G M DE S DUARTE LEO GAS EIRELI	36.500.154/0001-90	48610.001697/2020-36
GLPSP0353882	GERSON ANTONIO FERREIRA LOPES	35.189.116/0001-03	48610.000483/2020-42
GLPBA0353748	GRAPIUNA TOP GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA.	27.875.370/0002-00	48610.001581/2020-05
GLPPB0353866	HELIENE SAYONARA LIMA DO NASCIMENTO EIRELI	33.377.442/0001-00	48610.001286/2020-41
GLPPR0353803	IVONE F PELLEGRINI ALIEVI - MERCADO	35.351.440/0001-78	48610.001617/2020-42
GLPBA0353811	J J SANTOS GAS LTDA	33.040.853/0002-97	48610.001231/2020-31
GLPMT0353846	JACKSON LUCENA BONILHA	22.341.439/0002-00	48610.009233/2019-34
GLPTO0353805	JEFFERSON LOPES DOS SANTOS	36.333.168/0001-66	48610.001628/2020-22
GLPGO0353809	KAYKY DANTAS DISTRIBUIDORA EIRELI	32.670.413/0001-70	48610.001632/2020-91
GLPRS0353795	KOHL COMERCIO DE GAS LTDA	34.718.584/0001-57	48610.001605/2020-18
GLPSP0353783	L B PALMIERI	21.171.049/0001-87	48610.000848/2020-39
GLPPA0353716	L M S PIMENTEL EIRELI	23.656.982/0001-70	48610.001576/2020-94
GLPPR0353789	LEANDRO ALVES MACHADO DISTRIBUIDORA DE GAS	23.616.271/0001-71	48610.007887/2019-23
GLPMG0353773	L.E.L. GAS LTDA	34.682.374/0001-56	48610.000346/2020-16
GLPES0353853	LUZGAS LTDA	19.994.988/0001-80	48610.001701/2020-66
GLPMG0353746	MAFRE SUPERMERCADOS EIRELI	34.009.731/0001-10	48610.000682/2020-51
GLPMT0353760	MAILDES F DA SILVA	32.976.631/0016-13	48610.001591/2020-32
GLPMG0353799	MARCELO DOS REIS MENEZES - MENEZES GAS	36.233.125/0001-09	48610.001611/2020-75
GLPMG0353769	MARCOS MATEUS CAVALCANTE DE PAULA - DISTRIBUIDORA	31.956.207/0001-68	48610.007209/2019-61
GLPMG0353859	MARCOS VINICIUS DE SOUSA SILVA-CPF079.147.816-57	35.492.049/0001-93	48610.001280/2020-73
GLPAC0353819	MERCEARIA MEDEIROS EIRELI	34.153.348/0001-30	48610.001243/2020-65
GLPBA0353711	N. ROCHA SANTOS DE PAULA EIRELI	35.314.684/0001-80	48610.001565/2020-12
GLPPR0353744	OCEANO PARKING 2 LTDA	17.467.480/0001-06	48610.001538/2020-31
GLPPA0353876	PARAGOMINAS GAS EIRELI	05.857.966/0014-88	48610.001085/2020-43
GLPRO0353861	PORTO GAS COMERCIO DE BEBIDAS E SERVICOS DE INSTALACOES INDUSTRIAIS EIRELI	33.710.479/0001-09	48610.001281/2020-18
GLPBA0353779	POSTO DE COMBUSTIVEIS COSTA BASTOS EIRELI	35.828.173/0001-87	48610.001340/2020-58
GLPMS0353855	RUTH ROMERO GOTIRFE	35.750.459/0001-97	48610.001190/2020-82
GLPBA0353813	SENNA COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI	28.932.894/0001-77	48610.001233/2020-20
GLPSP0353797	SIL COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS EIRELI	34.786.700/0001-75	48610.001610/2020-21
GLPPR0353848	SILVANO JOEL MATHOZO DA SILVA FARIAS MOURAO	34.338.230/0001-87	48610.001693/2020-58
GLPSP0353766	TAVARES & TAVARES COMERCIO DE GLP SJCAMPOS LTDA	02.270.988/0001-34	48610.000462/2020-27
GLPMG0353714	VANTUIL BATISTA RAMOS JUNIOR	35.885.277/0001-23	48610.001564/2020-60
GLPMT0353844	VERA COMERCIO DE GAS EIRELI	30.749.169/0001-00	48610.001246/2020-07
GLPSP0353758	WELLINGTON CHRISTIAN DA CRUZ	35.790.186/0001-04	48610.001590/2020-98

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 369, de 19 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 36, de 20 de fevereiro de 2020, Seção 1, página 101, onde se lê: "...Despacho do Ministro nº 369, de 19 de fevereiro de 2020..." leia-se: "...Despacho do Ministro nº 235, de 19 de fevereiro de 2020...".

Na Portaria nº 525, de 5 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 48, de 11 de março de 2020, Seção 1, página 50, onde se lê: "...Despacho do Ministro nº 525, de 5 de março de 2020..." leia-se: "...Despacho do Ministro nº 352, de 5 de março de 2020...".

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Aprova o Relatório da Missão Emergencial a Alter do Chão, no Estado do Pará, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos art. 4º e art. 8º, §3º, da Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e dando cumprimento à deliberação tomada, de forma unânime, em sua 55ª Reunião Plenária, realizada nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório da Missão Emergencial a Missão Emergencial a Alter do Chão, no Estado do Pará, ocorrida em dezembro de 2019, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

Art. 2º Expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, fixando prazo razoável para o seu atendimento ou para justificar a impossibilidade de fazê-lo, conforme consta do Relatório aprovado.

Art. 3º Publicizar o referido Relatório, na íntegra, no site do CNDH.

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Opina pela rejeição da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4°, inciso IX, que lhe confere competência para opinar sobre atos normativos, administrativos e legislativos de interesse da política nacional de direitos humanos e elaborar propostas legislativas e atos normativos relacionados com matéria de sua competência, e dando cumprimento à deliberação tomada, por maioria, em sua 56ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de março de 2020:

CONSIDERANDO que a Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019 altera significativamente a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, além de alterações na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos;

CONSIDERANDO a improcedência da justificativa do Governo Federal de "simplificar e modernizar" o processo de regularização fundiária através de mais uma Medida Provisória, sem considerar a presença dos requisitos constitucionais, em especial a urgência, dado ao histórico problema fundiário no Brasil que remonta ao período colonial;

CONSIDERANDO que o processo de regularização fundiária no Brasil já havia sofrido alterações recentes pela Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, fruto da Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que desde a Lei 11.952/09 a matéria tem sido razão de diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI 4269, ADI 5771 e ADI 5778) por ferir matéria constitucional, sendo que as duas últimas sequer foram a julgamento no Supremo Tribunal Federal - STF;

CONSIDERANDO que a Medida Provisória nº 910/19, amplia o escopo espacial da aplicação da Lei para áreas públicas de todo o território nacional, incluindo para além da Amazônia Legal, biomas tão importantes como o Cerrado e o Pantanal, e áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

CONSIDERANDO que o marco temporal para regularização fundiária é aumentado de dezembro de 2004 para maio de 2014 - nos casos de pagamento à vista, até dezembro de 2019 - , o que declaradamente é um incentivo a continuidade de grilagem de terras públicas no Brasil, novas ocupações de terras públicas e desmatamentos ilegais em terras públicas;

CONSIDERANDO que a Medida Provisória amplia as dimensões de áreas regularizáveis de 4 (quatro) para 15 (quinze) módulos fiscais, por meio de autodeclaração, com dispensa de vistoria prévia e de assinaturas dos confrontantes, o que beneficia médios e grandes proprietários em detrimento dos agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, piorando as condições de desigualdade;

CONSIDERANDO que a proposta da Medida Provisória de regularização fundiária por meio de autodeclaração sem vistoria prévia, não garante confiabilidade dos dados informados pelos pleiteantes, aumenta a sobreposição de áreas, eleva a especulação imobiliária, estimula a grilagem de terras, a prática de crimes ambientais e de trabalho em condições análogas ao de escravo, resultando no aumento da violência no campo;

CONSIDERANDO a inexistência de dados sistematizados, de georreferenciamento das terras públicas, com real estimativa da quantidade de imóveis, sua distribuição e perfil, bem como ausência de tecnologia e sistema aprimorado necessários ao processo de regularização fundiária;

CONSIDERANDO a ausência de verificação do impacto da regularização fundiária em políticas como a reforma agrária, demarcação e titulação de áreas indígenas e quilombolas, reconhecimento de direitos territoriais de outros povos e comunidades tradicionais e criação de unidades de conservação;

CONSIDERANDO que uma legal e justa regularização fundiária, que garanta segurança jurídica amparada pela Constituição Federal de 1988, precede de respeito aos direitos de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, de proteção ao meio ambiente e do efetivo cumprimento da função social da propriedade;

O CNDH OPINA AO CONGRESSO NACIONAL

Pela rejeição da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas em todo território nacional.

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Aprova o Relatório da Missão a Curitiba, no Estado do Paraná, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos art. 4º e art. 8º, §3º, da Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e dando cumprimento à deliberação tomada, de forma unânime, em sua 56ª Reunião Plenária, realizada nos dias 11 e 12 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório da Missão do CNDH a Curitiba: Violações dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, ocorrida em outubro de 2019, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

Art. 2º Expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, fixando o prazo de 20 (vinte) dias corridos para o seu atendimento ou para justificar a impossibilidade de fazê-lo, conforme consta do Relatório aprovado.

Art. 3º Publicizar o referido Relatório, na íntegra, no site do CNDH.

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 12 DE MARÇO DE 2020

Recomenda a aprovação da PEC 309/2013, que "altera o § 8º do Art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar" e sua aprovação.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4°, inciso IV, que lhe confere competência para expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, e dando cumprimento à deliberação tomada por maioria em sua 56ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de Março de 2020:

CONSIDERANDO a finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos do CNDH, mediante ações preventivas, protetoras, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos e a proteção aos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal, nos tratados internacionais celebrados pela República Federava do Brasil;

CONSIDERANDO que a Seguridade Social é um dos direitos humanos consolidado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu Artigo 25;

CONSIDERANDO que o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu Artigo 9° prevê o reconhecimento do direito de toda pessoa à previdência social e garante a progressividade dos direitos econômicos e sociais;

CONSIDERANDO o Protocolo de São Salvador em seu Artigo 9°, que igualmente faz referência ao direito à previdência social;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, denominou a categoria de trabalhadores referenciada no §8º do Art. 195 da Constituição Federal como segurado especial. Ademais, em seu Art. 30, atribuiu a responsabilidade de recolhimento da referida contribuição ao adquirente da produção. Por sua vez, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, em seu Art. 39, garantiu ao segurado especial o direito à aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor um salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, sem necessidade de comprovar o efetivo recolhimento da contribuição. A isenção da comprovação da contribuição foi adotada, entre outras razões, pelo fato desses trabalhadores não serem os responsáveis pelo recolhimento, mas sim o adquirente da produção.

CONSIDERANDO que de acordo com o Censo de 2010, apenas 38,6% dos catadores e catadoras de recicláveis apresentam alguma relação contratual de trabalho, seja por meio da Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço, seja pelo Regime Único do Funcionalismo Público. Portanto, quase dois em cada três catadores trabalham na informalidade no Brasil;

CONSIDERANDO que na PNAD 2012, a média nacional de contribuição previdenciária entre os catadores foi de 15,4%, sendo a região Sul com o maior percentual, 25,9%; e o menor percentual foi encontrado nas regiões Norte e Nordeste (7,5% e 6,2%, respectivamente);

CONSIDERANDO que a PEC reconhece os catadores e catadoras de materiais recicláveis como segurados especiais, os quais passariam a pagar 2,3% de contribuição para o INSS, além do direito de aposentadoria aos 60 anos para homens e 55 anos para mulheres;

CONSIDERANDO que o catador de material reciclável é um trabalhador de baixa renda e que não tem regularidade de rendimentos e promovem inclusão produtiva e preservação ambiental. A contribuição à seguridade social deve ocorrer nos termos do que preceitua o §8º do art. 195 da Constituição Federal, ou seja, sobre a comercialização da sua produção. Ademais, devem ter direito à aposentadoria por idade cinco anos antes, em face do desgaste e insalubridade da atividade do catador assemelhar-se ao enfrentado pelos trabalhadores rurais, que já são beneficiados com essa redução na idade, resolve:

RECOMENDAR AO CONGRESSO NACIONAL

A aprovação da PEC 309/2013, que "altera o § 8º do Art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar" e sua aprovação;

RECOMENDAR AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados da PEC 309/2013, que "altera o § 8º do Art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar";

RECOMENDAR AS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS

A orientação a sua bancada de deputadas e deputados para que aprovem a PEC 309/2013, que "altera o § 8º do Art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar".

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 12 DE MARÇO DE 2020

Recomenda a não aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Mais Brasil com as PECs 186, 187 e 188.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4°, inciso IV, que lhe confere competência para expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, e dando cumprimento à deliberação tomada por maioria em sua 56ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de Março de 2020:

CONSIDERANDO que a Constituição de 1988 estabelece na centralidade do Estado Brasileiro a missão de garantir a dignidade humana e os direitos humanos ao afirmar, em seu Capítulo II ("Dos Direitos Sociais"), art.6º, que "são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" e, em seu art. 7º, que "são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social";

CONSIDERANDO a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada na 9ª Conferência Internacional Americana, em Bogotá, no ano de 1948, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A III, de 10 de dezembro 1948, que reafirma um conjunto de direitos, dentre eles, os direitos à saúde e à educação;

CONSIDERANDO o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e sua dinâmica de progressividade dos direitos econômicos e sociais - o princípio de não regressividade de direitos -, presente claramente em seu art. 2º, que afirma: "Cada Estado

Parte do presente Pacto compromete-se a adotar medidas, tanto por esforço próprio como pela assistência e cooperação internacionais, principalmente nos planos econômico e técnico, até o máximo de seus recursos disponíveis, que visem a assegurar, progressivamente, por todos os meios apropriados, o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto (...)"; bem como seu art. 11: "Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria continua de suas condições de vida";

CONSIDERANDO o art. 1º do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais - o "Protocolo de San Salvador" -, que dispõe de forma clara o princípio de "progressividade" dos direitos econômicos e sociais, onde afirma: "Os Estados Partes neste Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos comprometem-se a adotar as medidas necessárias, tanto de ordem interna como por meio da cooperação entre os Estados, especialmente econômica e técnica, até o máximo dos recursos disponíveis e levando em conta seu grau de desenvolvimento, a fim de conseguir, progressivamente e de acordo com a legislação interna, a plena efetividade dos direitos reconhecidos neste Protocolo".

CONSIDERANDO que o Brasil faz parte do Sistema das Nações Unidas (ONU) e é signatário da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - incluindo seus 17 Objetivos e 169 metas para o Desenvolvimento Sustentável -, acordos internacionais assinados na sede das Nações Unidas em Nova Iorque entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, e que a referida agenda dispõe da idéia de progressividade dos direitos econômicos e sociais, ao afirmar em seus objetivos: "Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu Art. 212 define: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu Art. 196 define: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que o Ministério da Economia apresentou ao país, em novembro de 2019, as três Propostas de Emenda Constitucional (PEC), as PEC 186, PEC 187 e PEC 188, sobre a marca "Plano Brasil Mais", na qual, tem como eixo central a regressividade dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, do funcionalismo público;

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO Nº 07, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 do Conselho Nacional de Direitos Humanos que recomenda ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, a criação de Comitê Nacional de Emergência sobre os Impactos das Políticas de Austeridade e o Mecanismo Nacional de Proteção aos Direitos Humanos diante das Políticas Econômicas de Austeridade; e ao Presidente do IPEA, a realização de estudo sobre o impacto da política econômica de austeridade nos direitos humanos;

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO Nº 007, DE 24 DE JANEIRO DE 2020 aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, que recomenda aos Senadores da República e aos Deputados Federais que não aprovem as PECs 186, 187 e 188, por impactar diretamente na garantia constitucional ao atendimento e o direito a saúde para a população brasileira;

CONSIDERANDO que o país já passa por uma regressividade nas políticas públicas e na promoção dos direitos da população através da Emenda Constitucional nº 95/2016, que combina o teto de despesas primárias mediante o congelamento dos pagamentos nos níveis de 2016, com impactos objetivos, em 2017, 15% da receita corrente líquida de cada ano, a Saúde teria um orçamento de cerca de R$ 142,8 bilhões em 2019 - e não R$ 122,6 bilhões aplicados. Foram menos de R$ 20,19 bilhões nos recursos saúde da população.

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 2/2020/PFDC/PFDC, de 10 de fevereiro de 2020 da PFDC/MPF que trata do "Plano Mais Brasil": PECs 186/2019, 187/2019 e 188/2019 e sua inconstitucionalidade e incompatibilidade com tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário. Medidas que geram maior desigualdade e estão em desacordo com o pacto constitucional de 1988. Objetivo único de saneamento ou estabilização da dívida pública. Ausência de transparência e de informações sobre o endividamento público que impedem o exercício do controle social e judicial;

CONSIDERANDO que a PEC nº 187 trata da extinção de fundos públicos, cujos saldos financeiros e patrimônio serão realocados principalmente para o pagamento da dívida pública quando afirmam "o superávit financeiro das fontes de recursos de cada qual, apurados ao final de cada exercício, "será destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente", o país oficializa contra os direitos econômicos e sociais previstos na constituição e nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, que sua agenda é baseada na regressividade dos direitos econômicos e sociais do povo brasileiro;

CONSIDERANDO que a PEC 188, através da inclusão de um parágrafo único ao art. 6º da CR: "Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional", evidencia a intenção de desvinculação financeira dos recursos da saúde e da educação;

CONSIDERANDO que a PEC 188 revoga os artigos 46 a 60 da Lei 12.351/2010, na qual o Fundo Social do Pré-Sal destinaria 75% para a educação básica e 25% para a saúde de parte dos recursos financeiros pela exploração do petróleo e gás natural;

CONSIDERANDO que a PEC nº 186 altera, a atual regra de atualização do piso federal da saúde e educação, retirando o dispositivo que atualiza o valor pela variação do IPCA;, resolve

RECOMENDAR AO CONGRESSO NACIONAL

A não aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Mais Brasil com as PECs 186, 187 e 188.

A garantia do cumprimento de um conjunto de procedimentos comprometidos em garantir o debate público e democrático na sociedade brasileira, embasado em estudos, sobre as consequências na garantia dos direitos humanos.

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 12 DE MARÇO DE 2020

Recomenda que seja revogado o Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020 que muda significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que como consequência extinguiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o programa Trra Sol e outros programas que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4°, inciso IV, que lhe confere competência para expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, e dando cumprimento à deliberação tomada por maioria em sua 56ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de Março de 2020:

CONSIDERANDO o Art. 206 da Constituição Federal, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade;

CONSIDERANDO que a Lei 9.394/96 (LDB), Capítulo II "Da Educação Básica" Seção I "Das Disposições Gerais", em seu Art. 28 - Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural;

CONSIDERANDO que em 2013 foram publicadas as Diretrizes Nacionais da Educação Básica pelo Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Básica, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o Conselho Nacional da Educação e Câmara Nacional de Educação Básica que contém dois capítulos específicos sobre a Educação do Campo: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (266 a 285) e Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo (286 e 297);

CONSIDERANDO que o Censo Escolar 2019, divulgado pelo Ministério da Educação, publicado em 30 de dezembro de 2019, apontou que o campo teve queda de 145.233 matrículas na soma de todas as modalidades de ensino - foram 5.195.387 registros em 2018, contra 5.050.154 em 2019;

CONSIDERANDO que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/UERJ) publicou dados sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica que confirma que foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro entre 1997 e 2018, somando quase 4 mil escolas fechadas por ano, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj);

CONSIDERANDO que até 2018, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) havia atendido 167 mil alunos na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), e formado 5.300 alunos em cursos superiores e outros 9 mil no ensino médio tradicional (INCRA);

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO Nº 11/2019/PFDC/MPF que aponta a necessidade de continuidade e ampliação do PRONERA, bem como, recomenda que o INCRA "ADOTE as medidas administrativas necessárias para a realização de novos cursos no âmbito do PRONERA, a fim de permitir a continuidade da política de Estado legalmente prevista, inclusive aquelas medidas voltadas para a inclusão em peças legais pertinentes à execução orçamentária, notadamente Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual";

CONSIDERANDO que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA é uma política pública de Estado consolidada pela Lei n. 11.947/2009;

CONSIDERANDO os resultados apontados no Relatório Final da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária (II PNERA), elaborado conjuntamente por INCRA, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo (UNESP), concluiu que 164.894 educandos oriundos dos assentamentos de reforma agrária federal foram beneficiados por essa política no período de 1998 a 2011; resolve:

Recomendar ao Presidente da República:

A revogação do Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020;

Recomendar ao Congresso Nacional

A aprovação do PDL 64 de 2020 (Projeto de Decreto Legislativo) que susta o decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020.

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 514, DE 24 DE MARÇO DE 2020(*)

Qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Ceará e Município de Sobral.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), Título IV - Do Componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.476/GM/MS, de 17 de dezembro de 2019, que habilita Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados e Municípios; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Sobral (CE) na Proposta SAIPS nº 110158 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.037746/2020-51, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h (Opção V), no município descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, de acordo com o § 1º do art. 83 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Ceará e Município de Sobral.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Sobral, IBGE 231290, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2020.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR ANUAL R$
CE	231290	SOBRAL	7021437	MUNICIPAL	110158	V	82.02 - QUALIFICAÇÃO UPA 24h NOVA - OPÇÃO V	1.500.000,00

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 58, de 25 de março de 2020, Seção 1, página 85, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 519, DE 24 DE MARÇO DE 2019

Homologa adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) ao Programa Saúde na Hora para o formato de funcionamento de 60 (sessenta) horas semanais Simplificado.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras Providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Primária à Saúde;

Considerando a Portaria nº 634, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o cadastramento de equipes em estabelecimentos que aderiram ao Programa Saúde na Hora no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 397/GM/MS, de 16 de março de 2020, que altera as Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, nº 5/GM/MS de 28 de setembro de 2017, e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa Saúde na Hora, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica; e

Considerando o fluxo de adesão estabelecido pela Portaria nº 397/GM/MS, de 16 de março de 2020, para o Programa Saúde na Hora e os requisitos para início da início da transferência dos incentivos financeiros mensais do Programa, resolve:

Art. 1º Ficam homologadas a adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) ao Programa Saúde na Hora para o formato de funcionamento de 60 (sessenta) horas semanais Simplificado, dos Municípios descritos no Anexo a esta Portaria, estando estes aptos a receberem os incentivos de custeio e implantação conforme estabelecido na Portaria que dispõe sobre o Programa.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no Plano Orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM ADESÃO AO PROGRAMA SAÚDE NA HORA HOMOLOGADAS PARA O FORMATO DE FUNCIONAMENTO DE 60 (SESSENTA) HORAS SEMANAIS SIMPLIFICADO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	FORMATO DE FUNCIONAMENTO	CÓDIGO
AM	130340	PARINTINS	2016877	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AM	130340	PARINTINS	3518876	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AM	130340	PARINTINS	7768486	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AM	130340	PARINTINS	2016826	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AM	130340	PARINTINS	7768478	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AM	130340	PARINTINS	6366538	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AP	160060	SANTANA	2020823	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AP	160060	SANTANA	6049478	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
AP	160060	SANTANA	2021013	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
GO	521971	SANTO ANTÔNIO DA BARRA	2383195	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	7247451	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	2310600	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	2390485	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
MA	211400	ZÉ DOCA	2465604	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
MA	211400	ZÉ DOCA	2465574	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
MA	211400	ZÉ DOCA	6902537	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
MG	317090	VARZELÂNDIA	2183072	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
PE	261480	TACARATU	2353318	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
PI	220070	ANÍSIO DE ABREU	2368722	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
PI	220250	CARACOL	7911351	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
PI	220250	CARACOL	2366711	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
PI	220345	DOM INOCÊNCIO	2369214	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	352440	JACAREÍ	2084988	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	352440	JACAREÍ	2086530	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	352440	JACAREÍ	2086522	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2064421	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2070480	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2050226	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2040476	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2040166	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
SP	354970	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	2076330	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
TO	171620	PARANÃ	2469154	USF ou UBS 60 horas Simplificado	09.19
TOTAL 9 UF	14 MUNICÍPIOS		32 USF OU UBS 60 horas Simplificado		

PORTARIA Nº 525, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Habilita Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências de Recife (Metropolitano), e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Pernambuco e Município de Glória do Goitá.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 309/GM/MS, de 3 de março de 2004, que estabelece recursos no montante de R$ 2.688.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais) a serem incorporados ao limite financeiro anual da assistência ambulatorial e hospitalar (média e alta complexidade) do Estado de Pernambuco e Município de Recife (PE), habilitado em Gestão Plena do Sistema Municipal, para o custeio do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências;

Considerando o Título II - Do Componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Glória do Goitá (PE) na Proposta SAIPS nº 109554 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.014800/2014-42, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências de Recife (Metropolitano), no Município descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil quinhentos reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Pernambuco e Município de Glória do Goitá.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Glória do Goitá, IBGE 260610, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2020.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	DESCRIÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR ANUAL
PE	260610	GLÓRIA DO GOITÁ	7369751	MUNICIPAL	109554	USB	NÃO	82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB SAMU 192	R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 526, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros referentes às Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 941/GM/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento de estabelecimentos no SCNES, relacionado as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo I a esta Portaria a receberem o incentivo de custeio referente às Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF), com periodicidade de transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Art. 2º Estabelece que a UBSF atende às regras instituídas na seção III, do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que redefine o arranjo organizacional das UBSF e ESFR dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense, com necessidade de embarcações de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e a possibilidade de acréscimo de profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada.

Art. 3º Para a UBSF descrita no Anexo I a esta Portaria ficam estabelecidos incentivos financeiros, de acordo a redefinição do arranjo organizacional das UBSF, referentes aos componentes:

I - As embarcações de pequeno porte, listadas no Anexo II;

II - As unidades de apoio, listadas no Anexo II; e

III - Profissionais acrescidos à composição mínima das UBSF, listados no Anexo III.

Parágrafo único. O repasse dos incentivos financeiros dispostos nos incisos do artigo 3º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os a respectiva UBSF.

Art. 4º O repasse do custeio a Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) dependerá do cadastro da Equipe de Saúde da Família Fluvial (ESFF) no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculada ao CNES da UBSF.

Art. 5º As UBSF listadas nesta Portaria devem se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na seção III e IV do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção dos repasses dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 6º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

MUNICÍPIO COM CREDENCIADO DE UBSF

UF	IBGE	Município	UBSF	Com Consultório Odontológico
AM	1303007	Nhamundá	1	1
PA	150680	Santarem	1	1
AM	1303957	São Sebastião do Uatumã	1	1

ANEXO II

EMBARCAÇÕES E UNIDADES DE APOIO DAS UBSF

UF	IBGE	Município	INE da UBSF/ESFF	Quantidade de Unidade de Apoio	Quantidade da Embarcação de pequeno porte
AM	1303007	Nhamundá	1680714	4	4
PA	150680	Santarem	1688731	4	1
AM	1303957	São Sebastião do Uatumã	14427	4	4

ANEXO III

NÚMERO DE PROFISSIONAIS ACRESCIDOS À COMPOSIÇÃO MÍNIMA DA UBSF

UF	IBGE	Município	INE da UBSF/ESFF	Agente Comunitário de Saúde	Microscopista	Auxiliar ou Técnico (Enfermagem I)	Auxiliar ou Técnico (Saúde Bucal)	Profissional de nível superior
AM	1303007	Nhamundá	1680714	-	12	11	1	2
PA	150680	Santarem	1688731	-	-	2	-	2
AM	1303957	São Sebastião do Uatumã	14427	6	2	1	1	2

PORTARIA Nº 527, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Habilita o Município de Barra Mansa (RJ) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Título II, Seção IV da Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a necessidade de financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme o Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e Capítulo II, Seção V, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capítulo II, Seção V, art. 129, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previstos no art. 25, Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Barra Mansa (RJ) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, até o teto físico/financeiro constante do anexo a esta Portaria, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

Parágrafo único. Os recursos serão repassados mensalmente e baseados no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Capítulo II, Seção V, art. 130, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, Plano Orçamentário 000A.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Barra Mansa (RJ).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
RJ	Barra Mansa	CRIAAD Barra Mansa	Municipal	297	R$ 3.208,50	R$ 3.208,50

PORTARIA Nº 530, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Homologa adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) ao Programa Saúde na Hora para o formato de funcionamento de 60 (sessenta) horas semanais Simplificado

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras Providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Primária à Saúde;

Considerando a Portaria nº 634/SAS/MS, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o cadastramento de equipes em estabelecimentos que aderiram ao Programa Saúde na Hora no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 397/GM/MS, de 16 de março de 2020, que altera as Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa Saúde na Hora, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica; e

Considerando o fluxo de adesão estabelecido pela Portaria nº 397/GM/MS, de 16 de março de 2020, para o Programa Saúde na Hora e os requisitos para início da transferência dos incentivos financeiros mensais do Programa, resolve:

Art. 1º Fica homologada a adesão das Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) ao Programa Saúde na Hora para o formato de funcionamento de 60 (sessenta) horas semanais Simplificado, dos municípios descritos no anexo a esta Portaria, estando estes aptos a receberem os incentivos de custeio e implantação conforme estabelecido na Portaria que dispõe sobre o Programa.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no Plano Orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM ADESÃO AO PROGRAMA SAÚDE NA HORA HOMOLOGADAS PARA O FORMATO DE FUNCIONAMENTO DE 60 (SESSENTA) HORAS SEMANAIS SIMPLIFICADO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	FORMATO DE FUNCIONAMENTO
AL	270770	RIO LARGO	2720248	USF ou UBS 60 horas Simplificado
AM	130260	MANAUS	2011948	USF ou UBS 60 horas Simplificado
AM	130260	MANAUS	5388376	USF ou UBS 60 horas Simplificado
AM	130260	MANAUS	3809706	USF ou UBS 60 horas Simplificado
AM	130260	MANAUS	2013843	USF ou UBS 60 horas Simplificado
AM	130260	MANAUS	2017067	USF ou UBS 60 horas Simplificado
AM	130260	MANAUS	2014769	USF ou UBS 60 horas Simplificado
AM	130260	MANAUS	3809757	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MA	210300	CAXIAS	7926928	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MA	210300	CAXIAS	2453959	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MA	210300	CAXIAS	7926871	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MA	210330	CODÓ	2449811	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MA	210330	CODÓ	2449676	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	310170	ALMENARA	2120062	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	310170	ALMENARA	2120046	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	313130	IPATINGA	2193132	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	313130	IPATINGA	7428839	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	313130	IPATINGA	2193116	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	313130	IPATINGA	7689675	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	313130	IPATINGA	2193175	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	317010	UBERABA	6305628	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	317010	UBERABA	2164973	USF ou UBS 60 horas Simplificado
MG	317010	UBERABA	2164841	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PI	221135	VÁRZEA BRANCA	2366487	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	9361049	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	9361030	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736721	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736667	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	7045085	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	7045107	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736918	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736802	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736888	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736799	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736845	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736683	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	7833504	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736675	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	9590560	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736861	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2737000	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	2736896	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410480	CASCAVEL	7986017	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	9110402	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016845	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016764	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016802	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	2639378	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016799	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	2639572	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0017019	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016985	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016837	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0017329	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016667	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	3912698	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	3507815	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410690	CURITIBA	0016888	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	410750	ENGENHEIRO BELTRÃO	2731630	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	2587769	USF ou UBS 60 horas Simplificado
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	2588366	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RO	110013	MACHADINHO D'OESTE	2806533	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2239019	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	430510	CAXIAS DO SUL	6889190	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2239035	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	431160	LIBERATO SALZANO	2228041	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	431349	NOVO BARREIRO	2234653	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	431350	OSÓRIO	2224143	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	431350	OSÓRIO	2224240	USF ou UBS 60 horas Simplificado
RS	431477	PONTÃO	2245299	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SC	420190	AURORA	2377128	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SE	280290	ITABAIANA	2477777	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	350560	BARRINHA	2062240	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	2706040	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	7256353	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	2706075	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	2706091	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	3125882	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	352300	ITAPURA	2065428	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	354280	RIBEIRA	2052067	USF ou UBS 60 horas Simplificado
SP	355550	UBIRAJARA	2092964	USF ou UBS 60 horas Simplificado
TO	172080	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	2370506	USF ou UBS 60 horas Simplificado
TOTAL		26 MUNICÍPIOS	82 USF ou UBS 60 horas Simplificado	

PORTARIA Nº 535, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Renova a habilitação/qualificação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h e mantém os recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de São Paulo e Município de Campinas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 3.391/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016 , que habilita, qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, São José, Porte II Ampliada), e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de São Paulo e Município de Campinas (SP);

Considerando a Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), Título IV - Do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Campinas (SP) em Proposta SAIPS nº 111574, em novembro de 2019, o Parecer Técnico 240/2020, e a correspondente avaliação e aprovação pela Coordenação-Geral de Urgência-CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.181915/2016-11, resolve:

Art. 1º Fica renovada a habilitação/qualificação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, do Município de Campinas (SP), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação/qualificação será válida por três anos, a partir de dezembro de 2019, conforme § 1º do art. 83, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica mantido o recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de São Paulo e do Município de Campinas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2019.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CUSTEIO	CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO ANUAL R$
350950	SP	Campinas	2023571	Municipal	111574	Opção V	82.05 - HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO UPA 24h AMPLIADA - OPÇÃO V	NÃO	R$ 2.100.000,00

PORTARIA Nº 536, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera a Portaria nº 2.280/GM/MS, de 8 de setembro de 2017, que qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), localizada no Município de Jijoca de Jericoacoara (CE), e estabelece recursos a serem destinados ao Fundo Estadual de Saúde do Ceará.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV - Do Componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde; e

Considerando a manifestação da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará através do Ofício nº 325/2020, que solicita a alteração da gestão da UPA 24h do Município de Jijoca de Jericoacoara, constante do Processo de habilitação em custeio NUP-SEI 25000.024328/2016-18, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 2.280/GM/MS, de 8 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 192, de 5 de outubro de 2017, Seção 1, página 86, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde Jijoca de Jericoacoara (CE). (NR)"

Art. 2º O anexo da Portaria nº 2.280/GM/MS, de 8 de setembro de 2017, passa a vigorar da seguinte forma:

UF	MUNICÍPIO	IBGE	CNES	CUSTEIO	Nº DE PROFISSIONAIS MÉDICOS 24H	CÓD	NUP PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO	GESTÃO	PROPOSTA
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	230725	7890389	OPÇÃO III	4 (QUATRO)	82.01 - QUALIFICAÇÃO UPA 24H NOVA - OPÇÃO III	25000.085911/2017-86	MUNICIPAL	10684

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

PORTARIA Nº 538, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Habilita o Município de Crateús (CE) a receber incentivo financeiro para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o Título II, Seção IV da Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019 que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a necessidade de financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MD, de 28 de setembro de 2017 e Capítulo II, Seção V, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capítulo II, Seção V, art. 129, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação, previstos no art. 25, Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Crateús (CE) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

Parágrafo único. Os recursos serão repassados mensalmente e baseados no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Capítulo II, Seção V, art. 130, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.5019.219A - Piso da Atenção Básica em Saúde - Plano Orçamentário 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Crateús (CE).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser passado mensalmente
CE	CRATEÚS	Unidade Socioeducativa de Crateús	Municipal	25	3.208,50	3.208,50

PORTARIA Nº 539, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Qualifica Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.957/GM/MS, de 25 de novembro de 2009, que habilita Municípios e define o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 da Central de Regulação Estadual do Rio Grande do Sul;

Considerando a Portaria nº 3.612/GM/MS, de 18 de novembro de 2010, que habilita Municípios a receberem o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 da Central de Regulação Médica Estadual do Rio Grande do Sul;

Considerando a Portaria nº 4.006/GM/MS, de 16 de dezembro de 2010, que habilita Municípios a receberem o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central de Regulação Médica Estadual do Rio Grande do Sul;

Considerando a Portaria nº 4.184/GM/MS, de 27 de dezembro de 2010, que habilita o Município de Feliz (RS) a receber o incentivo financeiro referente à Unidade de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Caxias do Sul (RS);

Considerando a Portaria nº 307/GM/MS, de 25 de fevereiro de 2011, que habilita o Município de Ibirajuba (PE), a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 da Central de Regulação Médica Regional de Caruaru (PE);

Considerando a Portaria nº 764/GM/MS, de 13 de abril de 2011, que habilita Municípios a receberem o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 da Central de Regulação Médica Estadual do Rio Grande do Sul;

Considerando a Portaria nº 2.573/GM/MS, de 31 de outubro de 2011, que habilita Município a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Lages (SC);

Considerando a Portaria nº 3.185/GM/MS, de 29 de dezembro de 2011, que habilita o Município de São Felipe (BA) à receber Unidade de Suporte Básico, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, da Central Regional de Santo Antônio de Jesus (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando a Portaria nº 243/GM/MS, de 10 de fevereiro de 2012, que habilita o Município de Jiquiriçá (BA) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Santo Antônio de Jesus (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando a Portaria nº 618/GM/MS, de 5 de abril de 2012, que habilita os Municípios de Capão Leão (RS), Garibaldi (RS), Bom Jesus (RS), Gramado (RS), Palmeira das Missões (RS), Frederico Westphalen (RS) e Uruguaiana (RS) a receberem Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação Médica das Urgências Estadual do Rio Grande do Sul e autoriza a transferência de custeio aos Municípios;

Considerando o Título II - Do Componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 3.464/GM/MS, de 17 de dezembro de 2019, que habilita Centrais de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB), Unidades de Suporte Avançado (USA), Unidades Móvel Tipo Motocicleta (Motolância) e Equipes de Embarcação (Ambulancha), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes às Centrais de Regulação das Urgências, e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados e Municípios; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas as Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), nos municípios descritos no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com o art. 928 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 1.699.572,00 (um milhão, seiscentos e noventa e nove mil quinhentos e setenta e dois reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e Municípios.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º aos Fundos Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2020.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	DESCRIÇÃO	SEI	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	CRU	VALOR ANUAL
BA	291510	ITAGI	9865683	MUNICIPAL	116839	USB	25000.088464/2019-89	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Jequié	105.528,00
BA	291820	JIQUIRIÇÁ	6907067	MUNICIPAL	103958	USB	25000.073392/2019-75	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Santo Antônio de Jesus	105.528,00
BA	292910	SÃO FELIPE	6878407	MUNICIPAL	105175	USB	25000.038257/2020-17	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Santo Antônio de Jesus	105.528,00
PE	260670	IBIRAJUBA	6695248	MUNICIPAL	116976	USB	25000.011438/2019-62	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Caruaru (Agreste)	105.528,00
RS	430080	ANTÔNIO PRADO	6646557	MUNICIPAL	112294	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	430235	BOM PRINCÍPIO	6712762	MUNICIPAL	113257	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	430790	FARROUPILHA	7723423	MUNICIPAL	115014	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	430810	FELIZ	7660545	MUNICIPAL	99034	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	430910	GRAMADO	7010133	MUNICIPAL	111637	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	6573169	MUNICIPAL	111214	USA	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	116.652,00
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	6964435	MUNICIPAL	114016	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	431790	SANTO CRISTO	7040520	MUNICIPAL	114214	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	432166	TRÊS CACHOEIRAS	6819230	MUNICIPAL	114360	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
RS	432230	TUPARENDI	6545076	MUNICIPAL	114845	USB	25000.114281/2018-45	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Porto Alegre (Estadual)	105.528,00
SC	420930	LAGES	9019847	MUNICIPAL	115216	USB	25000.034310/2020-19	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Lages (Planalto Serrano)	105.528,00
SP	353070	MOGI GUAÇU	9834184	MUNICIPAL	104397	USB	25000.007772/2020-55	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	Mogi Guaçu (Baixada Mogiana)	105.528,00
TOTAL										1.699.572,00

PORTARIA Nº 540, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Renova a qualificação das Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e mantém os recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio de Janeiro e Município de Rio Bonito.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.954/GM/MS, de 13 de novembro de 2017, que qualifica Unidades de Suporte Básico e Unidades de Suporte Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Central de Regulação das Urgências, Regional de Niterói (RJ) Bases Descentralizadas localizadas no Município de Silva Jardim (RJ) e Rio Bonito (RJ);

Considerando o Título II - Do componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); e

Considerando o envio da proposta SAIPS nº 114339 pelo Município de Rio Bonito (RJ) a este Ministério, em 9 de dezembro de 2019, e a correspondente avaliação e posterior aprovação pela Coordenação-Geral de Urgência-CGURG/DAHU/SAES/MS; e

Considerando o Parecer Técnico nº 1471/2019, constante no NUP-SEI nº 25000.004129/2013-41, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação das Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), dos Municípios conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, a partir de janeiro de 2020, conforme art. 928, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Ficam mantidos os recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante de R$ 222.180,00 (duzentos e vinte e dois mil cento e oitenta reais), incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio de Janeiro e Município de Rio Bonito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir da 1ª (primeira) parcela de 2020.

Art. 4º Fica sem efeito a Portaria nº 41/GM/MS, de 9 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 7, de 10 de janeiro de 2020, Seção 1, página 56.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

IBGE	UF	Município	CNES	Descrição	Gestão	Proposta	CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO	INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO ANUAL R$
330430	RJ	RIO BONITO	5316324	USA	MUNICIPAL	114339	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	R$ 116.652,00
			7273487	USB				R$ 105.528,00
TOTAL								R$ 222.180,00

PORTARIA Nº 545, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Altera a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, para orientar a aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares em medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 40, § 5º, inciso II, da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e no art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º O preâmbulo da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no art. 40, § 5º, inciso II, da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, resolve:" (NR)

Art. 2º A Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A Os recursos transferidos a Estados, Municípios e Distrito Federal em decorrência de emendas parlamentares serão aplicados, preferencialmente, em medidas necessárias ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), observada a programação orçamentária que deu origem ao repasse." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

PORTARIA Nº 549, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Restabelece o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio de qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Goiânia (Metropolitano) e Unidades Móveis pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Estado de Goiás e Município de Goiânia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.511/GM/MS, de 11 de novembro de 2014, que qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), 21 (vinte e uma) Unidades de Suporte Básico (USB) e 5 (cinco) Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Goiânia (GO), a receberem incentivo de custeio redefinido, e autoriza o Fundo Nacional de Saúde a realizar transferência de custeio mensal ao Fundo Estadual de Saúde de Goiânia e aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 1.220/GM/MS, de 3 maio de 2018, que suspende o repasse de recursos financeiros de custeio qualificado mensal da CRU, Unidades de Suporte Básico e Avançado, e recursos financeiros de custeio mensal de motolâncias pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Goiânia (GO); e

Considerando documentação apresentada pelo Município de Goiânia, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS através do Parecer Técnico nº 198/2020, constante do NUP-SEI nº 25000.066936/2014-38, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio de qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Goiânia (Metropolitano) e Unidades Móveis pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Goiânia, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para o restabelecimento, regular e automático, dos montantes constantes no Anexo a esta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Goiânia (GO).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	GESTÃO	CNES	DESCRIÇÃO	PORTARIA QUALIFICAÇÃO	VALOR ANUAL A SER RESTABELECIDO R$
520870	GO	GOIÂNIA	MUNICIPAL	6940455	CRU	PORTARIA Nº 2.511/GM/MS, DE 11/11/2014	R$ 335.118,00
				7036558	USA		R$ 116.652,00
				7036531	USA		R$ 116.652,00
				7036574	USA		R$ 116.652,00
				7036566	USA		R$ 116.652,00
				6945163	USB		R$ 105.528,00
				6945171	USB		R$ 105.528,00
				6945155	USB		R$ 105.528,00
				7036590	USB		R$ 105.528,00
				7036620	USB		R$ 105.528,00
				6945147	USB		R$ 105.528,00
				7036604	USB		R$ 105.528,00
				7036582	USB		R$ 105.528,00
				7036639	USB		R$ 105.528,00
				7036612	USB		R$ 105.528,00
				6944523	USB		R$ 105.528,00
				6945120	USB		R$ 105.528,00
				6945139	USB		R$ 105.528,00
TOTAL							R$ 2.173.590,00

DESPACHO Nº 4, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Processo n° 25000.0077140/2015-91
Interessado: Associação de Assistência à Criança Deficiente de Nova Iguaçu - AACD
Assunto: Recurso Administrativo. PRONAS-PCD

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no Parecer de Mérito nº 233/2019-CGSPD/DAET/SAES/MS, no Parecer de Mérito nº 477/2019-CGSPD/DAET/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00900/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00768/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU e 00814/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Associação de Assistência à Criança Deficiente de Nova Iguaçu - AACD.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 271, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dá publicidade a resultado de análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019; considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e o art. 100 do Anexo LXXXVI

à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a necessidade de publicação do resultado da análise da prestação de contas relativas aos projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belford Roxo.
CNPJ: 02.945.580/0001-15
Município/UF: Belford Roxo/RJ
Título do projeto: Ampliação do Atendimento da APAE de Belford Roxo.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução Física
Período analisado: Exercício 2018
Processo NUP: 25000.000448/2017-19
Embasamento: Parecer de Mérito nº 489/2019-CGSPD/DAET/SAES/MS (0011784875)
Resultado: Favorável

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 272, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dá publicidade ao resultado de análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019; considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e o art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a necessidade de publicação do resultado da análise da prestação de contas relativas aos projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural
CNPJ: 08.745.680/0001-84
Município/UF: São Paulo/SP
Título do projeto: Karatê Saúde - Caminho para Inclusão.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução Física
Período analisado: Exercício 2016
Processo NUP: 25000.157165/2014-97
Embasamento: Parecer de Mérito nº 197-SEI/2017-CGSPD/DAPES/SAS/MS (1579465).
Resultado: Favorável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 273, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO
Instituição: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CASCAVEL
CNPJ: 75.905.786/0001-95
Município/UF: Cascavel/PR
DADOS DO PROJETO
Nome do projeto: Promoção da Saúde Oftalmológica na APAE Cascavel

Resumo do projeto: Garantir às pessoas com deficiência intelectual e múltipla atenção integral à saúde por intermédio de ações de prevenção e promoção da saúde oftalmológica e intervenções especializadas de natureza interdisciplinar, ampliando assim as possibilidades de desenvolvimento das habilidades funcionais das mesmas

Prazo de execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses.
Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 593.236,11 (quinhentos e noventa e três mil duzentos e trinta e seis reais e onze centavos)
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 643.236,11 (seiscentos e quarenta e três mil duzentos e trinta e seis reais e onze centavos)
Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPD/DAET/SAES/MS)
Tipo de análise: Mérito
Processo NUP: 25000.006598/2019-90
Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 54/2020-CGSPD/DAET/SAES/MS (0014011179), favorável
Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.
Valor aprovado da readequação: R$ 643.236,11 (seiscentos e quarenta e três mil duzentos e trinta e seis reais e onze centavos)

Art. 2º Fica revogado o inciso XXII do art. 1º da Portaria nº 1.212, de 27 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 231, na data de 29 de novembro de 2019, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

PORTARIA Nº 274, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dá publicidade a resultado de análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019; considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e o art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a necessidade de publicação do resultado da análise da prestação de contas relativa aos projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vargem Grande - APAE
CNPJ: 07.231.922/0001-59
Município/UF: Vargem Grande/MA
Título do projeto: Vargem Grande: A Pessoa com Deficiência em Foco
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)
Tipo de análise: Execução Física
Período analisado: Exercício 2018
Processo NUP: 25000.003758/2017-87
Embasamento: Parecer de Mérito nº 512/2019-CGSPD/DAET/SAES/MS (0012625805)
Resultado: Favorável com ressalvas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GABBARDO DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

PORTARIA Nº 16, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O Secretário Especial de Saúde Indígena, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º do Anexo XIV da Portaria GM/MS 1.419 de 08 de junho de 2017, o Decreto nº 9.795, de 17/05/2019, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2019, alterado pelo Decreto 9.816, de 31/05/2019, publicado no DOU de 31/05/2019, a Portaria nº 45, de 11/02/2020, publicada no DOU de 12/02/2020 e,

Considerando o art. 231 da Constituição Federal, que reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 64, inciso III, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, que define como competência do Ministério da Saúde cuidar da saúde ambiental e das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva dos indígenas;

Considerando a situação de pandemia da COVID-19 (Coronavírus);

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

Considerando a Portaria GM/MS nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (Covid-19);, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Crise para planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos Impactos da COVID-19 no âmbito da Saúde dos Povos Indígenas.

Parágrafo único. O Comitê terá seu termo final quando a situação de crise descrita no caput se der por encerrada pelas autoridades competentes.

Art. 2º O Comitê de Crise será composto pelo (a):
I - Secretário Especial de Saúde Indígena;
II - Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Saúde Indígena;
III - Quatro representantes da Assessoria do Gabinete;
IV -Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento;
V - Assessoria de Controle Social;
VI - Diretor do Departamento de Atenção à Saúde Indígena;
VII - Diretor do Departamento de Determinantes Ambientais da Saúde Indígena.

§ 1º Os membros do Comitê poderão se fazer representar nas reuniões:
I - pelo seu substituto na função, na hipótese dos incisos I, II, IV, VI e VII;

§ 2º O comitê será coordenado pelo Secretário Especial de Saúde Indígena.

§3º Poderão ser convidados, pelo Secretário, representantes de outras secretarias do Ministério da Saúde, bem como representantes de instituições ou entidades, públicas ou privadas, relacionados aos objetivos descritos nesta Portaria, os quais dele participarão, sendo-lhes assegurado o uso da palavra nas reuniões, sem direito a voto.

Art. 3º. O Comitê se reunirá diariamente e/ou de acordo com cronograma estabelecido pelo Secretário Especial de Saúde Indígena.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples;

§ 2º Além do voto ordinário, o Secretário terá o voto de qualidade em caso de empate;

§3º O Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários com o objetivo de auxiliar no cumprimento de suas atribuições.

Art. 4º A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pelo Departamento de Atenção à Saúde Indígena.

Art. 5º A participação no Comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Ressalta-se que, cada Coordenador Distrital de Saúde Indígena, juntamente com a equipe da Divisão de Atenção à Saúde Indígena, deverá, considerando as características territoriais e geográficas, populacionais, socioculturais e epidemiológicas, criar seu comitê de crise com orientações específicas para a organização dos atendimentos na assistência à população indígena no território de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON SANTOS DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DE OPERADORAS

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria nº 02, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 58, em 25 de março de 2020, Seção 1, página 91,
Onde se lê:

ANEXO: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO TELETRABALHO (RA/ANS 68, art. 13, caput)			
DIRETORIA: Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (Portaria 04, de 20/05/2019)			
Período do Teletrabalho:	01/12/2019	até	29/02/2020
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA (*)	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO (**)
001/2019/DIOPE	ASSNT/DIOPE	1	100%
002/2019/DIOPE	COAOP	7	113%
003/2019/DIOPE	COAOP Atuarial	1	137%
006/2019/DIOPE	COHAB (ANALISTAS/ESPECIALISTAS)	1	105%
007/2019/DIOPE	COHAB (TÉCNICOS)	3	151%
009/2019/DIOPE	COPAEF	2	107%
010/2019/DIOPE	CODIF	1	149%

(*) As demais Unidades Organizacionais não tiveram servidores em regime de teletrabalho no período.
(**) Em relação à meta com o adicional de 30% para os dias em teletrabalho.

Leia-se:

ANEXO: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO TELETRABALHO (RA/ANS 68, art. 13, caput)			
DIRETORIA: Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (Portaria 04, de 20/05/2019)			
Período do Teletrabalho:	01/12/2019	até	29/02/2020
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA (*)	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO (**)
001/2019/DIOPE	ASSNT/DIOPE	1	100%
002/2019/DIOPE	COAOP	7	113%
003/2019/DIOPE	COAOP Atuarial	1	137%
005/2019/DIOPE	COIEP	2	113%
006/2019/DIOPE	COHAB (ANALISTAS/ESPECIALISTAS)	1	105%
007/2019/DIOPE	COHAB (TÉCNICOS)	3	151%
009/2019/DIOPE	COPAEF	2	107%
010/2019/DIOPE	CODIF	1	149%

(*) As demais Unidades Organizacionais não tiveram servidores em regime de teletrabalho no período.
(**) Em relação à meta com o adicional de 30% para os dias em teletrabalho.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 856, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE/DOCUMENTO PARA IMPORTAÇÃO
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56.994.502/0001-30
DRB436 + TMT212
81/2018
25351.706048/2017-22 0400774/19-3
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

RESOLUÇÃO-RE Nº 857, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

EMPRESA: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A CNPJ: 56.994.502/0001-30
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL: Alpelisibe
NÚMERO DE PROCESSO: 25351.557278/2019-13 EXPEDIENTE: 2264675/19-2
ASSUNTO DE PETIÇÃO: 10050 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Uso Compassivo

RESOLUÇÃO-RE Nº 862, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional da petição secundária do medicamento sob o número de expediente constante no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A, § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo art. 2º da Lei n° 13.411, e art. 4º da Lei n° 13.411, de 28 de dezembro de 2016, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018 e considerando a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 348, de 17 de março de 2020.

Art. 2º A aprovação condicional da petição secundária objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª

APSEN FARMACEUTICA S/A
REUQUINOL 253510047670249
0896138207 SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 846, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - CNPJ: 17.159.229/0001-76
Produto - Apresentação (Lote): CLORIDRATO DE RANITIDINA - TODAS AS APRESENTAÇÕES (LOTES A PARTIR DE 01/01/2018); ANTIDIN - TODAS AS APRESENTAÇÕES (LOTES A PARTIR DE 01/01/2018);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0817257/20-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Ausência de dados científicos que atestem que os lotes válidos dos medicamentos não apresentam contaminação por nitrosaminas abaixo dos níveis considerados como seguros.
.....
2. Empresa: VERBENNA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. - CNPJ: 00787540000
Produto - Apresentação (Lote): TETRAFLUORBORATO TEPRAMIB CUPROSO(TODAS AS PREPARAÇÕES);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0804145/20-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Manipulação, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da manipulação e comércio do componente não radioativo para marcação, TETRAFLUORBORATO TEPRAMIB CUPROSO, em desacordo com o artigo 5° da RDC 64/2009.

RESOLUÇÃO-RE Nº 858, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o Parágrafo primeiro do Art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: CerTest Biotec, S.L.
Endereço: Pol. Industrial Rio Gállego II Calle J, n€1, 50840, San Mateo de Gállego, Zaragoza, Espanha
Solicitante: Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda CNPJ: 21.551.379/0001-06
Autorização de Funcionamento: 1.00.334-3 Expediente: 0894501/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 859, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante Chembio Diagnostics Systems, Inc.
Endereço: 3661 Ilorsehlock Road - Medford, NY 11763, Estados Unidos da América
Solicitante: Orangelife Comércio e Indústria LTDA CNPJ:09.449.181/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.05.352-4 Expediente: 3245930/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da(s) classe(s) III e IV

1ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

GERÊNCIA DE GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

DESPACHO Nº 1, DE 19 DE MARÇO DE 2020

O Gerente de Gestão da Arrecadação, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 104 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 315, de 11 de outubro de 2019, publicada na seção 1, do DOU nº. 199, de 14 de outubro de 2019, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: K2X BRAZIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMETICOS LTDA CNPJ/CPF: 10.321.950/0001-71
25759.844597/2016-86 - AIS:1219522/16-7 - GGPAF.D/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: RIOQUIMICA S.A. CNPJ/CPF: 55.643.555/0001-43
25351.734277/2018-18 - AIS:1027481/18-2 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

AUTUADO: ADINOR INDUSTRIA E COMERCIO DE ADITIVOS LTDA CNPJ/CPF: 13.457.189/0001-98
25351.045864/2018-39 - AIS:0062934/18-1 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 64.000,00 (Sessenta e quatro mil reais)

AUTUADO: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA CNPJ/CPF: 04.301.884/0001-75
25351.101283/2017-54 - AIS:0293658/17-5 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: BRAINFARMA INDUSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A CNPJ/CPF: 05.161.069/0005-44
25759.161334/2016-88 - AIS:1970876/16-9 - GGPAF/ANVISA
arquivamento por Insubsistência

AUTUADO: B4 MEDICAL PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 07.716.570/0001-21
25351.301031/2017-53 - AIS:1064892/17-5 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

AUTUADO: cazuo arakawa & cia ltda CNPJ/CPF: 08.071.630/0001-69
25767.445891/2016-39 - AIS:2422434/16-1 - GGPAF/ANVISA
arquivamento por Nulidade

AUTUADO: Diagmaster Científica ltda CNPJ/CPF: 09.322.796/0001-73
25759.066945/2017-51 - AIS:0198279/17-6 - GGPAF/ANVISA
arquivamento por Nulidade

AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65
25351.164682/2017-11 - AIS:0488479/17-5 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: FRIBASCA QUIMICA TEXTIL LTDA CNPJ/CPF: 80.662.315/0001-33
25351.445727/2015-83 - AIS:0646474/15-2 - GGFIS.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

AUTUADO: HVL ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EM PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA CNPJ/CPF: 01.923.736/0001-02
25351.216639/2018-93 - AIS:0304657/18-5 - COIME/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FARMOQUIMICOS S.A. CNPJ/CPF: 14.864.868/0001-44
25351.621057/2017-44 - AIS:2166688/17-1 - GGFIS/ANVISA
arquivamento por Insubsistência

AUTUADO: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 51.780.468/0001-87
25351.103466/2018-44 - AIS:0147773/18-1 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

AUTUADO: JG MORIYA REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 67.882.621/0001-17
25759.039047/2016-05 - AIS:1667918/16-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)

AUTUADO: LINHO LEV ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 10.841.929/0001-05
25351.176962/2016-21 - AIS:2006322/16-9 - GGFIS/ANVISA
arquivamento por Nulidade

AUTUADO: MAXINUTRI LABORATORIO NUTRACEUTICO EIRELI - EPP CNPJ/CPF: 08.646.787/0001-75
25351.177555/2016-56 - AIS:2007350/16-0 - GGFIS/ANVISA
arquivamento por Nulidade

AUTUADO: NATURELIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 05.870.716/0001-63
25351.722233/2017-64 - AIS:2311381/17-2 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: PHOTON NEGOCIOS EM SAUDE E BEM ESTAR LTDA CNPJ/CPF: 16.960.794/0001-75
25351.700035/2015-67 - AIS:0993138/15-4 - GGFIS.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: TRANSPORTADORA TRANSPARATI LTDA CNPJ/CPF: 68.952.589/0001-61
25767.425795/2016-51 - AIS:2394887/16-6 - GGPAF/ANVISA
arquivamento por Nulidade

AUTUADO: VALMIR FRANCISCO DOS SANTOS ME CNPJ/CPF: 13.122.165/0001-88
25351.152212/2017-50 - AIS:0454052/17-2 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais)

AUTUADO: FARMACIA E DROGARIA REIS - M. SOUZA DA SILVA FARMÁCIA ME CNPJ/CPF: 11.395.079/0001-13
25351.387473/2010-00 - AIS: 505871/10-6 - GGFIS/ANVISA
arquivamento por IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO

FREDERICO AUGUSTO DE ABREU FERNANDES

DESPACHO Nº 2, DE 19 DE MARÇO DE 2020

O Gerente de Gestão da Arrecadação, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 104 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 315, de 11 de outubro de 2019, publicada na seção 1, do DOU nº. 199, de 14 de outubro de 2019, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 56.998.701/0001-16
25351.533626/2016-02 - AIS:2548746/16-9 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: ALQUIMINAS IND E COM DE COSMÉTICOS LTDA CNPJ/CPF: 80.843.840/0001-55
25351.523780/2016-67 - AIS:2536981/16-4 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 18.774.815/0001-93
25759.338148/2017-41 - AIS:1223115/17-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: DIMY PRODUTOS PARA JARDINAGEM LTDA EPP CNPJ/CPF: 08.669.010/0001-26
25351.458708/2016-29 - AIS:2440183/16-8 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A CNPJ/CPF: 06.626.253/0124-00
25351.326323/2016-31 - AIS:2243765/16-7 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

AUTUADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE BELEZA YAMÁ LTDA CNPJ/CPF: 61.647.921/0003-05
25351.309837/2016-24 - AIS:2218554/16-2 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ/CPF: 17.159.229/0001-76
25351.632380/2011-83 - AIS:887876/11-5 - GFIMP.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: LABORATORIO TIARAJU ALIMENTOS E COSMETICOS LTDA CNPJ/CPF: 08.352.440/0001-10
25351.196496/2016-21 - AIS:2048778/16-9 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: LUIZ GONZAGA SOARES CNPJ/CPF: 15.820.659/0001-61
25351.342630/2016-81 - AIS:2268433/16-6 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: MERCK S/A CNPJ/CPF: 33.069.212/0001-84
25351.186899/2016-56 - AIS:2030578/16-8 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

AUTUADO: PHOTON NEGOCIOS EM SAUDE E BEM ESTAR LTDA CNPJ/CPF: 16.960.794/0001-75
25351.374517/2016-07 - AIS:2316350/16-0 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA,

AUTUADO: PHOTON NEGOCIOS EM SAUDE E BEM ESTAR LTDA CNPJ/CPF: 16.960.794/0001-75
25351.966154/2016-53 - AIS:1437948/16-1 - GGFIS.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: R R LTDA EPP CNPJ/CPF: 10.508.466/0013-90
25351.151340/2017-64 - AIS:0452028/17-9 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

AUTUADO: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ/CPF: 10.588.595/0010-92
25351.106226/2017-27 - AIS:0304058/17-5 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81
25351.457986/2016-37 - AIS:2439244/16-8 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

AUTUADO: RICARDO MELO DE CAMARGO CNPJ/CPF: ***.427.501-**
25351.313635/2016-43 - AIS:2224288/16-1 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

FREDERICO AUGUSTO DE ABREU FERNANDES

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 860, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

LUMIRADX HEALTHCARE LTDA / 22.940.751/0001-20
LUMIRATEK COVID-19 (IgG/IgM)
25351.197132/2020-48 / 81327670112
8433 - IVD - Registro de produto / 0830591209

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
MAGLUMI IgM de 2019-nCoV (CLIA)
25351.206083/2020-41 / 80102512431
8433 - IVD - Registro de produto / 0867505208
MAGLUMI IgG de 2019-nCoV (CLIA)
25351.206115/2020-17 / 80102512430
8433 - IVD - Registro de produto / 0867632201

VYTTRA DIAGNOSTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. / 00.904.728/0012-09
Smart Test Covid-19 Vyttra
25351.200980/2020-41 / 81692610175
8433 - IVD - Registro de produto / 0843597209

RESOLUÇÃO-RE Nº 861, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, com validade de 1(um) ano em atenção ao art. 12 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020 e ao art. 10 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 349, de 19 de março de 2020, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

FISHER & PAYKEL DO BRASIL LTDA / 04.689.134/0001-12
myAIRVO 2
25351.211878/2020-71 / 81447950010
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0883257209
AIRVO 2
25351.211882/2020-30 / 81447950009
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0883265200

MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 04.645.160/0001-49
FAMÍLIA KIT XGEN MASTER COVID-19 - Kit Master para Detecção do Coronavírus SARS-CoV-2
25351.191438/2020-91 / 80502070088
8016 - IVD - Registro de produtos nacionais em família / 0814417206

ORANGELIFE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA / 09.449.181/0001-02
DPP® COVID-19 IgM/IgG System
25351.207706/2020-01 / 80535240052
8433 - IVD - Registro de produto / 0871084208

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 863, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AGRESTE COSMÉTICA BRASIL LTDA. ME / 078.930.559/0001-08
Protetor Solar Agreste FPS 30
25351.653971/2014-12 / 214130099
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0644669/20-8
Protetor Solar Agreste FPS 30
25351.653971/2014-12 / 214130099
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 1966496/19-6

ALIANZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉETICOS LTDA EPP / 003.982.695/0001-42
PROTETOR SOLAR SKIN COVER FPS 50 MEZZO DERMOCOSMÉTICOS
25351.638540/2019-20 / 231020466
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3041113/19-1

ANNE MARIE EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 001.589.024/0001-90
VEDIS ÁLCOOL GEL DESODORANTE DE MÃOS
25351.560820/2009-98 / 225790219
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 0136276/19-3
VEDIS ÁLCOOL GEL DESODORANTE DE MÃOS
25351.560820/2009-98 / 225790219
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0635762/20-8
VEDIS ÁLCOOL GEL DESODORANTE DE MÃOS
25351.560820/2009-98 / 225790219
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2145121/19-4
VEDIS ÁLCOOL GEL DESODORANTE DE MÃOS
25351.560820/2009-98 / 225790219
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3325630/19-6

Beauty Lab do Brasil Ltda. / 009.427.823/0001-72
REPELENTE DE INSETOS REPYL - MURIEL
25351.654288/2019-04 / 405940001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3118173/19-2

BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 001.786.983/0001-04
EUCERIN PROTEÇÃO SOLAR SUN FLUIDO ANTI-PIGMENT FPS 60
25351.033313/2019-11 / 227210707
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3219977/19-5
EUCERIN SUN CREME-GEL OIL CONTROL FPS 60
25351.133656/2015-72 / 227210666
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3219969/19-4

BELA E CHIC INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS ESPECIAIS LTDA / 005.268.903/0001-71
HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DIÁFORA NANNO
25351.170447/2014-80 / 269600003
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0300311/20-6
HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DIÁFORA NANNO
25351.170447/2014-80 / 269600003
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 0640203/19-8

DAHUER LABORATÓRIO LTDA / 082.914.334/0001-35
RICOSOL PROTETOR SOLAR KIDS FPS 70
25351.011841/2020-45 / 215630175
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0067358/20-7

DEVINTEX COSMETICOS LTDA / 001.773.518/0001-20
PROFESSIONAL SALON LINE EXTRA CONDITIONING RELAXER SUPER
25351.010238/2005-15 / 229590055
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520270/19-7
PROFESSIONAL SALON LINE EXTRA CONDITIONING RELAXER
25351.010244/2005-64 / 229590056
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520191/19-3
EXTRA SUPER FORÇA EXTREMA SALON LINE
25351.016622/2019-19 / 229590351
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520192/19-1
SALON LINE BASE RELAXANTE PARA USO COM LÍQUIDO ATIVADOR COM GUANIDINA SUPER
25351.037313/2018-00 / 229590337
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2650839/19-7
SALON LINE ALISA & RELAXA REGULAR
25351.037325/2018-26 / 229590343
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2650698/19-0
SALON LINE ALISA & RELAXA REGULAR AMIDO DE MILHO E PANTHENOL
25351.037333/2018-72 / 229590339
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2650836/19-2
SALON LINE ALISA & RELAXA SUPER AMIDO DE MILHO E PANTHENOL
25351.037347/2018-96 / 229590342
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2651003/19-1
PROFESSIONAL SALON LINE SENSITIVE SCALP RELAXER FORMULA MILD
25351.368412/2006-99 / 229590107
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520289/19-8
SALON LINE PROFESSIONAL BASE RELAXANTE PARA USO COM LÍQUIDO ATIVADOR COM GUANIDINA ÓLEO DE ARGAN
25351.478585/2011-61 / 229590237
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520305/19-3
SALON LINE PROFESSIONAL BASE RELAXANTE P/ USO COM LÍQUIDO ATIVADOR COM GUANIDINA ÓLEO DE ARGAN SUPER
25351.478603/2011-73 / 229590238
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520322/19-3
PROFESSIONAL SALON LINE GUANIDINA SUPER
25351.486059/2006-28 / 229590105
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2650724/19-2

PROFESSIONAL SALON LINE GUANIDINA
25351.486069/2006-63 / 229590106
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2650696/19-3
SALON LINE PROFESSIONAL SPECIAL GIRLS RELAXER
25351.503186/2011-05 / 229590240
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520225/19-1
SALON LINE PROFESSIONAL CREME RELAXANTE CÁLCIO & OIL SOS CACHOS
25351.549771/2015-15 / 229590300
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520293/19-6
SALON LINE PROFESSIONAL CREME RELAXANTE CÁLCIO & OIL SOS CACHOS
25351.549771/2015-15 / 229590300
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2520297/19-9
SALON LINE PROFESSIONAL SENSITIVE SCALP RELAXER FORMULA GUANIDINA
25351.632675/2007-48 / 229590133
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520290/19-1

DUETTO SUPER - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME / 005.017.517/0001-07
CREME RELAXANTE BASE DE RELAXAMENTO DUETTO HAIR 2A
25351.137664/2007-59 / 239680002
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3584185/19-1

GUDE INDUSTRIAL LTDA-ME / 011.486.625/0001-21
CREME ALISANTE TIOGLICOLATO DE AMÔNIA GUDE PERFECT LINE
25351.227780/2015-27 / 275200003
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 2589442/19-1

INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS ADÉLIA MENDONÇA LTDA / 004.932.465/0001-31
SUN SCIENCE FPS 40 FPUVA 17 - PROTETOR SOLAR DE AMPLO ESPECTRO - ADÉLIA MENDONÇA COSMÉTICOS
25351.618221/2018-17 / 239810067
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1196777/18-3

INSTITUTO PASTEUR DE COSMIATRIA LTDA / 087.727.277/0001-07
PROTETOR SOLAR FACIAL TONALIZANTE FPS 70 BEGE-CLARO - NEEDS BEAUTY
25351.484377/2019-79 / 214850381
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2022745/19-1
PROTETOR SOLAR FACIAL TONALIZANTE FPS 70 BEGE-MÉDIO - NEEDS BEAUTY
25351.484416/2019-38 / 214850382
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2022815/19-5

JCS INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS EIRELI / 006.210.247/0001-19
HAIR SHINE NEW BRUSH SUPER CREME ALISANTE
25351.325222/2005-04 / 238080020
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 3395807/19-6

J.F. INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA. / 001.394.209/0001-40
ÁLCOOL GEL ANTISSEPTICO GOTA DOURADA
25351.165583/2020-16 / 226330229
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0723207/20-8

JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. / 059.748.988/0001-14
NEUTROGENA SUN FRESH DERM CARE FPS 30
25351.071980/2020-28 / 200921377
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0337767/20-9
NEOSTRATA MINESOL OIL CONTROL CLARA FPS 70
25351.739879/2019-42 / 200921375
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3555679/19-0
NEOSTRATA OIL CONTROL FPS 70 MINESOL
25351.739880/2019-77 / 200921376
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3555681/19-1

JUGATHA IND. E COM. DE PROD. QUÍMICOS LTDA EPP / 004.656.563/0001-93
MAGIA CLEAN ÁLCOOL GEL 70%
25351.627251/2019-03 / 275400002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2640158/19-4

L.E.D. LABORATÓRIO DE EVOLUÇÃO DERMATOLÓGICA LTDA. / 065.066.797/0001-75
TOWN & COUNTRY GEL REPELENTE BIOWORLD
25351.286022/2018-35 / 215540159
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 2101283/19-1
TOWN & COUNTRY GEL REPELENTE BIOWORLD
25351.286022/2018-35 / 215540159
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2101316/19-1

LIMA & PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A / 022.685.341/0001-80
GEL ANTISSÉPTICO BE BETTER
25351.092809/2020-52 / 236790035
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0425627/20-1

PALMINDAYA COSMÉTICOS LTDA / 075.619.742/0001-07
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS PALMINDAYA
25351.735096/2019-90 / 202220081
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3522060/19-1

PHARMATURA INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA-ME / 000.248.776/0001-25
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS NEUTRO SEIVA MATER
25351.550976/2019-98 / 221900220
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2245338/19-5
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS SOFT SEIVA MATER
25351.551124/2019-18 / 221900218
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2245397/19-1
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS ACQUA VIRIDIS SEIVA MATER
25351.551132/2019-64 / 221900219
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2245412/19-8

RIOQUIMICA S.A. / 055.643.555/0001-43
ASSEPTÁLCOOL
25351.034079/2020-75 / 218690365
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0164195/20-6

SALUTARIS INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA / 007.421.681/0001-00
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS GIOVANA 70º GL / SALUTARIS
25351.608156/2019-01 / 252640062
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2542727/19-0

SUPORTT PUBLICIDADE E REPRESENTAÇÕES EIRELI-ME / 021.566.221/0001-00
Gel Antisséptico para Mãos HandClean DNA Pharma
25351.188652/2020-60 / 285040015
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0803581/20-3
LÍQUIDO ATIVADOR RELAXING CACHINHOS DOURADOS
25351.530284/2019-23 / 285040013
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2163446/19-7
LÍQUIDO ATIVADOR CURL RELAX ROCHA'S COSMETICS
25351.565535/2019-91 / 285040014
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2299825/19-0

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 232, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Habilita estabelecimento de saúde, em regime de Hospital-Dia, em intercorrências pós-transplantes de órgãos/células tronco hematopoéticas.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Capítulo V, Anexo 1 do Anexo XXIV - Da modalidade de assistência em regime de hospital-dia - da Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 183/SAES/MS, de 28 de fevereiro de 2020, que concede autorização ao hospital abaixo para realização de transplante de medula óssea autogênico; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/ Centrais Estaduais de Transplantes (CET), resolve:

Art. 1º Fica habilitado, em regime de Hospital Dia, o estabelecimento de saúde em intercorrências pós-transplantes de órgãos/células tronco hematopoéticas, a seguir identificado:

HOSPITAL DIA: 12.04
MINAS GERAIS

I - denominação: Hospital Santa Casa de Montes Claros/Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros
II - CNPJ: 22.669.931/0001-10
III - CNES: 2149990
IV - endereço: Praça Honorato Alves, n° 22, Bairro: Centro, Montes Claros/MG, CEP: 39.400-103.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 233, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Indefere a Concessão do CEBAS, da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, com sede em Campinas (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 110/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000. 223248/2018-13, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, CNPJ nº 46.030.318/0001-16, com sede em Campinas (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 239, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Indefere a Renovação do CEBAS, do Centro de Controle e Investigação Imunológica Dr. Antônio Carlos Corsini, com sede em Campinas (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Nota Técnica nº 29/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.055527/2011-63, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Centro de Controle e Investigação Imunológica Dr. Antônio Carlos Corsini, CNPJ nº 54.695.440/0001-30, com sede em Campinas (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito a Portaria nº 1.063/SAS/MS, de 14 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 197, de 15 de outubro de 2015, seção 1, página 51.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 241, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Altera atributos de medicamento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta nº 2/SAES/SCTIE, de 17 de janeiro de 2020, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), da Doença de Paget; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, resolve:

Art.1º Ficam alterados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS, atributos de medicamento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), a seguir especificado:

CÓDIGO/NOME	ALTERAÇÕES
06.04.16.005-4 - RISEDRONATO 35mg	Inclusão CID-10: M88.0 e M88.8
	Quantidade máxima: de 5 para 31

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos operacionais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP, a partir da competência Abril de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 243, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do CEBAS, do ISAS Instituto de Saúde e Ação Social, com sede em Feira de Santana (BA).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 70/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS constante do Processo nº 25000.106794/2019-63, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do ISAS Instituto de Saúde e Ação Social, CNPJ nº 16.438.624/0001-25, com sede em Feira de Santana (BA).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.392/SAES/MS, de 11 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 244, de 18 de dezembro de 2019, Seção 1, página 166.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 245, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (covid-19);

Considerando a Portaria nº 414/GM/MS, de 18 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19; e

Considerando a necessidade de identificar na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS) ações relativas ao enfrentamento do COVID-19, resolve:

Art. 1º Fica incluído na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, OPM do SUS, para identificar ações relativas ao atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19, o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO:	03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVIRUS - COVID 19
DESCRIÇÃO	COMPREENDE AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA O TRATAMENTO CLÍNICO DO PACIENTE INTERNADO COM DIAGNÓSTICO DE COVID 19
INSTRUMENTO DE REGISTRO	03 - AIH (Proc. Principal)
MODALIDADE DE ATENDIMENTO	02 - Hospitalar
COMPLEXIDADE	Média Complexidade
TIPO DE FINANCIAMENTO	06- Média e Alta Complexidade (MAC)
MÉDIA DE PERMANÊNCIA	05
QUANTIDADE MÁXIMA	1
SEXO	Ambos
IDADE MÍNIMA	0 meses
IDADE MÁXIMA	130 Anos
PONTOS	80
VALOR DO SERVIÇO AMBULATORIAL (SA)	0,00
VALOR DO SERVIÇO HOSPITALAR (SH)	R$ 1195,99
VALOR DO SERVIÇO PROFISSIONAL (SP)	R$ 304,01
TOTAL HOSPITALAR (TH)	R$ 1500,00
ATRIBUTOS COMPLEMENTARES	Admite permanência à maior
CID	B342
CBO	2231F9 Médico Residente; 225103 Médico infectologista; 225124 Médico Pediatra; 225125 Médico Clínico; 225142 Médico da Estratégia de Saúde da Família; 225170 Médico Generalista; 225127 Médico Pneumologista
LEITO	03 - Clínico; 07 - Pediátrico;
RENASES	030 Atendimento de Urgência em Unidades Hospitalares 198 Oferta de Tratamento Clínico e Cirúrgico para Doenças de Interesse de Saúde Pública

Art. 2º Fica excluído no atributo CID 10 do procedimento 0303010193 TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS CAUSADAS POR VÍRUS (B25 A B34) o código B34.2 Infecção por coronavírus de localização não especificada.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 4º Caberá à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (CGSI/DRAC/SAES) a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), Repositório de Terminologias em Saúde (RTS) e o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS).

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informação Hospitalar do SUS na competência abril de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 246, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Exclui medicamentos e altera atributo de medicamentos pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta nº 13/SAES/SCTIE, de 11 de setembro de 2019, a qual aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) das Uveítes não infecciosas;

Considerando a Portaria nº 13 SCTIE/MS, de 25 de fevereiro de 2019, que publica a decisão de excluir o medicamento SIMEPREVIR para tratamento da hepatite C, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº44/SCTIE/MS, de 10 de setembro de 2019, que tornou pública a decisão de excluir a terapia medicamentosa OMBITASVIR, VERUPREVIR e RITONAVIR+DASABUVIR (3D) no tratamento da hepatite C, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a avaliação da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - Coordenação Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos, da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS, os seguintes medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), conforme descrito a seguir:

Código	Nome
06.04.64.003-0	SIMEPREVIR 150 mg (POR CÁPSULA)
06.04.76.004-3	OMBITASVIR 12,5mg/VERUPREVIR 75 mg/RITONAVIR 50mg POR COMPRIMIDO (COM 02 COMPRIMIDOS REVESTIDOS) + DASABUVIR 250 mg POR COMPRIMIDO (COM 02 COMPRIMIDOS REVESTIDOS)

Art. 2º Fica alterado, da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS, o atributo referente ao CID-10 para os medicamentos pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), conforme descrito a seguir:

Código /Nome	Alteração
06.04.34.001-0 - CICLOSPORINA 10 mg (POR CÁPSULA)	Excluir CID-10: H30.0
06.04.34.002-8 - CICLOSPORINA 25 mg (POR CÁPSULA)	Excluir CID-10: H30.0
06.04.34.003-6 - CICLOSPORINA 50 mg (POR CÁPSULA)	Excluir CID-10: H30.0
06.04.34.004-4 - CICLOSPORINA 100 mg (POR CÁPSULA)	Excluir CID-10: H30.0
06.04.34.005-2 - CICLOSPORINA 100 mg/mL SOLUÇÃO ORAL (POR FRASCO DE 50 mL)	Excluir CID-10: H30.0
06.04.53.001-3 - AZATIOPRINA 50 mg (POR COMPRIMIDO)	Excluir CID-10: H30.0

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP a partir da competência abril de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério do Turismo

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 12, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Suspensão Temporária de Contrato
Contratada: Construtora Biapó - CNPJ: 25.078.452/0001-77
Contratante: Superintendência do Iphan em
Goiás - CNPJ: 26.474.056/0015-77
Modalidade de licitação: Concorrência nº 03/2019

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias nº 673, de 16 de outubro de 2009, e considerando o disposto no art. 4º da Portaria 175, de 18 de março de 2020, e ainda no Decreto Municipal de Pirenópolis nº 4.321/2020, que declarou situação de emergência em saúde pública no Município, bem como o Ofício nº 04/2020 da Construtora Biapó, resolve:

Art.1º Autorizar a suspensão temporária do Contrato nº 14/2019, que tem como objeto a execução da obra de restauração do Theatro Sebastião Pompeu de Pina em Pirenópolis/GO, nos termos requeridos pelo Ofício nº 04/2020 - Construtora Biapó. Data de início da suspensão: 23/03/2020, data final da suspensão: 30/03/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALLYSON RIBEIRO E SILVA CABRAL

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Suspensão Temporária de Contrato
Contratada: Construtora Amazonas Comércio e
Indústria Ltda - CNPJ: 01.584.861/0001-27;
Contratante: Superintendência do Iphan em
Goiás - CNPJ: 26.474.056/0015-77
Modalidade de licitação: Concorrência nº 01/2019

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias nº 673, de 16 de outubro de 2009, e considerando o disposto no art. 4º da Portaria 175, de 18 de março de 2020, ao Decreto Estadual nº 9.633/2020, resolve:

Art.1º Autorizar a suspensão temporária do Contrato nº 06/2019, que tem como objeto a execução da obra de restauração da Antiga Chefatura de Polícia, pertencente ao acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de Goiânia nos termos requeridos pelo Ofício s/nº da Construtora Amazonas Comércio e Indústria Ltda. Data de início da suspensão: 23/03/2020, data final da suspensão: 06/04/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALLYSON RIBEIRO E SILVA CABRAL

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 10, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria /MinC n° 191, de 7 de março de 2017, publicada no DOU, Decreto 9.238, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista as determinações contidas na Portaria IPHAN nº 175, de 18 de Março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria de nº 9/2020, que "suspendeu todos os contratos firmados com O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, por intermédio de sua SUPERINTENDÊNCIA DO MARANHÃO, pelo prazo de 15 (quinze) dias".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos a 23/03/2020.

MAURÍCIO ABREU ITAPARY

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 66, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação, no âmbito da Fundação Cultural Palmares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, nomeado por meio da Portaria nº 2.377, 26 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2019, seção 02, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 18, inciso III, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º do Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 36 do Decreto n.º 9.191, de 1º de novembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de informática, para assegurar o cumprimento das políticas institucionais, governamentais e de órgãos de controle;

CONSIDERANDO os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos no guia de Comitê de TI do SISP;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 01420.100493/2020-51, resolve:

Art. 1º. Instituir o Comitê de Tecnologia da Informação com as seguintes competências:

I- Promover a utilização planejada e coordenada de serviços de Tecnologia da Informação - TI para dar suporte às necessidades operacionais da FCP;

II-Colaborar para que a FCP possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais;

III - identificar e implementar continuamente oportunidades de melhoria de desempenho das atribuições da FCP; e

IV - Promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas da Organização.

Parágrafo único: O Comitê de Tecnologia da Informação poderá ainda manifestar, quando couber, na análise, manifestação ou proposição, dos seguintes assuntos:

a) integração dos sistemas que compõem a plataforma operacional de TI;

b) consolidação das demandas de TI;

c) manutenção da integração entre os projetos de TI;

d) alinhamento das ações de TI aos projetos e atribuições da Fundação;

e) participação na composição de equipes de projetos corporativos de TI;

f) avaliação das propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de TI em atividades específicas ou no ambiente corporativo;

g) avaliação e priorização dos projetos de TI que serão submetidos à aprovação superior;

h) acompanhamento do desenvolvimento e da implantação dos projetos aprovados;

i) utilização, nas suas avaliações e análises, das informações produzidas por empresa de consultoria especializada, eventualmente contratada pela Fundação, para planejamento e avaliação da qualidade de serviços e produtos de TI; e

j) análise e manifestação sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI da FCP; e

k) recomendação de projetos e medidas com o objetivo de aperfeiçoar normas, padrões técnicos ou administrativos, racionalizar o uso dos recursos de Tecnologia da Informação e, propiciar a melhoria no desempenho geral das atividades da Fundação.

Art. 2° Integram o Comitê de Tecnologia da Informação da FCP:

I - o Chefe de Gabinete da FCP;

II - o Diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira;

III - o Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro;

IV - o Coordenador-Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra;

V - o Coordenador-Geral de Gestão Interna da FCP;

VI - o Coordenador-Geral de Gestão Estratégica da FCP; e

VII - o Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação da FCP.

§1º O Comitê será presidido pelo chefe de gabinete da FCP.

§2º O Comitê será coordenado pelo Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação da FCP, que indicará um membro para apoio administrativo.

§3º Cada um dos membros do Comitê de Tecnologia da Informação deverá indicar um suplente.

§4º Os representantes desempenharão suas atribuições sem prejuízo daquelas decorrentes de seus respectivos cargos ou funções, sendo a participação no Comitê de Tecnologia da Informação considerada prestação de serviço relevante e não remunerada.

§5º O Comitê de Tecnologia da Informação terá a vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja solicitação seu Presidente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com a devida autorização da Presidência da Fundação Cultural Palmares.

Art. 3 ° As reuniões serão realizadas impreterivelmente na sede da FCP.

§ 1º O Comitê reunir-se-á ordinariamente conforme calendário por ele definido e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Coordenador ou por solicitação de pelo menos um terço de seus membros.

§ 2º O Comitê deverá reunir-se no mínimo 2 (duas) vezes ao ano para deliberações estratégicas, definições e acompanhamento da execução do Plano Diretor de TI (PDTI).

§3º Sempre que as circunstâncias ou conveniências indicarem, as reuniões serão realizadas por meio de videoconferência, principalmente quando seus membros estiverem em entes federativos diversos.

§ 4º Será elaborada, a cada reunião, memória sucinta sobre os assuntos tratados e as conclusões do Comitê.

Art. 4°. Poderão ser convidados outros servidores para participarem das reuniões do Comitê, visando agregar conhecimentos mais detalhados dos serviços prestados pelos órgãos da Fundação.

Parágrafo único. A participação de convidados, colaboradores, ou pessoa não integrante do Comitê, deverá ser comunicada com antecedência ao setor responsável, seja para reuniões presenciais ou virtuais.

Art. 5°. As deliberações do Comitê de TIC serão tomadas por maioria de votos dos presentes, e minimamente por dois terços de seus integrantes.

Art.6º. O Comitê de Tecnologia da Informação não poderá criar subcolegiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor uma semana após sua publicação.

SÉRGIO NASCIMENTO DE CAMARGO

Controladoria-Geral da União

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Regulamenta o uso de recursos tecnológicos para realização de atos de comunicação em processos correcionais no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 13, incisos I, e V do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, o art. 4º, incisos I e II, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 e o art. 45, incisos I e XI, do Anexo I, da Portaria nº 3.553, de 13 de novembro de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 2º, caput, e parágrafo único, incisos VI, VIII e IX, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no § 8º do art. 33 da Instrução Normativa nº 14, de 14 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º As comunicações referentes aos processos correcionais que tramitam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal podem ser efetuadas por meio de correio eletrônico institucional, aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares, observadas as diretrizes e as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Os recursos tecnológicos podem ser utilizados para a realização de qualquer ato de comunicação processual, inclusive:

I - notificação prévia;

II - intimação de testemunha ou declarante;

III - intimação de investigado ou acusado;

IV - intimação para apresentação de alegações escritas e alegações finais; e

IV - citação para apresentação de defesa escrita.

Art. 2º O encaminhamento de comunicações processuais por meio de recursos tecnológicos pode ocorrer mediante mensagem para o endereço de correio eletrônico ou para o número de telefone móvel pessoal, seja funcional ou particular.

§1º As comunicações processuais direcionadas a entes privados podem ser encaminhadas para o endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel institucional.

§ 2º O interessado, o representante legal e o seu procurador constituído devem informar e manter atualizados o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel para os fins previstos no caput, sob pena de incorrer na conduta prevista no inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112/1990.

§3º Quando não identificado endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel, funcional ou pessoal, devem ser utilizados os meios convencionais de comunicação dos atos processuais que assegurem a certeza de ciência da comunicação dos atos processuais.

§ 4º O interessado, o representante legal e o seu procurador constituído devem indicar o nome completo, a profissão ou função pública exercida, o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel das testemunhas por ele indicadas.

Art. 3º A comunicação feita com o interessado, o seu representante legal, o seu procurador ou o terceiro por meio de correio eletrônico ou aplicativo de mensagem instantânea deve ocorrer na forma de mensagem escrita acompanhada de arquivo de imagem do ato administrativo.

§ 1º O arquivo deve estar preferencialmente em formato não editável.

§ 2º Tratando-se de comunicação com mais de uma página e que demande fragmentação em mais de um arquivo, as mídias devem ser devidamente identificadas, de modo a permitir sua leitura com observância da ordem cronológica da produção do documento original.

§ 3º Os anexos dos atos de comunicação poderão ser disponibilizados mediante indicação do endereço de acesso ou link ao documento armazenado em servidor online.

Art. 4º Os aplicativos de mensagem instantânea utilizados para comunicações processuais devem possuir as seguintes funcionalidades:

I - troca de mensagem de texto; e

II - troca de arquivos de imagem.

Art. 5º Enviada a mensagem pelo correio eletrônico ou pelo aplicativo de mensagem instantânea, a confirmação do recebimento da comunicação se dará mediante:

I - a manifestação do destinatário;

II - a notificação de confirmação automática de leitura;

III - o sinal gráfico característico do respectivo aplicativo que demonstre, de maneira inequívoca, a leitura por parte do destinatário;

IV - a ciência ficta, quando encaminhada para o correio eletrônico ou número de telefone móvel informados ou confirmados pelo interessado; ou

V - o atendimento da finalidade da comunicação.

Parágrafo único. A contagem de prazos terá início no primeiro dia útil que se seguir ao de qualquer das hipóteses constantes do caput deste artigo.

Art. 6º Na hipótese de não ocorrer alguma das hipóteses do artigo anterior no prazo de 5 (cinco) dias, o procedimento de comunicação deve ser cancelado e repetido por qualquer meio.

Art. 7º A comunicação processual deve ser incorporada aos autos, mediante a juntada da mensagem de correio eletrônico, de aplicativo de mensagem instantânea ou de termo nos quais constem o dia, o horário e o número de telefone para o qual se enviou a comunicação, bem como o dia e o horário em que ocorreu a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário, com imagem do ato.

Art. 8º Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal podem editar atos normativos complementares, a fim de adequar e especificar a regulamentação da matéria às suas necessidades.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor em 1º de abril de 2020.

GILBERTO WALLER JUNIOR

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 513, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0400.0000472/2020-98, resolve:

Art. 1º Determinar a alteração do status do 25° Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região para "ofício provido com designação vigente", bem como a recomposição do respectivo acervo.

Art. 2º A recomposição dar-se-á nos termos dos §§ 3º, 4º e 5º do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

PORTARIA Nº 514, DE 25 DE MARÇO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0400.0000472/2020-98, resolve:

Art. 1º Determinar a desoneração do 1° Ofício da Procuradoria do Trabalho no Município de Caxias do Sul/RS no percentual de 30% (trinta por cento), enquanto o seu titular permanecer no exercício do encargo de Vice-Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RESOLUÇÃO Nº 157, DE 5 DE MARÇO DE 2020

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009,

CONSIDERANDO as atribuições da Defensoria Pública da União na promoção dos Direitos Humanos e na defesa dos direitos coletivos dos necessitados, nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 80/94;

CONSIDERANDO as funções institucionais da Defensoria Pública constantes do artigo 4º, da Lei Complementar nº 80, de 1994, em especial a defesa de grupos sociais específicos que mereçam especial proteção;

CONSIDERANDO os objetivos fundamentais insertos no art. 3º, I, III e IV da Constituição da República, pelos quais se tornam as ações afirmativas instrumentos de reparação, ou minimização de uma tradicional desigualdade, sendo instrumento de concretização constitucional;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, c, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, promulgada pelo Decreto 65810/1969, bem como

CONSIDERANDO as medidas definidas no art. 4º, II, IV e VII, do Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12288/2010), que buscam promover a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do país; resolve:

Art 1º. Nos processos seletivos de estágio realizados pela Defensoria Pública da União, para níveis médio, superior e pós-graduação, por meio de concurso de provas ou seleção simplificada será assegurada a reserva de vagas para pessoas negras e pardas, em percentual de 20%; pessoas com deficiência, em percentual de 5% (cinco por cento); para pessoas indígenas, em percentual de 5% (cinco por cento).

Art. 2º. Poderão concorrer às vagas reservadas aos(às) negros(as) aqueles(as) que se autodeclararem pretos(as) ou pardos(as) no ato da inscrição do processo seletivo de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. Os(as) candidatos(as) cotistas que optarem pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no seletivo.

Art. 4º. Em caso de desistência do processo seletivo pelo candidato(a) cotista aprovado(a) em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) cotista posteriormente classificado(a).

Art. 5º. Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos(as) cotistas aprovados(as) para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação e o disposto no art. 4º.

Art. 6º. Os(As) candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) e pardos(as) serão entrevistados, em etapa prévia à realização das provas no caso de concurso de provas, presencialmente por comissão especial para avaliação das declarações de pertencimento à população negra, constituída por 3 (três) pessoas, ressalvados os que já foram aprovados em banca de heteroidentificação de outro órgão público.

§ 1º Para os fins previstos no caput, a comissão deverá ser composta por um defensor público federal, um servidor público lotado no âmbito da DPU, ambos, preferencialmente, negros ou pardos e um cidadão externo à instituição que realiza a seleção, tendo este notório saber em políticas de igualdade racial, priorizando-se os que possuírem comprovado histórico de engajamento social na defesa da população negra.

§ 2º A Comissão já instalada em unidades de grande porte poderá realizar entrevistas por meio de videoconferência em processos seletivos de unidades de médio e pequeno porte.

§ 3º A comissão seguirá o seguinte procedimento:

I - será realizada entrevista que terá a finalidade específica e exclusiva de avaliar o fenótipo dos(as) candidatos(as) negro(as) e pardos(as), sendo expressamente vedado aos membros, na apreciação do critério fenotípico, empregar técnicas que exponham o candidato a constrangimento ou que levem em consideração elementos métricos ou fenológicos.

II - será permitida à banca a elaboração de indagações, nos termos estabelecidos nesta resolução, inclusive para fins de registro audiovisual, devendo, porém, antes de as formular, esclarecer ao(à) candidato(a) que o critério utilizado pela comissão é estritamente fenotípico, não influenciando as respostas na apreciação da banca.

III - em relação ao inciso anterior, apenas serão permitidos os seguintes questionamentos pela banca:

a) confirmação do nome do(a) candidato(a);

b) a área de estágio para a qual se inscreveu;

c) ratificação que, quando da inscrição no concurso, expressamente se autodeclarou negro(a); e quais as razões pelas quais o(a) candidato(a) se autoreconhece como preto(a) ou pardo(a).

§ 4º Será confirmada a condição do candidato autodeclarado(a) negro(a) por decisão da maioria simples dos membros da comissão.

§ 5º A ausência à citada entrevista ou a decisão que não reconheça a condição de negro(a), permite que o(a) candidato(a) siga no certame, mas disputando entre as vagas da ampla concorrência, caso tenha pontuação para figurar entre os classificados para a concorrência geral.

Art. 7º. A verificação da comissão se dará em entrevista pública, dela podendo participar qualquer pessoa interessada, desde que não prejudique os trabalhos da comissão ou interfira no desempenho do(a) candidato(a), vedando-se, assim, qualquer forma de manifestação do público.

Parágrafo único. O(A) candidato(a) será informado(a) previamente de eventuais documentos que deva apresentar na entrevista para instrução da avaliação da comissão. Caso a comissão repute pertinente, poderá conceder ao(à) candidato(a) prazo predefinido em edital para complementar a documentação apresentada na entrevista, de forma a auxiliar na manifestação final de seus membros.

Art. 8º. A condição de indígena do(a) candidato(a) que assim se autodeclare deverá ser confirmada mediante apresentação de ao menos um dos seguintes documentos:

I - declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, duas lideranças reconhecidas;

II - documento emitido pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI que ateste sua condição.

Art. 9º. O candidato com deficiência deverá apresentar, no ato da inscrição, a comprovação da condição de deficiência nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais previstos em edital.

Art. 10. No caso de seleção por meio de concurso de provas, o(a) candidato(a) que concorreu como cotista e que obtiver média final que o classifica, na lista geral de concorrentes, em colocação superior à vaga reservada que lhe seria destinada, deve tomar posse na situação mais vantajosa para si, não se considerando, porém, preenchida a vaga reservada que a ele(a) seria destinada.

Art. 11. Ao(À) candidato(a) reprovado(a) pela comissão de verificação oportunizar-se-á acesso ao seu relatório de entrevista e, no prazo e na forma prevista em edital, recorrer do resultado, em caso de ilegalidade ou abuso de poder, em pedido direcionado ao Defensor Público-Chefe da respectiva Unidade.

Art. 12. O presente sistema de reserva de vagas para candidatos(as) cotistas subsistirá pelo período de dez anos, findo o qual deverá ser reavaliado, assegurando-se participação da sociedade civil, de Defensores Públicos Federais, de servidores (as) da Defensoria Pública da União e permitindo-se ampla discussão sobre o tema, inclusive mediante realização de audiência pública.

Art. 13. A Secretaria de Gestão de Pessoas manterá cadastro de todos os(as) estagiários(as) da Defensoria Pública da União que ingressarem na carreira pelo sistema de cotas, para fim exclusivo de avaliação da eficácia da adoção da ação afirmativa.

Art. 14. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado do programa de estágio.

Art. 15. Esta resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

GABRIEL FARIA OLIVEIRA
Presidente do Conselho

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RECOMENDAÇAO Nº 1, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a adoção de medidas de prevenção à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito do sistema penal da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no Processo n. 0001233-28.2020.4.90.8000,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, encaixa-se na classificação de pandemia, exigindo medidas para se minimizar a contaminação em larga escala;

CONSIDERANDO a Recomendação n. 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, relativa à adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 313, de 19 de março de 2020, que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo coronavírus - COVID-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se estabelecerem procedimentos e regras para a preservação da saúde das pessoas sujeitas ao cumprimento de pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, das pessoas beneficiárias dessas medidas, bem como dos beneficiários de suspensão condicional do processo ou de medidas cautelares substitutivas de restrição à liberdade; resolve:

Art. 1º Recomendar, aos magistrados com competência penal, que suspendam a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, decorrentes de condenação a penas restritivas de direitos, de decisão de suspensão condicional do processo ou de celebração de acordo de não persecução penal, durante o período em que os prazos processuais estiverem suspensos por força da Resolução CNJ n. 313, de 19 de março de 2020, ou de outro instrumento normativo que prorrogue a sua vigência.

Parágrafo único. A suspensão recomendada nos termos do caput estende-se a condições impostas em medidas cautelares ou quaisquer outras decisões judiciais que impliquem contato do acusado com o público em geral ou com os serventuários da justiça.

Art. 2º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 610, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 46, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

ANEXO I

ORGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							6.000.000
		Atividades							
02 061	0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							6.000.000
02 061	0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							6.000.000
			F	4	2	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							6.000.000
		Atividades							
02 061	0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							6.000.000
02 061	0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							6.000.000
			F	3	2	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.588, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Altera o Art. 63 da Resolução CFC n.º 1.309/2.010, relativo à interposição de Pedido de Retificação em processos administrativos de fiscalização.

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de adoção de mais celeridade no julgamento de Processos Administrativos de Fiscalização, porém, com observância aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, resolve:

Art. 1º O Art. 63 da Resolução CFC n.º 1.309/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 63. Dos relatos prolatados nos processos de fiscalização, poderá o autuado, dentro de 10 dias da intimação, requerer Pedido de Retificação quando:

I - houver obscuridade ou contradição entre a decisão e os seus fundamentos; II - for omitido ponto sobre o qual o relator, revisor ou autor do voto vencedor deveria se pronunciar.

§ 1º A admissibilidade do Pedido de Retificação será feita pelo vice-presidente de Fiscalização, que rejeitará de ofício o pedido que não preencher os requisitos essenciais para sua interposição, previstos no caput e nos incisos I e II do presente artigo.

§ 2º Admitido, o Pedido de Retificação será dirigido ao relator, revisor ou autor do voto vencedor, cuja decisão prevaleceu, que deverá apreciá-lo no prazo de até 2 (duas) reuniões do colegiado que julgou o processo.

§ 3º O Pedido de Retificação interrompe o prazo recursal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, alterando a Resolução CFC n.º 1.309/2010, publicada no DOU de 14/12/2.010.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.589, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre os procedimentos de apuração de denúncia, de representação e de comunicação de irregularidade relativos ao exercício da profissão contábil.

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no Art. 10 alínea "b" do Decreto-Lei n.º 9.295/1946;

Considerando a necessidade de regulamentação do trâmite relativo aos procedimentos de apuração de denúncia, de representação e de comunicação de irregularidade relativos ao exercício da profissão contábil;

Considerando que as representações encaminhadas por órgãos públicos em geral, reguladores e unidades técnicas internas do Sistema CFC/CRCs, entre outros, obedecem a um rito próprio para a sua formulação, com relação à descrição, à juntada de provas e a outros requisitos impostos por lei;

Considerando que o anonimato, por si só, não é motivo para que seja excluída liminarmente uma comunicação sobre irregularidade ou ilegalidade relativa ao exercício da profissão ou à exploração da atividade contábil, bem como não impede a formação do juízo de admissibilidade e, se for o caso, a consequente obrigação de apuração, resolve:

CAPÍTULO I

DA DENÚNCIA, DA REPRESENTAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

Art. 1º Qualquer pessoa física ou jurídica poderá oferecer denúncia ou comunicação de irregularidade relativa ao exercício da profissão ou à exploração da atividade contábil ao Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 2º A denúncia deverá referir-se a pessoa física ou jurídica que explore a atividade ou exerça a profissão contábil, devidamente identificada, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação, CPF ou CNPJ, endereço, telefone, correio eletrônico, informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção, bem como indicar ou apresentar as provas que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.

§ 1º A denúncia deverá ser apresentada: I - por meio de formulário eletrônico específico no sítio do CRC; II - por correio eletrônico (e-mail). III - por documento protocolado no CRC, via Correios ou presencialmente.

§ 2º O denunciante poderá, a qualquer momento, solicitar informações sobre a tramitação da denúncia apresentada. § 3º Uma vez formulada a denúncia, o CRC tomará as medidas cabíveis para apuração, não sendo possível a retirada ou desistência por parte do denunciante.

Art. 3º Serão recebidos pelo CRC, como representação, os documentos originados de órgãos públicos em geral, reguladores e unidades técnicas internas do Sistema CFC/CRCs, entre outros assemelhados, comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento em virtude de suas atribuições, bem como os expedientes de outras origens que devam revestir-se dessa forma. § 1º A representação deverá referir-se a pessoa física ou jurídica que explore a atividade ou exerça a profissão contábil, devidamente identificada, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do representante do órgão denunciante, endereço eletrônico, informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção e indicar ou apresentar as provas que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.

§ 2º A representação deverá ser apresentada: I - por meio de formulário eletrônico específico no sítio do CRC; II - por correio eletrônico (e-mail). III - por documento protocolado no CRC, via Correios ou presencialmente.

§ 3º O representante poderá, a qualquer momento, solicitar informações sobre a representação.

§ 4º Uma vez formulada a representação, o CRC tomará as medidas cabíveis para apuração, não sendo possível a retirada ou desistência por parte do representante.

Art. 4º A comunicação de irregularidade deverá referir-se a pessoa física ou jurídica que explore a atividade ou exerça a profissão contábil, devidamente identificada, ser formalizada por escrito, comunicando atos, fatos e práticas que ferem a legislação pertinente ou afeta à profissão contábil, com ou sem evidências e/ou indícios comprobatórios.

§ 1º A comunicação de irregularidade dispensa a identificação do comunicante, bem como as formalidades da denúncia e da representação, podendo ser apresentada: I - por meio de formulário eletrônico no sítio do CRC; II - por correio eletrônico (e-mail); III - por documento protocolado no CRC, via Correios ou presencialmente.

§ 2º A unidade técnica de fiscalização do CRC avaliará as informações e a documentação porventura encaminhada e adotará as seguintes providências:

I - caso o assunto comunicado não seja relevante o suficiente para ensejar uma ação imediata, o CRC incluirá a pessoa física ou jurídica na programação das ações de fiscalização; II - caso o fato comunicado tenha indícios ou potencial de gravidade, o CRC iniciará imediatamente sua apuração, conforme os procedimentos e os trâmites da fiscalização.

§ 3º O comunicante, identificado ou não, não terá acesso à apuração dos fatos.

CAPÍTULO II DA APURAÇÃO DA DENÚNCIA, DA REPRESENTAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADE

Art. 5º Compete ao vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina exercer o juízo de admissibilidade da denúncia e da comunicação de irregularidade no CRC.

§ 1º Na ausência, impedimento ou suspeição do vice-presidente de Fiscalização, Ética de Disciplina, compete ao presidente do CRC o juízo de admissibilidade.

§ 2º Juízo de admissibilidade, para fins desta Resolução corresponde à análise prévia com a finalidade de relacionar os fatos denunciados ao exercício da profissão ou à exploração da atividade contábil, ou, ainda, se os atos e fatos denunciados que ferem a legislação pertinente ou afetam a profissão contábil.

§ 3º A representação, em razão dos seus atributos dispostos no Art. 3º desta Resolução, dispensa o juízo de admissibilidade.

Art. 6º Na apuração da denúncia, a área técnica de Fiscalização verificará se os fundamentos e as provas apresentados são suficientes para evidenciar a pertinência das alegações do denunciante.

§ 1º Constatada a insuficiência, serão realizadas diligências, requisição de provas e esclarecimentos adicionais ao denunciante.

§ 2º Caso os fundamentos e provas apresentados não demonstrem a irregularidade ou ilegalidade denunciada, o CRC arquivará a denúncia mediante relatório fundamentado da área técnica de Fiscalização e informará à parte denunciante as razões do arquivamento, bem como sobre a possibilidade de apresentação de nova denúncia com informações e documentos que comprovem o fato denunciado.

§ 3º Suprida à ausência ou insuficiência de provas pelo denunciante, o denunciado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da cientificação, apresentar, caso queira, suas alegações e provas em sua defesa, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante pedido devidamente justificado, a critério do Vice Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina.

§ 4º Apresentadas as alegações e consideradas suficientes para sanar os fatos denunciados, a denúncia será arquivada, comunicando-se ao denunciante as razões do arquivamento.

§ 5º Em caso de revelia ou de alegações insuficientes para sanar as irregularidades denunciadas, será aberto Processo Administrativo de Fiscalização, contendo o despacho de acatamento da denúncia e lavrado o auto de infração. Art. 7º Recebida a representação, o CRC terá o prazo de 10 (dez) dias para notificar o denunciado sobre a representação e que, se quiser, apresente alegações e provas em sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias contados da cientificação, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante pedido devidamente justificado.

§ 1º Ato contínuo, o CRC comunicará ao representante as providências de notificação e informará sobre os prazos para apresentação de defesa.

§ 2º Apresentadas as alegações e consideradas suficientes para sanar os fatos denunciados, a representação será arquivada, comunicando-se ao representante as razões do arquivamento.

§ 3º Em caso de revelia ou de defesa insuficiente para sanar as irregularidades objeto da representação, será aberto Processo Administrativo de Fiscalização, contendo o despacho de acatamento da representação e lavrado o auto de infração.

§ 4º As representações oriundas de unidades técnicas internas do Sistema CFC/CRC ensejarão a imediata lavratura do auto de infração.

CAPÍTULO III DO PRAZO PARA APURAÇÃO DA DENÚNCIA E DA REPRESENTAÇÃO

Art. 8º O prazo para a conclusão da apuração de denúncia ou de representação com decisão de arquivamento ou de instauração de Processo Administrativo de Fiscalização é de até 90 (noventa) dias contados do seu recebimento, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por motivo justificado.

Parágrafo único. O CRC poderá suspender os procedimentos de apuração de denúncia ou de representação nos casos em que houver investigação ou procedimento judicial que interfiram no exame da matéria, mediante despacho com as razões da suspensão.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Aplicam-se as disposições desta Resolução em casos de denúncia, representação e comunicação de irregularidade sobre o exercício profissional ou exploração da atividade contábil contra conselheiro do Sistema CFC/CRCs. Art. 10. A denúncia, representação e comunicação de irregularidade com características de contravenção penal, crime contra a ordem econômica e tributária ou qualquer outra ilegalidade cuja apuração não seja da alçada do Conselho Regional de Contabilidade, deverá ser encaminhada à autoridade competente com cópia integral de todos os fundamentos e documentos para as providências cabíveis, conforme disposto na alínea "c" do Art. 10 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946.

Art. 11. No resguardo dos direitos e garantias individuais, o CRC dará tratamento sigiloso para terceiros sobre as denúncias, representações e comunicações de irregularidade formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria.

Art. 12. Os casos omissos nesta Resolução serão supridos pelas disposições constantes do Regulamento de Procedimentos Processuais dos Conselhos de Contabilidade.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Art. 41 da Resolução CFC n.º 1.309/2010, publicada no DOU, de 14/12/2010.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.590, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Regulamenta a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas funções legais e regimentais,

Considerando que o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade dispõe que constitui infração deixar de apresentar prova de contratação dos serviços profissionais, quando exigida pelo Conselho Regional de Contabilidade;

Considerando que a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 01, que dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Contador, determina que a proposta acordada entre cliente e profissional da contabilidade deve ser formalizada, por escrito, em contrato de prestação de serviços;

Considerando as disposições constantes do Código Civil sobre contratos de prestação de serviços e, em especial, o disposto nos artigos 1.177 e 1.178, que tratam da responsabilidade dos profissionais da contabilidade (prepostos) para com seus clientes (preponentes);

Considerando que a relação do profissional da contabilidade com os seus clientes exige uma definição clara e objetiva dos limites, direitos e deveres das partes contratantes;

Considerando que o contrato escrito de prestação de serviços contábeis é um instrumento necessário para a fiscalização do exercício profissional, resolve:

CAPÍTULO I DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Art. 1º O profissional da contabilidade ou a organização contábil deverá celebrar contrato de prestação de serviços por escrito, nos termos e condições da proposta acordada entre as partes.

Parágrafo único. O contrato escrito tem por finalidade comprovar a extensão e os limites da responsabilidade técnica, propiciando segurança para as partes em relação às obrigações assumidas.

Art. 2º O Contrato de Prestação de Serviços deverá conter, no mínimo:

a) identificação das partes contratantes; b) detalhamento dos serviços a serem prestados de forma eventual, habitual ou permanente; c) cláusula que explicite e especifique quais serviços serão executados pelo contratante; d) duração do contrato; e) valor dos honorários profissionais cobrados por cada serviço prestado, eventual, habitual ou permanente; f) prazo de pagamento; g) condições de reajuste dos honorários; h) responsabilidades das partes; i) previsão de aditamento contratual, se necessário; j) obrigatoriedade do fornecimento da Carta de Responsabilidade da Administração; k) cláusula contendo a ciência do contratante relativa à Lei n.º 9.613/1998. l) cláusula rescisória com a fixação de prazo de prévio aviso para o encerramento da relação contratual; m) foro para dirimir os conflitos.

Art. 3º O contratante deverá fornecer, anualmente, ao profissional da contabilidade, a Carta de Responsabilidade da Administração de que trata a ITG1000, para fins de encerramento do exercício.

Parágrafo único. Em caso de recusa da entrega da Carta de Responsabilidade pelo contratante, o profissional avaliará a justificativa apresentada, os riscos para a continuidade da prestação de serviço, e adotará as salvaguardas necessárias considerando a sua responsabilidade solidária perante a prática de atos culposos ou dolosos.

Art. 4º A oferta de serviços deverá ser feita mediante proposta que contenha o detalhamento dos serviços, a periodicidade, o valor de cada serviço, condições de pagamento, prazo de duração da prestação de serviços, forma de reajuste, a parte dos serviços que deverá ser executada pelo contratante (caso tenha) e outros elementos necessários para formalização do contrato.

Parágrafo único. A inobservância ao disposto no caput obriga o profissional a realizar todo e qualquer serviço compatível com a sua habilitação e condições de preço e prazo a serem ajustadas entre as partes.

Art. 5º Após aceitação formal da proposta, será celebrado, por escrito, o contrato de prestação de serviços.

CAPÍTULO II DO DISTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Art. 6º O rompimento do vínculo contratual implica a celebração obrigatória de distrato entre as partes, com o estabelecimento da cessação das responsabilidades dos contratantes.

Parágrafo único. Na impossibilidade da celebração do distrato, o profissional da contabilidade deverá notificar o cliente quanto ao fim da relação contratual, com a confirmação da cessação das responsabilidades das partes. Art. 7º No distrato de prestação de serviços deve constar a responsabilidade do contratante de recepcionar seus documentos que estejam de posse do profissional ou organização contábil signatária do distrato.

Parágrafo único. O contratante poderá indicar representante legal para recepcionar os documentos, mediante autorização por escrito.

Art. 8º O profissional rescindente deverá comunicar ao novo responsável técnico contratado sobre fatos de que deva tomar conhecimento.

Art. 9º A forma e o prazo de devolução de livros contábeis e auxiliares, documentos e arquivos das obrigações fiscais entregues ao Fisco, inclusive os arquivos eletrônicos, deverá estar estabelecida em cláusula rescisória do distrato de prestação de serviços.

Parágrafo único. Fica a cargo do profissional rescindente a elaboração das demonstrações contábeis do período correspondente à sua responsabilidade técnica, salvo disposição expressa em contrário no distrato de prestação de serviços.

Art. 10. Ao profissional rescindente caberá o cumprimento das obrigações tributárias acessórias cujo período de competência tenha decorrido na vigência do contrato de prestação de serviços, ainda que o prazo de vencimento da exigência seja posterior ao da vigência do mencionado contrato, salvo expressa disposição contratual em sentido contrário.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A inobservância do disposto na presente Resolução constitui infração ao Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade e ao Código de Ética Profissional do Contador, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas, no Art. 27, alíneas "c" e "g", do Decreto-Lei n.º 9.295/1946.

Art. 12. Nos casos em que o início da relação contratual com o tomador dos serviços for anterior à data de 15/12/1998, fica facultada a formalização do contrato por escrito.

Parágrafo único. No rompimento das relações contratuais tácitas preexistentes à data de 15/12/1998, aplica-se o disposto no parágrafo único do Art. 6º desta Resolução.

Art. 13. Nos casos enquadrados no disposto no caput do artigo 12, o profissional da contabilidade ou a organização contábil firmará declaração com o propósito de provar a data do início da relação contratual tácita e a descrição dos serviços prestados, quando de ação fiscalizadora do CRC de sua jurisdição.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2020, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Resoluções CFC n.o 987/2.003, publicada no DOU de 15/12/2.003, n.o 1.457/2.013, publicada no DOU de 13/12/2.013 e n.o 1.493/2.015, publicada no DOU de 23/11/2.015.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 31, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Autoriza, "ad referendum" do Plenário, a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento do Conselho Federal de Enfermagem para o exercício de 2020, no valor de R$ 47.020.230,58. (1ª Reformulação Orçamentária)

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - Cofen, em conjunto com o Primeiro-Secretário em Exercício da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a competência estabelecida ao Presidente do Cofen no art. 25, XV, do Regimento Interno do Cofen, de decidir, "ad referendum" do Plenário ou da Diretoria, nos casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na primeira reunião subsequente;

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do COVID-19 como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população de forma simultânea, exigindo assim enorme responsabilidade no seu combate principalmente pelos órgãos e entidade encarregados pelo controle do exercício profissional nas áreas da saúde, entre eles os profissionais da Enfermagem;

CONSIDERANDO que o Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, sozinho, congrega mais de dois milhões e trezentos mil profissionais da saúde no Brasil, no caso, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, cabendo-lhe o dever de zelar

pelas boas práticas do exercício da enfermagem, em todos os seus aspectos técnicos e éticos, inclusive no que se refere à segurança dos mesmos e de seus assistidos, os pacientes, contribuindo com o aperfeiçoamento mediante esclarecimentos, orientações, instruções, indicações, linhas de condutas, procedimentos, mediante diretivas, regras e normas;

CONSIDERANDO que é dever do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem contribuir com as autoridades responsáveis pelas políticas de saúde do povo brasileiro, principalmente em situações como a que hoje passa nosso país, o que demandará a realização de despesas não contempladas na peça orçamentária para o exercício de 2020, razão que justifica plenamente a presente abertura de créditos adicionais suplementares, sem a qual torna-se impossível a consecução de ações práticas, absolutamente necessárias, que exigem a realização de despesas para o enfrentamento da pandemia no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que é dever do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem agir em defesa da sociedade, dos profissionais de Enfermagem e dos usuários do sistema de saúde público e privado, adotando medidas e decisões que podem evitar o agravamento, no caso presente, da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO o constante do Capítulo V - Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei nº 4.320/64;

CONSIDERANDO o constante do Capítulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução Cofen nº 340/2008; CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Orçamento do corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias para suporte das despesas que serão ordenadas;

CONSIDERANDO a urgência na adoção de providências nas esferas orçamentária e financeira;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do artigo 24 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, Anexo II da Resolução Cofen nº 340/2008 combinado com o artigo 4º da Decisão Cofen nº 204/2019;

CONSIDERANDO, por último, o que consta ao Orçamento para o presente exercício, nos Quadros Demonstrativos, bem como a deliberação do Plenário do Cofen em sua 519ª Reunião Ordinária; decide:

Art. 1º Autorizar, "ad referendum" do Plenário, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 47.020.230,58 (Quarenta e sete milhões, vinte mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 2º Os recursos existentes disponíveis para ocorrer a cobertura dos créditos são os provenientes de anulação parcial de despesas no valor de R$ 5.860.908,35 (Cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos) e da utilização de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial dos Exercícios Anteriores, no valor de R$ 41.159.322,23 (Quarenta e um milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos), nos termos preceituados no artigo 43, parágrafo 1º incisos I e III da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º Faz parte dessa Decisão o quadro demonstrativo da Despesa modificado em face da presente decisão.

Art. 4º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações aprovadas, será de R$ 150.983.526,59 (Cento e cinquenta milhões, novecentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 5º A despesa será realizada de acordo com as especificações integrantes da Decisão Cofen nº 204/2019, observada a seguinte classificação:

I - Pessoal e Encargos Sociais: R$ 44.401.728,45;
II - Outras Despesas Correntes: R$ 85.597.524,56;
III - Despesas Correntes: R$ 129.999.253,01;
IV - Investimentos: R$ 20.984.273,58;
V - Inversões Financeiras: R$ 0,00;
VI - Amortização da Dívida: R$ 0,00;
VII - Despesas de Capital: R$ 20.984.273,58;
VIII - TOTAL DAS DESPESAS: R$ 150.983.526,59.

Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União, devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Cofen.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO MARCOS F. GOMES
1º Secretário
Em Exercício

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

PORTARIA Nº 25, DE 10 DE MARÇO DE 2020

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 3.820 de 11 de novembro de 1960 e Resolução/CFF nº 483/08 que dispõe sobre o Regimento Interno;

Considerando a decisão do Plenário deste Órgão Federal na sua 476ª (CDLXXVI) Reunião Ordinária que decidiu pela instauração de Tomada de Contas Especial junto ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de Alagoas, nos termos do Acórdão nº 40.064, de 21 de novembro de 2018, publicado no DOU de 27 de novembro de 2018, seção 1, página 91; Considerando a portaria nº 6, de 12 de março de 2019, publicada no DOU de 20 de março de 2019, seção 2, página 92, prorrogada pela portaria nº 53, de 31 de julho de 2019, publicada em 1º de agosto de 2019 - seção 2, página 137, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por mais cento e oitenta (180) dias o prazo constante da portaria nº 53, de 31 de julho de 2019, para finalização e julgamento pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2020.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 517, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a fiscalização quanto à disponibilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19.

O Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

CONSIDERANDO a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, como pandemia o novo coronavirus - COVID-19;

CONSIDERANDO a competência legal estatuída na norma do art. 5º, incisos II, da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA nº 04/2020/GVIMS/GGTES/ANVISA;

CONSIDERANDO a gravidade e rapidez com que a epidemia se espalhou em diversos países e no Brasil, resolve:

Artigo 1º. Determinar aos Responsáveis Técnicos, e/ou Coordenadores Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais de cada Unidade de Saúde, pública ou privada, a atribuição de verificar e garantir que os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais tenham a sua disposição os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários durante a Pandemia causada pela infecção do vírus SARS-COV2/COVID-19.

Parágrafo único. Os EPIs necessários correspondem àqueles equipamentos definidos na Nota Técnica 04/2020/GVIMS/GGTES/ANVISA.

Artigo 2º. Caberá ao Responsável Técnico, Coordenador ou do ocupante do posto de Chefia dos serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, em caso de falta de EPI, notificar imediatamente à autoridade superior da unidade hospitalar, assim como à autoridade sanitária do Município ou do Estado ou do Distrito Federal para regularização no fornecimento do EPI, notificando em seguida o respectivo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de sua circunscrição.

Parágrafo único. O profissional que não atender ao disposto no caput deste artigo estará sujeito a processo ético-disciplinar, sem prejuízo da adoção de outras medidas de natureza cível e criminal.

Artigo 3º. Os profissionais que estiverem vinculados ao combate da Pandemia COVID-19, sem prejuízo do dever atribuído aos profissionais designados no art. 2º desta Resolução, poderão comunicar a ausência de EPI aos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que deverão notificar a direção do hospital, assim como a autoridade municipal, distrital e ou estadual.

§ 1º. Os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional deverão disponibilizar canais para o atendimento destas comunicações, mantendo os Departamentos de Fiscalização com condições para o atendimento das demandas dos profissionais sobre a ausência de equipamentos.

§ 2º. Os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional deverão adotar todas as medidas para a proteção dos profissionais, incluindo ações de responsabilização dos gestores locais que não disponibilizarem, após notificação do CREFITO, os equipamentos de proteção individual necessários para o enfrentamento da Pandemia COVID-19.

§ 3º. A eventual resistência no atendimento da Notificação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional deverá ser comunicada ao Ministério Público competente, para fins de apuração administrativa, cível e criminal, em especial quanto ao disposto no art. 268 do Código Penal Brasileiro.

Artigo 4º. A presente Resolução será submetida ao referendo do Plenário do COFFITO na primeira oportunidade que seja possível a realização de reunião plenária.

Artigo 5º. A presente Resolução poderá ser alterada a qualquer momento, podendo ser editados novos atos normativos para regulação da matéria aqui prevista.

Artigo 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MATTAR CEPEDA

PORTARIA Nº 157, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a criação da Comissão Nacional de Comunicação do Sistema COFFITO/CREFITOs para o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia da COVID-19.

O Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

CONSIDERANDO a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020, como pandemia o novo coronavirus - COVID-19;

CONSIDERANDO a competência legal estatuída na norma do art. 5º, incisos II, da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO que a informação é instrumento fundamental no enfretamento da Pandemia COVID-19, cabendo ao COFFITO como Autarquia Central as tratativas mais imediatas com os Órgãos e Entes da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO a gravidade e rapidez com que a epidemia se espalhou em diversos países e no Brasil, , resolve:

Artigo 1º. Estabelecer plano de resposta para o enfretamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no âmbito do Sistema COFFITO/CREFITOs, com a instituição da Comissão Nacional de Comunicação do Sistema COFFITO/CREFITOs.

Artigo 2º. Instituir a Comissão Nacional de Comunicação do Sistema COFFITO/CREFITOs, constituindo órgão temporário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional com a função de planejar, organizar, divulgar e compartilhar para os Conselhos Regionais as informações e ações institucionais do Sistema COFFITO/CREFITOs durante a Pandemia da COVID-19.

§1º. A referida Comissão será coordenada pela Assessoria de Comunicação do COFFITO, e será composta pelos assessores de comunicação indicados pelos CREFITOS, em número a ser definido pelo Presidente do COFFITO.

§2º. A Comissão Nacional de Comunicação emitirá relatório semanal de todas as ações e informações divulgadas, sem prejuízo de que a comunicação do COFFITO estabeleça a rotina de reuniões entre as assessorias para dar efetividade e celeridade na divulgação das informações e ações necessárias do Sistema COFFITO/CREFITOS.

Artigo 3º. O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional deverá restringir a comunicação de informações e ações de interesse regional ou, se de cunho nacional, que não se refira a Pandemia do COVID-19.

Artigo 4º. A Comissão Nacional de Comunicação somente atuará na divulgação de informações e ações relacionadas com a crise provocada pela Pandemia da COVID-19.

Artigo 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ROBERTO MATTAR CEPEDA

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 647, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Altera os prazos para pagamento das anuidades referentes ao exercício de 2020 previsto na Resolução CFN nº 644, de 10 de janeiro de 2020, bem como altera o prazo constante na Resolução CFN nº 533, de 22 de setembro de 2013.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no exercício das competências previstas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, e no Regimento Interno aprovado pela Resolução CFN n° 621, de 18 de fevereiro de 2019, e em conformidade com a deliberação da Plenária do CFN, reunida extraordinariamente por videoconferência, resolve:

Art. 1º A Resolução CFN nº 644, de 10 de janeiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 2° O pagamento das anuidades das pessoas jurídicas será realizado: I - .....; II - sem desconto e sem acréscimos, se efetuado em cota única até o dia 31 de agosto de 2020; (NR) III - sem desconto e sem acréscimos, se efetuado em 5 (cinco) parcelas, mensais e consecutivas, vencendo-se cada uma no último dia dos meses de janeiro, fevereiro, março, julho e agosto de 2020 (NR).

Art. 2º A Resolução CFN nº 533, de 22 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 1° Na fixação dos valores de anuidades observar-se-ão as seguintes regras: I - .....; II - .....; Parágrafo único. .....; I - desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade: aos recém-formados que requererem a inscrição profissional até o dia 31 de dezembro de 2020;" (RN).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 221, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Suspende o prazo de respostas da LAI, expedientes administrativos e de processos éticos disciplinares em todo o Sistema Conselhos de Odontologia.

A Diretoria do Conselho Federal de Odontologia, "ad referendum" do Plenário, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 68.704, de 03 de junho de 1971,

Considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde, que classificou como pandemia a doença causada pelo novo Coronavirus (COVID-19), e as orientações emanadas pelo Ministério da Saúde;

Considerando os reflexos da pandemia sobre o funcionamento dos órgãos públicos, com a alteração das respectivas rotinas administrativas e restrições de acesso dos servidores a seus locais de trabalho;

Considerando o artigo 4º, alínea "g", da Lei nº. 4.324, de 14 de abril de 1964, que confere ao Conselho Federal de Odontologia a prerrogativa de expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais; e,

Considerando a Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus; resolve,

Art. 1º. Suspender, os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação (LAI) e expedientes administrativos no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Odontologia, que estejam em regime de quarentena, tele trabalho ou equivalente, desde que dependam de acesso presencial dos servidores responsáveis pela resposta e andamento à estrutura física das sedes, até o retorno regular das atividades.

Art. 2º. Suspender, no âmbito do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Odontologia os prazos processuais relativos a processos ético disciplinares, enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE, CD
Secretário-Geral

JULIANO DO VALE, CD
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 104, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação das anuidades de 2020 em razão dos impactos causados pelo COVID-19.

O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas - Conferp, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alíneas "h" e "j", do Decreto-Lei 860, de 11 se setembro de 1969, e o disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, e com fundamento no art. 75, § 4º, I, de seu Regimento Interno, considerando a grave crise de calamidade pública em decorrência da Pandemia COVID-19 e seus possíveis impactos na economia mundial, resolve:

Art. 1º - As parcelas das anuidades devidas ao Sistema Conferp-Conrerps prevista na Resolução Normativa nº 100/2019, poderão ser pagas, à vista, com 10% (dez por cento) de desconto até o dia 10 de dezembro de 2020. Parágrafo único. Aqueles que pagaram integralmente a anuidade, sem fruição do desconto de 10% (dez por cento), não terão direito à devolução.

Art. 2º - As parcelas das anuidades com vencimento em abril, maio e junho de 2020, poderão ser pagas, respectivamente, em 10 de setembro, 10 de outubro e 10 de novembro de 2020.

Art. 3º - Os pagamentos parcelados na forma do art. 3º, inc. I, item 4, e inc. II, letra "b", e art. 4º, item 4, todos da Resolução Normativa nº 100, de 19 de julho de 2019, poderão ser acrescidos de mais uma parcela, que será obrigatoriamente paga até 10 de novembro de 2020.

Art. 4º - O profissional que desejar os benefícios desta Resolução deverá requerer até 30 de agosto de 2020 diretamente junto ao respectivo Conrerp.

Art. 5º - Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO DE BARROS TAVARES
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 18, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a suspensão das convocações dos aprovados no concurso n. 01/2016 realizadas nos Editais n. 02/2020 e 03/2020.

O Presidente da Junta Diretiva do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 87, de 19 de dezembro de 2.019 (DOU de 23/12/2019, Seção 2, página 74), bem como os artigos 2º, XI do Regimento Interno do Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional -ESPIN, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus - COVID19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo coronavírus - COVID19 caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus - COVID19 e objetivando a proteção da coletividade,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979/2020, que define medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e as orientações emanadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Medida Provisória n. 927 de março de 2020 editada pelo Presidente da República;

CONSIDERANDO o Decreto n. 20 de março de 2020 do Município de Cuiabá/MT que dispõe sobre medidas temporárias restritivas às atividades privadas para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID - 19);

CONSIDERANDO a Portaria n. 014/2020 do CRF/MT dispõe sobre medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso, em especial o seu art. 12;

CONSIDERANDO a Resolução n. 681/2020 do Conselho Federal de Farmácia que adota procedimentos "ad referendum" do Plenário em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o aumento de infecção humana pelo novo coronavírus - COVID19 no estado de Mato Grosso informado pela Secretaria de Estado e Saúde de Mato Grosso através da Nota Informativa 17 - 2020/COE/SES/MT - 23/03/2020, resolve:

Artigo 1º - Suspender temporariamente a convocação dos candidatos abaixo listados realizada no Edital n. 2 de 27 de fevereiro de 2020 publicado no Diário Oficial da União n. 43 de 4 de março de 2.020;

ALANA RAMALHO LONDON - CPF 045.183.691- 06 - cargo: Agente Administrativo - Lotação: Cuiabá/MT - Ampla Concorrência

TIAGO BARBOSA DOS SANTOS - CPF 033.265.771-09 - cargo: Agente Administrativo - Lotação: Cuiabá/MT - PCD

FABIO CARLOS ARRUDA DA SILVA - CPF 010.418.931-24 - cargo: Agente Administrativo - Lotação: Cuiabá/MT

ISADORA JARDIM DA SILVA - CPF 017.634.141-24 - cargo: Agente Administrativo - Lotação: Cuiabá/MT;

LEUTON PEREIRA DOS SANTOS - CPF- 707.649.561-91 - cargo: Agente Administrativo - Lotação: Cuiabá/MT - PPP;

ALEX ALVES DA SILVA - CPF 024.789.501-62 - cargo: Analista de Informação - Lotação: Cuiabá/MT;

EDUARDO PINHEIRO DA SILVA CAVALCANTE - CPF 046.805.821-46 - cargo: Técnico em Informática - Lotação: Cuiabá/MT

Artigo 2° - Suspender temporariamente a convocação do candidato abaixo listado realizada no Edital n. 03 de 12 de março de 2020 publicado no Diário Oficial da União n. 51 de 16 de março de 2.020:

THIAGO SOBRAL DAMIAO - CPF N. 025.650.491-10 - CARGO: Farmacêutico Fiscal - Lotação Cuiabá - Ampla Concorrência

Art. 3° - Os candidatos convocados que já tenham tomado posse e entrado em exercício até 23 de março de 2.020 não serão afetados.

Artigo 4º - Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS ANDRÉ OEIRAS SENA

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 89, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 041/2017. Visto, relatado e discutido o processo em que é representada a profissional (CAN), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passa a fazer parte do presente, ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

WILEN HEIL E SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a assistência médica a partir de ferramentas de telemedicina e telessaúde, com base no Decreto Federal de Estado de Calamidade Pública, importando epidemias onde as orientações médicas incluem quarentena, isolamento e distanciamento social extenso.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO,no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, pelo Decreto nº 6.821/2009 e pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e CONSIDERANDO o direito à saúde estabelecido pelo artigo 6º da Constituição daRepública Federativa do Brasil de 1988 e o direito ao acesso universal e igualitárioàs ações e serviços de saúde prestados pelo poder público, previsto no artigo 196da Carta Magna; CONSIDERANDO a emergência sanitária e o estado de Calamidade Pública decretado pelo Governo Federal; CONSIDERANDO que o princípio fundamental do Código de Ética Médicaestabelece que a medicina será exercida com a utilização dos meios técnicos ecientíficos disponíveis que visem aos melhores resultados; CONSIDERANDO que a Resolução CFM nº 1.643/2002, não contemplou a utilização dasferramentas atuais em telemedicina e telessaúde para a situação de Estado deCalamidade Pública Decretado pelo Presidente da República e ratificado peloCongresso Nacional diante de pandemias; CONSIDERANDOas medidas de Prevenção e Controle de Infecções (PCI) para oNovo Coronavírus (COVID-19) preconizadas pela Organização Mundial da Saúde; CONSIDERANDO: a necessidade de promover meios rápidos e seguros de prestar alguma assistência à médicos e pacientes em situações quando aplicáveis os recursos de novas tecnologias; CONSIDERANDO: tratar-se de um estado de exceção enquanto durar a epidemia;e CONSIDERANDO o Ofício CFM nº 1756/2020-Cojur de 19 de março de 2020, que reconhece a possibilidade e a eticidade da utilização da Telemedicina, em caráter de excepcionalidade e enquanto durar as medidas de enfretamento ao coronavírus (COVID-19); resolve: resolve:

Art. 1° Regulamentar no âmbito do Estado de Mato Grosso em caráter excepcional e temporário, as ações de Telemedicina, com o objetivo de operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de coronavírus (COVID-19). Parágrafo único. As ações de Telemedicina de que tratam o caput ficam condicionadas à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 2º As ações de Telemedicina de interação à distância podem contemplar o atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, de consulta, monitoramento e diagnóstico, por meio de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do SUS, bem como na saúde suplementar e privada. Parágrafo único. São reconhecidas as seguintes modalidades de telemedicina e telessaúde: I - Teleorientação, para que profissionais da medicina realizem àdistância a orientação e o encaminhamento de pacientes em distanciamento social extenso. II - Telemonitoramento, ato realizado sob orientação e supervisãomédica para monitoramento ou vigência à distância de parâmetros desaúde e/ou doença. III - Teleinterconsulta, exclusivamente para troca de informações eopiniões entre médicos, para auxílio diagnóstico ou terapêutico. Parágrafo único. O atendimento de que trata o caput deverá ser efetuado diretamente entre médicos e pacientes, por meio de tecnologia da informação e comunicação que garanta a integridade, segurança e o sigilo das informações.

Art. 3º Para cada paciente, o médico deverá elaborar prontuário contendo: I - Osdados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido emordem cronológica em cada contato com o paciente. II - Data, hora, tecnologia da informação e comunicação utilizada para o atendimento; III - Número de registro do médico com identificação doConselho Regional de Medicina a qual pertence. Parágrafo único. O prontuário estará sob a guarda do médico ou da instituição que assiste o paciente.

Art. 4º Como parte integrante do ato médico, os médicos poderão, no âmbito do atendimento por Telemedicina, emitir atestados ou receitas médicas em meio eletrônico.

Art. 5º A emissão de receitas e atestados médicos à distância será válida em meio eletrônico, mediante: I - uso de assinatura eletrônica, por meio de certificados e chaves emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; II - o uso de dados associados à assinatura do médico de tal modo que qualquer modificação posterior possa ser detectável; ou III - atendimento dos seguintes requisitos: a) identificação do médico; b) associação ou anexo de dados em formato eletrônico pelo médico; e c) ser admitida pelas partes como válida ou aceita pela pessoa a quem for oposto o documento. § 1º O atestado médico de que trata o caput deverá ser emitido em observância à Resolução CFM nº1.658/2002. § 2º A prescrição da receita médica de que trata o caput observará os requisitos previstos em atos da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Art. 6º A forma de remuneração médica, quando aplicável, deve ser acordadadiretamente entre o médico e o paciente ou de acordo com o contrato firmadoentre o profissional e os planos de saúde, respeitado o disposto no Código deÉtica Médica.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

HILDENETE MONTEIRO FORTES
Presidente do Conselho

LÚCIA HELENA BARBOZA SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 12, DE 24 DE MARÇO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957, regulamentadas pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958 e;

CONSIDERANDO a Portaria Cremers nº 11/2020, art. 4º:

CONSIDERANDO as medidas preconizadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO as emergências geradas em decorrência do vírus COVID-19;

CONSIDERANDO as atividades essenciais do CREMERS, sem prejuízo ao quadro de funcionários, determina o que segue:

Art. 1º Cada setor do CREMERS deverá contar com, no mínimo, 1 (um) funcionário presencial, no horário das 10h às 16h;

Parágrafo único. O número de funcionários de cada setor será definido pela sua coordenação, conforme a necessidade imposta pelo trabalho desenvolvido no setor.

Art. 2º Será realizado o revezamento por escala de trabalho a ser determinada pelo Coordenador do Setor e Diretoria.

Art. 3º Todos os funcionários que não estiverem presencialmente, nas dependências do CREMERS, estarão em regime de sobreaviso, durante o horário de expediente, das 10 às 16 horas, podendo ser requisitados para o trabalho presencial ou remoto.

Art. 4º Os setores que poderão realizar suas atividades remotamente (home office), serão definidas pela Diretoria, em conjunto com os Coordenadores, preservando-se, incondicionalmente, o sigilo médico;

Art. 5º Os funcionários que não comparecerem às instalações do CREMERS, conforme designado na escala de trabalho presencial, receberão falta.

Art. 6º No horário das 10 às 16 horas, o funcionário em trabalho remoto ou em sobreaviso, deve apresentar relatório de suas atividades ao final de cada expediente, incluindo o horário que esteve disponível, para registro do ponto.

Art. 7º Não há previsão de realização de horas extras para trabalho remoto, conforme disposto nesta Portaria.

EDUARDO NEUBARTH TRINDADE

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 29, DE 20 DE MARÇO DE 2020

O Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 7ª Região, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 6.583 de 20 de outubro de 1978, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 84.444 de 30 de janeiro de 1980; Considerando a solicitação do Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020, E a deliberação registrada em ata da 220ª Reunião de Diretoria do CRN-7, realizada em 19 de março de 2020. resolve:

Art. 1º. Prorrogar pelo período de 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2020, instalada na Cidade de Belém-PA, para conclusão do mesmo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

FÁBIO COSTA DE VASCONCELOS
Conselheiro Presidente

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Estabelece ações e medidas temporárias de prevenção ao contágio de pessoas pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia 10ª Região PA/AP, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

O Conselho Regional de Psicologia 10ª Região Pará e Amapá, autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho e ao Conselho Federal de Psicologia - CFP, e que tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Psicóloga (o) vem, por meio desta, solicitar aos gestores de entidadese serviços públicos e privados que contam com o trabalho de psicólogas (os) a adoção de ações e medidas preventivas à contaminação por coronavírus e promotoras da saúde mental dos profissionais de Psicologia no atualcontexto.

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica da infecção humana pelo Coronavírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em11de março de 2020;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, bem como os protocolos e orientações de prevenção ao contágio do coronavírus emitidos pelo Governo Federal por meio do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

CONSIDERANDO a portaria 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020, que declara estado de transmissão comunitária do Coronavírus (Covid-19) em todo o território nacional, e na mesma data, a decretação do estado de calamidade pública pelo Governo Federal pela aprovação do Decreto Legislativo nº 06 a ser publicado no D.O.U., e ainda a aprovação do projeto de lei que decreta estado de calamidade pública no Pará, assim como o Decreto aprovado em 21 de março de 2020 reconhecendo a situação de calamidade pública no Estado do Amapá, a serem publicados no D.O.E.;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 609 de 16 de março de 2020, que que dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à Pandemia do novo coronavírus - COVID-19 (https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/5444) e o Decreto N º 1.377 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estdo do Amapá (https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391017);

CONSIDERANDO as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, e das autoridades civis acerca das medidas, ações e precauções para evitar/minimizar a disseminação do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações da Organização Mundial de Saúde, em 18 de março de 2020, sobre a prevenção à saúde mental das pessoas devido ao estresse decorrente das situações pelo risco de contaminação pelo coronavírus (https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707792);

CONSIDERANDO as recomendações do Conselho Federal de Psicologia - CFP (https://site.cfp.org.br/) e do Conselho Regional de Psicologia - 10ª Região Pará e Amapá (http://www.crp10.org.br/) para profissionais de Psicologia;

CONSIDERANDOa Lei Nº 4.119 de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão de psicóloga (o);

CONSIDERANDO a Lei Nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971 que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, e o Decreto Nº 79.822 de 17 de junho de 1977, que regulamenta essa Lei;

CONSIDERANDO o necessário cumprimento das(os) psicólogas(os) ao Código de Ética Profissional, que estabelece em seus princípios fundamentais que o psicólogo trabalhará,dentre outras coisas,visando aeliminação desituações de negligência e, também, atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural;

CONSIDERANDO que dentre as medidas tomadas pelo Governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, constam obrigatoriedade da publicidade ostensiva sobre medidas básicas de higienização, bem como a recomendação de que sejam evitadas aglomerações de pessoas, e o incentivo à quarentena da população;

CONSIDERANDO que, em diversas regiões do País, medidas de adequação dos espaços de atendimento coletivo, como escolas, universidades, comércios, unidades prisionais, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Unida de Básica de Saúde,Unidade de Pronto Atendimento, Hospital, Centro de Atenção Psicossocial dentre outros, estão sendo adotadas para conter o número de pessoas infectadas, resolve:

Art.1º Solicitar aos gestores (as) municipais e estaduais, de empresas privadas e operadoras de planos de saúde, que sejam observadas as necessidades atuais e cuidados devido aos riscos de contaminação e proliferação do coronavírus e sejam tomadas as medidas cabíveis para adequação do trabalho das(os) psicólogas(os) nos diversos setores públicos e privados, no âmbito da saúde, educação, assistência social, trânsito, segurança pública, sistema prisional, políticas públicas em geral e outros serviços, em conformidade com as orientações dos órgãos acima mencionados, reiterando as orientações deste Conselho, publicada em 19 demarço de 2020 (http://www.crp10.org.br/) e acrescentando àquelas as solicitações desta Portaria.

Destacamos, nesse sentido, o cumprimento de:

§ 1º- suspensão de visitas domiciliares, atividades em grupo e que exijam contato físico.

§ 2º- redução de atendimentos psicológicos presenciais, mantendo apenas o atendimento presencial individual para aqueles que caracterizem urgência psicológica, desde que assegurados e respeitados o cumprimento dos protocolos de prevenção divulgados pelo Ministério da Saúde, como: lavar bem as mãos, dedos, unhas, punho, palma e dorso, com água corrente e sabão, preferencialmente utilizando toalhas de papel para secá-las; higienizar as mãos com álcool em gel, assim como utilizá-lo para limpar objetos de contato manual, como telefones, teclados, cadeiras, maçanetas; utilizar lenços descartáveis para higiene nasal, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), e que a intervenção ocorra em locais ventilados, não fechados,e com distância de dois metros entre pessoas,desde que asseguradas as condições estabelecidas do Código de Ética Profissional do Psicólogo, particularmente as que constituem o Art. 9º do referido Código.

§3º-viabilização as (aos) psicólogas(os) de condições paraaprestação deserviços por meios de tecnologia da informação e da comunicação, como o atendimento on-line, mediante cadastro para esta modalidade de atendimento no site "Cadastro e-Psi" (link: https://e-psi.cfp.org.br/), em conformidade com a as determinações da Resolução CFP nº 11/2018 (https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf) e as orientações do comunicado do Conselho Federal de Psicologia em 16/03/2020 (https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-sobre-atendimento-on-line/) visando a prevenção do contágio por coronavírus.

§4º- afastamento total da atividades laborais e isolamento social para as(os) profissionais em condições de vulnerabilidade frente a pandemia do COVID-19, (maiores de 60 anos e grupos de riscos - com diagnósticos de diabetes, cardiopatias e arritimias, câncer, problemas respiratórios e/ou outras doenças que reduzem a imunidade), e para aqueles que apresentem sintomas de gripe compatíveis com o coronavírus.

§ 5º- estabelecimento de pausas, rodízios, escalas, redução de carga horária de trabalho e suporte emocional aos profissionais que permanecerem atuantes nosserviços considerados essenciais, afim de prevenir danos à saúde mental do trabalhador, por meio de condições de trabalho mais acolhedoras e redutoras dos riscos ao agente transmissor do COVID-19, conforme orientação da OMS.

Art. 2º - O Conselho Regional de Psicologia 10ª Região ressalta a importância da manutenção das boas condições de funcionamento dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS),do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de todas as demais políticas públicas, para garantia dos direitos fundamentais da população determinados pela Constituição Brasileira, concomitante a condições de trabalho favoráveis ao desenvolvimento do bemestar, promoção da saúde e exercício ético da Psicologia.

Art. 3º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria deste Conselho. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

JUREUDA DUARTE GUERRA

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Cria emprego de livre provimento e demissão no âmbito do CFTA.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 13.639, de 26 de março de 2018, o Regimento Interno do CFTA, e de acordo com a deliberação da Diretoria Executiva na Reunião Extraordinária realizada virtualmente no dia 19 de março de 2020,

Considerando a ressalva disposta na parte final do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, segundo a qual as nomeações para cargos e empregos em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, serão de livre nomeação e exoneração;

Considerando que o art. 30 da lei nº 13.639/2018 estabelece o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos empregados do CFTA;

Considerando que o art. 1º da lei nº 13.639/2018 estabelece que o CFTA goza de autonomia administrativa e financeira, resolve:

Art. 1º Criar o emprego comissionado de livre provimento e demissão de Analista de Suporte Técnico II, com atribuição de assessoramento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020.

MÁRIO LIMBERGER
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Prorroga para 30 de abril de 2020 o prazo de vencimento das anuidades de 2020 devidas por pessoas físicas e jurídicas ao CFTA.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 13.639, de 26 de março de 2018, o Regimento Interno do CFTA, e de acordo com a deliberação da Diretoria Executiva na Reunião Extraordinária realizada virtualmente no dia 20 de março de 2020,

CONSIDERANDO a sensível situação de calamidade instalada no País desde o surgimento da pandemia do coronavírus (COVID-19), resolve:

Art. 1º Prorrogar para o dia 30 de abril de 2020 a data de vencimento das anuidades devidas por pessoas físicas e jurídicas ao CFTA.

Parágrafo único. O prazo do caput fica prorrogado tanto para pagamento em cota única como, em caso de parcelamento, para o pagamento da primeira parcela, vencendo-se as demais no último dia dos meses subsequentes.

Art. 2º Ficam mantidas as demais regras e procedimentos previstos na Resolução nº 08, de 10 de fevereiro de 2020, inclusive quanto à incidência dos consectários da mora na hipótese de pagamento ou de requerimento de parcelamento fora do prazo do caput do artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO LIMBERGER
Presidente do Conselho